Universidade de Coimbra
Faculdade de Letras

Entre Monárquicos e Republicanos numa "Cidade de Deus"

História Política e Social de Braga no Contexto Nacional (1890-1933)

Volume I

Amadeu José Campos de Sousa

Coimbra, 2010

Universidade de Coimbra
Faculdade de Letras

Entre Monárquicos e Republicanos numa "Cidade de Deus"

História Política e Social de Braga no Contexto Nacional (1890-1933)

Volume I

Amadeu José Campos de Sousa

Dissertação de doutoramento em História, especialidade de História Contemporânea, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor doutor Amadeu José Figueiredo de Carvalho Homem

Coimbra, 2010

ÍNDICE

Agradecimentos …… 6

Introdução ……...……... 8

Parte I - Portugal entre 1890 e 1933

1 – Uma "História de Reis" que termina (1890-1910) ……..……....…. 12

2 – A 1ª República (1910-1926) ……...……...…...……...…. 29

2.1 - O tempo do Governo Provisório ……...……..….. 29

2.2 - Do primeiro Governo Constitucional ao eclipse do regime (1911-1926) 36

3 – Do 28 de Maio aos primórdios do Estado Novo (1926-1933) ……....…. 44

Parte II - História política e social de Braga no contexto nacional (1890-1933)

1 - Braga: o perfil da cidade e do território envolvente ……..……..……. 57

1.1 - A demografia e as "instituições" da cidade ……...……..…. 57

1.2 - A imprensa bracarense ……...…….…….. 62

1.3 - O quadro socioeconómico e a lenta modernização das estruturas materiais …..... 70

1.4 - O elevado analfabetismo e os esforços para uma melhor escolarização. O quadro mental …….....…..……...…….…….... 78

2- Braga no declinar da Monarquia ……...……..……. 87

2.1- Os reflexos em Braga das convulsões políticas no início da década de 1890:

- o *Ultimatum* ……..……. 87
- a crise financeira ……..…….……. 87
- a revolução de 31 de Janeiro de 1891 ……...……. 87

2.2 - A demanda de Braga pelos políticos e pelos heróis nacionais …….…... 96

2.3- Entre o restabelecimento do rotativismo partidário e a reincidência da crise política: ……...……..……..... 99

- O desempenho local dos partidos monárquicos ……..…….. 99
- Os protagonistas monárquicos locais …….……. 109
- A ditadura de João Franco ……...…...……. 112
- Do regicídio ao eclipse da Monarquia ……. 112

2.4 - A promoção do republicanismo: ……...……... 120

- As bases sociais do republicanismo bracarense ……..…..……. 120
- A figura de Luiz Augusto Simões d'Almeida …….……..…. 122
- A acção política. Outros protagonistas republicanos ……..……..…. 124
- *A* importância da alfabetização das massas na ideologia republicana….138
- A criação do Centro Escolar Bernardino Machado em Braga …….. 138

3- O caciquismo, o viciamento de resultados eleitorais …….....…..……. 147

4 - Assuntos magnos que mobilizam as forças vivas locais: a luta contra a "mesquinhez" do centralismo lisboeta; importantes melhoramentos locais …..... 157

4.1 - Um comboio que não se estica ……..……... 157
4.2 - O Liceu Central ……..……..…….. 167
4.3 - O derrube de uma tenebrosa cadeia e o "assalto" ao castelo ……...…. 171
4.4 - A reclamação pela preservação e elevação de várias instituições ou estruturas da cidade: ……....…….…… 175
- o Arquivo do Cabido; …….……..… 175
- a Escola Normal; ……..…… 175
- os Quartéis Militares; …….……..… 175
- a Escola Comercial e Industrial.……...… 175

4.5 - A estrada Braga-Chaves: uma construção que se arrastou por muitas décadas ……..……...…… 185

5- O tempo da 1ª República em Braga ……...…...……...…… 188

5.1 - A proclamação do novo regime …….....…… 188
5.2 - As mudanças no aparelho político-administrativo …… 188
5.3 - A postura inicial da Igreja face ao novo Regime ……..…… 196
5.4 – O aumento das tensões com clero: o Registo Civil obrigatório; a Lei da Separação; outros …….……..……...…..…….. 201

5.5 - A Igreja Bracarense dinamiza a "boa imprensa" …….……. 211

5.6 – A luta pela redução do horário de trabalho e pelo descanso dominical …..... 214

5.7 – A disputa do novo poder Republicano ……...… 220

- Os partidos e os protagonistas republicanos ……...… 220
- Monárquicos: a sobrevivência num mundo novo……....…… 241
- O Centro Católico ……...…. 244

5.8 – Do dealbar da 1ª República até à participação portuguesa na 1ª Guerra Mundial: …….…...……...……...……... 249
- A importância da propaganda Republicana …….……. 249
- Ménici Malheiro: um republicano bracarense indomável e radical 250
- O Curso da acção política …….……..…. 256

5.9 – Horizontes de chumbo: a cidade em tempos de guerra ……...……. 273

- A entrada de Portugal na guerra analisada na imprensa ……. 273
- Os comícios e outras acções similares de propaganda à participação de Portugal na guerra …….…….……...…. 275
- A degradação das condições de vida …….……. 278
- A recepção da *República Nova* em Braga ……..…… 281

5.10 – Os últimos anos da 1ª República ……...…….…… 285

- A adesão local à Monarquia do Norte …….…… 285
- A restauração da República em Braga ……...……..… 288
- A sociedade e a política locais num tempo de grande agitação …….. 291
- O bálsamo dos heróis num tempo amargo …….. 295

5.11 - Na senda da revolução de 28 de Maio de 1926 ……...……..…….... 298

- O acolhimento da ditadura na imprensa bracarense: entre o fatalismo e a resistência ……...…….……... 298
- Uma revolução "prometida" ……..…….……... 298

6 - Da Ditadura Militar ao dealbar do Estado Novo, em Braga ……... 303

6.1 - O acolhimento da nova ordem na cidade ……...…..……. 303
6.2 - Quanto valem a "boa ordem" e a Liberdade …....……...……..…… 305

- Entre a tergiversação e o apoio à ditadura …… 305
- A leitura do curso do totalitarismo em Portugal e na Europa na Imprensa bracarense …….……...….. 305

6.3 - A resistência e a repressão ……..……..…..…..…… 318
6.4 - A peregrinação das figuras do regime pela cidade ……..…...… 329
6.5 - A implantação da União Nacional ……...…… 330
6.6 - O acolhimento da Constituição de 1933 ……..……..…….……. 334

Conclusão …….…….. 337

Bibliografia e fontes ……...…… 342

Imagens:

- O centro da cidade de Braga por 1900 ……..……..……. 59

- O Liceu e a Biblioteca de Braga, encostados à igreja dos Congregados no centro da cidade, na viragem dos séculos XIX/XX …….……..… 59

- Em Braga realizavam-se corridas de touros ……. 61

- Inauguração de um campo jogos (futebol) do Sporting Club de Braga em 8 de Maio de 1932, no lugar dos Peões (Braga) …….……... 61

- Visconde da Torre ……... 111

- Luiz Augusto Simões d'Almeida ……...…. 122

- Joaquim Pereira Caldas ……..……. 127

- A cadeia civil de Braga nos inícios do século XX …….. 174

- Albano Belino ……..…….…….. 174

- Justino Cruz ……..…. 189

- Manoel Monteiro ……...……. 192

- Domingos Pereira …….……..……..…….……...……. 192

- D. Manuel Baptista da Cunha ……. 196

- Álvaro Pipa ……..... 235

- Grupo de detidos bracarenses (identificados), acusados de envolvimento na conspiração monárquica de Outubro de 1913 ……..... 264

- Manoel Monteiro, ministro da Justiça, despede-se de correligionários no termo de uma visita oficial à cidade, realizada entre 29 e 31 de Março de 1914 …….…..... 265

- O funeral do "Gróias" em Braga ……..... 269

- Monárquicos bracarenses na saída da reunião realizada no "palácio" dos Biscaínhos a 13 de Abril de 1915 ……...…….. 271

- Comício de apoio à participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial ……. 276

- Partida de soldados bracarenses (na estação da CP em Braga) para a Guerra, em Abril de 1917 …….……...…….. 277

- Visita de Sidónio Pais a Braga em Janeiro de 1918 ……...… 282

- Domingos José Soares …….…….……..…… 333

Agradecimentos

A presente dissertação resulta de um intenso labor, estendido por vários anos, na procura de fontes distribuídas por diversas instituições públicas e pelas mãos de particulares.

O esforço pessoal, como anteciparão mais facilmente todos aqueles que já passaram por experiências assemelhadas, foi deveras saliente, mas impõe-se acrescentar o devido reconhecimento ao contributo de terceiros para que este projecto, delineado sem que todos os elementos necessários à sua satisfatória realização estivessem previamente assegurados, ganhasse corpo pleno.

Desde logo, impõe-se aqui render um particular tributo ao professor Amadeu Carvalho Homem, que, na condição de meu orientador, adiantou, sempre que necessário, os seus preciosos conselhos e informações, relevantes para quem almejava à realização de um trabalho válido e sólido.

Inevitavelmente, tenho de render pública homenagem à minha esposa e às minhas filhas, pela paciência para com a minha repetida indisponibilidade para tarefas ou compromissos familiares nos quais deveria marcar "presente" de forma mais liberta e incisiva. Muitas vezes, tive que atravessar um "não" a projectos familiares diversos ou vi-me forçado a comprimir o seu horizonte temporal, porque, considerava, me absorveriam demasiado tempo – um elemento precioso para assegurar algum ritmo credível ao trabalho de investigação que vislumbrava muito exigente.

Nas diversas instituições onde passei longas horas de jornada, diversos dirigentes ou funcionários avançaram a maior disponibilidade e colaboração, sempre que o seu auxílio foi solicitado. Assim, na Biblioteca Pública de Braga e no contíguo Arquivo Distrital de Braga, além da disponibilidade do seu director, Dr. Barreto Nunes, impõe-se reconhecer a amabilidade e o profissionalismo patenteados pelos senhores António Gonçalves, Domingos Martins, José Gomes, Eduardo Oliveira, Isabel Faria, Hermínia Fernandes, Luís Araújo e Júlio Nunes. Do Arquivo do Governo Civil de Braga retenho a disponibilidade do Dr. José Oliveira e a colaboração dos sr. Augusto Gomes e da Sr.ª Júlia Costa.

Do Arquivo da Câmara Municipal de Braga, retenho a simpatia e o profissionalismo das senhoras Margarida Fernandes e Rosa Silva.

Na Biblioteca Pública Municipal do Porto beneficiei da amabilidade e disponibilidade de várias funcionárias, cumprindo-me particularizar os casos das senhoras Anabela Silva, Isabel Teixeira e Júlia Moreno.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, logrei beneficiar do prestável acolhimento de diversos funcionários.

No Arquivo Histórico-Parlamentar usufruí igualmente de prestável colaboração de diversos funcionários, destacando-se neste papel a Drª Ana Paula Tavares Lima.

Ao Dr. Fernando Pipa, agradeço a disponibilização de alguma documentação relativa ao seu avô, o republicano bracarense Álvaro Pipa.

Ao Dr. José Sampaio, prestigiado advogado em Braga, em exercício de há muitas décadas, agradeço a disponibilização para análise dos muitos inéditos que preserva de Menici Malheiro, um ardente republicano dos primeiros tempos, nos quais colhi interessantes elementos.

Do convívio com outros investigadores em colóquios ou encontros de historiadores, particularmente os organizados pelo CEIS20, recolhi referências e informações várias que não deixaram de potenciar um alargamento da reflexão aqui desenvolvida.

Inevitavelmente, por traição da memória, deixarei de fora destes agradecimentos um ou outro contributo estimável, mas para todos aqueles que se coligaram de formas diversas na realização deste trabalho, expresso, uma vez mais, a minha pública homenagem.

Introdução

"Almejar mais e melhor". Este poderá bem ser o lema que impulsionou a longa caminhada, iniciada anos atrás, direccionada para a compreensão da história política e social de Braga desde o declinar da Monarquia até aos primórdios do Estado Novo. Anteriormente, havíamos já desenvolvido uma investigação centrada na história política de Braga confinada ao período compreendido entre 1890 e 1926. Não obstante termos descortinado nesse trabalho uma realidade até então, no essencial, desconhecida, afigurou-se-nos pertinente, entretanto, analisar mais profunda e alargadamente a temática em causa.

A aproximação do centenário da proclamação da República, impõe-se confessá-lo, constituiu-se num estímulo adicional para procurarmos compreender melhor uma realidade já esboçada, mas a nossa condição de minhoto residente em Braga desde há muitos anos não deixou de pesar no árduo projecto de investigação em que nos envolvemos. Conhecer o pulsar político da cidade de Braga e do seu espaço envolvente no percurso do republicanismo, manifesto nos últimos anos da Monarquia, até à clausura da República – na sequência da revolução de 28 de Maio de 1926, desencadeada justamente em Braga – e aferir das características da sociedade bracarense neste período estatui-se, pois, na meta primordial desta dissertação. A possibilidade de esta investigação poder vir a adensar o conhecimento sobre a história nacional deste período não deixou de assumir-se como uma motivação suplementar.

Nesta investigação propusemo-nos clarificar se Braga era de facto, na viragem dos séculos XIX/XX, uma cidade empedernidamente "crente e monárquica" – como avançavam alguns monárquicos, convictos do carácter inamovível do seu "feudo" – ou se, pelo contrário, estávamos perante uma urbe onde o republicanismo também progredia de forma visível, ainda que marcada por tergiversações, por avanços e recuos. No aspecto político, pretendíamos ainda percepcionar, com maior clareza, se a emergência da revolução de 28 de Maio ocorrera como uma revolução anunciada, assim como queríamos identificar os elementos e as forças que ancoraram localmente a nova ordem saída desta revolução. Sobre a sociedade bracarense propúnhamo-nos definir o seu perfil nas múltiplas vertentes (educacional, quadro mental, caciquismo e condições materiais de vida, designadamente), condição necessária para melhor compreender o curso da política local, a sua sintonia ou a colisão manifesta relativamente ao contexto

nacional. Pretendíamos ainda descortinar protagonistas até aqui obscuros e que mereceriam ser trazidos para as luzes da ribalta.

Ao longo dos últimos cinco anos, num afã persistente, despendemos um quase incontável número de horas na consulta de fontes manuscritas e impressas, à guarda de vários arquivos e bibliotecas (Arquivo Distrital de Braga, Arquivo Municipal de Braga, Arquivo do Governo Civil de Braga, Arquivos Histórico-Parlamentar e da Torre do Tombo, em Lisboa, Biblioteca Pública de Braga e Biblioteca Pública Municipal do Porto) ou na mãos de particulares. No conjunto das fontes utilizadas, a imprensa da época constitui um recurso de particular valia, como se pode constatar pelas múltiplas referências à sua utilização. Deve reter-se, porém, que a consulta de jornais, com orientação editorial diversa ou mesmo oposta, impôs-se necessariamente como um procedimento recorrente – porque quase o único possível, por vezes – para podermos aferir com maior rigor do curso da acção política, da idiossincrasia de alguns personagens ou até das marcas da sociedade e da economia da época. Para a conveniente contextualização do objecto de estudo nesta investigação, centrado em Braga, recorremos também, naturalmente, a múltiplas obras sobre a História de Portugal deste período, das quais retirámos as informações pertinentes, bem como a outras de natureza diversa, nas quais vislumbrámos a colheita de alguns dados úteis.

A estrutura deste trabalho reflecte as considerações atrás formuladas. Assim, na Parte I efectuámos uma abreviada abordagem da História de Portugal, para definir o necessário enquadramento do objecto de estudo focalizado nos planos local e regional. Ainda nesta Parte I, sempre que ajuizámos adequado, inserimos já referências várias relativas ao espaço envolvente à urbe bracarense, procurando dessa forma ora robustecer as considerações válidas para o quadro do país, ora retirar conclusões que permitissem salientar alguma especificidade da sociedade e política bracarenses. Na Parte II analisámos, o mais aprofundadamente possível, a cidade de Braga e a área circundante, nos domínios político e social de forma mais incisiva, mas passando igualmente pela vertente económica. Nesta Parte II, várias personagens, até agora menos bem ou mesmo mal conhecidas, ganham contornos mais claros, no respeitante ao seu posicionamento político, e à linha de rumo adoptada ao longo do período em análise. Acontecimentos vários que marcaram a "cidade dos arcebispos" ficam igualmente mais transparentes, tornando-se agora possível percepcionar melhor as tensões manifestas neste período, as dificuldades que embaraçaram os detentores do poder, ou o percurso de vários notáveis locais na procura de protagonismo político e projecção social. A luta denodada e

persistente dos notáveis de Braga na procura da satisfação do que consideravam as legítimas aspirações da cidade merece também aqui a referência devida. A melhoria do estatuto do liceu da cidade, a preservação do relevo de outras instituições de referência, como sejam a Escola Normal ou o Arquivo do Cabido, a manutenção do maior número possível de quartéis militares, a conclusão da estrada Braga-Chaves ou outros melhoramentos locais constituíram-se em assuntos de que a imprensa local verteu assinalável eco – com particular destaque no *Correio do Minho* – e para os quais as designadas "forças vivas" (a Associação Comercial de Braga, o arcebispo, ou "grandes ligas" de defesa e propaganda de Braga) emprestaram correntemente o melhor do seu esforço.

A leitura que a imprensa bracarense faz da conjuntura política nacional e internacional, que nos mereceu acolhimento significativo, serve também para em cada momento percebermos, ainda que indirectamente, a forma como na sociedade local se manifestam sinais de quietude e conformismo ou, pelo contrário, apreendermos o modo como se exibem sinais de irreverência e de não rendição face a um curso que os articulistas têm por menos digno.

Além do corpo principal do texto – onde corre a informação adensada por múltiplas notas de rodapé que ora servem simplesmente para referenciar a fonte utilizada, ora pretendem estabelecer-se como um acrescento relevante para informação antes avançada – apresentamos em *Anexos* muita informação adicional (textos, quadros, listagens), que serve para enriquecer e fundamentar muitas das afirmações e interpretações antes avançadas. Alguma desta informação poderia naturalmente ser inserida no corpo principal deste trabalho, mas as normas que estabelecem o número máximo de páginas de uma dissertação impuseram a sua deslocação para os *Anexos*.

O perfil de Braga entre 1890 e 1933, nos domínios económico e social em particular, fica agora com contornos mais definidos, ainda que inevitavelmente persistam algumas zonas de sombra que outros, teimando, possam vir entretanto a descortinar melhor. Da nossa parte, aqui fica um diligente contributo para a *res publica*, numa cidade onde há mais de um século animosos militantes semeavam o republicanismo e onde, posteriormente, protagonistas azedados com o curso da República, entretanto instalada, ditariam o seu eclipse.

Parte I

Portugal entre 1890 e 1933

1 – Uma "História de Reis" que termina (1890-1910)

O fim do século perfilava-se no horizonte. A centúria de 1800 irradiara, da Europa à América ou ao Japão, o paradigma da nova civilização industrial por um crescente número de países. A produção fabril, através da máquina apoiada na força do vapor e do carvão, multiplicara os produtos estandardizados e submetera um crescente número de operários a hábitos e regras de trabalho mais rígidos e exigentes. Já perto de 1900, emergiam a electricidade e o motor de explosão como novas alavancas do crescimento industrial futuro. As diversas crises cíclicas que marcariam o capitalismo no século XIX não apagaram a percepção entre os mais esclarecidos, e mesmo entre o cidadão comum, de compartilharem uma época profícua na inovação técnica e dinâmica nas mutações sociais, mas simultaneamente marcada por um quadro onde prevaleciam grandes desigualdades na condição humana [1].

Por 1890, uma vez mais, o mundo industrial capitalista, designadamente na Europa, é envolvido numa crise económica e financeira de assinaláveis proporções. Em Portugal, a crónica debilidade da nossa balança de transacções correntes, e logo das nossas finanças, manifesta-se de forma particularmente aguda no início da última década do século, num contexto de depressão generalizada. O país endividara-se excessivamente

[1] A abundante documentação deste período confirma as vincadas assimetrias sociais que então se observavam no mundo industrializado e que haviam propiciado a difusão de ideologias que adivinhavam o colapso do capitalismo (os anarquistas e os marxistas, designadamente), pois consideravam-no irreformável nos seus paradigmas estruturantes, indutores de profundas injustiças. Seebohm Rowntree, industrial e filantropo inglês, verte a público em 1901 o relatório de uma pesquisa sociológica que efectuara na cidade britânica de York, no qual conclui que cerca de 30% da população daquela cidade vive na pobreza, o que reflectirá, em boa parte, o quadro social inglês desse tempo – ver ROWNTREE, B. Seebohm, *Poverty: a study of town life.* Londres: The Policy Press, 2000, p. 118. ISBN 1-86134-202-0 (edição fac-similada do original publicado em 1901). Por seu lado, diversos escritores da época, como Émile Zola ou mesmo o nosso Eça de Queirós, deixaram nos seus romances a denúncia das graves desigualdades sociais que presenciaram. Eça, que privilegiou a descrição da vida e dos valores do mundo burguês e aristocrático do seu tempo (o meio que partilhava e conhecia melhor, particularmente após o seu casamento com uma filha da condessa de Resende), expressa na sua obra póstuma A *Cidade e as Serras* (1901), pela voz da personagem Zé Fernandes, num diálogo estabelecido com Jacinto a partir do cimo de Montmartre, na grandiosa Paris, a condenação desta sociedade capitalista: *Só uma estreita e reluzente casta goza na cidade os gozos especiais que ela cria. O resto, a escura, imensa plebe, só nela sofre, e com sofrimentos especiais que só nela existem. (….) E com este labor e este pranto dos pobres, meu Príncipe, se edifica a abundância da cidade. Ei-la agora coberta de moradas em que eles se não abrigam; armazenada de estofos, com que eles se não agasalham; abarrotada de alimentos, com que eles se não saciam! Para eles só a neve, quando a neve cai, e entorpece e sepulta as criancinhas aninhadas pelos bancos das praças ou sob os arcos das pontes de Paris* (ob. cit. Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 2ª ed., 1987, p. 105).

no exterior, para sustentar o ambicioso programa fontista de construção de estradas e vias-férreas, e agora, no início da última década do século, assumirá mesmo a sua incapacidade temporária de cumprir os pagamentos decorrentes dessa dívida: Portugal declarará a bancarrota[2].

Mas para além das agruras económico-financeiras, Portugal, como nação, acusará ainda a sua honra gravemente ferida pelas exigências do seu mais velho aliado, a Inglaterra. Alguns anos antes, em meados da década de 80, fora apresentado no parlamento português o célebre *mapa cor-de-rosa*, que corporizava as ambições nacionais relativas ao exercício de uma tutela colonial sobre uma ampla faixa territorial a sul do continente africano, unindo Angola, no Atlântico, a Moçambique, no Índico[3]. Era um projecto grandioso, quiçá megalómano face às disputas coloniais patentes entre as grandes potências europeias, que esbarrou na ambição desmedida da Inglaterra, que pretendia exercer o domínio colonial sobre uma imensa área africana, unindo o Cairo ao Cabo. Entretanto, Portugal coloca soldados, e alguns civis, no terreno para preparar a absorção legitimada deste vasto território, em conformidade com as resoluções saídas da Conferência de Berlim, de 1884-85, as quais impunham, designadamente, que a legitimidade do domínio colonial dos países europeus, em detrimento dos históricos direitos associados às descobertas, teria que assentar no exercício da soberania e na efectiva administração das áreas coloniais reclamadas.

Em 11 de Janeiro de 1890, de Londres é enviada para Portugal uma nota diplomática que não escamoteia o seu carácter de ultimato. As tropas portuguesas deveriam abandonar os territórios do Chire (Niassalândia) e dos Macololos (actual Zimbabué), reclamava a Inglaterra, sob a ameaça implícita de sujeitar Portugal ao confronto militar e, antevia-se, à inevitável humilhação da derrota. O rei D. Carlos, que acabava de receber a coroa portuguesa[4], reúne o Conselho de Estado para debater o incontornável dilema: ou o nosso país cede às pretensões dos ingleses, vergando-se algo vexado à sua supremacia militar, ou, num arroubo de patriotismo, cedendo ao pulsar da rua, decide enfrentar a ignomínia que se colhia dessas exigências, num lance mais brioso mas que encerrava o risco de Portugal ver ainda mais amputada a área colonial que reclama no

[2] No início de 1892, com Oliveira Martins a sobraçar o Ministério das Finanças, Portugal deixará de cumprir temporariamente os pagamentos da dívida externa.

[3] Barros Gomes, o ministro português dos Negócios Estrangeiros, levara em 1886 ao parlamento nacional um mapa da África colonial portuguesa onde toda esta área reclamada pelo nosso país aparecia a cor-de-rosa. Ainda nesse ano de 1886, a França e a Alemanha assinariam convenções com Portugal, reconhecendo-nos, a troco de algumas concessões, a soberania sobre estes territórios. A Inglaterra, contudo, ciosa na defesa dos seus interesses, impôs-se, obstinada, contra as aspirações lusas.

[4] D. Carlos, então com 26 anos, fora coroado rei de Portugal em 28 de Dezembro de 1889.

Sul de África (a Inglaterra, vencendo a contenda, presumivelmente alargaria as suas exigências nos territórios integrantes do mapa cor-de-rosa). Do Conselho de Estado emergiu uma resolução assente no bom senso, porém, deveras impopular: Portugal cede às exigências dos britânicos e abandona os territórios disputados, mas uma onda de indignação patriótica varre o nosso país que parece mostrar-se disposto a uma luta de morte para defender a sua honra e a sua história.

A fúria patriótica e nacionalista das massas espalha-se pelas ruas e praças das cidades portuguesas e ecoa pela imprensa, que amplia e atiça mais a chama da indignação. As manifestações antibritânicas assumem formas ora graves, ora algo simbólicas, entremeadas por actos que prefiguravam uma insurreição: os professores proclamam publicamente a recusa de ensinar Inglês; os hotéis vedam o alojamento aos cidadãos ingleses; os comerciantes e importadores repudiam os produtos ingleses; as tabuletas, as referências diversas à Inglaterra espalhadas pelo país são destruídas; é promovida uma subscrição nacional para o rearmamento nacional, convertida na compra do cruzador Adamastor; a estátua de Camões, propagador do heroísmo nacional imperialista, é coberta de negro; diversas figuras nacionais devolvem ao governo britânico as condecorações que este lhes havia concedido; nasce o hino A *Portuguesa* – com um texto marcadamente marcial, como quase todos os hinos nacionais, conceda-se, e também anti-inglês sua versão integral – o qual será rapidamente popularizado em várias manifestações patrióticas e nacionalistas pelas ruas.

Muitos intelectuais e notáveis do país assumem protagonismo nos protestos. Antero de Quental surge a presidir à Liga Patriótica do Norte (com sede no Porto), coadjuvado por figuras como Basílio Teles e o barão de Paçô Vieira, organização fugaz que se propõe contribuir para a defesa do país, mas também para o desenvolvimento económico e para a reorganização financeira – progressos necessários, defendem os seus promotores, para garantir a futura independência e prosperidade da Nação. Em Lisboa, emergirá a Liga Patriótica do Sul, semelhante nos propósitos e igualmente fátua. Escritores de reconhecia valia literária, como Guerra Junqueiro, Fialho de Almeida e Gomes Leal, publicam novas obras[5] nas quais enfatizam a gravidade do momento que o

[5] Fialho de Almeida n'*Os Gatos* antevê a vingança futura de um Portugal engrandecido, no quadro de uma Ibéria unida e já depois de liberto do último dos Braganças, proclamando: *Oh, a vingança! Por ventura vem longe ainda essa condição sine qua non da nossa felicidade, que só a federação peninsular pode trazer (…) Vem longe decerto! Mas nada pode desviar a corrente, embora lenta, embora obscura, da convergência política de Portugal para a nação irmã, nem contrariar no futuro essa confederação ideal de toda a Ibéria, base d'uma era de oiro, em que os filhos dos nossos filhos, senhor, repassando em memória a fieira de reis da casa de Bragança, só encontrarão para V. M. estes dizeres: – Sim, era um tal*

país atravessa: denunciando a prepotência usurpadora dos ingleses, apelam à resistência e à vingança ao mesmo tempo que execram o dobrar da cerviz por parte daqueles que dirigem os destinos da nação portuguesa. Já Eça de Queirós, que interpreta a efervescência lusa a partir de Paris, onde então desempenhava as funções de cônsul português, num artigo publicado na *Revista de Portugal* sob o pseudónimo de João Gomes analisa mais friamente a situação, considerando que as injúrias vociferadas nas ruas portuguesas contra a Inglaterra nada adiantarão para resgatar o nosso país da manifesta letargia histórica – *ressurgir d'um longo adormecimento para chamar nomes é de péssimo pressagio para a seriedade e fecundidade desse ressurgimento,* sentencia. Eça sustenta ainda que, embora a Inglaterra não passe de "uma imensa loja" da qual "somos dos seus mais antigos fregueses", a ideia de um boicote aos produtos ingleses não passa de um disparate que prejudicará sobretudo a economia da parte mais fraca: Portugal, sem indústria capaz, terá de comprar noutros países, mais caros e de pior qualidade, os produtos de que carece. E sobre a natureza e a valia intrínseca dos protestos anti-britânicos que então lavram pelo país, numa ironia cáustica e desdenhosa, Eça remata: *bradar nas ruas contra a Inglaterra, elaborar manifestos, fundar comissões, agitar archotes, desfraldar bandeiras, abater taboletas, não nos parecem na verdade os modos d'um povo, que, sob o impulso do patriotismo, se prepara para a regeneração: – antes se nos afiguram os modos d'um povo que, através do patriotismo, se está educando para a insurreição*[6].

Ao desforço reclamado contra a pérfida *Albion* pelos intelectuais, pela imprensa e pelos manifestantes na "rua portuguesa", junta-se assim o desdém comummente exibido para com o "governo progressista traidor" e, de parceria, para com o próprio rei e a instituição monárquica. O progressista José Luciano de Castro demite-se da chefia do

---

Carlos, sempre cercado de gastronomos e de toureiros, e que chamava "piolheira" ao paiz de que era rei (in ALMEIDA, Fialho d'– *Os gatos: publicação mensal de inquérito à vida portuguesa.* Porto: Casa Editora Alcino Aranha & Cª. Nº 3 (Novembro de 1989 a Fevereiro de 1890). s/d., p. 108-109.

Em Abril de 1890, Guerra Junqueiro publica o livro de poemas *Finis Patriae,* no qual percorre as muitas desgraças e insuficiências de que padece a Nação, exorta a juventude à resistência heróica, denuncia a vileza do comportamento inglês e a indecorosa postura do nosso rei. No último poema, "A' Inglaterra", Junqueiro expõe a ilegitimidade da reclamação inglesa do exercício da soberania sobre os territórios entre Angola e Moçambique, ao acusar, de forma exaltada, a Grã-Bretanha de até então nada ter feito pelo desenvolvimento do continente negro: *Ó cínica Inglaterra, ó bebeda impudente, que tens levado tu ao negro e á escravidão? Chitas e hypocrisia, evangelho e aguardente (…).* No penúltimo poema desta mesma obra, "O Caçador Simão", Junqueiro, num humor mordaz, exprobra o comportamento do novel rei de Portugal, que se diverte e vai à caça enquanto o país, ultrajado, agoniza: *(…) Cospe o estrangeiro afrontas assassinas/ Sobre o rosto da Pátria a agonizar/Rugem nos corações furias leoninas/ Erguem-se as mãos crispadas no ar/ Papagaio real, diz-me quem passa? É el-rei D. Simão que vae á caça.* (in JUNQUEIRO, Guerra – *Finis patriae,* 2ª ed. Porto: Empreza Literaria e Typografica, 1891).

[6] Notas do Mez – *Revista de Portugal* (dir. Eça de Queirós). Porto: Lugan & Geneloux Editores, 1890 (Fevereiro), Vol II. Nº 8, p. 259-276.

governo, cedendo o poder a António de Serpa Pimentel, que assume a liderança do executivo em representação do Partido Regenerador. Os monárquicos legitimistas, fiéis aos herdeiros do miguelismo e ainda com alguns adeptos no país, vituperam também os governos traidores e desdenham igualmente a figura do rei, que não reconhecem e a quem imputam a falta de brio patriótico.

Entre os anarquistas e os republicanos[7], a fúria contra os governantes "traidores" que se submeteram aos ditames da "ignóbil" Inglaterra é, naturalmente, mais viva e encarniçada, assim como inevitavelmente oportunista. Mas será, efectivamente, o PRP (Partido Republicano Português) o grande instigador da oposição aos governos monárquicos e ao regime. O PRP aproveita o momento para propalar a ideia de que só com a República, num novo regime deveras patriótico – capaz de honrar os genuínos sentimentos da Nação e os seus pergaminhos históricos –, Portugal poderá progredir e afirmar briosamente a legitimidade dos seus direitos e interesses. João Chagas, interpretando o clima favorável ao surto de republicanismo, emergente da ressaca do *Ultimatum*, escreveria alguns anos depois: "Começou-se por gritar abaixo a Inglaterra; acabou-se por gritar, Viva a República[8]."

Embora por 1890 a instalação de um regime republicano em Portugal não se mostrasse tarefa fácil – numa Europa onde, à parte a Suiça e a França, toda a paisagem política se apresentava numa formatação monárquica – o estabelecimento da República no Brasil no ano precedente emprestara um ânimo acrescido aos republicanos portugueses mais entusiastas. O optimismo com que a conjuntura política nacional era

---

[7] Em 1875, nasce o Partido Socialista, organização política que, contudo, não virá a lograr apoio expressivo entre os eleitores, designadamente entre as massas operárias que alegadamente constituiriam o seu público-alvo. O ano imediato (1876) é apontado por alguns autores como aquele em que o Partido Republicano, uma organização política que assumirá um perfil político mais interclassista, nasce formalmente (essa é a opinião de Lopes d'Oliveira na sua *História da República Portuguesa - A Propaganda na Monarquia Constitucional*, Lisboa, 1947, pp.33-34). Porém, na obra *O Republicanismo em Portugal – da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Fernando Catroga opina (pp.37-38), de modo diverso, que na década de 1870, em Portugal, se observam apenas expressões protopartidárias de um Partido Republicano. Para Catroga, o Partido Republicano Português só assumirá a feição de um partido hierarquicamente organizado e estruturado à escala nacional a partir de Agosto de 1883, aquando da realização de um congresso realizado nas salas do Clube Henriques Nogueira, em Lisboa (participado por delegados dos centros republicanos e dos jornais republicanos de todo o país e ilhas), do qual sairá eleito o primeiro Directório do PRP.

[8] CHAGAS, João – *Pamphleto*. Porto: Typographia Ocidental. Nº 4 (14 de Janeiro de 1894). p. 7. Chagas não deixa, contudo, de manifestar desilusão pelo esboroar do sobressalto cívico e pelo célere esfriar do republicanismo, então patente em Portugal na resposta ao *ultimatum* inglês, pois escreve: *Começou-se por gritar, abaixo a Inglaterra; acabou-se por gritar, viva a Republica. Tudo fez crer n'um momento que o actual representante da casa de Bragança expiaria às mãos d'um povo finalmente redimido* [redimindo] *os crimes e os erros dos seus antepassados. Tudo porém se desvaneceu; essa montanha de odios pario um rato. O que hoje resta de 11 de janeiro é uma grande lassidão e um grande enfado. Do civismo já nada esperamos; do que esperamos tudo é da fome.*

interpretada pelos republicanos portugueses mostra-se bem patente numa entrevista concedia à imprensa por Magalhães Lima, figura eminente do republicanismo nacional, quando de uma viagem sua pela Europa em Setembro de 1890:

> A republica portugueza está prestes a nascer. A proclamação da do Brasil abalou-nos a todos; são brasileiros ricos que alimentam os cofres do partido.
>
> (...)
>
> Podia recear-se a influencia do clero; pois bem o proprio clero que receiava com a republica a perda de certos privilegios, soube impôr silencio aos seus sentimentos, e, em presença do perigo commum, comprehendeu que acima de tudo estava a Patria. Os nossos parochos estão promptos para acceitar a republica[9].

Conforme o vaticínio acertado de Eça[10], em 31 de Janeiro de 1891, cerca de um ano passado sobre o "inominável" ultimato inglês, rebenta na cidade do Porto uma insurreição armada da tropa. Os soldados amotinados marcharam ao som *d'A Portuguesa* por algumas ruas da cidade e a República virá mesmo a ser proclamada da varanda da Câmara Municipal da cidade pelo civil Alves da Veiga. A Guarda Municipal do Porto acabará por reagir e derrotar os insurgentes, fracassando a revolta. O movimento rebelde, que não beneficiara da tutela das elites do Partido Republicano[11] nem reunira oficiais de alta patente nas suas fileiras, mostrou-se, de facto, inconsistente e talvez prematuro: será necessário esperar ainda cerca de vinte anos para que emirja um Portugal republicano.

As dissensões dentro do PRP acerca da pertinência e oportunidade para desencadear uma revolução armada para derrubar a Monarquia vinham já de trás, parecendo prevalecer, por 1891, as teses que defendiam uma transição para a República legitimada

---

[9] Estão Verdes. *Commercio do Minho*. Nº 2613 (25/09/1890). Parecendo confirmar esta interpretação de Magalhães Lima, dois anos depois observaremos que em Braga o *Manifesto e Programa* do Partido Republicano Português será efectivamente subscrito por alguns padres, nomeadamente o cónego Alves Mendes e o padre João Paes Pinto, segundo revela o *Commercio do Minho* (nº 2882, 29/07/1892). Todavia, contrariando este mesmo vaticínio de Magalhães Lima, após Outubro de 1910 o novo regime republicano assumirá uma difícil convivência com a Igreja, e designadamente em Braga, conforme esclareceremos mais à frente.

[10] Formulado cerca de um ano antes, na *Revista de Portugal*, relembra-se.

[11] Falhado o movimento revolucionário, num "Manifesto" que assinam em Madrid em Abril de 1891, mas editado em Paris, algumas dezenas de exilados (António Claro, Augusto Manuel Alves da Veiga e Bazilio Teles são os primeiros subscritores deste manifesto) enfatizam a grandeza da revolta, vincando que *como em 1820, em 1828, em 1832 os militares do Porto consubstanciaram as aspirações e desejos do povo de Portugal,* enquanto que simultaneamente denunciam, numa alusão à falta de apoio dos Directório do PRP, que *foram vencidos pela surpresa da defecção e da traição* (ver *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portugueza de 31 de Janeiro de 1891*. Paris: Imprimerie Shiller, 1891, p. 23).

pelas urnas. Alguns anos antes, por 1887, Elias Garcia e Consiglieri Pedroso – ambos deputados republicanos no Parlamento –, descrentes do futuro do PRP enquanto partido isolado, haviam intentado uma aliança com os deputados monárquicos da "Esquerda Dinástica", grupo constituído por dissidentes do Partido Regenerador. Este propósito, vivamente denunciado por Manuel de Arriaga, mereceria, todavia, a rejeição num congresso extraordinário do PRP realizado em Dezembro desse ano de 1887. Heliodoro Salgado, um proeminente republicano à data, na obra *A Insurreição de Janeiro* – onde historia a sua versão acerca da preparação, e do falhanço, desta revolta militar – refere que já em 11 de Janeiro de 1890 procurara Elias Garcia, então presidente do Directório Republicano, *para lhe expor o que se passava, e pedir-lhe que providenciasse de fórma a poder ser aproveitado aquele espontaneo appelo para a Republica feito pela praça publica.* Mas Elias Garcia argumentou, segundo Heliodoro Salgado, *que os acontecimentos o haviam tomado de surpresa, e que nada estava preparado para um movimento revolucionario*[12]. Um ano depois, Elias Garcia será substituído na chefia do Directório do Partido Republicano por Homem Cristo (eleito no congresso do PRP de 4, 5 e 6 de Janeiro de 1891). As dissensões emergentes deste congresso, entre os notáveis do partido, dificultarão a coordenação do Directório Republicano com o núcleo de sargentos do Porto, impacientes por desencadear a revolução[13] que, assim, soçobrará ainda na manhã desse 31 de Janeiro de 1891.

Na sequência desta falhada revolução de 31 de Janeiro, os republicanos ainda conseguirão exibir, nos tempos imediatos, um assomo de vitalidade: em 1893, nas eleições municipais de Lisboa receberão 5700 votos; ainda na capital do país, colherão 39,8% dos votos nas eleições parlamentares de 1892, percentagem que se elevará para os 42,2% nas eleições de 1894. Porém, a partir de meados da década, a repressão dos governos monárquicos acentuou-se de uma forma geral, mas atingindo particularmente o campo republicano. As associações comercial, industrial e dos lojistas de Lisboa serão dissolvidas em 1894, na sequência de protestos repetidos contra medidas do Ministério da Fazenda. As Cortes conhecerão vários períodos alargados de encerramento ou anquilosamento, entrando o país, em termos práticos, na ditadura: entre Novembro de 1894 e Janeiro de 1896 as Cortes estão mesmo suspensas; a representação parlamentar nos anos de 1896-97 fica confinada apenas ao Partido Regenerador, já que os demais

[12] SALGADO Heliodoro – *A insurreição de Janeiro*. Porto: Typografia da Empreza Literaria e Typografica, 1894, p. 107.
[13] Idem, ibidem, pp. 122-130

partidos, em sinal de protesto pela lei eleitoral de 1895, haviam decidido não se submeter ao sufrágio. Uma nova lei sobre a liberdade de imprensa, a "lei das rolhas", particularmente repressiva, leva à suspensão de vários jornais, muitos deles republicanos.

Muitos centros republicanos sucumbem igualmente à repressão, desaparecendo ou, destituídos de lideranças, atrofiando-se na sua acção política efectiva. Os republicanos, que já haviam patenteado alguma desorientação estratégica na sequência das deliberações do Directório em estabelecer alianças com os progressistas de João Crisóstomo, ficam ainda mais fragilizados com a morte de José Falcão, símbolo maior do republicanismo e baluarte da unidade do partido. Mas, a adicionar a todos estes condicionantes negativos, a decisão de não concorrer às urnas a partir de 1895, como protesto pela nova lei eleitoral[14], remeteu os republicanos para fora da cena parlamentar até 1900. Porém, deve ainda reter-se que, por finais do século XIX, algumas das figuras que se destacam ou virão a destacar-se no seio do Partido Republicano (como António José de Almeida, João Chagas ou Afonso Costa) começavam também a descrer da possibilidade de o partido poder aceder ao poder através do concurso eleitoral, viciado pelo caciquismo monárquico. Assim sustenta Carvalho Homem quando, dissertando sobre a evolução estratégica e programática dos republicanos, escreve: *foi uma geração nova, esta, que se convenceu da impossibilidade de vencer a monarquia com "balas de papel", como era preconizado por José Falcão. Era um grupo de moços aguerridos, muitos dos quais ainda estudantes que convergiam na rejeição dos antigos critérios de intervenção política. Podemos até dizer, em sentido figurado, que era uma vanguarda que trocava o pacifismo doutrinário de Auguste Comte pelo programa da "luta pela vida", de Darwin*[15].

Em virtude das medidas e condicionalismos atrás assinalados, o regime monárquico acabará por ultrapassar o grave sobressalto resultante do *Ultimatum*, retomando-se, pois, em termos práticos, o curso do rotativismo entre os partidos Progressista e Regenerador: uma acalmia política relativa prevalecerá, com efeito, até meados da primeira década do século imediato. Os republicanos não deixarão, contudo, de tentar aproveitar a conjuntura política e social para propagandearem repetidamente a superioridade das

[14] Esta lei eleitoral de 1895 adoptava os círculos uninominais, fazendo-os agora coincidir com os distritos administrativos, o que motivou a indignação das oposições, mormente a republicana. O voto republicano, essencialmente urbano, diluir-se-ia doravante entre o voto das áreas rurais (onde o caciquismo monárquico era mais facilitado) e perderia força efectiva.

[15] HOMEM, Amadeu Carvalho – *Da monarquia à república*. Viseu: Palimage Editores, 2001, p. 157.

suas propostas ou atitudes, marcadas – defendem e enfatizam – por um maior pendor ético, pela garantia de maior progresso material, pela indução de maior justiça social e por um inamovível patriotismo, no qual a defesa dos nossos territórios coloniais se assume como uma das indeléveis vertentes.

A imprensa hostil à ordem estabelecida, mormente a republicana, concederá o maior alarde público a alguns escândalos ou peripécias desprestigiantes que entretanto sobrevêm colados a elementos do governo, a figuras ou instituições da Igreja Católica[16] ou mesmo ao próprio rei. Da questão do "Convento das Trinas", onde alegadamente, em 1891, na sequência de uma violação, teria sido envenenada a noviça Sara Matos, assim como da questão "Rosa Calmon", emergente dez anos depois (um caso que apaixonou deveras a opinião pública da época, envolvendo a jovem filha do cônsul brasileiro na cidade do Porto, a qual, contrariando a vontade dos pais, pretendia recolher-se num convento), sobressai para o debate político a discussão acerca da valia e utilidade da educação prestada no nosso país por instituições religiosas e ainda, naturalmente, acerca da separação entre os poderes da Igreja e do Estado, medida defendida pelos republicanos e mesmo por monárquicos mais progressistas como necessária para uma melhor salvaguarda das liberdades individuais[17]. Já na segunda metade da última década

[16] A Igreja Católica era encarada pelos republicanos como um dos suportes do regime monárquico. Recuando um pouco no tempo, retemos que no longo pontificado de Pio IX, que se estendera desde 1846 a 1878, se agravara particularmente a relação da Igreja com a modernidade e, logo, com a República, que reclamava o papel de seu intérprete. O dogma da Imaculada Conceição (1854), o *Syllabus* (1864), onde se listavam oitenta erros denunciados por Pio IX em textos diversos, entre os quais constavam a Maçonaria, a Democracia e o Liberalismo, e ainda a proclamação do dogma da Infalibilidade Papal nas definições doutrinárias (1870) haviam levado muitos republicanos a convencerem-se de que a instauração da República também teria de passar pelo inevitável combate à Igreja. Posteriormente a Pio IX, a Igreja ensaiou uma visão algo mais contemporizadora com a modernidade – como se depreende das palavras de Magalhães Lima, em Setembro de 1890, atrás referidas – mas, assim mesmo, os republicanos portugueses não deixavam de perspectivar, no essencial, a acção e as estruturas católicas da Igreja portuguesa como adversas ao seu ideário e projecto de poder. Por consequência, a propaganda republicana, na imprensa, nos Centros Republicanos ou nos comícios, atacando o desempenho ético de instituições católicas, diminuía a credibilidade global da Igreja e, colateralmente, desprestigiava também a instituição monárquica, o seu fim último.

[17] O caso Rosa Calmon ganhará particular notoriedade pública, com a imprensa liberal a promover, e a fazer eco, de diversas manifestações anticatólicas, e particularmente antijesuíticas, pelo país, enquanto a Igreja e os católicos, por seu lado, promovem contramanifestações e campanhas contra a Maçonaria. Para tentar pacificar a verdadeira efervescência que se instalara no país na sequência desta tentativa gorada do rapto da jovem Rosa Calmon – com a aparente conivência da própria, ao que parece – o governo regenerador, através de um decreto de 18 de Abril de 1901, determinará que doravante, para se estabelecerem no nosso país, as instituições do clero regular terão de cumprir um conjunto de condições, de entre as quais se destaca que as mesmas *têm de destinar-se a actos de beneficiência ou caridade, à educação e ensino ou à propaganda da fé e civilização no Ultramar* (artº 1º §1º alínea a) do decreto de 18 de Abril de 1901 – D. do G. nº 87 de 20 de Abril). Na prática, como estas instituições religiosas católicas podiam facilmente demonstrar que cumpriam os requisitos agora exigidos, o texto deste decreto acaba por legalizar, de forma sub-reptícia, as ordens religiosas masculinas que se haviam restabelecido em Portugal ao longo das últimas décadas, contrariando as determinações da legislação dimanada do governo de Pombal (expulsão dos Jesuítas) ou dos governos liberais (lei de Mouzinho da Silveira, de 5 de Agosto de

da Monarquia, diversos escândalos, envolvendo a concessão do "Monopólio dos Tabacos", a "Questão Hinton" (sobre os alegados direitos comerciais monopolistas, de um homónimo cidadão inglês, relativos ao açúcar e álcool na ilha da Madeira) ou a quase bancarrota do banco Crédito Predial (na gerência do qual se vinham revezando os próceres dos partidos Regenerador e Progressista), constituem-se em exemplos que exalam contornos de corrupção ou de falta de zelo na gestão do património público por parte dos parlamentares monárquicos e dos governantes e, a despeito de também se verificarem acesas disputas ou mesmo dissidências nos partidos monárquicos no Parlamento, são claramente aproveitados pelos republicanos para fustigarem os partidos do rotativismo, aos quais acusam de não servir os interesses do país. Mas, neste período, a revelação da existência dos "Adiantamentos à casa Real" emergirá como o escândalo mais explosivo, contribuindo deveras para o desprestígio da coroa e da figura do rei. Em Novembro de 1906 o governo de João Franco propõe no Parlamento uma solução financeira para as dívidas da família real em relação ao Estado, decorrentes das suas despesas excessivas em diversos anos face ao que era inscrito nos orçamentos. A imprensa, republicana mas não só, que transmitia amiúde a imagem de D. Carlos como um monarca esbanjador e mesmo dissoluto, encontra aqui mais um facto para atacar a Monarquia. Os republicanos, pela voz do deputado Afonso Costa, reclamam mesmo no Parlamento a abdicação do rei[18].

Obviamente que nos meios rurais – onde a iliteracia prevalece e onde o caciquismo monárquico encontra um terreno mais fácil para a sua afirmação – a mensagem republicana encontra mais dificuldades para a sua difusão. Não pode deixar de reter-se que os dados do censo de 1900 apontam para Portugal uma taxa de analfabetos de 78%, revelando um perfil sociocultural desanimador mesmo no quadro de uma Europa mediterrânica mais atrasada, por cotejo com as nações protestantes mais a norte[19].

1833 interditara o noviciado, visando, por essa via, a prazo, ao fim das freiras no país; lei de Joaquim António de Aguiar, de 28 de Maio de 1834, determinara, designadamente, a extinção do clero regular masculino).

[18] Na sequência de um longo discurso proferido no Parlamento na sessão de 20 de Novembro de 1906, Afonso Costa, ripostando ao chefe do governo, João Franco exclama: *E mais ordena o povo, solenemente, que, logo que tudo esteja pago* [a devolução ao Estado, pelo rei, dos adiantamentos indevidos], *diga o Sr. Presidente do Conselho ao Rei: - Retire-se, Senhor, saia do País, para não ter de entrar numa prisão, em nome da lei!* E depois de alguma agitação Afonso Costa impõe ainda a sua voz para acrescentar: *Por muito menos crimes do que os cometidos por D. Carlos I, rolou no cadafalso, em França, a cabeça de Luís XVI!* (COSTA Afonso, *Discursos parlamentares 1900-1910: obras de Afonso Costa*. Lisboa: Publicações Europa-América. 1973. Vol I., p. 182). Na sequência da agitação instalada, Afonso Costa e também o deputado Alexandre Braga acabarão suspensos do Parlamento por um mês.

[19] Para a mesma época, Espanha e Itália ostentam, respectivamente, taxas de 56% e de 48% de analfabetos, quando em Inglaterra, por exemplo, num claro contraponto, apenas 3% dos indivíduos não

Os anos de 1899 e 1900, na viragem do século, propiciarão, contudo, um novo fôlego à oposição republicana. Aproveitando o descontentamento decorrente do cordão sanitário adoptado pelo governo para conter a peste que grassava na cidade do Porto, os republicanos, que entretanto haviam decidido intrometer-se de novo na liça eleitoral, ganharão na cidade a representação de três mandatos (Afonso Costa, Paulo Falcão e Francisco Xavier Esteves), os únicos a nível nacional. Intentando velhas práticas, o governo progressista de Luciano de Castro, alegando a ocorrência de irregularidades, conseguirá a anulação do acto eleitoral realizado em 26 de Novembro de 1899. Cerca de três meses depois, em 18 de Fevereiro de 1900, novas eleições acabarão por renovar o mandato destes deputados republicanos na cidade do Porto, os quais aproveitarão os escassos meses em que as Cortes irão funcionar, entre Março e Junho seguintes, para zurzir no poder monárquico instalado. O Partido Regenerador substitui, entrementes, os progressistas no poder, as Cortes serão suspensas em Julho e depois encerradas em Outubro. Aquando da realização de novas eleições em 25 de Novembro de 1900, estando já restabelecida a livre circulação de pessoas e de produtos na cidade do Porto, mercê do recuo da peste, os republicanos ainda que recolhendo um votação significativa não lograrão obter a eleição de qualquer representante pela cidade, como sucedeu, aliás, no resto do país. Acautelando o futuro, o governo do regenerador Hintze Ribeiro diligenciará a aprovação de uma ardilosa lei eleitoral, em 8 de Agosto de 1901, rapidamente cognominada de "ignóbil porcaria" pelos seus detractores, a qual dificultará de forma acrescida a pugna eleitoral aos republicanos. Recolhendo da história recente que era nas duas primeiras cidades do país que os republicanos colhiam votos suficientes para ganharem o mandato parlamentar – mercê de uma maior dificuldade de afirmação do caciquismo monárquico em grandes espaços urbanos, onde um maior anomimato e mesmo uma relativa anomia favorecem a afirmação mais independente do eleitor – os regeneradores aprovaram esta lei que, entre outras alterações, divide em dois os círculos eleitorais das cidades de Lisboa e Porto, estendendo o espaço de cada uma destas novas circunscrições eleitorais por uma ampla

---

sabem ler ou escrever (ver, a partir do original inglês publicado em 1999, LANDES, David S. – *A riqueza e a pobreza das nações: por que são algumas tão ricas e outras tão pobres.* 5ª ed. Lisboa: Gradiva. 2002. ISBN 972-662-804-0 p. 279. Retenha-se que o facto de o analfabetismo ter regredido de forma notoriamente mais rápida nos países protestantes da Europa remete não apenas para a precocidade destes no desenvolvimento económico moderno, mas também, e de forma decisiva, para a mensagem propalada pela doutrina protestante, segundo a qual era necessária a leitura e a reflexão individual dos textos bíblicos para que cada um lograsse progredir nos caminhos da virtude e da salvação.

área rural confinante. O voto de protesto republicano nas urbes de Lisboa e Porto passaria assim, doravante, a estar sufocado pelo voto dos mais controláveis eleitores do espaço rural destes círculos. A aplicação da "ignóbil porcaria" acaba por marginalizar igualmente a oposição monárquica, viabilizando estrondosas vitórias do Partido Regenerador, detentor da governação, designadamente nas eleições parlamentares que novamente se realizarão em Outubro de 1901, assim como nas eleições municipais que se realizarão no mês seguinte.

O aperto provocado nas oposições, pela hegemonia asfixiante dos regeneradores, não evitará, contudo, a emergência de uma viva contestação nas ruas, no mundo do trabalho, com a proliferação de greves, no meio estudantil (uma greve dos estudantes de Coimbra em 1902), assim como tumultuosas sessões parlamentares protagonizadas pela oposição monárquica. Para credibilizar mais as instituições, algumas vozes propõem, por exemplo, que a Câmara dos Pares passe a ser ocupada por membros eleitos, como sucedera já entre Julho de 1885 e Setembro de 1895[20], mas esta pretensão não será jamais materializada.

De par com todas estas convulsões políticas já referenciadas, ou também por isso, o Estado nos inícios do século continua submergido pelo peso da dívida externa e carente do capital necessário para as obras de fomento. Para ultrapassar este espartilho, o deputado José Bento Ferreira de Almeida, que fora ministro da Marinha e do Ultramar, propõe nas Cortes a alienação das colónias portuguesas, com a excepção de Angola e São Tomé e Príncipe. Esta ousada proposta, que vai ao encontro das sugestões já anteriormente formuladas por ingleses ou alemães para resolver os nossos compromissos financeiros externos[21], esbarrará, porém, numa generalizada indignação

---

[20] O "Acto Adicional" de 24/07/1885 introduzira pela primeira vez o carácter electivo para alguns dos seus membros, ao estipular no *artigo 6º* que *A câmara dos pares é composta de cem membros vitalícios, nomeados pelo rei, de cinquenta membros electivos e dos pares por direito próprio a que se refere o §2º deste artigo e o artigo 40º da carta constitucional* (o patriarca de Lisboa, os arcebispos e bispos do continente, o príncipe real e os infantes após os 25 anos de idade). O "*Acto Adicional"* de 25/09/1895 eliminará definitivamente este carácter electivo, determinando no seu artigo 1º que *A câmara dos pares é composta de membros vitalícios, em número de noventa, nomeados pelo Rei, além dos pares por direito próprio mencionados no artigo 40ª da carta constitucional e no §2º do artigo 6º da lei de 24 de Julho de 1885*.

[21] Efectivamente, não obstante as manifestas debilidades financeiras portuguesas, em 30 de Agosto de 1898 a Inglaterra e a Alemanha tinham rubricado uma convenção na qual admitiam a eventual atribuição de novos empréstimos a Portugal, se o nosso país assim o requeresse, mediante a garantia sustentada pelos rendimentos das nossas colónias de Angola, Moçambique e Timor. A Alemanha, de um modo particular, exerceu pressões diplomáticas para que o governo português solicitasse assistência financeira, na convicção de que Portugal não lograria honrar os compromissos associados a um novo empréstimo e perspectivando assim a possibilidade de um alargamento do seu novo império africano quando chegasse a hora de cobrar as garantias da dívida. Veja-se o texto desta convenção em PERES, Damião (dir.) – *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, 1935. Vol. VII, p. 432.

nacional, pois atentava contra o nacionalismo de forte cariz imperialista – tão vivamente manifesto dez anos antes aquando do *ultimatum* – que marcava por igual os campos monárquico e o republicano. Consequentemente, nenhum governo jamais se atreveu a considerar publicamente esta solução.

Embora afastados do Parlamento até 1906, os republicanos continuaram, dentro do quadro possível, a desenvolver a sua luta pelo descrédito da instituição monárquica, enquanto no próprio campo monárquico também se afirmava uma oposição alternativa a progressistas e regeneradores, particularmente protagonizada pela figura de João Franco, um dissidente do Partido Regenerador que entretanto liderava uma nova formação partidária, o Partido Regenerador-Liberal. E a 19 de Maio de 1906, depois da queda de mais um governo liderado pelo regenerador Hintze Ribeiro, o rei D. Carlos, seduzido pela aragem algo inovadora da mensagem de João Franco, decide convidar esta personagem a formar um novo governo. Numa primeira fase, este governo, atendo-se às normas constitucionais, verte um respeito mais alargado pelas liberdades ainda que tal não impeça que o partido que o sustenta, conforme a tradição política instalada, vença as eleições que ocorrerão em 15 de Agosto seguinte. No novo Parlamento, onde os progressistas prestam inicialmente um apoio táctico à governação de Franco, terão igualmente assento quatro deputados republicanos (Afonso Costa, António José de Almeida, Alexandre Braga e João de Meneses), naturalmente dispostos a uma vigilância mais apertada ao executivo. Reflectindo uma conjuntura mais favorável para o republicanismo, nas eleições autárquicas realizadas no final do ano o PRP, em coligação com alguns monárquicos hostis a Franco, irá mesmo assumir o controlo da Câmara Municipal da cidade do Porto.

Na sequência do caso dos adiantamentos à Casa Real, levado ao Parlamento em Novembro desse ano de 1906 conforme se refere atrás, a oposição republicana irá mostrar-se mais acirrada, designadamente nas Cortes, na imprensa e nos comícios. Procurando minimizar os danos, João Franco promove em 1907 a aprovação de uma nova lei de imprensa, rapidamente cognominada pela oposição de "lei contra a imprensa", pela qual restringe severamente as habituais liberdades de expressão[22].

[22] A acção repressiva desta lei, de 11/04/1907, será complementada por outras disposições constantes nos decretos de 20/06/1907 e de 21/07/1907. Apoiado nesta legislação, João Franco instará pela suspensão de uma multiplicidade de títulos da imprensa, designadamente os republicanos *O Mundo*, *O País*, *A Vanguarda*, aos quais se juntaram mais 21 títulos de orientação diversificada, compreendendo republicanos mas também anarco-sindicalistas, socialistas, monárquicos e mesmo ultra-monárquicos (VALENTE, V. Pulido – *O poder e o povo: a revolução de 1910*. Lisboa: Publicações D. Quixote. 1974, p. 75).

Ainda em Abril deste ano de 1907, na sequência de um protesto incendiado pela reprovação de um doutorando, José Eugénio Ferreira – o qual teria sido alegadamente prejudicado na apreciação do júri pelo pendor positivista da sua tese e pela dedicatória que na mesma formulava ao republicano Teófilo Braga –, os estudantes de Coimbra desencadeiam uma greve geral, da qual irradiarão, entretanto, protestos grevistas em vários estabelecimentos de ensino do país.

Franco, como se dizia na gíria política de então, desistirá de governar "à inglesa" e passará doravante a governar "à turca": tendo obtido do rei a dissolução das Cortes, passará a governar o país em ditadura, intentando assim abafar os protestos. Numa entrevista ao jornal francês *Temps*, em Novembro desse ano de 1907, Franco defende a instalação do autoritarismo no país, revelando ser sua intenção que o mesmo seja transitório, não mais do que um mal necessário:

> O meu programa é simples. Permanecerei no poder dezoito meses ou dois anos. Farei as eleições quando entender, daqui a um ano. Terei a maioria. Em seguida farei uma lei eleitoral liberal, diversa da que existe e da qual me servirei. Finalmente quando tiver instalado no meu país o regímen parlamentar, o verdadeiro sistema representativo, retirar-me-ei. Em suma, terminarei por onde queria começar.

A ditadura defendida por João Franco, porém, estender-se-á ainda por menos tempo do que este imaginava, acabando de uma forma trágica e funesta para D. Carlos que, embora viabilizando uma solução política agregadora de hostilidades, não poderia adivinhar o desenlace que se avizinhava. Aliás, ainda neste mesmo mês de Novembro, o rei, numa entrevista ao mesmo jornal francês, pretendendo denotar o controlo da situação, assegurava que as eleições ocorreriam em Portugal *no momento em que julgarmos conveniente (notre moment), sem obedecer a intimações nem emprazamentos,* deixando ainda escapar a denúncia de que alguns dos partidos que agora se insurgiam contra a ditadura haviam solicitado a adopção da mesma em anteriores ocasiões[23].

[23] Estas entrevistas de João Franco e de D. Carlos ao *Temps* surgem parcialmente reproduzidas no artigo "Situação clara", publicado pelo *Commercio do Minho* de 16 de Novembro de 1907 (nº 5184, p. 1). Curiosamente, um pouco mais de um ano antes, o mesmo João Franco – quando ainda se propunha governar "à inglesa" – reconhecendo os vícios instalados do caciquismo no país, arvorava intenções bem diversas, segundo lembrava o jornal portuense *O Primeiro de Janeiro* – um jornal conhecido pela sua relativa abertura aos republicanos e pela pouca simpatias para com o rotativismo vicioso da Monarquia – na edição de 19 de Agosto de 1906, dia de eleições parlamentares. Com efeito, escrevia então o "Janeiro" (ano 58, nº 196, p.1) no artigo "As eleições": *A urna vai dizer, hoje, no resultado das votações, o que*

Para viabilizar um mais eficaz controlo das administrações local e regional pelo governo, a 12 de Dezembro as juntas gerais, as câmaras municipais e as juntas paroquiais são dissolvidas, determinando-se a sua substituição por comissões administrativas. E perante a veemência dos protestos – protagonizados por políticos da oposição, por algumas associações empresariais, por diversas câmaras municipais ou mesmo pelo povo na rua, particularmente em Lisboa –, ampliados e incendiados através de publicações clandestinas, o governo de Franco optou pelo confronto directo, pelo endurecimento da repressão. No final de Janeiro seguinte, no dia 28, Franco consegue anular uma conspiração que se preparava em Lisboa. A repressão governamental mostrar-se-á determinada e implacável. Destacadas figuras da oposição são presas ou activamente procuradas pelas forças policiais através de mandados de captura, como sucede com Afonso Costa, António José de Almeida, João Chagas, França Borges ou Egas Moniz. Escassos dias depois, a 31 desse mês de Janeiro, o ministro da Justiça lança um decreto, para o qual fora colher a assinatura do rei em Vila Viçosa, onde a família real passava mais um período de férias, pelo qual se procura dissuadir novas conspirações, sob a ameaça aos que nelas se envolvessem de poderem ser expulsos do país ou exilados para as colónias *quando os superiores interesses do Estado assim o aconselharem.*

Certamente apercebendo-se de que a sua presença na capital era premente, a 1 de Fevereiro o rei desembarcava com a família real no cais do Tejo, em Lisboa. O percurso até ao palácio real na cidade era curto, mas revelar-se-ia longo demais, porque fatal: um atentado a tiro provocará a morte do rei e, breves instantes depois, a do príncipe herdeiro, Luís Filipe[24].

---

convenientemente se chama a vontade do paiz. (…) O regimen eleitoral sustenta-se na moral do governo com os vicios que o franquismo já rudemente atacou, dando-os como fundamentalmente deturpadores do sentido nobre da votação. (…) Ainda há três dias, na reunião do Centro Regenerador-Liberal Mello e Sousa, o senhor cnselheiro João Franco declarou que d'uma maneira absoluta faria respeitar a lei e a livre conscienca do eleitorado. Entre outras coisas, estabeleceu o seguinte compromisso: "*E, em Lisboa como em todo o paiz, póde affirmar que o proximo acto eleitoral ha de ser revestido de tanta lisura e lealdade, por parte do governo, como nunca se usaram em Portugal. Está proximo o dia 19 de Agosto. Chapelladas, garante firmemente que as não ha de haver. Quem tiver votos, tenha a certeza que poderá metel-os na urna; e da urna ha de sair exactamente o que la tenha entrado. E se alguma autoridade ou agente do governo proceder em contrario d'isto, fa-lo-ão não só contra a lei, mas contra as instrucções expressas do governo. E no dia seguinte essa autoridade ou esse agente apparecerá demittido na folha official – para que todos vejam bem que o fez por sua conta e risco, e que o governo não quer solidariedade com ele!"* Na conclusão deste artigo, o *"Janeiro"* acrescenta: *Que assim seja e que as eleições d'hoje tenham realmente uma lealdade e lisura como nunca se usaram em Portugal! Celebra-se-á o legalismo verdadeiro do governo e a virtude patriótica do seu aliado sr. José Luciano de Castro.*

[24] O atentado ocorre no Terreiro do Paço e na saída para a Rua do Arsenal. O príncipe D. Manuel, e o trintanário Costa ficarão também feridos neste atentado. O rei e o príncipe herdeiro terão sido mortos por indivíduos diferentes. O. Marques sustenta que *os poucos dados conhecidos indicam que havia uma*

Forçosamente inexperiente com os seus dezoito anos de idade, D. Manuel – o mais novo e agora o único filho do falecido D. Carlos e de D. Amélia – tomará apressadamente posse do trono, cargo que exercerá sob a tutela vigilante da mãe[25] e a forte influência de Luciano de Castro, o líder do Partido Progressista.

O momento parecia exigir contemporização. Essa foi a opção de D. Manuel na orientação da política nacional. João Franco deixou o governo e procurou exílio no estrangeiro. Para o seu lugar o rei nomeou o almirante Ferreira do Amaral, incumbido de preparar um ministério de "acalmação", na terminologia da época, para devolver ao país a quietude possível: os exilados foram autorizados a regressar a Portugal e os presos políticos foram libertados; a liberdade de imprensa foi restabelecida; anunciaram-se novas eleições para as Cortes, as quais se realizariam em 5 de Abril; as administrações das câmaras municipais suspensas pela legislação franquista reocuparam os seus lugares, na sequência da supressão das comissões administrativas.

Mas o curto reinado de D. Manuel II não será, de facto, marcado pela tranquilidade almejada. No campo monárquico, ultrapassada a estupefacção inicial, forçosamente indutora de uma maior conciliação, sobrevieram rapidamente as tradicionais disputas, facilitadas pelo facto de nem o Partido Regenerador nem o Partido Progressista disporem de maioria nas Cortes. Como agravante da situação política, emergiram ainda na praça pública os escândalos do Crédito Predial Português e do Caso Hinton, já atrás referidos. Perante um Parlamento bastante fraccionado, a constituição de governos de coligação – a solução encontrada para reunir os votos suficientes, dos deputados, para viabilizar a acção legislativa – mostrou-se repetidamente frágil, donde resultou que nos cerca de dois anos e meio que se arrastaram até ao final da Monarquia o rei tivesse que dar posse a seis executivos.

---

conspiração (...) para matar João Franco e que só o desespero perante o seu não aparecimento em público e a sua não participação no cortejo das carruagens reais levaram ao atentado contra o rei e a família real (MARQUES, A. H. O (coord.), *Nova História de Portugal. Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença. 1991. ISBN: 972-23-1420-3. Vol. XI, p. 693.). Acerca do perfil e das conexões dos regicidas, Fernando Catroga *(in O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910,* 2ª ed. Lisboa: Editorial Notícias. 2000 (Março), p. 92. ISBN: 972-46-1092-6) lembra que *não se sabe, de um modo seguro e inquestionável, quais eram as ligações de Alfredo Luís da Costa e de Manuel Buiça à Carbonária, e discute-se ainda se actuaram isolados e por sua livre iniciativa, ou se faziam parte de um comité revolucionário mais alargado (cinco unidades).*

[25] Sobre o seu filho mais novo, agora rei, escreve D. Amélia: *E Manuel? A pobre criança acumulou todas as desvantagens. Primeiro, o choque do atentado e da morte, debaixo dos seus olhos, do pai e do irmão. Depois, a necessidade imediata de exercer uma função para a qual não fora preparado, e de desempenhar dia após dia tarefas esmagadoras. (...) Acontece que Manuel sempre me pareceu um pouco fraco de carácter e sempre receei, sem ousar confessá-lo a mim própria, que seja obrigado a cumprir deveres demasiado árduos."*(BERN, Stéphane, *Eu, Amélia, Última Rainha de Portugal*. Porto: Editora Civilização. 1999. ISBN: 972-26-1545-9. p. 169. Trata-se de biografia póstuma da Rainha D. Amélia, com tradução de Daniela Carvalhal a partir do original francês, editado em 1997 pelas Editions Denoel).

Num contexto de mais liberdade, por entre uma maior apatia e um relativo desnorte no campo monárquico, o PRP reforçará a sua acção política e, beneficiando particularmente da adesão do eleitorado na região de Lisboa, revigorará a sua presença no Parlamento e nas estruturas municipais. As eleições legislativas, realizadas em 5 de Abril 1908, ditarão a entrada de sete deputados republicanos para o Parlamento. Nas eleições para as câmaras municipais, efectuadas em 1 de Novembro desse ano de 1908, o PRP consegue a vitória em vários municípios, com o pleno dos mandatos em Lisboa. E nas eleições paroquiais, realizadas a 29 desse mesmo mês de Novembro, O PRP alcançará também um considerável sucesso ao vencer em três quartos das paróquias da capital. Assustado, o poder monárquico incrementou de novo a repressão, a partir de finais de 1909. Alguns jornais são fechados, diversos jornalistas são presos e centenas de conspiradores, mormente carbonários, são igualmente encarcerados. No Partido Republicano encara-se de forma mais consistente, agora também ao nível das cúpulas, a necessidade de derrubar o regime pela força, posição que ganhará solidez acrescida no congresso realizado pelo partido em Abril de 1910. Concorrendo àquelas que viriam a ser as últimas eleições realizadas pelo regime monárquico, o PRP consegue ampliar para o dobro a sua representação parlamentar na sequência das eleições legislativas de 28 de Agosto de 1910, elegendo então catorze deputados. Porém, a pressa dos republicanos para aceder ao poder, e mudar o regime, não se coadunava já com a via "pacifista", assente na disputa eleitoral com os monárquicos, mediante a qual o partido só poderia vislumbrar o acesso ao governo num horizonte previsivelmente longínquo. Escassos dias depois, e ao que parece muito por acção dos carbonários[26], a 5 de Outubro será proclamada a República no país, depois de uma bem sucedida revolução armada desencadeada em Lisboa.

[26] A Carbonária é uma organização criada por alguns maçons que entendiam ser inútil, ou no mínimo pouco prestável, a manutenção de uma luta através de meios exclusivamente legais para o derrube da Monarquia, um regime que tinham já por não passível de regeneração. Retenha-se ainda que eram membros da Maçonaria muitos dos conspícuos republicanos que promoveram o republicanismo e contribuíram para a implantação da República ou que, posteriormente, ocuparam posições de relevo, nas estruturas partidárias ou do Estado, no regime saído da revolução de 1910. No plano nacional, lembremos, entre outras, as figuras de Afonso Costa, António José de Almeida, Bernardino Machado, Sidónio Pais, José de Castro, Magalhães Lima e Norton de Matos; no que respeita ao palco político bracarense, podemos citar os notáveis Domingos Pereira e Manoel Monteiro, os quais virão, aliás, a alcançar projecção nacional. No decurso dos últimos anos da Monarquia e, sobretudo, nos primeiros anos da República o número de filiados na Maçonaria cresceu visivelmente, espelhando a importância desta organização, de cariz secreto, na afirmação da política republicana.

2 – A 1ª República (1910-1926)

2.1 - O tempo do Governo Provisório

A República instaurou-se entre uma grande expectativa firmada no seio dos republicanos e um vasto conjunto de dificuldades resultantes do atraso socioeconómico e cultural do país. O republicanismo estendera-se pelo país, sobretudo nos centros urbanos, mercê de uma acção denodada e persistente de inúmeros republicanos, imbuídos da convicção de que era necessário conquistar as mentes para depois conquistar o poder. Na imprensa, nos centros republicanos, nos clubes, em comícios ou em manifestações de rua, os republicanos procuraram difundir e cimentar a sua mensagem: prometedora de um mais justo, honesto e próspero porvir; avalizadora da certeza de que a República tornaria Portugal mais respeitado na cena internacional; denunciadora do que consideravam os males estruturais da ordem política monárquica estabelecida, bem como dos vícios que manchavam a acção e mesmo o carácter de muitos dos actores políticos que suportavam e conduziam os destinos do Portugal monárquico.

A aura messiânica que imbuía a mensagem do republicanismo, e que contagiou muitos dos que trabalharam e almejavam pelo estabelecimento do novo regime, vislumbra-se já com clareza na justificação que um dos soldados participantes na revolução de 31 de Janeiro de 1891, no Porto, apresenta perante o juiz em tribunal, na sequência do falhanço da insurreição, quando proclama: *Eu, meu senhor, não sei o que é a República, mas não pode deixar de ser uma coisa santa. Nunca na igreja senti um calafrio assim*[27].

Por finais do século XIX, o positivismo de Auguste Comte e o socialismo de Pierre-Joseph Proudhon serviam de sustentáculo à ideologia do Partido Republicano Português, na qual se observavam ainda outras marcas ou influências, designadamente as emanadas dos republicanos espanhóis ou as resultantes da 3ª República Francesa

[27] MARQUES, A. H. O – *História da 1ª república portuguesa: estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais. 1973. p. 544.

(1878) e da República brasileira (1889). O ideário republicano, na viragem do século XIX para o século XX, patentearia ainda poucas diferenças sobre o ideário da revolução de 1820, emanente por sua vez dos grandes ideais da Revolução Francesa. As asserções da ideologia marxista acerca do inevitável curso da história e da luta de classes merecerão uma análise ponderada e moderadora da parte de alguns vultos do republicanismo. Assim acontece, designadamente, na obra *A Egreja e a Questão Social*, dissertação académica apresentada por Afonso Costa na Universidade de Coimbra, no início da década de 1890, onde o autor, a par de uma análise cáustica da encíclica *Rerum Novarum*[28], publicada pelo papa Leão XIII em 15 de Maio de 1891, discorre sobre os méritos e deméritos das diferentes doutrinas socialistas ao longo da história – desde Thomas More aos socialistas utópicos do século XIX, passando pelo "socialismo científico" de Marx, que desvaloriza – acabando por eleger, através de rasgados encómios, como mais certeira e virtuosa a perspectiva preconizada no "socialismo integral" de François Malon.

O confronto com a realidade, na sequência da vitória do movimento revolucionário de Outubro de 1910 haveria, contudo, de forçar algumas inflexões na ideologia propagandeada pelos republicanos. De facto, após Outubro de 1910 ainda que a ideologia de base que animava o Partido Republicano não revelasse significativas alterações, *a política de governo foi evoluindo à medida que a realidade abria os olhos aos republicanos e lhes mostrava a necessidade de objectivos mais determinados*[29]. De qualquer modo, se alguns mais idealistas ou radicais haviam propugnado no republicanismo do século XIX por um ideário marcadamente popular, atributo que tinham por necessário para conquistar a adesão eleitoral das massas, na entrada do século XX a ideologia do PRP assumia um cariz eminentemente burguês, mostrando-se significativamente diluídas as suas primevas aspirações mais igualitárias. É isto mesmo que lembra Carvalho Homem[30] ao evocar as desassombradas palavras do republicano Emílio Costa, que, na véspera da revolução de 5 de Outubro (no artigo "O Proletariado e a República", inserto na revista *Alma Nacional,* então dirigida por António José de Almeida), sentenciava que a almejada democracia haveria de consagrar a *justa*

[28] A encíclica intitulada por *De Conditione Opificum* (*A condição dos Operários*) colhe a sua designação comum, conforme o usual, dos vocábulos "Rerum novarum" que constituem as palavras iniciais deste texto papal.
[29] MARQUES, A. H. O (coord.) – *Portugal da monarquia para a república.* Vol. XI, p. 373 (ob.cit.).
[30] HOMEM, Amadeu Carvalho, ob. cit., p. 157.

expressão política da classe burguesa dominante, a qual colheria das *instituições republicanas a sanção política indispensável à sua expansão económica.*

Nos tempos imediatos à implantação da República, uma inflação acrescida fragilizará ainda mais o débil poder de compra das massas populares, esbatendo as expectativas que as mesmas pudessem ter acalentado acerca de uma vida melhor com o advento do novo regime. Colocados perante um quadro sociolaboral agravado, cedo os trabalhadores começam a responder com greves, na demanda de melhores salários e condições de trabalho. Os anarco-sindicalistas, mais radicais e com forte representação entre o operariado, exortam mesmo à destruição do sistema capitalista, ao fim do Estado centralizado, e à abolição da propriedade privada – epítome das injustiças sociais, entendiam. Os governos republicanos tendem a percepcionar os grevistas como forças reaccionárias que, directa ou indirectamente, servem os inimigos do regime, os saudosos da defunta Monarquia. O patronato reage pouco favoravelmente às reclamações dos trabalhadores e os fura-greves ganham a protecção da novel Guarda Republicana, do Exército e dos batalhões de voluntários.

De qualquer modo, a natural pretensão de conseguir um alargado acolhimento popular para o novo regime republicano exigia não só uma catequização progressiva das massas, mas também, incontornavelmente, uma melhoria material das suas condições de trabalho e de vida. A satisfação deste último desiderato, pelo Governo Provisório e pelos demais executivos republicanos subsequentes, mostrava-se assaz difícil, perante uma conjuntura adversa e que virá a degradar-se manifestamente, escassos quatro anos depois, na sequência da deflagração da Primeira Guerra Mundial. Perante a atrofia económica e as perspectivas mirradas de um futuro melhor, a emigração, uma marca multissecular na nossa história, apresentar-se-á como a alternativa para muitos portugueses. Reflexo dos tempos difíceis, a saída de portugueses para outros países, preferencialmente para o Brasil como sucedia desde há muito, incrementar-se-á notoriamente após Outubro de 1910 (cerca de 300.000 nacionais abandonam o país entre 1911 e 1914). O período 1ª Grande Guerra, devido às manifestas dificuldades dos tradicionais países receptores dos emigrantes europeus, ficará naturalmente marcado por uma forte retracção nas saídas de nacionais.

E se nos tempos imediatos à revolução de 5 de Outubro a supressão da quase totalidade dos diversos feriados religiosos[31] – resultante do cunho laicista que a

[31] Os feriados serão doravante os seguintes: 1 de Janeiro, consagrado à fraternidade universal; 31 de Janeiro, consagrado aos percursores e aos mártires da Republica; 5 de Outubro, consagrado aos heróis da

República cedo começou a vincar – implicou mesmo um aumento dos dias anuais de trabalho, redundando pois num prejuízo objectivo para os assalariados, outras medidas de indiscutível alcance social e com a indelével marca precursora da modernidade foram, contudo, adoptadas pelos governos da Primeira República. O Governo Provisório, através de decretos datados de 9 de Janeiro e 8 de Março de 1911, determinou a obrigatoriedade do descanso dominical; outros executivos republicanos progressistas adoptarão posteriormente medidas socialmente avançadas, como sejam a redução da jornada de trabalho e a obrigatoriedade da assistência aos acidentados no exercício de actividade profissional[32]. E se nuns casos – com esta legislação – a República não fazia mais do que colocar o país na senda das reformas já encetadas noutros estados europeus ainda no século XIX (como sucedia na assistência aos acidentados), noutros casos o pendor reformista do regime acabou mesmo por assumir uma feição algo vanguardista, como sucedeu com a redução do horário de trabalho. Legislação publicada no ano de 1915 discriminará a duração máxima do trabalho diário, privilegiando, no entanto, alguns sectores dos serviços: aos empregados de escritório e aos bancários cumprirá doravante trabalhar sete horas diárias, enquanto que o operariado e demais trabalhadores ficam obrigados a uma jornada que oscila entre as oito e as dez horas[33]. Poucos anos depois, em 1919 (decreto 5516, de 7 de Maio) o governo de Domingos Pereira imporá para todas as profissões o limite de oito horas de trabalho diário e quarenta e oito horas semanais. Uma vez mais, seguíamos a peugada da vanguardista França que, no mês anterior, acabara de adoptar legislação semelhante. No articulado do Tratado de Versalhes (1919) será igualmente rubricado por vários países o compromisso da adopção de igual horário de trabalho nos respectivos territórios, deliberação que será posteriormente confirmada pela Convenção de Washington ainda nesse mesmo ano. As resistências do patronato a esta legislação, em

---

República; 1 de Dezembro, consagrado à autonomia da Pátria portuguesa; 25 de Dezembro, consagrado á família. Os municípios podem ainda considerar um dia por ano como feriado "de entre os que representam as festas tradicionais e características do Município", determina ainda o texto deste decreto (Decreto de 12 de Outubro de 1910 - D. G. nº 7, de 13 de Outubro de 1910).

[32] O descanso dominical era uma reclamação que já se arrastava desde finais do século XIX e que encontrava acolhimento numa parte significativa do patronato devido a motivações ético-religiosas (o descanso do Criador ao sétimo dia, referenciado no texto bíblico, estatuía-se como um forte condicionamento cultural para o patronato). Em 1913, o governo de Afonso Costa publica uma lei (lei nº 83, de 24 de Julho) que atribui ao patronato a obrigação de salvaguardar a assistência aos acidentados no trabalho. Mais tarde, o decreto 5637, de 10 de Maio de 1919, suprirá algumas lacunas detectadas na lei 83 (o seu articulado continuara a deixar desamparados os trabalhadores quando os seus patrões não tinham efectuado seguro de trabalho nem dispunham de meios económicos para os socorrer) ao dispor agora que "o seguro dos assalariados e empregados de todas as profissões é obrigatório para o patrão, abrangendo os indivíduos ao seu serviço que recebam salário, ordenado ou remuneração de qualquer ordem."

[33] Poderemos entrever nesta discriminação algum pendor pequeno-burguês do novo poder republicano.

Portugal como noutros países, estender-se-ão por diversos anos, mas estas novas disposições legais acabarão por impor-se[34].

Rodeado de monarquias na Europa, conforme já referimos, o regime republicano encontrará dificuldades em garantir o seu reconhecimento no plano internacional. No imediato, a República beneficiará do reconhecimento do Brasil e da Argentina, mas passarão ainda muitos meses até que outras relevantes potências na cena internacional adoptem igual procedimento: os Estados Unidos da América reconhecerão o novo regime apenas em 11 de Maio de 1911, nas vésperas das eleições para a Assembleia Constituinte, enquanto que a vizinha Espanha, a aliada Inglaterra, assim como a generalidade dos países europeus, protelarão a declaração formal de reconhecimento até à efectiva aprovação da nova constituição republicana**.**

Da acção legislativa do Governo Provisório, para além daquela que já referimos, designadamente as leis sobre o trabalho, podemos realçar ainda diplomas diversos. Alguns destes diplomas legais assumem um perfil emblemático e incontornável, como sucede com a adopção de um novo hino nacional (A Portuguesa) e de uma nova moeda (o escudo). Outros decretos saídos do primeiro governo republicano, ainda que também eivados de profunda carga simbólica, aparecem inequivocamente conectados com assumidos propósitos laicizadores do regime: a expulsão dos Jesuítas e adopção de medidas que visam a extinção do clero regular no país[35]; o fim do juramento religioso em cerimónias do Estado ou civis, incluindo as académicas, adoptando-se doravante uma formulação laica[36]; o fim do ensino religioso nas escolas primárias e normais primárias[37]; a anulação das matrículas no primeiro ano da Faculdade de Teologia de Coimbra, de que resultaria o fim da instituição a partir de 1914[38]; o fim das sanções legais para os ataques efectuados na imprensa contra a religião[39]; a legalização do direito ao divórcio[40]; a adopção do Registo Civil obrigatório[41]. Em 20 de Abril de 1911, a Lei da Separação, como que condensando o espírito e a letra de muitas das transformações operadas por toda esta legislação que acabamos de referir, clarifica, ao

[34] Para esta questão da legislação adoptada pelos governos republicanos no domínio do trabalho pode atentar-se no artigo de FERREIRA, David "Trabalho, Leis do", in SERRÃO Joel (dir.) – Dicionário de História de Portugal. Porto: Livraria Figueirinhas. 1984. Vol VI, pp. 184-188.
[35] Decreto de 8 de Outubro de 1910 (D. G. nº 4 de 10 de Outubro de 1910).
[36] Decretos de 18 de Outubro de 1910 (D. do G. nº 12, de 19 de Outubro de 1910) e de 23 de Outubro de 1910 (D. G. nº 16, de 24 de Outubro de 1910).
[37] Decreto de 22 de Outubro de 1910 (D. do G. nº 16, de 24 de Outubro de 1910).
[38] Decreto de 23 de Outubro de 1910 (D. do G. nº 16, de 24 de Outubro de 1910).
[39] Decreto de 28 de Outubro (D. G. nº 21, de 29 de Outubro de 1910).
[40] Decreto de 3 de Novembro de 1910 (D. do G. nº 26, de 4 de Novembro de 1910).
[41] Decreto de 18 de Fevereiro de 1911 (D. do G. nº 41, de 20 de Fevereiro de 1911).

longo dos seus 196 artigos, as relações da República com a Igreja Católica e demais confissões religiosas. Esta lei, não obstante pretender expressamente assegurar a neutralidade religiosa do novo regime (como o faziam, desde há muito, os Estados Unidos da América, por exemplo), acabará por fomentar uma animosidade persistente da Igreja com República (interrompida pelo consulado sidonista), que assim verá fragilizadas as suas bases sociais de apoio[42]. Com esta lei, da autoria de Afonso Costa, a República cortava com tradições de há muito enraizadas no país (entre outras disposições declarava, por exemplo, a inelegibilidade dos párocos para as juntas de paróquia, impedia a utilização de símbolos ou emblemas religiosos "nas fachadas dos edifícios particulares" e proibia a utilização, "fora dos templos e das cerimónias cultuais de hábitos ou vestes talares"), afrontando o estatuto da Igreja Católica, a quem imputava visível responsabilidade no atraso socioeconómico e mental patenteado pela população portuguesa[43]. A Igreja, inevitavelmente, reagiu procurando aliciar as populações na defesa dos seus tradicionais direitos e privilégios, conquistando mesmo as simpatias de indivíduos que inicialmente tinham recebido com agrado a mudança do regime[44].

A 28 de Maio de 1911 realizaram-se as eleições para a Assembleia Constituinte, da qual haveria de sair, cerca de três meses depois (21 de Agosto), uma nova Constituição legitimadora do regime. A configuração da arquitectura política do regime originou intensos debates na Assembleia e não menor polémica na imprensa. O temor acerca da instalação de um regime tendencialmente autoritário, centrado na figura do presidente da República ou mesmo apoiado no excesso de poderes concedidos ao governo, prevaleceu entre os deputados que optaram pela definição de um regime marcadamente

---

[42] "No seu significado, a lei da separação tinha um alcance profundo uma vez que laicizava o Estado, funcionarizava o clero, expropriava os bens da Igreja, abria o caminho a uma nova prática política regalista e entregava o culto aos cidadãos organizados em corporações próprias", afirma Vítor Neto na obra *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal* (1832-1911). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1998, p. 272.

[43] Entre os líderes do regime republicano ninguém parecia então vislumbrar o menor sinal da materialização do presságio optimista adiantado de Magalhães Lima vinte anos antes – talvez nem o próprio Magalhães Lima – quando este dissera acreditar que os padres estavam receptivos para a instauração da República (relembro o artigo "Estão Verdes", do *Commercio do Minho*, nº 2613, 25/09/1890, referido numa nota atrás).

[44] D. Wheeler, a este propósito, refere o exemplo do integralista António Sardinha, que embora tendo recebido favoravelmente a República, na fase inicial, acabará a combatê-la, mercê da progressiva assunção de um perfil marcadamente anticlerical pelo regime: *Assim que a Igreja Católica passou a ser perseguida – qualquer que tivesse sido o seu papel anterior na sociedade – aumentou de popularidade e o povo voltou-se para a Igreja como nunca o fizera. António Sardinha, antes de 1911, tinha sido republicano, desconsolado com a corrupção da Monarquia; sua mãe influenciou aparentemente a sua mudança para o monarquismo e para o catolicismo, quando lhe disse: "Agora que eles (o governo) querem destruir a religião, é necessário ir à Igreja."* (WHEELER, Douglas L. – História política de portugal:1910-1926. Mem Martins: Publicações Europa-América. 1985. ISBN 9789721011144, p. 8.

parlamentar. O texto constitucional negou ao presidente da República o poder de dissolver o Parlamento, impedindo-o de arbitrar mais activamente a vida política. Como consequência desta disposição constitucional, aquando da emergência de crises parlamentares manifestadas na queda de governos, o presidente da Republica viu-se coagido à promoção de entendimentos partidários, entre facções de partidos, que se revelaram repetidamente efémeros. Depois de muita instabilidade e de muitas vozes avisadas a clamarem contra esta limitação dos poderes presidenciais, uma revisão constitucional efectuada em 1919 haveria de conferir ao presidente da República o poder de dissolução do Parlamento, ainda que sem os almejados efeitos: entre 1919 e Maio de 1926 os portugueses assistiriam à formação de quase três dezenas de governos, num período provadamente assente na instabilidade política.

Os partidos monárquicos extinguiram-se nos tempos imediatos à instalação do novo regime, mas os monárquicos naturalmente não se evaporaram. A nova Constituição estatuía logo no seu artigo 1º que a República era o novo regime político do país. Aos monárquicos restou o recuo defensivo momentâneo, manifestado de formas diversas: o exílio no estrangeiro para aqueles que tinham desempenhado papéis de maior relevo durante a Monarquia; o abandono da actividade política ou a opção pela abstenção nos actos eleitorais imediatos; a integração nos Centros Republicanos do PRP (os oportunistas "adesivos", conforme eram identificados e denunciados pela imprensa, que chegarão mesmo a alcançar a liderança de alguns destes centros na província) ou noutros partidos autorizados; a tentativa de derrubar o regime pela força das armas, situação que se verificou por várias vezes – ocorrendo a primeira logo Outubro de 1911, escassas semanas volvidas sobre a formação do primeiro governo constitucional e cerca de um ano após a implantação da República.

2. 2 - Do primeiro governo constitucional ao eclipse do regime (1911-1926)

Eleito presidente da República pelo Parlamento, Manuel de Arriaga indigitará João Chagas para a chefia do primeiro governo constitucional, cuja composição reflectia a tentativa de agregar e conciliar as diversas correntes do campo republicano. Porém, assinalando um estigma que persistirá como uma marca estrutural do regime, Chagas resistirá pouco mais de dois meses à frente deste primeiro executivo. Com efeito, não obstante os créditos ganhos pela resistência bem sucedida contra os rebeldes chefiados por Paiva Couceiro, que em 5 de Outubro de 1911 atravessam a fronteira portuguesa na região transmontana com o intuito de repor a Monarquia no país, Chagas tornar-se-á vítima das desavenças políticas emergentes entre os republicanos no Parlamento, as quais são reflectidas e agudizadas pela impiedosa imprensa republicana[45].

As divergências entre os republicanos, patentes no progressivo afastamento do PRP de históricas e emblemáticas figuras do republicanismo, como Sampaio Bruno, Basílio Teles – que recusara já integrar o Governo Provisório –, Guerra Junqueiro, ou Machado dos Santos, acabarão mesmo por consumar-se numa efectiva cisão no Parlamento. À liderança de Afonso Costa na facção dominante e mais radical do PRP, entretanto reconhecida como Partido Democrático, contraporão António José de Almeida e Brito Camacho, numa efémera coligação, a União Nacional Republicana, nos começos de Novembro de 1911. A ambição pessoal, a tentação de afirmar o protagonismo por parte destas duas últimas personagens, imporá vida curta a este projecto: em Fevereiro seguinte nascerão a União Republicana, sob o comando de Brito Camacho, e o Partido Evolucionista, com António José de Almeida na liderança.

[45] A partir da capital, os jornais *O Mundo* (publicado deste 16 de Abril de 1900), *A Lucta* (editado deste 1 de Maio de 1906) e *República* (surgido em 15 de Janeiro de 1911) e *O Intransigente* (editado desde 12 de Novembro de 1910), com particular destaque, ecoam e incendeiam na praça pública as dissensões entre os republicanos, designadamente as observadas no Parlamento. O *Mundo* encontra-se vinculado à facção de Afonso Costa e Bernardino Machado; *A Lucta* é o órgão de Brito Camacho e seus pares; *A República* é o jornal de António José de Almeida; *O Intransigente*, dirigido por Machado dos Santos, o "herói da Rotunda" na revolução de 5 de Outubro de 1910, é o emblemático porta-voz de um dos minoritários mas combativos grupos republicanos da época. Outros jornais de cariz republicano, em Lisboa ou no Porto, para citar apenas as principais cidades do país, assumem uma postura mais independente, como sejam o *Diário de Notícias*, *O Século* e o *Primeiro de Janeiro*.

Depois de se terem sucedido três governos constitucionais em pouco mais de um ano[46], Afonso Costa assumirá, em Janeiro de 1913, a chefia de um governo exclusivamente confinado aos apoios do Partido Democrático. Afonso Costa granjeará os louros da melhoria das contas públicas, ao conseguir um *superavit* no orçamento desse ano, mas não deixará de ser afastado por Arriaga, da liderança do executivo, em Fevereiro do ano seguinte. Embora no Parlamento e nas ruas a oposição bramasse contra a ditadura do "democráticos", estes não conseguiam nas eleições o controlo pleno do Congresso (a maioria simultânea nas câmaras do Senado e dos Deputados) o que dificultava a preservação da estabilidade governativa. Os governos de coligação revelavam-se repetidamente frágeis porque requeriam a conjunção de vontades da parte de diversos líderes republicanos que acabavam por colocar os interesses estritamente partidários e a sua vontade de protagonismo acima das necessidades da nação. Ademais, a eficácia da acção dos ministros, dos diversos governos, era ainda diminuída pelo facto de os mesmos estarem constitucionalmente vinculados a uma presença quase continuada nas sessões do Parlamento[47].

Em Janeiro de 1914, Arriaga, na sequência da aprovação de uma moção de desconfiança no Parlamento e perante as muitas pressões internas e internacionais – particularmente as veiculadas pela imprensa inglesa – para afastar os radicais afins a Afonso Costa, remeterá para Bernardino Machado a tarefa de liderar um governo não partidário, a quem competiria assegurar a estabilidade e a conciliação de que o país e o regime careciam. A Bernardino Machado caberia, designadamente, a elaboração de uma lei de amnistia que libertasse muitos dos indivíduos encarcerados por questões políticas (ainda que no quadro do envolvimento em acções violentas, como sucedia com os participantes nas rebeliões militares de Junho e Outubro de 1913), esvaziando assim as críticas colocadas, interna e externamente, perante o exagero da repressão sobre os inimigos da República[48].

---

[46] Governo de João Chagas entre 3 de Setembro e 12 de Novembro de 1911; governo de Augusto de Vasconcelos entre 12 de Novembro de 1911 e 16 de Junho de 1912; governo de Duarte Leite entre 16 de Junho de 1912 e 9 de Janeiro de 1913.

[47] O artigo 52º da Constituição dispunha expressamente que "os ministros devem estar presentes nas sessões do Congresso e têm sempre o direito de ser ouvidos em defesa dos seus actos."

[48] Enquanto ministro (embaixador) de Portugal no Brasil, entre 1912 e 1914, Bernardino Machado clamara já repetidamente por uma amnistia, que julgava capaz de aumentar o prestígio do regime, de consolidá-lo interna e externamente. A lei da amnistia que sairá do seu primeiro governo (B. Machado chefiará um primeiro executivo entre 9 de Fevereiro a 23 de Junho de 1914, mantendo-se na liderança do governo seguinte, desde esta última data até 12 de Dezembro desse mesmo ano) retirará cerca de dois mil indivíduos das prisões mas deixará ainda muitas vozes a reclamar contra a sua deficiente abrangência.

A governação de Bernardino Machado, que resiste cerca de um ano à frente do executivo, insinuará a aparente incapacidade do regime em adoptar um programa simultaneamente reformista e conciliador, abrindo-se, pois, o caminho para a aposta em soluções políticas autoritárias. Entre Janeiro e Maio de 1915, sob a liderança de Pimenta de Castro, uma ditadura militar submergirá a República. Os monárquicos mais afoitos entrevêem na nova governação uma oportunidade para se robustecerem e reorganizarem, intentando mesmo discutir a natureza do regime. Era cedo, por agora: uma contra-revolução, em Maio seguinte, devolverá o controlo do governo ao Partido Democrático. Mas no final de 1917 Sidónio Pais assumirá o poder, numa *República Nova* marcada por um caminho breve e de perfil autoritário. Volvido um ano, o assassinato do novo chefe, em Dezembro de 1918, virá a propiciar a instauração da fugaz Monarquia do Norte, entre 19 de Janeiro e 13 de Fevereiro de 1919 – tarefa levada a cabo por alguns dos órfãos do sidonismo. Os republicanos reassumirão, pois, o poder sobre a totalidade do país, a instabilidade política prosseguirá (agudizada) até 1926, e a questão do regime (Monarquia *versus* República) prolongar-se-á muito adentro da ditadura do Estado Novo.

Intentando-se cotejar as realizações da 1ª República com as expectativas de muitos republicanos e com as formulações do programa do PRP, ou de outros partidos republicanos entretanto fundados, torna-se patente a modéstia global dos resultados alcançados, particularmente ainda na vertente socioeconómica. Certo é que o novo regime, conforme se esclareceu já, emergiu numa conjuntura internacional adversa[49], o que desculpará, em boa parte, os insucessos constatados.

Com o governo de Afonso Costa aparecerá (1913) o Ministério da Instrução, o que denota, por si só, a relevância simbólica entretanto conferida à questão do ensino e da educação republicana das massas. A preocupação dos republicanos com esta problemática não deixará de ter alguns reflexos positivos na abordagem do magno problema do analfabetismo no país. Assim mesmo, por 1926, não obstante os reais esforços efectuados pelos governos republicanos ao longo dos dezasseis anos do regime,

---

O encontro de uma solução satisfatória para os muitos indivíduos detidos pelos governos republicanos (monárquicos predominantemente, mas não só) era uma das exigências Inglaterra e de outros países ocidentais, designadamente da imprensa inglesa que mereciam ao interesse e respeito da República.

[49] Relembramos a paisagem monárquica que submergia a Europa política, mas também a pobreza, a morte e o sofrimento decorrentes da 1ª Guerra Mundial, na qual Portugal foi também um participante activo.

constatar-se-á que, no conjunto da população, sobrevirão ainda cerca 70% de analfabetos.

No respeitante ao ideário político republicano, pode enfatizar-se o abandono da ideia de consagrar o sufrágio universal como uma marca identificadora do regime. A primeira lei eleitoral republicana, de 5 de Abril de 1911, restringia já o direito de voto apenas aos portugueses que soubessem ler e escrever ou que, sendo analfabetos, fossem chefes de família há mais de um ano, excluindo ainda um considerável grupo de indivíduos da competência eleitoral, como fossem os falidos, os pronunciados com trânsito em julgado, os naturalizados ou os beneficiários da assistência pública. Destes condicionalismos resultou, em Portugal Continental, um corpo eleitoral de cerca de 850 000 recenseados (superando em 150 000 o número observado no último acto eleitoral Monarquia, mas também claramente abaixo do universo de cerca de 1 500 000 de recenseados que resultaria da aplicação do sufrágio universal masculino). A omissão da lei relativamente à identidade sexual do eleitor permitiria até que as mulheres pudessem exercer o direito de voto, conforme terá acontecido, pelo menos, com a médica Carolina Beatriz Ângelo. Porém, uma revisão desta lei, efectuada 3 de Julho de 1913, restringirá, doravante, o direito de voto apenas aos alfabetizados do sexo masculino. Afonso Costa, à época o chefe do governo, argumentará no Parlamento que a exclusão de todos os analfabetos pela nova lei eleitoral se impunha, pois que *indivíduos* (…) *que não têm ideias nítidas e exactas de coisa nenhuma, nem de nenhuma pessoa, não devem ir à urna, para não se dizer que foi com carneiros que confirmámos a República*[50]. Diversas restrições à capacidade eleitoral transitam da lei anterior, enquanto que uma inovação perigosa é introduzida: os militares no activo ficam sem o direito de voto. Com esta última restrição o Partido Democrático alegava querer obstaculizar à partidarização das Forças Armadas, as quais deveriam estar devotadas à defesa da República e afastadas de qualquer tentação golpista. A medida mostrou-se, contudo, perversa: o mal-estar aumentou entre os militares e terá contribuído, certamente, para as malogradas rebeliões armadas observadas no final de Junho e em 21 de Outubro desse mesmo ano, atrás já referenciadas. Destas restrições, introduzidas na lei eleitoral de 1913, resultou, naturalmente, um encolhimento do corpo de recenseados para um total de cerca de 600 000 indivíduos. Em 1915, foram publicadas novas alterações à lei eleitoral, de entre as quais sobressai a reposição do direito de voto aos militares no activo. Uma nova lei

[50] Da intervenção de Afonso Costa no Parlamento em 12 de Junho de 1913.

eleitoral da governação de Sidónio Pais instituirá o sufrágio universal masculino, mas esta concessão não sobreviverá ao desaparecimento da República Nova. Com efeito, após 1919 serão introduzidas algumas alterações na legislação eleitoral, as quais, no essencial, manterão as disposições constantes da anterior lei eleitoral de 1915.

Conforme é sabido, e se deixou já entrevisto atrás, a deflagração da 1ª Guerra Mundial agravará significativamente as condições de vida dos portugueses, como dos demais europeus designadamente, e transformar-se-á, por isso mesmo, num obstáculo à percepção de uma imagem positiva acerca da República entre os portugueses. Portugal só entra no teatro de guerra em solo europeu em 1917 – o rompimento das hostilidades com a Alemanha surgirá na sequência do apresamento de navios deste país, ancorados em portos portugueses, determinado em 24 de Fevereiro de 1916 por um novo governo chefiado por Afonso Costa – mas já desde 1914 que combatia os alemães nas nossas colónias africanas. Num sinal de que já então as relações entre Portugal e a Alemanha estavam deveras deterioradas – e talvez numa antevisão de que poderiam mesmo vir a piorar perante o eventual cenário da entrada de Portugal no conflito em solo europeu, ao lado dos ingleses – no governo democrático de Azevedo Coutinho[51] o Ministério do Interior enviara para os governos civis instruções para adoptarem medidas de coacção, legais, que dificultassem a saída do nosso país por parte dos alemães aqui residentes. Com efeito, num telegrama – modelo, certamente – enviado para o governo civil de Braga, com data de 26 de Dezembro de 1914, pela direcção-geral daquele ministério escreve-se:

> Corroborando o telegrama que pelo gabinete do Ex.mo Ministro do Interior foi dirigido a V. Ex.ª em data de hoje, encarrega-me o mesmo Ex.mo ministro de recomendar a V. Exª nas circumstancias actuaes, que, com a maior solicitude, evite a saida de Portugal dos alemães residentes no nosso paiz.
>
> V. Ex.ª, pelos serviços combinados da policia de emigração clandestina, da guarda nacional republicana, da policia civica d'esse districto e da guarda fiscal, embora não se declare expressamente que fica proibida a saida para fóra do paiz dos alemães residentes em Portugal, deve, discretamente conseguir que aquela ordem

[51] Azevedo Coutinho acabara de tomar posse como presidente de um novo ministério. Sobreviverá à frente do governo pouco mais de um mês, entre 12 de Dezembro de 1914 e 25 de Janeiro seguinte.

> do Ex.mo Ministro seja cumprida, servindo-se para isso, entre outros meios, das exigencias que o decreto de 17 de julho de 1871 indica ou facilita[52].

Com a passagem a interveniente directo no conflito, Portugal almejava precaver a futura defesa dos nossos interesses coloniais e simultaneamente procurava ainda garantir, em definitivo, a respeitabilidade internacional para o regime, mormente por parte da Inglaterra, o que não tinha ainda sido plenamente conseguido. Os monárquicos, os anarquistas e os republicanos unionistas, de Brito Camacho, opunham-se tendencialmente ao envolvimento de Portugal no conflito. Boa parte da imprensa republicana, contudo, desenvolveu a apologia da atitude intervencionista do governo de Afonso Costa.

A magnitude dos desafios doravante colocados a Portugal propiciou a conjuntural pacificação do panorama político português: entre Março de 1916 e 25 de Abril de 1917 o governo da *União Sagrada*, uma coligação do Partido Democrático e do Partido Evolucionista, dirigirá os destinos do país, com o líder deste último partido, António José de Almeida, à cabeça[53].

As crises frumentárias, a fome, as notícias dos mortos que caem nos campos de batalha desgastam a imagem do governo. Os meses de Maio, Junho e Setembro de 1917 serão marcados por uma forte onda grevista, nas principais cidades mas também na província, à qual o governo responderá com uma repressão violenta, que originará vários mortos[54].

Figuras diversas da Igreja, monárquicos, anarco-sindicalistas, e todo um conjunto de indivíduos hostilizados ou vigiados pelos membros ou simpatizantes do Partido Democrático – membros de outros partidos ou alguns oficiais militares – tendem a

---

[52] In do Governo Civil de Braga, *Correspondência Recebida* Cx. 1 (5.1.3.1), maço de 1914. Com estas restrições colocadas à saída de alemães do nosso território, o governo português pretendia decerto assegurar que a Alemanha não tomaria intempestivas atitudes contra os interesses do nosso país, ou contra os cidadãos portugueses, pois colocava-se a possibilidade de alguma retaliação contra os seus cidadãos no nosso território.

[53] Afonso Costa, que chefiava o governo desde 29 de Novembro de 1915, passará a ocupar o lugar de ministro das Finanças neste governo da União Sagrada, que será liderado por António José de Almeida. A este primeiro governo da *União Sagrada* sucederá um outro, com Afonso Costa de novo na liderança, beneficiando do compromisso de apoio parlamentar por parte dos evolucionistas que não quiseram, porém, ocupar qualquer pasta. Sidónio Pais, com o golpe de 5 de Dezembro de 1917 colocará termo a este derradeiro governo de Afonso Costa.

[54] Entre 19 e 21 de Maio de 1917, da repressão a motins grevistas e a pilhagens de armazéns de géneros alimentícios *resultaram 25 mortos e cinco dezenas de feridos graves, além da suspensão das garantias durante um mês. Em 12 de Julho registaram-se na capital novos confrontos* com grevistas, *saldando-se em cinco mortos e numerosos feridos e presos* (in MARQUES, A. Oliveira, *Nova História de Portugal.* Vol. XI, ob. cit., p. 716).

reagir e a conspirar. Em Dezembro de 1917, Sidónio Pais, almejando corporizar os sentimentos do país profundo e mais conservador, tomará o poder. Os unionistas, há muito agastados com o que apelidavam de "ditadura" dos democráticos, inicialmente apoiam a governação de Sidónio. Todavia, em Abril de 1918, quando Sidónio se faz eleger presidente da República através de eleições directas já não contará com o apoio do partido fundado por Brito Camacho.

Os últimos anos da República, marcados por extrema volatilidade governativa e aguda crise económica e social, prenunciam a emergência de uma solução ditatorial, perspectiva que é reforçada pelo contágio imanente da Europa, onde vão proliferando as soluções políticas autoritárias. Particularmente gravoso, no nosso país, mostra-se o período que decorre entre 1919 e 1921: o escudo apresenta uma desvalorização de cerca de 400%, o défice e a dívida pública crescem aceleradamente e assiste-se à falência de cinco bancos. Exactamente um terço dos 45 governos da Primeira República são empossados neste curto período. Em 19 de Outubro de 1921 ocorre uma rebelião militar particularmente violenta e gravosa nas suas consequências: entre os vários mortos, contam-se o primeiro-ministro António Granjo e Machado dos Santos, o emblemático "herói da Rotunda" na revolução de Outubro de 1910.

Após Fevereiro de 1922 o país conhecerá uma tranquilidade política relativa, com António Maria da Silva a manter-se à frente do governo durante perto de dois anos[55]. Este período não constituiu, porém, mais do que um intervalo breve num prolongado curso marcado pela agitação, pela instabilidade político-social: entre Maio de 1921 e Maio de 1926 ocorreram nada menos do que dez tentativas de golpes de estado, bem ou mal sucedidas, no móbil das quais a dissolução do Congresso se apresentava como um objectivo recorrente. As eleições ocorridas durante toda a 1ª República encontraram no Partido Democrático um recorrente vencedor, particularmente na Câmara de Deputados, o que fazia a oposição clamar, também repetidamente, contra a "ditadura dos democráticos", como já referimos. O Partido Democrático possuía uma história, uma estrutura organizativa e um lastro ideológico, que o tornavam na maior e mais eficaz máquina eleitoral da época, mas é também certo que o caciquismo e as práticas de coacção por parte das autoridades, designadamente nos planos local e regional, possuíam uma larga tradição – manifesta claramente desde o tempo da Monarquia

[55] António Maria da Silva liderará três governos entre Fevereiro de 1922 e Dezembro de 1923. Assumirá ainda a chefia do derradeiro governo da Primeira República.

Constitucional mas também agora detectada, de forma eventualmente menos opressiva, na República. Empenhados, decerto, em diminuir a tensão e a conflitualidade politico-partidária, os diversos governos enviavam instruções para os Governos Civis reclamado a neutralidade das autoridades no desenvolvimento dos actos eleitorais. Da repetição destas directivas dos governos podemos efectivamente reter a real existência do fenómeno[56].

Em Maio de 1926, nas vésperas da revolução que porá termo à 1ª República, no Parlamento desenvolviam-se tumultuosas sessões, envolvendo questões diversas que conjugavam o bloco das oposições contra maioria afecta ao Partido Democrático. A rua agitava-se. Na imprensa pairavam textos diversos a anunciar a inevitabilidade, a breve prazo, da eclosão de um novo movimento revolucionário. Comparativamente com os demais movimentos revoltosos observados desde Outubro de 1910, a revolução desencadeada pelos militares em 28 de Maio virá, porém, a assumir um destino mais marcante: promoverá a instalação progressiva de um regime que se distinguirá, no plano mundial, como um das mais duradouras ditaduras no século XX.

[56] Veja-se diversos exemplos de práticas de caciquismo assim como de instruções governamentais a reclamar a neutralidade das autoridades administrativas nos actos eleitorais em *Anexos IV*.

3 – Do 28 de Maio aos primórdios do Estado Novo (1926-1933)

A partir de Braga, em 28 de Maio de 1926 os militares desencadeiam um movimento revoltoso que promete a ordem e a estabilidade que muitas vozes clamavam. Perante um país, em grande parte, politicamente exausto ou indiferente, prometendo ocupar o poder apenas o tempo necessário, os novos senhores serão tolerados e aceites até por organizações e figuras de insuspeito republicanismo fora do quadrante do Partido Democrático. Muitos republicanos, apoiantes do novo poder instalado na sequência da revolução, entreveriam, aliás, uma oportunidade para se guindarem, a prazo, a posições de maior relevo na vida política nacional, depois de libertos da tradicional hegemonia – que reputavam de asfixiante – do Partido Democrático. Entre os monárquicos a adesão à nova situação revelar-se-á mais entusiástica, mas também comprometedora pois as figuras mais destacadas da Ditadura persistiam em proclamar publicamente a sua fé nas virtudes da feição republicana da ordem política construída em Outubro de 1910 – a República exigia, asseguravam, uma purificação no seu modelo e na sua *praxis* política corrente, mas nunca a sua extinção.

A conjuntura internacional, marcada designadamente pelo alastrar da mancha ditatorial sobre vários países da Europa nos anos que se seguiram à primeira Guerra Mundial, fornecia também um enquadramento favorável ao estabelecimento da ditadura no nosso país.

O general Gomes da Costa através de um golpe palaciano, desencadeado em meados de Junho, concentra na sua figura o poder que inicialmente partilhava com Gama Ochôa e Mendes Cabeçadas. Será uma glória efémera: em 9 de Julho, uma nova conspiração liderada pelo monárquico Sinel de Cordes, deporá o governo liderado por Gomes da Costa – a quem será oferecido um exílio nos Açores, amenizado, entretanto, pela sua promoção ao cargo de marechal – passando a presidência do governo e da República para as mãos de Óscar Carmona, um militar provadamente conservador.

Consciente da relevância que a questão religiosa assumia no país, e das nocivas consequências que daí poderiam derivar para a solidez do novo poder instalado, a Ditadura procura desde cedo melhorar o relacionamento do Estado com a Igreja, o qual estivera muito azedado durante os governos da 1ª República, particularmente após a

aprovação da Lei da Separação. A atenção agora prestada aos interesses e reclamações da Igreja assentará em afinidades ideológicas, decerto, mas também num claro pragmatismo, pois o governo espera assim beneficiar de um apoio, no mínimo tácito, de uma instituição tão arreigada na história e na mentalidade portuguesas. Em 7 de Julho de 1926 o governo faz aprovar um decreto que, no seu artigo 1º, determina:

> As igrejas ou quaisquer edifícios destinados ao culto e suas dependências, seminários e respectivas quintas ou cercas, residências dos ministros da religião e suas dependências, paramentos, alfaias e outros objectos mobiliários em poder do Estado e ainda não destinados ou aplicados aos serviços de utilidade publica serão entregues em uso e administração às corporações encarregadas do culto católico que forem as competentes, atenta a área da situação dos bens e o fim a que eram destinados, à data do decreto de 20 de Abril de 1911.

A Igreja ficará agradada, mas vozes que lhe são próximas reclamarão mais. Alguns anos depois, no final de 1932, no *Diário do Minho*[57] escrevia-se em jeito de editorial na 1ª página: *nós sabemos que a situação jurídica da Igreja na vida nacional é muito precária, sabemos que muitas reparações que podiam ser feitas não o foram ainda (…). Quererá o Estado Novo remediar tôdos estes males e resolver por uma forma digna e justa a questão religiosa?* Contudo, haveriam de correr ainda alguns anos até que uma concordata assinada entre o Estado português e o Vaticano (1940) regularizasse, de forma mais duradoura e cordial, as relações entre o Estado Novo e a Igreja nacional.

No plano económico, no imediato, as coisas não correm bem. O défice público mostra-se crescentemente agravado. Sem meios, o ministro das Finanças, Sinel de Cordes, e o governo tentam a obtenção de um empréstimo da SDN. Da oposição, alguns notáveis exilados no estrangeiro alertam a SDN para o facto de o governo da Ditadura não possuir legitimidade para comprometer Portugal com quaisquer condições contratuais nesse empréstimo – apostas de forma afrontosa para a soberania nacional, alegavam – pois estas deveriam ser legitimadas pelo Congresso, que estava suspenso. Algumas vozes internas[58] secundam os protestos dos exilados e o empréstimo acabará

---

[57] Religião e Política. *Diário do Minho.* Braga. Nº 3966 (26-11-1932), p. 1.

[58] Brito Camacho concorda, conforme sustentam designadamente Bernardino Machado e Afonso Costa, que só ao Congresso da República cabe autorizar a contracção de empréstimos. Porém, simultaneamente, Camacho considera uma "asneira" a posição assumida pelos directórios republicanos no exílio (artigo "As proporções" de B. Camacho publicado no *Correio do Minho* de 2 de Fevereiro de 1927 (eventualmente, um artigo reproduzido a partir de um jornal de Lisboa). Cunha Leal, por seu lado, adverte publicamente contra as exigências que estarão a ser colocadas a Portugal para a concessão deste empréstimo, as quais

por não se concretizar. O objectivo de controlar as contas públicas, uma promessa da Ditadura, evidencia-se um verdadeiro fiasco. O ano de 1927 apresentará um registo inédito do défice, o que, conjugado com o desprestígio resultante da não concretização do empréstimo patrocinado pela SDN – que o governo português se vira obrigado a recusar –, ditará o afastamento de Sinel de Cordes da pasta das Finanças. Em Abril de 1928, tomará posse um novo governo, sob a liderança de Vicente de Freitas e com Oliveira Salazar à frente do Ministério das Finanças – nesta última personagem, agora definitivamente resgatada à Universidade de Coimbra, estava encontrado o futuro ícone do Estado Novo. Carmona, neste mesmo mês de Abril, será confirmado presidente da República mediante umas eleições nas quais foi candidato único.

Em Portugal, a fragilidade da economia e a debilidade crónica das finanças públicas reflectem-se nas degradadas condições de vida da generalidade da população, patentes no expressivo volume de mendicantes que se arrastam pelo país. Retomando velhas práticas[59], os governos, preocupados com a imagem das cidades, e em particular com a da capital, conquanto procurassem amenizar o problema com os débeis mecanismos de assistência pública, instruíam os governos civis para adoptarem os procedimentos necessários para confinar os indigentes às suas terras de origem. Este propósito aparece claramente expresso numa circular emitida para os Governos Civis pelo Ministério do Interior, em Julho de 1927[60], onde se lê:

> (…)
>
> não obstante as medidas de repressão adoptadas pelas autoridades policiais no sentido de evitar que vagabundos de aparência repugnante continuem a infestar as ruas de Lisboa no almejado fim de pretenderem explorar a caridade pública, mesmo assim não tem sido possível reduzir ao minimo tão vergonhoso espectáculo, pois não é raro, depois de serem mandados para as terras das suas naturalidades, vê-los regressar, dentro de pouco tempo, à capital para continuarem no exercício do seu imundo mister.

---

poderão implicar a perda da tutela portuguesa sobre os nossos territórios coloniais (a imprensa inglesa, reclamava que se Portugal não mostrava ser capaz de sanear as suas finanças então deveria também ser diminuído na soberania dos seus territórios coloniais, cuja tutela deveria passar para a Sociedade das Nações).

[59] Sobre a problemática da pobreza na Europa e as formas de a abordar pelos poderes públicos, desde a Idade Média até à época Contemporânea, veja-se o obra *A Piedade e a Forca*, do polaco Bronislaw Geremek (versão na língua portuguesa da editora Terramar, Lisboa, 1995)

[60] Circular nº 20, com data de 6 de Julho de 1927, dirigida para o Governo Civil de Braga (Arquivo do Governo Civil de Braga, *Correspondência Recebida,* 2ª Repartição, Cx. 1 (anos de 1921,1923 a 1934), 5.1.3.1, maço de 1927)

> Assim, pois, e porque também para aqueles que são realmente indigentes, os asilos e casas de beneficiência se vêem em vários embraços para os admitir, pois não comportam já tão elevado numero, encarrega-me o Exº Ministro do Interior por seu despacho de 23 do corrente mez, de chamar a atenção de V. Exª para que, recomendando este facto aos Administradores dos Concelhos desse Distrito, estes empreguem os seus melhores esforços, por todos os meios ao seu alcance, evitando a saida dos seus respectivos concelhos de tais creaturas, por ser esta única maneira de, possivelmente, se conseguir pôr termo a uma situação deveras vergonhosa.

A partir de Outubro de 1929, o mundo capitalista emerge numa profunda crise financeira e económica que obliterará rapidamente a memória da prosperidade que entretanto havia sido retomada na Europa, e que na América se manifestava com uma visível euforia consumista. Portugal verá naturalmente fragilizada a sua economia, e aumentados os gravosos problemas sociais já patentes[61].

A constituição de 1911 não foi suspensa após a revolução de 28 de Maio, mas, progressivamente, algumas das suas marcas, dos seus princípios e garantias fundamentais, são esvaziadas. A bonomia abrangente que beneficiou a acção inicial da Ditadura tende a diluir-se. As contra-revoluções militares, que envolvem recorrentemente alguns civis mais inconformados no seu republicanismo, irão suceder-

[61] As reclamações, os protestos públicos dos sindicatos ou dos desempregados são coarctados pela Ditadura instalada em Portugal, mas assim mesmo é naturalmente para o Estado que se voltam muitos desesperados, como acontece um pouco por todo o mundo capitalista. Adiante (na rubrica "Braga: o perfil da cidade e do terrtório envolvente") faremos várias referências à pobreza que se manifesta na cidade de Braga neste período, como em anos anteriores, e que cobre visíveis camadas de toda a sociedade portuguesa. Porém, desde já e a título ilustrativo dos efeitos sociais da crise que submergia o país por finais da década de 1920, retenha-se o apelo, quase lancinante, expresso numa carta dirigida ao chefe do governo português, com data de 14 de Janeiro de 1931, por Hermenegildo Martins, um pobre e pouco ilustrado cidadão de Braga, residente no Largo das Latinhas, Rua da Ponte, nº 44, que escreve assim: *Ex.ma Snra. e Snr. Presidente do Ministerio – Muito estimo que ao reçeberem éstas tristes lêtras que estegão a gosar a mais perfeita e felis saude em companhia da sua Ex.ma familia. Ex.mo Snra. e Snr. Presidente do Ministerio – Binha por êste meio alembrar a minha triste situação em que me encontro juntamente com 4 filhinhos e minha espôsa e minha pobre Mãe que é viuva. E ponhão o caso em voças Excelencias eu sem trabalho pedem-me pão eu não tenho para lhes dar, que desespero o meu. E é mesmo por êste desespero que obriga mais uma bês a encomodar o coração bondoso de suas Excelençias. Ex.ma Snra. Péça muito ao Snr. Presidente para me arranjar para guarda fiscal ou para outro emprêgo qualquer para que eu possa valér áos meus queridos filhinhos que coitadinhos tanta neçessidade tem passado e que passarão se suas Excelençias não me valem mas tenho fé que o coração vondozo de suas Excelençias que nunca me ande deixar de protegir! Péça muito ao Snr. Presidente que só êle é que me pode valér a esta triste situação que so Deus lhes pagárá tudo quanto fação por mim. Mais um vês pedia à Snra. para me mandar resposta com isto termino desejandolhes aos corações bondosos de suas Excelençias muitas feliçidades e a toda a familia.* (In Arquivo Distrital de Braga, *Correspondência Geral do Governo Civil de Braga* Cx. 29 (anos de 1929 a 1939), maço de 1931, doc. 21894).

se mas falharão sempre, acabando por originar uma deriva repressiva da Ditadura[62], progressivamente mais acantonada à direita: em Fevereiro de 1927 rebenta um movimento militar na cidade do Porto, sobrevindo centenas de mortos e feridos; em Julho de 1928, na área de Setúbal e Lisboa; em Abril e Maio de 1931, confinada aos territórios dos Açores, da Madeira e da Guiné; ainda em Agosto de 1931 emerge nova revolta na área de Lisboa.

A imprensa coloca na praça pública as avaliações entretanto manifestadas por figuras reconhecidas do público – com notoriedade granjeada durante as lides políticas dos anos anteriores – relativamente ao curso da Ditadura. Os apoios indeclináveis surgem dos indefectíveis desde a primeira hora. Contudo, alguns dos que receberam com benévola expectativa a instalação da Ditadura deixam, entretanto, escapar alguma desilusão. Por seu lado, os que de uma forma mais vigorosa sempre se opuseram à solução autoritária saída da revolução de 28 de Maio vertem também, quando possível, ou seja quando a censura ainda o permite, a sua opinião de crítica, a denúncia da ilegitimidade do poder instalado.

Em meados de Setembro, escassos três meses e meio após o desencadeamento da Revolução de 28 de Maio, Cunha Leal, um republicano conservador – conforme a si próprio se define – numa entrevista ao jornal *Correio do Minho*, aquando de uma visita que efectua à cidade de Braga em trabalho político, avaliava a legitimidade, a pertinência e o horizonte expectável da ditadura instalada através das seguintes palavras: *o Parlamento é um remedio insuficiente em momentos graves da vida nacional. Daí a necessidade da ditadura, e até a justificação da presente, que todavia*

---

[62] Numa entrevista que ocupa toda a última página do *Diário de Lisboa* de 8 de Agosto de 1927, o coronel Passos de Sousa, o então ministro da Guerra – que estaria indigitado para chefiar um novo Governo, segundo o próprio admite, embora tal não se venha a concretizar –, numa apreciação às dificuldades que se colocam ao governo da Ditadura, sustenta: *Na actual emergencia, esta obra – apesar de a ditadura parecer um processo transitorio de governo que facilita a acção administrativa – nem sempre deixa de ser eriçada de espinhos. (…) Muitas dificuldades que os governos tem de vencer resulta do feitio português, que discorda de tudo, por tudo, sem dar tempo ao tempo, fazendo de um caso pessoal um caso politico, não resistindo a pequenos despeitos, sem cada um de nós, portugueses, saber dominar-se a si proprio, já não digo transigir, que é o que fazem todos os patriotas na hora de crises dos seus países. (…) Veja esses homens de Paris! A que pode levar a paixão política, a falta de dominio sobre a propria pessoa, em homens aliás inteligentes! Os papeis clandestinos estão cheios de mentiras.* E mais adiante, nesta mesma entrevista Passos de Sousa justifica a acção repressiva que o governo tenha de tomar através das seguintes palavras: *Eu, que prego a paz nacional, num paiz que tem o cestro de andar em guerra interna entendo que este governo podia dispensar a paz que os partidos porventura lhe oferecessem. Mas desejo, só porque a nação mo deseja, que acabem as calunias, as mentiras, o ambiente revolucionario, a agitação nos espiritos. (…) O Exercito e a Marinha, que são o governo e o amparam, e defenderão, por todos os processos, a ordem publica e os interesses da Nação – não querem mais guerra dentro do pais. Nem deixarão que outros a façam.* ("Entrevista do dia – Portugal não está com a corda na Garganta" declara ao *Diário de Lisboa* o ministro da Guerra. (Ultimas Noticias). *Diário de Lisboa*. Lisboa. Nº 1941 (8-8-1927), p. 8.).

não pode ser perduravel. Cunha Leal revelava ainda que o seu partido, a União Liberal Republicana, recém-criado a partir de uma cisão do Partido Nacionalista, embora não aceitando – *de nenhum modo*, frisa – participar em governos de concentração, emparceirando designadamente com os democráticos, não teria *relutância em aceitar o poder* para tentar *a realização do nosso ideal de ordem na Republica* (…) *no momento oportuno*[63]. Em 16 de Dezembro seguinte o partido de Cunha Leal já mostrava, porém, uma cumplicidade mais desinibida com o governo da Ditadura: uma notícia veiculada pelo mesmo *Correio do Minho*[64] revelava que *em virtude da nota oficiosa da União Liberal Republicana, hontem publicada, alguns membros deste partido vão intensificar a sua propaganda na província*.

O Partido Republicano Nacionalista, após a ascensão de Júlio Dantas à liderança em 1927, prepara-se para a sua extinção voluntária, colando-se as suas figuras ao governo da Ditadura. O programa patente no manifesto deste partido, que emergira no panorama político nacional em 1923, prometia uma boa governação para o país, corrigindo os desmandos na casa que *a ditadura permanente de um só partido* [o Partido Democrático] *desarrumou*, e veiculava princípios que, no fundamental, serão apropriados progressivamente pela Ditadura e depois pelo Estado Novo. Não se poderá estranhar pois esta aproximação[65].

Um ano depois da revolução de Maio de 1926, Brito Camacho, um denodado adversário de Afonso Costa e do Partido Democrático, mostra-se ainda algo contemporizador com a Ditadura, considerando-a o corolário inevitável da desordem e falsa democracia vividas durante a 1ª República. *As eleições eram uma burla a representação nacional uma mentira*, afirma Camacho, que entende, contudo, que a Ditadura não pode deixar de ser passageira, em nome da conciliação necessária: *a situação em que nos encontramos, creada pelas circunstancias, só pode sair-se por uma de duas maneiras – ou por um entendimento honesto, ou por um acto violento*[66].

---

[63] Veja em *Anexo XIV* o texto desta entrevista, publicado no *Correio do Minho* de 12/09/1926 (edição nº 60, p. 1).

[64] A URL e a Situação. *Correio do Minho*. Braga. Nº 140 (16/12/1926), última página.

[65] Nas *Minhas Memórias de Salazar* (Lisboa: Verbo. 1977), Marcelo Caetano evoca alguns traços da personalidade de Júlio Dantas, sua companhia na visita que ambos efectuaram ao Brasil, em Agosto de 1941, para agradecimento da colaboração deste país na Exposição do Mundo Português, realizada em Lisboa no ano anterior. Marcelo revela ter descoberto, no alargado convívio a que ambos foram então forçados, que Júlio Dantas era, de facto, uma figura anacronicamente conservadora, merecedora da caricatura de Almada Negreiros no célebre "Manifesto Anti-Dantas".

[66] Veja-se em *Anexos XIV* (4) o artigo "Distingamos", da autoria de Brito Camacho, publicado na primeira página do jornal bracarense *Correio do Minho* de 12/06/1927 (nº 314).

Algumas semanas mais tarde, António José de Almeida, numa declaração estampada n'*A República Portuguesa* a 18 de Julho de 1927, a par da reafirmação de uma profissão de fé nas virtudes do regime republicano, formula um apelo à união, pacificadora, de todos os portugueses, na qual poderemos vislumbrar alguma resignação perante a situação vigente:

> Afastado pela força das circunstancias individuais da política activa, cada vez, apezar do meu isolamento, me sinto mais integrado e solidarisado com as aspirações republicanas, do Povo – aspirações que, mais do que nunca, são para mim a expressão suprema do Patriotismo e o simbolo verdadeiro da Liberdade. Quanto a mim, há só um remedio para restabelecer na sociedade portuguesa a paz e o socego. E' o mesmo remedio de ontem, que inadvertidamente se não tomou, o mesmo que, a aplicar-se amanhã, será já ineficaz por tardio, mas que é ainda o remedio salvador da hora presente, e que consiste em nos unirmo todos, formando quadrado e lembramo-nos de que acima das dissenções, tantas vezes mesquinhas dos homens, devem prevalecer os eternos deveres, cujo cumprimento é a essencia da nossa vida de povo independente e livre.[67].

Observam-se, todavia, gestos mais destemperados, afirmações de denodado republicanismo por parte de outras figuras. O jornalista Paulo Freire, de há anos retirado da política, resolve desafiar o curso enviesado da Ditadura, onde um conjunto alargado e crescente de monárquicos encontra abrigo e protagonismo, proclamando publicamente o seu republicanismo numa carta que envia a Domingos Pereira, a quem autoriza a sua divulgação pública. Paulo Freire considera que se vive um momento decisivo e único no país, que não se compadece mais com a sua atitude de independente que mantém desde 1913, escrevendo *que não há o direito, na hora que passa, de se não ser politico em Portugal* e acrescentando que para todos os que, como ele, integram o que designa como o *grande partido do isolamento* é chegada a hora de optar *pela direita ou pela esquerda.* No que a si respeita, alardeia inequivocamente um "opto pela esquerda" e a terminar a carta, depois de oferecer um abraço a Domingos Pereira, *como seu*

[67] Um voto. *Republica Portuguesa* (órgão do Partido Republicano Nacionalista). Porto. Ano I, nº 4 (18/07/1927), p.1. Esta declaração de António José de Almeida surge como uma resposta a um repto lançado pelo jornal, pedindo-lhe uma opinião sobre o momento político.

correligionario, não de partido, mas de Regimen, proclama ainda um esclarecedor *Viva a Republica*[68].

A partir de França, a Liga de Paris, reunindo figuras diversas, procura congregar os opositores à Ditadura Militar mas nos inícios da década de 30 mostrava-se já inoperante.

Em 1930, Salazar apresenta ao país o programa da União Nacional, a nova força política que se pretende instituir como agregadora das energias do país e que juntamente com a nova Constituição, que começará a ser esboçada, pretende ser legitimadora do autoritarismo estabelecido. Muitos monárquicos lobrigam na União Nacional a possibilidade de uma restauração monárquica, que desejam para breve. A República fora, porém, repetidamente jurada pelos militares que tinham acedido ao poder pela revolução de 28 de Maio, e algumas iniciativas políticas dos mais altos dirigentes pretendiam confirmar isso mesmo, como sucedera, por exemplo, com a visita do presidente Carmona à cidade do Porto, em 1927, para se associar às comemorações da revolução de 31 de Janeiro de 1891. O acolhimento dos republicanos e democratas desta cidade não terá sido, porém, o mais favorável, a atender ao *Diário do Minho*, insuspeito na sua simpatia pela Ditadura, que escreve sobre o sucedido:

> Acompanhado do sr. ministro da Guerra e do Comercio, chegou ontem a esta cidade o sr. General Carmona.
>
> A recepção não teve o entusiasmo que se esperava, bem ao contrario foi quasi glacial e á mistura com poucos vivas soltados ouviram gritos de abaixo a ditadura.
>
> E o caso chegou a tal ponto que os estudantes republicanos fizeram distribuir um manifesto do qual lançaram exemplares para dentro dos automoveis em que seguiam os membros do governo[69].

Por seu lado, Salazar, ainda que sublimando as suas simpatias pela causa monárquica, considerará no final de 1932 – numa entrevista ao *Diário de Notícias*, já na condição de chefe do governo – que levantar-se então a questão do regime constituía um factor de enfraquecimento da Ditadura. Salazar sustenta, na entrevista, que *há problemas essenciais, neste momento, à vida da Nação que subalternizam, amesquinham, quasi tornam ridículo o problema do regime;* quando lembrado pelo entrevistador de que

---

[68] Veja-se em *Anexos XIV* (5) o texto integral desta carta, endereçada a Domingos Pereira com data de 7 de Novembro de 1929 e publicada no jornal bracarense *Correio do Minho* a 20 desse mesmo mês.

[69] As Festas Comemorativas do 31 de Janeiro: a chegada ao Porto do Chefe do Estado e de alguns membros do Governo, Porto 31. *Diário do Minho.* Braga. Nº 2180 (1/02/1927), última página.

alguns o acusavam de *não ter sido fiel a certos princípios da sua formação política* (negando ou ocultando as suas simpatias monárquicas) responderá, arvorando como sempre o seu patriotismo, que *quando o Exercito me convidou a fazer parte do governo pôs-me o problema da Nação acima do problema das instituições; e* escusando-se da necessidade de esclarecer publicamente os seus sentimentos mais íntimos no respeitante à preferência pelo regime (monárquico ou republicano) dirá apenas, obliquamente, que *onde alguns querem ver, portanto, infidelidade a princípios, que aliás nunca enunciei, há apenas lealdade, intransigente lealdade*[70].

Mas que a apropriação da liderança das estruturas regionais da União Nacional pelos monárquicos seria já então, em muitos casos, uma realidade podemos inferi-lo de uma circular[71] que o Ministério do Interior enviava para os Governos Civis do país, no final de Outubro de 1930, onde se lia:

> Tendo-se propalado que as Comissões da União Nacional são quasi exclusivamente constituidas por monárquicos e desejando sua excelência o Ministro do Interior desmentir tal boato que visa a desacreditar uma organização que é, já hoje, uma força considerável com que a Ditadura pode contar, encarrega-me o mesmo Exm.º Senhor de rogar a V. Ex.ª se digne remeter a este Gabinete novas relações das comissões da União nacional com a indicação, para cada nome, das suas afinidades sob o ponto de vista do regime.
>
> Para este efeito, as pessoas que constituem as comissões podem ser agrupadas nas seguintes características:
>
> Republicanos que tiveram filiação partidária
> Republicanos independentes
> Independentes
> Monarquicos

[70]Excertos de uma entrevista concedida por Salazar ao jornalista do *Diário de Notícias* António Ferro (ver o artigo "Salazar: o homem e a sua obra. Notas à margem do discurso de 23 de Novembro". *Diário de Notícias*. Lisboa. Nº 24025 (19/12/1932), p. 1). Convém relembrar que, efectivamente, Salazar, no discurso que efectuara em 23 de Novembro de 1932, aquando da tomada de posse da primeira Comissão Central da União Nacional, dirigindo-se aos simpatizantes dos diferentes quadrantes políticos, mas aos monárquicos em primeiro lugar, lembra-os (aos monárquicos) que não podem ficar "amarrados a cadáveres", convidando-os – agora que se encontra "abrigado na terra da pátria o túmulo último rei", afirma Salazar – a ponderarem o envolvimento activo na União Nacional (o *Diário do Minho*, de onde retirámos estas citações, reproduz este discurso de Salazar na edição nº 3964, de 24 de Novembro de 1932).

[71]Texto reproduzido da circular enviada para o Governo Civil de Braga em 31 de Outubro de 1930, através do chefe de gabinete Amadeu Figueiredo (Arquivo do Governo Civil de Braga, 1ª Repartição Cx. 7 (1929-30) - 5.1.1.1, maço "Correspondência Ministérios e Repartições Centrais-1930", Carta/ofício 893, de 31 de Outubro de 1930.

A questão do regime haveria, de facto, de ensombrar a acção política no Estado Novo, de forma mais velada ou não, até ao dealbar da década de 1950, lembrará Marcelo Caetano nas *Minhas Memórias de Salazar.*

A direcção do Partido Republicano, enquanto teve alguma margem de manobra para actuar publicamente, denunciava o curso da Ditadura. Através de um comunicado dirigido à imprensa no início de Setembro de 1930, o Directório Republicano, recusando o curso que a Ditadura tomava, fazia saber que *entende que não é necessária nem oportuna qualquer alteração na existência e organização dos partidos constitucionais da República, considerando que o status quo, dentro da ideologia parlamentar democratica e patriótica que a todos orienta, é o melhor serviço que neste momento se pode prestar ao regimen e à nação*[72]. Em Novembro de 1932, também numa entrevista publicada pelo *Diário de Notícias* (cerca de um mês antes da entrevista, atrás referida, concedida por Salazar a este jornal), Afonso Costa, que desde há anos residia no estrangeiro, desenvolve uma alargada apreciação do momento político internacional e português, na qual, continuando a mostrar-se pouco condescendente com a Ditadura portuguesa, sentencia: os modelos fascista, como o italiano, e comunista, como o da Rússia, não são exportáveis para o resto do mundo; o capitalismo perdeu a sua força e o socialismo integral, com forte robustecimento da propriedade cooperativa, representa a melhor solução para o futuro; a grande propriedade deve ser abolida no nosso país, onde a liberdade tem de ser restaurada[73].

No início de 1933, Ramada Curto em nome do Partido Socialista – uma organização relativamente marginal no panorama político português durante a 1ª República – numa palestra realizada na Casa do Povo de Lisboa e subordinada ao tema "Qual a posição do Partido Socialista Português no presente momento político?", esclarece, segundo refere o *Correio do Minho*[74], que este partido *não pretendia semear nos espiritos a revolta* e acrescenta que os socialistas tinham abandonado a Aliança Republicana e Socialista porque se sentiam defraudados, pois haviam aderido a esta organização *convencidos de*

[72] Situação política. Reunião do Directório do PRP. *Correio do Minho.* Braga. Ano V, nº 1278 (6/09/1930), p.4.
[73] Veja-se o texto integral desta entrevista, concedida ao *Diário de Notícias* em 26 de Novembro de 1932, em *Anexos* XIV (4).
[74] Partido Socialista – uma palestra do sr. Ramada Curto na Casa do Povo de Lisboa. *Correio do Minho*. Braga. Nº 2018 (29/01/1933), p. 4.

que já não existiam partidos mas sim ideias, e declara ainda que os socialistas vão *tratar de arrumar a sua casa, sem bravatas nem intuitos revolucionarios.*

Os governos, entretanto, de permeio com os mecanismos repressivos que foram desenvolvendo, preocuparam-se, desde cedo, com divulgação da obra e virtudes da Ditadura instalada, ainda que neste domínio (a propaganda) seja necessário esperar pela década de 30 para constatar uma afinação dos mecanismos. Através de entrevistas à imprensa, destinada ao público em geral, pela organização de manifestações populares de apoio à política ou aos próceres do regime, ou ainda mediante a difusão de jornais ou publicações propagandísticas junto dos seus apoiantes, os governos procuram disseminar os méritos da nova "Ordem" e os ganhos dela decorrentes para o país. A título de exemplo, atente-se na missiva enviada pelo Ministério do Interior para os Governos Civis com data de 20 de Outubro de 1927:

Exm°. Senhor Governador Civil do Distrito de Braga

> Encarrega-me S. EXª. o Sr. Ministro do interior de rogar a V. Exª. se digne solicitar de todos os administradores de concelho, Comissões Administrativas das Câmaras Municipais e Juntas e Freguezia, que cada uma d'essas entidades promova entre os simpatizantes com a actual situação politica a obtenção de assinaturas para o jornal "A Situação".
>
> Para a defesa da obra da Ditadura é indispensável não só divulgar esse jornal, como dar-lhe os meios de vida que necessita".
>
> Peço portanto a V. Exª. o maior interesse na obtenção das referidas assinaturas cuja lista deve ser remetida directamente áquele jornal pelos administradores de Concelho, Câmaras e Juntas de Freguesia.
>
> Chamo a atenção de V. Exª para a possibilidade de cada uma das Juntas de Freguesia assinar o referido orgão de imprensa o que já produziria uma elevada receita[75].

Em Agosto de 1931, na sequência da falhada sublevação militar desencadeada em Lisboa, o governo clarifica perante o país, através de um comunicado, que a repressão da oposição conhecerá doravante um aumento qualitativo, nos seus diversos planos, e que será conferida a devida importância à propaganda da ordem instalada: os civis e os

[75] Carta circular nº 406 (Arquivo do Governo Civil de Braga, *Correspondência Recebida,* 1ª Repartição, Cx. 3 (5.1.1.1)*"Ministérios e Repartições Centrais",* maço de 1927). Veja-se mais textos deste teor em *Anexos XIV, rubrica* "A Propaganda do Governo da Ditadura Militar".

oficiais das Forças Armadas presos devido ao seu envolvimento na sublevação serão exilados para as colónias; serão ainda afastados *temporaria ou definitivamente do serviço*, os funcionários do Estado, militares ou civis, que, tenham evidenciado uma postura *incompatível com a politica nacional, reformadora e ordeira do governo*, sendo-lhes concedida uma eventual reforma ou aposentação a que tenham direito; a polícia política será aperfeiçoada; a censura será reorganizada para impedir a publicação na imprensa de notícias hostis à Ditadura; serão proibidas reuniões políticas ou sociais que *concorram para a formação de atmosfera hostil á Ditadura Nacional e propicia á revolução*"; será aumentada a propaganda à obra da Ditadura, e dinamizada a acção da União Nacional; o *sistema associativo e educativo* será reformado, promovendo-se a sua *subordinação ao pensamento de Renascença que domina a Ditadura e a União Nacional*.[76] Deste comunicado, como se pode constatar, emanam os princípios e a definição dos meios que hão-de marcar a estruturação do Estado Novo. Progressivamente, e com particular visibilidade desde 1932, o cerceamento das actividades da oposição, a quem até então era concedida ainda alguma liberdade formal, tornar-se-á efectivo[77]. Em 1933, a nova Constituição consubstanciará a identidade formal do regime progressivamente instalado após Maio de 1926. Só muitos anos depois (1974) este Estado Novo, anacrónico no seu perfil, no quadro de uma Europa Ocidental *quasi* plenamente democrática, haveria de ruir, perante uma revolução militar surpreendentemente branda, nos danos colaterais, mas eficaz.

[76] Veja-se o teor integral deste comunicado, avançado pelo governo para a comunicação social em 29 de Agosto de 1931, em *Anexos XIV* (1).

[77] A asfixia da liberdade de movimentos e expressão aos opositores da Ditadura tornar-se-á a partir de 1932, com Salazar na presidência do Conselho de Ministros, inexorável. Todavia, já desde 1927 que o Ministério do Interior despachava para os Governos Civis instruções sobre os cuidados preventivos e repressivos a adoptar para com as actividades da oposição. Veja-se, a este propósito, exemplos vários em *Anexos XIV*, sob a rubrica "A repressão das Actividades da oposição pelos governos da Ditadura Militar".

Parte II

História política e social de Braga no contexto nacional (1890-1933)

1- Braga: o perfil da cidade e do território envolvente

1.1 - A demografia e as "instituições" da cidade

Da história, a cidade herdava um lastro quase bimilenar[78]. Destacado núcleo urbano de uma região que fora desde os primórdios da nacionalidade um alfobre para a colonização metropolitana, aquando da progressão da Reconquista da Idade Média, e para a colonização ultramarina, decorrente das descobertas e conquistas de quatrocentos, a cidade de Braga mostrava-se contudo modesta no seu volume populacional por finais do século XIX, sobretudo se cotejada com as duas principais urbes portuguesas. Sede de um concelho que registava 55 000 habitantes, segundo os dados do censo realizado em 1890, Braga não deixava, todavia, de continuar a ser uma das mais destacadas cidades de um país[79] que persistiria em ostentar, bem adentro do século seguinte, expressivos traços de ruralidade. Como contraponto a uma natalidade tradicionalmente pujante, numa região (o Minho) onde a proliferação extremada do minifúndio dificultava a rentabilidade da terra, o estrutural fenómeno migratório coloca-se como a principal razão para a anemia observada no crescimento populacional do concelho de Braga no período em análise: um máximo de 60 836 indivíduos é registado pelo censo de 1911, quantitativo que minguará para os 58 761 segundo o censo de 1930.

A multiplicação de consulados e vice-consulados na cidade de Braga à época – do Brasil, da Argentina, dos Estados Unidos, do Uruguai e também da vizinha Espanha – atesta a relevância do fenómeno emigratório neste período e reflecte igualmente a atitude pragmática por parte dos países, americanos sobretudo, que – afora os períodos

[78] Braga fora fundada nos primórdios da era cristã, ao tempo do primeiro imperador romano, Octávio Augusto. Viria a ser capital do reino suevo entre os séculos V e VI e assumiria protagonismo como Arquidiocese metropolita de uma vasta região, embora com fronteiras oscilantes, desde a Galiza até Coimbra, em função de vicissitudes e contingências várias. No alvor da nação portuguesa, pelo século XII, Braga era a maior cidade do Norte de Portugal.

[79] O jornal bracarense *Diário do Minho*, em diversos artigos publicados entre Setembro e Outubro de 1924, sustenta energicamente que Braga é efectivamente a terceira mais importante cidade de Portugal, sobrepondo-se a Coimbra, a quem tradicionalmente é conferido esse estatuto, em vários domínios. Braga, lembra este jornal, tem mais população, paga maior volume de receitas à Fazenda e tem até apresentado com alguma regularidade jornais diários (de forma mais intermitente nos anos de 1874, 1877, 1889, 1898 e 1895; de forma mais regular, a partir de 1914, através *Echos do Minho* e do sucessor *Diário do Minho ambos* controlados pela Igreja Local), coisa só observada, para além das duas principais cidades do país, em Setúbal e em Évora.

de crise, como sucede por 1890 ou aquando da 1ª Guerra Mundial – procuravam atrair ávida e generosamente emigrantes europeus. Com as estruturas consulares, estes países procuravam naturalmente desobstruir as complicações burocráticas que pudessem tolher as decisões dos candidatos à emigração, que de outra forma só nas cidades do Porto ou Lisboa, mais onerosamente, poderiam resolver todos os trâmites necessários.

Numa cidade reconhecida pela preeminência religiosa, identificam-se à época, naturalmente, muitas instituições e edificações da Igreja. Para além dos óbvios templos, que se distribuem com profusão no espaço urbano e que marcam presença em todas as aldeias da região, encontramos ainda em Braga diversos estabelecimentos de ensino vinculados à Igreja – entre os quais avultam os seminários, desde logo, mas também o Colégio Espírito Santo, o Colégio S. Tomás de Aquino e o Colégio de Guadalupe –, a par de algumas instituições vocacionadas para a reinserção social (como o Colégio da Regeneração ou o Colégio dos Órfãos de S. Caetano) ou reunindo membros do clero regular. A República, após 1910, porá fim a vários destes estabelecimentos de ensino, cujas instalações se tornam propriedade do Estado. Porém, mesmo num tempo adverso, a Igreja não deixará de se esforçar por apoiar a criação de outros. É o que sucede com a Escola Académica, que surge em Braga no começo do ano lectivo de 1915 – *um novo collegio segundo o regime lyceal (…) instalado no Palacête das Hortas,* conforme noticia a revista bracarense *Illustração Católica*[80]. Entre os equipamentos públicos ligados ao ensino ou à cultura destacam-se o Liceu e a Biblioteca Pública, que se acomodam em velhos edifícios contíguos no Campo de Sant'Ana, bem no centro da cidade[81], a Escola Comercial e Industrial, que a imprensa denunciará, repetidamente,

---

[80] Braga -Escola Académica. *Illustração Católica*. Braga. Ano II (1914), nº 53 (4/07/1914), p.6.

[81] Numa carta do Ministério da Instrução Pública dirigida ao director das obras públicas do distrito de Braga em 6/7/1891, a solicitar um orçamento para as obras de reparação da *sala em que funciona a Biblioteca publica de Braga,* reconhece-se a notória degradação desta estrutura pois segundo um relatório do Inspector-geral das Bibliotecas e Arquivos Publicos – refere ainda a carta – a mesma não *tem uma unica vidraça que não esteja a cahir de pôdre, existindo vãos de janelas, que nem já as possuem, donde resulta o estrago e deterioração dos volumes, e constando mais que a Camara Municipal, a cargo da qual está a conservação d'aquelle estabelecimento, apesar das vistorias e reclamações do respectivo bibliotecário, não se tem prestado a mandar alli fazer os reparos e concertos indispensáveis, (...).* - In Arquivo Distrital de Braga, *Correspondência Geral do Governo Civil*, Cx. 5 (1875-90). Porém, a degradação da Biblioteca Pública arrastar-se-ia prolongadamente no tempo. Dez anos depois, em Março de 1902, a Câmara Municipal de Braga recebe uma carta/ofício enviada pelo amanuense da Biblioteca Pública de Braga (então a exercer o cargo de Conservador da mesma) a solicitar que a mesma custeie as indispensáveis obras de conservação pois, lembra *que se acham muito arruinados os telhados d'esta biblioteca e que as aguas pluviaes penetram abundantemente em mais de um ponto, especialmente no salão de leitura a ponto de já ter desabado uma parte do estuque,* acrescentando ainda que *há annos desabou pela acção do tempo o telhado de um dos compartimentos de deposito, ficando estragados e inutilizados muitas centenas de volumes e succedeu este facto por não serem attendidos a tempo as reclamações do respectivo bibliothecario.* (in da Câmara Municipal de Braga, *Correspondência Recebida,* Cx. 1902, maço de Março)

O centro da cidade de Braga por 1900

O Liceu e a Biblioteca de Braga, encostados à Igreja dos Congregados no centro da cidade, na viragem dos séculos XIX/XX

mal equipada, e a Escola do Ensino Normal (destinada à preparação de professores para o ensino primário). Há também, naturalmente, diversas escolas do ensino primário e são várias as propostas no âmbito do então designado "ensino livre"[82]. No declinar da Monarquia distribuem-se pela cidade diversas instalações militares, entendidas como fautoras de prestígio e também do incremento do comércio local[83], enquanto que na vertente burocrática e financeira, a par da inevitável repartição da Fazenda e de tribunais, observamos as agências do Banco de Portugal, do Banco do Minho ou do Banco Mercantil.

Para além das tradicionais festividades religiosas, nas quais o profano se cruza com o religioso – como sucede, naturalmente, com as Festas de S. João, o padroeiro da cidade –, a animação popular manifesta-se no Carnaval, nas episódicas touradas ou noutros espectáculos ocasionais. Reflectindo os novos tempos, em 1922 assiste-se à fundação da *Associação de Foot-Ball de Braga*[84], numa época em que a cidade, num contraponto às corridas de toiros, também já acolhia uma delegação da *Sociedade Protetora dos Animaes*[85]. Outras colectividades e associações de cariz socioeconómico preenchem o panorama da urbe: as organizações do patronato e do operariado dos sectores mais importantes no concelho, como sejam a chapelaria, o comércio, a construção civil ou a agricultura; sociedades de socorros mútuos ou de natureza caritativo-religiosa, como a Montepio de S. José, a Montepio de S. António ou a Sociedade Fúnebre Bracarense, ou

---

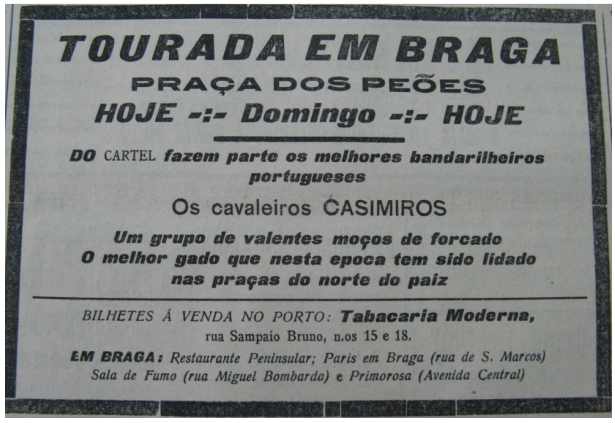
[82] A título de exemplo, retenha-se a notícia "Instituto Escolar Bracarense" (na edição nº 2814 do *Commercio do Minho, de* 19/01/1891), que refere a abertura de uma nova escola do "ensino livre" nos seguintes termos: *Os snrs. Azevedo Coutinho e Jacintho Fernandes abriram na rua de S. Marcos nº 58 uma escola, com o titulo que serve de epigraphe a esta noticia. Para o ensino da lingua portuguesa adoptaram o alphabeto Natural do snr. abbade de Arcozello, porque lhes parece o methodo mais adequado. Além do ensino primario, abriram tambem cursos de lingua portugueza e francesa, desenho (1º e 2º anno) e calligraphia. A matricula acha-se aberta desde já n'aquelle instituto. E' de crer que o publico coadjuve os alludidos professores, que já teem bastante pratica de ensino.* As referências à existência destes estabelecimentos de ensino multiplicam-se através das notícias ou publicidade insertas na imprensa local.

[83] Por 1910, distribuem-se pelo espaço urbano de Braga os quartéis de Infantaria 8, Infantaria 29 e Caçadores 2, coordenados por um Quartel-General. Correspondendo às reclamações dos políticos e da imprensa bracarense, a República oferecerá à cidade uma almejada Divisão Militar (a Comissão Administrativa Municipal instalada após a Revolução de Outubro de 1910 enviara uma exposição ao Ministério da Guerra a reclamar este "benefício" para Braga; os jornais locais ecoavam e incentivavam estes esforços através dos muitos artigos que publicavam sobre o assunto). Posteriormente à revolução de 28 de Maio de 1926, a retirada de alguns destes quartéis da cidade não se processará, de igual modo, sem a oposição dos notáveis locais e a denúncia viva na imprensa da cidade, como referiremos adiante.

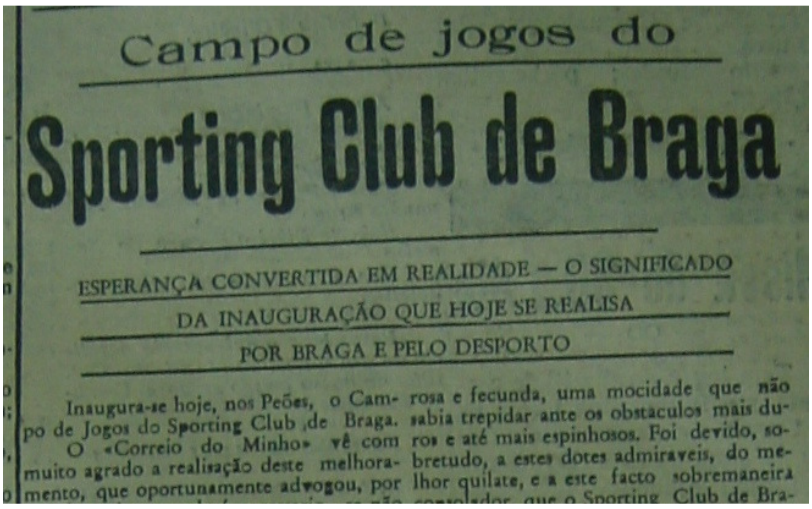
[84] Então com sede no Largo de S. João do Souto.

[85] Em 4 de Abril de 1924, a delegação bracarense desta associação de defesa dos animais comunica ao governador civil do distrito que as suas instalações definitivas ficam localizadas na Rua de S. Vicente, nº 102 (in Arquivo Distrital de Braga, *Correspondência Geral do Governo Civil*, Cx. 28 (1924-28).

ainda a Casa dos Expostos, destinada à recolha e apoio dos recém-nascidos abandonados ou oriundos de famílias gravemente carenciadas[86].


TOURADA EM BRAGA
PRAÇA DOS PEÕES
HOJE -:- Domingo -:- HOJE
DO CARTEL fazem parte os melhores bandarilheiros portugueses
Os cavaleiros CASIMIROS
Um grupo de valentes moços de forcado
O melhor gado que nesta epoca tem sido lidado
nas praças do norte do paiz
BILHETES Á VENDA NO PORTO: Tabacaria Moderna, rua Sampaio Bruno, n.os 15 e 18.
EM BRAGA: Restaurante Peninsular; Paris em Braga (rua de S. Marcos) Sala de Fumo (rua Miguel Bombarda) e Primorosa (Avenida Central)

Em Braga realizavam-se corridas de touros
(anúncio no *Diário do Minho* de 23 de Setembro de 1928).


Campo de jogos do
Sporting Club de Braga
ESPERANÇA CONVERTIDA EM REALIDADE — O SIGNIFICADO DA INAUGURAÇÃO QUE HOJE SE REALISA POR BRAGA E PELO DESPORTO
Inaugura-se hoje, nos Peões, o Campo de Jogos do Sporting Club de Braga. O «Correio do Minho» vê com muito agrado a realisação deste melhoramento, que oportunamente advogou, por rosa e fecunda, uma mocidade que não sabia trepidar ante os obstaculos mais duros e até mais espinhosos. Foi devido, sobretudo, a estes dotes admiraveis, do melhor quilate, e a este facto sobremaneira

Inauguração de um campo de jogos (futebol) do Sporting Club de Braga em 8 de Maio de 1932, no lugar dos Peões (Braga), relatada no *Correio do Minho.*

[86] De um edital publicado pela Câmara Municipal em 13 de Agostos de 1894, retemos que a localização da Casa dos Expostos em Braga fica então na Rua dos Biscaínhos. Deste edital transparece também o atraso, porventura corrente, no pagamento às amas dos "expostos": *A Camara Municipal de Braga faz saber que o pagamento-geral dos salários ás amas creadeiras dos expostos menores de 7 annos e subsidios de filhos legitimos e naturaes de paes miseraveiz* [sic], *tem de se effectuar na casa do Hospicio, sita na rua dos Biscainhos, nos dias de 6ª feira e sabbado, d'esta semana, e em todas as 4as, 5as e 6as feiras das semanas seguintes, até que se conclua, exceptuando os dias santificados ou feriados. E para constar se faz publico pelo presente bando. Braga e Paço do Concelho em 13 de Agosto de 1894. Eu José Antonio de Fonseca e Silva, amanuense servindo de secretario, o subscrevi. O Presidente da Camara – João Baptista de Sousa Macedo Chaves* (in Arquivo Municipal de Braga, *Correspondencia Recebida*, caixa 1891-92, 1894-95, 1899, maço de 1894, Janeiro-Dezembro).
Anos depois, de uma nota assinada em 1908 pelo então presidente do município, o Dr. Domingos José Soares, colhe-se ainda a informação que a Câmara Municipal de Braga prevê gastar 2:512.000 reis do orçamento ordinário *na sustentação d'expostos desvalidos e abandonados e para subsidios de lactação.* Esta mesma nota revela ainda que a Câmara de Braga recebe da Real Irmandade da Misericórdia, para este fim, o subsídio anual de 621.630 reis (in Arquivo do Governo Civil de Braga, *Correspondência Recebida*, Cx. 1 (1907-12), 5.1.3.1, maço 1908).

1.2 - A imprensa Bracarense

A imprensa bracarense deste período compreende um alargado número de títulos. Nos últimos anos da Monarquia e durante a 1ª República publicam-se na cidade fundamentalmente periódicos de índole partidária[87], conquanto surja um ou outro exemplo dissonante, patententeando um perfil tendencialmente independente. Ainda que reservando alguma referência mais oportuna para linhas mais à frente, impor-se-á, desde já, uma apreciação algo detalhada ao perfil da imprensa bracarense, atendendo ademais à relevância que a mesma assumiu, inevitavelmente, na construção do retrato social, económico e político traçado neste trabalho.

Começando a análise pela imprensa partidária, observa-se que no ano de 1890 se publica na cidade a *Correspondencia do Norte* (fundado em 1880), então um jornal ao serviço do Partido Progressista. A partir do ano de 1895 este jornal, no quadro de transferências políticas de próceres locais, passará a representar os regeneradores da cidade**,** estendendo ainda a sua publicação até meados da primeira década do século XX. Do lado dos progressistas aparecerá também no final do século XIX (Dezembro de 1892) o semanário *O Progressista* e, mais tarde, já nos inícios do século XX, o *Correio do Minho*. Este último título desaparecerá da circulação na primeira década do século XX para reaparecer muitos anos depois, em Julho de 1926, agora não vinculado a nenhuma força partidária. Ao serviço dos regeneradores publicar-se-ão ainda em Braga os títulos *O Regenerador* (desde 1886 e até aos primeiros anos do século XX) e, posteriormente, o *Jornal de Braga*. Recuando um pouco no tempo, registe-se que do lado dos legitimistas, impenitentes nas suas reclamações de seguidores do verdadeiro herdeiro da coroa portuguesa, surgirá o semanário *A Cruz e Espada* no ano de 1882. Durante cerca de uma década, o padre Bernardino Senna de Freitas dirigirá este jornal, que cessará a sua publicação em 23 de Maio de 1891 – uma nota explicativa inserta nesta última edição imputa aos muitos assinantes com pagamentos em atraso a responsabilidade pelo fim do jornal.

[87] Uma consulta da bibliografia e das fontes utilizadas para a elaboração desta dissertação permite constatar a existência de diversos títulos na imprensa bracarense deste período, ora dirigidos essencialmente para o público da cidade e concelho de Braga, ora visando assumidamente o público do distrito (situação mais comum na imprensa partidária).

O *Correio do Norte*, bi-semanário franquista, surge em 31 de Dezembro de 1907 e resistirá aos primeiros tempos da República, cessando a publicação em 27 de Julho de 1911. Com um alcance e propósitos limitados – ostentando um perfil político-partidário de feição neutral, mas naturalmente num enquadramento monárquico – circulam outros títulos na cidade por finais do século XIX e inícios do século XX, como sejam, *O Constituinte* – jornal que se transmutará no *Nacional* em 1890, reflectindo a exacerbação dos ânimos locais aquando do *ultimatum* inglês –, o *Correio de Braga*, surgido em 1890, e *O Bracarense* (publicado entre 1 de Julho de 1899 a 27 de Fevereiro de 1916). Lugar de particular destaque na imprensa da cidade, atendendo à sua longevidade, ocupará o *Commercio do Minho*, um título que se publica tri-semanalmente entre 1873 e 1922 e que, embora assumido-se como legitimista e conservador, patenteia uma considerável abertura e independência na sua prosa.

Após 1908, nos efervescentes anos terminais da Monarquia, assistir-se-á à proliferação de novos títulos na imprensa monárquica, assim como se observará o surgimento dos primeiros jornais republicanos. Os novos semanários monárquicos reflectem a premência de um iminente combate com o comum inimigo republicano, assim como evidenciam as dissensões que minam as hostes locais do regime. *A Patria,* que surge em 23 de Abril de 1908 sob a direcção de Vicente Braga, professor do "ensino livre" na cidade, proclama-se independente e propõe-se agregar as vontades dos políticos monárquicos locais. Resistirá, numa primeira série, até 24 de Março de 1910. Já depois de instalada a República, este título reaparecerá, numa segunda série, em 23 de Fevereiro de 1912 para se manter até 21 de Março de 1914. Em 28 de Março de 1909 surge *O Debate*, dirigido por Eduardo Monteverde, como reacção à transitória passagem d'*O Jornal de Braga* – um jornal regenerador que se publicava há alguns anos na cidade e que se mantinha então afecto ao grupo liderado no distrito pelo visconde da Torre – para o campo dos henriquistas. *O Debate* cessará a sua publicação em Julho do ano seguinte no contexto de uma assinalável turbulência política, entre os regeneradores locais, marcada pela reorientação editorial do *Jornal de Braga.* Para defender as posições dos henriquistas, de forma mais consistente e pertinaz, aparecerá ainda a 2 de Março de 1910, sob a direcção de Carlos Braga, o semanário *Districto de Braga*[88].

[88] Adiante, nos capítulos conexos "A Ditadura de João Franco" e "Do Regicídio ao Eclipse da Monarquia" (rubrica 2.3) fazemos referência mais detalhada a estas movimentações observadas nos títulos da imprensa monárquica na cidade de Braga nos anos de 1908-10.

O *Combate* surge em 14 de Abril de 1910 para defender as posições dos nacionalistas, que aspiram – com pouco sucesso, diga-se, como confirmaremos adiante – a uma posição de relevo no distrito. A maioria destes jornais monárquicos extingue-se com o surgimento da República. Ainda em meados de 1910 aparecerá o *União Popular* (tivemos acesso aos números publicados entre a edição nº 3, de 17 de Junho, e a edição nº 6, de 7 de Agosto de 1910), mais um título para defender as posições dos nacionalistas, com Artur Bívar a assumir o papel de director.

Do lado republicano, emergirá a partir de 17 de Janeiro de 1908[89] o semanário (e depois bi-semanário) *Noticias do Norte,* sob a direcção de Jacintho Fernandes, o qual estenderá a sua publicação até 25 de Abril 1915, numa primeira série, para depois – já falecido J. Fernandes e agora sob a direcção de João Sequeira – retomar a edição entre 20 de Abril de 1919 e 29 de Dezembro de 1921. Este mesmo título, surgira já na cidade de Braga em 1904, então sob a forma de diário partidariamente não assumido, dirigido ainda pelo mesmo Jacintho Fernandes. No ano seguinte, a partir de 21 de Julho de 1909, aparece na cidade o semanário *A Verdade* (uma simbólica e emblemática designação adoptada igualmente por muitos jornais republicanos pelo país fora, assim como por alguns jornais monárquicos, ainda que numa escala menor, tanto quanto pudemos apurar), dirigido por Justino Cruz. A 14 de Abril de 1910 (curiosamente na mesma data em que nasce na cidade o *Combate, o* órgão dos nacionalistas), o mesmo Justino Cruz, certamente depois de cessar a publicação d'*A Verdade*[90], estará a dirigir um novo semanário republicano, *O Radical,* cuja publicação se estenderá durante cerca de um ano[91]. Assumindo o desiderato da difusão do republicanismo, associado a este jornal emergirá igualmente o Centro Escolar Bernardino Machado, de que falaremos adiante, vocacionado para a difusão da instrução, para o combate ao analfabetismo e para a propaganda republicana. Instalada a República, surge na cidade, a 17 de Novembro de 1910, sob a direcção de Alberto Guimarães, outro semanário, autoproclamado como

---

[89] OLIVEIRA, A. Lopes, na sua obra *Imprensa Bracarense* (Braga: Pax editora. 1976, p. 137) informa que este jornal surgira em 1907. Porém, na edição de 19 de Janeiro de 1913, um Domingo, o *Notícias do Norte* revela em editorial ter-se cumprido na última 6ª feira (dia 17) o 5º aniversário do jornal, o que remete a efectiva criação deste jornal para o ano de 1808.

[90] O último número que consultámos d'*AVerdade* (disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal do Porto), então com Manoel Couto como director, datava de Março de 1910. Supomos que a publicação do jornal cessou exactamente neste mês de Março.

[91] Registe-se, como dado curioso, que o título "Radical" – que pretenderá evocar e simbolizar o compromisso com as profundas mudanças almejadas pela República – é profusamente utilizado na aurora do novo regime republicano para designar jornais. Além da cidade de Braga, identificámos este título na designação de jornais em Barcelos, Matosinhos, Porto (dois títulos), Penafiel, Oliveira de Azeméis, Moncorvo, Lousada, Coimbra, Leiria, Castelo Branco, Setúbal, Lisboa, etc.

"republicano independente", que ostenta a não menos simbólica designação de *Pátria Nova*, denotando assim o propósito de defender o novo regime republicano e marcando também, por certo, a diferença relativamente à extinta *Patria(A)*, o jornal local que pugnava pelo ideário monárquico. Em 17 de Agosto de 1912 nasce em Braga (*O) Imparcial*[92], um semanário vinculado aos democráticos da cidade e com Alberto Feio a director, que vem substituir *O Radical* entretanto desaparecido. Este jornal, não resistindo certamente ao cerco da ditadura de Pimenta de Castro – cuja política denuncia, bem como os protagonistas locais associados à governação da mesma[93] –, desaparecerá em 14 de Abril de 1915. Porém, mantendo-se na esteira da resistência, os democráticos bracarenses saem à liça com um novo título, cuja designação não deixa lugar para equívocos: em 1 de Maio de 1915, pouco mais de duas semanas após o desaparecimento d'*O Imparcial*, aparece *O Rebate*, um semanário cuja longevidade pudemos comprovar pelo menos pelo até Abril de 1916. Os semanários *Evolução Republicana,* publicado em duas séries (a primeira sai entre 3 de Abril e 8 de Outubro de 1914 e a segunda sai entre 1 de Maio de 1915 e 5 de Agosto de 1916) e *Povo de Braga*, também publicado em duas efémeras séries ao longo do ano de 1914 (21 de Fevereiro e 30 de Março; 5 a 18 de Junho) surgirão para veicular as posições do Partido Evolucionista. Este último título (*Povo de Braga*) apresentar-se-á, contudo, como sucessor d'*A Rotandade*, um semanário que, no entanto, se colocava como um apartidário defensor da República e que surgira na cidade nos inícios de 1913 (a edição número 8 de *A Rotandade*, publicada em 8 de Março de 1913, foi a mais recuada que conseguimos analisar), para desaparecer a 14 de Fevereiro de 1914. O *Povo de Braga* e a *Rotandade* tiveram Theotónio Gonçalves como director, proprietário e editor. Também em duas séries, intercaladas por alguns anos, publicar-se-á na cidade o semanário *Justiça* (a primeira série sai entre 28 de Março e 26 de Setembro de 1914 e a segunda publica-se entre 2 de Fevereiro e 22 de Setembro de 1918), na defesa das posições dos unionistas. Em 3 de Dezembro de 1916, porventura sucedendo a *O Rebate*, atrás referido, aparece um novo semanário democrático, a *Gazeta de Braga*, o qual virá

[92] Inicialmente este semanário surge com o título *Imparcial*. Cerca de dois anos e meio depois, ocorre uma ligeira remodelação do título, transmutado em *O Imparcial* a partir de 2 de Janeiro de 1915 (edição nº 119).

[93] A partir de 6 de Fevereiro de 1915, Alberto Feio, porventura menos fadado para dirigir o jornal na conjuntura política mais áspera, cede o lugar de director d'*O Imparcial* a Eduardo Cruz. Alberto Feio virá, entretanto, a deslocar-se para a direita do espectro político e em 1922 aparecerá como colaborador permanente no *Distrito de Braga*.

a publicar-se em duas séries: na primeira, o jornal sai entre 3 de Dezembro de 1916 e 6 de Dezembro do ano seguinte; numa segunda, circula a partir de 12 de Dezembro de 1924 até que desaparece na sequência da instauração da ditadura do 28 de Maio (o último número deste jornal sai a 22 de Maio de1926). Para defender as posições dos sidonistas do PNR, surge a 22 de Abril de 1918 o semanário *O Norte*, o qual irá resistir, tal como o partido, até Dezembro desse ano. Nas primeiras duas edições aparece sob a direcção do médico Alberto Cruz. Entre 6 de Maio e 15 de Agosto é Alves de Melo que surge como director, sendo então rendido, a título definitivo, por Ribeiro Coelho. A partir de 15 de Maio de 1919, publica-se em Braga um novo semanário, *A Cidade*, o qual se sustentará por breves cinco meses (última edição a 6 de Outubro de 1919), sob a direcção de Francisco Guimarães, tendo António Moreira como redactor principal. Ainda que conotado com posições próximas às dos futuros liberais, este semanário arvorará como subtítulo, uma vez mais, a bem gasta designação de "republicano independente". O semanário *O Liberal*, representando oficialmente o novo Partido Liberal – nascido em 1919 da fusão dos partidos evolucionista, centrista e unionista – aparece nas bancas em Braga a 7 de Dezembro de 1919, sob a direcção de António Chaves e com Ribeiro Coelho como redactor principal. A 15 de Janeiro de 1922 aparece o *Distrito de Braga*, um título republicano moderado inicialmente assumido com Alberto Guimarães de novo na condição de director de um periódico local. No "editorial" do 1º número, este jornal proclama-se republicano independente, perfil que pretensamente assumirá numa primeira série que se estende entre 15 de Janeiro de 1922 e 10 de Setembro do mesmo ano. Numa segunda série, iniciada em 10 de Abril de 1926 e que se estende até 5 de Setembro de 1926, o jornal muda de direcção e de orientação política: passa a representante da União Liberal Republicana, com o coronel Guilherme Lopes de Azevedo, um homem do partido, a assumir o papel de "director político".

A 17 de Agosto de 1922, surge nas bancas *O Popular,* um título que inicialmente se define como um "semanário republicano independente", ainda que o seu director então milite no Partido Democrático. Reflectindo a efervescência partidária da época, este título deambulará, entretanto, como representante na cidade de diversos partidos políticos: a partir da edição nº 12, de 5 de Novembro de 1922, o jornal passa a assumir-se como mais um órgão partidário, ostentando a referência "semanário republicano reconstituinte"; dissolvido o Partido Republicano da Reconstituição Nacional, a partir da edição nº 24, de 11 de Fevereiro de 1923, o jornal reposiciona-se como independente, passando a ostentar novamente apenas a referência de "semanário Republicano"; por

último, a partir da edição nº 31, de 1 de Julho de 1923, o jornal passa a exibir o subtítulo de "Semanário Republicano Radical", assumindo-se agora como representante do homónimo Partido Republicano Radical. Três semanas antes do aparecimento da *Gazeta de Braga*, atrás referida, surgirá na cidade o *União Radical* (o número 1 sai a 12 de Novembro de 1924), um jornal que, em subtítulo, esclarece ser um "semanário republicano radical" pertença das "comissões políticas de freguesia do PRP em Braga". Em conformidade com o subtítulo assumido, a prosa deste jornal é assumidamente radical e marcadamente hostil aos democráticos que dominam a política republicana na cidade e concelho de Braga. Não deixa de ser curioso o facto de este jornal ser impresso na tipografia do *Diário do Minho*, propriedade da Igreja bracarense. Tal facto poderá ser interpretado como denotando que a empresa que tutela o *Diário do Minho* coloca o interesse do negócio acima de eventuais pruridos ideológicos, mas pode, talvez com mais acerto e sem muita ousadia, ser interpretado como denunciando o empenho da empresa do *Diário do Minho* em contribuir para o desgaste dos democráticos locais – os inimigos políticos e ideológicos assumidos, e temidos, pela Igreja local. Ainda no campo republicano, mas fora da órbita do PRP bracarense, surgem outros títulos na cidade. A 1 de Maio de 1924, numa data deveras simbólica, aparece o *Jornal do Norte*, um título republicano radical que representa na cidade as posições da Esquerda Democrática de José Domingues dos Santos. Em 1 de Julho de 1920 coloca-se à disposição do público bracarense *O Lusitano*, um título republicano e conservador que se manterá nas bancas até 22 de Novembro de 1926. Durante a 1ª República, contrapondo-se a uma quase floresta de jornais republicanos, atrás referidos, surge ainda, na década de vinte, um título dissonante em Braga: o *Aqui d'El Rei*, representando a linha do Integralismo Lusitano no distrito, aparece a público no dia 19 de Março de 1922.

A Arquidiocese de Braga apoia ou incentiva também várias publicações durante este período, conforme percebemos já. Na viragem dos séculos XIX/XX *O Amigo da Religião* assumia o papel de órgão oficial da Igreja local. O título *A Voz da Verdade,* dirigido fundamentalmente para o clero, aparece em 1899 e estende a sua publicação até 1915, aparecendo durante este período o padre José Manuel Ribeiro Braga como proprietário e editor ou administrador. Como directores ou redactores surgem alguns nomes sempre ligados à Igreja. Inicialmente este título, particularmente vocacionado para o clero, terá aparecido sob a forma de jornal (assim se apresenta, designadamente, no ano 6º da sua publicação, o mais antigo que pudemos consultar), passando alguns

anos depois a assumir o formato de revista (é este o formato adoptado em 1910, aquando da proclamação da República). Anos depois, ocorre uma nova recomposição gráfica e, agora, também editorial. A 6 de Janeiro de 1916, no início do ano 23º da sua publicação, *A Voz da Verdade* deixa de ser um órgão oficial da Arquidiocese de Braga, lugar que passará a ser ocupado pela *Acção Católica*. Reassumindo o formato de jornal, a *Voz da Verdade*, agora com o padre Silva Gonçalves no cargo de director em substituição do Dr. Agostino José de Sousa, converte-se no representante do Centro Católico, passando, assim, a enfileirar por uma vertente mais assumidamente política e partidária[94]. Os títulos *O Bracarense*, *Combate*, já referidos atrás, e *A Opinião* (publicado entre Março de 1898 e Outubro de 1920) perfilam-se então como assumidamente monárquicos e católicos, tal como sucederá mais tarde com o *Actualidade*, o semanário do Centro Católico que emerge em Abril de 1917 (em substituição da *Voz da Verdade,* que desaparecera no mês anterior), para perdurar exactamente durante sete anos, até Abril de 1924. Ainda no conjunto das publicações que a Igreja bracarense tutela, e com pretensões a uma difusão mais alargada ou substantiva, retenham-se as seguintes: o jornal *Echos do Minho,* que surge em 1911 como bi-semanário para passar a jornal diário em Abril de 1914; depois de cinco anos na condição de diário, o "Echos" cederá o lugar ao *Diário do Minho,* em 1919*;* a revista *Illustração Católica,* dirigindo-se tal como os dois títulos anteriores ao leitor comum, publica-se a partir de 5 de Junho de 1913; num plano algo diverso, a revista *Acção Católica* sairá mensalmente desde 1916, mas particularmente dirigida para o clero.

Em Julho de 1926 surge na cidade um novo jornal diário, o *Correio do Minho*, tendo na direcção e na redacção duas figuras (Álvaro Pipa e Constantino Coelho) que na sequência da revolução de 28 de Maio haviam sido afastadas do *Diário do Minho*. Em diversos "editoriais" este jornal arvora-se do seu perfil republicano, embora não deixe de transigir com elogios, em diversas ocasiões, ao governo da Ditadura. Contudo, como

[94] Na edição nº 49, de 30 de Dezembro de 1915, através da nota intitulada "Aviso e Pedido" (ano 22º, p.1), a *Voz da Verdade* dirige-se aos seus leitores, em jeito de repto, a quem explica a mudança: *A Commissão do Centro Catholico de Braga, conhecendo a necessidade de um periodico que officialmente advogue os ideais do Centro, que propague a sua doutrina, e a defenda com liberdade e com desassombro; e aproveitando a boa vontade do proprietario da "Voz da Verdade", até agora órgão official da Archidiocese, mas que deixa de o ser em virtude da creação do boletim "Acção Catholica", adopta para seu orgão o mesmo periodico, que d'oravante sahirá também semanalmente, mas sem a forma de revista, que tinha. A Commissão do Centro Catholico de Braga recommenda aos catholicos e aos amigos do Centro Catholico a "Voz da Verdade", e pede a V. Ex.ª o favor da sua assignatura, que custa apenas 1:000 reis annualmente. A "Voz da Verdade" defenderá também a Juventude Catholica, e igualmente publicará todo o movimento dos seus centros. - Braga, 29 de Dezembro de 1915.*

veremos adiante[95], não será por muitos anos que este título logrará resistir ao cerco da ditadura instalada.

Amordaçada a imprensa partidária após a revolução de 28 de Maio, constatamos, assim, que no panorama da imprensa da cidade de Braga virão a assumir natural destaque os diários *Correio do Minho* e *Diário do Minho*, pelo que se impõe desde já avançar com algumas considerações adicionais sobre os mesmos. Durante os primeiros anos da Ditadura estes diários bracarenses exibem nas suas páginas, com alguma frequência, uma animosidade recíproca, evidenciada nas críticas ao perfil editorial ou à escassa valia dos préstimos regionais do título rival. Através de "editoriais" ou através de diversos artigos assinados – muitos escritos pela pena do padre Domingues Bastos, vulgo Santa Cruz –, no *Diário do Minho* acusa-se correntemente o *Correio do Minho*, particularmente, na pessoa de Constantino Coelho, de afrontar nas suas páginas o espírito do catolicismo ou de promover a mensagem republicana. Em diversos artigos, por seu lado, o visado, contrapõe nas linhas do *Correio do Minho* que é falso o catolicismo alegadamente propalado pelo *Diário do Minho* e, enfatizando a sua condição de sócio fundador da Juventude Católica, acrescenta que o seu republicanismo não é subversivo. Vislumbrando que só o relativo alheamento ou desconhecimento do arcebispo de Braga para com o perfil editorial do *Diário do Minho* permite a reincidência em tão despropositados ataques veiculados por este jornal, o *Correio do Minho* sustenta ainda que por trás da campanha de descrédito que lhe é movida nas páginas do diário rival na cidade estarão interesses comerciais, ou seja, a tentativa de captar as significativas verbas de publicidade que o alimentam[96].

---

[95] Cf. rubrica 6 - *Da Ditadura Militar ao dealbar do Estado Novo: O acolhimento da nova ordem na cidade*

[96] Para ilustrar o teor da troca de "mimos" entre estes jornais, avançamos com dois excertos de textos publicados no *Diário do Minho*. No artigo "Correio do Minho desmascarado", publicado no *Diário do Minho* de 24 de Dezembro de 1930 (edição nº 3375, p.1), escreve-se: *Chegou a hora pela qual suspiramos durante muito tempo. O "Correio do Minho" deitou abaixo a máscara com que hipocritamente se encobriu durante perto de cinco anos. O ódio que tem à Igreja e à Religião e que ocultou com o manto duma Liturgia avariada transparece agora claramente. Já não temos diante de nós um inimigo oculto mas bem manifesto, embora os processos usados sejam os mesmos; deslialdade, calúnia e mentira. O seu estrebuchar não nos causa receio senão satisfação. Aqui estamos, dispostos a lutar e resolvidos a mostrar à cidade de Braga o que êle é: Um jornal hereje e blasfemo. Vamos avivar a memória de quem escreve nêsse diário jacobino e dos católicos incautos que até agora o têm lido, publicando a lista das blasfémias e das heresias que nele foram publicadas. Das frases e dos artigos pornográficos talvez fôsse melhor não falar. (…) Afirmações heréticas ou erróneas do "Correio do Minho": 1ª A Religião é uma filosofia e uma poesia. 2ª A Religião é um compêndio de verdades transcendentais. 3ª O pecado original é um primitivo desiquilibrio entre a inteligência e a vontade. 4ª A Imaculada Conceição foi um acto e justiça de Deus. 5ª O divórcio é o sacramento do adultério 6ª O amor…faz principalmente cometer crimes. (…)*

1.3 - O quadro socioeconómico e a lenta modernização das estruturas materiais

Numa região com um solo e um clima favoráveis para a produção agrícola, o excessivo parcelamento da propriedade constitui-se, de há muito, num entrave a uma maior produtividade da terra. A emigração impõe-se como a alternativa, já o vimos, para uma demografia pujante que não encontra na economia local, ou nacional, uma resposta satisfatória. Como ocupação principal ou como fonte de rendimento subsidiário para pequenos proprietários que detêm outras profissões, a agricultura continuará durante todo o período em análise a mostrar-se relevante na economia local, como de resto se verificava no plano nacional, num país onde a industrialização se mostrava frágil. Dos dados enviados pelo administrador do concelho para o Governo Civil do distrito, relativos ao ano de 1908, podemos concluir que o concelho de Braga se mostra globalmente algo excedentário no respeitante às colheitas dos principais cereais para consumo (trigo, centeio e cevada) [97]. As indústrias bracarenses distribuem-se por diversos sectores: a chapelaria, o calçado, a cutelaria, as ferragens, ou a refinação de açúcar empregam centenas de bracarenses, mas, caberá à construção civil um indiscutível lugar de destaque como fonte de emprego[98], a atender ao número de filiados na associação de classe respectiva. Em Novembro de 1891, reflectindo de algum modo a relevância da actividade industrial no concelho pelos finais do século XIX, regista-se a realização de uma feira industrial na cidade, a qual contará com presença do rei D. Carlos[99]. Já adentro da 1ª República, documentos[100] relativos aos anos de 1914 e 1924

No artigo"Blasfémias do "Correio do Minho", publicado a 25 de Dezembro de 1930 (edição nº 3376, p.1) o *Diário do Minho* escreve: *Para amostra, limitamo-nos hoje a dizer ao chefe de Redacção e editor da gazeta jacobina* [o Correio do Minho] *que leia as palestras da Arcada publicadas no seu jornal a 12 de Abril de 1928, 1ª pagina, colunas 3ª, 4ª e 5ª. (…) Aos leitores apresentamos umas passagens dêsse monstro literário:"O Padre eterno levantou-se… tossindo o seu pigarro crónico" (…) "S. Pedro… a ocultas do Padre Eterno e de todos os outros santos do Céu, encomendava sempre pela Páscoa a um recoveiro da sua confiança alguns quilos delas (amendoas) com o que podia surripiar dos emolumentos das almas". Depois virá o resto.*

[97] Veja-se os dados desta relação em *Anexos I* (1) *Relação da produção, consumo e o preço, junto do público (…) concelho de Braga no ano de 1908.* Esta fonte revela que os preços destes cereais estão nesse ano algo acima do valor médio usual, o que permitirá admitir que nesse mesmo ano de 1908 a produção terá sido algo inferior ao habitual. Constatando-se ainda que nesse ano de 1908 a produção satisfaz, globalmente, o consumo, pode concluir-se de que a "balança cerealífera" do concelho de Braga é excedentária.

[98] Veja-se em *Anexos I* (2) a "*Relação dos membros das diversas associações industriais (empregados e patrões) em Braga, por 1914*".

[99] A família real estará em Braga, para abrilhantar este certame, entre 27 e 29 de Novembro de 1891.

[100] Veja-se em *Anexos I* (3) *A dimensão das indústrias Bracarenses na 1ª República.*

revelam que, embora então prevaleçam as pequenas empresas, nalgumas unidades fabris o número de operários ultrapassa a centena ou estende-se mesmo por muitas centenas. Nos períodos mais deprimidos da conjuntura económica, o desemprego ou o trabalho parcial alastram, inevitavelmente, conforme se pode constatar das informações que a Administração do Concelho veicula para o Governo Civil ou dos relatos da imprensa. No início da década de 1930, num período de severa depressão internacional, ocorre a falência do Banco do Minho[101], impondo um estigma no brio da cidade e um objectivo prejuízo para alguns particulares ou instituições[102] e para a economia local e da região.

Da diversificada documentação consultada transparece, para a globalidade deste período, uma assinalável fragilidade e pobreza de uma vasta camada da população, patente nos escassos rendimentos, nas deploráveis condições de habitabilidade e na débil higiene individual e pública. Os progressos vão emergindo, mas mediante uma lentidão que, face às muitas carências manifestas, podemos considerar quase exasperante.

Os indigentes marcam a paisagem da cidade durante todo este período. Em 1908, quando passa pela cidade, o espanhol Miguel Unamuno esclarece angustiadamente como o condói a pobreza que se mostra a cada esquina: *Siento herida mi dignidade humana, y en vez de echar uma moneda en alguna de aquellas bolsas apresuro el paso para no oir la quejumbrosa melopea. Se les priva a los desgraciados de las más caras libertades, pero no la de pedir limosna*[103]. Mas esta apreciação de Unamuno poderia bem ser sustentada, por qualquer analista medianamente sensível com as injustiças ou

---

[101] Em Outubro de 1930, um decreto governamental exonerava a direcção do Banco do Minho, nomeando uma comissão admnistrativa onde pontificava um elemento nomeado pelo Governo. Em Março de 1931 – na sequência de uma acção crime interposta contra os anteriores corpos gerentes do Banco pelo advogado Taveira Catalão, em nome de um grupo de credores – diversas figuras destacadas na cidade de Braga acabam detidas, sendo sujeitas a fianças cujos montantes oscilam a entre os 4000 e os 6000 contos, revela o *Correio do Minho,* onde colhemos estas informações, na sua edição nº 1429, de 5/03/1931. Outros indivíduos, com responsabilidades noutras agências do Banco do Minho, designadamente na cidade do Porto, acabam também detidos, revela ainda o *Correio do Minho*.

[102] Manuel Braga, o director do Colégio da Regeneração (instituição para o apoio a mulheres caídas na pobreza ou marginalidade), numa carta que envia ao governador civil de Braga, em 17 de Outubro de 1931, justifica a recusa da instituição que dirige em atender o pedido para acolher mais internas nestas palavras: *Em resposta ao venerando ofício de V. Exª nº 267, com data de 12 do corrente mez, cumpre-me participar-lhe que no dia 11 de dezembro de 1930, foi convocada uma reunião extraordinária da Exª Direcção d'este Colégio, a fim de se resolver o que mais conviria fazer-se no futuro, enquanto à admissão de internas, em presença da assustadôra crise de trabalhos e da dolorosa situação creada ao mesmo, pelos inesperados prejuizos occasionados pelo Banco do Minho, onde o Colégio tinha uma grande parte dos seus haveres para as suas despesas ordinárias.* (in Arquivo do Governo Civil de Braga, *Correspondência Recebida,* 1ª Repartição Cx. 8 (1930-31), 5.1.1.1, maço "Correspondência Diversa", 1931).

[103] UNAMUNO, Miguel – *Escritos de Unamuno sobre Portugal: estudo recopilatión y notas de Angel Marcos de Dios.* Paris: Fundação Calouste Gulbenkian: Centro Cultural Português, 1985, p. 158. (Col. Humanismo Clássico e Humanismo Moderno).

desigualdades, praticamente em qualquer data do período em análise neste trabalho, ainda que a intensidade do drama tenha oscilado em função da conjuntura socioeconómica. Durante a 1ª República, todos os anos pelo 5 de Outubro é servido um bodo aos pobres, simbolizando a generosidade do novo regime para com os mais fracos e desprotegidos, mas revelando igualmente o reconhecimento das muitas carências instaladas. O crescente valor assumido por esta prestação assistencial, à medida que os anos passam, não denota necessariamente um incremento do espírito solidário, mas antes revelará o crescente valor da inflação instalada – sobretudo durante os anos da guerra e do pós-guerra – assim como patenteará o igualmente crescente número de pobres que circulam pela cidade e concelho[104]. Seria possível multiplicar as referências, mas, com legitimidade e pragmatismo, podemos ater-nos apenas a outro testemunho inserto numa carta dirigida ao governador civil do distrito pela comissão directiva da Assistência à Mendicidade de Braga, em Janeiro de 1931, a solicitar apoio monetário para a sua obra. O momento é crítico, sabemo-lo. Podemos ainda admitir que o móbil da carta reclamava alguma dramatização na prosa adoptada, mas, dada a razoável confluência das análises, podemos conferir credibilidade bastante à informação que a mesma deixa transparecer:

> A assistência á Mendicidade em Braga, instituida em 1922 para socorrer e sanear as ruas da cidade dos bandos de pedintes e vadios que a infestavam e eram o flagelo dos seus habitantes e forasteiros, manteve nobremente, apezar das vicissitudes e obstaculos que se depararam e conseguiu remover, a linha de conduta a que se devotou e que esta Comissão espera egualmente manter, auxiliada pelo valioso concurso de V. Ex.ª, certa que se não recusará a cooperar nesta Obra de largo alcance social.
>
> As dificuldades que assoberbam a Assistencia á Mendicidade, sem congenere no paiz e que é apenas amparada pela caridade dos habitantes de Braga, tem mantido e protegido centenas de mendigos e feito desaparecer das ruas da Cidade o espectaculo indecoroso e degradante da mendicidade profissional, sobretudo a falta de recursos pecuniários para fazer face ao desenvolvimento sempre crescente da

[104] Com efeito, aquando da passagem do 1º aniversário da República, em 5 de Outubro de 1911, cerca de 400 pobres beneficiaram de um bodo que compreendia 1kg de arroz, um bacalhau, uma broa de pão e 200 réis em dinheiro. Um ano depois, serão 334 os pobres beneficiados com idêntica oferta. Porém, aquando das celebrações do 5 de Outubro de 1919 em Braga, verificar-se-á a distribuição de um bodo a cerca de 2000 pobres, beneficiando cada um de 500 réis em dinheiro e de 1kg de pão (Ver *Commercio do Minho* n°s 5753, 5900, 6733 e 6836 de, respectivamente, 7/10/1911, 8/10/1912, 6/10/1918 e 9 /10/1919).

> Assistencia, força-nos a recorrer ao generoso coração de V. Ex.ª, pedindo-lhe, se não recuse a cooperar com a Comissão numa das mais belas obras de caridade.
>
> Não desconhece V. Ex.ª certamente a importancia moral e social desta Cruzada de Benemerencia e como a sua manutenção se torna bem dificil pela carencia de recursos, a Comissão tem a honra de solicitar a V. Exª a concessão de um subsidio mensal, tendente a auxiliar e contribir para o desenvolvimento desta Obra de Assistencia, o que em nome dos indigentes da cidade penhorada e antecipadamente agradecemos, rogando a V. Ex.ª se digne enviar a sua resposta para a sede da Assistencia á Mendicidade, no Edificio do Raio [105].

As condições de habitabilidade de que dispõe a população bracarense, os indicadores de saúde e higiene públicas, a par de outros indicadores sociais e económicos deste período, revelam, de facto, uma realidade constrangedora. São muitos os relatos que nos esclarecem o perfil e a dimensão dos problemas sociais da época neste domínio: habitações muito pequenas e pouco arejadas; água da rede pública sem qualidade; os escarros que desinibidamente são atirados para as ruas da cidade; os muitos expostos deixados ao cuidado da assistência pública; os enterros que ainda se realizam no interior das igrejas, muito tempo depois de proibidos pela legislação; o saneamento que não existe ainda por 1930; diversos edifícios públicos onde é patente a profunda degradação física atingida. Para ilustrar a real gravidade de alguns destes problemas podemos socorrer-nos de um excerto da edição *do Diário do Minho* de 20 de Janeiro de 1929, que no artigo "O Maior Flagelo Social: a tuberculose e a cidade de Braga" denuncia a situação mediante as seguintes palavras:

> (…) é do conhecimento de todos que o terrível flagelo da tuberculose, em Braga, estende desmesuradamente os seus tentáculos, ceifando vidas a esmo, de cada vez mais, sem consideração nem respeito pela mocidade, fazendo chacota (passe o plebeísmo) dos médicos e da medicina, para no corrosivo e estiolante amplexo tudo subverter e dizimar. (…)

[105] Assinam esta carta, como membros da comissão de Assistência de Braga, João Caetano da Fonseca e Lima, Augusto Cezar Magalhães Cruz e Antonio da Rocha Vilaverde (in Arquivo do Governo Civil de Braga, *Correspondência Recebida,* 2ª Repartição, Cx. 7 (1930), 5.1.21, maço "Correspondência da Câmara de Braga e outras").

> O problema da redução do número de tuberculosos, nesta cidade, prende-se e liga-se, estreitamente, com o problema da higiene e salubridade públicas, ou seja, com a rêde de esgotos, que está por fazer, com uma rigorosa e inérgica inspecção sanitária que muito ao de leve se promove e executa.
>
> Os bairros insalubres e infectos – autênticas montureiras – existem com abundância, dentro da cidade e fora dela. Os entes que aí vivem, são, desde nascença, uns predestinados para o contágio da tuberculose.
>
> Cuide-se, com afan e com olhos de vêr, da higiene e da salubridade dos bairros e das casas onde vive, aglutinada e nauseabunda, a gente humilde. Apliquem-se sanções, duras e severas, para quem escarre dentro dos carros eléctricos, nos cafés ou noutros logares que pela sua natureza são frequentados por todos.
>
> Hospitalize-se a multidão de doentes que requer tratamento e cuidado. (…)

A ausência de regras de civismo por parte dos cidadãos, também patente no relato acima – e que se constituía numa das causas para a disseminação de doenças e para a progressão da morte –, aparecia referenciada de forma ainda mais clamorosa alguns anos atrás. Num exemplo de uma denúncia então recorrente, numa carta do comissariado da polícia para a Câmara Municipal, com data de 25 de Agosto de 1899, refere-se que na cidade de Braga *há ruas tambem em que não só de manhã se encontrão montões de excrementos humanos, como tambem gatos e galinhas mortas e grandes camadas de intulho, sem que ninguem se lembre de remover aquillo para fora da cidade*[106]. O tempo haveria de promover certamente alguns progressos comportamentais, mas de forma muito lenta e progressiva conforme se detecta no relato do *Diário do Minho* atrás.

Os cães vadios e raivosos constituem-se também numa ameaça à saúde pública, surgindo frequentes relatos de ataques a pessoas, por parte destes animais, na imprensa ou nas participações policiais enviadas para a presidência da Câmara Municipal na viragem do século[107]. A qualidade da água é outrossim, claramente, um problema de saúde pública. Na documentação que consultámos, abundam as reclamações e as

---

[106] Arquivo da Câmara Municipal de Braga, *Correspondência Recebida,* Cx. 1897, 1898, 1899, maço 1899 (Janeiro-Dezembro).

[107] Abundam as referências, a este fenómeno, à época. A título de exemplo, uma vez mais, atenhamo-nos a uma comunicação que, em 26 de Fevereiro de 1901, o comissário da polícia de Braga envia para o presidente da Câmara: *Tendo apparecido ultimamente em differentes freguezias d'este concelho, diversos cães atacados de hidrophobia, mordendo algumas pessoas e cauzando bastantes prejuizos, vou rogar a V. Ex.ª se digne ordenar as providencias que julgar mais convenientes, a fim de se evitar, tanto quanto seja possível, a vadiagem dos cães, tanto n'esta cidade como nas freguezias ruraes.* (In Arquivo da Câmara Municipal de Braga, *Correspondência Recebida,* Cx.1901, maço de Fevereiro).

exortações para que as necessárias obras sejam efectuadas. Uma carta do delegado de saúde para o Presidente da Câmara de Braga, com data de 10 de Outubro de 1901, não deixa dúvidas sobre a gravidade do problema:

> Tenho a honra de avizar a V. Ex.ª de que a freguesia de S. Lazaro d'esta cidade, está fornecendo um obituario assustador; pois que, tendo de população 5500 habitantes, e devendo ser a sua media de 9 obitos mensaes, falleceram no mez de agosto 23, e no mez de setembro 31 individuos.
>
> Sendo, em geral, más as condicções hygienicas das outras freguesias da cidade, todavia, S. Victor deu 17 enterramentos em cada um d'aqueles mezes, e S. João, Sé, Maximinos e Cividade, com o dobro da população de S. Lazaro, deram 26 e e 20 obitos, respectivamente, em vez de 23 e 31.
>
> (…) a causa primordial d'esta enorme mortandade reside na nocividade das aguas de que se está alimentando aquelle bairro, por isso que só tem agua de poços, e a da fonte da rua do Raio, já condemnada.
>
> Proponho 1º que na citada fonte seja collocado o letreiro: "Agua não potavel" em grandes caracteres, depois de se ter mandado lançar na caixa dois Kilos de chloreto de calcio; 2º, que se canalise para aquelle local agua da Camara, servida por uma torneira automatica, com o distico: "Agua Potavel.[108]

Nos inícios do século XX, o abastecimento público de água a Braga resultava ainda, em boa parte, de um fluxo que provinha do complexo hidráulico das Sete Fontes, construído, a partir de meados do século XVIII, numa suave colina sobranceira à urbe, a nascente. As insuficiências, face às necessidades do consumo crescente, acumulavam-se, entretanto. Tendo chegado a magnitude do problema do abastecimento de água à cidade ao conhecimento das mais altas instâncias nacionais, em 19 de Abril de 1902 a Câmara dos Deputados aprova um projecto de lei autorizando o governo a sancionar um contrato que a C. M. de Braga viesse entretanto a efectuar, nos termos legais, para melhoramento do abastecimento de água à cidade, mas apenas na condição de tal não implicar qualquer despesa ou diminuição de receita para o estado central. Com verbas insuficientes da parte da Câmara Municipal, a resolução da questão aguardará forçosamente mais alguns anos. E será já no dealbar da República, em Setembro de 1913, que emergirá uma resposta para obviar à frequente escassez de água

[108] Arquivo da Câmara Municipal de Braga, *Correspondência Recebida*, maço de Outubro 1901.

observada na urbe durante o Verão[109]: surge então uma nova captação, a partir do rio Cávado, a qual, melhorada, se constituirá na base do fornecimento público de água a Braga até aos dias de hoje, nos inícios do século XXI.

A electricidade, um grande invento que marca os finais do século XIX, chega a Braga antes de 1900, para destronar progressivamente a iluminação a gás. A Sociedade de Electricidade do Norte de Portugal, a operadora na cidade é, contudo, alvo de repetidos protestos – da imprensa, da Câmara Municipal ou de particulares – devido aos frequentes cortes que ocorrem no fornecimento de energia. Por seu lado, a própria concessionária chega a cortar o fornecimento de energia aos espaços públicos da cidade como forma de coagir a Câmara Municipal a uma maior celeridade no pagamento das dívidas que sucessivamente se vão acumulando[110]. Com a República a energia eléctrica seria entretanto aproveitada para os modernos meios de transporte que se estavam a difundir pelas cidades do mundo: o eléctrico começa a marcar a paisagem da urbe a partir de 18 de Outubro de 1914.

A estrada Braga-Chaves é uma melhoria muito reclamada durante todo este período. A sua construção iniciou-se ainda na década de 1860, mas só no início dos anos trinta do século XX haveria de estar concluída[111]. O aeródromo, conferindo um ar moderno e avançado à cidade, é inaugurado em 22 de Junho de 1929. No início da década de trinta, a rádio faz também a sua aparição pública em Braga[112].

---

[109] As deficiências na distribuição de água por inícios do século XX, afectavam mesmo instituições que albergavam elevado número de indivíduos, como sucedia, por exemplo, com o Regimento de Infantaria 8, implantado bem próximo do centro da cidade de Braga. Isso mesmo se pode constatar do teor de uma carta enviada, no declinar de um Verão visivelmente seco, pelo comandante do Regimento de Infantaria 8 ao presidente da Câmara Municipal de Braga, na qual o remetente escreve: *Illmo e Exmo Snr. Presdente da Camara Municipal de Braga: Sendo pelas posturas municipaes prohibido o transito de carros de bois, aos domingos e dias santificados, nas ruas da cidade, e achando-se arrematada a agua para uso das praças d'este regimento e para confecção dos ranchos das mesmas praças, durante a actual estiagem, venho rogar a V. Ex.ª se digne auctorizar que o arrematante (Thiago?) seja auctorizado a fazer conduzir para este quartel, nos indicados dias, e uso carro de bois, o numero de pipas que for preciso. – Deus guarde a V. Ex.ª Quartel de Braga 12 de Setembro de 1904. O comandante interino: Zeferino(?)* (in Arquivo da Câmara Municipal de Braga, Correspondência Recebida, Cx. 1904, maço Setembro).

[110] Veja-se estas cartas em *I* (4) na rubrica "A debilidade no fornecimento da electricidade à cidade de Braga por 1900"

[111] Na rubrica "Assuntos magnos que mobilizam as forças vivas locais: a luta contra a "mesquinhez" do centralismo lisboeta; importantes melhoramentos locais" esta e outras questões relativas aos benefícios reclamados por Braga serão desenvolvidas algo mais profundamente.

[112] Em 25 de Abril de 1931, o *Correio do Minho* (nº 1473, p.1) noticiava que *continua a ser apreciada com gerais louvores a radiação diária do nosso noticiario, emitida pela importante estação "Radio Braga", do nosso amigo Santos da Cunha*, acrescentando que *com este novo equipamento a nossa cidade terá noticias dos grandes acontecimentos do Universo, poucas horas passadas de terem ocorrido*. As emissões ocorriam em dois períodos: das 12 às 13 horas e das 22 e as 24 horas. Já no *Correio do Minho* de 16 de Março de 1933 (nº 2054, p. 1), uma quinta-feira, informava-se que fora montado no salão nobre do Governo Civil um posto de rádio para o público poder escutar um discurso de Salazar.

A irradiação das ligações ferroviárias de Braga com outras localidades vizinhas (em direcção a Esposende, aos Arcos de Valdevez ou a Guimarães) consumiu muitos esforços aos notáveis bracarenses, animou muitos discursos na imprensa local, conforme veremos mais pormenorizadamente adiante, mas nunca passou da fase de projectos.

A cidade vai crescendo paulatinamente, procurando assumir um perfil mais arejado e moderno. Mudará devagar como o povo que a habita[113]. A lenta dilatação da Avenida da Liberdade, partindo do coração da cidade para a periferia na direcção de Guimarães, será disso um exemplo. Em finais de 1891, um extenso abaixo-assinado (com duzentos e dois subscritores, encabeçados pelo director do Hospital de S. Marcos) é entregue na Câmara Municipal, reclamando da gerência da mesma o maior empenho no alargamento da Rua das Águas, como então se designava esta artéria[114], pois, sublinham, *a estreiteza d'esta rua e o defeituoso de sua construcção actual, o numero avultado dos moradores e as circunstancias menos hygienicas em que actualmente se encontra são um perigo constante para a segurança do transito e ameaça permanente, não somente á saúde de seus moradores como também dos habitantes da cidade*[115]. Os subscritores desta "representação" lembram ainda o quão oportuno se mostra promover algumas obras públicas num período de tão grande escassez de emprego e instam ainda a Câmara Municipal a desenvolver os maiores esforços para captar a simpatia do rei aquando da próxima visita deste à cidade (consumada entre 27 e 29 desse mês de Novembro), para que o mesmo possa influenciar positivamente o governo na concessão das necessárias verbas. Todavia, seria preciso esperar pacientemente para que estas obras se iniciassem. Muitos anos depois, no final de 1926, o *Correio do Minho* lembrava[116] que as obras de

---

[113] Na edição de 10 de Maio de 1927 o *Correio do Minho* (nº 261, artigo "A limpeza da cidade", p. 3) reclama da Câmara Municipal a constituição de uma brigada que actue repressivamente a favor de uma modernização da face da urbe. Escreve então este jornal: *o habitante de Braga é estruturalmente porco, porquissimo, pouco se importando de fazer da via publica armazem de quanto julga inutil em sua casa. (…) E' preciso que a Camara, de combinação com a autoridade policial, organize uma brigada de guardas que se empregue, única e exclusivamente na fiscalização das posturas municipais. Custa isso mais dinheiro? É possivel; mas lucra a cidade e lucram os habitantes. (…) Não terá só* [esta "brigada de guardas"] *que ligar atenção á parte da higiene e limpeza mas á galinha e ao suino que fazem avenida por algumas ruas da cidade, á roupa que toma ar em janelas de alguns predios… e em muitas e muitas coisas que por aí se veem e que o Codigo de Posturas não permite.*

[114] Posteriormente virá a ser designada Avenida João Franco, nome que manterá até à chegada da República quando passará a designar-se por Avenida da Liberdade. Rebaptizada como Avenida Marechal Gomes da Costa pelo Estado Novo, virá a reganhar a designação de Avenida da Liberdade após a revolução de Abril de 1974, o nome que ainda hoje (2010) mantém.

[115] Veja-se, na íntegra, o texto desta representação, datada de 25 de Novembro de 1891, *em Anexos I* (6) – documento extraído do Arquivo da Câmara Municipal de Braga, *Correspondência Recebida,* Cx. 1890-1899, maços de 1891-92, 1894-95, 1899.

[116] Avenida da Liberdade. *Correio do Minho*. Braga. Nº 124 (27/11/1926), p.1.

prolongamento desta artéria urbana, iniciadas cerca de vinte anos atrás numa gestão presidida por Domingos Soares, iriam então sofrer um significativo impulso: embora com custosas expropriações a via estender-se-ia até ao largo do Rechicho. Isto é, no final destas obras a avenida ficaria construída em menos de metade da longitude desejada e planeada, a qual haveria de se estender para lá de uma nova ponte sobre o rio Este, bem mais abaixo. Na dobragem do século XIX/XX vários arruamentos e praças emergiram na cidade de Braga, ou surgiram com uma dimensão ampliada, como sejam o Largo das Carvalheiras, a Rua do Raio, a Rua do Taxa, a Rua dos Chãos e outras.

1.4 - O elevado analfabetismo e os esforços para uma melhor escolarização. O quadro mental

O analfabetismo apresenta na região indicadores deprimentes. Por 1901, aquando da realização de eleições para o Parlamento, os dados apontam para 77.8% de analfabetos, de onde resultará um corpo eleitoral de apenas 75 000 indivíduos, sendo que então apenas cerca de 40 000 exerceram efectivamente o seu direito de voto. Ainda que a cidade de Braga e o respectivo concelho possam ostentar indicadores mais benévolos do que estes, referentes à globalidade do distrito, o panorama não deixa de ser desolador, embora mais ou menos assemelhado ao observado a nível nacional, conforme já foi atrás referido. Este escasso nível cultural das populações constitui-se, naturalmente, num obstáculo adicional para o desenvolvimento.

Avultam os documentos que patenteiam as enormes lacunas no domínio da educação elementar em Baga: as escolas escasseiam e as instalações daquelas que existem são muito deficientes; os professores reclamam do atraso no pagamento dos salários; a pobreza cultural e material das famílias indu-las a não levar os filhos para a escola, sobretudo às meninas, a fim de aprenderem o simples ler e escrever. A imprensa bracarense diagnostica a situação e reclama a atenção necessária dos poderes locais, e do governo a nível central. Nos últimos anos da Monarquia, e mais ainda ao tempo da República, a questão da educação das massas merece o reconhecido interesse dos governos. No concelho de Braga, as debilidades das finanças camarárias dificultam uma abordagem mais decidida do problema. Balthazar Cruz, o professor da escola primária de S. Julião de Passos, numa carta que dirige ao presidente da Câmara de Braga em 9

Março de 1901 a reclamar verbas para a *mobilia, livros e utensilios* necessários na sua escola, denuncia a gravidade da situação, quando lhe revela: *já tenho matriculados 33 alumnos e espero matricular muitos mais; e para elles se assentarem, apenas tenho um banco meu, que póde comportar 6 alumnos, tendo os restantes de se conservarem em pé, não podendo eu dar-lhes lições de escripta nem de arithemetica, mas sim uma lição curta de leitura*[117].

A atribuição de "legados" por particulares, direccionados para o financiamento das despesas com o alargamento do ensino elementar (construção de escolas ou pagamento do salário de professores), surge como uma resposta da sociedade civil para abordar uma questão grave, para a qual o Estado não mostrava, de há muito, o necessário empenho. Sendo necessário reorientar as opções orçamentais do Estado no sentido de enfrentar a gravidade deste problema, não menos imperiosa se revelava a necessidade de convencer as famílias, pobres mas também resignadas na sua arreigada ignorância, das vantagens em participarem activamente na alfabetização dos seus filhos. O presidente da Junta de S. Victor, em 10 de Maio de 1902, a propósito da projectada criação de uma nova escola para as crianças do sexo feminino na vizinha freguesia de Gualtar, solicita numa carta[118] dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Braga que o novo estabelecimento de ensino seja edificado *na rua nova de santa Cruz, no sitio dos Piões, ponto limitrophe das freguesias de Gualtar e São Victor*, para aproveitar às mais de trinta crianças do *bairro comprehendido pelas ruas D. Pedro V, Nova de S.ta Cruz, de São Victor o Velho e logar dos Peões.* Já desde a reforma do ministro Rodrigues Sampaio, nos finais da década de 1870, que a frequência do ensino primário era obrigatória, salvo algumas excepções, como fossem o notório atraso intelectual das crianças, a extrema pobreza das respectivas famílias ou ainda o afastamento da sua residência em mais de dois quilómetros relativamente à escola mais próxima. Mas a indulgência patente na consagração legal destas escusas à obrigatoriedade da frequência da escola primária revelar-se-ia demasiado lata e permissiva, como percebemos já pelos indicadores exibidos pelo nosso país no limiar do novo XX. Com efeito, na carta que vínhamos a referir, o presidente da Junta de S. Victor lembra que não se construindo a escola no referido lugar dos Peões, as crianças em idade escolar *do bairro*

[117] Arquivo da Câmara Municipal de Braga, *Correspondência Recebida,* Cx. 1901, maço de Junho. Veja-se em *Anexos I (5)* na rubrica "O Elevado analfabetismo e os esforços de escolarização" mais documentos que exemplificam a debilidade do ensino em Braga à época.

[118] Arquivo da Câmara Municipal de Braga, *Correspondência Recebida,* Cx. 1902, maço de Fevereiro.

comprehendido pelas ruas D. Pedro V, Nova de S.ta Cruz, de São Victor o Velho e logar dos Peões, as quaes se acham a uma grande distancia da escola mais proxima estabelecida na rua de Santa Margarida continuariam a não frequentar a escola. E atente-se que a escola da Rua de Santa Margarida, desdenhada pelos pais destas meninas, ficava a uma distância que excedia em pouco os dois quilómetros referenciados na lei da autoria do ministério de Rodrigues Sampaio: era o suficiente, porém, para as famílias se eximirem à sua obrigação legal. A gravidade, a magnitude destes problemas, estendia-se pelas regiões vizinhas e permaneceria ainda duradouramente. Quase três décadas depois, em Novembro de 1929, o correspondente do *Correio do Minho* na vizinha cidade de Guimarães denunciava, indignado, as graves responsabilidades das famílias pobres e ignorantes daquele concelho, que condenavam os seus descendentes à fatalidade de um destino menor, não isentando simultaneamente de culpas as elites locais, indiferentes ao desditoso futuro dos mais pobres. O tempo que então se vivia era de verdadeiro aperto económico, mas tornava-se difícil para o cronista entender e aceitar a situação observada, verberada nos seguintes termos:

> Pois é verdade. Não abriram este ano neste concelho, por falta de casa e de material, – 27 escolas!
>
> Para debelar esta … catastrofe vê-se no orçamento municipal uma verba de mil e quinhentos escudos!
>
> Se esta minha terra fôsse composta de gente sensível às grandes desgraças, estou certo de que toda a gente se voltaria interessada para este assunto, procurando-lhe o remedio. Tal coisa não sucede, porque a população é indiferente a esta desgraça e a maioria dos pais que teem filhos em idade escolar não [sic] se lhes dá que estes filhos fiquem sem instrução.
>
> Fatalistas por atavismo, exclamam de olhos em alvo: – "Será o que Deus Quizer!" E vão mais longe na sua logica: – "Eu também não aprendi; e, mais, ganho pão!"
>
> A parte chamada culta, essa encolhe os ombros, quando não aplaude as vantagens do povo brutinho, por causa das insanchas socialeiras.
>
> Simplesmente o mundo marcha, os fados hão-de cumprir-se, e os ignorantes de hoje hão-de talhar a lei – ajustando contas com uma sociedade que pouco faz para libertar o povo da ignorância.

> Vinte e sete escolas encerradas aonde já não havia as suficientes; vinte e sete escolas a menos num concelho que é dos 13 do distrito o mais analfabeto – temos de concordar que é coisa parecida com um cataclismo![119]

A par destas magnas questões, referentes às debilidades nos recursos materiais e humanos do ensino elementar, Braga, como o resto do país, enfrentaria ainda o facto de o ensino ser demasiado teórico. O problema já havia sido apontado por Pombal aquando das reformas que introduzira no ensino, e designadamente na Universidade de Coimbra, no terceiro quartel do século XVIII. Não obstante as transformações intentadas pela República, o escasso efeito induzido no desenvolvimento do país pela acção das nossas escolas, mormente a universidade, continuará a ser lembrado por alguns responsáveis governamentais. Ainda que saídas da boca de um ministro integrante de um governo que não tinha uma visão particularmente benévola para com a cultura e ainda que marcadas por notórios estereótipos, não deixam de merecer uma curiosa atenção as considerações que Alfredo de Magalhães (ministro da Instrução) desenvolve num discurso pronunciado na Associação Comercial de Braga, aquando da sua visita à cidade em 1 de Janeiro de 1927. Ancorando-se em discutíveis lugares comuns, Magalhães considera que *o estudante portuguez tem uma inteligencia viva, quasi tanta como o castelhano, e mais que os outros povos*, mas lamentavelmente, opina ainda – socorrendo-se de uma citação que atribui a Antero de Quental no já longínquo ano de 1868 – no nosso país *a ociosidade é o ideal dos portugueses, mesmo d'aqueles que trabalham*. À época, a imprensa bracarense denunciava recorrentemente as débeis condições em que funcionava a Escola Comercial e Industrial da cidade e indignava-se também perante a ameaça, de novo patente, da extinção da Escola Normal. Braga, a cidade que permitira reinventar a possibilidade de um futuro para o país – alegava, mais ou menos nestes termos, o *Correio do Minho,* que reflectia o esforço que as "forças vivas da cidade" emprestavam à defesa destas causas – não recebia a consideração devida pela Ditadura. Porventura porque se encontrava numa estrutura do associativismo empresarial, e conhecendo decerto as reclamações locais, Magalhães enfatiza a necessidade de se organizar de forma mais pragmática o ensino no país, desenvolvendo-se designadamente o ensino técnico médio. Não podendo adivinhar

[119] Carvalho, A. L., A escola primaria não tem amigos entre nós (Crónica de Guimarães). *Correio do Minho*. Braga. Ano IV, nº 1033, (17/11/1929), p.3.

ainda que de Coimbra haveria de sair uma figura que sustentaria por longas décadas o curso da Ditadura, Magalhães, depois de afirmar que *nós* [o país] *estamos fartos de doutores!* acrescenta que *a Universidade de Coimbra tem sido um alfobre de Messias inutilizados no Terreiro do Paço.* E sobre as transformações que se impõem ao país, e nas quais se empenhará, clarifica: *a difusão do ensino liceal é um manifesto, tremendo erro, porque dos liceus quasi todos se dirigem à Universidade e não há outra escola de ensino medio. Queria ver o ensino tecnico com muitissimos alunos; a Universidade com poucos, mas muitissimo distintos.*

Da abordagem que acabamos de fazer, relativa à cidade de Braga e à região envolvente, pudemos já aferir um significativo retrato da idiossincrasia das suas populações. Assim mesmo, atentemos ainda, de seguida, noutras referências que servirão para esclarecer de forma mais incisiva a mentalidade prevalecente entre as populações locais da época. Por 1900, já muitas décadas volvidas sobre as celebradas "leis de Saúde" de Costa Cabral, o enterramento dos mortos no interior das igrejas na região de Braga surge ainda com demasiada frequência. Não raras vezes, é mesmo com o conluio disfarçado das próprias autoridades locais que os familiares procuram enterrar furtivamente os seus entes queridos no interior dos templos. As muitas notícias que referem, na viragem do século, iniciativas para a construção de cemitérios[120] esclarecem que esta questão (o enterramento dos mortos) não merecera ainda o devido cuidado dos poderes públicos, conquanto revelem também as debilidades financeiras daquele tempo. Mas a transladação abusiva de corpos do adro para o interior das igrejas ilustra, sobretudo, o considerável atavismo cultural e religioso das populações que, convencidas de que a inclusão dos falecidos no interior dos templos os aproximaria mais dos favores de Deus, contrariam mesmo as decisões dos próprios párocos que se opõem comummente a tais práticas, em conformidade com as superiores determinações do seu arcebispo. Em Abril de 1901, tentando contrariar estas práticas, o arcebispo de Braga dirige uma mensagem aos párocos da diocese sobre esta problemática nos termos seguintes:

> Sendo muito conveniente que todas as parochias tenham cemiterio, como preceituado nas leis do reyno, não só por motivo de hygiene, mas tambem por causa

[120] No Arquivo Distrital de Braga (in Correspondência Geral do Governo Civil) consultámos muitas cartas remetidas pelos presidentes de Junta ou pelas Administrações do Concelho que tratam de procedimentos ou reclamações diversas visando a construção de cemitérios. Nos inícios do século XX, em Braga podemos referir, a título de exemplo, a construção dos cemitérios nas freguesias de Sequeira, Figueiredo, Celeirós e Gondizalves.

> de melhor conservação e limpeza dos templos, e tendo-me o digno delegado de saude do disctricto de Braga participado que recentemente se dirigira aos reverendos em cujas freguezias ainda não haja cemiterio para que sem perda de tempo se faça cumprir a lei sobre este objecto; havemos por bem recommendar aos reverendo parochos do districto de Braga, dentro de cujas egrejas ainda se façam os enterramentos por falta de cemiterio que prestem a maior atenção ao officio que sobre o mesmo assumpto lhes foi dirigido pela Delegação de Saude do Districto de Braga, e procurem dotar as suas freguezias com este importante melhoramento.[121]

Noutra carta de 1 de Dezembro de 1903, agora dirigida ao governador civil do distrito, o arcebispo de Braga denuncia os repetidos enterramentos de cadáveres no interior da igreja de Vermoim – no vizinho concelho de Famalicão. Sempre com a oposição do pároco local, esclarece o arcebispo, tinham ocorrido naquela paróquia várias exumações de cadáveres, transladados do adro para o interior da igreja. Porque as autoridades administrativas locais estariam coniventes ou indiferentes a estes atropelos à lei, o arcebispo pede a intervenção do governador civil, a quem se dirige nestes termos:

> (...)
>
> Domingos Simões da Cunha, parochiano de Vermoim pretendeu no dia 17 de novembro passado enterrar no interior da egreja parochial e antes de passarem as vinte e quatro horas da lei uma filha legitima que morrera sem baptismo.
>
> O parocho não consentiu no enterro dentro da egreja não só por se tratar de pessoa não baptisada e não terem decorrido as vinte e quatro horas depois do fallecimento, mas porque n'aquella freguesia já se não faziam enterramentos no interior da egreja, mas sim no adro enquanto não tiverem cemiterio proprio como é de lei. O pae da creança foi buscar na noite do dia 17 uma chave da egreja, que estava em poder do regedor Ignacio Alves de Sá, e tentou arrombar a porta para effectuar a inhumação. Não conseguiu abri-la por estar trancada.
>
> No dia 18 á noite, depois que José Correia de Sá e o pae da creança se apoderaram das chaves da egreja violentamente effectuaram sem o ministerio do parocho e contra a vontade d'elle a inhumação do cadaver, como pretendiam. (...)
>
> Diz mais o parocho que de tudo isto deu parte á autoridade administrativa de Villa Nova de Famalicão, e nenhumas providencias tomaram.

[121] Portaria (rubrica "noticias locaes"). *Commercio do Minho*. Braga. Nº 4201 (13/04/1901), p. 3.

> N'esta freguesia de Vermoim segundo sou informado teem-se feito durante o presente anno varios enterros dentro da egreja não obstante os protestos do parocho e um d'elles inhumando um cadaver enterrado havia oito dias, e por isso em completa decomposição e trasladando-o para a egreja.
>
> Em virtude destas irregularidades (...) venho pedir a V. Ex.cia providencias para que se digne prohibir aos seus subordinados que patrocinem d'aqui em deante este proceder contrario á higiene do paiz (...)[122].

Mas este fenómeno estender-se-ia bem para diante, ultrapassando o horizonte da 1ª República. Em 10 de Agosto de 1926 o *Diário do Minho* denuncia o facto de, ainda dias atrás, na freguesia bracarense de Priscos[123] ter ocorrido a inumação de um cadáver na igreja local, em circunstâncias quasi macabras: perante a falta de espaço, fora preciso remexer nas ossadas de vários corpos, observando-se que até os cães se tinham apoderado de alguns ossos. Historiando o que considera uma deprimente situação, o jornal recorda que, alguns anos antes, na sequência de uma epidemia que ocorrera em Priscos, haviam sido desenvolvidos esforços para a construção de um cemitério nessa localidade, acrescentando que, sob a denodada acção do delegado de saúde, começara-se, entretanto, a enterrar os cadáveres no adro da capela do Senhor dos Passos, na mesma freguesia. Porém, misteriosamente, durante a noite os cadáveres eram exumados e – porque a chave do templo estava à guarda pelo pároco – levados pela torre da igreja para o coro, e depois arriados por cordas para o piso da igreja, onde eram inumados. Porque se repetiam estas façanhas, escreve o *Diário do Minho*, *a certa altura deixaram de sepultar os defuntos no terreno destinado ao cemiterio, já que os mortos teimavam em fugir para a igreja, e é nela a partir de então que se fazem todos os enterramentos.*

Podemos reter também, entretanto, alguns sinais de contraste ou ruptura, que, embora singulares, não deixam de assinalar e emergência dos novos tempos. É o que se observa quando a 11 de Agosto de 1912 o Centro da Mocidade Republicana Intransigente, sediado na cidade do Porto, promove uma excursão à cidade de Braga, visando a propaganda do livre-pensamento mas também a homenagem pública a Rosalina Gomes

---

[122] Arquivo Distrital de Braga, *Correspondência Geral* do Governo Civil de Braga, Cx. 12 (1903-05).

[123] Um caso selvagem: com vista ao sr. governador civil. *Diário do Minho*. Braga. Nº 2033 (10/8/1926), p. 1. Como que para demonstrar a recorrência destas infracções, retenha-se que um bom par de anos antes, numa carta dirigida para o governador Civil de Braga com data de 27 de Outubro de 1908, o então delegado de saúde de Braga (João Dias) denunciava que na freguesia de Priscos fora *inhumado na Egreja, o cadaver de um individuo do sexo feminino, e como se isto ainda não bastasse, tambem na mesma egreja foram dados á sepultura cinco cadaveres, que ha já semanas e até meses, tinham sido enterrados no adro e que portanto tiveram de ser exhumados. – In* Arquivo Distrital de Braga, *Correspondência Geral do Governo Civil*, Cx. 15 (1908-10).

Leite da Silva, uma republicana que alegadamente tinha sido a primeira mulher enterrada civilmente nesta última cidade.

Ainda no dealbar da República, sensivelmente a meio do período em análise neste trabalho, numa bem-humorada conferência proferida no Ateneu bracarense em Dezembro 1911, José Valdez[124] desdenha a escassa vitalidade da cidade, cedo amortecida à noite, e apouca a religiosidade vulgarmente encenada pelas ruas, afirmando que desde o nascer do sol *as beatas infestam as igrejas, lacrimosas e compungidas segurando grandes rosários* e acrescentando que *uma festa de Igreja mete todo o snobismo bracarense que ali se reúne com um ar compungido e doloroso.* Alguns anos depois, nos primórdios da ditadura subsequente ao 28 de Maio, num editorial do *Diário do Minho* onde se aborda a boa educação para as mulheres (bracarenses e não só) admite-se que nos *tempos modernos, em que, com justiça, se estima tanto a ilustração e se trabalha para difundi-la em todas as classes sociais, convem que a mulher se inicie nos segredos do saber e adquira alguma variedade de conhecimentos*. Mas, embora aceitando que a educação também deva chegar ao sexo feminino, o editorial, reflectindo lugares comuns da época, acrescenta que *não devemos, porem, converte-la* [à mulher] *em sabia ridicula, isto geralmente falando, dedicando a estudos que possam enfatua-las; e sendo o seu espirito mais debil e a imaginação mais ardente que a do homem, é preciso proceder com cautela e toda a prudencia*[125].

José Valdez, na conferência que acabámos de citar afirmava que, na falta de outros locais onde passar o ócio, é nos cafés *que se fazem e desfazem as reputações e os grandes homens de Braga e do país*[126]. Nas páginas que se seguem passaremos a analisar com mais detalhe, no período ora em análise, o curso da conjuntura bracarense

---

[124] VALDEZ, José, *Uma noite no Atheneu: conferência realizada no Theatro de S. Geraldo em 14 de Dezembro de 1911*. Braga (texto composto e impresso na Typografia de "A Opinião", em 1911, e existente na B.P.B). Recentemente, em 2000, foi efectuada uma nova edição opúsculo pela Fundação Bracara Augusta, de Braga.

[125] Educação da Mulher. *Diário do Minho*. Braga. Nº 2089 (15-10-1926). p. 1

[126] Sobre a relevância sócio-política dos cafés da cidade, Valdez (ob. cit.) opina: *os cafés em Braga são muito concorridos principalmente os da Arcada. Não havendo outras distracções toda a gente os busca á noitinha e ali se cavaqueia e joga até altas horas da noite. O mais frequentado é, sem dúvida alguma, o café Viana onde a sociedade mais selecta da terra se reune, maldizendo, chocalhando e discutindo politica. (...) Nos cafés é que se fazem e desfazem as reputações e os grandes homens de Braga e do país.* Como que para confirmar o acerto desta análise de Valdez, o jornal *Districto de Braga*, que surge em Março de 1910, na fase final da Monarquia, ostenta uma rubrica com o significativo título "Ecos da Arcada". Ainda confirmando a relevância dos cafés do centro da cidade de Braga como espaço de referência para a intriga política local, o *Jornal de Braga* na edição de 21 de Setembro de 1910, a propósito da recente nomeação do visconde da Torre como novo par do reino, sustentava que esta fora uma *nomeação que Braga recebeu com jubilo, ao saber-se, collocado uma "placard" na Brazileira* – outro dos cafés então frequentados pela elite local no centro da cidade, retenha-se.

nas vertentes política e social, fundamentalmente, registando os reflexos dos fenómenos mais relevantes do país, imergindo nas especificidades da urbe e da região e detendo-nos nos protagonistas que deixaram um mais visível rasto.

2- Braga no declinar da Monarquia

2.1- Os reflexos em Braga das convulsões políticas no início da década de 1890:

- o *Ultimatum*
- a crise financeira
- a revolução de 31 de Janeiro de 1891

À imagem do país, a cidade de Braga viveu de forma deveras agitada o autêntico terramoto político originado pelo *ultimatum* inglês de 11 de Janeiro de 1890. O bairrismo que recorrentemente emergia em muitas localidades do Minho na disputa de interesses locais transmutou-se agora numa fácies assaz patriótica. Os estudantes, do Liceu sobretudo, diversas figuras do patronato e as respectivas associações, o povo da cidade, todos se indignam, todos expressam, de ânimos acesos, a sua acrimónia contra a "ignóbil Inglaterra". As manifestações, os abaixo-assinados, as conferências e os artigos na imprensa multiplicam-se, ilustrando o despeito e o ressentimento contra os ingleses mas também contra a flacidez vislumbrada no governo em Lisboa. Três dias volvidos sobre o *ultimatum*, a 14 de Janeiro, numa reunião ocorrida no Ateneu Comercial da cidade, é criada uma comissão para coordenar localmente a recolha de donativos para os couraçados que o país quer comprar. Participam desta comissão os presidentes das mais relevantes associações da cidade, assim como redactores da imprensa local, reclamando-se destes últimos que promovam e publicitem a subscrição de donativos nas páginas dos seus jornais. São ainda aprovados telegramas a enviar ao governo, exortando-o a tudo fazer para assegurar a integridade da nação, bem como às associações de estudantes de Coimbra, Lisboa e Porto, protestando o maior apreço e solidariedade pelas diligências que haviam adoptado. Terminada a reunião, os estudantes animam uma manifestação que percorrerá as ruas da cidade, entre "vivas" à integridade Pátria e protestos ou invectivas contra a Grã-Bretanha.

A 17 de Janeiro uma delegação de estudantes universitários do Porto vem a Braga para integrar e robustecer uma nova manifestação de protesto. A partir da estação de caminhos-de-ferro, onde são acolhidos por muitos membros da academia bracarense

(estudantes do Liceu, dos seminários e colégios), os manifestantes dirigem-se para o centro da cidade. No trajecto até ao Ateneu Comercial, onde se realizaria uma reunião para acertar estratégias para a luta a desenvolver e para a subscrição em curso, as redacções de alguns jornais da cidade são vivamente saudadas, os anúncios da *Mala Real Ingleza* apostos nalgumas esquinas são retirados e queimados (o *Colegio Inglez* e a *Mala Real Ingleza*, precavendo-se contra a eventual fúria dos manifestantes, haviam retirado as tabuletas nos respectivos edifícios), e repetem-se as proclamações patrióticas e hostis para com a Inglaterra. As agências bancárias, o paço Arquiepiscopal e diversos edifícios da cidade exibem a bandeira nacional içada, notava o jornal *A Correspondencia do Norte*[127]. No dia seguinte, a Associação Comercial de Braga aprovava uma resolução na qual se incitava o patronato local a encerrar as portas dos seus estabelecimentos no caso de a esquadra inglesa avançar pelo Tejo em direcção a Lisboa. Entre as deliberações aprovadas nesta reunião, constam também o envio de novos telegramas dirigidos à Associação Comercial de Lisboa e à Academia de Coimbra, participando-lhes o regozijo e o determinado apoio, da parte do patronato bracrense, para com as patrióticas diligências que tinham adoptado.

O nome de Serpa Pinto, uma referência na promoção do colonialismo português, é sugerido para uma das novas ruas da cidade "*construídas nas antigas de Sapateiros Toucinheiros*"[128].

Ao longo de todo o ano de 1890, período em que o texto de um novo tratado com a Inglaterra para regularizar as disputas coloniais em África é procurado no parlamento português, a imprensa bracarense verte relatos de protestos – ora alargados ora consubstanciados em ácidas notas individuais – contra a opressora Inglaterra. Dias Freitas, redactor do jornal *Correio e Braga* e professor de inglês, faz publicar na *Correspondencia do Norte*[129] o seu inflamado protesto:

> MORRA A INGLATERRA!
> MORRAM OS PIRATAS!
> Sendo, desde longa data, professor d'inglez, protesto sob minha palavra de honra, nunca mais leccionar essa lingua, que procurarei esquecer."

---

[127] A Classe académica (rubrica "Echos Politicos"). *A Correspondencia do Norte*. Braga. Nº 942 (18/01/1890), p. 3.
[128] Homenagem a Serpa Pinto. *Comercio do Minho.* Braga. Nº 2518 (1/02/1890).
[129] *A Correspondencia do Norte.* Nº 941 (15/06/90). Registe-se que à época este jornal era o órgão oficial do Partido Progressista em Braga. Porém, alguns anos mais tarde, conforme já esclarecemos, na sequência da passagem de alguns proeminentes progressistas bracarenses para o Partido Regenerador, este jornal passará a promover a política dos regeneradores na cidade.

MORRA A INGLATERRA!
MORRAM OS PIRATAS!

Do *Commercio do Minho*, ressaltam outros exemplos de resoluções que pretendem emanar o inequívoco patriotismo de alguns empresários da cidade: *José Martins de Almeida, sócio-gerente da Fabrica Social Bracarense – chapelaria a vapor – suspendeu telegraphicamente as encomendas de materia prima para aquela fabrica, que tinha feito à inglaterra*; *o snr. Antonio Jacinto Inglez, negociante de carnes verdes, estabelecido na rua do Souto substituiu o apellido de Inglez pelo de portuguez; o snr. commendador António José da Silva Braga, d'esta cidade, e sócio da importante firma commercial Braga Monteiro, da ilha do Príncipe, telegraphou ao socio gerente para que corte as relações commerciaes com a Inglaterra*[130]. Já o jornal bracarense *O Constituinte*, num gesto mais radical, delibera alterar a sua designação, passando a partir do nº 942, de 25/01/1890, a ostentar o simbólico título de *O Nacional*[131].

Revelando o quanto se encontravam fragilizados não só a governação do país mas o próprio regime monárquico, um mês depois do *ultimatum*, na noite de 8 para 9 de Fevereiro, aparecem afixados na cidade de Braga folhetos – prontamente retirados pelas autoridades – intitulados "viva a República"[132]. *O Commercio do Minho*, que declaradamente não nutre simpatias pelo republicanismo, verberando a aparente falência do regime e as patentes incapacidades dos partidos do rotativismo, vislumbra a inevitabilidade da emergência da República. Na edição de 11 de Fevereiro de 1890, este jornal escreve, em jeito de editorial:

Quem Virá?

É a pergunta que todos fazem; e ninguem responde apesar de todos saberem a resposta.

O governo regenerador está agonizante e não pode sustentar-se. Os progressistas não assumem n'estas circunstancias a responsabilidade d'um ministerio.

Para quem apelar?

Ou para um ministério de conciliação ou para a Republica.

---

[130] A Questão Anglo-portuguesa (em Braga). *Commercio do Minho*. Braga. Nº 2513 (21/01/1890), p.1.
[131] Veja-se em *Anexo V* a proclamação d'*O Constituinte*, na sua edição de 22 de Janeiro de 1890 (nº 941), na qual o jornal esclarece o público leitor acerca das patrióticas razões que impuseram a adopção de um novo título para a publicação *a* partir da edição seguinte. *O Nacional*, por deliberação da direcção editorial, manteve a sequência da edição do anterior Constituinte, o que originará mesmo alguma polémica.
[132] Viva a República (rubrica "Noticiario"). *Commercio do Minho*. Braga. Nº 2522 (11/02/1890), p.2.

> Ministerio de conciliação é impossivel n'esta occasião, porque há sérias rivalidades, estreitas contas a ajustar entre os dois partidos liberaes mais importantes. (...)
>
> Que resta pois?
>
> A republica. E é tal o incremento que ella vae tomando, que nos não surprehenderá o vermos d'um dia para o outro implantado este systema em Portugal.
>
> Os próprios monarchicos liberaes estão já tão resignados, que nos parece que a nova forma governamental será estabelecida aqui sem resistência. (...)
>
> Venha, pois, a republica, e em boa hora. Não nos enthusiasmaremos com o seu advento e muito menos o havemos de contrariar. Para melhor, suppomos que não iremos; para muito peior também não[133].

Entretanto, correspondendo aos desafios lançados por Guerra Junqueiro aos portugueses, a academia de Braga, sob proposta do seu presidente, José Vicente Madeira, aprova, em reunião realizada no Teatro S. Geraldo a 13 de Fevereiro, uma resolução em que se apela aos bracarenses para que se abstenham da participação nos habituais folguedos carnavalescos, exortando-os ainda a envolver-se, alternativamente, num cortejo cívico que propale e ecoe a denúncia do *procedimento vil da Mesquinha Albion.*

Tentando prevenir a continuação adensada dos protestos, e naturalmente em consonância com as instruções do governo, o governador civil, Jeronymo Pimentel, faz saber através da imprensa da cidade que no Carnaval que se aproxima serão proibidos os ajuntamentos, com indivíduos mascarados ou não, e determinando ainda que são interditadas quaisquer manifestações alusivas à política externa ou que possam afectar as relações internacionais do país.

Da conjugação das propostas da academia bracarense com as interdições determinadas pelo governador civil, acabou por se verificar, a acreditar no relato do *Commercio do*

---

[133] Quem Virá. *Commercio do Minho*. Braga. Nº 2522 (11/02/1890), p. 1.
Para a chegada da República será necessário esperar ainda vinte anos, como sabemos. Desta corrosiva e desolada análise do *Commercio do Minho* transparece, contudo, como que uma visão premonitória da fracassada revolução republicana que um ano depois haveria de ocorrer na cidade do Porto. Estas palavras do "editorial" do *Commercio do Minho* animarão uma polémica com outros jornais (designadamente com *O Regenerador*, de Braga, e com *A Ordem*, de Coimbra), durante o mês de Fevereiro, acerca da sua presumida conversão ao republicanismo. O *Commercio do Minho* defende-se, proclamando a manutenção do seu perfil de jornal católico e legitimista mas simultaneamente atento à realidade que o envolve.

Minho – um jornal que claramente contribuíra para incendiar os ânimos na urbe –, que o Carnaval foi inusitadamente mortiço nesse ano[134].

O tempo e os efeitos de uma lei de 29 de Março que sujeitava a imprensa à censura contribuiriam para amenizar a densidade dos protestos no país. Todavia, na sequência da aprovação de um convénio entre os governos português e inglês, em 20 de Agosto, para dirimir as disputas coloniais dos dois países – no qual ficavam patentes as significativas concessões lusitanas[135] –, as manifestações, os protestos, voltariam a tomar as ruas do país, denunciando de novo a traição do governo de Lisboa e a opressão inglesa. Também em Braga a efervescência patriótica emerge de novo: a Câmara Municipal[136], a Associação Comercial[137] e o Ateneu instam publicamente os deputados

---

[134] Na sua edição de 20 de Fevereiro (nº2526) o *Commercio do Minho* escreve: *foi muito esfarrapado o entrudo d'este ano. Nunca se viu em Braga tão pouca animação nos brinquedos carnavalescos.*

[135] Em Londres, o *Times* escreve que o *tratado põe termo a dissensões desagradáveis. (...) converte em realidade as aspirações da Grã-Bretanha por dilatadas regiões, sem fazer sacrifício algum. A Inglaterra limitou-se a reconhecer o direito de Portugal sobre aquelas regiões, que ela não tinha interesse em anexar* (PERES, Damião, dir. – História de Portugal. Barcelos: Portucalense Editora. 1935. Vol. VII. p. 419).

[136] A acta da reunião da vereação camarária de 15 de Setembro de 1890 (l. actas 1888-90, fl. 366 e 366v.) relata: *Pelo senhor vereador Azevedo foi apresentada a seguinte proposta: Considerando o deploravel resultado a que chegaram as ultimas relações diplomaticas que o nosso Paiz foi obrigado a intabular com a Inglaterra, em consequencia do infamante ultimatum de onze de janeiro do corrente ano, assim expresso no tratado assignado em Londres no dia vinte do corrente* [sic]*; Considerando que de nenhum dos artigos em que se divide o odioso tratado, se deprehende a mais leve garantia para a dignidade da nação á qual se arrebataram vastissimos territorios alcançados á custa de heroycos esforços de nossos maiores; Considerando os sentimentos que em todos os tempos o nobre concelho de Braga, tem mostrado, julgo interpretar a opinião de todos os municipes propondo que na acta seja lavrado o mais solemne protesto contra a ratificação dum convenio que representa o maior aviltamento porque uma poderosa nação pode faser passar outra a quem tanto deve; Proponho ainda e nas mesmas considerações que a Camara envie uma representação onde exprima em termos energicos todo o odio que despertará um governo que sancionasse tão vilipendioso tratado. Foi approvado por maioria votando contra o vereador Ayres d'Oliveira, o qual declarou que assim procedia, attendendo a que as Camaras do Porto e Lisboa nada tinham feito com referencia ao assumpto.* O texto da representação que a Câmara Municipal de Braga enviou ao Parlamento não consta do livro de actas das reuniões da vereação. Socorrendo-nos do jornal bracarense *Commercio do Minho* (artigo "Representações", edição nº 2610, de 18/09/1890, p.1), colhemos o texto desta representação, onde se escreve na parte final: *O povo de Braga representado por esta Câmara espera pois que vós, que sois primeiro que tudo patriotas, não approveis o tratado de 20 de Agosto, e que na vossa sabedoria comprehendereis que uma nação para ter o direito a viver livre e independente, precisa de conservar a dignidade e o brio que tão maltratados são por aquelle ominoso e vexatorio tratado*.

[137] Alinhando pelo mesmo diapasão da resolução que a vereação camarária envia ao Parlamento, *a Associação Commercial de Braga* dirige-se aos *senhores deputados da nação e legítimos representantes do povo,* considerando que o tratado aprovado *é um attentado contra a integridade da patria porque cede terrenos que são nossos e só nossos, e porque com elles vão tambem as nossas passadas glorias, e o sangue dos nossos antepassados*, mas acrescentando igualmente que *confia no patriotismo dos senhores deputados, que conhecem que Portugal terá morte ignominiosa se o horrendo tratado for approvado e assim pede e espera que todos e cada um cumpra os deveres de verdadeiro portuguez* (in artigo"Representações", *Commercio do Minho*. Braga. Nº 2610 (18/09/1890), p.1).

para que não ratifiquem o acordo assinado pelo governo. Um abaixo-assinado[138], também dinamizado pela Associação Comercial, começa a circular pela cidade enquanto se prepara um novo comício para vincar a rejeição deste convénio pelos bracarenses. Vergado à pressão do levantamento nacional, o Parlamento acabará por aprovar apenas um entendimento provisório entre os dois países. Será necessário esperar por um novo governo e por um Parlamento renovado para que, em Julho do ano seguinte (1891), surja um tratado pacificador das relações entre Portugal e Inglaterra, tão gravemente degradadas.

Os ecos da gorada rebelião militar de 31 de Janeiro, que na cidade do Porto proclamou a instauração da República, foram escassos, dada a rápida subjugação dos revoltosos, mas não deixaram de se manifestar também na cidade de Braga. Alguns bracarenses, reconhecidos adeptos e difusores do republicanismo, acabam temporariamente presos[139] e o *Club Republicano* da cidade é encerrado[140]. Já no que respeita à Câmara Municipal de Braga, quatro dias passados sobre a rebelião ocorrida no Porto – quando o rumo dos acontecimentos está claramente definido e não pode sobrevir qualquer dano para uma

---

[138] Para este abaixo-assinado são colhidas as assinaturas dos bracarenses em vários pontos da cidade, designadamente, na Sociedade Democrática, à rua de S. Marcos, nas instalações do *Commercio do Minho*, no Bazar Avenida, ao Campo de Sant'Anna, e na casa de José Cunha, sita no Largo Barão de S. Martinho. Dramatizando a situação, neste abaixo-assinado, a remeter aos deputados, afirma-se: *O tratado se fosse ratificado, seria a ruina completa de Portugal! No dia em que se votasse a ratificação deixaria Portugal de existir como nação livre e independente, e a sua situação seria mais deploravel e mais vergonhosa que a do Egypto. Usando, por isso, os abaixo assinados do direito de petição e representação que lhes garante e reconhece a Carta Constitucional: Pedem aos senhores deputados da Nação Portugueza que, acceitando esta representação como protesto solemne contra tão afrontoso tratado, hajam por bem cumprir com os seus deveres de patriotismo rejeitando, e por isso não ratificando o tratado.*

[139] O jornal bracarense *Cruz e Espada na sua edição de* 14 de Fevereiro de 1891 (ano X, nº 471), sob o título "A Revolta republicana – notas diversas" (p.1), informava: *Foram prezos n'esta cidade os seguintes individuos conhecidos pelas suas ideias republicanas, e que a auctoridade julgou com tal ou qual cumplicidade na revolta de 31 de Janeiro: Simões d'Almeida, proprietario do "Bazar Central", do Campo de Sant'Anna. José Manoel Calvo, negociante da rua dos Capelistas e seu caixeiro Lino Antonio de Carvalho. Julio Augusto Fortunato, morador na rua de Santo André. Os três primeiros foram removidos para o Porto e recolhidos no Aljube. O snr. Lino Antonio de Carvalho, porém, foi posto na quinta feira em liberdade (...).* Três semanas depois, na edição de 7/03/1891 (nº 472), o *Cruz e Espada,* referindo-se de novo ao assunto e parecendo sobrelevar na cidade de Braga o estatuto, e porventura a actividade conspiradora do republicano Simões d'Almeida, escrevia: *Os snrs. José Joaquim d'Oliveira Guimarães, Manoel Pinheiro, Joaquim José de Matos e António José de Araujo e Costa, d'esta cidade foram intimados e partiram na segunda feira para o Porto, a fim de deporem no julgamento do snr. Luiz Augusto Simões d'Almeida, negociante aqui estabelecido, prezo, como é sabido, a bordo do Moçambique em virtude dos acontecimentos de 31 de Janeiro*. O advogado Carlos Almeida Braga, um bracarense que seria figura destacada do Partido Regenerador em Braga, foi quem defendeu Simões d'Almeida, então julgado no tribunal de Leixões (revelação do *Correio do Minho* na edição 1485, de 10-5-1931, na biografia que traça do recém-falecido Almeida Braga).

[140] Informação constante na notícia "Club Republicano" publicada pelo *Commercio do Minho* (nº 2682, de 5/03/1891, rubrica "Noticiário", p. 2) e igualmente referenciada na rubrica "Notas Diversas" do jornal *Cruz e Espada* de 7/03/1891 (nº 474, p. 2).

posição a adoptar perante os mesmos –, esta delibera em reunião condenar o levantamento e protestar a sua lealdade à figura do rei[141].

O início da década de 1890 mostra-se agitado para Portugal sob o ponto de vista político, mas também sob o ponto de vista económico-financeiro. A muito precária situação das finanças do país origina movimentações na cidade de Braga, designadamente por parte da Associação Comercial e do congénere Ateneu, que após reunirem decidem enviar em Março duas representações para Lisboa: na primeira, dirigida ao Parlamento em 16 de Março de 1891, solicita-se aos deputados a adopção de medidas vigorosas para equilibrar o orçamento; na segunda, enviada escassos três dias depois – revelando porventura a gravidade com que a situação do país era apreendida mas denotando também inconsistência nos métodos que se propunham para a debelar – os peticionários, afrontando as prerrogativas do Parlamento, na demanda de soluções céleres e expeditas para os males do país, reclamam do rei a implementação de uma ditadura, pois consideram que *a esperiencia há sobejamente demonstrado que o concurso das camaras legislativas, embora esclarecido e patriotico, é de sua natureza moroso (…)*[142].

Na cidade de Braga, como no país, a inconvertibilidade das notas, que emerge como um sintoma da dimensão da crise, contribui para degradar mais o quotidiano das populações, originando protestos e mesmo natural estupefacção perante o curso dos acontecimentos, pois não se afigura muito inteligível como é possível passar fome ainda que possuindo dinheiro no bolso. No relato de uma manifestação de protesto de operários da construção civil, realizada em Braga a 20 de Julho de 1891, o *Commercio do Minho* esclarecia que a ausência de préstimo das notas arrastava o desespero e a fome, sendo exigível uma pronta intervenção do governo:

> Começa a manifestar-se um movimento operario que póde ter lamentaveis consequencias, se não se encontrar remedio pronto.

---

[141] Na acta desta reunião pode ler-se: *Aos quatro dias do mez de fevereiro do anno de mil oitocentos e noventa e um, nesta cidade de Braga, Paço do Concelho e sala de sessões da Camara Municipal, pelas nove horas da manhã, (...) o senhor presidente, Bacharel José Julio Martins Sequeira (...) declarou que esta sessão extraordinaria, como consta dos respectivos convites, fora convocada para a Camara se pronunciar sobre os lamentaveis acontecimentos occorridos na madrugada de trinta e um de janeiro na cidade do Porto, e seguidamente propôs que se consignasse n'esta acta um voto de profundo centimento, e se envie uma mensagem a Sua Magestade El Rei protestando contra aquelle attentado, e assegurando-lhe a lealdade e dedicação do povo de Braga. Foi approvada esta proposta e assignada a referida mensagem, deliberando-se envial'a ao excellentissimo Governador Civil para lhe dar o destino conveniente* (in *Livro das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Braga*, 1891-93, fl. 10 e 10v.).

[142] Veja-se o texto destas duas representações em *Anexos V* (2 e 3).

A fome é o phantasma. E para fugir a ella, cae-se ás vezes na revolta. (...)

Tememos que isso aconteça entre nós. Mal avisado andará o governo se não accudir com providencias rapidas á crise monetaria, em grande parte produzida e agravada pela agiotagem.

O povo, em regra, não quer notas. E não as quer, porque lh'as não trocam. Ora ahi está.

A agencia do Banco de Portugal em Braga nem sequer tem trocado as notas de 5$000 réis pelas de 2$500. Não as há! E como as não há, aguenta-te, povo, com as notas de 5$000 réis, que para nada te servem, porque não encontram cambio.

Isto não pode ser. (...)

Pois ha-de um desgraçado artista mourejar de sol a sol uma semana inteira, para receber no fim um pedaço de papel que ninguem lhe troca por pão?[143] Quem ha-de sustentar-lhe os filhos? Quem ha-de matar a fome a tanta gente que vive do trabalho? (...)

Hontem, cerca das 9 e meia da manhã notou-se grande reboliço nas obras em construção por toda a cidade. Na rua nova de Frei Caetano Brandão os operarios deixaram o trabalho e vieram para a rua. Ao toque d'uma bosina de barro, começaram a convergir alli os operarios d'outras obras. Dentro em pouco era já grande a multidão. (...)

Da praça municipal, debandaram as hortaliceiras, padeiras, e outros vendeiros que alli faziam o seu negocio. Algumas casas commerciaes e particulares fecharam.

Depois das 10 horas os operarios, em numero muito consideravel dirigiram-se para a rua de Santa Tecla[144].

.

---

[143] Na edição de 22 de Julho de 1891 (ano XII, nº 1088), através do artigo "O Comicio de ante-hontem" (p. 2), a *Correspondencia do Norte,* outro jornal de Braga, reportando também este comício, dava conta de um operário manifestante que trazia ainda consigo *a feria da ultima semana paga pelos patrões em notas que ele não conseguia trocar porque quando ia satisfazer as suas dividas contrahidas durante a semana lh'as não acceitavam.* Este jornal reproduzia ainda as palavras de um orador no comício que clarificava a estupefacção que muitos sentiam nestes termos: *Morrer de fome, sem dinheiro admitte-se mas morrer de fome, com dinheiro, é inacreditavel.*

[144] Crise Monetaria – a fome – grande manifestação operaria – providencias! *Commercio do Minho*. Braga. Nº 2738 (21/07/1891), p.1. Nesta mesma edição (nº 2738) o *Commercio do Minho,* ainda que apelando para que não surjam violências, sob o título "Aos Operarios", em letra destacada na primeira página, exorta os trabalhadores bracarenses a manifestarem a sua indignação através das seguintes palavras: *Operaios! Vós tendes rasão! E' a fome que vos ameaça, e é preciso luctar contra a fome! Fazei as vossas manifestações. Ninguem pode contrarial-as, comtanto que vos conserveis dentro da lei. Pedi mesmo ao commercio que secunde a vossa manifestação. A todos prejudica o actual estado de coisas, e portanto devemos unirnos para pedir providencias ao governo. Providencias! Evite-se a fome, que é a desordem! Providencias, que a fome não tem lei! Homens de trabalho! A vossa causa é justa! Reclamai gente honrada, que seja garantido o producto do vosso suor! Que as bagas da vossa fronte não sejam absorvidas pela agiotagem infrene e rapace! Mas tende cuidado em que não seja alterada a ordem Publica. Nada de violencias. Sobre tudo, acatae a auctoridade, que não póde desejar o vosso prejuizo. Viva o trabalho! Viva a patria!*

Neste mesmo dia 20 de Julho, ciente da gravidade da situação e querendo assegurar a tranquilidade pública, o governador civil de Braga reclamava da agência local do Banco de Portugal a cedência de três contos em moeda metálica para disponibilização aos patrões da construção civil do concelho[145]. Entretanto, para contornar a desconfiança instalada nas notas e à semelhança do observado noutras localidades do país, começaram a circular na cidade, como moeda fiduciária alternativa, as cédulas emitidas pela Companhia Carris de Ferro e Ascensor do Bom Jesus do Monte e pela Associação Comercial de Braga[146].

Num reflexo da crise instalada, em 1892 os Caminhos-de Ferro de Entre Douro e Minho ponderaram mesmo o encerramento da "estação central" na cidade de Braga. A imprensa local e a Associação Comercial, designadamente, manifestam veemente protesto, informando a opinião pública e o governo dos graves prejuízos que adviriam para a cidade e para a região se a medida fosse adoptada, vincando ainda que é escassa a despesa associada à manutenção em funcionamento desta estrutura[147]. Acusando a pressão, um telegrama emanado do governo, em 25 de Junho desse ano de 1892, informará que havia sido anulada a decisão de encerramento da estação dos caminhos-de-ferro, prevista para vigorar a partir do próximo dia 1 de Julho.

---

[145]Na sua carta para a delegação do Banco de Portugal em Braga, o governador civil escreve: *Por motivos d'ordem publica, careço da quantia de três contos de reis, em prata, para distribuir aos mestres d'obras e industriaes deste con*[lho] *a fim de que possam pagar as ferias da corrente semana, com exclusão completa de notas, visto a difficuldade que existe em trocal'as; e por tanto rogo a V. Ec.*[cias] *se dignem providenciar a forma que a referida quantia me seja fornecida, na próxima sexta feira, 24 do corrente mez* (Arquivo Distrital de Braga, *Correspondencia Geral do Governador Civil,* Cx. 6, maço 1891-94).

[146] A *Correspondencia do Norte-Folha Progressista*, na edição de 8 de Agosto de 1891 (artigo "Questão Monetaria", edição nº 1093, p.3), esclarece sobre a eficácia destas "notas" alternativas que então começavam a circular em Braga: *As cedulas da Companhia de Carris teem tido uma extracção prodigiosa, vendo-se em todas as mãos e acceitando-as todos sem a minima repugnancia. São de 50, 100 e trezentos reis e facilitam extraordinariamente os trocos. Os nossos primeiros estabelecimentos mandaram procurar cedulas á companhia para fazerem trocos. Andam em circulação mais de 3:000, segundo nos affirmam.Todas as pessoas que queiram pódem trocar essas cedulas por notas nos seguintes estabelecimentos: Café Vianna, Arcada, Padaria Gomes, Campo de Sant'anna, Domingos José Affonso & Cª, Rua dos Capelista,s (...) Hotel Central, Campo de d. Luiz, Papelaria Ribeiro, Rua do Souto, (...) Atheneu Commercial, Rua de Santo André, (...) Em muitos outros estabelecimentos da cidade sobre tudo nos de mercearia, etc.*

[147] Numa representação enviada ao rei, a Associação Comercial de Braga *solicita a graça da conservação da estação central dos caminhos de ferro do Minho e Douro nesta cidad*e, e para sustentar a razoabilidade do seu pedido acrescenta que a *supressão d'esta estação, desde o 1º de Julho próximo futuro, ordenado superiormente é de gravissimo prejuizo publico, sem vantagem para o thesouro, pois que o dispendio com a sua conservação é tão diminuto, que não póde aggravar, nem levemente, as finanças publicas* (notícia "Estação central do caminho de ferro", *Commercio do Minho*. Braga. Nº 2878, de 18/06/1892), p.1).

2.2 - A demanda de Braga pelos políticos e pelos heróis nacionais

A pacatez prevalecente no burgo bracarense é, de quando em vez, quebrada em momentos mais gravosos, já assinalados, mas é também revolvida a propósito da ocorrência de episódicos momentos maiores que animam a pátria. A passagem pela cidade dos "heróis nacionais", como Mouzinho de Albuquerque ou Alves Roçadas – cujos feitos o regime monárquico exalta e incensa como que para intentar uma catarse da frustrações colectivas da pátria –, mobiliza o empenho dos poderes públicos locais e atrai o aplauso emotivo das massas. Numa escala mais atenuada, a passagem e a estadia de membros da família real ou, tão só, a de ministros do governo não deixa igualmente de merecer os habituais banhos de povo – estimulados pela propaganda local e pelas folgas no trabalho concedidas aos trabalhadores da cidade, designadamente no sector do comércio.

No início de 1896, por meados de Janeiro, Mouzinho de Albuquerque e os seus homens de armas entram no porto de Lisboa a bordo do vapor "Zaire" com um "troféu" que enche de orgulho patriótico a nação. Em Braga, como em Lisboa ou noutras localidades do país, ocorrem manifestações de júbilo para celebrar o feito de Mouzinho – que trazia, para apresentar às autoridades do país, Gungunhana, o temível líder dos Vátuas que havia derrotado em Moçambique. Para Lisboa, de Braga são enviados pelos poderes públicos e pelas instituições marcantes da cidade os usuais telegramas protocolares. Concomitantemente, são lançados foguetes, a bandeira nacional surge içada em edifícios públicos e em diversas residências particulares, e uma *marcha aux flambeaux* (constituída por estudantes com balões venezianos e três bandas de música) percorre as ruas da urbe até estacionar no quartel de Infantaria 8, onde discursarão na secretaria o padre Manoel d' Oliveira Guimarães e alguns estudantes que integram a comissão de festejos[148]. No seu discurso, proferido perante a oficialidade do quartel, o padre Manoel Oliveira[149] enfatiza a relevância do feito de Mouzinho, enaltece as virtualidades redentoras da façanha do herói através das seguintes palavras:

[148] Os estudantes Francisco Teixeira da Silva, Francisco Rodrigues da Silva e Manoel Monteiro (que virá a ser um dos notáveis bracarenses durante a 1ª República, como veremos adiante) discursam perante os militares.

[149] Manoel José d'Oliveira Guimarães, publicamente reconhecido como o "abade" de Maximinos, era então um deputado às Cortes, endossado pelo distrito de Braga (fora eleito nos sufrágios de 1892, 1894 e

> Il.^{mos} e Ex^{mos} Srs. General e officiaes de infanteria 8:
>
> No meio do enthusiasmo patriotico dos meus illustres concidadãos que toca as raias de um delírio justíssimo, no meio dos simpathicos académicos bracarenses (...)
>
> Senhor General:
>
> Não represento agora, aqui, uma collectividade, não é o espirito de classe que me faz fallar, mas o amor da patria que me ellectrisa a alma e vibra nos meus labios em febre. (...)
>
> Senhor General:
>
> depois da afronta do "ultimatum" inglez, que foi um vilipendio, depois da humilhação que nos inflingiu a Alemanha na desgraçada questão do Kionga, que foi uma cobardia, depois da tristissima interrupção das relações diplomaticas com o Brazil, que foi um desastre e um fiasco, só um brilhante feito d'armas nos poderia reabilitar aos olhos das nações da Europa. (...)
>
> As façanhas de Coolela e Manjacaze, e a captura do famoso Gungunhana pelo destemido e valoroso capitão Mouzinho, vieram mostrar mais uma vez, aos inimigos da patria, que os soldados portugueses são os primeiros soldados do mundo, pela sua coragem, resistencia e sangue frio[150].

Em 20 de Janeiro de 1898, passados já dois anos sobre o feito que o imortalizará, Mouzinho de Albuquerque visita Braga para receber presencialmente a homenagem da cidade. Na chegada à estação dos caminhos-de-ferro, o "herói de Chaimite", como é cognominado correntemente pela imprensa, tem à sua espera uma multidão de cerca de 15.000 pessoas[151], que envolvem as habituais figuras gradas da cidade – da esfera civil, religiosa e militar. A variedade e a dimensão das homenagens prestadas ao visitante denotam a valia e o mérito que lhe eram reconhecidos: na Sé Catedral celebra-se um *Te Deum*; no Grande Hotel do Bom Jesus decorre um banquete presidido pelo presidente da Câmara Municipal; uma nova marcha *aux flambeaux*, animada por mais de 500 pessoas, vitoria o herói pelas ruas da cidade; no Teatro S. Geraldo decorre uma récita;

1895). Morrerá no início do ano seguinte, em de Janeiro de 1897. O esquife seguirá de comboio de Braga até Nine e daqui até à vizinha freguesia de S. Miguel da Carreira, de onde era natural, será transportado em mão, na companhia de uma grande multidão.

[150] Mensagem Patriótica. *Commercio do Minho*. Braga. Nº 3419 (25/01/1896), p.1.

[151] Mousinho em Braga. C*omercio do Minho*. Braga. Nº 3718 (22/01/1898), p1.

na praça da cidade conhecida por Campo Novo é colocada uma lápide a rebaptizar o espaço, que doravante passará a ser designado "Praça Mouzinho de Albuquerque"[152].

Em Janeiro de 1908, dez anos passados sobre esta grande homenagem prestada a Mouzinho de Albuquerque, será a vez de outro militar, Alves Roçadas, vitorioso em Cuamato, exalar pela cidade o perfume das suas heróicas acções. Ainda que os feitos de Roçadas não tenham sido tão retumbantes quanto os de Mouzinho, assim mesmo, a cidade prestar-lhe-á uma entusiástica recepção, conforme se colhe da imprensa de então. O *Commercio do Minho*, na sua edição de 9 de Janeiro de 1908 (nº 5204), reportando a recepção a Roçadas na estação dos caminhos-de-ferro da cidade diz que a aguardar o homenageado se encontravam *todas as associações de Braga com os seus estandartes, acompanhadas de bandas de musica, auctoridades eclesiasticas civis e militares, câmara municipal*[153]*, corpo de policia civil, corporações de bombeiros, academia do Lyceu, do Seminario e dos Collegios e uma enorme multidão de povo de todas as categorias sociaes.* E para ilustrar o entusiasmo da adesão popular à recepção prestada ao novo herói, que se vem mostrar à cidade, o jornal acrescenta ainda que *no largo da estação e ruas confluentes a massa popular era compacta, sendo difficilimo atravessar entre ella.*

Em 11 de Novembro de 1908 é D. Manuel II que é recebido na cidade, numa visita integrada no roteiro da deslocação que o monarca efectuava ao Norte do país[154]. As

---

[152] Para conferir maior dignidade à recepção prestada a Mouzinho de Albuquerque, alguns espaços da cidade tinham sido rapidamente embelezados ou restaurados. Com efeito, da leitura do livro de actas das reuniões da vereação municipal (livro de 1895-98, p. 192) ficamos a saber que em 17 de Janeiro de 1898 ocorre uma *sessão que era extraordinária e fora convocada para se deliberar acerca da recepção do Major Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque (...),* acrescentando-se que a vereação deliberou *por aclamação (...) nomear uma commissão para se encarregar da ornamentação e reparos do edificio dos Paços do Concelho onde deve realizar-se a recepção ao intrepido vencedor de Chaimite e authorizou os senhores vereadores dos respectivos pelouros a mandar proceder ao aformosamento e reparos nos jardins e Paços dos Concelho.*

[153] Numa carta que envia à Câmara Municipal de Braga, com data de 14 de Janeiro de 1908, Roçadas agradece a recepção de que foi alvo na cidade, salientando especialmente "a delicada originalidade da intervenção enthusiastica das damas bracarenses que conseguiram transformar as ruas do trajecto num verdadeiro tunel de flores." (in Arquivo da Câmara Municipal de Braga, *Correspondência Recebida,* Cx. 1908, maço de Janeiro).

[154] O republicano João Chagas, numa carta que dirige ao D. Manuel, com data de 1 de Dezembro de 1908, a propósito desta deslocação do monarca ao Norte do país, recorda ao jovem rei que o mesmo só arrastara atrás de si a parte mais conservadora desta região. Escreve Chagas: *No exito d'essa viagem estavam empenhadas todas as forças conservadoras de Portugal, ameaçadas pelo perigo revolucionario: A Egreja e a reacção clerical, de quem a revolução é o inimigo nato; o tradicionalismo monarchico, que vê n'ella um cataclysmo, e os politicos para os quaes ella é o espectro da justiça e da expiação. Quem teve interesses ligados á monarchia colaborou nas festas do Norte (…). A Viagem correu bem e aparte algumas bengaladas no Porto, V. M. pôde acreditar que do Mondego para cima, ha um Portugal que morre d'amores mesmo por uma monarchia que acabe por o vender a retalho como rez.* (CHAGAS, João, "Carta ao rei D. Manoel aproveitando a occasião da sua viagem ao Norte." In *Cartas Políticas*, vol I, p. 13).

autoridades bracarenses conseguiram aliciar um expressivo número de populares, segundo relatou a imprensa, para acolher publicamente a passagem do monarca pela cidade, onde visitou o quartel de Infantaria 8, a Câmara Municipal, o Liceu Central e, inevitavelmente, o Bom Jesus e o Santuário do Sameiro.

Os diversos ministros que se deslocam a Braga são também acolhidos por significativo número de populares.Visando o comprometimento dos governantes com a efectiva materialização de benefícios vários para a cidade ou região, as autoridades locais acarinham estas visitas, chamando o povo a marcar presença no espaço público percorrido pelas mesmas na cidade – esperando, também assim, seduzir e conquistar a sua boa vontade. E reunir povo para acolher políticos e heróis "exportados" pela capital em digressão pelo país ou, tão só, para animar as delegações de notáveis bracarenses que regressavam de Lisboa, da demanda de favores ou desagravos do poder central (junto do rei ou de membros do governo) para com a cidade, mostrava-se fácil. E mesmo quando as investidas à capital das comissões que representavam as "Ligas de Defesa de Braga" saíam goradas nos seus propósitos, era possível reunir um significativo número de populares para os confortar, na chegada à estação dos caminhos-de-ferro, do fracasso publicamente revelado.

2.3- Entre o restabelecimento do rotativismo partidário e a reincidência da crise política:

- O desempenho local dos partidos monárquicos

Em Braga, nas eleições para o Parlamento, realizadas no período final da Monarquia aqui em análise (1890-1910), o Partido Regenerador revela-se claramente hegemónico. Com efeito, a análise dos quadros insertos em *Anexos XV* permite constatar a vitória dos regeneradores em dez dos quinze actos eleitorais então realizados, cabendo aos progressistas o triunfo em quatro pugnas eleitorais (1890, 1897, 1899 e 1905), enquanto que os regeneradores-liberais, por seu lado, saem vencedores nas eleições organizadas pelo governo de João Franco em Agosto de 1906. O triunfo eleitoral dos governos em funções é mesmo uma "coincidência" usual – já o referimos – durante a Monarquia, como também, mais tarde, durante a República. E em Braga, num claro reflexo do curso da política observado no país, ganha efectivamente as eleições para o Parlamento o

partido que no momento controla a chefia do governo em Lisboa. É assim que as quatro vitórias dos progressistas em Braga[155], atrás referidas, coincidem com momentos em que este partido assume a liderança de governo, através da figura de Luciano de Castro. De igual modo, as vitórias dos regeneradores acontecem quando este partido controla o governo, isoladamente ou em coligação. Alguns acordos pontuais, decididos ou incentivados pelos estados-maiores dos partidos regenerador e progressista, terão também contribuído para desenhar estes resultados eleitorais[156], assim como a capacidade dos governos em atrair à sua causa a adesão dos mais importantes influentes locais não pode igualmente ser ignorada.

Algumas vitórias eleitorais ocorrem em contextos ainda menos ortodoxos, como sucede aquando das eleições parlamentares de 17 de Novembro de 1895, nas quais os regeneradores, enfrentando sozinhos as urnas, elegem todos os deputados nos círculos eleitorais do distrito de Braga, como no resto do país, conforme já fizemos referência atrás. A participação dos eleitores da cidade de Braga neste sufrágio, marcado por um vencedor antecipadamente conhecido, terá sido muito escassa, não ultrapassando os 30%, segundo a revelação do jornal local dos progressistas[157].

Porque os nacionalistas conseguem em Braga resultados globalmente mais favoráveis do que aqueles que obtêm no resto do país, a análise do percurso desta força política, ainda que numa feição abreviada, justifica naturalmente a nossa atenção. No final do século XIX aparece o Centro Católico, uma organização que, embora proclamando-se

---

[155] Nas eleições parlamentares realizadas em Outubro de 1899, Março de 1890, Outubro de 1892 e Abril de 1894, o círculo eleitoral de Braga elege três deputados, como se pode constatar em *Anexos XV*. A partir de 1895, os quadros referem-se aos deputados eleitos em todo o distrito de Braga, por comodidade interpretativa. De facto, a partir do acto eleitoral de 17 de Novembro de 1895 e até às eleições de 25 de Novembro de 1900, o círculo eleitoral de Braga elege apenas um deputado, enquanto que após 1902, o círculo coincide com toda a área do distrito. Decidimos optar, assim, por uma análise mais alargada das opções do eleitorado da região, pois uma análise circunscrita apenas a Braga não permite conclusões mais meritórias.

[156] A título ilustrativo, retenha-se que nas eleições suplementares para o Parlamento efectuadas em 12 de Setembro de 1897 em Braga só o Partido Progressista através da figura do Dr. António Cabral, apresentará um candidato a deputado por Braga. Nas eleições realizadas em 26 de Junho de 1904, também para as Cortes, o Partido Regenerador, então a dirigir o governo, submete aos eleitores cinco candidatos, o Partido Progressista dois e o Partido Nacionalista apenas um. Por último retenha-se ainda o acordo (sobre o qual fornecemos mais algum detalhe numa nota adiante) entre os regeneradores e progressistas bracarenses para repartir os deputados a eleger localmente aquando das eleições parlamentares de Abril de 1908.

[157] Com efeito, o jornal *O Progressista*, no artigo "A farçada eleitoral", publicado a 19 de Novembro de 1895 (ano III, n 301, p.2), apoiando o abstencionismo adoptado pelo Partido Progressista neste concurso eleitoral, restrito aos Regeneradores no governo, denuncia: *Realizou-se hontem a farçada eleitoral, saindo eleito nas urnas os deputados nomeados pelo governo. (…) Bem digna foi a attitude tomada pelo partido progressista, abstendo-se da urna como protesto eloquente contra a odiosa lei eleitoral. Aqui em Braga, os regeneradores esfalfaram-se em correrias para casa dos eleitores (…). Para se avaliar a força dos regeneradores, basta saber-se que, na cidade, onde o numero dos votos é 2:219 apenas foram á urna 713.*

não partidária, aspira a tutelar e orientar o voto dos católicos portugueses[158]. O Centro Católico, aparentemente, não se vincula de forma obsessiva aos partidos existentes, aspirando a dirigir o voto do eleitorado para aqueles que melhor defendem os "interesses da Igreja e da religião". É assim que nas eleições realizadas para as Cortes em 1897 o Centro Católico apoia em Braga uma candidatura do Partido Regenerador, na pessoa do Visconde da Torre, enquanto que no vizinho círculo eleitoral de Barcelos apoia uma candidatura suportada pelo Partido Progressista[159]. A valia política da acção dos diversos Centros Católicos acabou por revelar-se pouco eficaz, mas nem por isso os seus elementos mais activos deixarão de intentar a afirmação política de um projecto mais profundamente comprometido com a expressão da mundividência católica. Neste sentido, em 6 de Janeiro de 1901 surgirá o Centro Nacional, uma organização proto-

---

[158] No ano de 1893 o Centro Católico surge em Braga, mas também, por exemplo, no vizinho concelho de Amares, em Paredes, no Porto ou em Bragança, revela o *Commercio do Minho* na sua edição de 30 de Janeiro de 1894 (nº 3120).

[159] Nestas eleições, os regeneradores impugnam sucessivamente o acto eleitoral no círculo de Braga (realizado em Maio e depois repetido em Junho e em Setembro) até conseguirem eleger o seu candidato, o Visconde da Torre. O jornal *O Progressista*, num suplemento à edição nº 463, de 29 de Junho de 1897 (in A D de Braga), publica o esclarecimento oficial do Centro Católico face às eleições em curso. Neste esclarecimento, o Centro Católico rejeita qualquer enfeudamento partidário, sustentando que a sua postura face à pugna em curso se pauta apenas pela defesa do bem da Igreja e da religião. Atentemos, pois, nas palavras que são adiantadas pelos responsáveis do Centro Católico para as opções tomadas:
"Declaração"
(...) A paixão partidária alcunhou de regenerador o Centro Catholico, não se lembrando ou não querendo lembrar-se de que os mesmos homens que em Braga prestavam o seu apoio aos regeneradores, favorecendo a candidatura do snr. conselheiro Jacintho Cândido, trabalhavam incansavelmente ao lado do governo em Barcellos para fazer vingar a eleição do Exc.mo Bispo d'Hymeria contra um amigo particular de muitos d'elles, o snr. conselheiro José Novaes. A paixão não viu este procedimento porque a paixão é cega. Anullada como foi a eleição passada no circulo de Braga, tornava-se necessario proceder a nova eleição e como o Centro Catholico tinha estado ao lado dos regeneradores em Braga, era natural que estes se aproximassem d'elle na que vae realizar-se no dia 27. O centro Catholico reuniu por isso, no dia 15, em casa do seu presidente, conego arcipreste Moreira Guimarães, para deliberar sobre a attitude que convinha tomar. A reunião esteve muito concorrida. (...) Ponderou-se que a abstenção prejudicaria os ideaes do Centro; que n'esta legislatura vão tratar-se questões importantes, que prendem com os interesses religiosos que o Centro propugna, como AS MISSÕES D'AFRICA, A PRESIDENCIA DOS PAROCHOS NAS JUNTAS DE PAROQUIA, A LEI DO SELLO QUANTO AOS ASSENTOS PAROCHIAES, etc. e que era indispensavel mandar ao Parlamento deputados de confiança que se compromettessem a defender os direitos da Egreja e os interesses religiosos dos povos. Em vista d'isto o Centro decidiu unanimemente que era de summa conveniencia accertar a aproximação com os regeneradores, visto que o deputado por elles proposto, o digno Visconde da Torre, educado nos bons principios religiosos, que por vezes tem manifestado publicamente, mesmo no Parlamento, se promtificar da melhor vontade, a advogar os direitos da Egreja e os interesses da religião. Elegeu-se entre os membros do Centro uma Commissão de oito cavalheiros que, com o presidente, fosse declarar ao exc.mo Visconde da Torre que o Centro Catholico prestaria todo o apoio que podesse á sua candidatura, se s. exc.a promettesse advogar no Parlamento, com a sua voz auctorizada, os ideaes do Centro, que são os ideaes religiosos. O exc.mo snr. Visconde acceitou, satisfeito, a declaração que o Centro Catholico lhe fazia e prometteu advogar no Parlamento, na medida das suas forças, os interesses religiosos, que o Centro Catholico tem a peito promover, no que não faria a menor violencia a si mesmo. Porque esses tambem são os seus sentimentos. O centro Catholico, pois, está ao lado do exc.mo Visconde da Torre na presente eleição, trabalhando pela victoria da candidatura de s. exc.a, e confiando em que todos os seus amigos e os homens, que são dedicados á causa do movimento religioso em Portugal, votem em sua exc.a
– O Centro Catholico

partidária de cariz conservador que se arvora em legítimo porta-voz dos direitos e interesses dos católicos e que, alegadamente, pretende vigiar e corrigir a degenerescência vislumbrada nos partidos que tradicionalmente hegemonizam o voto monárquico – o Regenerador e o Progressista –, assim como pretende travar uma eventual progressão do republicanismo, difusor de ideias e projectos que tinham por perniciosos. Nesse ano de 1901, nas eleições parlamentares realizadas em Outubro o recém-criado Centro Nacional[160] distribui apoios pelas candidaturas que considera mais afins ao seu ideário, mas no círculo eleitoral de Braga submete a sufrágio um candidato próprio, na pessoa de Domingos Pinto Coelho. Contudo, nem mesmo neste círculo eleitoral, envolvente a uma cidade que era tida como católica por excelência, o Centro Nacional consegue fazer germinar o seu novo projecto político, provadamente ainda imaturo[161]. Tiradas as ilações devidas acerca das debilidades do Centro Nacional, num congresso realizado no Porto em Junho de 1903 é decidida a sua extinção, surgindo em seu lugar o novo Partido Nacionalista – um partido cujas linhas programáticas tinham sido apresentadas na Câmara dos Pares por Jacinto Cândido no ano transacto. Esta nova organização não granjeará os favores gerais das estruturas dirigentes da Igreja – pois várias vozes proeminentes do catolicismo defendem que a Igreja não pode deixar partidarizar a sua mensagem – mas contará, designadamente, com o relevante apoio e empenho dos jesuítas.

O Partido Nacionalista, contrariando as expectativas dos seus promotores ou impulsionadores, e não obstante reclamar persistentemente para si a qualidade de

---

[160] Por Maio de 1901, na cidade de Braga dinamizam o aparecimento do Centro Nacional o conselheiro João Carlos Pereira Lobato de Azevedo, o cónego Antonio Augusto Rodrigues, o dr. Augusto de Lima Brandão, Vasco Jácome de Avelar, Monsenhor Joaquim Domingues Mariz, Dr. Antonio Rodrigues Machado e o Dr. João Nepomoceno Pimenta. Pouco depois, em Agosto juntar-se-iam ao "Centro" o Padre José Martins Capela, o Padre Camilo José de Sousa, José Azevedo e Menezes Cardoso Barreto (ver ARAÚJO, António de Sousa – "O Nacionalismo Católico em Vila nova de Famalicão". *Itinerarium*. Braga. Ano XLVI, nº 167 (Maio-Agosto de 2000), p. 256.

[161] O *Commercio do Minho* informa que este candidato obteve 8852 votos, enquanto que os candidatos progressistas eleitos pela "minoria" obtveram 10.814 votos. Sobre as manobras caciqueiras das forças governamentais (regeneradores) e dos progressistas *o Commercio do Minho* escreve: *Não oferece duvida que os agentes do governo n'este districto se amedontraram com a influência do Centro Nacional, e se em alguns concelhos o acto correu com regularidade, n'outros o roubo de votos foi descarado. Pois não apparece na lista official do concelho de Celorico de Basto appenas 2 votos para o candidato nacionalista! Será isto crível? Mas a tranquibernia subiu de ponto no que respeita a Terras de Bouro. Como alli estivessem promettidos e assegurados 1500 votos para o snr. Dr. Domingos Pinto Coelho, partiram d'esta cidade dois emissários dos grupos coligados, com plenos poderes de realizarem um accôrdo, caso fosse vantajoso para o governo e opposição progressista, e em caso negativo levavam poderes discricionários para ordenarem a suspensão do acto eleitoral. Como as suas diligencias relativamente ao accôrdo não dessem resultado, optaram por este ultimo expediente, e a eleição não se fez. (…) Decerto terá de fazer-se domingo a eleição no governo civil, pois é alli que hão-de ultimar-se as nigromancias que a lei eleitoral preparou* (artigo "A eleição de deputados", nº 4276, de 10 Outubro de 1901, p. 3).

melhor representante do eleitorado católico, não virá a alcançar resultados dignos de registo no plano nacional. Em Braga, porém, beneficiando do empenho activo de algumas figuras destacadas da Igreja, este partido obterá resultados eleitorais bem mais favoráveis do que os alcançados no resto do país, ainda que nunca tenha conseguido afrontar politicamente os tradicionais partidos do rotativismo[162].

Nas eleições realizadas em Junho de 1904, Fevereiro de 1905[163], Abril de 1906 e Abril de 1908 o Partido Nacionalista consegue levar um deputado para o Parlamento mandatado pelos eleitores de Braga. Porém, nas eleições realizadas a 19 de Agosto de 1906, sob a tutela do governo de João Franco, este partido já não conseguirá eleger qualquer deputado por Braga. O *Commercio do Minho,* na edição publicada no dia anterior a estas últimas eleições, escrevia: *Diz-se que está feito o acordo eleitoral n'este circulo, resolvendo-se dar 21:000 votos aos candidatos da concentração liberal, 16:000 aos regeneradores e 8:000 ao nacionalista*[164].

Comprometido com o apoio à governação de João Franco, o Partido Nacionalista acompanhará o posterior declínio do partido Regenerador-liberal, em clara perda de lustro, particularmente após o regicídio. Assim, nas eleições realizadas em 5 de Abril de 1908, o Partido Nacionalista apenas conseguirá a eleição de um deputado a nível nacional, na pessoa de Alberto Pinheiro Torres, credenciado exactamente pelos eleitores de Braga – eleitores que voltarão a endossar este deputado para o Parlamento em 28 de Agosto de 1910, nas derradeiras eleições da Monarquia.

---

[162] Na edição de 6 de Fevereiro de 1902, o *Commercio do Minho* refere-se à ocorrência recente de uma reunião dos nacionalistas bracarenses animada por diversas figuras do clero local. No final desta reunião – presidida pelo cónego Antonio Augusto Rodrigues, numa casa da Rua Nova de Sousa, e participada pelos padres José Martins Capella, Roberto Maciel, Joaquim Domingues Mariz e pelo prior de S. Martinho de Dume – foi aprovado um telegrama, a enviar a Jacinto Cândido, proclamando a adesão dos presentes ao programa nacionalista nos seguintes termos: *Ex.mo snr. Conselheiro Jacinto Cândido, digno par do Reino – A V. Exc.a o presidente do Centro Nacional de Braga, em numerosa sessão do clero e seculares nacionalistas, envia calorosos cumprimentos e protestos de adhesão ao programa do novo partido por V. Ecx.a brilhantemente esboçado na Câmara dos dignos Pares – conego Rodrigues.*
Anos mais tarde, em 28 e 29 e 30 de Outubro de 1907 ocorre um congresso do Partido Nacionalista no Teatro S. Geraldo, em Braga, assumindo o mesmo cónego Rodrigues lugar de destaque nas reuniões preparatórias deste congresso, revelava o *Commercio do Minho* de 29/10/1907 (edição nº 5177, p. 2, notícia "Congresso Nacionalista"), que acrescenta ainda na edição seguinte, de 31/10/1907 (edição nº 5178, p. 1, notícia "Congresso Nacionalista), que a Braga chegaram *muitos sacerdotes para assistir às restantes sessões* [às 2ª e 3ª] *deste congresso.* Em Novembro deste ano de 1907, aparentemente revelando alguma dinâmica local, o Partido Nacionalista abre um centro político na freguesia bracarense de S. Paio de Merelim e reorganiza aquele que já existia na vizinha freguesia de S. Martinho de Dume, revelava também o *Commerco do Minho* (nº 5182, p. 2, artigo "Centros nacionalistas", na rubrica "Noticias locaes").

[163] Um dos dois deputados que o Partido Nacionalista consegue levar ao Parlamento nas eleições de 1905 é apoiado pelos eleitores de Braga.

[164] Accôrdo Eleitoral. *Commercio do Minho*. Braga. Nº 4995 (18/08/1906), p.3. No quadro com lista de deputados eleitos nas eleições de Agosto de 1906 ver *Anexos XV*) constata-se a eleição de quatro deputados regeneradores-liberais, dois progressistas e dois regeneradores.

Curiosamente, no respeitante às eleições para a Câmara Municipal de Braga, observamos que o Partido Progressista consegue sair vitorioso em maior número de embates eleitorais do que o seu tradicional concorrente monárquico. Este desempenho reflectirá a benévola influência de governos progressistas momentaneamente em funções, mas resultará também, podemos admitir, do facto de alguns dos notáveis bracarenses ligados ao Partido Progressista estarem disponíveis para os embates camarários (face à sua não deslocação para o Parlamento em Lisboa), contrariamente ao que sucederá com os protagonistas da política regeneradora na cidade.

Nas eleições para a Câmara Municipal de Braga realizadas a 8 de Dezembro de 1895, a vitória dos regeneradores demonstra, uma vez mais, a relevante influência dos governos nos sucessos eletorais a nível local. Com efeito, os regeneradores reassumem então a liderança dos destinos do município, num contexto marcado pela recente ascensão do Partido Regenerador à liderança do governo em Lisboa[165]. Contudo, a par da habitual importância de se pertencer ao partido do governo, esta vitória regeneradora na cidade muito se terá ficado a dever à transferência de alguns notáveis progressistas locais para o Partido Regenerador assim como ao empenho activo do Centro Católico[166]. Com efeito, em Janeiro desse ano de 1895 o Visconde da Torre, que se afirmará como um dos maiores influentes da política monárquica no distrito de Braga nos últimos anos do regime – depois de ter perdido a liderança local do Partido Progressista – passara-se para as fileiras

[165] O jornal *Commercio do Minho* comentava estas eleições (na edição nº 3401, de 10/12/1895) nos seguintes termos: *Procedeu-se domingo em todas as assembleias d'este concelho á votação dos indivíduos apresentados pelos partidos regenerador e progressista para os cargos de vereador municipal. A eleição correu sem graves alterações de ordem publica, apezar da concorrencia dos votantes que foi bastante. (...) Tentou-se explicar a derrota progressista atribuindo-a a motivos diferentes. Diziam uns que o boato de terem ahi chegado caceteiros e tropa do Porto, Guimarães e Barcellos, produzira o panico na população e afastara da urna os mais timoratos. Aventam outros que muitos progressistas graúdos atraiçoaram o partido á ultima hora, rendendo-se ao inimigo, a quem deixaram o campo inteiramente livre. (...) Pela nossa parte temos obrigação de confessar que não vimos caceteiros nas assembleias que visitámos que foram apenas três – Sé, S. João do Souto e Maximinos. Se nalgumas d'estas os havia não demos pela sua presença. Fosse qual fosse o motivo, o facto é que o governo venceu a eleição por uma maioria superior a 1:400 votos. (...) Os regeneradores ha 15 annos que não venciam em Braga uma eleição da Câmara.*

[166] Em 6 de Dezembro de 1895, o jornal *O Progressista* (nº 306) reproduz uma declaração do Centro Católico de Braga a reafirmar o apoio à lista do Partido Regenerador para a Câmara Municipal, subscrita pelas seguintes personagens: Dr. Domingos Moreira Guimarães, Dr. João Nunes Costa Dr. Manuel José d'Oliveira Guimarães, Dr. Joaquim Domingues Mariz, Dr. João Nepumoceno Pimenta, padre Luiz Gomes da Silva, Padre João Roberto Pereira Maciel, dr. Antonio Pereira Torres, dr. Antonio Brandão Pereira, Manuel Ignacio Braga e Domingos José de Souza Gomes. No final do século XIX, o Centro Católico de Braga revela, de facto, maior proximidade com o Partido Regenerador – em 1895 apoia a lista regeneradora para a Câmara Municipal e, como vimos atrás, em 1897 apoia uma lista deste partido nas eleições para as Cortes, na pessoa do candidato visconde da Torre.

dos regeneradores, arrastando consigo mais alguns correligionários[167]. Sobre a importância que a religião e o apoio de instituições ligadas ou conotadas com a Igreja – como o Centro Católico – poderiam ter na opção de voto dos eleitores nada melhor do que atentar nas acusações eriçadas que os progressistas fazem então aos seus adversários regeneradores. Sob o título "Os falsos católicos", a propósito da eleição municipal que se avizinha, o jornal *O Progressista* publica em 6 de Dezembro de 1895 um artigo no qual se denuncia o falso comprometimento com a Igreja dos membros da lista patrocinada pelo Partido Regenerador nos seguintes termos:

> Sim, falsos catholicos, falsos e bem falsos são esses que para ahi se apresentam ao publico bracarense declarando que, por unanimidade, resolveram auxiliar o governo na proxima eleição camararia! Catholicos! Repugna e revolta um tal qualificativo em homens que n'esta Roma portugueza, uma cidade de puras crenças, se atrevem as declarar que auxiliam um governo, inimigo declarado da religião, executor das ordens da maçonaria, porque no dizer da "Palavra", diario catholico do Porto, é em parte constituido de mações! Catholicos! E apresentam-se com tal qualificativo, a auxiliarem um governo anti catholico e mação, uns homens que sabem que, pela bulla Apostolicae Sedis, fulminou S. S. Leão XIII a excomumhão *ipso facto* para os mações e para os que de qualquer modo os protejam!!! Catholicos!

[167] Liderando o governo, o Partido Regenerador detinha a necessária capacidade para atrair a adesão dos grandes influentes locais (de que o Visconde da Torre, era o epítome na região de Braga), que assim anteviam poder desfrutar de meios para cativar as simpatias dos eleitores. Como reconhecimento da importância que exibiam perante o governo, estes notáveis locais aspiravam também, naturalmente, aos devidos prémios e benefícios pessoais por parte do poder em Lisboa. Referindo-se a esta deserção protagonizada pelo visconde da Torre, o jornal *O Progressista,* ainda que sem o nomear (artigo "Traições", na edição de 13 de Dezembro de 1895, ano IV, nº 307, p.1), reconhecia o quanto a sua acção relevara para a derrota sofrida pelos progressistas, mas sustentava igualmente que desabridas manobras caciqueiras dos regeneradores bracarenses não haviam sido menos importantes (contraiando nesta vertente, de algum modo, o relato do *Commercio do Minho* que referimos numa nota atrás). Com efeito, então este jornal explicava a derrota da lista progressista encabeçada por Macedo Chaves (o presidente da Câmara cessante que agora se recandidatara) nos seguintes termos: (…) *Perdemos a eleição municipal; mas separou-se o trigo do joio: ficaram os firmes, os leaes, os dignos; e foram-se os falsos os infames e os traidores. Não fomos nós – os leaes e sinceros partidários – que arriscamos o partido na lucta que acaba de ferir-se, porque nós tínhamos bem fundadas esperanças de alcançarmos uma verdadeira gloria; foram os falsos, os venaes, os indignos que transformaram a victoria certa que esperavamos na derrota inesperada que soffremos. As prepotências, as promesssas e o suborno foram as armas indecorosas e desleaes que os regeneradores empregaram para o vencimento da eleição. (…) E foi assim que os regeneradores nos roubaram a eleição. Corromperam os indifferentes e corromperam os que se apresentavam nas nossas fileiras: os que se diziam progressistas, mas eram traidores, os que se mostravam partidários mas eram espiões. (…) as traições de que fomos victimas, as chapeladas em São Lazaro, Tadim e Tibães, as prepotências de toda a ordem, ameaças e promessas, e o suborno descaradíssimo foram os factores da victoria. (...) Corromperam os eleitores, subornando-os, comprando-lhes o voto a dinheiro! (…)*

Posteriormente, os progressistas viriam a assumir ainda a liderança dos destinos do município durante dois períodos: entre 1898 até 1900, sozinhos; em coligação com os franquistas e os nacionalistas desde 1905 até Outubro de 1910. Não podemos deixar de enfatizar, uma vez mais, que o novo sucesso dos progressistas bracarenses no concurso para a Câmara Municipal da cidade (nas eleições realizadas em 5 de Novembro de 1904) se afirma após a recente assunção da liderança do governo em Lisboa[168] pelo partido Partido Progressista. Retenha-se ainda que o facto de a coligação de progressistas, nacionalistas e franquistas vencer estas eleições em Braga sem defrontar qualquer lista opositora[169] não deixa de revelar como é difícil armar e construir localmente candidaturas verdadeiramente alternativas àquelas que sejam suportadas pelo partido que, no momento, detenha o governo em Lisboa. Domingos José Soares e José Leão Ferreira da Silva, respectivamente presidente e vice-presidente do município entre 1905 e 1910 (exceptuando-se o período decorrente entre Dezembro de 1907 e Fevereiro de 1908, em plena ditadura franquista, em que serão substituídos por uma comissão administrativa) destacam-se na política local neste período.

Os nacionalistas, ainda que tenham conseguido eleger em Braga deputados para o Parlamento, nunca lograram a obtenção da liderança municipal na cidade, como acabámos de ver. Decerto, também localmente este partido acusará o desgaste da colagem entretanto realizada com o governo autoritário de João Franco. Desprestigiados, após a queda de Franco, e sem poderem distribuir favores para aliciar o mercado dos influentes na cidade, ficarão apenas amarrados à eventual possibilidade de coligações de ocasião.

Sobre as movimentações regeneradoras-liberais na cidade de Braga, detectámos registos na imprensa da deslocação à cidade do Porto, em Maio de 1905, de uma

---

[168] A 20 de Outubro José Luciano de Castro assumia, de novo, a liderança de um governo progressista. O Partido Progressista controlará isoladamente o governo entre 1886-1890, 1897-1900 e 1904-1906.

[169] Referindo-se a estas eleições, na sua edição de 6 de Outubro de 1904 o Co*mmercio do Minho* (nº 4720), sob o título "Eleição Camarária", informava: *Alguns dos cavalheiros indigitados pela lista da oposição são os snrs. Visconde de Paço de Nespereira, dr. José Leão Ferreira da Silva, António Joaquim Lopes dos Reis e José António Velloso, progressistas; dr. João Ribeiro Sampaio Cardoso e Vasco Jacome de Souza Ribeiro de Vasconcellos, nacionalistas; Manoel Simões Braga e Manoel Martins Cerqueira franquistas.* Já depois de realizadas as eleições, o mesmo *Commercio do Minho* (nº 4733, de 5/11/1904, artigo "Eleição Municipal," p.3) deixava entender que afinal esta eleição decorrera sem lista opositora, pois escrevia: *Reproduzimos em seguida a lista completa da vereação que amanhã será eleita, sem oposição nas assembleias d'este concelho. Efectivos: Dr. Domingos José Soares Junior, Dr. José Leão Ferreira da Silva, Antonio Joaquim Lopes dos Reis, José Antonio Veloso, Victor de Lima Brandão, Vasco Jacome de Souza Pereira Vasconcelos, Dr. João da Costa Sampaio Cardoso, Manoel Simões Braga e Manoel Martins Cerqueira. Substitutos: Manoel da Costa e Souza,…*

comissão constituída por personalidades bracarenses afectas ao partido[170], com o propósito de cumprimentar João Franco – o qual fora à Cidade Invicta inaugurar uma nova delegação do partido. Em Braga, porém, o primeiro "centro" do Partido Regenerador-Liberal só surgirá em 28 de Dezembro de 1907, numa data já próxima do estertor do franquismo[171]. Depois do regicídio, enfraquecido, o Partido Regenerador-Liberal coligará forças com os nacionalistas no concurso para as eleições de Abril de 1908. Em Braga, no início de 1910, Novaes Leite apresenta a demissão do cargo de presidente do Centro Regenerador-Liberal, alegando que estando a residir na cidade do Porto não pode desempenhar adequadamente o lugar que ocupa. Na nova direcção avultarão as figuras de Leopoldo de Souza Machado e de D. António José da Silva Correia Simões, este último deão da Sé de Braga. Reconhecendo a necessidade de revitalizar o Centro e de valorizar socialmente o papel do partido, os novos dirigentes terão abordado a criação de um centro escolar (com as aulas de Português, Francês e Comércio), sob a proposta de António Simões Terceiro. Tratar-se-ia de investir num caminho de há muito trilhado pelo Partido Republicano, mas não pudemos, contudo, confirmar a eventual materialização deste intento.

No crepúsculo da Monarquia, entre 1908 e 1910, depois de uma unidade inicial forçada pelo sentimento de "fim de regime", sobreviverão mais dissensões entre os monárquicos, designadamente entre os regeneradores, das quais verteremos uma análise mais pormenorizada algumas linhas adiante.

Colocando-nos fora da esfera estritamente partidária, encontrámos no âmbito do designado catolicismo social referências ao Centro Democrático Cristão[172], animado por personagens que na generalidade não se destacaram na vida política local[173].

---

[170] Compõem esta comissão o Dr. Arthur Vilaça, o Dr. Ayres Chaves, Abel Ferreira Loff, Adriano Aragão, Dr. Costa Palmeira, José Maria Rebello da Silva, José da Silva Esperança, Leopoldo Machado, Dr. Lessa de Carvalho, Miguel Vieira, Miguel Aragão Alvares, Manoel Martins Cerqueira, Venancio da Silva Rego e Veríssimo d'Almeida (in *Commercio do Minho*. Braga. Nº 4815, de 25/05/1905, p. 2, artigo "Partido franquista").

[171] O *Commercio do Minho,* na sua edição de 4 de Janeiro de 1908 (nº 5203, p.2, artigo "Centro regenerador-liberal Novaes Leite"), esclarece que só nesta data, "na antiga casa do centro progressista", surgiu o primeiro centro do partido na cidade. Reproduzindo então, parcialmente, o discurso de Manuel Novaes Leite, o governador civil do distrito, aquando do acto de inauguração deste centro regenerador, do qual fora o impulsionador, este jornal informava: *S. Exc.ª (...) disse que o centro tinha de ser creado há muito, como desejo de todos os seus correligionarios. Varias circunstancias, que historiou, retardaram tal desideratum.* Sobre os indivíduos que constituíam os órgãos dirigentes deste centro regenerador, eleitos em 28 de Dezembro de 1907, veja-se em *Anexo VII* a rubrica "Os líderes de estruturas políticas monárquicas ou republicanas em Braga: alguns exemplos".

[172] Veja-se em *Anexo VII* os dirigentes eleitos entre Outubro de 1909 e Janeiro de 1911 (nesta última data já sob a designação de Centro Recreativo Democrático Cristão).

Atendo-nos ao perfil socioeconómico dos membros que assumiam localmente a liderança dos progressistas e regeneradores, os quais se repartiam ainda pela vereação da Câmara Municipal, pelo Governo Civil, ou por outros cargos locais de natureza política, constatamos que avultam maioritariamente os proprietários rurais, os negociantes, os industriais, e os profissionais liberais, num claro e natural paralelismo com o que se observa nas lideranças nacionais destes mesmos partidos[174]. Não raro, vemos também vários elementos da Igreja local a participarem na vereação municipal. Os protagonistas da política bracarense distribuem-se pelas diversas direcções da Associação Comercial de Braga e do aparentado Ateneu Comercial, pela Companhia de Seguros Fraternidade, pela União Farmacêutica, ou ainda por estruturas conectadas com a profissão médica, com o ensino e a Igreja (alguns dos clérigos que participam activamente na política local assumem o papel simultâneo de professores)[175]. Aliás, afora a Igreja ou o Banco do Minho, entre os membros destas organizações – e particularmente no Ateneu Comercial – encontraremos também os dirigentes do Partido Republicano da cidade.

Sendo Braga uma cidade muito identificada com o catolicismo, os actores políticos locais não descuram a disputa pela liderança de estruturas vinculadas à Igreja mas abertas à participação de civis. É assim que a eleição para a mesa de diversas confrarias bracarenses se mostra acesa, não raras vezes tendo mesmo de acabar dirimida pela intervenção do governador civil ou dos tribunais (mais adiante, na rubrica "O caciquismo, o viciamento de resultados eleitorais", referiremos alguns dos episódios que marcaram estas disputas; veja-se também em *anexos IV* diversos documentos que ilustram esta situação). O envolvimento nestas instituições católicas poderia ser procurado nuns casos por motivos genuinamente impulsionados pela fé, noutros até por indução de pessoas próximas, mas todos os actores políticos locais sabiam que a assunção da liderança destas estruturas religiosas conferia aos seus detentores um

---

[173] Detectam-se, porém algumas excepções. Manuel Bento de Carvalho, uma figura pública destacada na cidade de Braga (fora presidente da Associação Comercial de Braga entre 1904 e 1907), é eleito presidente da assembleia-geral do Centro Democrático Cristão, em Julho de 1910.

[174] Pode ver-se em *Anexos XI* (1 e 2) numa amostragem da composição socioeconómica dos regeneradores e progressistas em Braga. Embora referente às datas de 1895 e 1897, podemos aferir que esta amostragem é válida para os anos seguintes já que o perfil dos membros destes partidos não terá sofrido alterações visíveis até ao final da Monarquia, observando-se ainda, ademais, que alguns destes protagonistas da política local monárquica se manteriam continuadamente na ribalta até 1910.

[175] Veja-se em *Anexo VI* vários exemplos de listas, referentes à direcção de várias empresas ou instituições de Braga, pelas quais se distribuem estas personagens.

prestígio e uma visibilidade acrescidas que importavam para o seu crédito público e partidário, junto de um eleitorado habituado a ver a Igreja como uma referência maior.

▪ Os protagonistas monárquicos locais

Nos inícios da década de 1890 na liderança do Partido Progressista de Braga, desde há um significativo número de anos, encontramos o Dr. José Maria de Carvalho e o conde de Carcavelos. Em meados de 1891, numa concorrida reunião realizada na casa do conde de Carcavelos em 7 de Junho (participada por mais de quatrocentas pessoas, segundo revela *A Correspondencia do Norte*, o jornal oficial do partido em Braga), estas duas personagens abdicam da liderança que exerciam no partido. Ambos alegam um grande cansaço para que não possam atender à insistência dos seus correligionários locais ou mesmo à insistência do próprio líder nacional do partido, José Luciano de Castro, para que se mantenham à frente dos progressistas de Braga. Passarão então a desempenhar apenas os cargos de presidentes honorários, cedendo os lugares na direcção do partido ao Dr. José Alves de Moura e ao Visconde da Torre[176]. Porém, nem dois anos estavam volvidos, e já emergia na liderança política dos progressistas bracarenses uma nova figura, na pessoa de João Baptista de Souza Macedo Chaves. Ocupando a presidência do município entre 1893 e 1895, esta personagem alcandorar-se-á à chefia dos progressistas locais o que potenciou a emergência de uma cisão[177] no partido, atrás já referenciada.

---

[176] Nesta edição de 10 de Junho de 1891, o jornal bracarense A *Corrrespondencia do Norte–folha progressista* (edição nº 1076, artigo "Reorganização do Centro Progressista de Braga, p.2) informa que a nova direcção do partido ficou constituída pelos seguintes elementos: Presidentes - Dr. José Alves de Moura e Visconde da Torre; Secretários – comendador Ferreira de Magalhães e dr. Carlos Braga; vice-secretários – Dr. Adolpho Madureira e João J. Alves d'Araújo; Vogais – Dr. Antonio Casimiro C. Teixeira, Dr. Antonio Joaquim da Silva Cerqueira, Dr. Balthazar Aprigio de Ferreira de Melo Andrade, Dr. Constantino Ferreira d'Almeida, comendador Domingos Ferreira Braga, cónego Gonçalo J. Fernandes Vaz, Dr. João Macedo Chaves, comendador João J. Da Silva, cónego João Nunes da Costa, comendador José J. Soares Russel, Dr. José Julio Martins Sequeira, Lourenço da Cunha Velho Sotto Maior e Manuel Albuquerque. Ainda em Dezembro de 1893, José Alves de Moura aparece na *Correspondencia do Norte* a assinar, na qualidade de presidente da comissão executiva de Braga do Partido Progressista, um convite para uma reunião partidária.

[177] Historiando abreviadamente esta cisão, o jornal bracarense *O Progressista* – então o novo órgão oficial dos progressistas na cidade – na edição de 26 de Fevereiro de 1897 escrevia: *Sob a presidencia dos snrs. Visconde da Torre e dr. José Alves de Moura houve aqui uma fracção progressista – a guarda velha -; e durante a sua existencia, o grosso do partido elegendo seu chefe local o snr. dr. Macedo Chaves, acolheu-se á bandeira partidaria empunhada por sua excelencia, e denominou-se guarda nova. Estava estão fraccionado o partido, comquanto fosse diminuto o numero de partidarios que formavam a guarda velha; logo, porém, que esta se dissolveu, em Janeiro de 1895, como o tornou publico por meio*

Passados alguns anos sobre a voluntária renúncia de José Maria de Carvalho à liderança dos progressistas de Braga, voltaremos, porém, a encontrá-lo a desempenhar esse mesmo papel. Com efeito, detectámos registos da sua condição de líder[178] em 1901 e novamente em 1907 (assumindo igualmente o Dr. José Alves e Moura uma posição destacada no partido). Não encontrámos registo do envolvimento de José Maria de Carvalho nos lugares de primeiro plano da administração local, mas porventura por vontade própria pois o mesmo alcançou o lugar de par do reino[179]. Fora da esfera partidária, esta personagem assume ainda posição destacada nalgumas instituições locais. Encontrámo-lo a exercer a presidência do Colégio dos Órfãos em 1893 e, por duas vezes, detectámo-lo também na presidência da assembleia-geral do Banco do Minho ao longo da primeira década do século XX.

A liderar as hostes regeneradoras no início da década de 1890 encontramos Jeronymo Pimentel. O Visconde da Torre, depois de abandonar o campo progressista em 1895, virá a tornar-se numa figura de primeiro plano entre os regeneradores da cidade: exerce por duas vezes o cargo de governador civil do distrito[180], será deputado no Parlamento em Lisboa por mais do que uma vez e, no ocaso da Monarquia, em Setembro de 1910, conseguirá mesmo ser premiado com o lugar de par do reino.

No seio do Partido Nacionalista, onde se acolhem diversos indivíduos ligados à Igreja, destaca-se na cidade a figura do cónego António Augusto Rodrigues.

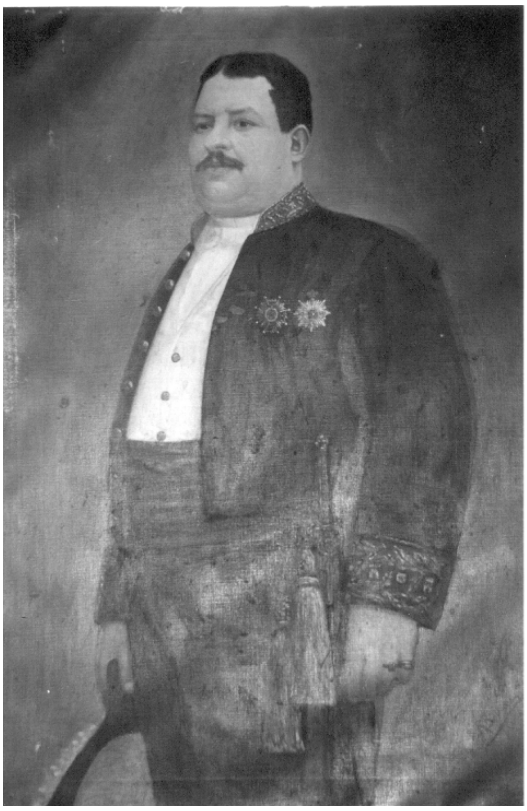
---

da imprensa deixou de existir o fraccionamento partidario, para haver somente – progressistas e regeneradores – em campos perfeitamente extremados. (...) Procedimento digno, correcto, alevantado foi o dos que, fazendo parte da guarda velha, se vieram encorporar nas nossas fileiras quando ella se dissolveu. Esses mostraram firmeza de crenças politicas e lealdade partidaria (...) Outros procederam bem contrariamente, bandeando-se com os regeneradores, acceitando logares, que foram o preço da sua traiçção partidaria, e concorrendo á urna contra o partido, em que se diziam ter militado, alguns desde o berço! (ver artigo "O partido progressista de Braga", 5º ano, edição nº 429, p.1)

[178] O *Correio do Minho*, na edição de 26 de Julho de 1907 (nº 544) publicita na primeira página um convite para um jantar partidário, a realizar no dia 31 desse mesmo mês, em homenagem ao seu líder de então, José Maria de Carvalho. Este convite é assinado por José Alcides de Moura, pelo conde de Carcavelos, pelo visconde de Nespereira (João) e por Domingos Soares Junior, figuras destacadas do partido na cidade.

[179] O *Commercio do Minho (notícia* "Banquete Político" nº 5140, de 3 de Agosto de 1907), referindo-se ao banquete de homenagem a José Maria de Carvalho ocorrido a 31 de Julho, esclarece da sua condição de Par do reino, quando escreve: *realizou--se quinta-feira, no theatro S. Geraldo, o banquete em honra do snr. dr. José Maria Rodrigues de Carvalho, digno Par do reino e illustre chefe local do partido progressista.* José Maria Carvalho era um homem rico, como sucedia com todos os notáveis políticos locais, que residia no que é hoje o imponente edifício da agência da Caixa Geral de Depósitos na Avenida Central em Braga (a *Ilustração Católica* na edição nº 129, de 18 de Dezembro de 1915, exibe uma foto deste edifício, com a legenda: "palacete do falecido José Maria Rodrigues de Carvalho, ultimamente adquirido pelo Estado para a instalação da Filial da Caixa Geral de Depósitos"). Na toponímia da cidade aparecerá também a Rua Rodrigues de Carvalho, supomos que em homenagem a esta figura.

[180] A primeira vez em que o visconde da Torre surge como governador civil de Braga ocorre logo em Janeiro de 1895. Obviamente, um prémio que sinaliza o reconhecimento do Partido Regenerador (então a chefiar o governo) para com a recente adesão do visconde às suas fileiras.



Visconde da Torre

Quadro (de 1985) que se encontra na
Casa da Torre - Soutelo, Vila Verde.

- A ditadura de João Franco.
- Do regicídio ao eclipse da Monarquia

Considerando desgastadas as soluções apresentadas pelos progressistas e regeneradores, que ultimamente se tinham revezado no governo com demasiada frequência[181], vimos já que o rei D. Carlos resolvera convidar João Franco para chefiar um novo executivo em Maio de 1906. Cerca de um ano depois, também já o lembrámos, na sequência da greve estudantil desencadeada na Universidade de Coimbra em Abril de 1907, João Franco, espezinhando as liberdades, passa a exercer o poder de forma autoritária, com a conivência do rei. Em Braga, durante cerca de dez dias deste mesmo

[181] Em pouco mais de três anos, entre Fevereiro de 1903 e Maio de 1906, desfilaram quatro governos dirigidos pelo líder regenerador, Hintze Ribeiro, ou pelo líder progressista, Luciano de Castro.

mês de Abril, a greve dos estudantes, solidários com os académicos de Coimbra, alterará o quotidiano da cidade. No Liceu Central e no Colégio de S. Tomás de Aquino (cujos alunos terão sido pressionados por activistas do liceu) só alguns estudantes persistiram em frequentar as aulas, mas depois da intervenção dos militares dos Regimentos de Infantaria e de Cavalaria da cidade[182].

Para abafar a contestação, o governo ordenara, entretanto, o encerramento da Universidade de Coimbra e de outros estabelecimentos de ensino onde os protestos se mostravam mais acesos[183]. Em Braga, por 20 de Abril, a fúria estudantil estava também amaciada. O rasto da contestação não fora, porém, totalmente apagado. Em Junho de deste ano de 1907 circula na cidade um abaixo-assinado a contestar a governação ditatorial de Franco[184], subscrito por quarenta dos maiores contribuintes prediais do concelho de Braga, o qual deverá ser apresentado ao rei por uma comissão constituída por figuras dos partidos Progressista e Regenerador. É também certo que os adeptos da actuação ríspida de Franco não se recolhem: no dia 17 do mesmo mês de Junho, um grupo de sessenta figuras bracarenses (na sua maioria proprietários rurais, negociantes, industriais, médicos, professores e capitalistas) dirige-se para o Porto para participar num banquete que aí se realiza em homenagem ao chefe do governo.

No dia 1 de Fevereiro de 1908, o atentado à família real é naturalmente recebido em Braga com um misto de curiosidade e ansiedade. No dia seguinte, um domingo, muitas pessoas dirigem-se para a estação dos caminhos-de-ferro na cidade, pelas nove horas da manhã, para aguardar os jornais que chegam no comboio proveniente do Porto, disputando-os mesmo por preços superiores ao da capa, para que possam eventualmente inteirar-se de alguns pormenores do sucedido. Na segunda-feira, dia 4 de Fevereiro (o atentado ocorrera na sexta-feira), as aulas no Liceu Central e nos seminários da cidade encontram-se suspensas, *retirando para as suas terras muitos alumnos,* revelava o

---

[182] João José de Freitas, professor no Liceu Central da cidade, assinalará um protesto expresso no livro de ponto contra a presença dos militares neste estabelecimento de ensino, recusando-se à leccionação. Este professor, assim como Alberto Feio Ramos Soares d'Azevedo, outro docente do estabelecimento de ensino, tinham já conquistado algumas palmas dos alunos por terem manifestado a sua simpatia para com a acção dos estudantes grevistas, refere a imprensa da época. Aparecendo estes dois professores como figuras do republicanismo bracarense (Alberto Feio d'Azevedo integrará a primeira Comissão Administrativa da Câmara Municipal após a implantação da República e João José de Freitas virá a ser deputado à Assembleia Constituinte de 1911 pelo Partido republicano), poderemos descortinar ou entrever algum republicanismo na contestação estudantil que então também se estendeu por Braga.

[183] Ainda para esvaziar a contestação instalada, o Governo deliberará também, entretanto, que as faltas dos grevistas serão relevadas, permitindo-se que os alunos se submetam a exame mesmo que tenham ultrapassado, durante a greve, o limite de faltas legalmente permitido.

[184] Contra a dictadura (Noticias Locaes). *Commercio do Minho*. Nº 5119 (13/6/1907) p. 2.

Commercio do Minho[185], que acrescentava, vertendo de alguma forma a inquietação e o temor que a tragédia inspirava, que *da universidade e de outros estabelecimentos superiores regressaram a Braga os alumnos daqui naturaes*. Da parte da Comissão Municipal, do Ateneu Comercial e da Associação Comercial da cidade são enviadas condolências à família real. A Comissão Municipal solicita ao conde de Arnoso que represente o município nas exéquias fúnebres e, através de editais, exorta mesmo os munícipes a exibirem o luto pelos falecidos. Ainda numa demonstração do respeito público e da contenção que se entende deverem ser assinalados na cidade, algumas actividades festivas ou de lazer são canceladas: a banda no Jardim Público emudece, não se realiza o espectáculo previsto para o Teatro S. Geraldo, nem tão pouco se mantêm as festas que estavam previstas no Seminário de Santo António e na Associação Católica.

Perante a notória fragilidade emanada da Monarquia, agora sob a tutela de um jovem rei acidental, e perante um crescendo do republicanismo que percepciona como hostil, a Igreja bracarense, em consonância com a generalidade do clero nacional, parece não se eximir de patentear um visível apoio à família real. Com efeito, aquando da realização da peregrinação anual ao Sameiro, nos dias 28 e 29 de Junho de 1908 – reunindo muitos milhares de pessoas de todo ao país, mas sobretudo do Norte –, o arcebispo de Braga remete, em nome dos peregrinos, mensagens para o Núncio Apostólico de Lisboa, mas também para D. Manuel e para a família real, sendo que para estes últimos os termos utilizados, mesmo depois de descontado o natural exagero utilizado nas missivas de cariz protocolar ou institucional, denotam algum comprometimento político. No telegrama[186] enviado ao rei, o arcebispo escreve:

> A S. Magestade El-Rei -Lisboa.- Concorridissima peregrinação Congregações Marianas Senhora do Sameiro em numero superior 150:000 fieis. Acclamou repetidas vezes freneticamente V. Magestade e S. Magestade a Rainha.
>
> A commissão beija respeitosamente mão V. Magestade.
>
> Presidente, Arcebispo Primaz

[185] O Regicidio: impressões na cidade, manifestações de pezar sufrágios, etc. (rubrica "Noticias Locaes"). *Commercio do Minho.* Braga. Nº 5215, de 4 de Fevereiro de 1908, p. 2.

[186] Peregrinação nacional ao Sameiro – Telegramas (coluna 3). *Commercio do Minho*. Braga. Nº 5276 (2/07/1908), p.1.

E no telegrama[187] enviado à rainha, alinhando por um diapasão assemelhado, o arcebispo escreve:

> A S. Magestade A Rainha D. Amelia - Lisboa.- Mais 150:000 fieis reunidos Sameiro em peregrinação Congregações Marianas juntaram aos louvores á virgem repetidas acclamações a V. Magestade.
>
> Presidente, Arcebispo Primaz

A política local bracarense repercutirá a agitação vivida nos últimos anos da Monarquia, na sequência do regicídio. A imprensa monárquica revitaliza-se com novos títulos, que, já o percebemos, ora procuram induzir a unidade nas hostes partidárias do regime, ora reflectem os fraccionamentos que entretanto emergirão[188]. Em Abril de 1908, o semanário *A Pátria,* conforme também já entrevimos atrás, aparece a sustentar e reclamar a urgência no estabelecimento de uma acalmia, de um sentimento de unidade, entre os monárquicos locais. No editorial de apresentação do novo jornal, o seu director, Vicente Braga, enfatiza que acedeu em voltar ao jornalismo, após um afastamento de cinco anos, quando colocado perante o desafio de dirigir um periódico cujo perfil, além da postura necessariamente bairrista, define através das seguintes palavras: *a Patria" não vem atacar os partidos, porque não defende nenhum: jornal essencialmente conservador, estará incondicionalmente ao lado do Rei e daqueles que com elle cooperarem desassombradamente e sem peias politicas para o bem do paiz*[189].

A partir da edição nº 13, de 17 de Julho de 1908, *A Patria* passa a ostentar o subtítulo "Órgão oficial da Liga Monárquica". Neste número, num artigo assinado por um tal Edmond, sustenta-se ser agora imperativo valorizar a propaganda monárquica, pois só assim se pode *desfazer no animo das multidões suggestionadas, a lenda ridicula e absurda que faz da honestidade, do caracter, do talento e da virtude, apanagio exclusivo da grei republicana, como se os homens da republica, sublimados em quintessencia, não fossem constituidos pelo mesmo barro fragil, que preside á formação da restante humanidade*[190]. Em conformidade com este propósito, a partir da edição de 28 de Maio *A Patria* exortava já, repetidamente, os eleitores bracarenses e os

---

[187] Idem, ibidem.

[188] Num contraponto, relembramos que acabara de surgir em Braga o jornal republicano *Noticias do Norte*, enquanto que no ano de 1909 apareceria na cidade *A Verdade,* outro título republicano.

[189] BRAGA*,* Vicente – A que vimos?... *A Patria*. Braga. Ano I, nº 1 (23/04/1908), p.1.

[190] EDMOND – Liga de Propaganda Monarchica. *A Patria*. Braga. Ano I, nº 13 (17/07/19108), p.1.

políticos monárquicos locais a empenharem-se na realização de um comício de propaganda monárquica. A hora era de urgência, considerava o jornal, que justificava a premência na adopção de uma estratégia assemelhada à dos republicanos, através das seguintes palavras:

> Ao comicio, bracarenses, porque é preciso fallar ao povo que não lê; ao comicio para gloria e triumpho da causa que defendemos. Ao comicio que o mal alastra e os inimigos avançam.
>
> Ao comicio!... que na tarde sinistra do primeiro de fevereiro ouviram os monarchicos o primeiro toque a reunir[191].

O comício, convocado condicionalmente para um salão nas instalações da Associação Católica, acabará por não se realizar, porém. A não confirmação da presença de figuras gradas da causa monárquica – alegadamente retidas em Lisboa por causa dos trabalhos parlamentares – condiciona a anulação desta acção de propaganda. Pode ainda presumir-se que não sendo Vicente Braga uma figura destacada nas hostes monárquicas bracarenses tal terá contribuído para retirar dinâmica a esta iniciativa, assim como não se deverá ignorar, como contributo para o falhanço da mesma, o desprezo que este tipo de iniciativas merecia, tradicionalmente, entre os monárquicos. *A Patria* reclamará, entretanto, a necessidade de se instalar em Braga uma *Comissão Central delegada do Conselho Superior da Liga Monárquica* para coordenar a acção das suas diferentes estruturas espalhadas pelo distrito. Contudo, um ano depois, *O Debate*, outro jornal monárquico da cidade, revelava que em Braga ainda não fora estabelecida esta delegação[192].

Nas eleições para o Parlamento ocorridas em 5 de Abril de 1908 os monárquicos de Braga reflectem o "pacto de unidade" entretanto estabelecido no país. O *Jornal de Braga* enfatiza perante os seus leitores a necessidade de os mesmos participarem no sufrágio *porque esta eleição mostrará sem duvida a adhesão do paiz ás Intituições ou á causa da republica*[193].

---

[191] BRAGA, Vicente – Propaganda Monarchica. *A Patria.* Braga. Ano I, nº 6 (28/05/1908), p.1.

[192] N'*O Debate* de 29 de Agosto de 1909 (nº 28, p. 1) escrevia-se sob o título "Liga Monarchica": *(…) julgamos de toda a vantagem e da maior opportunidade a fundação em Braga, de uma Comissão Central delegada do Conselho Superior da Liga, tendo em mira estabelecer uma mais intima relação entre o Centro Primario de Lisboa e os ddifferentes nucleos disseminados pelos conselhos do nosso districto.*

[193] Sob o tíítulo *"Deputados governamentaes pelo circulo de Braga",* o *Jornal de Braga* (nº 487, de 5 de Abril de 1908) escreve: *Os candidatos que os partidos regenerador e progressista apresentam ao*

As eleições municipais realizadas em Braga em 1 de Novembro de 1908 reflectirão também o espírito de "acalmação" que marcava a estratégia política dominante entre os partidos monárquicos hegemónicos na cidade. As ténues diferenças programáticas não constituem obstáculo para, uma vez mais e com natural bonomia, acordarem na divisão do aparelho político local: aos regeneradores fica reservada a liderança da Comissão Distrital, enquanto que aos progressistas é atribuída a vereação municipal, que será composta, na sua totalidade, pela equipa cessante. Alguns dias volvidos sobre estas eleições, as forças monárquicas bracarenses não se pouparão a esforços para acarinhar e abrilhantar a recepção ao novel rei que então (no dia 11 de Novembro de 1908) visita a cidade. A actuação de D. Manuel II merecerá uma atenção cuidada dos monárquicos da cidade, conscientes dos tempos agitados que correm[194].

A turbulência nas hostes monárquicas sobreviria, entretanto, mormente entre os regeneradores. Em Março de 1909, no contexto da cisão protagonizada no Partido Regenerador por Campos Henriques, surge na cidade de Braga um novo semanário, *O Debate,* que se reclama, conforme ostenta em subtítulo, como *o "Órgão do Partido*

---

suffragio dos seus correligionarios e recommendam a todos os eleitores, são os senhores: Visconde da Torre, Director Geral dos Negócios Ecclesiasticos, regenerador; D. Thomaz d'Almeida Manuel Vilhena, proprietario, regenerador; Manuel Joaquim Fratel, antigo deputado, regenerador; Vicente de Moura Coutinho de Almeida d'Eça, official da Armada, regenerador; Manuel Nunes da Silva, Juiz de direito, progressista; Eduardo Valerio Augusto Vilaça, engenheiro, progressista. Aos nossos dedicados correligionarios e amigos recommendamos a lista de candidatos que encabeça estas linhas, lista que representa o accordo celebrado entre os partidos regenerador e progressista. Todos devem: votar n'aquella lista, que não póde soffrer cortes nem substituições, porque, como dissemos já, essas alterações pódem causar enorme prejuizo aos dois grandes partidos historicos. Devem concorrer á urna, porque esta eleição mostrará sem duvida a adhesão do paiz ás Intituições ou á causa da republica. A' urna! Pois, pela concentração monarchica.

[194] O jornal monárquico bracarense *A Patria*, na sua edição de 13 de Novembro de 1908 (nº 30, p. 2, artigo "A Marcha triunfal da Monarquia: adesões á Monarchia"), para ilustrar o brilho e o sucesso da visita do jovem rei à cidade e com claros intuitos propagandísticos para a causa monárquica, na ampla reportagem que que dedica ao assunto noticia que alguns republicanos bracarenses – de lastro recente – se haviam desfiliado do Partido Republicano para publicamente proclamar a sua reconversão à Monarquia: *O sr. João Jorge de Sousa Guimarães, negociante desta praça, que ha pouco se havia filiado no partido republicano, acaba de adherir à causa monarchica.Vimo-lo anteontem no coche real, saudando delirantemente el-Rei. O nosso amigo sr. Antonio Telles de Menezes, que não há muito se tinha filiado tambem n'aquelle partido, acaba de se alistar agora nas nossas fileiras. O academico coimbrão snr. Luiz d'Almeida Braga, filho querido do nosso amigo snr. dr. Carlos Braga, deu publicamente, na recita de gala, o seu apoio incondicional á monarchia. Felicitamos os nossos correligionarios e d'aqui lhe apontamos o caminho a seguir: "pela religião, pelo Rei e pela Patria"!* Antonio Telles de Menezes publicaria, entretanto, uma carta, noutro jornal da cidade, desmentindo ter abandonando no campo republicano. Evocando esta carta, na edição seguinte Vicente Braga responde ao conterrâneo ("Carta aberta a um republicano: ao ex.^{mo} snr. Antonio Telles de Menezes", *A Patria*, nº 31, 19/011/1908, p. 1), explicando o mal-entendido. Esclarece que o equívoco terá resultado da reacção do mesmo Teles de Menezes quando confrontado por Vicente Braga com o desdém de um seu correligionário republicano ao avistá-lo (a Teles de Menezes) na recepção prestada ao rei, dias atrás, na sua chegada à estação dos caminhos-de-ferro de Braga. Então, Teles de Menezes terá revelado – sustenta Vicende Braga neste artigo – *que mandaria no dia immediato o seu oficio de despedida ao centro republicano.* Conformado, Vicente Braga acrescenta ainda que aceita o republicanismo do amigo, a quem receberá com amizade, concede, quando o mesmo se converter, de facto, à Monarquia.

Regenerador no Distrito de Braga". Eduardo Monteverde, o seu director, verbera o visconde da Torre, um traidor que a troco de promessas fartas – acusa – se associou ao grupo dissidente liderado por Campos Henriques. Desvalorizando a valia do visconde da Torre como líder dos regeneradores locais ao longo dos últimos anos, *O Debate* sustenta mesmo que o Partido Regenerador *após a morte do saudoso conselheiro Jeronymo Pimentel estava entregue ao mais completo abandono.* E reconhecendo a baixa política e o caciquismo recorrentemente praticados, o jornal acrescenta ainda que o Partido Regenerador *apenas, de annos em annos, se fazia mostrar n'um segundo andar d'uma casa de esquina, para tratar de accordos eleitoraes, vergonhosamente feitos atraz da porta.* Francisco Botelho é o novo líder local dos regeneradores, nomeado por Júlio de Vilhena, o chefe nacional da ala mais progressiva do Partido Regenerador. Júlio de Vilhena, entretanto – acossado pela sombra de alguns marechais do seu partido e ressentido com o facto de D. Manuel ignorar repetidamente a sua pretensão de assumir a chefia de um governo – demite-se da liderança do Partido Regenerador. Teixeira de Sousa substitui Vilhena na liderança da ala progressiva do Partido Regenerador a 16 de Janeiro de 1910, mas, nesse mesmo dia, Campos Henriques fazia-se igualmente eleger chefe de uma facção regeneradora rival. Por agora, *O Debate,* mantendo-se no mesmo alinhamento político entre os regeneradores, passa a apoiar Teixeira de Sousa. Porém, o pragmatismo do novo governo forçava o desdém de correligionários fiéis mas tidos por pouco prestáveis. Assim, num volte face aparentemente inesperado, Francisco Botelho, o agente local do governo de Teixeira de Sousa, rendido à elevada cotação eleitoral do visconde da Torre na "bolsa partidária" bracarense, faz as pazes com este poderoso influente, que se notabilizaria pela sua eficácia no mercado eleitoral mais do que pelos seus predicados intelectuais[195]. Promessas maiores do governo de Teixeira de Sousa (na presidência do ministério desde 26 de Junho de 1910) terão convencido, de facto, o visconde a desalinhar-se do campo dos henriquistas, que inicialmente terá apoiado ainda que com alguma tergiversação. Reavaliada a situação, o visconde da Torre emprestará, de novo, à facção oficial dos

[195] É designadamente esta a visão que transparece de um irónico artigo saído no *Districto de Braga* na edição de 18 de Maio de 1910. Então, este jornal bracarense (artigo "Para onde?" na edição nº 12, p.1), verte estes mimos sobre o perfil do visconde da Torre: *No dia 5 de Junho de 1863, nascia um menino num dos mais mimosos e pitorescos sitios do Minho. Cresceu, fez seus estudos, e ao completar os 21 anos, já tinha exame de instrucção primária – e escusa o leitor (a que não chamaremos pio, porque, segundo diz Frei Lucas de Santa Catharina, é sempre bom não lhe dar tal nome, que póde ser testemunho) de sorrir escarninho, que, se mais exames não alcançara, fora não por mingua de intelligencia, que a tinha e tem, mas por sua natureza enfermiça, fraqueza e anemia, males que ainda hoje se espelham em seu magro parecer. Alberto era a sua graça. Visconde da Torre, é hoje o titulo que usa.*

regeneradores de Braga o seu poder como influente local, mediante a obtenção, para si e para os seus amigos, de lugares de destaque na política local e nacional. Descartados como figuras de segundo plano, Eduardo Monteverde e Alves de Mello, desde há tempos inimigos assumidos do visconde, caem, decididamente, no grupo dos perdedores. Com efeito, Francisco Botelho, agora de amizades convenientemente retomadas com o visconde, negará a Monteverde e a Eduardo Mello os lugares de administrador do concelho e de chefe da polícia a que estes aspiravam[196]. Agastado, Monteverde encerra, entretanto, *O Debate*, passando a colaborador do *Districto de Braga*, o jornal que desde Março passado difundia na cidade, oficialmente, as posições dos henriquistas e que vinha desancando na figura do visconde[197]. Estes comportamentos, estas autênticas transferências cruzadas, ilustram a volatilidade das convicções ideológicas e partidárias à época, designadamente no campo monárquico. Provando a valia dos seus préstimos, o visconde da Torre e a sua lista dos regeneradores governamentais alcançarão a vitória nas últimas eleições parlamentares da Monarquia, em 28 de Agosto de 1910, derrotando a lista da "concentração monárquica oposicionista" que agregava henriquistas, regeneradores-liberais, progressistas e nacionalistas[198]. Ecoando e justificando os préstimos eleitorais do seu chefe local, o *Jornal de Braga*, porta-voz dos prosélitos regeneradores afectos ao visconde da Torre, exulta com a atribuição do título de par do reino ao grande influente local, nos seguintes termos:

> E' com o mais legitimo orgulho, com a mais intima satisfação, que registamos hoje nas columnas do "Jornal de Braga", a elevação do nosso querido e prestigioso chefe politico ao subido e tão honroso cargo de par do reino.
>
> Nada nos surprehendeu porém este acontecimento que por todos os titulos tanto se impunha, e que por outro lado ainda desde há muito estava previsto e indicado;

[196] Nos inícios de Julho de 1910, num tom irónico o *Districto de Braga* antecipava com acerto o cenário que entretanto se viria a confirmar (veja-se texto em *Anexos* VIII -5).

[197] Reflectindo provavelmente rivalidades ou desentendimentos pessoais, desde Março de 1910 (a data do aparecimento do *Districto de Braga*) que Carlos Braga vinha a desancar na figura do visconde da Torre nas páginas do seu jornal. Porém, o visconde só consuma, de facto, a sua recolagem à linha oficial dos regeneradores no Verão desse ano de 1910, conforme dizemos atrás.

[198] A lista da "concentração oposicionista" era composta pelas seguintes personalidades: D. Thomaz de Almeida Vilhena, regenerador conservador; conselheiro João Soares Branco, progressista; conselheiro Antonio Ferreira Paes do Amaral, progressista; Eduardo Augusto Valerio Villaça progressista; Bacharel Alberto Pinheiro Torres, nacionalista; Ernesto Jardim de Vilhena, regenerador Liberal (informação inserta no artigo "Candidatos da coligação" publicado pelo *Districto de Braga*, nº 26, de 24/08/1910, p.1). Os elementos da lista dos regeneradores afecta ao Governo, todos eleitos, constam da listagem de deputados referente às eleições 28 de Agosto de 1910 (inserida em *Anexos XV*).

> porque não podia ser mais justa, nem mais bem cabida, ou tão pouco mais acertada a nomeação do nosso respeitabilissimo e muito querido chefe politico senhor Visconde da Torre. (...)
>
> Não há no nosso districto, politico de mais prestigio. Viu-se agora n'estas eleições, onde os grandes influentes affirmaram, junto á urna a leal dedicação a sua ex.ª [199]

Contudo nas páginas do *Districto de Braga*, os henriquistas locais, dirigidos por Carlos Braga, reclamam a acção dos tribunais para a verificação das tropelias que, alegam, tinham permitido a vitória da lista regeneradora afecta ao governo. A oposição monárquica aos regeneradores promoverá mesmo um comício de protesto contra as fraudes que terão beneficiado os regeneradores que suportam o partido do governo. Nas páginas do *Combate*, o periódico dos nacionalistas locais, relata-se o ambiente crispado em que o protesto decorre nas instalações do Teatro Circo[200]. A implantação da República, um mês depois, impedirá naturalmente a prossecução desta disputa.

[199] Visconde da Torre Novo Par do Reino. *Jornal de Braga*. Braga. Nº 729 (21/09/1910), p.1

[200] Veja-se em *Anexos IV* (5) o texto "O Comício", publicado no *Combate* de 8 de Setembro de 1910 (nº 22, p.1).

2.4 – A promoção do republicanismo:

- As bases sociais do republicanismo bracarense

Aquando da proclamação da República, o Partido Republicano ostentava já uma considerável estrutura organizativa, que se estendia pelo país através de uma multiplicidade de comissões paroquiais, municipais e distritais[201], demarcando-se claramente, no seu perfil, dos partidos monárquicos que persistiam em afirmar-se fundamentalmente como partidos de quadros. Durante o período final da Monarquia, na cidade de Braga, inserida num meio onde prevalecia uma mentalidade conservadora e um forte condicionalismo da religião católica, emergiram mesmo algumas figuras monárquicas de vulto. Ainda assim, num meio tendencialmente hostil e difícil, certo é que desde cedo lobrigamos movimentações dos adeptos do Partido Republicano na cidade. Da presença dos socialistas pudemos detectar também algumas manifestações, ainda que modestas[202], pois o PRP assume-se na cidade, à imagem do que sucede no país, como o grande catapultador da mensagem republicana.

As redes do Partido Republicano constituídas em Braga antes de 1910 mostram-se interclassistas, mas as lideranças destas estruturas organizativas cabem a elites burguesas e intelectuais da cidade, numa situação similar ao observado na generalidade do país. Em consonância com esta realidade, muitos dos mais destacados propugnadores do Partido Republicano e do republicanismo em Braga constituem um grupo que em boa parte havia passado pela Universidade de Coimbra – no qual avultam médicos, advogados, professores, jornalistas, intelectuais ou literatos, ou ainda farmacêuticos[203].

---

[201] O Partido Republicano Português, protagonizará a afirmação de um novo paradigma organizacional em Portugal, na viragem dos séculos XIX/XX, quando surgem organizações políticas que não são já apenas *meros "partidos de quadros"', distanciados dos segmentos eleitorais,* mas antes *partidos frentistas" ou "partidos de massas", com uma ligação forte com as bases e um "aparelho" organizativo interno muito mais coeso e eficaz,* lembra Malheiro da Silva. Este mesmo autor opina ainda que, não obstante esta alteração no modelo organizativo e funcional, tal não impedirá, contudo, que a elite do PRP venha a expor e assumir graves dissidências, *comportando-se os seus dirigentes (…) como se estivessem num clássico partido de quadros* (ver SILVA, Armando Malheiro, DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro – *António Cândido, Sidónio Pais e a Elite Política Amarantina, 1850-1922. Elementos para o Estudo das Raízes Familiares de Amadeo de Souza Cardoso*. Amarante: Câmara Municipal de Amarante. 2000, pp. 18-19).

[202] O *Commercio do Minho*, revela, por exemplo, na sua edição de 2 de Maio de 1905 (notícia "Manifesto socialista", edição nº 4805), que na precedente noite de 30 de Abril haviam sido distribuídos panfletos socialistas clandestinos na cidade de Braga, por alguns operários (os quais, entretanto identificados, foram detidos durante algumas horas).

[203] Veja-se em *Anexos XI* (3.1) o perfil profissional dos sócios do Centro Escolar Bernardino Machado, criado em Abril de 1910.

Mas aos méritos e relevo destas figuras impõe-se acrescentar a militância de alguns industriais e de um ou outro abastado proprietário rural, bem como o inestimável contributo de alguns comerciantes que, a par do seu empenho pessoal, resgatam os préstimos do Ateneu Comercial[204] para a difusão da mensagem republicana. Serão também estes, naturalmente, os indivíduos que após o 5 de Outubro de 1910 virão a assumir as relevantes responsabilidades políticas e partidárias: nas instituições públicas do novo regime, no seio do PRP, ou noutros partidos republicanos.

---

[204] Podemos aferir a relevância do Ateneu Comercial de Braga para a difusão do republicanismo na cidade de Braga, através da denúncia inflamada que o correspondente local do *Jornal de Noticias* verte em Março de 1893, quando escreve: *Já aqui dissemos mais de uma vez e sustentamos: é baixo e nojento que se desvie o Atheneu Commercial dos fins para que foi instituído e se faça d'aquella casa um centro de propaganda republicana. Aquelles que agora imaginam que engrossam as fileiras do seu partido aproveitando a prosperidade d'aquella agremiação, hão-de arrepender-se quando virem o Atheneu morto ás suas mãos e quando se virem desprezados pelos indivíduos que ingenuamente agora os auxiliam na sua especulação infame. Admittimos que se faça politica, que cada partido procure adhesões, mas nos seus centros, mas com despezas á custa dos políticos. O que nunca toleraremos é que um bando de gabirus, por não ter meios nem credito para fundar um centro, vá assaltar instituições unicamente fundadas para a instrucção e recreio, e ali faça propaganda das suas ideias, a titulo de conferencias de reconhecida utilidade. O Atheneu na nossa opinião está irremediavelmente morto. Quem é que depois da conferencia do sr. Cunha e Costa, se pode prestar a auxiliar os republicanos, conhecendo as suas instituições? Quem é que pode continuar como sócio daquella aggremiação, não desejando a desordem no nosso paiz? Qual é o empregado publico que queira recommendar-se aos seus superiores com o diploma de uma associação republicana? Qual é o militar, que deseje honrar a farda do exercito portuguez, que continue a frequentar aquella casa onde se guerreiam as instituições vigentes? Ninguem. Lá dentro, a não serem os viciados no jogo, os que ali teem encontrado a sua ruina, só devem ficar os membros do directorio republicano, afim de que os futuros conferentes possam dizer com mais franqueza o que querem, o que desejam. Os futuros conferentes iamos dizendo! Mas será possível que o sr. governador civil deixe aberta uma associação que transgride o seu estatuto e não observa as leis do reino? Não acreditamos. Se tal acontecesse, podiam dizer ao sr. ministro do reino; – O seu delegado no districto de Braga é republicano, porque protege os inimigos do rei e da monarchia. A auctoridade do districto há-de comprehender que, conservando-se indifferente, serão enormes as suas responsabilidades.* (O Ateneu Commercial. *Jornal de Noticias*, ano VI, nº 60 (11/03/1893).

Registe-se que à época (1893), o presidente do Ateneu Comercial de Braga é uma figura que milita no Partido Progressista ou estará próximo deste partido. Com efeito, António D'Araujo Oliveira, o presidente do Ateneu ao ano de 1893, virá a ser candidato efectivo pelos progressistas à Câmara Municipal nas eleições de Dezembro de 1895, enquanto que António Teixeira Vidal, que será também candidato substituto pelo Partido Progressista nestas mesmas eleições municipais, é o 2º secretário dos corpos gerentes do mesmo Ateneu Comercial no ano de 1893. Em Braga, como no país afinal, os progressistas estarão algo mais próximos ou serão mais tolerantes para com a propaganda republicana. Este factos, parecem já denunciar em Braga uma realidade que a República irá constatar, um pouco por todo o país: será sobretudo do Partido Progressista que sairão algumas figuras monárquicas, que, recicladas, se irão acolher no Partido Republicano, depois de instalada a República. Registe-se ainda que na gerência do Ateneu Comercial eleita para o ano de 1895 encontraremos como secretários Alvaro Ferreira Pipa e Bento d'Oliveira, duas figuras que virão a assumir algum destaque na vida partidária republicana após Outubro de 1910. Por último, retenha-se ainda que, já nos inícos do século XX, o bem conhecido republicano Luiz Augusto Simões d'Almeida aparecerá nos corpos dirigentes do Ateneu (como vice-presidente da Assembleia Geral logo em 1901, e depois como presidente da mesma em 1907, para chegar a presidente da direcção no dealbar da República (encontrámo-lo nessa posição no ano de 1912). A militância republicana de Simões d'Almeida haveria de contribuir, decerto, para tornar, entretanto, esta estrutura mais permeável ao republicanismo bracarense.

▪ A figura de Luiz Augusto Simões d'Almeida

Ao longo das páginas seguintes, deparar-nos-emos com referências repetidas a diversas figuras destacadas do republicanismo bracarense, sendo que algumas se alcandorarão a lugares cimeiros da política nacional. Ainda que só tenha sido guindado a um plano mais destacado na política nacional para finais da 1ª República, Luiz A. Simões d'Almeida assume no contexto bracarense, desde os inícios da década de 1890 (o limite inferior desta trabalho), um protagonismo que deve aqui ser enfatizado. A imprensa republicana da cidade, e não só, reconhecerá este mesmo facto através de reincidentes referências à sua pessoa – aquando da passagem de efemérides republicanas ou por ocasião da passagem do seu aniversário natalício, por exemplo – à medida que os anos passam e a sua figura se singulariza como um decano do republicanismo local.

Luiz Augusto Simões d'Almeida

(foto publicada no *Correio do Minho* nº 778, de 16/01/1929)

Simões d'Almeida aquando da revolução republicana de 31 de Janeiro de 1891 na cidade do Porto surge como um dos detidos na cidade de Braga, por suspeitas de envolvimento na conspiração. Pontificará, posteriormente, sempre na vanguarda de quase todas as iniciativas republicanas que emergirão na cidade durante os subsequentes

anos da Monarquia. Instalada a República, cioso do seu republicanismo, mostrar-se-á avesso à apressada reciclagem dos "adesivos" saídos da política monárquica. Destacar-se-á sobretudo no plano local: ocupará posições dirigentes nas estruturas bracarenses do PRP, será vice-presidente da Câmara Municipal e administrador do concelho de Braga. Nos âmbitos local e regional, a valia da sua figura sai reconhecida quando fazem dele o patrono de alguns centros ou de outras organizações republicanas, rivalizando assim, no plano da glória ou da fama, com outros nomes, como Manoel Monteiro[205]. Para finais da República, o Partido Republicano, reconhecendo naturalmente a dedicação, a estreme militância que exibe, acaba por guindá-lo a posições com maior relevo: em 19 de Janeiro de 1922 será eleito para o Senado da República pelo círculo de Braga, depois de ter falhado a eleição realizada em Julho do ano anterior; nas eleições seguintes para este órgão da República, realizadas a 8 de Novembro de 1925, será novamente eleito através do círculo de Braga; no congresso do PRP realizado em Abril de 1924 na cidade do Porto ficará como membro suplente do Directório[206]. Depois da revolução de 28 de Maio, Simões d'Almeida assumirá também, por mais do que uma vez, lugar de destaque em iniciativas republicanas diversas que vão sendo toleradas pela Ditadura (efemérides do 5 de Outubro, conferências de republicanos na cidade ou outras), ostentando desinibidamente o seu imorredouro republicanismo.

Na República, os protagonistas nacionais saídos de Braga serão homens como Manoel Monteiro ou Domingos Pereira, aos quais os títulos académicos e a origem social talvez confiram um enquadramento mais fácil em posições de destaque no Partido Republicano. Simões d'Almeida que não possuía formação universitária (nunca detectámos tal referência nas múltiplas notícias ou relatos em que aparece citado na imprensa) afirmou-se, contudo, como o intrépido e omnipresente republicano do

---

[205] Sob o título "Centro Republicano Simões d'Almeida", o *Noticias do Norte* na sua edição de 9 de Fevereiro de 1913 (Ano VI, nº 550 p. 3, rubrica "Coisas da Terra") revelava: *Os vultos mais importantes do Partido Republicano em Braga, acompanhados do denodado democrata e revolucionário do 31 de janeiro, nosso prezado amigo snr. Simões d'Almeida, vão hoje assistir á inauguração d'este novo Centro situado na freguezia de S. Paio de Merelim.* Na cidade do Porto, conforme referiremos à frente (ver rubrica "5.6 A disputa do novo poder Republicano – Os partidos e protagonistas republicanos") Simões d'Almeida emprestava o seu nome a um centro republicano já em 1911.

[206] O *Jornal do Norte* na edição de 1 de Maio de 1924 através da notícia "Simões de Almeida" (ano I, nº 1, p.1) informa: *Encontra-se quasi restabelecido da doença que o acometeu o nosso presado amigo, velho e intemerato republicano, sr. Simões de Almeida, ilustre senador da Republica, o qual acaba tambem de receber a alta e merecida distinção de ser eleito para o Directorio do PRP. Por tais motivos endereçamos as mais sinceras felicitações.* Nesta mesma edição, através da notícia "Os novos dirigentes do Partido Republicano Portuguez", este jornal revelava a composição da direcção do PRP eleita neste congresso, aparecendo Simões d'Almeida como suplente do novo Directório do Partido.

universo bracarense[207], como teremos oportunidade de confirmar, amiúde, ao longo deste trabalho.

▪ A acção política. Outros protagonistas republicanos.

Em 1879, escassos três anos após a data correntemente apontada para a fundação do PRP[208], encontramos o registo das primeiras tentativas de criação de um centro republicano na cidade de Braga. Através de uma carta que lhe envia no final de Março desse ano, Francisco Maria de Souza Brandão procura persuadir o poeta bracarense João Penha a protagonizar a criação de um centro republicano na cidade:

> Ill.mo e Ex.mo Sr.
>
> Demorei mais a minha chegada a Lisboa do que previa, mas assim mesmo comuniquei já aos membros mais eminentes do nosso partido o lisongeiro acolhimento que V. Ex.ª fez à minha proposta em nome do Centro Republicano de Lisboa, de cooperar com ele e de se esforçar por constituir um Centro em Braga.
>
> Por enquanto não quisemos dar um grande vulto a esta notícia, por não ter ainda começo de realização, mas todos se aplaudem ante a ideia de formar-se um Centro em Braga e ter por seu promotor um tão prestante cidadão, o sr. Penha.
>
> O nosso directório em breve vai escrever a V. Ex.ª a mostrar-lhe os sentimentos que o animam a respeito deste tão importante acontecimento. E a mim compete-me por enquanto pôr-me às suas ordens como

---

[207] Na nossa pesquisa encontrámos referência a Simões d'Almeida como comerciante na cidade (designadamente com uma loja de ferragens e afins e também com uma loja de cristais). Mais tarde tornar-se-á tesoureiro na Caixa Geral de Depósitos (é essa a referência profissional no registo da sua tomada de posse como senador, no Congresso de Lisboa, em 2 de Março de 1922). Na política local, foi membro da Câmara Municipal e dirigente republicano. Terá uma longa vida, entrando ainda pelos anos 50 do século XX, segundo recorda o Dr. José Sampaio (advogado, em Braga, ainda no activo), que com ele chegou a privar episodicamente, segundo recorda.

[208] Em 2 Abril de 1876, instala-se em Lisboa (na rua da Rosa, nº 105) o Centro Republicano Democrático que, nesse dia elegerá o auto-proclamado Directório do Partido Republicano Português. Esta data é correntemente apontada como marcando a fundação do Partido Republicano Português. Divergindo desta interpretação, Fernando Catroga, por exemplo, agregando os dados fornecidos por diversos testemunhos de republicanos da época e evocando as divergências que continuarão a manifestar-se entre diversos clubes e centros republicanos, opina que dificilmente se pode sustentar esta data como fundadora do PRP. Catroga sustenta que foi de uma reunião realizada entre 18 e 21 de Agosto de 1883 no Clube Henriques Nogueira, em Lisboa – na qual se fizeram representar os diferentes centros republicanos de Lisboa e da província e ainda a imprensa republicana do país – que saiu a escolha de um Directório do Partido Republicano que consubstanciaria de forma mais clara a unidade dos republicanos portugueses (ver Catroga, ob. cit., pp 22-42).

De V. Exª

Amigo m.to afeiçoado
e correlegionário

Lisboa r. do Alecrim, 11- 3º, 30 de Março de 1879.

Francisco Maria de S.Za Brandão[209]

Será preciso esperar, porém, cerca de uma dúzia de anos até que se materialize a criação de um centro republicano em Braga. Em Março de 1891, ainda na ressaca da revolta de 31 de Janeiro no Porto, como já referimos atrás, o encerramento do *Club Republicano* [210]na cidade de Braga – enquadrado na repressão, entretanto encetada pelas autoridades, à contestação que persistia contra as cedências do governo às imposições inglesas conectadas com o *ultimatum* – prova já a existência de alguma vitalidade entre os republicanos bracarenses. Mas será pelo final deste ano de 1891, ou nos inícios de 1892, que será constituído o primeiro centro republicano em Braga, conforme colhemos de uma revelação do *Notícias do Norte,* vertida, muitos anos mais tarde, na edição comemorativa do terceiro aniversário da proclamação da República. Com efeito, na edição de 5 de Outubro de 1913, este semanário republicano bracarense escrevia:

> Ha quasi 22 anos!
>
> Um grupo d'individuos, com os olhos cravados na politica do seu paiz e na intenção patriótica de collaborar, na medida dos seus desejos e das suas forças, para o rejuvenescimento da Patria, iniciou um centro republicano no predio número 1, á rua da Boa Vista.
>
> D'essa pleiade de leaes e sinceros democratas, três dos mais enthusiastas, dos mais ardentes, dos mais enérgicos, eram, positivamente, Antonio Lino da Cunha Sotto Maior, há dous dias arremessado para as sombras do sepulchro; dr. Taveira Catalão da Motta Pimentel, a quem o pernicioso clima da India enervou o arcabouço mas não conseguio enfraquecer-lhe as ideias; e Luis Augusto Simões d'Almeida, velha e prestimosa atalaia, sempre alerta, sempre na brecha, sem jamais afrouxar, sem jamais

[209] Arquivo Distrital de Braga, manuscrito 560, nº 19 (correspondência de João Penha).
[210] A intimação para o encerramento deste *Club Republicano* terá ocorrido a 1 de Março de 1891, refere o jornal bracarense *Cruz e Espada* (rubrica "Notas Diversas", na edição nº 474, de 7/03/1891, p. 2). Esta ocorrência é também mencionada pelo *Comercio do Minho* (notícia "Club Republicano" na edição nº 2682, de 5/03/1891, p. 2).

enfraquecer, embora muitas vezes profundamente ferido nos seus interesses e amargamente melindrado na sua dignidade,

Já lá vão quasi 22 annos!

Dos noventa e tantos indivíduos então inscriptos, apenas aqueles três nomes sympathicos á imaginação nos acodem, precisamente porque representam uma convicção que não vacila, incapas d'um acto, d'um movimento, d'uma tentativa contra a indespensavel harmonia entre a família republicana, embora d'esses procedimentos podessem advir-lhes proventos ou benesses.

Já decorreram quasi 22 e dous annos!

Como o tempo desaparece tão velozmente, tão tristemente![211]

Reflectindo estas movimentações, o Manifesto e Programa do Partido Republicano apresentado no Verão de 1892, para sustentar a participação deste partido nas eleições que ocorrerão alguns meses depois, recolhe também a assinatura de diversas figuras da burguesia bracarense[212]. Ainda neste mesmo ano de 1892 detectamos que a *Comissão Executiva* do Partido Republicano na cidade de Braga, é integrada, designadamente, pelas personagens Antonio Ulysses dos Santos Braga, Manoel Borges Grainha e

[211] Um centro republicano. *Noticias do Norte*. Braga. Ano VI, nº 584 (5/10/1913), p.2. Relembremos, conforme revelamos atrás, que em Março de 1893 o correspondente do *Jornal de Notícias* em Braga, exprobando a utilização do Ateneu Comercial bracarense para iniciativas políticas conotadas com o republicanismo, revelava que os republicanos não disporiam de um centro partidário na cidade. Podemos, pois, reter, numa primeira análise, a efemeridade deste primeiro Centro Republicano bracarense. Porém, este centro republicano evocado no *Noticias do Norte*, cerca de vinte anos após a sua criação, poderá não ser mais do que *o Cub Republicano* que existia na cidade de Braga ao tempo da revolução de 31 de Janeiro de 1891 e que acabaria encerrado pelas autoridades em Março seguinte, no contexto da repressão imposta na sequência do fracasso da revolta republicana portuense. Neste caso, o autor deste artigo do *Notícias do Norte* estaria ligeiramente equivocado na cronologia, referindo estar iminente a passagem do 22º aniversário sobre a criação do primeiro centro republicano de Braga quando afinal se aproximava o 23º aniversário sobre a criação do mesmo, o qual, assim, teria surgido na viragem dos anos 1890/91. Porém, dada a repetida insistência ao longo deste texto, publicado no *Noticias do Norte,* de que se avizinha a passagem do 22º aniversário da criação do primeiro centro republicano de Braga, poderemos admitir que tal equívoco não se verificá. O centro republicano aqui evocado no *Noticias do Norte* pode tratar-se, efectivamente, de um novo Centro Republicano, entretanto criado (entre finais de 1891 e inícios de 1892) na cidade para substituir o Club Republicano antes encerrado. Fica claro que nos sobram ainda algumas dúvidas, as quais a procura exaustiva das fontes disponíveis da época – sobretudo na imprensa – não nos permitiu ultrapassar. Certo será, todavia, que no início dos anos 90 do século XIX os republicanos de Braga já dão claros sinais de vida, criando uma estrutura agregadora e representativa dos mesmos na cidade.

[212] Sob o título "Manifesto do partido republicano" o jornal *Commercio do Minho* (nº 2882, de 29/06/1892) informa que na cidade de Braga foram signatários deste documento *Antonio Araujo Costa (proprietario), Antonio Ulysses dos Santos Braga (medico), Eduardo Paulino Torres e Almeida (medico), Gaspar Fernando de Macedo (medico) Joaquim Cecilio Pereira de Sousa (jornalista), José de Araujo Motta Junior (proprietario), José Augusto Taveira Catalão Pimentel (proprietario), José Guilherme Pereira Barreiros (bacharel em direito) e Luiz Augusto Simões D'Almeida.*

Francisco de Magalhães[213]. Volvidos alguns anos, encontraremos António Araujo Costa, o Dr. Gaspar Fernando de Macedo e o incontornável Luiz Augusto Simões d'Almeida como delegados da Comissão Municipal Republicana de Braga ao congresso do PRP que se realiza no segundo semestre do ano de 1897[214].

Joaquim Pereira Caldas

Candidato do PRP em Braga nas eleições parlamentares de 25 de Novembro de 1900 (foto publicada pelo *Correio do Minho* de 19 de Setembro de 1928, na passagem dos 25 anos sobre a sua morte).

Nas eleições para as Cortes realizadas a 25 de Novembro de 1900, os republicanos apresentam Joaquim da Silva Pereira Caldas[215], professor do liceu da cidade, como candidato pelo círculo de Braga.

---

[213] Declaração. *A Correspondencia do Norte,* nº 1218, 19/11/1892, p. 3. Nesta "declaração" os signatários escrevem: *A Commissão Executiva do partido republicano d'esta cidade declara terminantemente e cathegoricamente, que não tem responsabilidade alguma no que se escreve na correspondencia diária de Braga para a "Voz Publica" nem tão pouco no que se publica na "Patria" de Braga, que se diz órgão democratico, sendo uma e outra publicação de exclusiva responsabilidade e criterio dos individuos que as escrevem.- Braga, 18 de Novembro de 1892: António Ulisses S. Braga; Manoel Borges Grainha e Francisco de Magalhães.*

[214] Congresso republicano. *Commercio Minho*. Braga. Nº 3645 (31/7/1897), p. 2**.**

[215] *O Progressista* na edição de 27 Novembro 1900 (nº 801) refere no artigo "eleição de deputado" (p. 3) que Pereira Caldas, o candidato dos republicanos nestas eleições em Braga, obteve 143 votos. Pereira Caldas tinha então 81 anos de idade. O *Correio do Minho* de 19 de Setembro de 1928 (nº 677), no artigo"Há um quarto de século que morreu o celebrado professor Dr. Pereira Caladas", evoca na primeira página o 25º aniversário da sua morte, tecendo rasgados elogios à sua figura e destacando o seu perfil de liberal que

A comemoração de datas e episódios marcantes da luta republicana também mobiliza os republicanos bracarenses. Assim, no 31 de Janeiro de 1904 a Comissão Municipal do Partido Republicano de Braga, na companhia de simpatizantes diversos (estudantes do Liceu, operários e representantes das associações dos alfaiates e dos chapeleiros) dirige-se ao cemitério da cidade para prestar homenagem aos republicanos já falecidos. Perante as sepulturas de Ulysses Braga, Heitor Sampaio e do Dr. Pereira Caldas, discursam Luiz Augusto Simões d'Almeida, Manoel Motta, Manoel de Oliveira e o padre Manoel Guimarães, evocando naturalmente o valor e as virtudes dos homenageados. Braulio Caldas (decerto um familiar próximo do falecido Pereira Caldas, conforme denuncia o seu apelido) agradeceu a homenagem e recitou um poema. Tudo se processou sob o olhar atento e próximo de uma força da polícia[216].

Em 25 de Março desse ano de 1904, ocorre no Teatro de S. Geraldo um comício de protesto, apoiado e incendiado pelas associações dos comerciantes da cidade, contra o aumento de impostos que o ministro da Fazenda quer implementar. Os republicanos, que contam também com alguns comerciantes no seu seio, como vimos, não deixam escapar a oportunidade para desgastar o governo perante o patronato local e perante os eleitores em geral. O líder do PRP, Afonso Costa, vem a Braga dar maior dimensão e visibilidade ao protesto: enfatizará a injustiça das medidas adoptadas e vincará que não será com um novo governo monárquico que se eliminará a dissipação dos dinheiros públicos, criminosamente desbaratados pelos sucessivos executivos no suporte do luxo da família real; insistirá que só um governo republicano poderá definir uma justa aplicação dos impostos dos portugueses[217].

Já na governação de João Franco, a 16 de Dezembro de 1906, emparceirando com idênticas iniciativas ocorridas em várias localidades do país nesse mesmo dia, realiza-se

---

lutara na revolta da Maria da Fonte. Nada evoca porém, do seu republicanismo, quando a censura apertaria já a exaltação desses factos. Era natural de Vizela, segundo informava *O Progressista* na sua edição de 28 de Janeiro de 1898 (nº 523, artigo "Dr. Pereira Caldas"), relatando uma homenagem de que fora alvo: *Passou ante-hontem o 80º anniversario natalicio do nosso distincto amigo e illustrado professor decano do nosso lyceu, snr. dr. José Joaquim Pereira Caldas. Comemorando este anniversario, a Camara Municipal de Guimarães perpetuou-lhe o nome n'uma rua de Vizella, terra da sua naturalidade (...).*

[216] Manifestação Republicana. *Commercio do Minho*. Braga. Nº 4620 (2/02/1904), p.2.

[217] O *Commercio do Minho,* de 29 de Março de 1904, relata nestes termos a intervenção de Afonso Costa: *Chamou aos membros do governo criminosos relapsos incorrigiveis, que só pretendem dinheiro, muito dinheiro para que continúe e se prolongue tal estado de coisas, e para que continue a existir a politica crapulosa do regimen, essa lama, de maneira a poder satisfazer todos os desejos formulados do lado dos paços reaes. E neste diapasão continuou o orador, até que dizendo ser republicano, acrescentou não crêr que possa salvar-se o país sem a destruição do regimen que o avilta e deshonra. N'esta altura, alguns indivíduos disseram –"Não apoiado." A maioria ou a quasi totalidade da assembeia applaudiu com enthusiasmo o snr. Affonso Costa ouvindo-se invectivas e gritos contra os que manifestaram desagrado. (...)*

em Braga um comício de protesto, contra expulsão das Cortes dos deputados republicanos Afonso Costa e Alexandre Braga ocorrida no mês anterior, no qual intervêm como oradores, além do próprio Alexandre Braga, os republicanos locais Manoel Monteiro[218], Eduardo d'Abreu[219], João Freitas[220], Souza Fernandes e Simões d'Almeida, cabendo a este último, em nome da comissão municipal republicana de Braga, o acto de abertura.

No ano seguinnte, em 1907, surge na Praça Municipal da cidade, vulgo "Campo dos Touros", um novo centro republicano, patenteando a crescente dinâmica dos republicanos locais[221]. Para deixarmos a referência a outro comício republicano,

---

[218] Manoel Monteiro, que "retornara" recentemente à cidade de Braga – depois de ter estanciado nos últimos anos na cidade de Coimbra para cursar Direito –, ganhava entretanto um protagonismo crescente entre os republicanos locais.

[219] Morre nos começos de 1912. Na edição de 23 de Fevereiro desse ano *A Patria* presta-lhe uma homenagem, ainda que assumidamente "tardia", penitencia-se este jornal bracarense (artigo "Dr. Eduardo Abreu", nº 102, p.1).

[220] Reportando este comício realizado em Braga no "grande salão da rua Cruz de Pedra", *O Mundo*, sob o título "Pela Liberdade e pela República (ano VII, nº 2250, de 17/12/1906, p. 2), revela que terão participado no mesmo 2000 pessoas, as quais aprovaram uma moção de protesto proposta pelo professor, do liceu local, João de Freitas.

[221] O jornal *O Mundo,* na sua edição de 21 de Janeiro de 1907, ao noticiar a eleição da nova comissão municipal republicana de Braga, deixa entender que estará para breve a instalação de um centro republicano na cidade, quando afirma: *Realizou-se hoje na casa que ha de servir de centro republicano, a eleição da nova comissão municipal de Braga* (in rubrica "O Mundo nas províncias", notícia: Braga-comissão Municipal Republicana de Braga. *O Mundo*. Lisboa. Ano VII, nº 2284, p. 3).
Redireccionando-nos para a imprensa local da época pudemos, entretanto, adensar a nossa informação sobre este pormenor relevante da actividade política dos republicanos bracarenses. Percebemos, assim, que este centro republicano vai entrar em funcionamento ao longo do ano de 1907, ainda que a sua inauguração formal só tenha acontecido, provavelmente, já nos primeiros meses de 1908, ou até talvez nem se tenha concretizado. Com efeito, o *Commercio do Minho* de 21 de Novembro de 1907 (edição nº 5186, artigo "Centro republicano", na rubrica "Noticias locaes", p. 3) escreve: *O partido democrático d'esta cidade tencionava inaugurar domingo próximo um centro, vindo fallar por essa ocasião, entre outros, o snr. Conselheiro Bernardino Machado. Em virtude, porém, das resoluções do ultimo conselho de ministros, a que nos referimos nas "Noticias do Paiz*" [em reunião realizada no anterior dia 18 de Novembro o Conselho de Ministros deliberara não consentir "na actual conjuntura reuniões de agitação politica, sob qualquer pretexto", informava nesta rubrica o jornal] *parece que tal inauguração não se poderá realizar.* Dias depois, na edição de 26 de Novembro *o* jornal *Correio do Minho*, o órgão local do Partido Progressista confirmava (ano 6º, nº 578, notícia "adiamento", p. 2) que a inauguração não ocorrera, de facto: *Em consequenca da determinação da dictadura não se inauguraram: sábado, o centro politico que o franquismo tenciona instalar nesta cidade, e no domingo, o centro republicano cuja instalação ha mezes está feita, mas que não foi solemnizada, como há-de sêlo.* Alguns meses depois, na sua edição de 19 de Março o *Commercio do Minho* de 1908, referindo-se ao comíco republicano que haveria de ocorrer nesse dia na cidade de Braga, (notícia "Comicio republicano", edição nº 5234, p. 2), informava: *Se o tempo não permitir que o comicio se realize no local anunciado, ao ar livre* [nas traseiras da rua de Jano]*, terá logar na casa do centro republicano, á praça Municipal, onde em tempo estiveram installadas a Associação Commercial e a Associação Catollica.* Menici Malheiro na sua *Braga Contemporânea* (reedição da Fundação Bracara Augusta. Braga. 2005, p. 98) situa iguamente este centro na Praça Municipal, vulgarmente então conhecida por "Campo de Touros" e atira a sua criação para alguns anos antes de 1908. A memória tê-lo-á traído, porém, pois este centro nasce, efectivamente em 1907, como acabamos profusamente de demonstrar. Menici Malheiro revela ainda (ibidem, pp. 98-99) que foi no cortejo que percorreu as ruas de Braga em 28 de Março de 1910 para homenagear a figura do historiador Alexandre Herculano – que então passou a figura na toponímia da cidade – que o estandarte do Centro Republicano de Braga foi pela primeira vez desfraldado publicamente na cidade, asseverando

retenha-se ainda aquele que se realizou na cidade de Braga a 19 de Março de 1908, nas vésperas de eleições legislativas, contando então, na qualidade de orador destacado, com a presença da prestigiada figura de António José de Almeida[222].

Nestas eleições parlamentares de 5 de Abril de 1908, o Partido Republicano apresenta uma lista de candidatos no círculo eleitoral de Braga. No respeitante ao concelho de Braga, cada um dos candidatos republicanos consegue recolher um total de votos que ultrapassa ligeiramente a centena, com base no apoio de eleitores das assembleias urbanas (Sé, S. João do Souto e S. Victor). Em contraponto, nas assembleias eleitorais estabelecidas nas zonas rurais de Braga os republicanos praticamente não recolhem votos (zero votos nas assembleias de Adaúfe, Palmeira, Penso e Tibães, e um voto na assembleia de Tadim)[223]. No conjunto dos concelhos que integram este círculo eleitoral, além de Braga só em Fafe os republicanos obtêm uma cifra de votos algo visível. Em Barcelos, Guimarães (uma terra de operários, registe-se), Esposende e Celorico de Basto, os republicanos obtêm apenas algumas dezenas de votos, mas em vários concelhos do distrito de Braga (correspondente ao círculo eleitoral) não recolhem mesmo qualquer voto (como sucede em Cabeceiras de Basto, Vieira do Minho e Vila Verde). Em Terras de Bouro, por último, o *score* republicano cinge-se a um voto apenas. A distribuição destes votos, à parte a simpatia especial que algum candidato mereça no eleitorado do seu concelho natal, como sucederá em Famalicão[224], confirma, uma vez mais, as características essencialmente urbanas do voto republicano durante a Monarquia, face a um caciquismo que se exibe opressivo no mundo rural. De todo este cenário, recolhe-se a conclusão óbvia de que os republicanos não elegeram qualquer deputado, no quadro de uma lei eleitoral que não dispunha lugares para as minorias. Numa demonstração de consistência no crescendo da sua actividade, os republicanos apresentam também candidatos à Câmara Municipal de Braga nas eleições realizadas a

---

que foi ele mesmo quem o transportou, a convite de Bento d'Oliveira, ladeado por alguns correligionários. Terá sido de facto assim? Face à relativa profusão da actividades dos republicanos bracarenses, que temos vindo a descrever, afigura-se-nos como excessivamente serôdia esta ousadia republicana local.

[222] O diário republicano *O Mundo* na sua edição de 20 de Março de 1908 (ano VIII, nº 2646, p. 3) traz uma reportagem deste comício, informando que o mesmo foi realizado em Braga *no vasto terreno da rua de Jano, estando repleto de individuos de todas as classes sociaes*. Neste comício intervieram ainda, antes do orador principal, os republicanos locais João de Freitas, Manoel Monteiro, Joaquim de Oliveira e Sousa Fernandes, revela por sua vez o *Commercio do Minho* (notícia "Comicio Republicano", na rubrica "Noticias locaes", inclusa na edição nº 5235, de 21/03/1908).

[223] Veja-se em *Anexos VIII* (1) o mapa com os resultados destas eleições no círculo de Braga (distrito).

[224] Neste concelho, o candidato republicano, Joaquim de Sousa Fernandes, um industrial, beneficia naturalmente, da sua condição de natural da terra (em 1911, virá a ser eleito deputado pelo Círculo de Braga nas eleições constituintes). Veja-se os resultados destas eleições também num quadro no mesmo quadro em *Anexos VIII* (1).

1 de Novembro deste ano de 1908[225]. Uma vez mais, a quase centena de votos alcançados pelos republicanos concentra-se nas freguesias urbanas[226]. O esforço na angariação de prosélitos por parte dos republicanos bracarenses não deixa de criar algum temor acrescido entre alguns monárquicos que se tomam como mais avisados do perigo real que aqueles representam[227].

Relativamente à propaganda republicana exercida nos últimos anos da Monarquia, não podemos ignorar o impacto público protagonizado pelas excursões de republicanos provenientes do Porto que, pela via-férrea, se dirigiam à cidade de Braga para uma confraternização anual que, necessariamente, culminava num animado comício. Boa

---

[225] O *Commercio do Minho* informa a composição da lista republicana apresentada nestas eleições municipais em Braga. Na sua edição de 3 de Novembro, este jornal escreve sobre o assunto: *Decorreu sem interesse a eleição da lista de accôrdo, publicada no anterior número d'este jornal. O partido republicano também apresentou a seguinte lista, que obteve alguma votação:*

Effectivos – João José de Freitas, advogado; Manoel Joaquim Rodrigues Monteiro; advogado; Custódio da Conceição Pinto, médico; Bento d'Oliveira, negociante; José Fernando de Macedo, pharmaceutico; Miguel Ribeiro de Menezes Braga, proprietário; Domingos Gonçalves Palha; industrial; Alberto Lopes Guimarães, proprietário; Henrique José Alves, pharmaceutico.

Substitutos – José Marques da Cunha, proprietario; Justino Cesar da Cruz Barreto, proprietário; José d'Oliveira, negociante; Abel Natividade da Silva, negociante; Bento Alberto Gomes de Sá, negociante; José Ferreira Baudoin, empregado commercial; Abilio Augusto da Silva Corrreia, negociante; Francisco José Lopes, empregado commercial; Annibal Pires, capitalista. – Ver notícia "Eleição Municipal" (rubrica "Noticias Locaes"). *Commercio do Minho*. Braga. Nº 5329 (3/11/1908), p. 3.

[226] Segundo refere o *Correio do Norte*, o órgão dos franquistas em Braga, os republicanos obtiveram 89 votos nestas eleições municipais em Braga, cuja votação foi assim distribuída: Sé (monárquicos, 192 votos; republicanos 30 votos); S. João do Souto (monárquicos 162 votos; republicanos, 31 votos); S. Victor (monárquicos 320 votos; republicanos, 11 votos); Tibães (monárquicos 368 votos; republicanos, 11 votos); Bom Jesus (monárquicos, 250 votos; republicanos, 4 votos); Adaúfe (monárquicos, 320 votos; republicanos, zero votos); Veiga de Penso (monárquicos, 565 votos; republicanso, zero votos); Padim (monárquicos, 278 votos; republicanos, 1 voto); Palmeira (monárquicos, 339 votos; republicanos, zero votos). Total: monárquicos, 2783 votos; republicanos, 89 votos.

[227] No *Correio do Norte*, a desmoblização dos eleitores monárquicos é vista como indesejável e quase portadora de mau agoiro. Esta prosa, é certo, sai num jornal que veicula posições de monárquicos que ostentam ainda algumas marcas do relativo ostracismo a que haviam sido votados na sequência do regicídio. Descontados estas condicionantes, assim mesmo, afigura-se-nos pertinente verter aqui um excerto alargado da "advertência" então lançada neste semanário: *Alem do resultado da votação que daremos no fim, pouco mais temos a dizer, ou melhor não deveríamos dizer mais nada. Entendemos, porém, não deixar passar em silencio e sem o nosso vehemente protesto, a indifferença, quasi o desprezo por estes actos. Não sabemos o que, á hora em que escrevemos, se terá passado nas freguezias ruraes; entre nós* [na cidade], *sinceramente, pesarosos o confessamos, a frequência junto das urnas era verdadeiramente insignificante, – uma vergonha! Por mais que parafuzemos não descobrimos a razão de tal ausencia, de tal abandono, a não ser nas ordens emanadas de quem por dever e posição devia olhar para estas cousas com olhos de vêr. E teem a ousadia de se dizerem monarchicos! Quem assim procede, quem assim foge ao cumprimento de um dever, será tudo quanto quizerem, mas não pode chamar-se monarchico. Também lá fomos, embora fossemos como monarchicos; o abandono, porem, que vimos e observamos, tanto nos contristou e ennojou que retiramos, apenas votamos. E' provável que este nosso modo de pensar, que aliás não é – infelizmente – só nosso, não agrade; mas a verdade é esta e só esta.*

Aprendam, que teem muito que aprender, dos adversários. Estes sim, que trabalharam, aproveitando tudo o que podiam aproveitar, e lá os vimos attentamente fiscalizando o acto eleitoral. Quanto aos adeptos da monarchia foi o que todos puderam ver – uma debandada! – uma vergonha! Alguém, a quem sem rodeios, expuzemos o nosso sentir, deu-nos a entender que a votação nas assembleias ruraes dará margem para tudo. Tal alegação não nos convenceu, nem nos parece seja de molde a convencer quem quer que seja. – Ver artigo "Eleição municipal" (rubrica "Vida Local"). *Correio do Norte*. Braga. Ano I, nº 83 (3/11/1908), p. 2.

parte destes correligionários republicanos que chegavam do Porto era constituída por bracarenses radicados desde há anos naquela cidade e que, pelo Verão, se prestavam a dar um contributo para a difusão do republicanismo na hostil "cidade dos arcebispos". De facto, num ambiente difícil, os incidentes podiam emergir, como sucedeu, por exemplo, aquando da excursão realizada a 8 de Agosto de 1909, presidida por Alfredo de Magalhães. Neste ano, pretendendo minimizar o efeito propagandístico da iniciativa, num claro conluio com o interesse dos partidos monárquicos, o governador civil de Braga (então, o conde de Carcavelos), sob o pretexto de evitar a ocorrência de desordens, impôs severas restrições aos participantes na confraternização republicana, ainda que sem pleno sucesso. Não seria permitido – determinou o governador civil – lançar foguetes, desfraldar bandeiras, bater palmas, gritar vivas ou fazer discursos. O comício republicano ficava pois interditado em termos práticos, mas, assim mesmo, muitos republicanos não deixaram de vir até à capital do Baixo Minho. Antecipando e denunciando o ambiente hostil estabelecido na cidade para a recepção aos republicanos portuenses[228], o jornal *A Verdade,* num misto de dramatismo e obstinação desafiadora, escrevia:

> Rosna-se e affirma-se que no proximo domingo terêmos uma matança formidavel, uma nova e pavorosa Saint-Barthelemy, decisiva como um raio fulminador que d'uma só vez suprimisse todos os republicanos da velha cidade dos arcebispos.
>
> O pretexto há tanto anunciado vem a sêr o facto simples de um grupo de devotados democratas portuenses, constituido para promovêr excursões a varias terras do paiz, – algumas já realisadas com pacifico exito – haver resolvido, no uso de um plenissimo direito que ninguem pode contestar, que uma d'ellas se fizesse a esta cidade, de nobres tradições hospitaleiras. Esta resolução audaciosa e sacrilega não póde ser perdoada e – garante-se – não o será. No rijo ataque ninguem, – excursionistas e quem com elles fôr solidario – deixará de ser temerosamente attingido; mas é sobretudo a nós republicanos de Braga que os golpes mais violentos e as pontarias dos mais certeiros atiradores serão inexoravelmente dirigidos. E porquê? Porque é azada a occasião para destruir d'uma vez para sempre o virus insuportavel da Republica que n'este meio já germinou e tenta medrar e multiplicar-se. E' claro que é preciso cohonestar [enobrecer ou honrar] perante a massa o atentado contra a nossa liberdade. E para isso se diz que a annunciada hecatombe é o meio único de evitar que as egrejas sejam incendiadas e saqueadas como

[228] Esta excursão era organizada pelo Gremio Recreativo Propagandistico da Mocidade Republicana do Porto.

> foi deliberado pelos republicanos bracarenses que, poucos e fracos, mandam para isso vir os seus correligionarios do Porto, com fama já solida de inimigos da religião. Isto proclama-se e n'esse sentido se trabalha aliciando-se já alguns matulos. Os mandões da intolerancia indigena não tem a coragem de vir de frente. Assalariam inconscientes. Ficam detraz dos confessionarios a espreitar o resultado da sua perfidia. Mas ouçam. Não nos fazem recuar as suas ameaças. Dentro dos nossos principios e cheios da serena fé no nosso ideal, sem pormos de parte os sentimentos de tolerancia que são caracteristicos da democracia, queremos singelamente fazer saber que não trepidamos um só instante em obrigar os criminosos provocadores a experimentar a recompensa justa da sua repugnante provocação. E depois, SEJA O QUE FOR[229].

No dia seguinte ao da publicação deste "editorial" n'*A Verdade*, no jornal monárquico *A Pátria*, em jeito de resposta, um artigo assinado por "Um monárquico" deixa entender que os monárquicos bracarenses preparavam, de facto, uma recepção agreste para os visitantes republicanos. Os republicanos bracarenses – *os novatos de hoje*, escreve o articulista – não devem esquecer o que sucedera anos atrás a cerca de dois mil socialistas que então visitaram a cidade: *não esqueçam que foram respeitados emquanto respeitaram; mas quando nem a força armada os pôde conter, o povo soube fazer justiça por suas proprias mãos*[230]. No domingo de 8 de Agosto, nas ruas da cidade de Braga por onde os republicanos haveriam de passar, desafiadores cartazes com inscrições "Viva El-rei D. Manuel!" e "Viva a Familia Real", serviriam também para

---

[229] As Ameaças. *A Verdade*. Braga. Nº 3 (4/08/1909), p.1.

[230] Atente-se, pelo seu interesse, num trecho mais alargado deste artigo, onde se lê: *Os homens, não obstante dizerem-se fôrtes, destemidos, uns heroes, elles ahi vêm gritar por socorro perante a auctoridade, "para reprimir quaesquer abusos dos provocadores e desordeiros contra os nossos correligionarios!" Que farçantes, que hipocritas estes republicanos. Como não puderam realisar o seu comicio, em que viriam dizer toda a casta de asneiras, e não o realisaram, porque temeram que lhes fizessem ainda mais e melhor do que lhes aconteceu em Vizeu, Lousã, etc., promoveram agora esta excursão genuinamente republicana, em que virá gente de variado estofo, gente que, em dias de grande calor, fica apta para tudo, como já por vezes o tem manifestado. (…) Nós é que pediremos o exacto cumprimento da lei e mais nada. Isto é, pedimos á auctoridade que não consinta que estranhos, chamados e dirigidos por meia duzia de republicanos, venham dentro d'uma cidade, cidade essencialmente pacata, ordeira e crente, e profundamente monarchica, venham esses desordeiros (…) ultrajar uma cidade inteira e, ainda por cima, exigir que a auctoridade tudo lhes consinta e não permitta que os monarchicos, desrespeitados, offendidos, nem por sombras se desaffrontem, mas tudo ouçam, tudo soffram, tudo consintam! Isso não; isso nunca! (…) Não chamamos o povo á desordem, mas apenas que se coloque no seu posto, que cumpra o seu dever, com a auctoridade a seu lado. (…) Haja em vista, e não o esqueçam os snrs. Republicanos, os novatos d'hoje o que há annos se deu n'esta cidade, quando visitada por cerca de dois mil socialistas; não esqueçam que foram respeitados emquanto respeitaram; mas quando nem a força armada os pôde conter, o povo soube fazer justiça por suas proprias mãos. E mais n'essa occasião não vinham com intenção de fazer propaganda das suas doutrinas; foi o vinho que os atraiçoou. (…) Podemos asseverar que Braga é crente e monarchica.* (…) (In artigo "Um Monarchico – O Grupelho Republicano de Braga: a proxima excursão", publicado n'.*A Patria*, nº 68, de 5/08/1909, p. 1).

lhes lembrar que os mesmos vinham apregoar o seu ideal numa terra que se assumira fiel a outros credos.

Três dias depois de realizada a excursão republicana, nas páginas d'*A Verdade* atribui-se claramente a responsabilidade maior pelos incidentes ao envolvimento de uma figura do clero local e à cumplicidade manifesta do governador civil, o qual não assumiu devidamente o seu papel de primeiro zelador da ordem e segurança públicas[231]. Descontado algum exagero na prosa, poderemos tomar as denúncias d'*A Verdade* acerca dos desmandos monárquicos como verdadeiras, no essencial, pois nas páginas do jornal monárquico *O Debate* descreve-se igualmente de forma pouco abonatória o comportamento dos monárquicos bracarenses. Com efeito, *O Debate* assevera que *não é demonstrando uma estulta ignorancia, nem propalando boatos idiotas, forjados com o intuito de provocar uma condemnavel agitação, que a Corôa do snr. D. Manuel se firmará na sua augusta fronte, assim como não é por certo apedrejando um comboio que transportava centenares de mulheres e crianças, que Braga terá concorrido para consolidar o trhono de um jovem monarcha bem digno de melhores serviços*[232].

Os ecos desta "heróica jornada republicana" prolongar-se-ão nas páginas d'*A Verdade* nas semanas seguintes, com o seu director, Manoel Couto, a apontar o padre Camilo, prefeito do seminário conciliar da cidade, como o instigador das violências perpetradas pelos monárquicos. Elevando a acidez da prosa, Manoel Couto escreve, entre outros títulos mais inofensivos, artigos como "Desmascarando o camelo" ou "O camelo celebrizado", nos quais atribui ao padre Camilo a responsabilidade pelos desmandos monárquicos[233]. Instado pelo clérigo – naturalmente ofendido – a confirmar se a prosa se lhe dirige, Manoel Couto, destemperado, não se coíbirá de publicar n'*A Verdade,*

---

[231] A Verdade faz a denúncia nos seguintes termos: *Como se explica ainda que provocando a desordem, a todo o momento se conservasse livre e solta durante o dia 8 do corrente essa matulagem que empunhava o rosario e brandia o varapau, sem respeito pela disciplina, pela auctoridade, pela dignidade propria e pelo direito que assiste a cidadãos livres e conscientes? Porque se lhe consentiu toda a casta de factos criminosos sob uma impunidade sem limites? Porque se tolerou que um sacerdote, funccionario dum estabelecimento de educação religiosa sobre que superintende o Estado, se apresentasse em publico armado de bengalão a comandar varredores de feira, a fiscalisar e a dar ordens á força publica? Pela simples razão de o sr. governador civil faltar deslealmente á sua palavra e achar-se mancomunado com essa cafila que á noite lhe retribuiu glorificando a monarchia pelas boccas das sargetas e alfurjas*. (Os factos de domingo. *A Verdade*. Braga. Ano I, nº 4 (11/08/1909), p. 1).

[232] Veja-se um excerto alargado deste artigo ("Façanha Ingloria"), publicado n'*O Debate* de 15 de Agosto de 1909 (nº 21), em *Anexos VIII* (3).

[233] Embora não constitua forçosamente uma ousadia singular, o estilo ácido e irónico da prosa utilizada por Manoel Couto assume alguma relevância e peculiaridade por ser estampado à praça pública numa cidade onde os republicanos não beneficiam de uma ambiência particularmente acolhedora. Afigura-se-nos, assim, algo pertinente, e curioso, reproduzir ainda um excerto alargado da prosa destemida e provocatória que Manoel Couto verte no artigo "O camelo celebrizado", o que fazemos *em Anexos* VIII (4).

saída a 2 e 9 de Dezembro, uma declaração onde assume frontalmente que o "Camelo" a que se referia não era outro senão o padre Camilo[234]. O assunto acabará naturalmente em tribunal, vindo o director d'*A Verdade* a ser severamente condenado: uma multa no valor de 50$000 e mais 50$000 de indemnização para o queixoso. Findo o julgamento, Manoel Couto, o director do periódico, e Justino Cruz, também jornalista e primeiro director do jornal, acompanhados por Campos Lima, o advogado que os defendera, e por um pequeno grupo de notáveis republicanos locais compensarão a amargura da derrota no tribunal com um banquete no Hotel Gomes & Matos, no centro da cidade[235]. No lauto almoço "trocaram-se brindes cheios de calor e enthusiasmo", relata *A Verdade*, que acrescenta: *illuminados pelo fulgor d'uma causa justa, a cuja defeza sacrificariamos a mesma vida (…) sem esmorecimento a nossa alma ainda mesmo quando golpeada por uma sentença pesada, protesta e grita, não sucumbe ou morre. São estas as nossas normas*[236].

Recuando um pouco, e numa análise voltada para o plano nacional, em meados de 1908, no semanário monárquico bracarense *A Patria* alertava-se que a Monarquia portuguesa só se prestigiaria se projectasse a imagem de uma administração dos negócios públicos credível e impoluta, mas verdadeira, lembrando ainda que o regime não estava forçosamente condenado a cair sob a acção violenta e revolucionária dos republicanos, pois estes mesmos se encontravam divididos sob as vias a tomar no assalto ao poder[237]. Sensivelmente um ano depois destes avisos em jeito de presságio

---

[234] Nesta declaração publicada n'*A Verdade* (nas edições nº 20 e 21, de 2 e 9 de Dezembro de 1909, p.1), consta o seguinte: *Eu abaixo assignado, director do periodico republicano"A Verdade" tendo sido notificado pelo padre Camillo José de Sousa, prefeito do seminário conciliar de Braga, para no praso de 3 dias conforme o preceituado no art. 18 da lei de imprensa de 1907, dizer por escrito, se os epithetos constantes da notificação e attribuidos a um individuo designado pelo nome de Camêllo respeitam ao notificante, declaro que todas as referencias feitas ao tal Camêllo se entendem como o padre Camillo José de Sousa, prefeito do Seminario Conciliar de Braga e que d'ellas assumo integral responsabilidade por eu mesmo as ter escrito e mandado publicar*. - Braga, 27 de Novembro de 1909. Manoel Couto.

[235] Neste almoço além dos acusados e do advogado de defesa, **p**articiparam Simões d'Almeida, Bento d'Oliveira, Joaquim d'Oliveira, Manoel Monteiro, Henrique José Alves, Affonso Miranda, Jacintho Fernandes, José Amado, Menici Malheiro, Antonio Barros, Abel Natividade, Alberto Soares, Delfim Alves e o correspondente do jornal *Lucta*.

[236] O julgamento da Verdade. *A Verdade*. Braga. Ano I, nº 35 (18/03/1910), p.2. Retenha-se, a título de curiosidade, embora tal não mereça necessariamente espanto, que neste mesmo artigo se revela que Manoel Couto, na linha do laicismo que prevalecia entre os republicanos, se recusara, no Tribunal, a jurar sobre os Evangelhos, aceitando apenas fazê-lo "sob a sua honra".

[237] Na edição de 26 de Junho de 1908, sob o título "Dobram os sinos a finados?", Vicente Braga, o director d' *A Patria,* escrevia: *Todos sabem que o Partido Republicano, onde não se encontra a verdadeira egualdade de pensar, porque uns querem a revolução(!) e outros a evolução, resolveu promover a mais decidida propaganda das suas ideias pelo paiz (…) O Povo não quer a revolução do Affonso Costa nem a evolução do Bernardino Machado; o povo quer uma administração séria e honrada, porque só ellla nos poderá fazer respeitados aos olhos das demais nações. (…) Não estejam pois a*

avançados pelo director d'*A Patria*, nas páginas d'*A Verdade* sustentava-se já, desinibidamente, a necessidade de os republicanos tomarem o poder no país pela força. No artigo "A salvação" assevera-se que *no actual momento historico, a immediata e inadiavel proclamação da Republica em Portugal, n'este desgraçado paiz de Cristos, Camellos e Peneireiros, velhacos e desqualificados é necessaria e impõe-se como um facto que urge consumar em breve*[238], enquanto que no artigo "Para a revolução", de forma mais impaciente e radical, se proclama que *a propaganda pacifica, o artigo doutrinario e substancioso de poderosa imaginação nascido, perdeu a oportunidade já,* exortando-se, por consequência, o povo *para a revolução porque d'ella deriva a implantação d'um regime novo de moralidade e progresso, que na praça das grandes potencias dará a Portugal ainda a segura cotação a que o paiz tem jus*[239]. Não se ignore que este discurso mais radical veiculado pel'*A Verdade* se filia na opção pela via revolucionária, para a tomada do poder, assumida nesse mesmo ano de 1909 pelo PRP no Congresso realizado em Setúbal (23 a 25 de Abril). De facto, se as tergiversações emanadas do congresso extraordinário do PRP realizado no ano anterior em Coimbra (25 de Abril de 1908) haviam propiciado a aprovação de uma moção que privilegiava no seu enunciado a preferência de uma via legalista para o acesso ao poder – sustentando *que o emprego de meios violentos de transformação, por mais legitimo que se torne moral e socialmente não pode jamais tornar-se um acto oficial, normal, publico e anunciado do Partido Republicano*[240] –, já do congresso de Setúbal sairia um mandato imperativo para o novo Directório, doravante obrigado a *Auxiliar ou Fazer a Revolução*[241]. E fazendo jus à missão aprovada, este Directório do PRP sentenciará num manifesto que dirigirá ao país em Novembro desse ano de 1909 que *as resistências da Monarquia, no seu aspecto puramente politico, já exigiam uma luta sem tréguas,* acrescentando, agora sem equívocos, que *a sua identificação com o clericalismo, que é o inimigo de todo o progresso cientifico e social, impõe á democracia a obrigação de se oppor por todos os meios, ao predominio das forças catholicas reaccionarias*[242].

---

dobrar sinos a finados os inimigos do regimen, que é cedo de mais. Ainda se ouvem os hymnos de gloria entoados por milhares de almas ao subir os degraus do trhono um novo Rei.

[238] A Salvação. *A Verdade*. Braga. Ano I, nº 11 (30/09/1909), p.1.

[239] Para a revolução. *A Verdade*. Braga. Ano I, nº 12 (7/10/1909), p. 1.

[240] Cf. Cartroga, Fernando – O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910. 2ª ed. Lisboa: Editorial Notícias. 2000, p. 93.

[241] SANTOS, Machado dos – *A revolução portuguesa* (relatório). Lisboa: Papelaria e Typographia Liberty. 1911, p. 34 (citação a partir da edição fac-similada inserta in *A Revolução portuguesa 1907/1910*. Lisboa: Assírio e Alvim. 1982, c/ introd. de Joel Serrão).

[242] Declaração do Directorio Republicano. *O Mundo*. Lisboa. Ano X, nº 3245 (13/11/1909), p. 1.

De permeio com a radicalização do discurso entre os republicanos bracarenses – em sintonia com o observado no PRP a nível nacional como acabámos de ver – o Partido Republicano, exibia, entretanto, sinais de consolidação organizativa em Braga. Assim, nas vésperas da proclamação da República, além das comissões republicanas Municipal e Distrital, estavam já formadas comissões republicanas paroquiais nas freguesias de S. Tiago da Cividade, S. Lázaro, Maximinos e S. João do Souto, encontrando-se ainda constituído o grupo da *Juventude Republicana Dr. Manoel Monteiro*[243].

Nas vésperas das últimas eleições parlamentares do regime monárquico, ocorridas em 28 de Agosto de 1910, relembramos, parece ser grande a expectativa que anima os republicanos bracarenses. Manoel Monteiro, numa conferência realizada na cidade cerca de um mês antes da data prevista do acto eleitoral, dramatizando o momento que se vive no país, afirma *que espera que todos os cidadãos votem no próximo dia 28, não como carneiros ou cousas, como são a maioria dos votos da monarchicos, mas como homens perfeitamente conhecedores das suas responsabilidades nesta hora tremenda*[244].

Os candidatos do Partido Republicano ao Parlamento, pelo círculo de Braga, apresentados como patriotas pelo semanário republicano *O Radical*[245], são os seguintes: Dr. António Martins de Souza Lima, médico; Dr. João Caetano de Fonseca Lima, advogado; Dr. José Joaquim d'Oliveira; Joaquim de Souza Fernandes, capitalista e proprietário; Dr. José Summavielle Soares, Advogado; Dr. Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro, advogado. Na edição seguinte, a 1 de Setembro, denotando euforia pelos resultados alcançados pelo Partido Republicano, sobretudo na capital, nas páginas d'*O Radical* escreve-se: *a velha monarchia toca a finados porque a republica está em marcha. Viva a REPUBLICA! Para que viva a PATRIA!* Estas palavras atiradas para a praça pública para fortalecer a combatividade nas hostes dos republicanos acabariam por revelar-se efectivamente proféticas[246], pois cerca de um mês depois a República seria, de facto, proclamada no país. De qualquer modo, no imediato, e não obstante a desvalorização crescente dos republicanos pela via

[243] Informação de Menici Malheiro na sua *Braga Contemporânea* (ob. cit., pp. 103-108).

[244] Propaganda Eleitoral. *O Radical.* Braga. Nº 17 (4/08/1908). Segundo este semanário republicano, Manoel Monteiro efectuou a conferência "perante numerosa assistência".

[245] *O Radical,* na sua edição de 25 de Agosto de 1910 (nº 20), escreve: *Pela Patria! Pela Republica são candidatos pelo circulo de Braga os cidadãos: Dr. António Martins de Souza Lima, medico; Dr. João Caetano de Fonseca Lima, advogado; (…)*

[246] Tratar-se-á porventura de simples coincidência ou os responsáveis d'*O Radical* são conhecedores de alguns detalhes das movimentações revolucionárias que se desenham entre os republicanos?

eleitoral, como já o constatámos, impunha-se não descartar o assalto legal ao poder, impunha-se alardear pela cidade a determinação e a pujança da militância republicana. Corporizando este espírito, escassos dias após o último acto eleitoral da Monarquia, a 11 de Setembro de 1910 uma nova excursão de republicanos portuenses dirigia-se a Braga para propagandear, uma vez mais, a República e reforçar os ânimos dos republicanos locais[247]. A República, através dos seus mensageiros, insinuava-se esforçada e denodadamente numa cidade cujos poderes estabelecidos teimavam em asseverar que era monárquica e temente a Deus.

- A importância da alfabetização das massas na ideologia republicana
- A criação do Centro Escolar Bernardino Machado em Braga

Elevar a civilização e promover a emergência de espíritos livres assume-se desde cedo como um desiderato dos pensadores republicanos portugueses. Era necessário fomentar a instrução das massas, esmagadas por um analfabetismo opressivo, para as permeabilizar mais facilmente à penetração do ideário republicano, pois só a República propiciaria uma sociedade mais justa e democrática. João de Barros, João de Deus, Teixeira de Pascoaes, António Sérgio, Leonardo Coimbra ou Raul Proença são alguns dos pedagogos e pensadores republicanos que, dramatizando o quadro sociocultural observado em Portugal aquando da proclamação da República – com os analfabetos a reunirem, sensivelmente, 65% de homens e 85% de mulheres, relembramos –, defendem a pertinência de um esforço alargado e consistente dos governos nesta área, avançando com as ideias e os programas que devem enformar

[247] Numa pequena referência a esta excursão, através da notícia "Excursão republicana", o *Commercio do Minho,* na edição da terça-feira de 13 de Setembro de 1910 (nº 5596, rubrica "Noticias locaes", p. 2), revela que, conforme o usual, no domingo anterior (11 de Setembro) os republicanos portuenses haviam sido acolhidos pelos seus correligionários de Braga na sua chegada à estação de caminhos-de-ferro da cidade. Depois de uma sessão de boas-vindas no Centro Republicano, ao Campo de Sant'Ana, os republicanos portuenses e bracarenses efectuaram o habitual passeio até ao Bom Jesus, terminando o dia com nova sessão de despedida no centro republicano da cidade. No final desta jornada, já na estação de caminhos-de-ferro de Braga e ignorando decerto as habituais interdições que condicionavam a sua liberdade neste tipo de iniciativas políticas, os republicanos ecoaram os seus sentimentos, acabando, uma vez mais, por confrontar-se com a repressão das autoridades, conforme adianta ainda a mesma edição do *Commercio do Minho*: *(…) Na estação de caminhos de ferro, pouco antes da sahida do comboio de regresso, os portuenses levantaram vivas á republica motivando a intervenção da polícia com a qual houve conflito.* Reportando também esta excursão de propaganda republicana, o semanário *Notícias do Norte* denunciaria igualmente a reincidência da repressão exercida sobre os republicanos de Braga.

uma educação republicana construtora de cidadãos. João de Barros[248] propala ideias que, expressas de outro modo, serviram para Afonso Costa – vimo-lo atrás – recusar o voto aos analfabetos. Era necessário validar e valorizar a República, mas para isso impunha-se primeiro valorizar (e validar) os cidadãos. Para João de Barros *a organização democrática das sociedades modernas impõe, com efeito, um mínimo de educação a todos os indivíduos que a elas pertencem, e que chamados a intervir na vida social e no governo dos respectivos países por motivo dessa mesma organização, nunca o poderão fazer consciente e proficuamente sem a consciência cívica resultante da educação a que têm direito*[249]. Só pela educação as massas populares poderiam conscientemente esquivar-se ao controlo dos caciques ou influentes locais para livremente assumirem o seu destino, entendia João de Barros[250]. À República competia investir seriamente na formatação de um "homem novo", doravante arredado da perniciosa influência da *pedagogia Jesuítica e de oitenta anos de Governos de anarquia constitucional* que lhe haviam incutido a assunção empírica *de que tudo se consegue por amizade, se alcança por corrupção*[251].

Com propósitos assemelhados, mas propugnando ademais pela difusão dos ideais do cooperativismo, que perseguiu duradouramente na senda de Proudhon e Antero de Quental[252], António Sérgio postulava que o ensino devia procurar *fazer cultura de cada espírito, emancipar os indivíduos, servir o progresso social; (...) treinar as inteligências, a fim de as tornar cada vez mais plásticas, universalistas e libertas de limitações, como exige a moderna democracia: (...) familiarizar a juventude com o manejo das realidades, preparando no estudante um produtor moderno cooperador*

---

[248] João de Barros integrou o Governo Provisório estabelecido após a implantação da República, colaborando na reestruturação do ensino primário numa pasta que estava sob a tutela de António José de Almeida (com este ministro colaboravam para o ensino primário ainda João de Deus Ramos e Alves dos Santos; no ensino superior colaboravam figuras como Egas Moniz, Sobral Cid e António Ferrão).

[249] BARROS, João – *A Pedagogia e o Ideal Republicano em João de Barros*. Lisboa: Edições Terra Livre, 1979, p. 23.

[250] Idem, ibidem, p. 24.

[251] Idem, ibidem, p. 50. Retenha-se que no nosso país como em todo o mundo mediterrânico (do qual Portugal participa, exibindo notórias influências geográficas e culturais), o caciquismo, o clientelismo e a corrupção permanecerão profundamente enraizados na mentalidade das populações, por muitas décadas adentro do século XX. Sobre o perfil global do mundo mediterrânico por meados do século XX, pode reter-se vários exemplos referenciados na obra *Honra e Vergonha – valores das sociedades Mediterrânicas*" (coordenação de J. G. Peristany, Lisboa: edição Fundação Calouste Gulbenkian, 1971). Relativamente ao Portugal dos anos sessenta do mesmo século XX podemos fixar-nos na obra *Ricos e Pobres no Alentejo* (da autoria de José Cutileiro, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1977), da qual ressalta a persistência deste quadro mental acima descrito por João de Barros.

[252] Cf. PATRÍCIO, Manuel, *Figuras da Pedagogia Portuguesa Contemporânea I*. Évora: Universidade de Évora. 1984, p 37.

em planos de acção comum[253]. À escola competiria, pois, preparar os futuros cidadãos para a vida prática, mas moldá-los também num perfil conducente a uma sociedade melhor, que Sérgio entrevia como aquela que assentasse na forte afirmação da propriedade e da produção cooperativas.

O patriotismo, que se assumia como uma relevante marca do republicanismo – conforme já o confirmámos atrás mediante referências várias –, está igualmente patente na mensagem dos pedagogos republicanos. Socorrendo-nos ainda de João de Barros, constatamos que o mesmo assume expressamente que este é um eminente papel da escola republicana, pois afirma: *educação republicana significa essencialmente educação patriótica, entendendo por patrióticos todos os sentimentos, actos ou resoluções que sirvam para assegurar e desenvolver as qualidades da raça e as prosperidades do País*[254]. O poeta e contemporâneo Teixeira de Pascoaes, afinando por um diapasão semelhante, sustenta que à pedagogia compete promover a difusão da identidade nacional[255].

A defesa da implementação de uma pedagogia republicana assumidamente não neutral, comprometida com os ideais de um republicanismo patriótico – e retenhamos que não existe, obviamente, em tempo algum, uma educação neutra, podendo apenas existir ou afirmar-se uma educação democrática que induza um maior sentido crítico na população escolar –, é de facto consciente e pragmática do ponto de vista destes pensadores republicanos, pois, como adverte o mesmo João de Barros, s*em educar e sem instruir as novas gerações, dentro dum critério republicano, que seja ao mesmo tempo um critério pedagógico, ninguém poderá garantir o futuro da República e da Pátria*[256]. Urgia, assim, reformar a educação para garantir o porvir da República. As ideias para a educação defendidas por estes vultos da pedagogia republicana recolhiam suporte no *optimismo histórico de fundo*

---

[253] SÉRGIO, António – Sobre Educação Primária e Infantil. 2ª ed. Lisboa: Editorial Inquérito. 1939 (citado por PATRÍCIO, Manuel, *ob. cit.*, p. 37).
[254] BARROS, João, ob. cit., p. 50.
[255] PATRÍCIO, Manuel, ob. cit., pp. 9-12.
[256] Patrício, Manuel, in ob. cit., p. 50. Joaquim Pintassilgo, outro estudioso dos pedagogos republicanos, sustenta que do discurso destes transparece que *acredita-se sinceramente no poder da educação para transformar os indivíduos e as sociedades. E a escola, em particular a escola primária, parece ser o local indicado para operar a regeneração moral e espiritual, formar cidadãos e, assim, consolidar a recém-instaurada república.* E Joaquim Pintassilgo recorda também que o Governo Provisório materializou na letra da lei estas ideias, pois o decreto de 29 de Março de 1911 proclamará que *ao terminar o seu curso obrigatório, o jovem português amará, de um amor consistente e raciocinado, a região onde nasceu, a pátria em que vive, a humanidade a que pertence.* (in PINTASSILGO, Joaquim – *República e Formação de Cidadãos: a Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa.* Faculdade de Letras de Lisboa: Edições Colibri. 1998, p. 61)

iluminista do republicanismo, sustenta F. Catroga[257], o qual opina ainda que a grande transformação cultural por eles almejada, e perseguida na legislação relativa ao ensino adoptada pelos governos republicanos, *visava extirpar as raízes da abulia, do pessimismo e do decadentismo, que, aos seus olhos, caracterizavam a mentalidade colectiva portuguesa*. De facto, na senda de Antero de Quental, estes pensadores da pedagogia republicana[258] atribuem à Igreja uma grande responsabilidade pelo atraso patenteado pelo país – designadamente através do ensino ministrado pelos jesuítas, como acabámos de ilustrar – o que permitirá também compreender melhor a animosidade do regime emergente após Outubro de 1910 para com estas instituições. Nesta breve abordagem referente ao pensamento dos pedagogos republicanos – ainda que omitindo alguns teóricos de comprovado valor, pois pretendemos tão só clarificar e assinalar aqui as linhas fundamentais da doutrina republicana para a educação – não queremos deixar de referir as ideias defendidas por Leonardo Coimbra, para quem *educar é cultivar as liberdades criadoras da cultura nacional-humana*[259]. Ao ensino democrático, competia, assim, formatar cidadãos livres e criadores, capazes de resistir à opressão, fosse ela dimanada do próprio Estado ou da Igreja e da religião[260].

Já no alvor do novo regime republicano, a imprensa bracarense, denunciando a ausência de um verdadeiro espírito de cidadania na região Norte (onde se integra Braga), esmagada por um denso analfabetismo, alinha a sua análise por padrões assemelhados aos que temos vindo a referir e reclama da educação republicana a difusão da verdadeira liberdade que escasseia. Na sua edição de 2 de Dezembro de 1910, o jornal *O Radical* escreve:

---

[257] CATROGA, Fernando – *O Republicanismo em Portugal da formação ao 5 de Outubro de 1910* (2 vols.). Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra.1991, p. 442.

[258] Lembremos que Antero de Quental na célebre conferência "As Causas da Decadência dos Povos Peninsulares", proferida no Casino Lisbonense em 1871, imputava à Igreja, e em particular aos Jesuítas e à Inquisição, uma culpa maior pelo atraso do nosso país à época. Afonso Costa, já o referimos atrás, na obra "A Questão Social", de 1895, atribui igualmente à Igreja uma grande responsabilidade pelas injustiças sociais do tempo, o que explicará a sua animosidade para com a mesma Igreja, quando vem a assumir funções de primeiríssimo plano na 1ª República em Portugal.

[259]COIMBRA, Leonardo – O problema da Educação Nacional. Porto: Marânus, 1926 (citado a partir de PATRÍCIO, Manuel, ob. cit., p. 82).

[260] Retenha-se, porém, que Leonardo Coimbra virá posteriormente a mostra-se mais aberto relativamente ao papel educativo da Igreja Católica. Com efeito, em Dezembro de 1922, já no período final da 1ª República, L. Coimbra propôs no Parlamento a reintrodução do ensino da religião nas escolas, o que será, por então, recusado (Ver PERES, Damião – História de Portugal, ob. cit. suplemento. Porto, 1954, p. 352).

> Cá pelo norte não ha as minimas noções de educação civica e a situação economica do nosso lavrador tral-o inevitavelmente amarrado ao proprietario mais abastado da freguezia que faz d'elle um joguete, uma cousa, um authentico carneiro cegamente obediente à sua voz imperiosa ou á ameaça aterradora d'uma vingança que vae ferir directamente a sua economia domestica.
>
> Ministre-se aquella educação e resolva-se o problema económico, não falando da obra revolucionária já tão brilhantemente iniciada pelo governo provisório, proceda-se depois a eleições.
>
> Isto, porém, só se consegue durante uma larga dictadura, visto a educação, por exemplo, depender em grande parte da instrucção, que não pode por certo ministrar-se d'um momento para o outro.
>
> Seria necessário crear escolas em todas as freguesias, nomear professores competentes e com educação democrática, promulgar leis em que, sob penas rigorosas, se obrigassem os chefes de família a mandar os seus filhos para lá, e finalmente augmentar o ordenado d'esses professores, que é uma vergonha, impondo-lhes ao mesmo tempo a obrigação de fazer cursos nocturnos para adultos os quaes, até um certo limite de edade, deviam ser compellidos a frequental-os[261].

Como que mimetizando estas apreciações, quase uma semana depois, nas páginas do semanário republicano *Patria Nova,* ainda que de um modo menos extremado, H. d'Amorim opina:

> Toda a propaganda republicana deve ter por objecto principal tornar os individuos concientes dos seus direitos como homens e dos seus deveres como cidadãos. As populações do norte, sobretudo as ruraes, nunca tiveram sombra de educação civica.
>
> Votam á patria o amor candido e ingenuo dos seus corações rudes, capazes de luctar esforçadamente contra o estrangeiro que invada Portugal como conquistada [conquista], mas incapaz de resistir ao cacique, ao politico que pede votos, faz favores, livra de soldado e propõe os [aos] supremos interesses da patria aos [os] egoismos pessoaes e aos [os] do bando em que se filiam.
>
> Esse tesouro de amor patrio existente na alma do povo, e que o politico de officio e o cacique não conseguiram corromper, é que nós, os republicanos, precisamos de valorizar, explicando bem, tornando bem claro que agora os interesses da republica são os da patria e que defender o regimen republicano o

[261] Em Defeza da Republica. *O Radical*. Braga. Ano I, nº 28 (2/12/1910), p. 1.

> mesmo é que defender a nação. É preciso convencer essses homens rudes de que ser patriota é não só pegar em armas contra quaesquer inimigos externos que pela força queiram esmagar os nossos direitos, mas ainda não tolerar que com o nosso assentimento se forme, dentro da republica, uma classe de politicos de officio, convencidos de que Portugal é uma roça que póde continuar a ser impunemente explorada.
>
> Por isso, todos os individuos que no regimen transato patentearam habilidades e manhas, explorando, corrompendo, roubando, devem ser arredados de quaesquer cargos, de gerencia de quaesquer negocios que á nação interessem[262].
>
> (…)

Fica pois claro: a República deve educar o povo para seu bem (do povo) mas também, inequivocamente, para assegurar a afirmação do regime republicano em espaços onde o tradicional caciquismo monárquico podia pôr em causa os seus propósitos civilizadores e redentores.

Na cidade de Braga, num paralelismo com o observado noutras urbes do país, surgem também alguns centros republicanos que se propõem conciliar a difusão da instrução elementar com o seu papel, primordial, de promoção do republicanismo. Por regra, o estatuto dos centros republicanos alardeava expressamente esta dupla função, educadora e catequética ou propagandística. Na impossibilidade de exibirmos o estatuto de um dos centros escolares surgido em Braga no advento da República, retenhamos, a título de exemplo, que nos estatutos do Centro Escolar Republicano Dr. Alexandre Braga (de Lisboa), se determina expressamente (no artigo 1º, capítulo I) que ao mesmo cumpre *fazer a maior propaganda possivel dos princípios republicanos e liberais, dentro da sua função instrutiva e educativa* assim como lhe compete igualmente *difundir a máxima instrução pelos seus associados, filhos ou protegidos dos sócios* (capítulo I, artº 1º, § 1º e 2º)[263].

Cerca de seis meses antes da implantação da República nasce na cidade de Braga o Centro Escolar Bernardino Machado, assumindo desideratos idênticos aos que acabámos de observar. No dia 14 de Abril de 1910, na primeira página do

---

[262] Propaganda republicana. *Patria Nova*. Braga. Nº 4 (8/12/1910), p.2

[263] *Estatutos do Centro Escolar Republicano Dr. Alexandre Braga.* Lisboa: Tipografia Élite (s/d). Estes estatutos são aprovados em Assembleia Geral do centro escolar realizada a 17 de Fevereiro de 1933. Como curosidade adicional, refira-se que o Ministério da Instrução, autorizará, com data de 21 de Julho de 1934, a constituição legal deste centro, permitindo então que o mesmo acolha um número não especificado de aluns internos e ainda 100 alunos externos, *para ministrar o curso primário em regime de planos e programas oficiais, destinado a educandos do sexo masculino e feminino* (ver p.1).

recém-fundado semanário *O Radical*, sob o título "convite", anuncia-se a iminente criação de um centro escolar na cidade, promovido pela Comissão Municipal Republicana de Braga, desafiando-se os interessados a comparecerem no dia seguinte para a reunião constitutiva do mesmo[264]. Nesta mesma edição, *O Radical* refere (sob a notícia "Centro Escolar Bernardino Machado", na página 3) que *acaba de instalar-se este novo centro, no mesmo andar do prédio onde ultimamente esteve o "Joanino Clube", ao Campo de Sant'Ana.* Sobre os objectivos subjacentes à criação deste centro escolar em Braga, a mesma nota informativa esclarece que *esta nova instalação obedece às resoluções ultimamente tomadas pelo partido republicano de Braga, afim de melhor poder levar a effeito a abertura das aulas e conferências, conforme foi resolvido e é já do conhecimento público*. O jornal esclarece ainda os leitores que o novo centro escolar funciona no mesmo prédio onde está instalada a administração d'*O Radical*. Uma semana depois, *O Radical* anunciava os corpos gerentes do novo centro[265], adiantando ainda algumas das disciplinas que iriam ser ministradas no espaço onde este estava sediado assim como os professores responsáveis pelas mesmas:

> Effectuou-se no sabbado ultimo, nas salas da nossa redacção, uma reunião do partido republicano de Braga para se organizar definitivamente este centro.
>
> À reunião, que esteve numerosamente composta, presidiu o snr. dr. Joaquim d'Oliveira, secretariado pelos srs. dr. Alberto Feio e Bento d'Oliveira.
>
> A presidencia espoz os fins da reunião, explanando varios assumptos a ella referentes. Depois de ter feito uso da palavra o nosso correligionario dr. Manoel Monteiro procedeu-se em seguida à eleição dos diversos membros que hão-de de occupar os respectivos cargos, cujo resultado foi o seguinte: Assembleia geral – presidente, dr. João José de Freitas; vice-presidente, dr. João d'Amorim, 1º secretario, José Amado; 2º João Marcos Bandas; thesoureiro, Francisco Guimarães. Direcção – presidente, dr. Joaquim d'Oliveira; vice-presidente, dr. Julio Victoria; 1º secretario, Abilio Correia; 2º, F.C.Torres.

---

[264] O texto deste convite é o seguinte: *A commissão municipal republicana d'esta cidade convida os seus correligionários a reunirem amanhã, 15 do corrente, pelas 8 ½ da noite, na redacção de "O Radical", sita no Campo de Sant'Ana-18 afim de se tratar da organização do Centro Escolar Bernardino Machado. Braga, 14-4-1910. O secretário, Justino Cruz.* – in Convite. *O Radical*. Braga. Nº 1 (14/04/1910), p. 1.

[265] A lista dos associados do Centro Bernardino Machado, assim como a caracterização profissional e socioeconómica dos seus dirigentes, de onde saem muitos dos futuros deputados do PRP de Braga, encontra-se em *Anexos XI* (3).

> Directores: Constantino Lopes, Raul Braga, Augusto Lopes, José do Egipto Palha, Alberto Guimarães e José d'Oliveira Machado.
>
> Tratou-se tambem da organização das aulas que vão funcionar no centro, sendo as diversas disciplinas distribuidas do modo seguinte: instrução primaria- Jose Amado. Escripturação commercial, dr. Joaquim d'Oliveira. Francez e Inglez – Joaquim Velloso. Esgrima – Raul Braga.
>
> Alem d'estas aulas, haverá conferencias semanaes, feitas pelos senhores drs. Julio Victoria, João de Freitas, Manoel Monteiro, Alberto Feio, Gaspar Macedo, Francisco Faria e Justino Cruz, etc.
>
> As aulas principiarão a funcionar no dia 1º de Maio e a inscrição continua aberta na sede do centro[266].

O *Noticias do Norte*, outro periódico republicano de Braga, criará em meados de 1911 uma cantina escolar[267], na qual passa a ser fornecida gratuitamente uma refeição diária a cinquenta das crianças mais pobres que frequentem as dez escolas oficiais da cidade (cinco de cada um dos sexos, indicadas pelos professores das respectivas escolas), intentando-se assim seduzi-las, e aos respectivos pais, no interesse pela

---

[266] Centro Eleitoral Bernardino Machado. *O Radical*. Braga. Nº 2 (21/04/1910), p. 3.
Alguns meses mais tarde, *O Radical,* esclarecendo das características e da valia do papel instrutivo deste centro escolar, informava (edição de 9 de Junho de 1910, nº 9, p. 2, na rubrica *Noticiário*, sob o título "Centro Eleitoral Bernardino Machado") que já se tinha iniciado a aula de escrituração comercial, adiantando que os alunos que se *encontram magnificamente impressionados com os resultados, obtidos, graças ao muito saber e competencia do autorizado professor*. A mesma notícia avança que já estavam abertas as inscrições para as disciplinas de Francês, Inglês e Esgrima. O jornal exortava ainda os leitores a inscrever os seus filhos nas aulas disponibilizadas pelo Centro Escolar: *os associados que queiram inscrever os seus filhos podem faze-lo em todos os dias uteis das 8 às dez da noite. Não nos cansamos de enaltecer as vantagens da instrução, razão porque a todos recommendamos a matricula nestas aulas de vantagens palpáveis.*

[267] A inauguração da cantina escolar "Noticias do Norte". *Noticias do Norte*. Braga, nº 464 (15/06/1911), p.1. Denotando o relevo desta inciativa, que servia iguamente a propaganda republicana, a inauguração da cantina efectua-se com alguma pompa no Teatro S. Geraldo, perante muitos presentes, entre os quais se destacavam a figura do governador civil, Manoel Monteiro, que presidiu à cerimónia, e ainda representantes da oficialidade de Braga, da Comissão Administrativa Municipal e de diversas comissões paroquiais. Cerca de meio ano depois, na edição de 31 de Dezembro de 1911, Jacintho Fernandes assinava na primeira página do *Noticias do Norte* um áspero artigo, sob o título "Cantina Escolar "Noticias do Norte": carta aberta ao ilustre governador civil de Braga", no qual se insurgia contra o facto de o Governador Civil, contrariando as promessas deixadas aquando da inauguração da cantina escolar, nunca ter prestado, até então, qualquer auxílio monetário a esta obra assistencial. Volvido pouco mais de um ano sobre a criação desta cantina, em Agosto de 1912 a Comissão Executiva da Câmara Municipal de Braga aprovará a atribuição à mesma de um subsídio anual de 50$00 (notícia "Cantina escolar *Noticias do Norte*: um belo gesto", publicada na 1º página da edição nº 526 do *Notícias do Norte*, publicada a 25 de Agosto de 1912). Para terminar esta longa nota, refira-se que na edição de 21 de Setembro de 1913 (ano VI, nº 582, artigo "Assistencia infantil") o *Noticias do Norte* relembra as dificuldades que marcaram o percurso da meritória iniciativa do jornal, tomada há pouco mais de dois anos, enquanto simultaneamente se regozija pelo facto de o governador civil de Braga de então, João Soares, ter deliberado a criação de mais quatro novas cantinas escolares na cidade para incentivar a difusão do ensino primário entre os mais pobres.

instrução. Numa região, na cidade mas sobretudo no meio rural envolvente, onde o analfabetismo exibia cifras constrangedoras, estas iniciativas republicanas intentavam através da educação, insistimos, propugnar pelo progresso, civilizar, e semear adeptos da República.

3- O caciquismo, o viciamento de resultados eleitorais

A tentativa de condicionamento do voto, o caciquismo, apresenta-se com uma das marcas dos regimes liberais no século XIX. Portugal não surge naturalmente como excepção, observando-se que este fenómeno é mais difundido nos espaços rurais ou nos pequenos centros urbanos. A par de algumas referências já expostas neste trabalho, propomo-nos agora, para o período aqui em análise, acrescentar mais alguns exemplos sobre o condicionamento da liberdade dos cidadãos eleitores na região envolvente a Braga.

As práticas do clientelismo marcarão claramente o período monárquico, mas não deixarão de estender-se também, ainda que porventura com menos vigor, pelo período republicano, conforme poderemos reter de diversos documentos. Relembre-se, desde já e uma vez mais, que a hegemonia manifesta do Partido Democrático na generalidade das eleições ocorridas durante a 1ª República merecerá dos partidos republicanos rivais a acusação reincidente de que aquele tendo-se apropriado da máquina do Estado a colocara indevidamente ao serviço do partido. No atinente à fraude promovida nos actos eleitorais no período posterior à revolução de 28 de Maio de 1926, embora a mesma esteja por demais assinalada, não reteremos exemplos interessantes do fenómeno dado a limite cronológico imposto a este trabalho, fixado nos primórdios do Estado Novo.

Nas edições de 9 e 16 de Março de 1893, *O Regenerador*, o jornal oficial dos regeneradores em Braga, denunciava a manipulação dos resultados eleitorais por parte dos rivais locais do Partido Progressista. Na edição de 16 de Março este jornal clarificava o engenhoso processo utilizado pelos progressistas bracarenses para impedir que muitos adeptos do Partido Regenerador pudessem participar nas eleições:

> Apesar de já nos termos occupado d'este assumpto ainda voltamos a tratal-o, (...)
>
> Os nossos amigos e correligionarios foram proscriptos aos centos dos cadernos dos votantes, depois de ter sido resolvido por toda a commissão que fossem inscriptos.
>
> Tolheu-se o exame do recenseamento aos eleitores fazendo encadernar n'um só livro todos os cadernos por grupos de freguesias, constituindo assemblêa eleitoral, e mandando para a sala da commissão individuos assalariados para fingirem que estavam tirando apontamentos do livro, para evitar que este passasse para as mãos

> dos nossos amigos. Em algumas freguezias a copia do livro só foi affixada no dia 12 á noute, para impedir que os excluidos tivessem tempo de se munirem dos documentos precisos para a reclamação. Foram illegalmente inscriptos individuos que nunca existiram, substituindo-se os nomes dos regeneradores por nomes supostos.
>
> A guerra ao partido regenerador tomou proporções assombrosas.
>
> E difficil imaginar a serie de irregularidades commetidas pela maioria da commissão recenseadora com o fim de perseguir e proscrever os nossos amigos das assemblêas eleitoraes.
>
> Tudo isto é torpe e indigno da cidade de Braga[268].

A tentativa de controlar os resultados eleitorais não se restringia, porém, apenas às eleições para órgãos políticos. A disputa pelos cargos de direcção de instituições diversas, como sejam as confrarias ou outras, acaba muitas vezes dirimida pela acção dos tribunais. Impõe-se relembrar que a intromissão da política partidária na disputa pelo controlo da direcção de instituições religiosas acessíveis aos leigos se torna plausível num meio onde a religião e a Igreja submergem, com particular vigor, a estruturação do pensamento e do comportamento de muitos eleitores. Ao tempo da Monarquia, estas instituições, pelo prestígio e notoriedade pública que arrastam para os seus dirigentes, afiguram-se, àqueles que procuram protagonismo na arena política, como alvos deveras apetecíveis.

É neste contexto que devemos captar as denúncias efectuadas pelo jornal *O Progressista*, entre Julho e Outubro de 1895, acerca das irregularidades detectadas nas eleições para a Mesa do Santuário do Bom Jesus do Monte. Então, os progressistas acusam o governador civil de Braga – justamente o visconde da Torre, um "renegado" do Partido Progressista que recentemente se transferira para as hostes regeneradoras, relembramos – de ter diligenciado a intervenção da polícia para demover alguns eleitores de colocarem o seu voto numa mesa eleitoral colocada no edifício da Ordem Terceira, na cidade, ao mesmo tempo que publicitava uma nova mesa eleitoral, a funcionar no Teatro S. Geraldo, alegadamente controlada pelos regeneradores. Inconformados, os progressistas impugnaram os resultados eleitorais até ao Supremo Tribunal, acabando mesmo por sagrar-se vencedores num novo sufrágio para a direcção

[268] O recenseamento eleitoral em Braga. *O Regenerador*. Braga. Nº 679 (16/03/1893), p.1.

daquela organização religiosa, realizado em Outubro[269] desse ano de 1895. Decerto não por mero despeito, a disputa pelo controlo da "mesa" desta importante irmandade prolongar-se-á por mais alguns anos. Com efeito, a 19 de Novembro de 1900, tendo retomado o cargo de governador civil do distrito, o visconde da Torre acabará por dissolver a "mesa" desta Confraria do Bom Jesus do Monte, apoiado no relatório de uma sindicância entretanto efectuada[270]. E agora os regeneradores sairão mesmo vencedores das novas eleições que entretanto viriam a ser realizadas, passando, pois, a controlar a "mesa" desta prestigiada irmandade. Os progressistas, uma vez mais, não deixarão de reclamar perante as mais altas instâncias da Justiça, mas em Abril de 1901 uma sentença do Supremo Tribunal Administrativo considerará improcedente o protesto[271].

A eleição de um deputado por Braga ao Parlamento no ano de 1897 será igualmente enredada em disputas que desaguarão uma vez mais na jurisdição dos tribunais, por entre recíprocas acusações dos regeneradores e progressistas locais, centradas na adulteração dos cadernos eleitorais e na limitação dos direitos dos eleitores. Do encaminhamento da questão para os tribunais, pelos regeneradores, resultou a anulação do primeiro acto eleitoral, realizado a dois de Maio (antes destas eleições, Jacinto Cândido, o candidato dos regeneradores, havia já retirado a sua candidatura, em sinal de protesto contra as invocadas artimanhas progressistas). Uma primeira repetição deste acto eleitoral, a 27 de Julho seguinte, redundará em nova anulação, após recorrentes protestos. À terceira, porém, será de vez: António Cabral Paes do Amaral, o candidato progressista, acabará por ver validada a sua eleição a 12 de Setembro, agora contra o

---

[269] A descrição destes factos então ocorridos, é suportada pelos relatos de *O Progressista* nas seguintes edições: 258, de 11/06/1895; 2º suplemento do mesmo nº 258; nº 261, de 28/06/1895; suplemento ao nº 265, de 12/07/1895; suplemento ao nº 277, de 27/08/1895 e nº 295, de 29/10/1895 (esta edição revela que a lista dos progressistas saiu vencedora do acto eleitoral repetido em Outubro, com uma margem de 311 votos).

[270] A *Correspondencia do Norte*, numa edição não numerada de finais Novembro de 1900 integralmente subordinada a este assunto, sob o título "A dissolução da meza da Confraria do real Santuario do Bom Jesus do Monte" publica o relatório que serviu de base à destituição da Meza desta confraria, assim como o teor da deliberação do governador civil (o visconde da Torre, que recentemente retomara o cargo de governador civil do distrito, na sequência da assunção do governo central pelo Partido Regenerador, empresta à lista dos regeneradores o peso da sua influência, a qual, podemos aceitar, não terá sido despicienda para este desfecho, segundo as persistentes reclamações levantadas pelos progressistas bracarenses).

[271] O artigo "A eleição da Meza do Bom Jesus", publicado n'*A Correspondencia do Norte*" de 20/04/1901 (nº 2034, p.1), revela a validação da vitória regeneradora, na nova eleição para a mesa desta confraria, pelo Supremo Tribunal administrativo.

visconde da Torre, que passara a ser o candidato dos regeneradores nos segundo e terceiro actos eleitorais.

Não obstante a aparente animosidade resultante dos episódios atrás referenciados, um melhor entendimento entre os partidos do rotativismo não se mostrou inatingível, como já esclarecemos atrás. Com efeito, em Braga, como no resto do país, estabeleceram-se por diversas vezes acordos políticos – tácitos, por regra, e com a sanção das cúpulas partidárias – entre regeneradores e progressistas ou ainda entre estes e outras forças partidárias. No *Commercio do Minho* de 17 de Abril de 1894, o acordo pré-estabelecido entre progressistas e regeneradores, para o concurso às eleições em Braga e em V. N. de Famalicão, é revelado aos leitores, com algum desdém, mediante as seguintes palavras:

> Devido a um accordo celebrado entre os influentes dos dois partidos que se teem revesado no poder, correu o mais socegadamente que podia desejar-se o acto eleitoral no circulo de Braga e Famalicão. As mezas das assembléas, na cidade constituiram-se pró fórma, porém não houve votação na maior parte d'ellas.
>
> Finalmente, a eleição fez-se por accordo entre os influentes, que distribuiram em bôa paz pelos candidatos o numero de votos que lhes approuve.
>
> O povo parece que não ficou muito satisfeito com este accordo, porque esperava apanhar a sua barrigada de carneiro com batatas. Os influentes politicos, porém, esses esfregavam as mãos de contentes, por se terem poupado, d'um modo tão comesinho, a encommodos, despezas e comprommissos.
>
> (...)
>
> Imagine-se, a não ser o bello do accordo, o que sucederia domingo! A chuva era a potes; a lama escorregava que parecia sêbo; o vento era do tal que faz danar os cães. E por um dia d'estes, lá tinha o pobre galopim de andar na correria do costume, pede aqui, bate acolá, prommetendo a este livrar-lhe o filho de soldado, áquelle um caminho para o eido, áquell'outro a aprovação das contas do Santissimo, distribuindo a todos molétes de dez réis, malgas de vinho e mancheias de figos...

Em contraponto a tão amistoso entendimento, podemos ainda referenciar um episódio levado ao Parlamento pelo incontornável visconde da Torre, aquando de umas eleições realizadas no início de 1900. Segundo o *Commercio do Minho* na sua edição de 17 de Fevereiro de 1900[272], este deputado regenerador denunciou nas Cortes o facto de

[272] Ainda a prisão do snr. Visconde da Torre. *Commercio do Minho*. Braga. Nº 4028 (17/02/1900), p. 2 (notícia do *Commercio do Minho* assente numa tranacrição de parte do "boletim parlamentar" do *Diário*

recentemente ter sido detido sob as ordens do administrador concelhio de V. N. de Famalicão, sob a alegação de que estaria a tentar influenciar o curso da votação de uma mesa eleitoral, nesse concelho, cujo funcionamento então observava. O visconde da Torre revelou aos seus pares que protestara contra o abuso de poder do administrador concelhio, dada a sua condição de deputado, mas que, assim mesmo, foi temporariamente encarcerado na Capela do senhor dos Aflitos, onde pudera constatar *então que em baixo era distribuido vinho aos eleitores, dando estes vivas á liberdade, á Carta Constitucional e ao partido progressista.*

Não faltam os registos sobre diversos modos de enviesar a vontade dos eleitores no período do liberalismo. A propósito das eleições municipais e paroquiais de Novembro de 1908, numa nota dirigida aos governadores civis, o governo dirigido por Ferreira do Amaral – um executivo imbuído do espírito de "aclamação", como então se vincava, necessário para a catarse requerida pelo regicídio e pelo termo da governação autoritária de João Franco – revelava, implicitamente, o quão comum seria a abusiva intromissão da máquina burocrática do Estado no livre curso dos actos eleitorais. Nesta nota, escrevia-se:

> Deliberou o governo mandar proceder ás eleições administrativas, para, com este acto complementar, recollocar o pais no gozo pleno das suas regalias contitucionaes. O governo julga que seria uma conquista politica importante que ás eleições administrativas se tirasse toda a intenção de affirmação politica partidária (...)
>
> Nas eleições politicas o governo tem necessariamente de apresentar os seus candidatos; (...)
>
> Quando se trata de eleições administrativas a hypotese é perfeitamente diversa.
>
> Nestas não se pretende definir o credo politico dos eleitores; do que se trata é de escolher para os corpos administrativos as pessoas que na respectiva circunscripção mereçam mais confiança, não para tratar da politica geral do paiz, mas dos interesses e melhoramentos dele, sem que tenha de ter-se em conta a que partido pertençam, (...)
>
> Tendo a legislação dado ás câmaras municipaes interferencia na formação das commissões districtaes, e portanto por uma forma indirecta na nomeação das

---

de Notícias). Retenha-se que esta denúncia do visconde da Torre não permite, naturalmente, concluir que o mesmo tenha, ou não, cometido irregularidades. É bem provável que estejamos perante uma situação em que ambas as partes tenham cometido ilegalidades.

presidencias das mezas das assembléas eleitoraes, talvez d'ahi provenha que a escolha dos gerentes municipaes se faz em regra mais pelo credo da politica partidaria, a que pertencem, do que pelas conveniencias da administração local.

(...)

As gerencias municipaes affirmam-se em regra, em todo o paiz, pela ruina financeira dos concelhos, ruina que em muitos casos, na sua maioria mesmo, não se explica pelos melhoramentos realisados, mas pela necessidade que teem os vereadores de alargarem o effectivo da sua clientela partidaria.

N'esta ordem de ideias fica V. Ex.cia prevenido, e assim o fará comprehender aos administradores do concelho e mais auctoridades locaes suas dependentes, que o governo não tem candidatos á gerencia districtal, municipal ou parochial em districto, concelho ou parochia algum, e que o seu desejo será que a escolha recaia n'aqueles que, sem violencia nem pressões e sem a menor intervenção das auctoridades, conseguirem os votos dos seus conterraneos, e que por isso deem absoluta garantia de que farão administração para o concelho e não para o partido que representam.

Qualquer, porém, que seja o criterio que os elleitores escolham perante a elleição dos corpos administrativos, não devem as auctoridades, que representam o governo, intervir na elleição, senão, e em todas as hypotheses, par manterem a ordem e a liberdade de voto, tudo pela fórma na lei eleictoral prescripta e pela maneira por a qual a mesma lei lhes permite e impõe que o façam.

Fica pois V. Ex.cia inteiramente responsavel e tornará egualmente responsaveis os seu subordinados, pelo exacto cumprimento da abstenção que por este meio se recommenda e que por completo representa, não só a vontade do governo, mas a justa intenção que a dita.[273]

Esta comunicação, em jeito de advertência, dirigida aos governadores civis, clarifica ou deixa transparecer muitos dos vícios, já anteriormente assinalados, que marcavam a política portuguesa do período liberal. Esta nota execra a prática comum de tentar condicionar os resultados eleitorais através do controlo do funcionamento das mesas eleitorais. E relembremos, como atrás citámos, que João Franco, dentro deste mesmo registo, desinibidamente asseverava em 1907, numa entrevista ao jornal francês *Temps,* que quando realizasse eleições haveria de ter a maioria. Esta nota emanada do governo de Ferreira do Amaral verte também uma clara denúncia do despesismo improdutivo

[273] As próximas eleições – nobres declarações e instrucções governamentaes – *Commercio do Minho*. Braga. Nº 5319 (10/10/1908), p.1

dos executivos municipais, pois boa parte dos gastos que efectuavam não se destinavam a obras ou melhoramentos necessários, mas antes serviam para cobrir apetites diversos da clientela eleitoral que os vereadores pretendiam controlar[274].

Ainda em Braga, em meados de Novembro de 1910, o novo jornal republicano *Patria Nova* lembrava os leitores que o caciquismo *de tal forma estava inveterado no defunto regimen, que quasi se tornava uma instituição nacional.* E, tipificando *o modus operandi* do cacique, no mesmo artigo o jornal enfatizava que este *era assim, uma especie de potentado que na sua parvonia dava cartas, impunha os seus votos, ameaçava virar, e assim conseguia que todo o poder central lhe fizesse todos os favores até os mais immoraes.* Agora, instituída a República, impunha-se erguer alto os direitos dos cidadãos, até então ofendidos e espezinhados pela acção vil do cacique – depreendia-se do texto –, o qual *levava os eleitores que por alguma forma lhe estavam dependentes, até á urna, como quem condusia uma vara de suinos.* Os leitores eram ainda, exortados a levantar *uma barreira ao cacique*, enquanto que ao governo se exigia a promoção de uma justiça deveras equitativa para que, desse modo, se consiga *terminar com o velho cacique e evitar a creação do cacique republicano*[275].

Mas, talvez algo inevitavelmente, boa parte destes pecados acabariam por se prolongar adentro do novo regime republicano, conforme se pode aferir da leitura de diversos ofícios dimanados para os governadores civis pelos governos centrais, a partir de Lisboa. Assim, o governo constituído na sequência da rebelião armada que em Maio de 1915 depôs o governo ditatorial de Pimenta de Castro adverte os governadores civis para a necessidade de assumirem uma postura equilibrada e equidistante nas eleições, que entretanto serão realizadas, sob pena de qualquer magistrado ou autoridade administrativa ser demitido pelo então chefe do governo e ministro do Interior. Uma vez

---

[274] Pedro Tavares de Almeida, na obra *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, lembra que Portugal foi até um dos primeiros países, depois de França, a prescrever constitucionalmente o voto secreto e directo. Não obstante a legislação portuguesa relativa a esta problemática impor que os boletins de votos não pudessem ser de papel transparente ou de cor, nem pudessem ostentar qualquer sinal identificativo, tal não impediria, contudo, uma notória prática clientelar e caciqueira. Os boletins, que tinham impresso o nome dos candidatos, eram correntemente distribuídos aos eleitores junto das assembleias de voto pelos caciques locais ou pelos seus mandantes. Afora as grandes áreas urbanas, como Lisboa e Porto, nos demais espaços o reconhecimento pessoal, a troca de favores pelo voto, condicionavam fortemente a liberdade dos eleitores. Só com a chegada da República, numa tentativa de diminuir o caciquismo, se impôs uma dimensão estandardizada para os boletins de voto. Tavares de Almeida considera, porém, que a procura de soluções técnicas para garantir o segredo do voto nunca foi "encarada a sério" em Portugal, para o que terá decerto relevado um contexto ideológico peculiar – e lembra, a propósito, que o republicano Henriques de Nogueira considerava que o voto era "uma sentença de foro íntimo, que todo o cidadão deve ter a coragem de patentear" (ob. cit., pp. 68-70).

[275] Excertos do artigo *"O caciquismo", inserto no jornal bracarense Patria Nova* (nº 1, de 17-11-1910).

mais, pelo vigor das advertências contidas no texto, podemos depreender que seriam então comuns as tentativas por parte das autoridades republicanas, nos planos local e regional, para fragilizar eleitoralmente a actividade legal das oposições. Embora retomando, em boa parte, as recomendações insertas na nota (atrás reproduzida) dirigida aos governadores civis em Outubro de 1908 pelo governo de Ferreira do Amaral, pela ênfase colocada nas advertências desta comunicação de Julho de 1915, afigura-se-nos pertinente atentar nos seus exactos termos:

> O Snr. Presidente do Ministério e Ministro do Interior encarrega-me de comunicar a V. Exª para seu conhecimento e das autoridades suas subordinadas o seguinte:
>
> S. Exª tem como lema adminstrativo que os cidadãos que constituem cada um dos partidos politicos da Republica são por igual seus correligionarios e os que estão fóra d'esses partidos, ainda que contrarios ao regimen, emquanto respeitarem as leis, são seus concidadãos e como taes todos teem o indeclinavel direito á proteção do Governo da Republica e ás garantias que as leis conferem a todos os cidadõs.
>
> N'esta orientação determina S. Exª a todos o magistrados e autoridades administrativas se abstenham, como legalmente lhes cumpre, de por qualquer forma intervir no acto eleitoral que se realisa no dia 18 [13?] do corrente mez; e isto tanto no que diz respeito ás operações preparatorias, sem excluir a propaganda dos partidos e dos candidatos, como em relação ao proprio acto em si, mantendo sempre inteira isenção politica perante todos os partidos e todos os cidadãos. A acção de todos os maguistrados e autoridades administrativas fica, pois, restricta á competencia que a lei lhes confere apenas para a manutenção da ordem publica e garantias dos direitos dos eleitores.
>
> Nesta conformidade devem providenciar com a ponderação e suavidade convenientes de forma a serenar as paixões politicas, evitando as ruins consequencias que delas podem resultar.
>
> Com quanto S. exª o snr. Presidente do Ministerio e Ministro do Interior esteja convencido de que a doutrina d'esta circular domina nobre e patrioticamente o espirito de todos os magistrados e autoridades administrativas a quem esta circular possa respeitar, encarrega-me ainda assim de transmitir a V. Exª que a falta da observancia d'estas instruções por qualquer magistrado ou autoridade o determinará

> [ao chefe do governo e ministro do Interior] á demissão imediata do transgressor, sem prejuizo das penalidades legaes aplicaveis[276].

O medo do reviralho monárquico, alentado pela ditadura de Pimenta de Castro, preocupava, decerto, o novo governo instalado. E os democráticos, depois de terem reconquistado o poder pela força e à custa de algum sangue, não estavam interessados, de todo, em vê-lo esvair-se para as mãos da "oposição reaccionária". Contudo, assim mesmo, este governo parece querer impor a doutrina de neutralidade política na administração pública, porventura por convicção, mas decerto ainda mais para desarmar a contestação das oposições que repetidamente clamavam contra a "ditadura dos democráticos".

Dez anos depois, em telegramas que envia para os Governos Civis em 5 e em 20 de Novembro de 1925, Domingos Pereira, então chefe do governo e ministro do Interior[277], reincide nas advertências a estes altos delegados do governo para que mantenham a necessária isenção política no exercício do seu cargo. No primeiro destes telegramas, Domingos Pereira, depois de exigir um firme empenho por parte dos governadores civis na afirmação de uma postura neutral da administração pública face aos actos eleitorais, refere que *ao seu conhecimento teem chegado reclamações contra a falta de acatamento por parte de algumas entidades das firmes dispozições do governo.* No segundo telegrama, depois de lembrar que as instruções que anteriormente fizera distribuir pelas autoridades administrativas – vincando a necessidade de *conservar a mais rigorosa imparcialidade perante os direitos legítimos de todos os candidatos e eleitores* nas anteriores eleições legislativas – se mantinham plenamente válidas para as *eleições administrativas a realizar no próximo domingo*, acrescenta que *será desprestigiante para a republica e profundamente desagradável para o governo que as autoridades se não mantenham acima das paixões e das lutas eleitorais*, conforme exige e quer o governo[278].

---

[276] Nota distribuída pela Direcção Geral de Administração Civil e Política do Ministério do Interior (Lº 47, nº 6/53), com data de 2 de Junho de 1915 (in Arquivo do Governo Civil de Braga, *Correspondência recebida,* Cx. 2 (5.1.3.1), maço de 1915).

[277] O telegrama enviado com data de 5 de Novembro assinala para Domingos Pereira a titularidade da presidência do Governo e do Ministério do Interior, enquanto que o telegrama de 20 de Novembro apenas remete este político para a qualidade de chefe do governo.

[278] Estes telegramas enviados por Domingos Pereira, em 5 e em 20 de Novembro de 1925 encontram-se no Arquivo do Governo Civil de Braga, *Correspondência Recebida,* 5.1.3.1 (anos de 1913,1914,1915 e 1925), maço de 1925.

Cerca de meio ano depois a República cairia, sob a força das armas, numa revolução iniciada aqui na cidade de Braga. Primeiro chegariam as eleições presidenciais em 1928, com um candidato único. Depois, o Estado Novo organizaria diversas eleições para os diferentes órgãos de poder, não deixando nunca de assegurar, mediante recurso à fraude, à intimidação ou à limitação de movimentos dos oposicionistas, a vitória dos candidatos do regime.

4 - Assuntos magnos que mobilizam as forças vivas locais: a luta contra a "mesquinhez" do centralismo lisboeta; importantes melhoramentos locais

As divergências que os notáveis locais ou as organizações partidárias bracarenses possam patentear na abordagem de temáticas políticas diversas são esbatidas quando se levantam questões que respeitam aos interesses da cidade e da região. Acontece assim aquando da reclamação da extensão da via-férrea, da finalização da estrada Braga-Chaves, da preservação de quartéis militares, escolas ou outros edifícios públicos na cidade. Numa atitude pragmática – procurando o crescente brio e prestígio da cidade assim como um potencial acrescento de riqueza associado ao estabelecimento das diferentes estruturas e instituições reclamadas – os articulistas na imprensa e os agentes políticos juntam esforços quando sentem que se impõe pugnar por causas maiores da urbe. Vamos aos factos.

4.1 - Um comboio que não estica

Em 1875 o comboio chega a Braga. O ruído das locomotivas e a rapidez da deslocação patenteiam perante todos os visíveis sinais do progresso ainda que incutam, simultaneamente, alguns temores junto de grupos sociais mais conservadores, receosos das perniciosas influências que doravante poderiam confluir, de forma mais descontrolada, na pacata e decorosa cidade dos arcebispos. Todavia, consumada a chegada do caminho-de-ferro a Braga, cedo as diferentes forças políticas e demais forças vivas da cidade começam a empenhar-se no alargamento das ligações ferroviárias da cidade de Braga para os pólos territoriais vizinhos, para além da conexão directa estabelecida no eixo Braga-Nine-Porto, fundando as suas pretensões no estrangulamento que a linha construída representava para a economia bracarense e para a liberdade de movimentos pessoais. Em dois dos muitos artigos que o *Correio do Minho*, a par da demais imprensa da cidade, devotou a este assunto esclarecia-se das raízes do mal. Na edição de 11 de Setembro de 1926 o jornal denunciava a tacanhez dos notáveis (e lamentáveis, na perspectiva do jornal) bracarenses que por 1870 preferiram que o

comboio tivesse uma estação terminal na cidade a ver passá-lo primeiro na vizinha e rival Guimarães[279], para depois se estender até Braga e desta cidade até ao Alto Minho, contrariando mesmo as avisadas sugestões do ministro responsável pelo sector à época:

> Os senhores conhecem a história do ramal de Nine? Há muitos que talvez a não conheçam e por isso é sempre bom perder meia duzia de palavras a contal-a.
>
> Fazia-se o estudo da linha do Minho e como na Associação Comercial desse tempo houvesse uns três ilustres e inteligentes patriotas que não levavam a bem que o caminho de ferrro passasse primeiro em Guimarães do que em Braga, aproveitaram o ensejo da vinda a esta cidade do ministro das obras publicas e, caladamente, conseguiram fazer-se apresentar como representantes da opinião da cidade, pedindo para que ela fosse terminus da linha e não *simples estação de passagem.*
>
> O ministro ainda lhes fez vêr que Braga lucraria muito mais com o traçado estudado mas como Braga pedia com tanto empenho, ele ordenaria a construção de uma variante.
>
> Passaram-se mezes e quando se soube da patetice dos homens, houve um grande movimento de protesto e o governo comprometeu-se a voltar ao antigo traçado, com a condição, porém, de que Braga teria de pagar as despezas dos estudos da variante, o que a poucos contos de reis montava.
>
> Apelou-se para a Câmara mas como esta era da mesma politica dos pataratas, sacudiu a agua do capote, a politica fervilhou e Braga ficou terminus de linha e não estação de passagem[280].

Já noutro artigo publicado a 27 de Outubro seguinte o *Correio do Minho,* historiando de novo o processo, mas omitindo as anteriores apreciações que conferiam à opção tomada um tom algo burlesco, esclarecia que, lamentavelmente, aquando da definição do traçado ferroviário dirigido até Braga os próceres bracarenses teriam preferido a ligação mais curta em direcção à cidade do Porto, em detrimento de um traçado alternativo que, embora prolongando em vinte quilómetros a ligação a esta cidade, se revelava de muito maior valia económica – o traçado mais longo teria permitido

[279] Ligação de Braga com o Alto Minho – *Correio do Minho*. Braga. Nº 59 (11/09/1926), p. 1. Para enquadrar, de algum modo, as resistências destes "três ilustres" bracarenses, aqui zurzidos pelo *Correio do Minho,* ao protagonismo de Guimarães, retenha-se que alguns anos antes nesta última cidade pulsara um movimento bairrista que, defendendo a inclusão da urbe e concelho de Guimarães no distrito do Porto, pugnava pela cisão relativamente ao distrito de Braga.

[280] Veja-se a reprodução integral deste artigo ("Ligação de Braga com o Alto Minho") em *Anexos II* (3).

conectar directamente Braga com Viana do Castelo, bem como com a cidade de Guimarães e depois com os territórios que se prolongavam até Fafe e às Terras de Basto e, a partir destas últimas (esperava-se), até Chaves. Escrevia então este jornal:

> Para a construção do caminho e ferro do Minho houve dois traçados, feitos pelos engenheiros Sousa Brandão e Taborda. Um vinha de santo Tirso por Vizela e Guimarães a Braga e daqui a Viana, outro por Famalicão a Nine. Foi este o adoptado. Porquê?
>
> Porque os homens de Braga guiados pelas conveniencias politicas do partido historico, como se lê num manifesto eleitoral contra a candidatura a deputado do Dr. Penha Fortuna, recusaram o primeiro traçado, só com o fundamento de que, entre Braga e Porto, tinha um desenvolvimento de mais 20 Kilometros.
>
> Pensaram como o teorico sr. Fernando de Sousa, contra o modo de ver do pratico Sousa Brandão, e fascinados pela diminuição do caminho, só tarde deram pelo erro do entroncamento de Nine, de que hoje amargamos as consequencias.
>
> Sousa Brandão, conscio da importancia das correntes comerciais e do valor das localidades a servir, não hesitou em alargar o seu traçado, alongando-o em dezenas de Kilometros, o que na viação acelerada pouco representava, a par das vantagens economicas da exploração da linha.
>
> E hoje, não terá a pratica demonstrado o erro de tal encurtamento da linha?[281]

De facto, não foi necessário passarem muitos anos sobre a implantação no terreno da via Braga-Nine-Porto para assistirmos ao recorrente esforço dos notáveis bracarenses (dos partidos políticos monárquicos ainda antes de 1910, dos partidos republicanos posteriormente, sempre com a cumplicidade da Associação Comercial da cidade, do Governo Civil ou mesmo do arcebispo) na reclamação, junto da companhia dos caminhos-de-ferro e das mais altas instâncias políticas do país, pela irradiação das ligações ferroviárias com os centros populacionais vizinhos. Nas linhas seguintes, exploraremos, algo mais desenvolvidamente, esta questão maior que tanto animou a imprensa local, as forças vivas, e o povo na cidade – sempre disposto a vitoriar festivamente todos aqueles que prometiam ou asseguravam a iminente realização das quiméricas vias do progresso.

---

[281] O Ramal de Braga: atitudes presentes e passadas. Efeitos e realidades. *Correio do Minho*. Braga. Nº 97 (27/10/1926), p.1.

Em Abril de 1891 a Junta Distrital de Braga reclama junto do rei – para que este interceda junto das instâncias competentes – no sentido de se promover a construção da via-férrea Braga-Guimarães simultaneamente com o troço Guimarães-Fafe, que estaria prestes a arrancar[282]. Uma comissão de bracarenses, integrando representantes da Junta Distrital, da Câmara Municipal e da Associação Comercial da cidade e ainda os pares do reino Jeronymo Pimentel e Neves Carneiro bem como os deputados eleitos pelo círculo – Adolpho Pimentel, Bernardino Passos e José Laranjo – deslocar-se-á a Lisboa para forcejar pelos interesses de Braga. Porém, os anos passariam e os intentos dos poderes e dos homens públicos que se esforçavam por zelar pelos interesses de Braga não vingavam. Em 1902 a Câmara municipal de Guimarães, parte menos interessada nesta demanda, limitar-se-á a reclamar junto do rei para que este defira *qualquer proposta tendente á construcção no proprio leito da estrada d'uma linha ferrea por tracção electrica, a vapor ou animal, que ligue esta cidade com a de Braga*[283]. As esperanças na dilatação da via-férrea conectada com a cidade de Braga aumentam quando em Março de 1903 uma figura do distrito, o conde de Paçô Vieira, assume as funções de ministro e secretário de estado das Obras Públicas. Umas semanas depois (em 23 de Abril), numa reunião da assembleia da Associação Comercial de Braga é decidido criar novamente *uma Grande Commissão para se tratar da defesa dos interesses da cidade em face da proposta do Sr. Ministro das Obras Publicas sobre o complemento dos caminhos de ferro*[284], reclamando-se, por unanimidade, a colaboração do presidente da Câmara Municipal da cidade nesta iniciativa[285]. Esta "Grande Comissão" desloca-se a Lisboa no mês seguinte para fazer lóbi junto do poder central sobre este magno assunto, granjeando, aparentemente, sucesso. A 10 de Maio, o regresso dos impetrantes que Braga enviara a Lisboa é efusivamente celebrado: uma sessão solene na Câmara Municipal e, de seguida, um comício no Teatro Circo servirão

---

[282] Veja-se o texto desta representação, datada de 22 de Abril de 1891, em *Anexos* II (1).

[283] A Câmara Municipal de Guimarães envia à sua congénere de Braga, com data de 7 de Julho de 1902, um a cópia desta representação que enviou ao monarca (in Arquivo da Câmara Municipal de Braga, *Correspondência Recebida,* Cx. 1902, maço de Junho).

[284] Carta enviada pela Associação Comercial de Braga para a Câmara Municipal da cidade (in Arquivo da Câmara Municipal de Braga, *Correspondência Recebida,* Cx. 1903, maço de Abril).

[285] Envolvendo-se naturalmente no assunto, o executivo municipal de Braga, em reunião anteriormente realizada, aprovara já o texto de um telegrama a enviar para o ministro das Obras Públicas, onde se lia: *A Câmara Municipal de Braga, rejubilando com a declaração tão cathegorica feita por V. Exc.ª no parlamento sobre a próxima abertura do concurso para a construcção dos caminhos de ferro d'esta cidade para Monsão e para Guimarães, supplica a Vossa Excellencia que estabeleça condições bastante animadoras para que o concurso não fique deserto. Aproveita a occasião para affirmar que tem plena confiança nos bons desejos que V. Exc.ª nutre de favorecer os interesses d'esta terra.* (in Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Braga, 16/04/1903 a 21/05/1905, fl. 6v.).

para divulgar as garantias obtidas, agora consideradas promissoras. De facto, em meados desse mesmo mês de Maio na "folha oficial" do governo saem as bases do concurso para a construção das vias-férreas que Braga ansiava. Respondendo prontamente ao repto que lhe fora lançado pelo Ministério das Obras Públicas nesse mesmo mês Maio[286], a Câmara Municipal de Braga aprova em Julho a comparticipação de 20:000$000 reis nas despesas inerentes às expropriações de terrenos para a construção da via-férrea Braga-Guimarães[287]. A formulação das bases para este concurso lançado pelo governo apresentava alguma volatilidade pois dispunha que *o governo reserva-se a faculdade de não fazer a adjudicação se assim convier aos interesses do Estado e de escolher as propostas que forem julgadas mais vantajosas e idoneas pelas garantias technicas e financeiras da sua realisação, embora não sejam as de menor duração das concessões*[288]. Este concurso acabaria, de facto, por não captar o interesse de qualquer concorrente.

No final deste ano de 1903, o governo decide avançar com novo concurso destinado à construção de novas ferrovias para estabelecer a ligação da cidade de Braga aos Arcos de Valdevez e a Guimarães[289]. Todavia, denotando o carácter apenas virtual que as promessas às forças vivas de Braga começavam a tomar, na edição de 23 de Janeiro de 2004 o *Commercio do Minho* noticiava que *a sub-commissão delegada da grande commissão defensora dos interesses locais foi ante-hontem recebida pelo snr. Ministro das obras publicas a quem agradeceu os três concursos para a construção dos caminhos de ferro do Minho.* A obra parecia, de facto, emperrada, mas em Março seguinte uma portaria mandada publicar pelo ministro Paçô Vieira dá novo alento aos

---

[286] Arquivo da Câmara Municipal de Braga, *Correspondência Recebida,* Cx. 1903, maço de Maio.

[287] Arquivo da C. Municipal de Braga, *Correspondência Recebida,* Cx.1903, maço de Julho. A Câmara Municipal propôs-se retirar estas verbas do "fundo de viação", o qual estava, porém, já esgotado. Entretanto, através de uma carta datada de 18 de Agosto seguinte, o Governo Civil do distrito lembrará a Câmara de Braga que, segundo informações que recebera do governo de Lisboa, será necessário aguardar uma autorização das Cortes para que este compromisso de financiamento por parte da mesma Câmara Municipal seja legalmente suportado.

[288] Na *Base 1ª* deste Concurso pode ler-se: *O concurso terá por objecto a construcção e exploração:*
a) de um caminho de ferro que, partindo da estação de Braga, se vá ligar na estação de Guimarães com a linha da Trofa a Guimarães e de Guimarães a Fafe;
b) de um caminho de ferro que, partindo da estação de Braga em prolongamento da anterior, siga por Ponte da Barca e pelos Arcos de Val-do-Vez a Monsão;
c) de um caminho de ferro, chamado do valle do Lima que, partindo da estação de Vianna do Castelo, siga a margem direita do Lima até ás proximidades de Lanheses, e, atravessando ahi o rio, vá por Ponte do Lima a Ponte da Barca, ligando-se ahi com a linha antecedente.
(in *Commercio do Minho*, nº 4507, 2/05/1903, artigo "Caminhos de ferro", p.1).

[289] Informação constante de uma Carta/ofício nº 657, de 18/12/1903, do Governo Civil dirigida à Câmara Municipal de Braga (In Arquivo Câmara Municipal de Braga, *Correspondência Recebida,* Cx. 1903, maço de Dezembro.

bracarenses ao atribuir provisoriamente a construção e exploração das reclamadas novas vias-férreas – ligando Braga a Guimarães, Ponte da Barca, Monção e Viana – aos ingleses da companhia Temple George Blackwood[290]. A convicção de que "era desta" que o caminho-de-ferro iria ligar Braga aos centros vizinhos será motivo para celebrações e homenagens: a Filarmónica Bracarense percorrerá as ruas da cidade e os notáveis locais (o governador civil e outras figuras ligadas, como sempre, à Câmara Municipal, ao Ateneu e à Associação Comercial) serão alvo de agradecimento público. Em Lisboa, as Cortes serão encerradas em Abril o que não augura nada de bom; mas em Maio um governo ditatorial fará publicar um decreto a despachar favoravelmente a obra. Os poderes públicos da cidade não se eximirão ao público e expressivo agradecimento a Paçô Vieira – um filho que não esquece a terra –, consumado numa homenagem que lhe é feita em 10 de Julho de 1904.

O júbilo demonstrado nos festejos revelar-se-á porém temporão: será necessário reincidir, por diversas vezes, nos anos próximos, na demanda dos favores do poder central. O comboio, de facto, não se esticaria mais, depois de parar em Braga. Nos finais de 1909 emerge na cidade a Liga de Defeza e Propaganda de Braga[291], uma nova organização que se propõe reclamar pelos legítimos interesses de Braga, entre os quais constam o prolongamento para outras paragens da ligação ferroviária que termina na cidade. No início do ano seguinte, o rei D. Manuel, na sequência de um parecer favorável do Conselho Superior das Obras Públicas e indo ao encontro das pretensões dos protagonistas da política e sociedade bracarenses, rubrica a proposta governamental que estabelecia o traçado para as novas vias-férreas a ligar a Braga. Mas, qual autêntica quimera, as promessas e as deliberações sobre estas vias que deveriam acrescentar progresso e comodidade à "cidade dos arcebispos" haveriam ainda de suceder-se por muitos anos. Nos finais de 1919, Albano Gonçalves, uma figura que se destacara pelo seu dinamismo na liderança da Câmara Municipal entre finais de 1912 e meados de

---

[290] Esta portaria saída no *Diário do Governo* (ver D. G. nº 75, de 7 de Abril de 1904, p. 1262) pela mão do ministro das obras públicas, Paçô Vieira, determina: *Sua magestade El-Rei, a quem foi presente o processo de concurso publico, hoje effectuado para a construcção e exploração das linhas de Braga a Guimarães, Braga a Monsão e Vianna a Ponte da Barca: ha por bem achando-se satisfeito o disposto no primeiro periodo do artigo 66º do regulamento geral de contabilidade publica, adjudicar provisoriamente, nos termos do decreto de 24 de Dezembro do anno findo, a Temple George Blackwood, a construcção e exploração das referidas linhas, nos termos e condições do caderno de encargos, approvado por portaria de 5 de Janeiro ultimo, não podendo porém tornar-se effectiva a adjudicação sem a auctorização do poder legislador. – Paço, 28 de março de 1904 Conde de Paçô Vieira.*

[291] O Dr. Francisco Faria, que preside à Associação Comercial de Braga, é eleito presidente desta liga para o biénio 1910-11. O visconde do Paço de Nespereira, o visconde de Fraião e o Dr. Artur Soares integram também esta liga (informação veiculada pelo *Commercio do Minho*, nº 5534, de 7/04/1910).

1915, assegurava numa reunião da Associação Comercial que a ligação ferroviária entre Braga e Monção se afigurava então com melhores perspectivas para implementação no terreno[292]. Em 3 de Maio de 1920, a visita dos ministros do Comércio, do Trabalho e da Agricultura, à cidade de Braga, é aproveitada para que aos mesmos sejam relembrados os fundos anseios da cidade no respeitante às ferrovias. Talvez com mais realismo – atendendo às sucessivas promessas incumpridas, aos sucessivos concursos e concessões sem obra concretizada –, em Maio de 1921, numa carta que dirige ao *Commercio do Minho*, Adolpho d'Azevedo, então presidente da Associação Comercial de Braga, agradece o empenho do jornal na defesa da extensão da conexões ferroviárias com Braga, mas adianta que, de momento, se lhe afigura mais oportuno defender o estabelecimento de uma viação eléctrica entre Braga e os concelhos vizinhos. Outros continuarão, contudo, a reclamar sustentadamente por Braga.

As "ligas", ou as designadas "comissões de defesa e propaganda", surgem na cidade, desfazem-se e reaparecem, repetindo-se muitas vezes os seus protagonistas. O Grémio do Minho, estabelecido em Lisboa, pugna também pelos interesses da cidade e da região. Em 13 de Abril de 1924 nasce uma nova Liga de Defesa e Propaganda dos Interesses de Braga. No final do mês seguinte, o Parlamento aprova o projecto de construção da via-férrea entre Braga e a Póvoa do Varzim. O *Diário do Minho* verte para os seus leitores o contentamento pela boa nova, mas não sem deixar escapar nas entrelinhas a possibilidade da ocorrência de algum percalço que, uma vez mais, impeça que a obra floresça:

> Sursum corda! O projecto de lei relativo à concessão, "para construir e explorar" o caminho de ferro de Povoa-Espozende-Braga, acaba de passar no Parlamento. Razão para "Luminarias"? Certamente. Demais estamos convencidos de que o projecto de lei não ficará apenas... no papel.
>
> Convencimento que nos vem da justiça que nos assiste nesta reivindicação. O Minho não desiste.
>
> Que se espera agora?
>
> O sim Senatorial. Ele virá.
>
> Comprende-se lá agora que não[293].

[292] Veja-se artigo Caminho de ferro de Braga ao Alto Minho. *Commercio do Minho.* Braga. Nº 6845 (9/11/1919), p. 1. Registe-se que, a partir de Braga, a via-férrea prolongar-se-ia ainda até Guimarães.

[293] Linha férrea da Povoa a Braga- o Parlamento aprova o projecto. Para a frente. *Diário do Minho*. Braga. Nº 1350 (24/05/1924), p.1

O bracarense Domingos Pereira, que já fora ministro e primeiro-ministro, é no momento o presidente da Câmara de Deputados. Naturalmente, os representantes da nova "liga" e as demais forças vivas da terra procuram sensibilizá-lo para o quão justo se mostra atender às reclamações da sua terra natal. No final desse ano de 1924, uma comissão de bracarenses desloca-se a Lisboa para manter na agenda governativa o interesse nestas ligações fereoviárias respeitantes a Braga. Já depois de regressada esta comissão a Braga, numa reunião realizada a 23 de Dezembro na sede do município para fazer o balanço da iniciativa, Fonseca e Lima, o presidente da Câmara Municipal, revela que, na sequência dos contactos estabelecidos na capital com Domingos Pereira, estava com a convicção de que a *linha eléctrica de Braga aos Arcos seria um facto quando a de Viana o fosse tambem pois que uma não começaria a construir-se sem a outra* e acrescenta ainda que da parte do Ministro do Comércio – junto de quem a comissão tinha igualmente obtido uma audiência – tinha escutado, em jeito de reforço, uma diplomática declaração na qual este considerava que o *sr. Dr. Domingos Pereira (...) presidente da Câmara de Deputados, pela sua figura moral e pelo alto prestigio que gosa na Republica era bem digno de que se lhe fizesse, pela sua terra, o que com justiça reclama, e que por isso podia estar certo da boa vontade dele ministro na conjuntura presente*[294].

Vislumbrando que agora se consumariam, de facto, algumas das reclamações que Braga há muito sustentava, e que tinha por justas, a Câmara Municipal dinamiza, entretanto, uma subscrição pública para que sejam compradas as "insígnias da Grã-Cruz de S. Thiago de Espada a oferecer ao Exmo sr. Dr. Domingos Pereira"[295]. Em Janeiro de 1925, no termo do prazo estipulado pelo regulamento do concurso para início dos trabalhos, o concessionário da obra, Sousa Magalhães comunicava ao presidente da Câmara Municipal de Braga o efectivo início da construção do troço da ferrovia do Vale do Cávado, entre a Póvoa do Varzim, Esposende e Braga[296]. A via terá pois começado, mas estacou cedo a sua progressão.

---

[294] Excertos do artigo "Caminhos de ferro de Braga aos Arcos" inserto no *Diario do Minho* de 23/12/1914 (nº 1527, p.1). Sobre o apreço em que a Câmara Municipal de Braga tem os potenciais préstimos de Domingos Pereira, atente-se nalgumas considerações exaradas na acta de uma reunião camarária efectuada em 12 de Dezembro de 1924 (veja-se o teor desta acta em *Anexos II* -2).

[295] Idem, ibidem.

[296] O *Diario do Minho,* na edição de 17/01/1925 (nº 1546, artigo "Linha Ferrea Vale do Cavado – começaram ontem as obras", p. 1.), transcreve dois telegramas de Sousa Magalhães para o presidente da Câmara Municipal de Braga. Num dos telegramas este concessionário da obra informa: *Dr. Fonseca Lima sigo hoje Povoa iniciar trabalhos Vale do Cavado.* – Sousa Magalhães. Num segundo telegrama, que envia no mesmo dia já a partir da Póvoa do Varzim, Sousa de Magalhães reforça a importância daquela

Verdadeiro azar. A revolução de 28 de Maio, justamente iniciada na cidade de Braga, haveria de originar um novo emperramento do processo. Num "editorial" do *Correio do Minho* de 13 de Agosto de 1926 esclarecia-se que, perante as reclamações dos concessionários da obra, o governo havia aceitado melhorar as garantias estabelecidas no contrato de concessão, mas – adiantava o jornal – *estava o parlamento para votar as emendas, quando os sucessos de 28 de Maio decretaram enterro de 1ª classe para a falacia de S. Bento.* Os esforços dos notáveis de Braga persistirão, contudo, entrando anos adiante, pelos primórdios do Estado Novo. No final de Outubro de 1926, o engenheiro Teixeira da Silva, uma alma da terra e reputado como um especialista na matéria, faz uma conferência na Associação Comercial da cidade sobre esta questão que "apaixona" os bracarenses. Considera ser destituída de razoabilidade a pretensão daqueles que querem suprimir o ramal de Braga a Nine. Contrariando o que então se escreve na imprensa[297] local, afirma: *o traçado de Braga a Nine não foi, no entanto, pedido por Braga. Obedeceu a razões económicas. Não podia mesmo ter outra solução. Não foi Braga que o quiz, como rezam os mal intencionados. Tem o maior prazer em desfazer a lenda.* Teixeira da Silva afirma não ver as vantagens da ligação directa de Braga com Viana do Castelo. Opondo-se à anulação do ramal de Nine-Braga, o conferente vinca que a construção de uma via-férrea Porto-Guimarães-Braga-Viana do Castelo exigiria vencer um acentuado desnível – com cerca de 150 metros, entre a cidade de Braga e o rio Cávado – o que, embora tecnicamente viável, tornava a obra muito cara e impunha que o percurso Porto-Viana passasse a comportar 135 quilómetros, tornando-o menos competitivo no tráfego internacional e originando, a prazo, a construção de uma ferrovia alternativa, mais a litoral. Nesse cenário, concluía Teixeira da Silva, a ligação de Braga à cidade do Porto ficaria subalternizada em relação à actualmente existente, o que redundaria num prejuízo maior. Todavia, alertava este orador, os bracarenses não podem cruzar os braços: face ao início iminente da construção da via-férrea entre Viana e os Arcos de Valdevez, Braga deve exigir, com urgência, a construção pelo Estado da ligação da cidade a Ponte da Barca e aos Arcos de Valdevez; particular interesse para a cidade assume também a construção da ferrovia entre Esposende-Braga-Montalegre, pois a região de Basto está a fugir para a zona de

---

espécie de "dia D": *Inauguramos hoje trabalhos construção Vale do Cavado em presença todo elemento oficial, autoridades, capitão porto e Associação Comercial. Felicito região na pessoa V. Excelência – Sousa Magalhães.*

[297] Reveja-se atrás, nesta rubrica, o historiar do processo da opção pelo ramal ferroviário Nine-Braga na versão do *Correio do Minho*, nas edições de 11 de Setembro e 27 de Outubro de 1926.

influência da cidade do Porto; *a linha de Braga a Guimarães deve fazer-se já*, sentencia, exigindo ainda – em jeito de remate – que se *abram concursos para essas linhas em condições favoraveis*, pois de outro modo a cidade de Braga, isolada, poderá *transformar-se numa aldeia de Paio Pires*[298]. Conformado com os esclarecimentos técnicos do palestrante, o *Correio do Minho*, como que desculpando-se do ardor militante com que vinha abraçando a causa da expansão da rede ferroviária (designadamente a ligação directa de Guimarães a Braga e desta cidade para o Alto Minho), escreve:

> Não tinhamos ainda lobrigado razões de ordem técnica que nos obrigassem a afastar da linha encetada, mas desde logo as aceitariamos se aparecessem. (…)
>
> Até á magnifica palestra do sr. dr. Teixeira da Silva não havia argumentos de ordem tecnica e economica que pudessem abalar o nosso modo de ver.
>
> Veio sua excelencia mostra-los proficientemente.
>
> Fomos dos que soubemos esperar, e antes defendemos este modo de proceder, e assim seguiremos na defeza altiva e calorosa dos interesses de Braga. A nossa campanha teve, pois, o aplauso dos nossos concidadãos. E' quanto basta[299].

Cerca de um ano depois, citando o jornal *Aurora do Lima*, o *Correio do Minho* denunciava que o governo, violando sucessivas promessas, se preparava para vender o material que antes fora comprado para a via-férrea Viana-Arcos de Valdevez. Compreende-se a estupefacção: descartada a construção desta via pelo governo, menos plausível se mostrava a construção da via Braga-Arcos de Valdevez com a qual deveria entroncar-se. Não obstante a água fria entretanto derramada sobre as calorosas ambições dos bracarenses, nos primeiros anos da Ditadura as reclamações das forças vivas locais persistiram na procura de um prolongamento da única ligação ferroviária existente na cidade. Braga, que com a revolução de 28 de Maio propiciara ao país a possibilidade de um tempo de maior acalmia e quietude – como lembrava amiúde a imprensa da cidade, e particularmente o *Correio do Minho* –, arrogava-se do direito de ser atendida nas suas legítimas aspirações. Mas, a despeito dos muitos esforços desenvolvidos, a linha do

[298] Os excertos das afirmações de Teixeira da Silva nesta palestra são reproduzidos pelo *Diário do Minho* de 29 de Outubro de 1926 no artigo "Interesses de Braga – Na Associação Comercial. A Conferencia do Sr. Dr. Teixeira da Silva sobre os Caminhos de ferro" (edição nº 210, p.1). Alguma informação sobre o teor desta conferência foi também colhida no *Correio do Minho*, o outro diário bracarense, no artigo "As Ligações de Braga – uma interessante conferência do sr. Engenheiro Teixeira da Silva" (edição nº 99 do *Correio do Minho*, de 29/10/1926, p1).

[299] A Nossa Orientação-Braga deu-lhe solenemente aplauso. *Correio do Minho*. Nº 100 (30/10/1926), p.1.

comboio permaneceu adormecida numa estação terminal da cidade, nunca se concretizando o almejado sonho de esticar os carris para outros centros urbanos vizinhos.

4.2 - O Liceu Central

No final do ano de 1894, uma reforma apresentada às Cortes pelo Ministério do Reino prevê que apenas os "liceus centrais" passem a conferir o acesso directo à universidade e reserva esta categoria de estabelecimentos do ensino secundário apenas para as cidades de Lisboa, Porto, Coimbra e Ponta Delgada. O liceu de Braga, que se mantinha desde há décadas como uma referência educativa e cultural na cidade, via assim diminuído o seu prestígio e, não menos importante, ameaçada a sua valia económica, pois, a concretizar-se esta medida, deixariam de demandar a cidade muitos dos estudantes provenientes das terras vizinhas, empobrecendo-se o comércio bracarense.

A luta pela elevação do liceu da cidade à categoria de "central" e, depois, as reclamações pela preservação deste estatuto, recorrentemente ameaçado, mobilizaram denodadamente as instituições e as figuras gradas da cidade. Simultaneamente, e de forma algo paradoxal, em Braga protesta-se também contra o facto de a vizinha cidade de Guimarães poder vir a beneficiar de um liceu, mediante a transformação do Seminário de Nossa Senhora da Oliveira. Porém, neste caso, e na lógica do bairrismo bracarense, a postura avessa a Guimarães justificava-se pela desvalorização de uma velha prerrogativa – Braga beneficiava do exclusivo do ensino liceal no Minho – e, mais pragmaticamente, pelo desvio da cidade de um considerável número de estudantes, cujas famílias se domiciliavam no concelho de Guimarães ou nos territórios vizinhos, designadamente nas Terras de Basto[300]. Na cidade nasce mais uma "Grande Comissão", presidida pelo arcebispo, que assume o intuito de pressionar o governo e os deputados eleitos no Parlamento por Braga para atender aos interesses locais. Duas petições são entretanto dirigidas ao monarca, a reclamar, uma vez mais, os seus bons ofícios sobre a

[300] O jornal bracarense *O Progressista* execrava na sua edição de 7/04/1893 (nº 36) a menor valia dos políticos locais do Partido Regenerador (particularmente a figura do seu líder Jeronymo Pimentel), coniventes com a implantação de um Liceu Nacional na vizinha cidade de Guimarães, o que constituía uma *offensa de direitos antiquissimos e legitimos* da cidade de Braga. Os Regeneradores negam tal facto. No início do ano seguinte, *O Regenerador* (edição nº 765, de 25/01/1894), o jornal oficial do Partido Regenerador em Braga, assegurava que *era falso o que ahi intencionalmente se propala a respeito de ser elevado á categoria de lyceu o pequeno seminário de Guimarães.* Veja-se em *Anexos III* (1) estes artigos dos jornais *Progressista e do Regenerador.*

questão[301]. Em 16 de Setembro de 1896, um decreto atende ao essencial das reclamações apresentadas por estas personagens, garantindo a Braga a preservação de um Liceu Central, ainda que impondo à câmara da cidade a obrigatoriedade de financiar o excedente dos custos associados à categoria de "central" deste estabelecimento de ensino e garantindo ainda à cidade de Guimarães um Liceu Nacional. Escassos três anos volvidos, o estatuto do liceu da cidade volta a ser colocado em questão, quando uma comissão incumbida de elaborar uma reforma para o ensino secundário português propõe que apenas as cidades de Lisboa, Porto e Coimbra sejam contempladas com o prestigiado Liceu Central. Um redobrar de movimentações na cidade, a par do compromisso camarário de suportar as despesas adicionais estipuladas na legislação para o funcionamento de um liceu "central", permitirão, uma vez mais, contornar a ameaça que, de novo, afrontava os brios da urbe. Cronicamente aflita no atinente às disponibilidades financeiras, a Câmara Municipal será repetidamente advertida pelo Governo Civil do atraso verificado nos pagamentos que, a este respeito, lhe competem.

A cidade acabará por ver a Monarquia chegar ao fim sem que o seu liceu perca o perfil de "central", mas os esforços das forças vivas bracarenses terão de estender-se pela República adentro. Com efeito, em 1915 o estatuto do liceu de Braga é de novo ameaçado de secundarização, face aos novos "liceus universitários" que o governo pretende garantir apenas às cidades de Porto, Coimbra e Lisboa. Os protestos renovam-se: a comissão municipal republicana afecta ao Partido Democrático de Braga remete para a Câmara de Deputados um documento onde realça que a reforma no ensino prevista *no projecto e respectivo parecer do orçamento do Ministério da Instrução (…) estabelece para o liceu desta cidade* [Braga] *uma categoria inferior à que actualmente tem e que é manifestamente lesiva dos interesses da instrução e ainda dos interesses economicos de todo o distrito de Braga*[302]. Já nos finais da 1ª República, em Maio de 1924, o projecto de um novo decreto reformador do ensino secundário português

[301] A Associação Comercial de Braga dirige uma "representação ao rei e uma outra, tendo por primeiro subscritor o arcebispo de Braga, será também enviada. Veja-se em *Anexos III* (2) o texto da "representação" enviada pela Associação Comercial.

[302]Excerto do artigo "Liceu Central", no jornal republicano bracarense *O Rebate* (nº 12, de 29/08/1915, p.1). Segundo esta reforma o liceu de Braga ficaria limitado a um curso de seis anos de escolaridade, enquanto que os liceus universitários passariam a comportar oito anos. Muitos potenciais alunos do liceu de Braga teriam de trocar a cidade, a partir do sétimo ano, se pretendessem aceder à universidade ou escolheriam mesmo o liceu ou um colégio de uma daquelas cidades logo a partir do primeiro ano, alega a representação enviada ao Parlamento pelos republicanos de Braga. Daqui adviria um assinalável prejuízo económico para Braga resultante do desaparecimento de um número apreciável de consumidores da cidade – facto ainda mais grave num período de acentuada crise económica como o que então se vivia, alegava ainda o texto da "representação" numa argumentação algo recorrente.

ignorava, uma vez mais, a valia que as forças locais atribuíam ao Liceu Sá de Miranda (o liceu de Braga) e remetia este estabelecimento de ensino para a categoria de "nacional". Domingos Pereira, figura republicana da urbe com projecção nacional, transforma-se no alvo privilegiado de todas as demandas e de todas as esperanças. Com efeito, da acta de uma reunião da Comissão Executiva Municipal, a 5 de Setembro de 1924, pode reter-se o quanto os representantes locais no município esperavam da benévola influência deste filho da terra:

> O Excelentíssimo Ferreira d'Almeida refere-se ao decreto que reorganiza o sexto e sétimo anos do curso do nosso liceu, lamentando que as associações representantes das forças vivas da cidade ainda se não tivessem manifestado no sentido de se reclamar a continuação de tão velha regalia, pedindo para que esta Comissão desde já tome resoluções sobre tal assunto. O Excelentíssimo Doutor Fonseca Lima diz que em tempo recebera uma carta do ilustre parlamentar Marques de Azevedo em que lhe afirmava que Braga não ficaria sem o liceu central. É certo que o ministro da educação era outro (...) e já sobre o assunto conferenciou com o sr. Doutor Domingos Pereira que, apezar de aborrecido com (...) alguns desta cidade (...) tem a certeza de que ele empregará os melhores esforços para a resolução desta causa a contento de Braga. É isto que tem a dizer mas se entenderem que se deve usar d'outros meios ele concorda. O Excelentíssimo Ferreira d'Almeida dá-se por satisfeito com as explicações (...) tendo a maior confiança na acção do senhor Doutor Domingos Pereira.[303]

O Liceu Sá de Miranda continuará a ostentar a categoria de "central", ainda que não se possa vislumbrar uma clara influência de Domingos Pereira no curso entretanto tomado pela questão, pois só com o renovado compromisso municipal de apoio financeiro suplementar o liceu não será despromovido. A questão seria porém recolocada, estendendo-se até aos tempos da Ditadura emergente da revolução de 28 de Maio. No início de Março de 1926, o *Diário do Minho*[304] denunciava que uma nova reforma para o ensino não superior previa a criação de uma nova categoria de "liceus universitários", confinados apenas, uma vez mais, às cidades de Lisboa, Porto e Coimbra. Braga perderia este grau de ensino, o único que permitiria o acesso directo às

[303] In livro de actas das sessões da Comissão Executiva Municipal da Câmara de Braga, de 19 de Outubro de 1923 a 5 de Fevereiro de 1926, fls. 46 e 46v. Ferreira d'Almeida é então um dos vereadores (vogais na terminologia da acta) desta Comissão Executiva Municipal.
[304] Grito de Alarme. *Diário do Minho*. Braga. Nº 1897 (4/03/1926), p.1.

universidades. A questão do liceu da cidade ser, ou não, central parecia fadada a contínuos avanços e recuos. Em Agosto de 1928, o *Correio do Minho* voltava a trazer o assunto à liça, revelando que – segundo informação, alegadamente credível, que colhera – uma projectada reforma do ensino liceal relegará, de novo, o liceu de Braga para a imprestável categoria de "nacional". O jornal procurava salientar que a análise por parte do poder central estava deveras enviesada e não se eximia de clarificar, uma vez mais, o quanto, sob o ponto de vista prático, a questão relevava para a urbe:

> (…)
>
> A redução do nosso liceu representa para esta cidade um golpe notável na sua vida, quasi reduzindo á miséria muitas dezenas de familias que viviam da hospedagem dos alunos dos últimos anos do liceu. Além disso, terão as familias desses alunos de os deslocarem para o Porto, onde a vida academica é bem mais cara que nesta nossa cidade.
>
> Mais ainda: o edificio que nos serve de liceu é o melhor ou um dos melhores do paiz e nenhum se lhe avantaja em gabinetes de fisica, quimica e história natural.
>
> Que razões de ordem pedagógica haverá, pois, para o reduzir a se processar lá unicamente o curso geral.
>
> (….)
>
> Braga que pela sua importancia, ninguem com justiça pode contestar que é a 3ª cidade do paiz, não deve ser comparada a qualquer terreola de 4ª categoria e onde a frequencia é minima.
>
> A prevenção ahi está, o resto não é connosco, embora continuemos protestando contra a violencia que nos dizem será um facto em breves dias[305].

Braga terá, porém, escapado desta nova ameaça. Com efeito, cerca de um mês depois a Junta Geral do Distrito "representava" perante o Ministério da Instrução para que fosse conservada a categoria de central no Liceu da vizinha cidade de Guimarães[306] – aduzindo razões várias a suportar a pretensão, como fossem a elevada população e dinamismo económico do concelho – mas, simultaneamente, nada referia nesse texto relativamente a Braga, a capital do distrito, o que permitirá inferir que nesta cidade permanecera o Liceu "central".

[305] O nosso liceu ficará central? *Correio do Minho. Braga.* Nº 643 (10/8/1928), p.1.

[306] O decreto 15:939, refere o texto da representação da Junta Geral, baixara o Liceu de Guimarães à categoria de "nacional". Na mesma representação é lembrado que o Liceu de Guimarães, que fora criado em 1896, ostentava, justificadamente, já desde 1917 a categoria de "central" (ver artigo Liceu de Guimarães - um documento a seu favor. *Correio do Minho.* Braga. Nº 723, de 13/11/1928, p.1).

4.3 - O derrube de uma tenebrosa cadeia e o "assalto" ao castelo

Natureza algo diversa assumem, no alvor do século XX, as dissensões manifestas entre o poder camarário bracarense e os centros de poder instalados em Lisboa a propósito da demolição de parte da muralha do castelo da cidade e da velha cadeia civil anexa. O diferendo estabelecido acerca do derrube desta muralha multissecular apresenta um perfil algo dissonante, relativamente a outros abordados nesta rubrica, mas merece o nosso interesse porque não deixa de ser mais um exemplo, no período em causa, de uma colisão de perspectivas entre o poder estabelecido em Braga (ainda que nesta cidade também emirjam opositores aos propósitos camarários como veremos um pouco à frente) e os poderes centrados em Lisboa.

Braga conhecerá grandes modificações no século XVI, às mãos do arcebispo D. Diogo de Sousa, que então vai dotar a urbe com novas artérias e praças, extra-muros, e ainda com uma Porta Nova, virada para poente. Com a passagem do tempo, a muralha medieval que circunscrevia o perímetro urbano tenderá, assim, a desaparecer: ora ruindo, ora sendo absorvida por sucessivas construções que extravasam o perímetro urbano. No alvor do século XX, bem no centro da cidade, Braga apresentava ainda o seu "castelo", ou boa parte do que dele restava, e confinado à muralha do mesmo escondia a sua cadeia, a qual, pelas degradadas condições que ostentava, não passava de um assustador aljube. Assumida a convicção unânime de que era necessário construir uma nova cadeia, não se limitaram os seus defensores a derrubar a existente, mas acabaram igualmente por demolir o que restava do castelo, preservando-se apenas para a posteridade a torre de menagem, ainda hoje à vista de quem visita a cidade. A cadeia civil da cidade ostentava condições deveras repugnantes. Num relatório datado de 17 de Dezembro de 1902, elaborado por uma comissão encarregada pela Câmara Municipal para apreciar as condições do edifício e as possibilidades de restauro do mesmo, pode ler-se:

> (…) começando pelas prisões do rés-do-chão que são três, duas de homens e uma de mulheres, além da enxovia cognominada o segredo, horrorizou-nos profundamente o estado de ruina e aspecto repugnante de todas ellas. De paredes reçumando uma humidade constante e de soalhos esburacados arrombados, vendo-se mesmo, em grandes trechos, o sólo a descoberto; de pé direito mais do que defficiente e sem janelas que lhes assegurem ar e luz em abundancia; servidas por retretes rudimentarissimas – fossas-fixas abertas à expansão de gases deleterios

> empestando o ar – e habitadas por um numero exagerado de presos – tais prisões onde regaladamente vive uma verdadeira fauna de vermes e parasitas, afora os ratos que ás dezenas as infestam (…). Nada que se aproveite. Tudo podre.
>
> (…)
>
> Embora menos repugnantes, não são, contudo, muito melhores as condições hygienicas do andar superior. As paredes, quase do mesmo modo humidas, tornam-se inabitaveis; o ar circula escassamente donde um ambiente pesado, irrespiravel, de cheiro nauseante a bafio; a luz mal se escôa por janelitas insuficientes, o pavimento, aqui e alli, céde quasi ao peso de uma homem. (…)
>
> Algumas camas, viram os peritos, que, sobre o solo a descoberto, eram sustentadas por pedras que os reclusos lhes collocavam por debaixo; os cobertores ou mantas, esfarrapados, encardidos, tendo a substituir-lhes o pêlo espessas crustas de esterco, causavam repulsa á simples vista; lençóis não existiam![307]

Urgia, pois, derrubar a repugnante cadeia, o que foi feito mas com igual prejuízo das muralhas do castelo contíguo. O processo, todavia, desenrolou-se imerso nalguma conflitualidade. Numa carta endereçada ao presidente da Câmara Municipal, com data de 18 de Agosto de 1905, o delegado do procurador régio na cidade comunica-lhe que, em conformidade com informações dimanadas do Procuradoria da Relação do Porto, *por ordem Ministério da Justiça foi mandado suster, até posterior resolução, a demolição do velho edificio da cadeia d'esta cidade, visto confinar com a muralha do castello*[308]. Na cidade, algumas vozes, sem colocar em causa a necessidade de um novo estabelecimento prisional civil, insurgem-se contra a pressa que alguns demonstram no derrube do "castelo". Uma comissão encarregada pelo ministro das Obras Públicas de analisar a pretensão da câmara local em derrubar o castelo – composta pelo director de obras públicas do distrito, pelo arquitecto Rosendo Carvalheira e por Abel Botelho, membro do Conselho Superior de Monumentos – reunir-se-á em Braga em 21 de Agosto desse ano de 1905. No dia seguinte, o próprio presidente da Comissão Executiva de Monumentos Nacionais – o conselheiro Augusto Fushini – visitará a cidade na companhia de Albano Bellino, um bracarense que assumira protagonismo local na oposição à pretensão demolidora da Câmara Municipal. Os desígnios daqueles que pretendem demolir o castelo vão ganhando, porém, ascendente: em sessão camarária, entretanto realizada, por proposta do vereador Victor Brandão, é decidido que o castelo

[307] Arquivo Municipal de Braga, cx. de 1902.
[308] Arquivo da Câmara Municipal de Braga, *Correspondência Recebida,* Cx. 1905, maço de Agosto.

seja fotografado antes do seu derrube, preservando-se dessa forma a memória do monumento.

Da ponderação do trabalho desenvolvido, na sequência da realização destas visitas, o Conselho de Monumentos Nacionais sustentará que devem ser preservadas duas torres do castelo e o lanço de muralha compreendido entre estas e a torre de menagem – em contraponto às pretensões da Câmara Municipal que apenas quer preservar esta última torre.

Pelo final de 1905, em Dezembro, a *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* insta o governo central a agir para impedir a demolição deste património medieval da cidade. Os defensores do património bracarense haviam porém perdido a luta contra o tempo: a câmara local, que terá percepcionado como demasiado ameaçador para os seus intuitos demolidores o "cerco burocrático" dimanado de Lisboa, iniciara já o "assalto" ao castelo, acabando no museu arqueológico do Porto muitas das pedras resultantes do derrube de parte substancial do seu perfil.[309].

Por seu lado, em finais de 1908 a nova cadeia de Braga está pronta para começar a receber os presos da, entretanto abatida, "cadeia velha". O novo estabelecimento prisional foi construído em terrenos oferecidos pelo bracarense Bernardo Sequeira[310], o qual afirmara querer, assim, contribuir para *levar avante um melhoramento que sempre tive como dos mais urgentes e indispensaveis.*

---

[309] O processo de demolição da muralha estendeu-se ainda, pelo menos, pelo ano de 1906. Em carta datada de 29 de Março de 1906 (ofício nº 37), o engenheiro director da Direcção de obras Públicas do Distrito de Braga instava o presidente da câmara municipal a prosseguir com o derrube da muralha – visando a instalação no espaço entretanto libertado de algumas repartições públicas –, nestes termos: *Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex.ª que urge entrar na demolição da parte da muralha da cadeia e anexos que fica por detraz das cazas do largo do Barão de S. Martinho que a Camara da mui digna presidencia de V. Exª tem d'expropriar para a praça preciza para a edificação do edifício para Repartições Publicas n'esta cidade. Não estando as referidas cazas desocupadas dentro de quinze dias, o maximo, para se poder continuar com a demolição, terá esta que ser suspensa, – não se podendo gastar dentro do ano economico a verba destinada para o mesma – o que será um grande atrazo*. (in Arquivo Municipal de Braga, *Correspondência Recebida*, Cx. 1906.)

[310] Numa carta que envia para a Câmara Municipal com data de 20 de Outubro de 1905, este cidadão comunica a oferta à câmara nos seguintes termos: *Il.mo e Ex.mo Sr.* Presidente da Camara Municipal do concelho de Braga – *Tendo conhecimento de que a Camara d'esta cidade, a qual V. Excª dignamente preside, escolhera o local do monte de Castro [sic] para a construção da nova cadeia comarcã, e no sitio da minha propriedade, matto que ahi possuo, sinto-me feliz em vir declarar a V. Exc.ª, na qualidade que representa, e no meu empenho de concorrer, quanto possa, para o progresso d'esta terra que tanto estremeço[?], cedo gratuitamente aos municipis [sic] todo o terreno necessario á construção e serviços d'essa cadeia, bem como o indispensavel para a ligação da actual rua das Palhotas, felicitando a Camara por levar avante um melhoramento que sempre tive como dos mais urgentes e indispensaveis.-* Deus Guarde a V. Ex.ª (in Arquivo da Câmara Municipal de Braga, *Correspondência Recebida,* Cx. 1905, maço Outubro).

A cadeia civil de Braga, contígua ao "castelo" no centro da cidade, nos inícios do século XX.

Albano Belino, um dos bracarenses que nos inícios do século XX luta pela preservação do "castelo" e muralha de Braga, contrariando os propósitos demolidores da Câmara Municipal.

4.4- A reclamação pela preservação e elevação de várias instituições ou estruturas da cidade:

- o Arquivo do Cabido;
- a Escola Normal;
- os Quartéis Militares;
- a Escola Comercial e Industrial.

Corriam os primeiros anos do regime republicano quando a cidade de Braga se vê confrontada com novas ameaças por parte do poder central, em Lisboa, que lhe diminuem o brio institucional: uma das medidas governamentais prevê o encerramento da Escola Normal, enquanto outra resolução centralista pretende a deslocação para a Torre do Tombo da parte mais valiosa da documentação existente no Arquivo do Cabido.

A despeito da turbulência que entretanto se fora estabelecendo entre o novo regime republicano e a Igreja, nos inícios de 1913 em Braga são muitos os notáveis, designadamente os afectos ao hegemónico Partido Democrático, que se indignam contra a ameaça de amesquinhamento do espólio do Arquivo do Cabido, onde se guardam documentos importantes que remontam aos primórdios da nacionalidade. Enquadradas pelas instituições mais relevantes da urbe – a começar pela própria Igreja mas compreendendo as associações comerciais e industriais e o próprio Governo Civil – diversas figuras, captando volumoso apoio na opinião pública local, fazem chegar à capital o quanto fere o orgulho bairrista o esvaziamento do Arquivo do Cabido, uma referência cultural da cidade.

Na edição de 14 de Janeiro, o jornal portuense *O Primeiro de Janeiro* dá conta de uma manifestação efectuada na cidade, visando travar a retirada das preciosidades do arquivo bracarense:

> (...)
> A vereação municipal e as commissões parochiaes tambem se associaram a esta manifestação, sendo resolvido enviar um telegramma ao snr. ministro do interior, significando-lhe egualmente a resolução em que estavam de não consentir de bom grado, que o riquissimo archivo e outras preciosidades que pertencem exclusivamente a Braga fossem d'aqui retiradas.

> O snr. dr. Rodrigo Rodrigues promptamente attendeu o justo pedido, dirigindo um telegramma ao dr. Julio Dantas, determinando-lhe a suspensão de todos os seus trabalhos relativamente ao levantamento do archivo e objectos de valor existentes na Basilica Primacial.
>
> Este telegramma, lido perante o povo que enchia a escadaria interior do templo, foi saudado com vibrantes ovações, ouvindo-se vivas calorosos a Braga, ao snr. governador civil, etc.
>
> (...)
>
> Os manifestantes dispersaram alegres e satisfeitos depois de ouvirem do snr. dr. Justino Cruz, digno secretario do governo civil, a promessa de que tomava perante o povo a responsabilidade de não consentir que objecto algum fosse retirado da Basilica Primacial. [311]

Júlio Dantas, que se deslocara a Braga para fazer um levantamento do acervo existente no Arquivo, procura amenizar os protestos, propondo-se deslocar para a capital apenas pergaminhos dos séculos XII e XIII, alegando a inexistência de peritos qualificados em Braga para aproveitar adequadamente a valia de tão importante espólio. Júlio Dantas beneficia do apoio da *Associação dos Archeologos Portuguezes*, mas não conseguirá opor-se à viva resistência desenvolvida localmente. Denotando o quanto o assunto feria a dignidade local, na sessão parlamentar de 7 de Fevereiro de 1913 o deputado Domingos Pereira – um bracarense – coloca à apreciação da *mesa uma representação, aprovada num comicio em Braga, protestando contra a saída d'aquella cidade dos archivos do Cabido da Mitra da Sé*, esclarecendo que a mesma representação só *não vai assignada por todos os habitantes de Braga porque tal era materialmente impossível, mas que a vontade deles está ali bem expressa*[312].

Estes esforços revelaram-se bem sucedidos, acabando por permanecer na cidade este valioso património referente à memória da diocese de Braga e do país[313].

---

[311] Cartas Diárias. Braga, 13 - O novo mercado, o arquivo episcopal do cabido, uma sessão solene da Juventude Catolica, várias notícias. *O Primeiro de Janeiro*. Porto. Ano 45, nº 11 (14/01/1913), p. 1.

[312] Os arquivos do cabido e da mitra da Sé de Braga (Boletim Parlamentar: antes da ordem do Dia). *Diário de Notícias*. Lisboa. Ano 49, nº 16969 (8/02/1913), p. 3.

[313] Com efeito, muitos anos mais tarde, num relatório que produz em 1929 na sequência de uma visita à Biblioteca e Arquivo de Braga – o qual surge parcialmente reproduzido no artigo "Bilioteca Publica e Arquivo Distrital de Braga" da edição nº 1009, de 20 de Outubro de 1929, do jornal *Correio do Minho* –, Júlio Dantas, o inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, ao mesmo tempo que defende (no ponto 1º deste relatório) *a conveniencia de transferir a Biblioteca Publica e Arquivo Distrital de Braga para o edificio do antigo Paço Episcopal, nos termos em que o determinou a portaria nº 1428, de 29 de Junho de 1918,* sustenta ainda (no ponto 5º do mesmo relatório) *que, visto haver permanecido em Braga o mais importante dos nossos cartorios eclesiasticos e outras consideraveis riquezas paleograficas, que, nos*

A preservação da Escola Normal na cidade, onde era ministrada a formação de professores para o ensino primário, é outra das preocupações que recorrentemente, durante todo este período, envolve a acção das forças vivas da cidade, ocupando significativo espaço na imprensa local. Na sessão de 3 de Março de 1913 no Senado, em Lisboa, é aprovada uma proposta do ministro do Interior que prevê confinar este tipo de ensino a apenas três estabelecimentos sediados nas urbes de Lisboa, Porto e Coimbra. Em Braga, um comício de protesto realizado três dias depois no *Cub dos Invencíveis* dá corpo ao sentimento de indignação que cobre a cidade. Na noite do sábado seguinte, a 8 de Março, a Associação Comercial de Braga patrocina a realização de uma reunião, onde se juntam algumas das mais prestigiadas figuras da cidade e representantes de diversas colectividades locais, visando debater o problema e adoptar uma resolução de protesto para ser enviada para Lisboa, junto do Parlamento e do governo. Numa decisão conectada com mais este atentado à dignidade de Braga, o governador civil do distrito, Manoel Monteiro, apresentará perante o governo central o pedido de demissão[314] do cargo que ocupa, o que será, contudo, recusado. Ecoando ainda os atritos relacionados com esta questão, mas decerto também para apoiar o "seu" governador civil em disputas com o governo central a propósito da nomeação de um novo comandante da GNR para a cidade, várias organizações republicanas "revolucionárias" que funcionam na órbita do Centro Democrático Republicano da cidade (os grupos *Pró Patria*, *Germinal* e *Defesa da República*) em parceria com a Associação Comercial promovem em meados deste mesmo mês de Março (dia 17) um comício de apoio a Manoel Monteiro.

No início do ano seguinte, uma reunião realizada pela Comissão Executiva Municipal, a 5 de Janeiro, será ainda particularmente animada por esta questão. Então, o vereador com o pelouro da Instrução, José António Cruz, propõe aos demais membros do executivo municipal a aprovação de uma moção, a enviar para Lisboa, na qual são clarificadas as diversas razões que sustentam o direito de reivindicar uma escola de ensino "normal completo" para a cidade de Braga. Nesta moção, entretanto aprovada,

---

termos da lei geral (lei de 2 de Outubro de 1862 e decretos ulteriores), deveriam dar entrada no Arquivo Central do Paiz, se convide a Junta Geral do Districto a fornecer, no limite das suas possibilidades, os meios necessarios para que se completem as incorporações determinadas pelo decreto nº 3286 e para que, restituida a tipografia do Arquivo á sua laboração, possam publicar-se desde já os indices-sumarios do Bulliarium e dos pergaminhos avulsos da "colecção cronologica", e o corpo de documentos dos cartorios do cabido e da Mitra anteriores ao Seculo XII.

[314] Cerca de um ano antes, em Fevereiro/Março de 1912, Manoel Monteiro havia já apresentado a demissão do cargo de governador civil, em protesto contra uma sindicância então intentada pelo secretário de estado do Ministério do Interior. Evitada a sindicância, Manoel Monteiro recuou no pedido de demissão. Entretanto, em Maio seguinte Manoel Monteiro abandonará mesmo, e em definitivo, o Governo Civil para ocupar um lugar de juiz no Supremo Tribunal Administrativo.

enfatiza-se a relevância da instituição para a economia da cidade, vincando-se que *tal supressão vem quasi impedir que as classes menos abastadas possam destinar um filho á carreira do magistério primário por difficuldades resultantes das despezas de deslocação*; por outro lado, exige-se do governo a atribuição de um dos edifícios expropriados às congregações religiosas para servir à Escola Normal da Cidade, ao mesmo tempo que, por último, se reclama que *todos os senadores e deputados do distrito de Braga collaborem nas instancias superiores a favor d'esta legitima aspiração da Câmara e do povo de Braga*[315].

As ameaças de extinção da Escola Normal da Cidade atravessaram o período da 1ª República e ganharam repetido fôlego após a instauração da ditadura saída da revolução de 28 de Maio. Repetidas vezes a imprensa bracarense denunciará nos primeiros anos da Ditadura a injustiça da sistemática desconsideração a que querem votar Braga, seja neste caso da Escola Normal, seja, já o dissemos, no referente a instituições várias que relevam para o estatuto e para a economia da cidade. Em Agosto de 1926, o *Correio do Minho* alerta a opinião pública para uma reforma anunciada pelo Ministro da Instrução, perante os participantes do 8º Congresso Pedagógico, a qual prevê a criação de três "escolas modelo" para a formação de professores, a instalar nas habituais cidades de Lisboa, Porto e Coimbra. A cidade Braga, cuja Escola Normal não é das menos frequentadas do país, lembra o *Correio do Minho*, não será contemplada neste projecto. Registemos algumas das indignadas palavras deste diário bracarense, que verte também a sua ira contra o imprestável bairrismo de muitos dos notáveis da cidade:

> (…)
>
> Ainda sabado na sessão inaugural do 8º Congresso Pedagógico em Lisboa, o sr. Ministro da Instrução Publica no seu discurso fez a seguinte afirmação:
>
> *N'uma criação temos postos os olhos com particular amor: é na "escola modelo", para a qual dispomos já dos necessarios recursos, verdadeira escola primaria experimental, dotada com todos os requisitos pedagógicos e hygiencos. Alli farão estagio e virão periodicamente tomar parte em cursos de aperfeiçoamento os professores. A de Lisboa e as duas que se lhe seguirem no Porto e em Coimbra serão centros de onde irradie a methodização pedagógica e servirão de apuramento e contraste para os que vão exercer o ensino.*

[315] Livro de actas das Sessões da Câmara Municipal (1914-16), fls. 6v. e 7.

> Leram? Pois fiquem sabendo que em Portugal há quatro escolas de Ensino Normal – Lisboa, Porto, Coimbra e **Braga**.
>
> Todas foram lembradas pelo snr. Ministro menos Braga porque, certamente, é **Braga!**
>
> Mas a injustiça ainda é maior sabendo-se que de todas elas não é a menos frequentada.
>
> A "escola modelo" só é digna de ser instalada junto das Normais de Lisboa, Porto e Coimbra porque a de Braga, embora seja de mais frequencia que alguma d'aquelas não merece nem tem registo no canhenho do snr. Ministro.
>
> Que dirão os **patriotas** e os Senhores que arribaram a esta terra e são hoje os que mandam nas chamadas **forças vivas** de Braga e seus arredores.
>
> Riem-se, bem sabemos, muito hirtos e convencidos da sua alta importância, olhando-nos muito ao de cima da sua intelectualidade financeira…
>
> Que lhes importa que a terra para onde vieram só para ganhar dinheiro tenha mais escola ou menos escola, mais isto ou menos aquilo, se o seu objectivo está garantido?
>
> E nós, modestos e pequeninos, sem a inteligencia que tanto os elevou mas fortes com a autoridade de filhos desta querida Braga, nela nascidos e creados, e com a independencia moral bastante para falar alto e claro, não deixaremos de apontar as injustiças de que ela é victima, embora as nossas queixas não pertua [perturbe?] bem a digestão de suas excelencias…
>
> Esta terra de Braga é mal fadada, pois não é?[316]

Ainda não foi desta, porém, que a cidade se viu amputada desta instituição. Cerca de um ano depois, nas páginas do *Diário do Minho* alertava-se de novo a população para a desvalorização ou extinção da Escola Normal da cidade – medida que no governo estaria a germinar no contexto de uma política de redução dos encargos financeiros do Estado. O *Diário do Minho* escrevia que na cidade *o assumpto do dia, o que justamente traz alarmada a população da cidade, do concelho e districto é a ameaça da extinção ou anexação da nossa Escola Normal*. E embora neste artigo se afirmasse a crença de que o assunto haveria de merecer da parte do ministro da tutela – ademais, um minhoto, lembrava-se – uma ponderada e benévola reflexão, não se deixava de vincar que constituía motivo de estupefacção o não atendimento pelo governo ao facto de *a nossa Escola ser a mais frequentada do paiz, a que menos encargos dá ao Estado, a que é*

[316] Interesses Locaes. *Correio do Minho*. Braga. Nº 33 (12/08/1926), p.1. O negrito assinalado neste texto respeita a formatação original do artigo publicado no *Correio do Minho*.

preferida pelas muito grandes e muito populosas provincias do norte e finalmente pela nossa irrefutavel condição de terceira cidade do paiz[317]. Já algumas semanas antes podíamos constatar nas páginas do *Correio do Minho*[318] o alerta sobre esta reincidente ameaça que pairava sobre os interesses da cidade, quando neste diário se considerava que a Escola Normal *é um laboratório onde as meninas, principalmente as das classes médias, podem receber uma educação especializada, que lhes permite a excelencia de serem na familia boas mães e na escola boas educadoras*. Para realçar a valia social e económica deste estabelecimento de ensino para a cidade, este jornal vincava que o mesmo constituía a *única casa existente em Braga, a terceira cidade do país, que a meninas pode fornecer uma educação profissional que as coloca ao abrigo da miséria se um dia esta lhes bater á porta,* acrescentando ainda, não menos importante, que a despesa gerada pelos alunos aqui deslocados representaria um movimento anual estimado em 675 contos, aos quais haveria ainda de adicionar as despesas geradas pelos seus familiares quando entendessem deslocar-se a Braga para se inteirarem do rendimento escolar dos educandos. Porém, na edição de 13 de Abril de 1928 o *Correio do Minho* (nº 543), agora rendido à evidência dos factos, dava conta de que acabava de ser publicado um decreto que extinguia as Escolas Normais Primárias de Braga, Coimbra e Ponta Delgada. De nada adiantariam, por agora, os protestos dos pais, dos alunos, ou do último director deste estabelecimento de ensino, José Leão Ferreira da Silva, que num discurso pronunciado aquando da realização de uma récita realizada no estabelecimento de ensino a 12 de Maio seguinte – mantendo ainda alguma fé numa reversão do processo – afirmava não querer acreditar que se pudesse encerrar uma escola de formação de professores num país com dois terços de analfabetos, adiantando ainda, como curioso argumento, que em cada região do país só os professores dela naturais poderiam ministrar de forma mais empenhada o ensino das primeiras letras: *se colocarmos o professor extremenho ou beirão a reger uma escola do Minho, esse professor vindo para um meio que não conhece sente-se em terra extranha, sem apego á sua escola porque tem saudade da sua provincia e deseja voltar para onde nasceu e se educou*[319]. Entretanto, Salazar tomaria posse como ministro das Finanças (27 de Abril de 1928), tendo como missão primordial ultrapassar o grave *deficit* orçamental, o que mais contribuiria para a irreversibilidade do processo. A escola acabaria, de facto,

[317] Escola Normal. *Diário do Minho*. Braga. Nº 2368 (10/09/1927), p.1.
[318] Escola Normal. *Correio do Minho*. Braga. Nº 323 (22/07/1927), p.1.
[319] Festa dos alunos da E.N.P: Pela Escola Normal de Braga, discurso do sr. dr. José Leão Ferreira da Silva. Rubrica "Pagina Escolar", *Correio do Minho*. Braga. Nº 569 (15/5/1928).

encerrada conforme se colhe de um texto publicado no *Correio do Minho* nos inícios de Março de 1933: referindo-se à figura de *José Leão Ferreira da Silva*, cujos méritos eram enaltecidos, o jornal revelava então que esta personagem *prestigiou ao maximo a antiga Escola Normal Primaria, desta cidade, de quem foi o primeiro e ultimo director*[320].

A pretensão em manter na cidade o maior número possível de quartéis militares anima também as vontades dos vultos bracarenses, na política e na sociedade, e da imprensa local. Vimos já que, mal acabara de se instalar a República, os novos protagonistas da política local reclamavam de Lisboa a instalação na cidade de uma Divisão Militar, o que vem a ser efectivamente concedido.

Nos primeiros tempos do pós-28 de Maio – num cenário de aperto na despesa pública, agora que sobre a 1ª Grande Guerra estavam já volvidos alguns anos – os governos intentam reduzir as instalações militares no país e a cidade de Braga não escapará a estas medidas de contenção. Da imprensa bracarense colhemos, particularmente do *Correio do Minho*, vivos e continuados protestos contra as persistentes "perseguições" de que a cidade é alvo. Sob o lema "Que lucrou Braga com a revolução?", o *Correio do Minho* procurou – em vários artigos publicados no Verão de 1926 – espalhar na opinião pública, particularmente entre os "notáveis" locais, o alarme acerca dos novos "ataques" aos legítimos e expectáveis direitos que assistiam à cidade. Os argumentos reincidiam na grandeza despeitada de Braga (a terceira cidade do país, relembrava-se), no inevitável prejuízo económico que adviria do abandono da urbe por centenas de pessoas[321] e – mais importante – na acusação ao governo da Ditadura de não manifestar o devido reconhecimento à cidade, afinal aquela de onde partira a revolução de 28 de Maio, que conduziria o país para a nova ordem agora instalada. Atentemos, a título de exemplo, num alargado excerto de um destes textos acusatórios, no caso um que saiu para a praça pública cerca de dois meses após a revolução de 28 de Maio, no qual se reclama contra a progressiva supressão de relevantes instituições da cidade, desde os quartéis aos tribunais:

---

[320] Artigo "Dr. José Leão Ferreira da Silva", inserto na rubrica "Página Escolar" do *Correio do Minho* de 2 de Março de 1933 (nº 2042), p. 3.

[321] O *Correio do Minho* na edição de 21 de Agosto de 1926 (nº 41, p. 1) no artigo "Outros Processos" avaliava o prejuízo nestes termos: *Com a nova reorganização do exercito Braga fica sem 200 familias de oficiaes e sargentos que se deslocarão para outras terras. Isto representa um grande prejuizo para a terra. E a classe que mais sofre é a comercial.*

> É com grande magoa que temos de constatar que tendo sido Braga o berço da Revolução de 28 de maio, esse facto em vez de lhe trazer a simpatia dos que estão no poder, tem ao contrario sido esquecida e até prejudicada. (…)
>
> Pois bem: legislou-se especialmente para Coimbra, dotando-a com duas varas civeis e criminaes, com um Juizo de investigação criminal, vae ter Palacio de Justiça e não é obrigada a dar aposentadoria aos seus magistrados judiciaes.
>
> E Braga?
>
> É uma comarca de movimento superior ao de Coimbra e ficou como estava, o que não se comprehende (…)
>
> Para pagar está na cabeça do rol para receber é eliminada, não existe, não é conhecida…
>
> (…)
>
> Leiam o Decreto da Reorganização do exercito.
>
> Braga foi-se á viola mas Coimbra lá está com todas as letras, embora devesse ter a mesma sorte que a nossa terra, sacrificando-se para isso Vizeu que era, segundo dizem os entendidos nas regras de Marte, onde devia ser a séde da Divsão.
>
> Mas isto não é tudo.
>
> Vamos ficar sem os regimentos de infanteria 29 e cavalaria 11, visto serem suprimidos![322]

Numa entrevista que concede ao mesmo *Correio do Minho*, aquando do regresso de uma visita de trabalho a Lisboa, o governador civil do distrito procura aclamar os ânimos, afirmando que, embora com menos quartéis, Braga passará mesmo a albergar mais militares – doravante concentrados no Regimento de Infantaria 8 – pois para esta cidade ainda serão deslocados os militares de um batalhão estacionado na vizinha cidade de Barcelos[323].

A situação não estaria então ainda de todo clarificada, o que motivou a constituição de mais uma comissão de notáveis da cidade para pressionar em Lisboa a defesa dos interesses locais. Na edição de 10 de Outubro o *Correio do Minho* informava que *parte hoje para Lisboa, no comboio das 16-12 a Comissão encarregada de apresentar ao Governo, e nomeadamente ao sr. Ministro da Guerra, as reclamações da cidade de*

---

[322] Que lucrou Braga com a revolução? *Correio do Minho*. Braga. Nº 27 (05/08/1926), p.1. Em *Anexos III* (3-b), veja-se a versão integral deste texto e ainda um outro (3-a) de teor assemelhado.

[323] Interesses de Braga: uma conversa com o snr. Governador Civil. *Correio do Minho*. Braga. Nº 43 (24/08/1926), p.1.

Braga[324]. Dois dias depois, o mesmo jornal clamava vitória, informando os leitores de que afinal permaneceriam em Braga, além do Regimento de Infantaria 8, dois esquadrões de Cavalaria, acrescentando ainda que o ministro do Comércio, que aceitara um convite para visitar brevemente a cidade, ordenara o *imediato estudo da linha ferrea de Braga a Barcelos e o prosseguimento rapido do edificio dos correios e Telegrafos*[325]. Uns largos meses mais tarde, na edição de 3 de Maio de 1927, o *Correio do Minho*[326] revelava que a cidade de Braga seria contemplada com Batalhão de Caçadores 9, conforme prometera o ministro da Guerra na sequência da falhada revolta de 27 de Fevereiro no Porto, rematando, com alguma euforia, a notícia nestes termos: *Mas tout va bien quit finit bien… Caçadores 9 em Braga. Mais um milagre da Senhora do Sameiro ou não fosse ela a madrinha do 28 de Maio…*

No final de 1927, ainda no *Correio do Minho* podemos colher o protesto contra o previsto encerramento dos cursos nocturnos nas escolas comerciais. Na edição de 15 de Dezembro este jornal denunciava o facto, concluindo que, a ser verdadeira a notícia que corria, estes estabelecimentos de ensino passariam a ficar desertos, pois os seus utentes eram, na generalidade, trabalhadores do comércio que só à noite, em regime pós-laboral, podiam frequentar as aulas[327]. Um ano depois, nas edições de 22 e 24 de Novembro de 1928, este mesmo jornal surge a apoiar um abaixo-assinado de professores da Escola Comercial e Industrial de Braga (anteriormente designada por Escola Frei Bartolomeu dos Mártires) que reclamam ao Ministério do Comércio e Comunicações a concessão de uma verba de 450 contos para o levantamento de um novo edifício que satisfaça minimamente as exigências dos seus cerca de 500 alunos, pois as instalações então existentes, *uma abandonada residência particular*, serão quase irreformáveis. O *Correio do Minho* considera justíssima a "representação" – que os professores da escola enviam ao ministro, por intermédio do Governo Civil do distrito[328] – pois qualifica as

---

[324] Os elementos que compõem esta comissão são o presidente da Comissão Executiva Municipal, Domingos Soares, o director da Biblioteca Pública, Alberto Feio, e um representante da Associação Comercial. Ver artigo "Ao Povo de Braga" no *Correio do Minho*. Braga. Nº 83 (10/10/1926), p1.

[325] A Vitoria do "Correio Do Minho". *Correio do Minho*. Bragas.Nº 84 (11/10/1926), p.1.

[326] O Boato não era boato. *Correio do Minho*. Braga. Nº 255 (03/05/1927), p.1.

[327] Na edição nº 443, de 15/12/1927, o *Correio do Minho*, sob o título "Escolas Normal e Comercial", escrevia na primeira página*: Circulou a notícia que já alarmou o pessoal discente das escolas comerciaes, de que pela nova organização do ensino vão ser suprimidos os cursos nocturnos daquelas escolas. (…) A ser verdadeira a supressão dos cursos nocturnos nas escolas comerciaes, elas quasi ficarão desertas. Quem as frequenta, na sua grande maioria, são os rapazes já empregados no comercio e que teem as horas prezas durante o dia, podendo só dispor das que se seguem ao encerramento dos estabelecimentos aonde trabalham.*

[328] Os professores da escola justificam a pertinência do pedido/reclamação que efectuam através do seguinte texto: *Ex.mo Senhor Ministro do Comercio e Comunicações: As comissões de aperfeiçoamento*

instalações do edifício escolar como um autêntico "pardieiro". Nos anos seguintes, a campanha do *Correio do Minho* reincidirá na defesa de melhorias no edifício e no material didáctico da escola, que continuaria, como muitas outras no país, a ostentar pouca qualidade nestes domínios. Todavia, o atendimento de Lisboa a estas reclamações não foi, em absoluto, o mais favorável. Com efeito, decorrido pouco mais de um ano sobre esta representação/reclamação apresentada pelos professores da Escola Comercial e Industrial de Braga, o *Correio do Minho* insurgia-se ainda contra as imprestáveis condições ostentadas pela escola comercial e industrial da cidade, as quais descrevia nos termos seguintes:

> Uma escola frequentada por muitas raparigas, colocada entre um quartel e um bairro de colégios de toleradas;
>
> Uma escola que tem aulas sem ar e sem luz;
>
> Uma escola com uma população de alguns centos de alunos com um único micttorio e uma unica retrete;
>
> Uma escola onde os alunos tem de se aglomerar pelos corredores e escadas, pois não há um recinto proprio para aguardarem as horas dos trabalhos escolares;
>
> Uma escola industrial sem oficinas;
>
> Uma escola comercial sem instalações proprias para a pratica de exercicios[329].

---

da Escola Industrial e Comercial de Braga, parte industrial e comercial, havendo dado o seu parecer nos termos da alínea e) do artigo 2º do decreto nº 6286, de 19 de Dezembro de 1919, quanto `a inadiavel urgencia, da instalação da mesma escola em edificio condigno, veem perante V.ª Exª sumariamente expor, e respeitosamente pedir, o seguinte: o progressivo desenvolvimento da industria desta região, e as suas intensas transacções comerciais, fazem afluir à matricula desta Escola um tão elevado número de alunos, que o velho edificio onde se acha instalada, e que é uma abandonada residencia particular, por forma alguma comporta. Da aglomeração de alunos em pequenos quartos, adaptados a salas de aula, muitos sem ar nem luz natural, resulta uma tão grave ofensa aos mais rudimentares deveres de higiene, que chega a causar dó vêr pobres crianças encerradas em cubiculos de atmosfera viciadissima, que depressa se faz sentir em patentes manifestações de um lento envenenamento. Perante este estado de coisas, que é gravissimo, duas soluções aparecem: ou o imediato encerramento da Escola; ou a sua instalação em edifício apropriado. Será porem uma solução o encerramento da escola? Deverá o Estado fechar as luzes do ensino precizamente àqueles que, pertencendo em regra a classes pouco abastadas, não podem ir buscar a outros estabelecimentos de ensino ou a colegios particulares? Seria uma revoltante iniquidade, cuja reacção não se faria esperar, explodindo estrondosamente. E, se a justiça social exige a permanencia do funcionamento da Escola, não há outra solução que não seja a da instalação da Escola em edificio condigno, que pode aliaz facilmente encontrar-se, sem até surgirem as dificuldades que ainda ultimamente apareceram em Lisboa e Coimbra, ao serem procurados edificios para os novos liceus ali criados. Com um emprestimo de 450 000$, devidamente amortizavel, se podera obter em Braga à Instalação da Escola, não certamente em luxuosos edificios, mas ao menos em casas que não deixem de ser antros mefiticos, onde não só impossivel é ministrar o ensino, mas até criminoso conservar a permanencia de qualquer pessoa. Nestes termos, e até por um imperioso dever de humanidade, as comissões de aperfeiçoamento veem perante V. Exª instar pela solução rapida deste momentoso assunto, apresentando os seus votos de Saude e Fraternidade. (texto inserto na notícia "Escola Bartolomeu dos Martires – Reclamação justissima. Uma representação." publicada no *Correio do Minho*, nº 738, de 30/11/1928, p.1)

[329] Interesses Regionais. *Correio do Minho*. Braga. Nº 1087 (22/1/1930), p.1.

E quase três anos depois a situação acabava por se revelar deveras mais desfavorável para os interesses da cidade. De facto, na edição de 10 de Novembro de 1932, o mesmo *Correio do Minho* (nº 1641) surgia a recordar o lamentável decreto 18420, de 4 de Junho de 1930, que eliminara alguns dos cursos processados nesta escola bracarense, vincando que a partir de então não ficaram *os seus alunos com habilitações bastantes para se poderem matricular nos Institutos (…), regalia que desde sempre gozaram,* daqui resultando – asseverava o jornal – um grande prejuízo para *os filhos dos industriais e comerciantes desta cidade*. Para os protagonistas locais destas e doutras reclamações apresentadas pela cidade haveria a reter, como corolário deste processo, que os ecos das reclamações de Braga junto do poder central ou soavam desmedidos, num período em que o equilíbrio das contas públicas se impunha como um desiderato maior, ou eram, de facto, pouco perceptíveis.

4. 5 - A estrada Braga-Chaves: uma construção que se arrastou por muitas décadas

Pelo limiar do último terço do século XIX, em plena época fontista, iniciara-se a construção da ligação por estrada entre Braga e Chaves. Uma tarefa aparentemente ciclópica, se atendermos à demora no seu desfecho, pois seria já no alvor do Estado Novo que esta via acabaria concluída. Num "editorial" publicado sobre o assunto no final de Julho de 1927, o *Correio do Minho* – numa avaliação imbuída de ironia e indignação – começava por lembrar que algumas obras, de tão arrastadas, parecia que nunca chegariam ao seu termo, para depois, atacando no ponto preciso, censurar: *veja-se o que tem sido essa decantada estrada de Braga a Chaves, começada ha 60 anos e que está a poucos kilometros da linda vila transmontana. Nunca andou senão com a ajuda de muletas eleitoraes*[330]. Cerca de oito dias depois, noutro dos muitos artigos dedicados a esta temática, o mesmo jornal evocava a conversa dias atrás desenvolvida com um "rico proprietário" do concelho de Montalegre para clarificar

[330] Uma oportunidade. *Correio do Minho*. Braga. Nº 330 (30/07/1930), p.1.

algumas das vantagens que adviriam da conclusão desta importante via e para reincidir na denúncia da exasperante demora da obra:

> Estivemos há dias com um cavalheiro do concelho de Montalegre, rico proprietario e que nos pediu para que não largassemos de mão a campanha que vimos sustentando para que seja breve a conclusão da estrada de Braga a Chaves.
>
> E' uma riqueza disse-nos ele, para Braga e para os povos essa estrada cujo inicio tem mais de meio seculo.
>
> (…)
>
> No dia em que a estrada de Braga a Chaves atravessar as terras barrosãs, disse-nos esse cavalheiro, as nossas propriedades quintuplicarão de valor.
>
> (…)
>
> Os povos de Montalegre e, dizendo Montalegre, diremos Barroso, por ser do concelho, se querem vir a Braga ou ir ao Porto tem de perder o melhor de 24 horas e ficar com o corpo num estado deploravel.
>
> Ligados por estrada, a Braga viriam em pouco mais de 2 horas e ao Porto em 4 horas!
>
> (…)
>
> Poucos kilometros faltam para concluir a estrada.
>
> Em tres anos, segundo informam os tecnicos, chegaria ao seu terminus, desde que o ministerio do comercio a dotasse com uma verba que não fosse ridicula, como, infelizmente tem sempre ou quasi sempre sucedido.
>
> O desenvolvimento crescente da industria agricola daquela região, daria ao governo, anualmente, um aumento de contribuições que bastariam para o juro e amortização do capital gasto no troço de estrada (…)
>
> Desgraçadamente os governos nunca gastam tempo com estes pequeninos estados.
>
> Como já temos dito por mais vezes a estrada de Braga a Chaves só era reclamada em periodos eleitorais.
>
> Os chefes politicos incluiam sempre no programa dos candidatos que tinham de ser *nomeados* deputados a estrada de Braga a Chaves[331].

Alguns anos depois, porém, a conclusão da "mítica" estrada tornar-se-ia uma realidade. Em 14 de Junho de 1932 o *Correio do Minho* informava que nesse mesmo dia

[331] De Braga a Chaves. *Correio do Minho*. Braga. Nº 339 (10/08/1927), p.1.

ocorreria a abertura ao trânsito do último troço desta via[332]. Denotando a importância do evento, na cerimónia de inauguração da via, ocorrida no lugar de Negrões, estiveram presentes o chefe do governo e três ministros – o do Comércio, o do Interior e o da Guerra. Neste mesmo dia, pelas 21 horas, os ministros do Comércio e da Guerra inaugurariam em Braga o edifício dos Correios, na Avenida da Liberdade, também uma velha aspiração local cuja construção se vinha arrastando[333].

[332] Estrada de Braga a Chaves. *Correio do Minho*. Nº 1824 (14/06/1932), p.1. Neste artigo, o *Correio do Minho* sobrelevava o papel de alguns bracarenses para a materialização de tão ansiada melhoria: ainda no século XIX, o deputado Penha Fortuna; no período republicano, Manoel Monteiro, um notável local do Partido Democrático, com projecção nacional; no período da Ditadura, o capitão Ribeiro Barbosa e Alberto Cruz, respectivamente governador civil e governador civil substituto.

[333] O mesmo *Correio do Minho* alguns meses depois (edição nº 1655 de 26/11/1932) surgia a denunciar o facto de o edifício dos Correios não estar ainda aberto ao público porque lhe faltava o necessário mobiliário.

5- O tempo da 1ª República em Braga

5.1 - A proclamação do novo regime
5.2 - As mudanças no aparelho político-administrativo

Na manhã de 6 de Outubro de 1910, depois de uma noite passada no fio da navalha[334], os republicanos bracarenses recebem notícias que confirmam o sucesso da revolução republicana na capital, sendo que alguns não conseguem evitar deixar-se submergir pela intensidade das emoções[335].

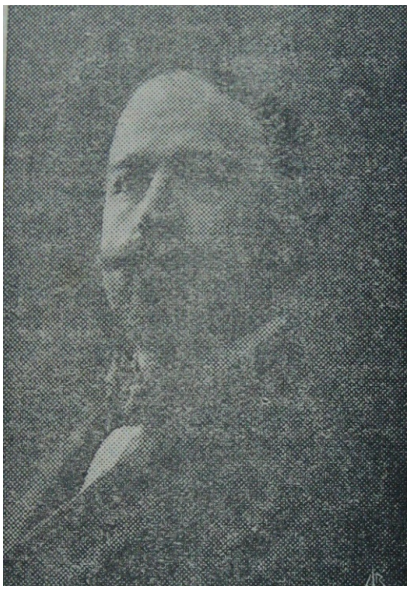
No dia seguinte, a 7 de Outubro, é proclamada na cidade a implantação do novo regime. A Francisco Faria, o presidente da Comissão Republicana Municipal, caberá anunciar a instauração da República, primeiramente no interior do edifício dos paços do concelho – perante o comando militar da cidade acompanhado por diversos oficiais, bem como perante um grupo socialmente diversificado de civis – e posteriormente, da

---

[334] Vinte e um anos volvidos sobre a proclamação da República, no artigo "5 de Outubro de 1910" assinado por A. P. na edição de 4 de Outubro de 1931 do *Correio do Minho* (nº 1610, p. 1), a propósito da efeméride que ocorreria no dia seguinte, rememoram-se estes cruciais momentos da História. O articulista lembra que nesses dias iniciais de Outubro de 1910, na sequência da divulgação do assassinato de Miguel Bombarda, haviam começado a chegar a Braga notícias que davam conta de um levantamento revolucionário na capital. Porém, entretanto os telefones e o telégrafo emudeciam-se aqui em Braga, propiciando a emergência dos mais diversos boatos, os quais as autoridades monárquicas locais tentavam esvaziar afirmando que as forças fiéis à Monarquia estavam a esmagar os revoltosos. O desânimo corria então nas hostes republicanas e monárquicas em Braga, revela ainda o articulista, que, num contraponto, rememora a fé inquebrantável do republicano bracarense Souza Junior em como a revolução republicana haveria de ser bem sucedida. Intentando dissipar as angústias entre os republicanos da cidade, resultantes do cruzamento de boatos de sentido oposto, Luís A. Simões d'Almeida e Abílio Correia deslocam-se de automóvel à cidade do Porto, na noite de 5 para 6 de Outubro, à procura de notícias mais sólidas. O automóvel terá levado três horas a chegar ao Porto e estes demandantes da "boa nova" demoraram ainda bem mais a regressar a Braga, onde os nervosos correligionários republicanos esperavam por notícias nas barreiras da cidade estabelecidas em Maximinos ou no Centro Republicano. Quando finalmente Simões d'Almeida e Abílio Correia retornaram a Braga, nas primeiras horas da manhã do dia 6 de Outubro, já Manoel Monteiro havia recebido um telegrama, enviado a partir de Vigo por António José d'Almeida, confirmando-lhe o sucesso da revolução republicana e a sua nomeação para novo governador civil de Braga.

[335] Menici Malheiro na sua obra *Braga Contemporânea* (ob. cit., p. 114), aduzindo outros dados, revela que às 8 horas da manhã de 6 de Outubro, Henrique José Alves comunicava por telefone aos republicanos de Braga o sucesso da revolução de Lisboa. Malheiro diz que chorou, acrescentando ainda: v*i muitos camaradas meus chorar de alegria!... a república era um facto incontestado.* Retenha-se ainda, como nota adicional, que algum tempo antes do 5 de Outubro de 1910 teria sido constituído em Braga um comité revolucionário visando participar na eventual proclamação da República pela força. Porém, este comité não chegou a actuar. Na edição de 5 de Outubro de 1913 do jornal republicano *A Rotandade* (ano II, nº 38, p. 1, artigo "1910"), evocativa do terceiro aniversário da República, Justino Cruz revela que, além dele próprio, que era o presidente, integravam este "Comité Revolucionário de Braga", entre outros, os seguintes elementos: Domingos Pereira, Joaquim d'Oliveira, Abílio Correia, Afonso Miranda, José Amado, Luiz Viegas, e os trabalhadores João Sequeira e Manuel Castro.

varanda do mesmo edifício, para a multidão que entretanto se aglomerara no exterior[336]. Sinalizando os novos tempos, uma nova bandeira representativa da República seria entretanto hasteada nos paços do concelho, no paço episcopal e nos principais edifícios públicos da cidade[337].



Justino Cruz

Primeiro director do semanário republicano *A Verdade* e presidente do "comité revolucionário de Braga", existente por Outubro 1910 – foto publicada pelo *Correio do Minho* de 11/10/1929, na passagem do 10º aniversáro da sua morte.

O jornal portuense *o Commercio do Porto*, reportando os acontecimentos desse dia 7 de Outubro de 1910 na cidade de Braga, escrevia:

> Uma numerosa manifestação foi ao consulado brazileiro, dando palmas e vivas, vindo agradecer á varanda do edificio, o illustre consul snr. Rôxo Lagôa, que ergueu calorosos vivas á republica portugueza.

[336] O teor integral do texto da acta relativa à cerimónia, realizada na Câmara Municipal de Braga, onde se proclamou o reconhecimento público do novo regime republicano, instaurado em Lisboa a 5 de Outubro, pode ler-se em *Anexos IX* (1) – "Acta da proclamação da República na Câmara Municipal de Braga, em 7 de Outubro de 1910".

[337] Retenha-se que a nova bandeira do regime republicano seria aprovada pelo Governo Provisório através de um decreto de 19 de Junho de 1911 (diário do Governo nº 157, de 8 de Julho) depois de um amplo debate e de um concurso referente ao assunto. Contudo, desde o 1 de Dezembro de 1910 (feriado "consagrado à autonomia da Pátria portuguesa" e também considerado o dia da bandeira) que o novo estandarte flutuava pelo país a lembrar a República instalada (a versão final da bandeira aprovada pelo referido decreto de 19 de Junho de 1911 apenas eliminou uma estrela de cinco pontas que constava da versão inicial). Retenha-se ainda que aquando da rebelião republicana de 31 de Janeiro de 1891 na cidade do Porto fora já uma bandeira rubra, com caracteres verdes identificando o *Centro Democratico Federal 15 de Novembro*, a hasteada no edifício da Câmara Municipal (a bandeira vermelha, adoptada por socialistas e republicanos, em Portugal e na Europa, surgira inicialmente em França, na revolução de 1848, para representar as reivindicações populares e operárias).

> No quartel de infantaria 8 hasteou-se a bandeira republicana, assistindo o snr. commandante da 5ª brigada e officialidade, que fez a respectiva continencia.
>
> Nos paços do concelho foi a republica proclamada pelo novo presidente do municipio snr. dr. Francisco Faria (...).
>
> Os populares acompanhados de uma banda de musica, que tocava a "Portugueza", e empunhando bandeiras republicanas, foram tambem ao grande hotel, onde se encontrava o snr. dr. Manoel Monteiro, fazendo uma quente manifestação, visitando tambem os quarteis de infantaria 8 e o esquadrão de cavallaria 5[338].

A partir de 13 de Outubro[339], escassos dias após a instauração do novo regime, observa-se uma primeira recomposição das estruturas republicanas locais, com Domingos Pereira, o novo administrador do concelho, a assumir a presidência da Comissão Executiva Municipal em substituição de Francisco Faria. Cumpria-se assim uma determinação do Governo Provisório que estipulava que a chefia da Comissão Executiva Municipal, nos diferentes concelhos do país, deveria caber ao respectivo administrador.

As restantes estruturas do aparelho administrativo sofrerão também, naturalmente, alterações: Manoel Monteiro, um destacado republicano na cidade entretanto empossado como novo governador Civil do distrito de Braga, nomeará para a Comissão Distrital os correligionários José Joaquim d'Oliveira, António Casimiro da Cruz Teixeira e Álvaro Pipa; Bento d'Oliveira surge como o novo comissário de polícia na cidade; a liderança das diferentes juntas paroquiais é também renovada.

---

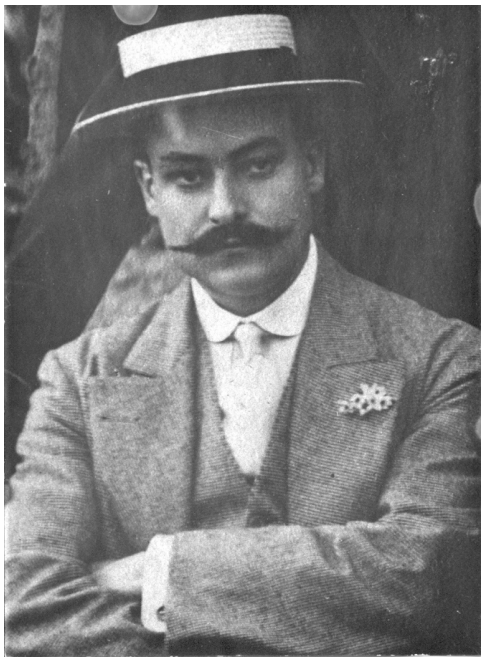
[338] Nas Províncias – Braga, 7. *O Commercio do Porto*. Porto. Ano LXVII, nº 238 (8/10/1910), p2.

[339] Como nota curiosa, mas também sintomática dos novos tempos, retenha-se que na reunião realizada pela Comissão Administrativa Municipal neste mesmo dia 13/10/1910, para além da formalização da entrega da presidência deste órgão a Domingos Pereira e da adopção de outros procedimentos relativos ao futuro funcionamento da mesma, sob proposta do vogal Alberto Feio foi deliberado proceder a diversas alterações na toponímia da cidade. Em consonância com os novos tempos, as ruas, praças ou avenidas que arvoravam o nome de personalidades comprometidas com o passado monárquico serão agora rebaptizadas com designações que evocam referências maiores do republicanismo ou com nomes que fazem jus ao reclamado mérito de diversos notáveis republicanos. Ficou assim deliberado que o Largo Hintze Ribeiro seria doravante a Praça da República; a Avenida João Franco converteu-se na Avenida da Liberdade; a Rua Nova d'El Rei transmutou-se na Rua Cinco de Outubro; a Rua da Rainha transfigurou-se na Rua dos Mártires da República e a Rua José Luciano transformou-se na Rua Cândido dos Reis. Uma semana depois, na reunião seguinte realizada a 20 de Outubro, foi também deliberado atribuir o nome de Miguel Bombarda à até então designada rua Conde Paçô Vieira (Arquivo Municipal de Braga, *Livro de Actas das Sessões da C. Municipal*, 1909-10, p. 110).

A consagração da nova ordem política no país arrastou uma multiplicidade de adesões à causa republicana, nuns casos genuínas, noutros naturalmente enviesadas por um pragmatismo oportunista. Numa carta que dirige ao governador civil a proclamar a sua adesão ao novo regime, um comerciante bracarense – corporizando o exemplo do mais desinteressado republicanismo e denunciando em simultâneo a aleivosia que manchará o espírito de muitas das novas adesões – informa-o que *adere ao partido republicano*, salientando ainda que a *sua adesão é tão livre e espontânea quanto é certo que o aderente não é empregado publico nem a isso aspirante*[340]. Num tom mais protocolar, um grupo de ferroviários envia um abaixo-assinado ao governador civil do distrito declarando *prestar absoluta adhesão á República Portugueza, fazendo ardentes votos para que da vossa administração surja o raiar de uma éra nova de regeneração e prosperidades para a formoza capital do Minho*[341] – uma vez mais, atente-se na marca da "regeneração" que os signatários antecipam como o perfil que haverá de abrilhantar o novo regime republicano. Por seu lado, Leonel Carmona(?), o intendente da pecuária, escreve uma carta ao governador civil no distrito na qual *declara estar incondicionalmente ao lado da Republica e prompto, a dentro das novas instituições, prestar todos os meus serviços com a maxima lealdade e dedicação*[342]. Os monárquicos locais intentam igualmente adaptar-se à nova situação política. O Centro Monárquico Democrático Cristão delibera, por unanimidade, numa reunião entretanto realizada, transmutar-se para Centro Recreativo Democrático Cristão, ainda que, natural mas sintomaticamente, se vincule expressamente à defesa da Religião Católica Apostólica Romana, bem como à obediência à Santa Sé. Ainda na esfera monárquica, os jornais *Districto de Braga* e *Jornal de Braga*, afectos a rivais facções regeneradoras, cessam a sua publicação. Aliás, à imagem do sucedido no resto do país e em consonância com as deliberações dos corpos dirigentes nacionais dos partidos monárquicos, na cidade a generalidade das agremiações monárquicas voltadas para a propaganda política

---

[340] O texto desta carta manuscrita é exactamente o seguinte: *Ill.mo e Ex.mo Snr.- O cidadão Joaquim Antonio de Lemos, casado, negociante e proprietario morador no largo e freg.ª de Maximinos desta cidade declara que adere ao partido republicano, do qual V. Exª é um mui digno representante neste Districto.*
Esta sua adesão é tão livre e espontanea quanto é certo que o aderente não é empregado publico nem a isso aspirante. Ill.mo e Ex.mo Snr. Governador Civil do Districto de Braga. Saude e Fraternidade, Braga 5 de Novembro de 1910 (in Arquivo Distrital de Braga, *Correspondência Geral do Governo Civil*, Cx. 16n (1910). Num registo lateral, manuscrito, aposto neste documento refere-se "Respondido em 7-11-1910". Embora esta carta não se encontre assinada, tal não lhe retirará importância simbólica e decisiva credibilidade. Podemos supor que este comerciante não sabia escrever ou assinar o seu nome (talvez a situação mais plausível, pois tal não seria, de todo, incomum nesta época) ou podemos ainda admitir que este documento, eventualmente, se tratará de uma cópia de outro de teor idêntico, que veio a ser o assinado.
[341] In Arquivo Distrital de Braga, *Correspondência Geral do Governo Civil*, Cx. 16 (1910).
[342] Idem, ibidem.



Manoel Monteiro (1909)

É o 1º governador civil de Braga após a Implantação da República.
(Arquivo Fotográfico Manoel Monteiro – B. P. de Braga)

Domingos Pereira

É nomeado administrador do concelho de Braga e, posteriormente, presidente da Comissão Administrativa da C. M. da cidade, após o 5 de Outubro de 1910.

acabam por se dissolver. Alguns monárquicos apostam contudo em permanecer no seu posto. A 1 de Novembro de 1910, o jornal *O Combate* – o órgão dos nacionalistas no distrito de Braga, relembramos – é suspenso por determinação do ministro do Interior. Quinze dias depois, o jornal reaparece e, de permeio com a descrição que verte para os leitores acerca do sucedido, reitera que não retira "nada, absolutamente nada", do que escrevera *e adverte ainda que* permanecerá firme e entrincheirado no justo combate à acção "sectária" dos "homens sem fé" que integram o Governo Provisório[343]. O jornal monárquico *A Patria* desaparecerá em Março de 1910 (ver atrás rubrica o "Perfil da Cidade"), mas em 1912 retomará a sua publicação, para, ao longo dos dois anos seguintes, acalentar a chama do credo monárquico entre os bracarenses[344]. Com efeito, a 23 de Fevereiro de 1914, Vicente Braga não se coibirá de insistir que *não abdicamos* [ele e os monárquicos resistentes, entenda-se] *ainda dos nossos principios, conservando-nos no mesmo campo em que ficaram os vencidos,* acrescentando ainda em jeito de lamento: *somos pois dos que vertem lagrimas de sangue ao verem as desditas d'uma patria que se arrasta, affrontada e escarnecida, por sobre os escombros do passado*[345]. O jornal *Correio do Norte*, por seu lado, continuará a publicar-se até meados de 1911, mas entretanto reconfigura o seu perfil: despoja-se da sua feição partidária e, conforme o seu subtítulo, passa a proclamar-se "defensor dos interesses do paiz e do districto de Braga". A linha de fundo que marca o seu discurso continuará, porém, impregnada pelos valores da Monarquia. Em muitos dos artigos estampados nas suas páginas transparece ainda um assinalável azedume para com os maus servidores da Monarquia, os quais, clarifica-se, não tendo coadjuvado devidamente o jovem rei D. Manuel, teriam aberto o caminho para o triunfo da República. Relativamente ao regime instalado a 5 de Outubro, o jornal questiona ainda a sua legimidade, lembrando que o mesmo não se sujeitara à necessária sanção do povo através do voto[346].

---

[343] Veja-se o texto "A mordaça" em *Anexo XIII* (1-a), através do qual o jornal *O Combate* denuncia a, alegadamente abusiva, suspensão de que fora alvo.

[344] O último número que nos foi permitido consultar, disponível na Biblioteca Pública Municipal do Porto, data de 21 de Março de 1914.

[345] BRAGA, Vicente – Novo anno. *A Patria*. Braga. Nº 196 (23/02/1914), p. 1.

[346] Sob o título "Mais um ano", numa espécie de editorial saído na edição de 3 de Janeiro de 1911 (ano IV, nº 290, p.1), o *Correio do Norte* escreve: *(…) Começa o "Correio do Norte" com o presente numero mais um ano de publicação. Factos importantissimos se deram no ano que acaba de terminar* [sic]. *Entre elles avulta, pela sua importância historica e politica, a queda da Monarchia Portugueza e a proclamação da Republica Portugueza. Estes factos tiveram como consequência a dissolução do partido regenerador-liberal no qual militamos com desinteressada dedicação. (…) Continuamos com a orientação seguida desde a implantação da Republica. Não pertencemos a nenhum partido ou grupo politico, o que não quer dizer que sejamos indiferentes em matéria politica. Temos ideias que todos conhecem. Preferimos a monarchia á republica mas acima de tudo pomos a Patria. (…)*

Instalada a República em 1910, perante a percepção das grandes mudanças que emergem, algumas vozes não deixarão de alertar, convicta e pragmaticamente, para a necessidade de ser garantida alguma continuidade: é o caso de uma comissão, alegadamente representativa dos industriais e comerciantes da cidade, que a 10 de Outubro reclama do Governador Civil para que este interceda junto do Governo Provisório no sentido de garantir a manutenção de alguns dos estabelecimentos de ensino da cidade ameaçados de extinção por um decreto aprovado, pelo mesmo governo, dois dias antes[347].

Alguns republicanos bracarenses, contudo, simultaneamente algo afoitos e temerosos, antecipam os primeiros tempos da República em Braga como estando envoltos em sérias ameaças, atendendo à hostilidade que diversos notáveis locais dispensam ao novo regime. É o caso de Alberto Guimarães, que no primeiro número do semanário *Patria Nova,* saído a 17 de Novembro de 1910, esboça um retrato pouco optimista da ambiência política e social que submerge a cidade, defendendo simultaneamente, como

---

Verdadeiramente democratas acatamos a vontade da nação e esta pela voz das urnas ainda não sancionou o golpe d'Estado de 5 de Outubro de 1910. Somos contra a republica, além d'outras razões, principalmente porque esta está identificada com a maçonaria e o ateísmo. (…)

[347] Este decreto (D. G. nº 4 de 10 de Outubro de 1910) emanado do Ministério da Justiça, com data de 8 de Outubro de 1910 – denotando claramente, e desde os primeiros dias do pós-revolução, sinais da ruptura que o novo Governo Provisório pretendia patentear com a governação monárquica precedente, que acusa de contemporizadora com os interesses da Igreja –, recupera diplomas legais dos séculos XVIII e XIX, em nome da afirmação dos superiores interesses do Estado.

Numa nota atrás, onde nos referimos ao caso Rosa Calmon, esboçámos já o perfil geral desta legislação ds séculos XVIII e XIX, da qual agora, para uma melhor percepção das mudanças introduzidas pelos republicanos, adiantamos mais alguns detalhes. Os artigos 1º e 2º deste decreto de 8 de Outubro, repõem em vigor duas leis publicadas pelo governo do Marquês de Pombal, cerca de 150 anos antes (uma de 3 de Setembro de 1759 e outra de 28 de Agosto de 1767), das quais decorre que os Jesuítas são forçados a abandonar os domínios que detinham no nosso país, bem como condenados à expulsão do território português. Por sua vez, o artigo 3º deste decreto de 8 de Outubro de 1910 recupera uma anterior lei de 28 de Maio de 1834, da autoria de Joaquim António de Aguiar, determinando-se assim extintos, de novo, *em Portugal, Algarve, ilhas adjacentes e domínios portuguezes todos os conventos, mosteiros, collegios, hospicios e quaesquer casas de religiosos de todas as Ordens regulares, fosse qual fosse a sua denominação instituto ou regra*, enquanto que pelo artigo 4º se declara nulo *o decreto de 18 de Abril de 1901 que disfarçadamente autorizou a constituição de congregações religiosas no país quando pretendessem dedicar-se exclusivamente á instrucção ou beneficiência, ou à propaganda da fé e civilização no ultramar.* Os artigos 5º e 6º deste decreto da República esclarecem que todos os jesuítas estabelecidos no país (portugueses ou estrangeiros) terão que abandonar o território nacional; relativamente aos membros das demais ordens religiosas, apenas os estrangeiros estão obrigados a abandonar o país, determinando-se que os portugueses que as integrem terão de passar à vida secular, ficando contudo proibidos de viver em comunidade (e o não cumprimento destas disposições legais por quaisquer religiosos implica que os mesmos incorram no crime de "desobediência qualificada", podendo, consequentemente, serem acusados da participação em "associações ilícitas" ou "associações de malfeitores", em conformidade com as disposições do artigo 7º). Este decreto de 8 de Outubro de 1910 determina ainda que os bens, móveis e imóveis, dos jesuítas ficarão desde já propriedade do Estado, determinando, diferentemente, que *aos bens das outras casas religiosas dar-se-ha proximamente destino no decreto organico sobre as relações do Estado português com as Igrejas, ou em regulamento do presente decreto,* afirma-se no artigo 8º. Vincando a urgência das resoluções adoptadas, o texto deste decreto esclarece, no seu final, que *o presente diploma, com força de lei, entrará immediatamente em vigor e será sujeito á apreciação da proxima assembleia nacional constituinte.*

contraponto aos perigos detectados, a necessidade da criação de uma polícia cívica. E Alberto Guimarães não se exime mesmo de avançar com alguns dos métodos e critérios que deveriam presidir à criação desta polícia cívica, bem como à selecção dos seus futuros membros, escrevendo então, num tom de advertência misturado com pretensões algo didácticas, o seguinte:

> Que n'esta Braga, terra pacata de timidos burguezes, conspira-se – diz-se.
>
> Que altas horas, quando o crocitar das aves noctivagas espalha o terror pelos corações gelados, trama-se – segreda-se.
>
> Que em conventiculos secretos, onde a voz se côa pela mais prudente cautela, combina-se – rumoreja-se.
>
> E que em publico, á luz clara do bemfazejo sol, quando a vida plenamente se expande, há calculados anathemas e gritos de exterminio – ouve-se!
>
> (…)
>
> Porque não havemos nós de evitar que um dia por ahi se espalhe um clamor de maldição, um grito de reivindicta, a atrocidade d'uma desforra?
>
> Simplesmente: constituir-se já um comité republicano que superintenderá sobre uma *policia civica*. Coisa facil e sem preço para o orçamento.
>
> Cada junta de parochia contribuirá para o Comité com 2 membros. A Commissão municipal dará 4 e completal-o-ão todas as authoridades locaes. A juntas serão o corpo da *policia civica*.
>
> Qualquer membro que saiba, que ouça, que apanhe n'uma conversa, n'uma phrase, n'uma palavra, n'um gesto – participal-o ha aos que fazem parte do Comité, que indagará immediatamente do valor da informação. E o Comité que funccionará sob a presidencia do governador civil, com reuniões amiudadas, irá tendo conhecimento pelos seus membros do que pela sua área se for dando de reuniões ou panos de protesto.
>
> E, claro, procederá. (…)
>
> Ha o dever de prevenir o respeitavel publico que a tal policia, a constituir-se, e o tal Comité, a funccionar, serão, ella mais discreta e delicada de que os bufos da monarchia; e este, mais prudente e justiceiro do que o tribunal do Santo Oficio.
>
> Nada de sustos, pois…[348]

Não obstante as palavras tranquilizadoras colocadas no final deste texto, em Braga como no resto do país acabariam por emergir alguns excessos (designadamente a prisão

[348] Comité republicano - Policia civica. *Patria Nova*. Braga. Nº 1 (17/11/1910) p. 2 e 3.

ou detenção pouco fundada de muitos indivíduos a quem era imputado o carácter de inimigo activo da República), alguns porventura inevitáveis porque imanentes à tensão arrastada por uma mudança tão radical como a decorrente da instalação de um novo regime.

5.3 - A postura inicial da Igreja face ao novo Regime

Numa emanação da diplomacia protocolar que as circunstâncias impunham, o arcebispo de Braga apresentará a 11 de Outubro os seus cumprimentos a Manoel Monteiro, o novo governador civil e o máximo representante do governo no distrito[349]. Manoel Monteiro, por sua vez, deslocar-se-á no dia imediato ao paço episcopal para retribuir a visita do prelado, o que releva igualmente da importância que este atribuía ao papel da Igreja na cidade e na região. Animado pelo mesmo espírito convenientemente

D. Manuel Baptista da Cunha

(arcebispo de Braga ao tempo da Proclamação da República - foto publicada n' *A Opinião* de 15/05/1914)

[349] Muitas outras individualidades e instituições, através dos seus representantes, apresentam então os cumprimentos ao novo governador civil de Braga, como o farão a 12 de Outubro, por exemplo, as direcções do *círculo operário de católicos* e do *Montepio de S.to António.*

harmonioso, D. Manoel da Cunha, o arcebispo de Braga, envia ainda a Afonso Costa, o ministro da Justiça, um ofício no qual reitera a sua adesão ao novo regime, enquanto que a 18 desse do mesmo mês de Outubro faz difundir entre o clero da sua diocese uma "portaria" conciliatória com a República. No texto desta nota, com instruções distribuídas ao clero bracarense, o arcebispo censura expressamente os seus subordinados que em *homilias, praticas, sermões ou quaesquer discursos dirigidos ao povo teem proferido expressões pouco reflectidas allusivas aos ultimos acontecimentos políticos* e, para vincar a solidez das recomendações agora efectuadas, relembra aos destinatários anteriores instruções por si difundidas, versando o necessário afastamento do clero da luta política e das intrigas pessoais em que estejam envolvidos os paroquianos:

> Havemos por bem recordar o que em Nossa Carta Pastoral do 1º de Novembro de 1907 a todos os reverendos Parochos e mais ecclesiasticos encarregados da instrucção religiosa do povo ordenamos nos termos seguintes: "ficam excluidos por improprios da homilia e de qualquer pregação os assumptos meramente politicos, os de interesse particular mesmo do proprio parocho, as allusões offensivas a factos pessoaes, embora publicos, de qualquer parochiano, como acertadamente prescrevem as Constituições do Arcebispado (Const. Synod. do Arceb., Tit. 24 Cont. 3)".
>
> Ordenamos pois a todos e cada um dos Reverendos Parochos e a todo o Clero da Nossa Archidiocese a estricta observancia da sobredicta doutrina, a qual nas presentes circunstancias tem singular opportunidade.(...)
>
> Da religiosidade e patriotismo do Clero do Nosso Arcebispado esperamos não nos vermos forçados para o futuro a reiterar estas advertencias que a todos no momento actual muito interessa praticar[350].

A despeito de todos estes cuidados, a feição laicista e anti-clerical do novo governo atinge necessariamente os interesses da Igreja na cidade: o Colégio Espírito Santo[351], o

---

[350] Portaria. *Commercio do Minho*. Braga. Nº 5615 (29/10/1910), p.1.

[351] Na sua edição de 20 de Outubro (nº 5611, p. 2, notícia "O decreto de expulsão das congregações de Braga" inclusa na rubrica "Noticias Locaes") o *Commercio do Minho* noticiava que os religiosos do Colégio do Espírito Santo tinham embarcado, alguns dias depois da proclamação da República, para S. Francisco, na Califórnia. As instalações deste edifício, situado na Rua Conselheiro Januário, são entretanto reclamadas pela Câmara Municipal de Braga e pelo governador civil do distrito para albergarem o novo liceu da cidade. Tal virá efectivamente acontecer, mas não imediatamente. Com efeito, ainda em 14 de Maio de 1914, por exemplo, num ofício dirigido ao Governador civil de Braga, da parte da *Repartição da Comissão Juridiscional dos Bens das Extinctas Congregações Religiosas*, solicitavam-se algumas informações acerca do funcionamento anterior do Colégio Espírito Santo, a fim de se responder pelos

Seminário de Montariol, o Colégio de S. Tomás de Aquino[352], o Colégio do Sagrado Coração de Maria, mas também o Colégio Inglês, serão entretanto extintos, ignorando-se assim os esforços de proeminentes figuras locais para que tal não se concretizasse[353]. As diferentes vozes que na cidade reclamavam algumas medidas de excepção lembravam o elevado número de alunos que frequentavam estes estabelecimentos de ensino (só no Colégio do Espírito Santo estudariam cerca de 400 alunos) e, como sempre, realçavam o quanto pesaria na vida económica da cidade o afastamento de tão grande número de consumidores. Entretanto, o processo relativo ao arrolamento dos bens das diversas congregações do clero regular na cidade avançará mesmo, num serviço superintendido por António Nogueira de Souto[354], juiz da comarca de Braga. Em meados do Verão seguinte, o ministro da Justiça, num telegrama enviado para a Comissão Administrativa Municipal de Braga, clarificará a afectação pública de alguns dos prédios entretanto expropriados[355]: a cerca do Paço Arquiepiscopal ficava destinada ao futuro mercado fechado da cidade, a quinta da Mitra era convertida num Horto Municipal e os edifícios do Seminário Conciliar e do Colégio da Preservação passariam para quartéis das Companhias de Infantaria 29 e de Caçadores 2. O usufruto destas propriedades era porém efectuado a título oneroso, cabendo à Câmara Municipal de

---

interesses do Estado, que havia sido colocado em tribunal por estrangeiros que disputavam a titularidade da propriedade (in Arquivo Distrital de Braga, *Correspondência Geral do Governo Civil*, Cx. 19 (1913-14).

[352] Este estabelecimento será reaberto em 1912, ficando contudo interdito o exercício de quaisquer actividades religiosas no mesmo.

[353] O governador civil do distrito e o administrador concelho de Braga haviam partido para Lisboa, a fim de estabelecerem conversações com o governo relativas à aplicação da lei que regulava a expulsão das ordens religiosas do país, noticiava o *Commercio do Minho* na sua edição de 5611, de 20 de Outubro de 1910.

[354] Em carta dirigida ao Governador civil do distrito de Braga, com data de 15 de Outubro de 1910, este juiz de direito solicita a Manoel Monteiro a indicação dos estabelecimentos visados pelo arrolamento de bens: *Ex.mo Snr. Governador civil – Acabando de ler no "Diário do Governo" aqui chegado hoje a portaria de 13 do corrente, que me encarrega de proceder no districto de Braga à imposição de selos nos edificios desabitados nas extinctas associações religiosas e respectivo mobiliario, fazendo depois o arrolamento d'este, tenho a honra de rogar a V. Exc.ª, para minha orientação no desempenho desta delicada incumbencia ministerial, se digne esclarecer-me sobre quaes sejam os edificios que n'este concelho e em cada um dos concelhos do districto se acham em condições da mesma portaria. Saude e Fraternidade* (carta constante do Arquivo Distrital de Braga, *Correspondencia Geral,* Cx. 16 (1910-11). O destino dos bens entretanto arrolados mostrar-se-ia algo tortuoso e muito arrastado no tempo, nalguns casos. A título de exemplo, retenha-se que muitos anos depois, em 6 de Dezembro de 1920, Braga assistirá a uma manifestação pública, saída da própria Câmara Municipal – o grupo de manifestantes é encabeçado por José Leão Ferreira da Silva, à data o presidente da Comissão executiva da Câmara Municipal, e participada por diversas individualidades locais –, para contestar a retirada do material didáctico do Colégio Espírito Santo bem como a venda do edifício, prevista numa fase posterior. Depois dos habituais protestos, ampliados na imprensa da cidade, estas intenções do poder central acabaram por não se materializar, ainda segundo as revelações da imprensa da época (ver *Commercio do Minho* nº 6950 de 11/12/1920, nº 6951 de 15/12/1920, nº 6993 de 16/07/1921 e nº 6995 de 30/07/1921). Reflectindo talvez o melindre desta acção, assim como de outras afins, Eurico Taxa Ribeiro acabará exonerado da presidência da "Comissão Concelhia dos Bens das Igrejas" (de Braga), cedendo o seu lugar ao Dr. António do Lumiar Ramos.

[355] Cedencia de edificos e bens religiosos. *Commercio do Minho*, nº 5737 (29/08/1911), p. 2.

Braga transferir para o Estado central o valor das correspondentes rendas, a determinar pela Comissão Central da Lei da Separação.

No cômputo geral do distrito, o processo de arrolamento dos bens pertencentes às diversas instituições do clero regular mostrar-se-á algo moroso. Numa carta enviada ao Governo Civil de Braga pela Comissão Central de Execução da Lei da Separação, com data de 11 de Novembro de 1915, lembrava-se que era *necessário definir em face da Lei da Separação do Estado e das Igrejas, a situação dos Santuarios do antigo Arcebispado de Braga, que desde 1834 estão sob a imediata administração desse Governo Civil*, e acrescentava-se que, em conformidade, ficava o destinatário incumbido de *dar as instruções competentes, para que as autoridades administrativas* – no distrito que dirigia – (…) *façam imediatamente arrolar, em inventário adicional (…) não só os referidos Santuarios, mas também todos os seus bens (…) moveis e imoveis (…), todos os foros, censos, rendas, pensões, etc.*[356] O facto de o distrito de Braga albergar um conjunto alargado de bens de diversas instituições religiosas haveria de contribuir para um acréscimo de dificuldades no processo. Mas esta morosidade reflectia também a resistência manifesta do clero bracarense – da qual adiantaremos mais pormenores na rubrica seguinte – porventura facilitada pelo cruzamento de alguma cumplicidade com figuras de relevo na burocracia local.

No conjunto de medidas adoptadas pelo Governo Provisório para renovar a administração portuguesa, foi também decretado que ficavam *provisoriamente abolidos os logares de reytor de todos os Lyceus do território da República*[357]. No cumprimento desta disposição governamental, reuniu-se em Braga em 22 de Outubro de 1910 o conselho escolar para eleger um novo reitor, recaindo a escolha sobre o professor José Alves Moura. Todavia, o eleito acabaria por recusar o cargo e, numa aparente demonstração de que o anti-clericalismo não estaria aceso neste estabelecimento de ensino, o padre José Martins Barreto, que desde há vários anos vinha a dirigir o liceu da cidade, acabou reconduzido na função de reitor. Já no Colégio dos Órfãos de S. Caetano, um estabelecimento de ensino na cidade tutelado pela Igreja, observar-se-ão efectivas mudanças: uma nova comissão administrativa, composta por Francisco José

[356] Arquivo Distrital de Braga, *Correspondência Geral*, Cx. 21.

[357] Decreto emanado do Ministério do Interior, aprovado pelo Governo Provisório em 17 de Outubro de 1910. A título de exemplo, e para ilustrar mais algumas das mudanças adoptadas pelo Governo Provisório – inevitáveis, no caso, face à mudança do regime –, retenha-se que outras leis aprovadas em 15 e 17 desse mesmo mês de Outubro, determinam *proscrita para sempre a familia de Bragança (...) até ao 4º grau do ex-chefe de estado*" e declaram abolidos os títulos nobiliárquicos, o Conselho de Estado e o Conselho dos Pares.

Faria, José Marques Cunha, Paulo Braga, Luiz Gomes Moreira e Francisco Antonio Esteves, passará a dirigir os destinos deste estabelecimento a partir de 19 de Novembro de 1910.

No seio da Igreja bracarense, depois de digerida alguma estupefacção inicial e não obstante as cautelas que a mesma entende dever assumir com o novo regime, ensaia-se cedo uma reacção à tempestade legislativa do Governo Provisório. Demonstrando isso mesmo, a 16 de Novembro de 1910 o governador civil, Manoel Monteiro, fazia publicar um edital, ordenando que fosse cassado pelas autoridades um abaixo-assinado que corria na região – promovido pelo clero local, acusava o governador – para protestar contra algumas leis publicadas pelo Governo Provisório, as quais, alegadamente, atentariam contra os interesses e a visão da Igreja. Os párocos – acusava Manoel Monteiro no edital – subscrevem repetidamente o protesto usurpando a identidade de fiéis analfabetos, sendo que estes em muitos casos ou desconhecem os fins do protesto, ou não pretendem subscrevê-lo ou, tão só, pela *sua incultura e a sua menoridade não teem o discernimento necessario para exprimir a sua opinião sobre os assumptos constitutivos do protesto clerical o que é uma piedosa fraude.* Um novo abaixo-assinado, de protesto poderá realizar-se livremente por todos os católicos, determina ainda o governador civil, *mas por uma forma não capciosa e falsa, abrindo-se para isso, nas sedes dos concelhos perante os administradores e nas freguezias ruraes perante os regedores, a inscripção a todos os cidadãos que queiram honesta e conscienciosamente protestar contra as medidas legislativas do governo Provisorio da Republica.* Na esteira da resistência ao poder instalado, *O Combate*, de onde retiramos este texto, comenta sarcasticamente e em tom de desafio: *Muitos agradecimentos ao snr. Governador Civil. V. Ex.ª não calcula o enthusiasmo que no povo despertou o Edital, que hoje archivamos. Havia gente timida, persuadida que no regime da Liberdade não se podia representar ao governo Provisorio. E V. Ex.ª veio dizer que sim… Agora todos querem assignar a Representação! Muito e muito obrigado*[358]. A revolução avançava, pois, mas a contra-revolução, ainda que tímida por agora, não baixava de todo os braços.

[358] Veja-se em *Anexos X* (3) o texto "O Edital", reproduzido na íntegra no jornal *O Combate,* de 25 de Novembro de 1910 (nº 29), p.1.

5.4 – O aumento das tensões com clero:
o Registo Civil obrigatório; a Lei da Separação; outros.

A 24 de Dezembro de 1910, véspera do Natal e um dos mais simbólicos momentos do calendário religioso católico, o episcopado português aprovou o texto de uma pastoral colectiva que reflectia o profundo agastamento da Igreja com o curso tomado pela acção política dirigida pelo Governo Provisório. Assim mesmo, a leitura pública deste texto nas igrejas portuguesas acabará diferida durante dois meses, reflectindo, de alguma forma, a expectativa do episcopado de que um assomo de bondade pudesse vir a marcar as resoluções governamentais, as quais desde Outubro vinham – na perspectiva da cúpula eclesiástica – a atentar contra os legítimos e históricos interesses e direitos da Igreja em Portugal. Porém, a partir de 26 de Fevereiro de 1911 – poucos dias após a publicação da nova lei do Registo Civil[359] –, assumindo como aparentemente inútil a dilação por mais tempo de uma reacção mais enérgica ao curso da política no país, a direcção da Igreja portuguesa mandará proceder à divulgação desta pastoral durante a realização da missa. O texto desta pastoral lembra a todos os católicos que *não devem jamais cooperar, admitir a menor cumplicidade nem sequer dar aprovação a coisa alguma que signifique ou origine hostilidade ao catolicismo,* e simultaneamente exorta o povo da *ecclesia* a uma espécie de resistência civil, quando considera que aos mesmos cumpre *por todos os meios legais e honestos, favorecer, na medida da sua possibilidade, a causa da religião e da Igreja Católica e, unidos em um terreno comum, empenhar esforços para remover da legislação tudo o que à mesma seja contrário.* Não

[359] Num registo curioso, retenha-se que Governo Provisório, para não desagradar às populações, habituadas a registar comodamente na própria paróquia os recém-nascidos, prevê a possibilidade de serem criados vários postos de registo civil em cada concelho, cada um deles agregando preferencialmente várias freguesias – veja-se, em *Anexos X* (1) o texto integral de uma carta enviada pelo Director Geral dos Negócios da Justiça (Ministério da Justiça e dos Negócios Eclesiásticos) para o Governo civil de Braga, com data de 11 de Março de 1911, esclarecendo os moldes em que poderão ser criados os diversos postos de registo Civil em cada concelho. Certamente aproveitando este ensejo, será entregue no Governo Civil de Braga uma "representação" subscrita pela generalidade dos "autarcas" das freguesias bracarenses a reclamar uma mais alargada distribuição destes postos de registo civil. Com efeito, o *Jornal de Notícias* na sua edição de 25 de Março de 1911 (artigo "Carta de Braga, Março 24", edição ano 24, nº 70, p. 1) refere que fora entregue no Governo Civil uma "representação" *assinada por quasi todos os presidentes parochiaes e e regedores das respectivas freguezia,* os quais *sentindo descontentamento do povo que representam, por ser obrigado a vir de longe das suas freguesias satisfazer a obrigatoriedade do registo civil, resultando d'aqui incommodos e quase sempre despesa para esse povo, vimos solicitar-lhe se digne providenciar para que sejam creados postos de registo civil nas freguezias mais centraes do concelho, onde se agrupem outras que não fiquem a mais de 4 kilometros de distancia: assim um posto em Semelhe, agrupando (…)*

se eximindo tão-pouco à tentativa de influenciar directamente as futuras opções partidárias dos eleitores, o documento aconselha expressamente os católicos a orientarem as suas opções de voto para os candidatos que apoiem programas *favoráveis aos interesses da religião e da Igreja Católica.*

O governo, pela mão do ministro da Justiça, Afonso Costa, reagirá com aspereza e determinação. Num telegrama enviado aos prelados portugueses este ministro lembra que o conselho de ministros recusara já o *beneplacito á pastoral collectiva, datada de 24 de dezembro de 1910* e, depois de acrescentar que alguns párocos que tinham persistido na divulgação daquele texto estavam já sob a alçada da lei penal, termina, em tom intimidatório, dizendo: *espero que V. Exc.ª accusará a recepção d'este telegramma, e me dirá o que tenciona recommendar aos parochos em presença da communicação que nelle lhe faço*[360]. Ao mesmo tempo, para reforçar a operacionalidade destas resoluções, o mesmo Afonso Costa, envia telegramas aos diversos governadores civis, instruindo-os para que se certifiquem do cabal cumprimento destas determinações governamentais nos respectivos distritos. O texto deste último telegrama, que ostenta também diversas ameaças implícitas para o clero que desafie as determinações legais, é o seguinte:

> Telegraphei aos bispos communicando-lhes a negação do beneplacito sem prejuizo de outras providencias e dizendo-lhes que já varios padres tinham sido presos por lerem e persistirem em lêr a pastoral. Terminei dizendo que esperava me fosse accusada a recepção do telegramma e me dissesse cada um o que ia recommendar agora aos parochos. Queira V. Exc.ª informar-me do que souber sobre a attitude actual dos bispos, antes e depois da recepção do meu telegramma acima resumido, a fim de se effectivarem todas as responsabilidades. Póde V. Exc.ª mandar communicar no seu districto que ficarão excluidos de qualquer beneficio material, quer derivado das leis actuaes, quer resultante da lei da separação, os bispos e padres que persistirem na sua attitude de revolta contra o poder civil[361].
>
> Ministro da Justiça

[360] Informação colhida no artigo "A questão da Pastoral", publicado no jornal *Commercio do Minho,* de Braga, (nº 5667, de 7/03/1911, p. 1). Nesta data, por haver desafiado o poder republicano, o bispo de Beja estava já exilado no estrangeiro.
[361] Idem, ibidem.

Aqui na cidade de Braga, D. Manoel, o arcebispo, aparentemente resignado a obedecer a tão categóricas imposições, envia um telegrama ao ministro da Justiça, com data de 5 de Março, no qual escreve: *tenho a honra de accusar a recepção hontem do telegramma de V. Exc.ª, e de participar que mando expedir circular aos parochos para que se abstenham da leitura da pastoral – Manuel, Arcebispo Primaz*[362]. Todavia, as instruções do arcebispo, e consequentemente as determinações de Afonso Costa, não foram plenamente acatadas pelo clero da diocese. Com efeito, os párocos de Adaúfe, Cunha e Navarra, freguesias do concelho de Braga, serão intimados a comparecerem na respectiva Administração do Concelho para serem interrogados acerca da leitura da pastoral colectiva, que teriam efectuado nas igrejas paroquiais que tutelavam. Os párocos de Tadim, também no concelho de Braga, bem como os de S. João de Campo, Salamonde e da Caniçada, já noutros concelhos da diocese, acabarão mesmo detidos alguns dias no comissariado da polícia de Braga, enquanto se processam as averiguações incidentes sobre a leitura da "interdita" pastoral nas igrejas onde os mesmos exerciam o ministério sacerdotal[363]. A atenção das autoridades voltou-se ainda para o confisco dos exemplares da pastoral que estivessem à venda ao público em diversos pontos da cidade. Assim, na edição de 20 de Abril seguinte o jornal *Patria Nova* noticiava que *a auctoridade aprehendeu na Livraria Cruz & Cª d'esta cidade, oito exemplares de "A Pastoral Colectiva"*[364].

A 16 de Maio seguinte, as cerimónias públicas associadas à celebração do 25º aniversário da consagração da cidade de Braga ao Sagrado Coração de Jesus acabarão mesmo proibidas, na sequência de tumultos entretanto ocorridos, mas também pelo facto de para estas celebrações não ter sido solicitada a devida autorização da autoridade administrativa, conforme dispunha agora a legislação em vigor. As habituais bandas

---

[362] A questão da pastoral – Braga, 5 (coluna 3). Ver *Commercio do Minho. Braga.* Nº 5668 (9/03/1911), p.1.

[363] Num telegrama enviado pelo Ministério da Justiça para os governadores civis, com data de 8 de Março de 1911, esclarece-se que entre as condições que podem ditar uma menor responsabilidade dos diversos párocos que leram publicamente a pastoral nas respectivas igrejas, sob ordens do arcebispo da diocese, avulta o facto de os mesmos não terem cumulativamente injuriado as instituições republicanas. Com efeito, o texto deste telegrama esclarece que *os padres que nos dois ultimos domingos se limitaram a obedecer ás ordens episcopaes, lendo a pastoral collectiva, sem injurias nem ameaças para a republica, suas auctoridades ou leis, e que não provocaram nem influiram em quaesquer motins, foram amnistiados, ordenando-se a soltura immediata dos que estiverem detidos, desde que se compromметam a respeitar d'ora avante as determinações do poder civil, quaesquer que sejam as ordens que sobre assumptos não estrictamente pessoaes lhes dérem os seu prelados:– o que V. Exc.ª cumprirá mesmo em relação aos padres que pertencem a districto diverso do seu, e estiverem á sua disposição ou de qualquer dos seus administradores, dando-me conta especificada do cumprimento d'esta determinação e indicando o nome dos padres que ficam presos ou com mandado de captura por terem commetido algum crime além da leitura da pastoral.*

[364] *Patria Nova*. Braga. Nº 23 (20/04/1911), p. 3.

musicais serão silenciadas durante a tarde, ao mesmo tempo que o lançamento de foguetes para o ar será igualmente interdito. Muitas residências particulares ostentavam balões venezianos e velas, marcando a adesão dos respectivos moradores às festividades religiosas, em conformidade com o apelo de uma comissão de católicos. Pelas 21 horas, no Campo de Sant'Ana, no centro da cidade, foi-se formando um ajuntamento de republicanos que, soltando "vivas à República", manifestavam o seu apoio ao novo regime. Depois, caminharam pela Rua do Souto, Rua Nova de Souza e Praça Conde S. Joaquim até que chegados à Rua Cruz de Pedra deram vazão ao seu furor republicano, escalando diversas sacadas de residências particulares para destruírem as luminárias que marcavam o militantismo católico. Este grupo de republicanos aplicou depois a sua fúria contra as vidraças do Colégio de S. Tomás d'Aquino, do Seminário Conciliar e de algumas habitações que ostentavam as "provocadoras" luminárias. As instalações do Círculo Católico de Operários, do Centro da Democracia Cristã e da tipografia onde era imprimido o jornal nacionalista *O Combate* foram igualmente vandalizadas.

Sintomático da resistência do clero bracarense ao texto global da nova Lei da Separação, publicada em 20 de Abril de 1911, numa reunião realizada no Governo Civil em 23 de Maio seguinte, destinada à eleição de um representante da Igreja bracarense para a "comissão de pensões" prevista neste diploma legal, apenas compareceu o cónego José António Machado da Costa Vilela – que fora pároco na freguesia de Carreira no concelho de Vila Verde –, o qual acabou, assim, nomeado para o cargo pelo juiz de direito da comarca. Posteriormente, este clérigo virá a resignar à nomeação, cedendo o seu lugar ao padre António Ferreira Botelho, docente no liceu da cidade.

As dissensões patentes entre a Igreja bracarense e nacional e os governos do novo regime republicano não reflectem apenas a doutrina produzida internamente mas ancoram-se em princípios e orientações dimanados do próprio papado. Com efeito, numa encíclica dirigida à prelatura portuguesa, em 24 de Maio de 1911, o Papa Pio X condena de forma veemente o articulado geral da Lei da Separação, invalidando as diversas normas que atentam *contra os direitos inviolaveis da Egreja.* Assim, Pio X recusa que seja imposta aos bispos portugueses a necessidade da obtenção de um beneplácito governamental para a difusão pública das suas pastorais, repudia as disposições que dificultam as manifestações religiosas no exterior dos templos, bem

como as limitações colocadas à acção das instituições religiosas no ensino, e denuncia o exílio forçado dos bispos das dioceses de Beja e do Porto[365].

Fortalecidos na sua oposição à política religiosa do Governo Provisório por este documento papal, os prelados portugueses, reconhecidos e rendidos às considerações desta encíclica, responderão numa carta colectiva ao Sumo Pontífice enfatizando *que Pedro fallou pela boca de Pio,* e, em consonância, manifestam a sua firme determinação em atender às sábias instruções que o Papa lhes dirige sobre o assunto, garantindo-lhe que *tudo quanto V. santidade disse confirme ou proclame para a defeza do deposito da fé, egualmente nós repetimos e proclamamos* e assegurando-lhe que *repellimos tudo o que V. Santidade julga ou virá a julgar como devendo ser reprovado por contrario á fé divina, á salvação das almas, ao proprio bem da sociedade humana*[366].

Em Julho de 1911, ainda antes desta posição colectiva adoptada pelo episcopado português na resposta à encíclica papal de 24 de Maio, o deão e os cónegos da Sé Primaz de Braga haviam já adoptado um abaixo-assinado no qual se comprometiam na recusa das pensões previstas pela Lei da Separação[367]. Ainda a 9 de Julho, os clérigos vinculados à Sé Catedral de Braga subscreverão outro documento, mediante o qual se insurgem contra o arrolamento dos diversos bens deste templo, considerando tal acto uma *violência atentatória dos legítimos e incontestaveis direitos da Igreja* (...), e lembrando que, segundo sentença papal, os promotores dos mesmos se tornam *incursos em excomunhão*[368]. Alguns dias depois, iniciar-se-á, contudo, o processo de arrolamento dos bens deste templo. Perante a não comparência do deão da Sé para representar a Igreja no acto, cumpriria ao pároco Narciso d'Azevedo, responsável pela paróquia da

---

[365] Veja-se em *Anexo X* (4) um excerto desta encíclica, na qual o Papa exorta os prelados portugueses a resistirem à Lei da Separação.

[366] Carta do episcopado portuguez a S. Santidade o Papa Pio IX: acerca das Letras Apostolicas de 15 de Março e da Encyclica de 24 de maio ultimo. *Commercio do Minho*. Braga. Nº 5748 (23/09/1911), p.1.

[367] A hierarquia da Igreja, em Portugal e em Roma, exorta os clérigos a rejeitar as pensões disponibilizadas pelo Estado, mediante determinadas condições previstas na Lei da Separação. Roma aceitará, contudo, que, em caso de comprovada necessidade material, os párocos possam aceitar estas pensões. Na edição de 31 de Outubro de 1912, o *Commercio do Minho* (nº 5910) reproduz uma nota de esclarecimento que o cardeal Paceoli, pro-secretário da cúria papal, teria enviado para a Igreja portuguesa sobre a questão, na qual afirmaria: *aquelles que, porém, levados pela necessidade á qual foram miseravelmente reduzidos pela iniqua lei, receberam as pensões para sua subsistencia, como d'este facto resulte escandalo entre os fieis, em virtude das especiaes condições do tempo, logar e pessoas, devem remover o escandalo, e para este effeito cumpre-lhes conformarem-se, com as determinações dos bispos.* Alguns párocos acabarão, de facto, por requerer as pensões. A título de exemplo, embora num tempo bem mais para a frente, retenha-se em *Anexos X* (2) o caso de um pároco de Esposende (concelho do distrito e da diocese de Braga) que em 1925 requer uma pensão ao Estado.

[368] Veja-se em "*Anexo X* (5) o teor deste protesto, dirigido pelos signatários ao presidente da comissão do Inventário dos Bens Ecclesiasticos.

Sé, desempenhar tal papel, o que este, todavia, também recusará. Depois de o padre Narciso ter sido remetido para Lisboa, onde ficará detido durante quinze dias às ordens do Governo Civil, o arrolamento dos bens da Sé materializar-se-á no dia seguinte – agora, já na presença do deão –, tal como serão arrolados, também nesse dia, os bens das igrejas de S. Lázaro, da Cividade e de S. João do Souto, ainda que mediante o expresso protesto dos respectivos párocos.

Procurando esbater o crescente mau relacionamento entre a República e a Igreja, naturalmente consciente da relevância da questão, o ministro Bernardino Machado, dirige uma carta conciliadora aos prelados portugueses, na qual sustenta a bondade e o equilíbrio das propostas do novo regime, no referente à questão religiosa, nos termos seguintes:

> A República não é um regimem sectario, hostil a qualquer confissão religiosa, antes é só ella que assegura e defende a liberdade de todas as crenças e cultos. E por isso é também ella que tem incontestavel auctoridade moral para exigir de todos os crentes a mais leal adhesão e solidariedade.
>
> Se o clero de alguma egreja se julgar offendido seja por que lei fôr da republica, que represente, porque no proprio regimen republicano, que é um regimen de razão e justiça, encontrará todos os meios legaes para obter satisfação ás suas justas reclamações.
>
> A ninguem, pois, assiste o direito de pôr condições ao seu respeito e obediencia ás instituições republicanas.
>
> Convido, portanto V. Exc.ª a declarar formalmente, e sem restrições, os seus sentimentos para com ellas.
>
> Paços do governo da Republica, em 25 de Julho de 1911.
>
> -O ministro dos estrangeiros, Bernardino Machado.

A aplicação das disposições da Lei da Separação, não obstante as resistências já identificadas, afirma-se progressivamente: nos começos de 1912, das mais de 200 misericórdias e irmandades do concelho de Braga, apenas três não cumpririam as exigências desta lei, segundo comunicava então ao ministro da Justiça o administrador concelhio, o qual revelava também que as comissões cultuais se encontravam criadas em 59 freguesias do concelho, nas quais os respectivos passais estavam arrendados. A mão dura do governo para com a resistência do clero português e da Igreja em geral

abater-se-á igualmente sobre o arcebispo de Braga, o qual virá a ser demovido da liderança da diocese, em Fevereiro de 1912, e forçado a um exílio interno. O lugar do arcebispo acabará por ficar vago durante o seu exílio – terminado com a sua morte, em 13 de Maio do ano seguinte, em Vila do Conde.

Denotando e marcando claramente o mal-estar que a Igreja local sentia, e decerto procurando alertar o conjunto dos crentes para o que consideravam as "anormalidades" entretanto instituídas, na Páscoa de 1912 a maioria dos párocos da cidade de Braga recusar-se-á a promover os tradicionais cortejos pascais[369], limitando-se a expor a cruz no interior das igrejas. O pároco da freguesia urbana de S. Lázaro, porém, num claro contraponto, dirigirá a usual visita do cortejo pascal pelos diferentes domicílios. No espaço rural do concelho, foram também vários os párocos que desistiram da organização dos habituas compassos pascais.

No distrito de Braga, alguns militantes republicanos mais radicais, ou às vezes mais impreparados, promovem uma aplicação mais cega da nova Lei da Separação, o que potencia um aumento de tensões entre o novo regime republicano e a poderosa Igreja bracarense. Consciente dos inconvenientes associados a uma escalada da tensão entre a República e a Igreja, em Maio de 1913 Manoel Monteiro, ainda o governador civil do distrito, preparou uma carta/circular para enviar pelos administradores dos concelhos que tutela, na qual, começando por referir que lhe consta *que algumas Juntas de Paroquia têm procedido precipitadamente no encerramento das egrejas sob sua guarda (artº 106 da lei da separação) participando o facto só posteriormente ao M. da Justiça, procedimento de que poderão resultar inconvenientes e embaraços a uma habil e tolerante execução da lei,* acrescenta depois que o ministro do Interior determinou que fossem as mesmas Juntas de Paróquia esclarecidas da doutrina dos artigos 90 e 91 da referida lei. E sobre o cumprimento do estipulado nestes dois últimos artigos, Manoel Monteiro lembra as instruções do ministro do Interior, já distribuídas numa circular, segundo as quais *o facto de se não haverem constituido cultuais em algumas freguesias até 31 de Dezembro de 1912 (…) importa relativamente ás egrejas parochiaes, como sequencia imediata passarem taes edificios para a cathegoria daquelles que o Estado póde dispor para qualquer fim de interesse social.* Por último, nesta carta, Manoel

[369] Retenha-se que pela Lei da Separação também a organização destes compassos pascais exigia uma prévia autorização da autoridade civil, obrigação e formalidade a que muitos párocos também não estariam então dispostos a acatar.

Monteiro vinca perante os destinatários que o encerramento definitivo das igrejas *depende de ordem expressa do ministro da Justiça*[370].

De qualquer modo, as relações entre a Igreja e o poder republicano do país, particularmente quando nas mãos do Partido Democrático, como sucedeu em geral durante a 1ª República, foram marcadas por vários focos de tensão – e Braga, a sede de uma das emblemáticas dioceses portuguesas, parecia condenada a ressentir-se desse facto. Em finais de Agosto de 1916, as autoridades civis proíbem a realização da habitual peregrinação ao Sameiro, organizada pela homónima Confraria do Sameiro. No ano seguinte, no prelúdio das festas da Quaresma, aquando da realização da tradicional Procissão de Passos promovida pela Irmandade de Santa Cruz, o mau relacionamento entre o poder civil e religioso (católico) emergirá de novo. A realização da procissão será autorizada mas apenas se na mesma não se incorporar o arcebispo de Braga, em virtude de o mesmo – segundo as apreciações de Bento de Oliveira, o governador civil substituto de Braga a quem fora apresentado o necessário requerimento – *ser uma figura extremamente combativa (…) e a sua presença, que não era de costume acompanhar tais prestitos, poder ser considerada como provocação aos elementos liberais*[371]. Como corolário do conflito entretanto instalado, a Mesa administradora da Irmandade de Santa Cruz acabará suspensa pelo Governo Civil de Braga, através de uma determinação, com data de 11 de Abril de 1917, fundada em diversas irregularidades alegadamente praticadas[372]. No final do ano de 1917, o arcebispo de Braga, D. Manuel Vieira de

---

[370] Arquivo do Governo Civil do Distrito de Braga, *Correspondência Recebida* Cx. 2 (5.1.3.1), anos de 1913, 1914, 1915, 1925, maço 1913, Repartição Central, circular nº 10 (datada de 7 de Maio de 1913).

[371] Excerto retirado do artigo "Ainda a procissão de passos", inserto no jornal republicano bracarense *Gazeta de Braga* (1ª série, ano I, nº 1, de 1/04/1917, pp. 1 e 2), afecto ao Partido Democrático. Veja-se em "*Anexos X* (6.1) a reprodução mais alargada da cobertura do assunto feita por este semanário. Numa entrevista que concede ao *Echos do Minho* (nº 1237, de 25/03/1917, p.2), a propósito deste conflito, Gustavo Brandão, o provedor da irmandade, afirma que Bento de Oliveira, o governador civil substituto de Braga, não recusara numa primeira abordagem a participação do arcebispo nesta procissão mas que, tão-só, manifestara a vontade de que o prelado não participasse no evento religioso. Entretanto, o arcebispo de Braga fora interditado de participar na Procissão dos Passos em Barcelos. Pretendo clarificar a situação, Gustavo Brandão – segundo o próprio revela ainda nesta entrevista – questiona novamente Bento de Oliveira acerca da amplitude da autorização a conceder à Irmandade de Santa Cruz para a realização da Procissão dos Passos na cidade de Braga. O Governo Civil condiciona então, de forma categórica, a realização da procissão à não participação do arcebispo. Neste quadro, a Irmandade de Santa Cruz desistiu da organização do evento religioso, afirmou Gustavo Brandão.

[372] Esta medida é naturalmente denunciada pelo diário católico *Echos do Minho*. De uma forma também natural, por seu lado, a *Gazeta de Braga,* na edição de 15 de Abril de 1917, ridiculariza o protesto do "*Echos*" e defende a determinação do governador civil, Eduardo Cruz, nos seguintes termos: *Os "Echos" sabem muito bem a razão porque a Meza foi dissolvida e muito bem sabem tambem que ninguém pensa construir, com o capital daquela confaria, um pavilhão para hospital. (…) No hospital de Santa Cruz, a assistencia religiosa era talvez fornecida em largas doses. As almas largavam assim deste mundo bem consoladinhas, mas com compensação os corpos largavam para o cemiterio sem que um medico lhes tivesse posto a vista em cima, como há dias lá aconteceu. Ora os hospitaes fizeram-se para tratar dos*

Matos, será punido pelo ministro da Justiça, Alexandre Braga, a um desterro para fora do espaço continental português por um período de dois anos, reeditando-se, de alguma forma, um processo já observado com o seu antecessor, D. Manuel da Cunha, em 1912[373].

Ainda a título eventualmente ilustrativo deste mal-estar entre a direcção da Igreja local e o poder político republicano pode reter-se as denúncias que nas páginas do semanário *O Liberal* faz o padre Manuel Giesteira relativamente ao arcebispo de Braga. Numa primeira "carta aberta", que publica neste semanário, Manuel Giesteira acusa o arcebispo, D. Manuel Matos, de o afastar das funções paroquiais que exerce desde há trinta anos na freguesia de Marinhas, no concelho de Esposende, apenas porque é, reconhecidamente, um simpatizante da República[374] e não porque tenha mantido, como sustenta a acusação eclesiástica,*"relações escandalosas" com fulana de tal*[375]. Ainda nesta primeira carta aberta, Giesteira escreve, referindo-se ao arcebispo, que *V. Ex.ª perseguiu por politica os parocos democraticos do concelho de Esposende.* Na segunda

---

corpos e não para tratar das almas. E' isso que se faz no S. Marcos e o que se faz em grande escala. Saíram dois capelães; entraram dois doentes. Ainda na contra-ofensiva, o semanário católico *Actualidade*, denuncia, no seu primeiro número, saído a 19 de Abril deste ano (artigo "Irmandade de Santa Cruz: dissolução da Meza") que *o livre-pensadorismo maçónico atirou ao assalto da Mesa de Irmandade de Santa Cruz um oficio de bom papel almasso comandado pelo sr. Governador Civil, alferes Eduardo Cruz!* Mas, ao mesmo tempo, este jornal como que desculpa o governador, imputando à perniciosa inflência do seu vice-governador Bento d'Oliveira toda a acrimónia que terá envolvido este processo: *O sr. Eduardo Cruz é um homem honesto, incapaz de servir-se do exercício do seu cargo para satisfazer os seus caprichos ou os seus interesses pessoaes, mas não há como os homens simples, embora ilustrados, de coração que bate mais apressado do que apressada trabalha a reflexão, para se deixarem imbair pela roda dos seus íntimos, que, videirinhos e sem escrúpulos, sabem impor-se taxando de covardia ou de traição ao regime o que apenas seria a manifestação elementaríssima do mais comezinho amor á ordem, á paz e á justiça* (idem, ibidem). Veja-se em *Anexos X* (6.1, 6.2, e 6.3) uma reprodução alargada da abordagem do assunto nos jornais *Gazeta de Braga* e *Actualidade*.

[373] Intimorato, o padre Mariz protestava nas páginas do *Actualidade* contra esta pena aplicada ao seu arcebispo e ao bispo de Évora: *Porque foram desterrados estes dois ilustres prelados, que são a gloria do nosso episcopado? Porque protestaram em Carta Collectiva contra o desterro de dois outros Prelados modelares, o Eminentissimo Cardeal Patriarcha de Lisboa e o senhor Bispo do Porto, cumprindo o seu dever de solidariedade, em seu nome e no dos seus collegas no episcopado. (…) São já quatro os senhores Bispos expulsos. Não ficará por aqui, porque o senhor Alexandre Braga quer deixar nome. Outros se seguirão após… Parochos desterrados… já se não sabe a conta…* (MARIZ – O desterro dos Senhores Arcebispos. *Actualidade*. Braga. Ano I, nº 34, de 6/12/1917, p. 1).

[374] Provavelmente, o padre Giesteira seria agora, membro do partido Liberal, ao serviço do qual se encontra este periódico que publica a sua carta aberta. Com efeito, em 1918, o padre Giesteira aparecia como elemento efectivo da Comissão Distrital da União Republicana de Braga. Dissolvido este partido em 1919 para se integrar nas fileiras do novo Partido Liberal, provavelmente o padre Giesteira também agora integrava as fileiras desta nova agremiação republicana que almejava rivalizar eleitoralmente com o PRP. Anos antes, Giesteira deve ter sido reconhecido como simpatizante ou militante do PRP (quando acusa o arcebispo de Braga de ter perseguido os padres democráticos de Esposende, certamente incluía-se no número dos que foram perseguidos por essa razão).

[375] GIESTEIRA, Manuel – Carta aberta ao Snr. Arcebispo Primaz. *O Liberal*. Braga. Nº 16 (21/03/1920), p. 2. Esta primeira carta surge n'*O Liberal* datada de 8 de Março de 1920.

carta aberta, publicada a 11 de Abril no mesmo jornal, Giesteira vai mais longe no seu ataque ao arcebispo, denunciando a tendencial atitude conspiratória e monárquica deste:

> O que é verdade é que eu nunca conspirando contra as instituições tenho sido perseguido e preso por diversas vezes emquanto que V. Ex.ª que foi o porta-estandarte da revolução monarchica perante o seu clero, está descansado, governando bem a vida, sem ser perseguido como devia, apesar de conspirador sciente e consciente.
>
> A republica tem sido agora de uma grande benevolencia, para o alto clero, emquanto que o mesmo não aconteceu para com muitos padres que como eu pensam que a religião cristã se coaduna com todas as formas de governo[376].

Não tivemos acesso ao processo para constatar os dados da acusação. Sobre este caso, a despeito de admitirmos como natural que algum ressentimento e parcialidade se reflictam no teor das acusações lançadas ao arcebispo de Braga pelo padre Giesteira, podemos reter que se tratará de mais um contributo para fazer alguma luz sobre as relações agrestes entre o poder religioso católico e o poder republicano, designadamente em Braga. Sobre este padre Giesteira sabemos ainda que foi um dos clérigos que reclamou pensões do Estado – no caso, por finais da 1ª República – em conformidade com a sua adesão à ordem republicana instalada[377]. Não devemos esquecer, contudo, que aquando da passagem de António José de Almeida pela presidência da República (1919-1923) as relações dipomáticas entre Portugal e a Santa Sé sofreriam alguma melhoria, pelo que estas atitudes do clero se tornam, assim, algo mais comuns e inteligíveis.

---

[376] GIESTEIRA, Manuel – Carta aberta ao Snr. Arcebispo Primaz. *O Liberal*. Braga. Nº 19 (11/04/1920), p. 2. Esta segunda carta surge n'*O Liberal* datada de 27 de Março de 1920.

[377] Numa notificação oriunda do Ministério da Justiça e dos Cultos, com data de 27 de Maio de 1925 (processo 1618, livro 6º-fls 72 da 2ª repartição da Direcção Geral da Justiça e dos Cultos), comunica-se ao governo civil de Braga, no quadro do requerimento de uma pensão ao Estado pelo padre Giesteira, o seguinte: *Para instruir o processo de aposentação extraordinaria ao ministro da religião católica Manuel Martins Giesteira, pároco da freguesia de Marinhas, concelho de espozende, distrito de Braga, esta Direcção Geral (2ª Repartição-cultos) roga a V. Exa. se digne mandar comparecer o aposentando perante a Junta Médica, a fim de averiguar se, de facto, está absoluta e permanentemente impossibilitado de exercer as funções paroquiais. O auto de exame, subscrito por V. Exa., pelos tres facultativos da Junta Medica, e pelo examinado e autenticado com o sêlo dêsse Governo Civil, será remetido a esta Direcção Geral.* Arquivo do Governo Civil de Braga, Correspondência Recebida, Cx 2 (5.1.3.1), anos de 1913,1914,1915 e 1925), maço de 1925.

5.5 - A Igreja bracarense dinamiza a "boa imprensa"

A Igreja reclamava, mas não podia acantonar-se num papel de vítima espoliada de legítimos e históricos direitos adquiridos. Afigurava-se mais produtivo demonstrar a justeza das suas posições no plano das ideias. Mais do que ameaçar de excomunhão aqueles que afrontavam a Igreja, importava demonstrar a rectidão dos princípios que a mesma Igreja sustentava e difundia, importava fazer germinar a boa semente. Embora inserida num meio com elevados índices de analfabetismo, a Igreja bracarense vai reforçar a sua posição na imprensa, assumindo o quanto esta poderá relevar na divulgação das suas posições, perspectivas e doutrina entre os leigos, assim como também na agilização do pensamento dos ministros da religião – os seus instrumentos privilegiados na divulgação das "verdades" católicas.

Através da análise de alguns editoriais vertidos nos vários títulos então promovidos pela Igreja bracarense (já referenciados atrás na rubrica "Braga: o perfil da cidade e da região envolvente") poderemos confirmar os incontornáveis propósitos ideológicos assumidos nestas iniciativas. A *Ilustração Católica*, uma revista semanal, assume na apresentação do seu 1º número (5 de Junho de 1913) a pretensão de combater o regime republicano no plano das ideias, entre os leigos, o que até então havia sido descurado – contrariamente ao observado em França ou Espanha, assevera o editorialista. Esta revista pretende assegurar a memória futura do tempo que passa, através da inclusão do registo fotográfico de uma alargada profusão de acontecimentos e personagens da época – privilegiando naturalmente o bem que a Igreja difunde, num cotejo com os males que submergem o mundo e o nosso país em particular –, mas simultaneamente propõe-se doutrinar ou influenciar os seus leitores na análise da conjuntura política, despertando-os para o acolhimento ou a militância do que a Igreja considerará as boas causas, e até os bons partidos. A República emergira perante uma Igreja ideologicamente debilitada – designadamente em Braga, pode supor-se –, conforme reconhece o editorialista deste primeiro número da *Ilustração Católica* quando escreve: *o assalto revolucionario surprehendeu-nos sem corpo de ideias, sem acção solidamente dispersa, e o demagogo sombrio ergueu o seu tablado sobre o pantano da nossa vontade inerte! Morreram assim as melhores iniciativas, que não foram supridas. Aquilo que o vendaval poupara não era um cadaver, porque era um despojo, como que uma tunica que se não põe direita senão ajustada a um corpo…* Esta nova revista propõe-se agora, ainda segundo o

editorialista, *ocupar um logar n'estes primeiros lineamentos de reorganização catholica, traçados pela audacia intelligente d'uma geração nova que entra na arena com a Cruz estampada sobre a muralha dos seus peitos…*

Em 19 de Abril de 1917, o semanário *Actualidade* – o órgão do Centro Católico, dirigido pelo padre Silva Gonçalves, então senador da República – no "editorial" de lançamento clarifica o seu inequívoco posicionamento na "barricada" da Igreja: *cumpre-nos afirmar a mais completa e filial obediência e o maior respeito á voz da Egreja, por quem vimos á liça*[378]. Este jornal, ainda que tratando-se de uma publicação partidária da qual a Igreja não assume um patrocínio aberto, não deixa de servir, naturalmente, os ensejos da mesma Igreja.

Na edição de Janeiro de 1925, quando entrava no décimo ano de publicação, a *Acção Católica* – uma revista mensal, dirigida primacialmente ao clero, com intuitos de análise e de doutrinação político-social – rememora em editorial o trabalho já efectuado e esclarece dos objectivos que lhe cabem e do quanto faltará ainda realizar para furtar a perniciosas influências o imenso universo dos leigos que a Igreja quer manter no "bom caminho":

> A *Acção Católica* é uma revista destinada a padres. Se levar farta cópia de bôa semente é de esperar uma colheita imensa. Mas na exiguidade dos nossos recursos materiais a revista não é o que devia ser. Em logar de 32 páginas mensais deveria ser o triplo ou mais. Ah! Que se os padres quisessem…
>
> O nosso ardente desejo vai mais longe. A par da Acção Católica para padres devia publicar-se uma Acção Católica para leigos, uma revista em que em artigos de apologética, históricos, filosóficos e morais se levasse a verdadeira doutrina aos individuos já de uma certa cultura intelectual. Era muito necessaria uma [e uma] publicação destas está no nosso plano. Se o Clero nos ajudasse…

A par dos outros títulos mencionados neste trabalho, a *Ilustração Católica* e a *Acção Católica*, em particular, fazem, assim, parte do esforço da Igreja bracarense em combater, no plano das ideias, a temida laicização republicana.

Anos antes, nos finais de 1914, Carlos Augusto de Oliveira, o então governador civil de Braga, no cumprimento de anteriores instruções do Ministério do Interior[379] – das

[378] Principiando. *Actualidade*. Braga. Ano I, nº 1 (19/04/1917), p.1.

[379] Telegrama datado de 10 de Setembro de 1914, no qual seguem para o Governador Civil de Braga as seguintes instruções: *Queira mandar para a Comissão Segurança Publica uma nota dos jornaes*

quais emanava uma visível preocupação acerca do quanto podia relevar o papel desta imprensa para um relacionamento mais harmonioso, ou menos tenso, entre a República e a Igreja –, indagava junto da administração do concelho de Braga informações sobre o perfil político da imprensa local. Na resposta, o administrador concelhio esclarece o demandante nos seguintes termos:

> Em resposta á circular de V. Excª, com data de 10 do corrente mez, tenho a honra de informar V. Exª de que os jornaes tidos como reacionarios, neste concelho, são os "Echos do Minho", diario; "Bracarense", "Voz da Verdade"; "Amigo da Religião"; Illustração Catholica" e o "Primacial".
>
> Enquanto aos parocos, podem todos ser considerados como retintamente reacionarios, embora alguns se mostrem conformados e adaptados ao regimen, do qual, no intimo, não são amigos, mas contra o qual, também não teem manifestado actos de franca hostilidade.
>
> Folhetos e correspondencias periodicas, deste concelho, não teem sido aprehendidos, nem tão pouco estão suspensos periodicos por determinação da autoridade[380].

Os jornais *Echos do Minho*, *Amigo da Religião* e *Bracarense*, e a revista *Illustração Catolica*, controlados pela Igreja bracarense, surgem aqui apodados de reaccionários nesta avaliação. Este juízo, ainda que marcado por natural parcialidade, não deixa de reflectir o entrincheiramento de posições, com a República e a Igreja a combaterem por desígnios em boa medida opostos. Esta preocupação inquiridora do governo central, de que o governador civil de Braga é o porta-voz, não deixa de revelar também – insistimos – que, a despeito de o analfabetismo exibir uma mancha extremamente alargada e feia nesta região, as autoridades republicanas temiam que uma imprensa hostil se revelasse, potencialmente, como um dos mais relevantes veículos na luta contra o novo regime.

---

reaccionarios que se publicam no seu distrito = ministro Interior (in Arquivo do Governo Civil de Braga, *Correspondência recebida*, Cx. 2 (5.1.3.1), maço de 1914).

[380] Carta (ofício nº 6, classificado "reservado") dirigida ao Governador Civil de Braga com data de 14 de Novembro de 1914 (in Arquivo do Governo Civil de Braga, *Correspondência recebida*, Cx. 2 (5.1.3.1), anos de 1913, 1914, 1915, 1925, maço de 1914).

5.6 – A luta pela redução do horário de trabalho e pelo descanso dominical

O trabalho, entre o castigo e a necessidade ou entre a virtude e a temperança. Concedendo um pouco o flanco à metáfora, poderemos enquadrar a situação dos trabalhadores deste período nestes termos. Com efeito, se por um lado podemos reter do *Genesis* que o trabalho surge como uma punição divina para com a desobediência dos primeiros habitantes do paraíso, que se atreveram a comer frutos da árvore proibida, em contraponto, podemos registar que o acto de laborar surge na cultura ocidental – e na doutrina cristã, que marca profundamente esta civilização – como uma função libertadora e dignificadora da condição humana.

Neste período que estudamos, o problema residia, obviamente, no excesso. Em Portugal, como na generalidade do mundo industrializado, o horário dos trabalhadores mostra-se demasiado longo e penalizador. Pouco escolarizados, mal nutridos, correntemente enfezados como denunciam muitos testemunhos da época, os trabalhadores portugueses – designadamente entre o operariado e nos sectores dos serviços – deparam-se com horários longos, mediante baixa remuneração. Para se esquivarem a este quadro depressivo, muitos vislumbram, persistentemente, na emigração a possibilidade de contornar o cerco do infortúnio, procurando em terras de além-mar um futuro mais radioso, ainda que normalmente subjugados, de igual modo, por cargas de trabalho extensas.

As reivindicações para humanizar a duração do horário de trabalho e garantir o descanso dominical apresentam-se recorrentes por parte de organizações representativas dos trabalhadores e merecem também o apoio, particularmente no que respeita ao descanso dominical, por parte da Igreja. O patronato, por seu lado – reflectindo a cultura religiosa dominante que celebra o sétimo dia como "o dia do Senhor", destinado ao descanso –, tende a mostrar-se algo mais flexível na concessão do direito ao descanso dominical, mas mostra-se resistente na aceitação da diminuição do horário de trabalho, em nome da competitividade interna e externa. As mudanças ocorrerão, todavia, ainda que marcadas por avanços e recuos, reflectindo a força dos campos em confronto, as mudanças no plano internacional e o curso da política interna.

Em Braga, contudo, de uma forma aparentemente algo incongruente – se atendermos à força da religiosidade que supostamente caracterizará também a mentalidade do patronato – os empregadores mostram resistência não só na redução dos horários de trabalho dos assalariados como na concessão aos mesmos do direito ao descanso semanal ao domingo.

O século XIX anunciava o seu fim quando o patronato bracarense aceita conceder meio dia de descanso dominical aos seus assalariados, com o beneplácito e o aplauso da Igreja local. Com efeito, a de 27 de Fevereiro de 1898, o arcebispo de Braga manda difundir entre todos os fiéis da sua diocese a folha *Aurora Comercial* (um número único), na qual, num elogio ao patronato local, afirma aplaudir *a religiosa resolução do commercio de Braga* e, procurando contribuir para o efectivo sucesso da media, insta os párocos a sensibilizarem os seus paroquianos para a necessidade de os mesmos, doravante, *se proverem do necessario antes do meio dia de todos os Domingos do anno, para evitar prejuízos á conceituada classe commercial*.

Porém, os interesses dos trabalhadores não terão então ficado consolidados, como se depreende pelo facto de, em Abril de 1902, a *Real Associação dos Empregados do Commercio* (de Braga) ter remetido para as Cortes, através do cónego Alfredo Brandão, uma "representação" na qual os subscritores reclamam dos parlamentares a aprovação de uma lei que imponha o descanso dominical obrigatório em todo o país. Do lado do patronato, um grupo de comerciantes bracarenses – porventura eivados de um maior humanitarismo e também ciosos da ostentação pública da sua religiosidade, mas decerto intentando ainda granjear maior respeitabilidade pública – subscreverá em Setembro de 1905 um abaixo-assinado no qual se comprometem ao encerramento dos seus estabelecimentos aos domingos, a partir das doze horas, ainda que não assumam este compromisso com um carácter definitivo. Alguns anos depois, numa demonstração de que este propósito não estaria claramente disseminado entre o comércio local, em Fevereiro de 1906 a Associação Comercial de Braga instará o presidente da Câmara Municipal local a colocar em vigor o artigo 1º do código das posturas municipais que determinava o encerramento obrigatório, nas tardes de domingo, de todos os estabelecimentos comerciais no concelho de Braga. No final deste mesmo ano de 1906, a associação representativa dos caixeiros (empregados do comércio) continuaria a reclamar publicamente pelo facto de o descanso dominical não estar a ser respeitado pelo patronato de Braga. Neste período, na Associação Comercial de Braga decorrerão

reuniões algo tempestuosas, devido às dissensões manifestas entre os comerciantes acerca desta questão.

Durante a governação de João Franco, será aprovada uma lei, em 7 de Agosto de 1907, tornando obrigatório o descanso dominical em todo o país, mas este diploma será alvo de manifesta desobediência por boa parte do patronato, designadamente na região de Braga. É isso que podemos depreender da solicitação que a *Associação da Classe Commercial dos Caixeiros de Braga* dirige ao governador civil do distrito, numa carta de 22 de Janeiro de 1910, reclamando que o mesmo se mostre atento na fiscalização do cumprimento deste decreto, lembrado, a propósito, o *habito, infelizmente ainda usado por muitos operários, de dissiparem as suas ferias pelas tabernas e casas de jogo, no sabbado á noite, na louca persuasão de que o dinheiro se lhes não acabará e que, portanto, no domingo farão as suas compras*![381] Ou seja, as compras no concelho poderiam, de facto, ser efectuadas aos domingos. Estivesse esta possibilidade vedada, como a lei exigia – reclamam os signatários demandantes – e garantir-se-ia não só o efectivo direito ao descanso dominical dos trabalhadores mas ainda se impediria os operários de desbaratarem a sua "semanada" no jogo e no álcool aos sábados – pois o seu rendimento teria sido justamente aplicado nas compras que teriam de efectuar antecipadamente.

Os governos republicanos, reclamando para si uma maior consciência social, não deixarão de legislar sobre a matéria. É assim que, visando o cumprimento de uma lei aprovada pelo Governo Provisório em 9 de Janeiro de 1911, uma comissão criada pela Comissão Executiva Municipal de Braga proporá em Março seguinte que o domingo seja consagrado como um dia de descanso obrigatório para todos os operários e trabalhadores do comércio do concelho de Braga, afora as eventuais excepções contempladas na nova lei, englobando os trabalhadores dos circos ou cinematógrafos, por exemplo, ou aqueles que tivessem de efectuar a reparação ou a limpeza urgente de máquinas para evitar potenciais acidentes.

Já em Maio de 1915 – no cumprimento de legislação emanada do ministério dirigido por Alexandre Braga, com data de 22 de Janeiro desse mesmo ano – a Câmara Municipal de Braga regulamentará o horário do comércio e dos serviços do concelho, estendido por um período de dez horas, da seguinte forma: as casas comerciais entre 1 de Maio e 31 de Outubro estarão abertas entre as 7h e as 21h, enquanto que entre 1 de

[381] Arquivo Distrital de Braga, *Correspondência Geral do Governo Civil,* Cx. 15 (1908-10).

Novembro a 30 de Abril abrirão as portas entre as 8h e as 20h; no respeitante às casas bancárias e escritórios, o horário de trabalho, bem mais amigável, compreende um total de sete horas diárias, estendidas entre as 10h e as 17h.

Depois da 1ª Guerra Mundial, no quadro do Tratado de Versalhes, conforme referenciámos atrás, Portugal virá a comprometer-se com adopção para todos os trabalhadores do país de um horário de trabalho de 8 horas diárias e 48 horas semanais. Este compromisso assinalava um inequívoco progresso, também já o vincámos, mas, quase inevitavelmente, geraria reacções hostis da parte do patronato. Assim, aproveitando a visita de vários ministros à cidade de Braga, em 3 de Maio de 1920 José António Cruz, em representação da Associação Comercial da cidade, solicitará aos mesmos que induzam o governo na reposição das 10 horas de trabalho diário, certamente em nome de uma maior competitividade ou rentabilidade das empresas da região[382].

Claramente, e como sempre aconteceu, designadamente ao longo dos séculos XIX e XX, as reduções no horário de trabalho eram vistas sob perspectivas tendencialmente opostas: ora como uma conquista, um bem, do lado dos representantes dos trabalhadores; ora como uma ameaça à produtividade e à sobrevivência das empresas, do lado dos empregadores. Ainda que com avanços e recuos, durante o período republicano os direitos dos trabalhadores foram, na globalidade, de facto alargados. No Estado Novo os direitos fundamentais como a livre constituição de sindicatos ou o direito à greve foram espezinhados e os abusos do patronato beneficiaram de alguma bonomia intitucional[383].

Na viragem da década de 1920-30, a grave crise económica que então submerge o mundo tem naturalmente reflexos sobre a oferta de trabalho, a qual diminui também substancialmente entre nós. O governo adopta algumas medidas para atenuar o problema, as quais passam, designadamente, pela dificultação da utilização do trabalho

---

[382] Alinhando por este diapasão, o jornal bracarense *O Liberal*, representante de uma visão republicana mais conservadora, antecipava três meses antes, no artigo "Lei da preguiça", os inequívocos prejuízos que haveriam de resultar da aplicação desta legislação, mediante as seguintes palavras: *O sr. dr. Curto impõe as horas de trabalho como condição irrevogavel de continuar no ministério. Podia dar-lhe para peior, sendo curto de nascença. Pois vamos num sino com as 8 horas de trabalho que a preguiça da raça reduz a 6 escassas. Emquanto os alemães, os holandeses, e outros povos escravos trabalham 12 horas; nós, povo livre e rico, não trabalhamos senão metade. E' claro, pois, que a nossa vida será cada vez mais cara, em tão alto grao [grau] quanta fôr a nossa preguiça. País de insignificantes, de tolos e de mandriões* (*O Liberal*, nº 10, de 8 de Fevereiro de 1920, p.3). As mudanças mais ousadas tendem, pois, a desencadear, naturalmente, resistências ou mesmo a incredulidade em muitas vozes.

[383] Exceptuando os primeiros anos da década de 1930 (impacto da grande depressão mundial), o trabalho extraordinário mal pago tenderá a crescer durante o Estado Novo. Na década de 1930, observar-se-á igualmente uma quebra real nos salários do operariado e do campesinato.

extraordinário dos operários por parte das empresas e pela preferência que o Estado deve dar aos produtos nacionais nas suas compras. Aproveitando esta envolvência favorável, os sindicatos reclamam o cumprimento escrupuloso do horário das 48 horas semanais ou, de parceria com outras organizações, em nome de uma partilha do escasso trabalho disponível, reclamam mesmo uma redução substancial do horário semanal. Em 9 de Junho de 1931 a *Associação de Classe dos Empregados nas Industrias Texteis no Norte de Portugal* dirige uma carta ao governador civil de Braga, reclamando a intervenção do mesmo na rigorosa fiscalização do cumprimento do horário de trabalho previsto na lei. Esta organização operária lembra que *quando os operariados conscientes das nações cultas se lembraram de reclamar dos poderes constituidos o estabelecimento do dia normal de 8 horas de trabalho, não foi para que o operariado se entregasse á ociosidade, mas tão somente para que o trabalho fosse repartido pelo maior numero possivel de obreiros, afim de que por meio do trabalho todos pudessem viver.* E, procurando demonstrar a evidente justeza do horário de 48 horas semanais, o texto desta carta defende ainda que *o desenvolvimento e os progressos da mecanica é que assim o determinavam, por que há máquinas que produzem tanto em um dia como dez operarios não seriam capazes de produzir numa semana*[384].

Alguns ousam mesmo apontar para mais longe, intentando alargar as possibilidades de acesso ao emprego que escasseia. No final de 1932, quiçá como que alimentando a

---

[384] Arquivo do Governo Civil de Braga, *Correspondência Recebida*, 2ª Repartição, Cx. 8 (5.1.2.1), ano de 1931, maço "Correspondência Autoridades Diversas do Exterior".
A preocupação manifestada nesta carta estaria já de alguma forma assumida pelo governo central, ainda que, como deixa entender esta reclamação apresentada pela *Associação de Classe dos Empregados nas Industrias Texteis no Norte de Portugal* junto do governador civil de Braga, não estivesse porventura a ser respeitada pelo patronato do distrito. Com efeito, denotando uma preocupação com a escassez de trabalho então observada, numa circular que o gabinete de "Estatística e Defesa Económica" da Direcção das Bolsas Sociais do Trabalho (integrada no Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral) envia aos Governos Civis do país em 11 de Janeiro de 1931 (nº 14, circular nº 3) realça-se a preocupação do governo em limitar o excesso de produção e de trabalho não regulamentado (para se combater o desemprego) nos termos seguintes: *As circunstancias anormais que se verificam na vida industrial portuguesa, aconselha se evitem normas de trabalho de que possa resultar super-produção, ou que originem grandes disparidades nas condições de trabalho de indústrias congéneres mas tendo-se sempre em vista o agravamento do desemprego que de há tempos se vem notando, e garantir às classes obreiras salários razoáveis. Para conseguir aqueles fins, encarrega-me S. Exª o Ministro das Finanças de transmitir as seguintes instruções:*
1º - Salvo o disposto nos § 1º e 2º do artigo 9º do decreto nº 14498 de 28 de Outubro de 1927, deve ser proibido o trabalho nocturno das mulheres e crianças.
2º - Todo o trabalho de caracter industrial nas fábricas, oficinas ou quaesquer estabelecimentos industriais, não poderá iniciar-se antes das 7 ou terminar depois das 20 horas, a não ser nas indústrias que, por sua natureza, necessitem funcionar noutras horas e nos casos de laboração contínua devidamente autorizada pelo Governo, devendo considera-se nulas todas as autorizações para êste efeito concedidas sem ter sido consultado o poder central (in Arquivo Distrital de Braga, *Correspondência Geral do Governo Civil de Braga*, pasta 29 (anos de 1929 a 1939), lote de 1931, doc. 21983).

utopia de que o castigo bíblico[385] pudesse ser radicalmente minorado, a União Social Católica, uma estrutura apadrinhada pela Igreja Católica portuguesa para coordenar a acção dos católicos no mundo do trabalho, demanda junto do governo da Ditadura, através de uma ousada representação, a concessão de amplas regalias para os trabalhadores nos termos seguintes:

> 1º – Que o govêrno português procure a realização de um acordo internacional para que em todos os países seja obrigatória a diminuição da jornada de trabalho para 36 horas semanais;
> 2º – Tornar mais rigorosa a fiscalização do horário de trabalho, dando uma mais larga atribuição de poderes aos fiscais;
> 3º – Estabelecimento do descanso semanal aos domingos, em todo o país e para todas as profissões com as excepções que o bem comum impozer;
> 4º – Concessão de 15 dias de licença por ano, a todos os trabalhadores, sem suspensão dos vencimentos;
> 5º - Revisão da lei das incompatibilidades de forma a ninguém ser permitido ter mais de um emprego;
> (…)
> 10º – Estabelecimento do salário mínimo para cada profissão, em harmonia com o custo de vida, na localidade onde o trabalho se exercer;
> (…)[386]

Desta representação enviada ao governo ressalta, uma vez mais, que nos inícios da década de 1930 ainda a questão do descanso semanal aos domingos não estaria resolvida, mesmo em sectores onde a laboração contínua não se mostrava uma necessidade imperiosa. Os direitos ou as regalias dos trabalhadores acabariam pouco tempo depois significativamente alargados em França – quase inevitavelmente, poder-se-á admitir, se atendermos ao carácter pioneiro deste país na consagração de muitas das transformações sociais ocorridas na época contemporânea – pelo governo da Frente Popular, dirigido por León Blum, reconhecendo-se então aos assalariados, pela primeira vez na história, o direito a algumas semanas de férias remuneradas. Por cá, em

[385] Relembramos aqui a referência que fizemos atrás sobre o facto de o trabalho surgir referenciado no *Genesis* como um castigo divino infligido aos primeiros habitantes do paraíso que, desobedientes, haviam comido frutos da árvore proibida.
[386] Um facto e uma esperança – A representação dos operários católicos ao Govêrno. *Diário do Minho*. Braga. Nº 3957 (17/11/1932), p.1.

Portugal e naturalmente em Braga – não obstante estas alentadas e animosas intenções dos representantes da União Social Católica[387], repisando decerto também algumas reclamações mais audazes de alguns sindicatos da época –, seria necessário esperar muitas décadas para que se estampassem na letra da lei alguns dos direitos reclamados neste documento para os trabalhadores portugueses[388].

5.7 – A disputa do novo poder Republicano

- Os partidos e os protagonistas republicanos

Na cidade de Braga e no respectivo círculo eleitoral, o Partido Republicano, numa réplica do observado na generalidade do país, impor-se-á como a força política dominante durante o período da 1ª República. No concurso para o Parlamento, assim como na demanda eleitoral para a administração municipal os candidatos do entretanto designado Partido Democrático manifestarão uma clara supremacia sobre as demais forças concorrentes entre 1910 e 1926, conforme se pode constatar pela análise dos quadros em *Anexos XV*. Nas primeiras eleições organizadas pela República – a 28 de Maio de 1911, para a Assembleia Constituinte – o PRP assegurará a totalidade dos

[387] Em 20/11/1932, o *Diário do Minho* (edição nº 3961), no artigo "A hora que passa: a actividade Social dos Católicos", lembra que esta recém-criada organização beneficia do beneplácito da hierarquia da Igreja portuguesa, que assim demonstrará a preocupação com a débil situação do operariado no nosso país. Escreve então o *Diário do Minho*: (…) *Por sua iniciativa e com plena aprovação da autoridade eclesiástica constituiu-se há tempos, em Lisboa, a União Social Católica, que se destina a promover, orientar e coordenar a actividade social dos católicos e tem já milhares de operários filiados nas suas secções profissionais. Da sua magnífica actividade acabamos de ter uma prova consoladora na representação que recentemente enviou ao Chefe do Governo, expondo-lhe as linhas gerais do pensamento social da Igreja e pedindo-lhe a efectivação de um minimo de providencias que bem revelam a competência dos homens que estão à sua frente e uma vez tornadas realidades, hão de contribuir para a melhoria da situação dos pobres trabalhadores.*

[388] A título de mera curiosidade, refira-se que, nos anos setenta do século XX, no livro *Era do Átomo, Crise do Homem* (Amadora: Livraria Bertrand. 1976) Vitorino Nemésio antevê, pleno de optimismo, que no (então) vindouro século XXI, perante horários de trabalho que comummente não deveriam ultrapassar uma ou duas horas diárias, a angústia dos trabalhadores haveria de recair sobre a forma de ocupar o excesso de tempo livre: *Que tipo de homem resultará da mecanização progressiva? Se o manejo da máquina metalicamente pesada e monotonamente operadora brutificava o operário, a mera vigilância dos índices visuais e a resposta reflexa a estímulos de mostrador serão para ele mais clementes?E os próprios vagares (loisirs), tão cobiçados, em que os entes cibernéticos deixarão o homem moderno, devolvido do ergástulo das oito horas de trabalho por dia ao quase brinquedo de uma ou duas, em que ânimo o vão Pôr?* (ob. citada, p. 14). Olhando com alguma atenção para as alterações hoje (inícios século XXI) emergentes no mundo do trabalho, no quadro da designada globalização, por agora será fácil concluir que Nemésio se enganou.

mandatos de deputados nos três círculos do distrito de Braga (Guimarães, Braga e Barcelos). Com os monárquicos proscritos, os candidatos do PRP encontraram escassa oposição no campo republicano, no distrito, observando-se que apenas no círculo de Braga enfrentam uma lista concorrente, na qual emergem duas figuras do operariado, o chapeleiro António Machado e o carpinteiro Aurélio Rodrigues, acompanhadas pelo jornalista Corregedor da Fonseca e pelo jornalista e professor Jacintho Fernandes. Nas eleições parlamentares seguintes, realizadas em Junho de 1915, o Partido Democrático vencerá de novo folgadamente as eleições no círculo eleitoral de Braga: três dos quatro lugares de deputados em disputa são atribuídos aos democráticos e dois dos três senadores que vêm a ser eleitos são igualmente propostos por este partido (ver *Anexos XV*). Já aquando das eleições organizadas pelo governo de Sidónio, em Abril de 1918, os democráticos, tal como a generalidade dos partidos republicanos, colocam-se fora do escrutínio, em sinal de protesto contra o autoritarismo estabelecido. Regressados às vitórias no círculo de Braga nas eleições de Maio de 1919[389], os democráticos não elegerão, porém, qualquer deputado por Braga nas eleições de Julho de 1921. Para o fracasso nesta última contenda eleitoral relevaram sobretudo dois factores: por um lado, as graves divisões que afectam o partido manifestam-se na apresentação de três candidatos democráticos dissidentes, de entre os quais acaba eleito Domingos Pereira; por outro lado, este escrutínio é organizado por um governo do Partido Liberal, o qual, confirmando a tradição, não enjeita a possibilidade de uma vitória nas urnas. Nas eleições subsequentes (1922 e 1925), o Partido Democrático voltará a alcançar a supremacia no círculo de Braga. No respeitante às eleições para o Senado do Congresso, a situação mostra-se menos favorável para o Partido Democrático (ver quadros *Anexos XV*) de alguma forma também à imagem do sucedido a nível nacional. A nível local, os democráticos marcarão igualmente uma hegemonia clara nas eleições para a Câmara Municipal de Braga durante este período. Ao longo dos dezasseis anos da 1ª República, a Câmara Municipal de Braga esteve sempre nas mãos de figuras apoiadas pelo Partido Democrático, exceptuando-se um interlúdio decorrente ao tempo do sidonismo e da Monarquia do Norte.

Para um tempo novo, a República, impunha-se uma dinâmica acrescida. Na edição de 31 de Janeiro de 1911 o semanário bracarense *Patria Nova,* afecto à linha do PRP,

[389] Em 1919, numa repetição dos resultados alcançados nas eleições de Junho de 1915, três dos quatro deputados endossados para o Parlamento pelos eleitores do círculo eleitoral de Braga são democráticos, observando-se ainda que dois dos senadores enviados por Braga para o Senado (metade dos eleitos) são igualmente do PRP (cf. quadros em *Anexos XV*).

avaliava a necessidade da criação de novas estruturas para fomentar a actividade política republicana local nos seguintes termos:

> Se de nós unicamente dependera a organização partidaria a reunião annunciada seria para tudo. E assim se nomearia a commissão districtal; a commissão municipal; as commissões parochiaes em todas as freguezias da cidade e uma grande comissão de propaganda eleitoral.
>
> A districtal, parecendo a mais facilmente dispensavel, é em contrario, a mais necessarimente precisa. Uma das ultimas resoluções do Directorio confia a essas entidades a direcção dos trabalhos eleitoraes da sua área; e como há-de ella dirigil-os se não existe?
>
> E se a municipal é absolutamente imprescindivel pela superintenda da sua capacidade nas decisões de politica local, as parochiaes o são, egualmente, como órgãos indispensaveis ao funcionamento geral[390].

A 5 de Fevereiro 1911, correspondendo ao impulso das cúpulas nacionais do PRP, é eleita em Braga a nova comissão municipal do Partido Republicano, a qual, segundo as instruções veiculadas pelo Directório do partido, deveria ser constituída por figuras republicanas que não estivessem a exercer outras funções no aparelho político-administrativo. Esta directriz do Directório republicano esbarrou, todavia, com a resistência de alguns dos notáveis do republicanismo local, os quais, ainda que não preenchendo os requisitos exigidos, conseguem fazer-se eleger. É o caso, entre outros, de Luiz Augusto Simões d'Almeida, o qual acaba eleito membro efectivo da comissão municipal do PRP de Braga, não obstante a sua condição de vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da cidade[391]. Já em Março seguinte,

---

[390] Republicanos de Braga. *Patria Nova*. Braga. Nº 12 (31/1/1911), p.3.

[391] O jornal republicano *Noticias do Norte*, revela na sua edição nº 446, de 5 de Fevereiro de 1911, que Joaquim d'Oliveira (que presidiu a esta reunião), no cumprimento das sugestões do Directório Republicano que alertava para *a conveniência de serem excluidos os correligionarios que ocupassem cargos politicos ou administrativos,* propôs à apreciação dos seus correligionários uma lista de dirigentes *que, pela sua sinceridade respeitabilidade e amôr aos princípios democráticos, bem podiam desempenhar tão árdua como espinhosa tarefa.* Porém, esta proposta terá colhido pouco acolhimento entre os presentes, segundo relata a mesma edição do *Noticias do Norte*, que esclarece: *O sr. Simões d'Almeida não concordando com a opinião do sr. presidente propõe para que da Commissão possam fazer parte quaesquer correligionários que estejam em commissões administrativas, declarando, com a lealdade que lhe é peculiar, não acceitar tal cargo se para ele fosse nomeado. O sr. Domingos Pereira reprova a proposta do sr. Simões d'Almeida sob o fundamento de que a Commissão Municipal deve ter a independência precisa para intervir nos assumptos administrativos e mesmo políticos. O sr. Manoel Couto concordando com o sr. dr Domingos Pereira, entende que ninguem pode julgar-se condemnar-se ou absover-se a si proprio; mas partindo do principio que a Commissão Municipal deve ser constituída por republicanos antigos e que ao partido tenham prestado serviços, termina por apoiar a proposta do*

denotando a crescente implantação e organização dos republicanos do PRP, o Centro Republicano Distrital de Braga[392], ganhará instalações próprias na Praça da República, por cima do Café Viana, um local emblemático para a tertúlia política na cidade, conforme revelava José Valdez na sua conferência "Uma Noite no Ateneu", por nós atrás referida.

O Partido Republicano precisa, entretanto, de crescer para enraizar mais a República entre as populações. Nos primeiros dias ou semanas após a revolução de Outubro de 1910 mostrou-se, contudo, algo comum entre os velhos republicanos bracarenses, já o percebemos, a exibição de particulares cautelas na apreciação das conversões de última hora ao republicanismo. Colocando-se do lado dos mais cépticos, por meados de Novembro de 1910 o republicano Alberto Guimarães reclamava a aplicação de uma espécie de quarentena para aqueles que só nesse momento arvoravam o seu republicanismo. Alberto Guimarães alertava então nas páginas do *Patria Nova* de que lera *algures que é preciso ter cuidado com os abraços de certas creaturas cuja vontade seria estrangular-nos* e, precisando o seu pensamento, advertia os seus leitores de que *salvo honrosas excepções, é da maxima conveniencia desconfiar sempre dos adhesivos da ultima hora, quando elles não apresentam justificação plausivel, que afaste toda a ideia de mercancia.* E para justificar a sua desconfiança preventiva, A. Guimarães recordava que ainda não "há pouco" era possível ter observado muitos destes "adesivos" proclamarem-se como *os mais fieis monarchicos que o universo cobria, e dirigirem aos republicanos os mais injuriosos insultos.* Por isso, escrevia a terminar, *é necessario que*

---

sr. Simões d'Almeida. Posta á votação, pelo sr. presidente, a proposta d'aquelle sr. foi ella regeitada por uma pequena maioria dando-se em seguida principio á eleição (...) cujo resultado foi o seguinte: Efectivos: Luiz Augusto Simões d'Almeida, 62; dr. Joaquim d'Oliveira, 85; Custodio Souza Pereira, 80; Affonso Miranda, 77; José Ferreira Amado, 61; João Palma, 44; José Pereira de Souza Júnior, 40. Substitutos: Jacques Nunes, 70; José Luiz Affonso, 55 ; José Marques da Cunha, 47 ; Augusto Moreira de Castro, 48 ; Augusto Martins, 30, dr. Barroso Dias, 28; João Teixeira d'Araujo, 28.

[392] Entre os elementos que integram a comissão instaladora desta distrital republicana figuram naturalmente aqueles que mais se haviam destacado na promoção do republicanismo em Braga. O jornal *O Radical*, nos números 42-45 de Março de 1911, relata a composição dos órgãos directivos desta comissão instaladora que é a seguinte: Presidente – Domingos Pereira; Vice-presidente – António Casimiro da Cruz Teixeira Júnior; 1º Secretário – Álvaro Pipa; 2º Secretário – Augusto Martins; Tesoureiro – Amadeu Gomes.

Assembleia-Geral: Presid. – Manoel Monteiro; Vice-presid. – Francisco Baptista da Silva; 1º Secretário – capitão Manoel António Veiga; 2º Secretário – José Clodomiro Telles da Silva Menezes.

Directores: Álvares de Moura, Herculano Sarmento Beja, Justino Cruz, Bento d'Oliveira, Jorge Isidro da Silva, Abílio Corrêa. A Comissão Distrital Republicana que estava constituída em Braga à data da proclamação da República tinha como presidente João de Freitas e como secretário Manoel Monteiro, sendo este último o presidente da Comissão Municipal Republcana (in *Braga Contemporânea*, ob. cit., p. 103- 108).

a boa fé dos dirigentes não se deixe illudir por dedicações impudicas[393]. Esta postura mais radical, então comum entre muitos dos velhos republicanos, tenderá entretanto a atenuar-se. Em meados de Janeiro seguinte esta mesma personagem, esmorecida na sua repulsa anti-monárquica, defenderá, tão-só, que apenas devem ser impedidos de aderir ao Partido Republicano aqueles que *mais ferozmente sepultaram a patria na pavorosa abjecção em que nos veio ás mãos*[394]. E dois meses depois, mostrando-se já rendido à necessidade de alargar as bases do republicanismo entre os cidadãos, o mesmo Alberto Guimarães, de uma forma ainda mais clara e aberta, abordava a questão mediante as seguintes palavras:

> Não. Que m'o relevem os que pretendem fazer na Republica o estreito sectarismo de escolhidos co-participantes – mas prejudicam a causa. A Republica, exactamente porque era uma aspiração transmudada para solução, não deve ser sómente compartilhada por nós, cujo exclusivismo affecta horrorosamente toda a grandeza dos seus principios; em contrario: se do imperio do seu exercicio, de beneficios se cobrir o torrão da Patria, que a todos os portuguezes vá a generosa parcella do seu quinhão e a todos os embriague em aquilatado fervor.
>
> É o que do coração deseja quem não é *adhesivo*, nem trouxe, no ultimo quarto d'hora da tragica indecisão, o espalhafatoso alarde de imaginarios serviços nem de sacrificios imaginarios[395].

Entretanto, neste mesmo mês de Março de 1911 o Centro Eleitoral Bernardino Machado é encerrado[396], *sem ser dado prévio conhecimento á assembleia geral do partido republicano*[397].

Entretanto, num movimento liderado por Simões d'Almeida e visando uma abertura controlada do PRP, prepara-se a criação de um novo centro republicano que se propõe permitir que no mesmo *se alistassem os elementos que se julgassem desconsiderados e ainda os monarchicos dignos de serem inscritos*[398]. Em Abril seguinte estará

---

[393] Citações extraídas do artigo "Adhesivos", assinado por Alberto Guimarães na edição nº 1 do *Patria Nova* (17/11/1910). Alberto Guimarães, de quem já vertemos páginas atrás (rubricas 5.1 e 5.2) citações desta mesma edição do *Patria Nova*, é o sócio nº 57 do Centro Escolar Bernardino Machado.
[394] GUIMARÃES, Alberto – Adhesivos. *Patria Nova*. Braga. Nº 9 (12/01/1911), p. 1.
[395] GUIMARÃES, Alberto – Adhesi…vando. *Patria Nova*. Braga. Nº 18 (13/03/1911), p.1.
[396] No quadro da reorganização das estruturas republicanas do PRP em Braga, vemos, pois, que o Centro Escolar Bernardino Machado desaparece ao mesmo tempo que se constitui a Comissão Distrital de Braga do partido.
[397] Transcrito do artigo "Reunião" do *Commercio do Minho*. Braga. Nº 5673 (21/03/1911), p.2.
[398] Idem, ibidem.

efectivamente constituída a União Republicana, onde Simões d'Almeida emerge como primeira figura[399].

As dissidências observadas no Partido Republicano a nível nacional, marcadas pelo surgimento entre finais de 1911 e princípios de 1912 da União Republicana e do Partido Evolucionista, repercutem-se também em Braga com a dispersão de antigos republicanos nestas organizações. Contudo, se a emergência de novos partidos não deixa de constituir uma debilitação para o PRP, simultaneamente a dispersão manifesta não permite a afirmação robusta dos projectos republicanos alternativos. Com estruturas partidárias menos consolidadas, incapazes de disputar a hegemonia do PRP durante os anos próximos em Braga, estas agremiações republicanas, designadamente os unionistas e os evolucionistas, clamarão repetidamente contra a "ditadura" dos democráticos – como sucedia no país, já o dissemos –, os crónicos vencedores das eleições.

Nos inícios de 1913, reagindo às dissidências já observadas – numa decidida afirmação de maleabilidade ideológica mas decerto temendo também a erosão eleitoral que poderia advir da concorrência das novas organizações republicanas – alguns membros destacados do Partido Democrático bracarense (entre os quais o governador civil, Manoel Monteiro e os deputados eleitos no círculo de Braga, Joaquim d'Oliveira e Domingos Pereira) aceleram procedimentos que visam franquear o partido a republicanos moderados, mas também a antigos monárquicos de valor que, entretanto adaptados aos novos tempos, queiram dar o seu contributo para a República. Aliás, esta era já a visão que Alberto Guimarães propugnava no *Patria Nova* nos inícios de 1911, como acabámos de ver. Opondo-se à intrusão dos "perigosos adesivos" e ciosos do lastro do seu republicanismo, levantam-se de novo vários republicanos locais, liderados pelo impenitente Luiz Augusto Simões d'Almeida, que no início do referido ano de 1913 liderava o Centro Republicano Democrático da cidade de Braga[400]. De qualquer modo, os moderados avançam mesmo com os seus propósitos de abertura, lançando em 1 de Março de 1913 um manifesto público no termos seguintes:

---

[399] Este centro republicano ficará sedeado nas mesmas instalações onde antes estava o Centro Escolar Bernardino Machado (Campo de Sant'Ana nº 18). As referências à reconfigração/criação deste "novo" centro republicano surgem no jornal bracrense *Commercio do Minho*, ("União Republicana", nº 5683 de 13/04/1911, p. 2) e no portuense *Jornal de Notícias* ("Carta de Braga", ano 24, nº 85, de 12 de Abril de 1911, p. 1). Como registo curioso, retenha-se que a designação "União Republicana" adoptada para este novo centro republicano bracarense (estabelecido no Campo de Sant'Ana, nº 18) como que antecipa a homónima denominação adoptada pela dissidência que ocorrerá no seio do PRP por finais de 1911 e inícios de 1912.

[400] Supomos que a unidade entre os democráticos bracarenses havia sido retomada, tendo Simões d'Almeida, entretanto, assumido a liderança na estrutura local do partido. Agora a unidade no seio dos democráticos bracarenses estava de novo em causa.

Exmo Sr. – Os signatários, reconhecendo que ainda não se fez por forma ostensiva e manifesta, a verdadeira integração na vida politica do paiz, sob o novo regímen, de tantos elementos de valor social, que a ella se têm conservado alheios ou indifferentes, e supondo prestar um serviço e um exemplo de civismo, projectam realisar uma organização politica local, sem feição estritamente partidária, dentro da qual todos possam cooperar com a sua acção no interesse da Republica.

Caso V. Ex.ª concorde com esta iniciativa puramente patriótica, que ainda traduz a vantagem de valorizar esta nossa terra no desideratum das suas legitimas aspirações, em muito a pode servir a valia de que V. Ex.ª dispõe pelo que se permittem os signatários a liberdade de solicitar a sua comparência na futura séde d'esse novo agrupamento á rua Rodrigues de Carvalho, nº 9, dia 2, pelas 4 horas. Confiam os signatarios que V. ex.ª acredite na sinceridade dos seus intuitos, que se determinam apenas, e até novas soluções na marcha dos acontecimentos publicos, no sentido de congregar e pôr em accordo o maior numero possivel de cidadãos com as novas instituições ás quaes se torna absolutamente necessário dar o mais franco apoio, porque a ellas estão indissoluvelmente ligados os destinos da Pátria.

Braga 6 de Janeiro de 1913

– Domingos Pereira, Francisco Baptista da Silva, João Amorim, Joaquim José d'Oliveira, José Joaquim Alvares de Moura, José Leão Ferreira da Silva, Manoel Monteiro.

De Lisboa vêm assistir á reunião os nossos queridos amigos drs. Joaquim d'Oliveira e Domingos Pereira, illustres deputados[401].

Num comentário a este manifesto/convite que veiculava, na mesma edição, sob a forma de "editorial", *O Imparcial* apoiava esta iniciativa nos seguintes termos: *correu mundo que os republicanos que o eram antes da data gloriosa do 5 de Outubro, ciosos da sua obra e talvez ciumentos das adhesões que porventura viessem a prestar-se ao novo estado de cousas, queriam que a Republica, enfeudada ás suas pessoas, só para elas servisse, como se os antigos monarchicos, corroidos todos pela lepra que desorganizou a monarchia e a fez baixar para sempre á*

[401] Organização Política. *Imparcial*. Braga. Ano I, nº 29 (1/03/1913), p. 1. Como se pode constatar, este manifesto surge datado de 6 de Janeiro de 1913, embora apenas seja estampado no jornal republicano *O Imparcial* na edição de 1 de Março seguinte Poderemos, talvez com acerto, depreender que desde o início de 1913 se verificavam claras movimentações no sentido de abrir o Partido Democrático bracarense à entrada de novos aderentes, sem *curriculum* na luta pela República.

sepultura da Historia, não fossem dignos de prestar o seu apoio e enfileirar ao lado dos antigos adeptos do novo regímen.

Nada mais inverosimil por absurdo e estúpido até[402].

Da lista dos subscritores deste manifesto/convite, bem como da composição dos corpos dirigentes do novo Centro Republicano bracarense[403], eleitos a 27 de Abril seguinte, emanarão efectivamente os propósitos da anunciada abertura. Com efeito, entre os subscritores, e depois entre os membros que integram a direcção deste novo centro, ressalta a figura de José Leão Ferreira da Silva, que fora vice-presidente da Câmara Municipal de Braga à data da implantação da República. Esta personagem, um médico que profissionalmente se destacou na presidência da direcção da Escola Normal da cidade, anos mais tarde virá mesmo a alcandorar-se aos lugares cimeiros da política local: tornar-se-á presidente da Comissão Executiva Municipal entre 1919-21, transitando para o Senado Municipal no ano seguinte; ocupará o cargo de Governador Civil entre finais de 1921 e finais de 1922[404].

Estas vivas desinteligências entre os democráticos bracarenses, dispersos agora por duas estruturas locais, obrigará a uma intervenção da cúpula do partido. No início de Maio de 1914, no cumprimento de uma decisão do Directório do Partido Republicano, serão dissolvidas as comissões políticas municipal e paroquiais, assim como o Centro Republicano Democrático da cidade[405]. Porém, esta solução não terá logrado alcançar a plena compreensão de todos os visados, observando-se que alguns destes republicanos se refugiarão, ainda que temporariamente nalguns casos, noutros partidos republicanos. Lamentando a unidade de novo quebrada entre os democráticos, separando companheiros de velha data, o *Notícias do Norte* vertia a propósito a *convicção de que foi um grande erro politico forçar, por principio de vaidade, senão vingança, afastar do partido republicano democratico local elementos tão valiosos como os que foram*

---

[402] Pela república. *Imparcial*. Braga. Nº 29 (1/03/1913), p.1. Registe-se que o republicano Alberto Feio, que se tornará progressivamente mais moderado e conservador, é ainda, à data, o director deste jornal.

[403] Em *Anexos VII* (5) pode observar-se os elementos que constituem a direcção deste Centro Republicano Bracarense.

[404] Veja-se em *Anexos XVI* e XVII as listagens dos eleitos para o Senado e Câmara Municipal de Braga assim como para o Governo Civil do distrito.

[405] No mês anterior, a 2 de Abril de 1914, a direcção do Centro Republicano Democrático de Braga (onde pontificava a figura de Simões d'Almeida) assim como os dirigentes das comissões políticas municipal e paroquiais do Partido, como forma de protesto, publicitam a sua demissão através do *Noticias do Norte* (nº 613, de 3/05/1914), argumentando, desapontados, *que sendo de há muito do conhecimento do Directorio do Partido Republicano Portuguez a existência de um grupo de correligionarios perturbadores da harmonia, da ordem e dos trabalhos do partido n'esta cidade, esse grupo tem obtido das estancias competentes condições de lucta contra as commissões legalmente constituídas.*

engrossar as fileiras de outros partidos muito embora republicanos também[406]. Separadas momentaneamente as águas, na nova (e única) comissão municipal republicana entretanto eleita em obediência às determinações do Directório, assim como nas novas comissões paroquiais igualmente eleitas em diversas freguesias da cidade (Maximinos, Sé, Cividade, S. Victor e S. Lázaro), os dirigentes eleitos apresentam-se próximos de Domingos Pereira e de Joaquim de Oliveira, dois dos vencedores nesta contenda[407]. Denotando uma crescente e inequívoca vitalidade política, porventura resultante da unidade entretanto reencontrada e do entusiasmo dos novos dirigentes, as comissões paroquiais do PRP disseminam-se pelas freguesias da cidade, assim como se implantam em diversas freguesias rurais do concelho[408]. Mercê da promoção de alguns notáveis locais para posições de destaque nacional dentro do partido (como sejam os casos já referidos de Manoel Monteiro e Domingos Pereira), devido ao desaparecimento físico de uns tantos, ou ainda devido à dissidência política de outros, observar-se-á que para os finais da 1ª República os protagonistas republicanos do Partido Democrático em Braga são figuras que brilham sobretudo à escala local. A eleição dos corpos gerentes do Centro Republicano Bracarense (a estrutura republicana da cidade oficialmente reconhecida pelo Directório) em 16 de Janeiro de 1926, na qual não se detecta a presença de generalidade dos notáveis que marcaram a aurora da República, ilustra claramente esta nova realidade[409].

---

[406] Um documento historico para a politica democrática de Braga. *Noticias do Norte.* Braga. Nº 613 (3/05/1914), p. 1.

[407] *O Imparcial*, na edição de 16 de Maio de 1914 (nº 90), revela os elementos que constituem a nova Comissão Municipal Republicana de Braga: efectivos – Dr. Francisco José Faria, professor do liceu; Dr. Eurico Taxa Ribeiro, médico; Bento d'Oliveira, proprietário; dr. Amaro de Oliveira, professor do liceu; Albino Gomes Moreira, proprietário; Augusto Barbosa Lopes, proprietário; substitutos – Raul da Conceição Rocha, proprietário; António Joaquim Mendes, negociante, Dr. Durval da Motta Bello, médico; Dr. Francisco Rodrigues da Silva, proprietário; Guilherme José Pereira, proprietário; Casimiro Julio de Souza, negociante. Nesta mesma edição, *O Imparcial* revelava os democrático bracarenses que tinham saído vencedores: *terminado o acto eleitoral foram levantados enthusiasticos vivas á republica, á Pátria, aos srs. Affonso Costa, ministro da justiça, deputados drs. Domingos Pereira e Joaquim d'Oliveira, etc. (...) pelo directório do Partido Republicano Portuguez acabam de ser reconhecidas as commissões municipal e paroquiaes d'esta cidade a cuja eleição nos referimos.*

[408] O semanário *Noticias do Norte* nas edições de 30 de Março e de 6 de Abril de 1914 (respectivamente, n°s 557 e 558) (6 /04/1914) revela, mediante as notícias "Eleições Paroquiais Republicanas" e "Congresso Republicano em Aveiro" que nessa data a estrutura do P.R.P. de Braga já compreendia a existência de comissões paroquiais nas freguesias de S. Lázaro, Maximinos, Sé, S. João do Souto, S. Victor, Palmeira, Tebosa, Celeirós, Parada, Tibães, Padim da Graça, Vimieiro, Ferreiros, Priscos, Cividade, Gondizalves, Gualtar.

[409] Com efeito, o *Diário do Minho* na edição de 17 de Janeiro de 1926 (nº1859), sob o título "Centro Republicano Bracarense", relata a eleição dos novos corpos gerentes deste centro republicano nos seguintes termos: *Sob a presidência do sr. Tenente coronel Dias Pereira, secretariado pelos srs. Ferreira de Almeida e Lopes Granja reuniu ontem a Assembleia Geral do Centro Republicano Bracarense, filiado no Partido Republicano Portuguez, comparecendo grande numero de filiados e as figuras mais representativas do Partido Democrático neste concelho. O sr. Tenente José Batista Barreiros apresentou*

Fora do quadro hegemónico do Partido Democrático, outras forças republicanas procuram também afirmar as suas propostas políticas. Do Partido Socialista, retemos a criação de uma comissão administrativa na cidade de Braga em Maio de 1911, integrada pelas figuras de Eduardo Castro, José Duarte Pregueiro, Augusto Couto, Albino Pereira e Aurélio Augusto Rodrigues – este último, conforme já o referimos atrás, integra uma lista que no círculo eleitoral de Braga disputa ao PRP, neste mesmo mês de Maio, a eleição para o Parlamento Constituinte. Porém, tinham já passado dois anos sobre a revolução republicana de Outubro quando este partido consegue materializar, de forma mais consistente, um centro político na cidade de Braga. Com efeito, a 27 de Outubro de 1912 o *Noticias do Norte* noticiava a inauguração em Braga de um Centro Operário Socialista, nos termos seguintes:

> Inaugura Hoje definitivamente a commissão administrativa do Centro Operario Socialista, abrindo-se na occasião a inscripção de Novos socios.
>
> Envidam-se os maiores esforços para que seja uma recepção condigna ao illustre deputado socialista sr. Manoel José da Silva que vem acompanhado do secretario da confederação socialista (região Norte) sr. José da Costa Pereira assistir á solemnidade do acto que se espera ser revestido de grande enthusiasmo, realisando-se depois um comicio de propaganda no largo de S. João do Souto, na antiga sede da nossa Redacção e Cantina Escolar "Noticias do Norte", tendo sido convidados a comparecer todas as associações de classe desta cidade.
>
> Quando terminar o comicio haverá um grande banquete de confraternização[410].

Ainda que veiculando um discurso mais dirigido para os interesses dos operários, em Braga como no resto do país, este partido não logrará particular sucesso, nomeadamente na representação parlamentar. Numa demonstração das suas preocupações com o mundo operário, os socialistas bracarenses nas vésperas da passagem do 1º de Maio de 1914 exortarão a Câmara Municipal do concelho a associar-se ao espírito desta data,

---

á apreciação da assembleia o projecto de estatutos do Centro que, largamente discutidos, artigo por artigo, foram depois aprovados procedendo-se depois á eleição dos corpos gerentes do Centro para o biénio 1926-27, dando o seguinte resultado: Assembleia geral: Presid.– Bento de Oliveira; Vice-presid.– dr. Durval da Mota Belo; Secretários – Pedro Veiga e Constantino Baptista Lopes; Direcção: Presid.– Manoel Ferreira Capa; vice-presid.– dr. Eurico Taxa Ribeiro; secretários – João Almeida e Adelio Dias; Tesoureiro – João Martins Gonçalves; Vogaes: António Ferreira de Almeida, António Ulisses Taxa Ribeiro, Joaquim Batista da Cunha Braga, Carlos Rebelo Leão, Manoel da Silva Júnior; Conselho Fiscal: António Cardoso Machado, Alfredo Dias Pereira, dr. José Leão Ferreira da Silva.

[410] Centro Operário Socialista – o comicio d'hoje. *Noticias do Norte*. Braga. Nº 535 (27/10/1912), p.4.

concedendo um feriado remunerado nesse mesmo dia aos seus trabalhadores – tal como deliberara a Câmara Municipal do Porto, lembram –, que assim o poderiam celebrar condignamente. Os socialistas propendem ao apoio dos movimentos grevistas que durante a 1ª República emergem na cidade, contrariando a postura dominante do PRP que – tendendo a ver nas greves uma manobra que reforça a reacção anti-republicana – os hostiliza, quando não promove a sua repressão. As greves multiplicar-se-ão e gerarão a animosidade de muitos daqueles que, inevitavelmente, são lesados pelo seu sucesso. Todavia, aqui em Braga, e de novo um pouco à imagem do sucedido na generalidade do país, as greves mais do que reflectirem uma consciência revolucionária – ou contra-revolucionária – dos trabalhadores espelham as muito degradadas condições de vida dos operários, e do povo em geral, durante todo este período.

Em Braga, nos primeiros tempos da República emergem e afirmam-se diversas organizações republicanas não partidárias, direccionadas para a defesa do regime e para a propaganda do republicanismo. A organização *Pro Patria* criará uma delegação na cidade, inicialmente dirigida por António Lopes d'Oliveira. Fruto de gestação local, aparecerão os grupos *Germinal* e o *Grupo Juventude Republicana Dr. Manoel Monteiro*. Este último – cuja designação ilustrará o relevo da militância, bem como o prestígio político, que o seu patrono vai assumindo localmente entre os republicanos – surgira nos últimos anos da Monarquia[411] e virá a retocar em Dezembro de 1910 a sua designação para *Grupo Republicano Dr. Manoel Monteiro*, então com Joaquim Faria na liderança. Entre os propósitos assumidos por este grupo constam a organização de excursões e passeios para os republicanos, assim como a preparação de um batalhão de voluntários, já depois de instalada a República, para a defesa do regime. No início de 1911 surge o *Grupo* de *Defeza da República*[412]. E em meados deste mesmo ano é constituída a *Liga Republicana Academica,* a qual intenta agregar o apoio da mocidade estudiosa para a defesa da República, então sob a ameaça das forças reaccionárias

[411] N'*A Patria* de 19 de Fevereiro de 1909 (nº 44, p.1), no artigo "Enthusiasmo precoce", escreve-se: *Quando domingo ali na Arcada, depois de discutirmos principios politicos com um jovem avançado (…) nos dispunhamos a tomar o caminho de casa, veio-nos á mão, por um d'estes acasos felizes, o seguinte: CONVITE -"Tendo de realizar-se amanhã, 14 do corrente, uma reunião da Juventude Republicana Dr. Manuel Monteiro, convidam-se todos os propugnadores da mesma ideia, para comparecerem no 'Centro Republicano de Braga' á Praça Municipal, pelas 3 horas e meia da tarde. - A Comissão."*

[412] Identificámos Augusto Caldas como o líder desta organização por Janeiro de 1912. Alguns anos depois, em Março de 1919, pouco tempo volvido após o soçobro da Monarquia do Norte, detectámos a existência de um Comité de Vigilância e Defesa da República, o qual, como a sua designação revela, se propõe contribuir para a preservação do regime republicano. Atendendo à semelhança das designações e dos objectivos visados, poderá talvez dar-se o caso de se tratar da mesma organização, ainda que ligeiramente alterada no seu nome.

dirigidas por Paiva Couceiro, na raia transmontana, conforme se confirma do relato que na edição de 17 de Junho de 1911 o semanário *O Radical* verte para o público:

> Realizou-se na passada quarta-feira ás 9 horas da noite [15 de Junho de 1911], no salão do nobre Centro Districtal Republicano, a inauguração da Liga Republicana Académica. O salão achava-se engalanado sendo a assistência numerosa (...). Assumiu a presidência o snr. dr. Manoel Monteiro, illustre governador civil, que convidou para secretários os snrs. António Augusto Barbosa e Manuel Paula Miranda, académicos do liceu. Abrindo a sessão solemne o snr. presidente louvou a iniciativa da mocidade estudiosa, patenteando ser consolador ver que ella também trabalha pela causa da Pátria. Discursou depois o snr. Theophilo Carneiro, estudante do lyceu, referindo-se aos fins da Liga, que são o combate e a propaganda contra a reacção. (...) Seguidamente fez uso da palavra o snr. dr. Domingos Pereira. Com vehemencia referiu-se aos traidores que estão na fronteira pretendendo invadir o paiz com estrangeiros assalariados. Não tem a hombridade de vir elles mesmos bater-se peito a peito com os que defendem a Republica, e que por ela batalharão até á ultima custe o que custar, succeda o que succeder.

Paiva Couceiro não demorará, de facto, a intentar o derrube da República. E à primeira incursão couceirista falhada, a 5 de Outubro de 1911, os republicanos de Braga respondem com a organização de um novo batalhão de voluntários civis armados para a defesa da República, no qual Bento d'Oliveira assume a presidência. Nos anos seguintes surgirão em Braga outros grupos "paramilitares" que se propõem, patrioticamente, assegurar pelas armas a defesa da República: em meados de Junho de 1912 nasce o Grupo *Civil Republicano Para a Defesa da Republica*, com o objectivo de captar voluntários para o combate a uma nova incursão monárquica dirigida por Couceiro – a qual, prenunciando-se então iminente, se concretizará em 8 de Julho seguinte, novamente a partir da fronteira espanhola; em Outubro de 1913 aparece o *Grémio 5 d'Outubro*, de novo vocacionado para reunir civis na defesa da República, perante uma acesa incursão monárquica, mas derradeira e novamente falhada, chefiada por Couceiro; o *Grupo Carbonário os Treze* surge também na cidade, em data que não conseguimos apurar, com o propósito de sustentar pelas armas o regime republicano[413]. Entre estas e

[413] Em 30 de Novembro de 1921 – não muito tempo depois do sangrento 19 de Outubro, relembre-se – Lino Braga, então o líder desta organização, envia para o governador civil do distrito de Braga uma carta na qual coloca ao dispor da suprema autoridade política do distrito, os serviços desta milícia, na defesa da República.

outras organizações republicanas que pulsam na órbita do Partido Republicano bracarense, e entre os respectivos protagonistas, emergem rivalidades, perspectivas concorrentes, que, já o revelámos atrás, se exalam na imprensa local. Fazendo eco destas desinteligências que minavam o campo republicano, num tom de censura o *Notícias do Norte* denunciava em 6 de Agosto de 1911 que *ninguem ignora que em Braga ha uma cotterie que se julga com o exclusivo do republicanismo e que, cercando o chefe do districto, se arroga o direito de fazer insinuações (...) contribuindo por essa forma para a falta de unidade do partido*.

A implantação em Braga dos partidos concorrentes do Partido Democrático desenvolve-se com algumas dificuldades, conforme já percebemos, mas impõe-se acrescentar alguns factos para credibilizar mais este juízo. Assim, atendo-nos aos anos de 1913-15, observamos que o Partido Evolucionista em todo o distrito de Braga apenas reúne treze Juntas paroquiais e uma Junta Municipal, carecendo ainda de uma Junta Distrital coordenadora, o que reflecte a sua débil estruturação regional. Ainda como ilustração da fragilidade da inserção dos evolucionistas em Braga, pode reter-se que nas eleições suplementares para o Parlamento realizadas em Novembro de 1913 o candidato apresentado por este partido no círculo eleitoral número cinco (o qual agrega os concelhos de Barcelos, Esposende, Vila Verde, Amares e Terras de Bouro), o cónego José Maria Gomes, perde claramente a eleição face ao candidato democrático, o bracarense Manoel Monteiro[414]. Não obstante as debilidades que acabamos de expor, no sufrágio realizado a 13 de Junho de 1915 os evolucionistas conseguem eleger o coronel Simas Machado, pelo círculo eleitoral de Braga, para a Câmara de Deputados[415].

Neste partido, alguns professores do Liceu da cidade alcandoram-se a posições dirigentes: mormente o padre António Ferreira Botelho[416], o reitor deste estabelecimento de ensino, e José Duarte Carrilho, que assumirá o cargo de director da

---

[414] Estas eleições destinaram-se a substituir os deputados entretanto falecidos ou outros que tinham resignado ao cargo (como sucedera, designadamente, com aqueles que tinham sido eleitos para o Senado). Comentando o resultado da eleição neste círculo eleitoral nº 5, o *Noticias do Norte* sustenta (artigo "A victoria do Governo", edição de 23 de Novembro de 1913, ano VI, edição nº 591, p. 2) ter-se *observado uma estrondosa victoria alcançada pelo illustre deputado governamental, que obteve sobre o candidato evolucionista a significativa maioria de 3587 votos.*

[415] Ver *Anexos XV*. O jornal *Echos do Minho*, reportando os resultados destas eleições, em várias edições posteriores à realização das mesmas, insurge-se contra um acordo de bastidores entre os democráticos e os evolucionistas no círculo eleitoral de Braga, o que – combinado ainda com algumas fraudes, segundo as denúncias do "Echos" – teria viabilizado a eleição de um deputado evolucionista e, consequentemente, impedido a eleição do candidato a deputado proposto pelo Centro Católico.

[416] Esta personagem será o candidato dos evolucionistas nas eleições parlamentares de Junho de 1915. Na sequência de eleições para os órgãos dirigentes deste partido, ocorridas em 16 de Janeiro de 1916, Ferreira Botelho, tornar-se-á o vice-presidente dos evolucionistas de Braga, cabendo então o cargo de presidente a José Duarte Carrilho.

Evolução Republicana, o jornal oficial dos evolucionistas de Braga. Em Janeiro de 1916, a constituição de uma distrital republicana evolucionista parece revelar a consolidação da acção deste partido em Braga. Porém, o envolvimento do partido no governo da União Sagrada, suscitou sérias divergências entre os evolucionistas bracarenses, as quais irão redundar num notório enfraquecimento das estruturas locais. Com efeito, reagindo ao acordo estabelecido entre António José de Almeida e Afonso Costa, em Braga a *Evolução Republicana* não se inibe de desenvolver apreciações muito críticas sobre os seus termos – que considera desfavoráveis para o Partido Evolucionista –, o que origina, por sua vez, uma viva "reprimenda" por parte do *República*, o jornal lisboeta que veicula a linha oficial do evolucionistas. Assumindo-se agastados e desconsiderados pelas críticas insertas no *República*, um número significativo de evolucionistas de Braga, abandonam então o partido. Na edição de 5 de Agosto de 1916, sob o elucidativo título "A debandada", a *Evolução Republicana* expõe a sua versão do sucedido nos seguintes termos:

> Dissemos no passado numero deste semanário que nos parecia estar iminente uma desorganização completa das fileiras evolucionistas. Com efeito assim sucedeu e mais breve ainda do que nós pensávamos. Tinha de ser! Essa incompreensível e indesculpável politica de subserviencias perante os democráticos – os inimigos figadais e perseguidores de ontem – e de desprêso pelas mais justas reclamações de correligionarios dedicados que ao seu ideal haviam dedicado o melhor do seu esforço e da sua boa vontade não podia dar outro resultado. A tão preconizada "União Sagrada", nas bases em que foi estabelecida e pelo modo como a compreendeu o chefe do Partido Evolucionista, deprimente e achincalhante para nós, – não servia e era impossível aguental-a por mais tempo.
>
> (...)
>
> As consequências não podiam ser outras, diferentes do que se está dando: em toda a parte transparece um desgosto profundo, de todos os lados chegam noticias de haverem abandonado o partido velhos evolucionistas de valor, desiludidos e porventura envergonhados com o estado lastimoso a que se chegou.
>
> Parece tratar-se da dissolução do Centro Evolucionista de Braga. Dará motivo a esta atitude ter o brilhante orgão distrital "Evolução Republicana" chamado em varios artigos a atenção do sr. dr. António José d'Almeida para o descontentamento que lavra entre os seus correligionários e reclamado contra o procedimento de

> varias autoridades em termos delicados e correctos, e haver-lhe respondido o órgão de Lisboa "Republica", insultuosa e agressivamente.
>
> Era o Centro Evolucionista de Braga, ainda que novo, uma agremiação florescente que se impunha pelos seus processos politicos honestos e leaes, e pelas pessoas de elevada categoria que a compunha, – antigos republicanos e verdadeiros patriotas (...)
>
> A ele estávamos[417] intimamente ligados, pessoal e politicamente desde a sua inauguração, para que bastante concorremos. Retirar-nos-emos, por isso também solidários em absoluto com os nossos companheiros de luta[418].

Nas eleições realizadas para o Parlamento em 11 de Maio de 1919 os evolucionistas bracarenses voltarão a eleger um deputado, na figura de José Rodrigues Braga, e, pela primeira vez durante a 1ª República, conseguirão fazer eleger candidatos seus para o Senado (ver *Anexos XV*), igualando mesmo o desempenho do Partido Democrático.

Por comparação com os democráticos ou os evolucionistas, em Braga os unionistas alcançam fracos resultados eleitorais, pois nunca conseguem eleger qualquer deputado ou senador. Em pleno consulado sidonista, detectámos no semanário *Justiça*[419] – o órgão do partido, então num segundo fôlego – a referência a uma reunião dos unionistas, realizada dois dias antes, destinada à eleição dos corpos dirigentes de diversas estruturas políticas, como sejam: o Centro União Republicana, as comissões municipal e distrital, e diversas comissões paroquiais. O dinâmico Álvaro Pipa, um republicano da primeira hora que se destacará como um jornalista estrénuo da defesa dos interesses da cidade e do Minho, surgirá então a encabeçar a direcção da comissão municipal do partido[420]. Além de Pipa, uma ou outra figura antes vinculada ao Partido Republicano aparece agora entre os unionistas, observando-se, contudo, que nenhum destes indivíduos granjeara anteriormente posição de assinalável relevo dentro do PRP bracarense.

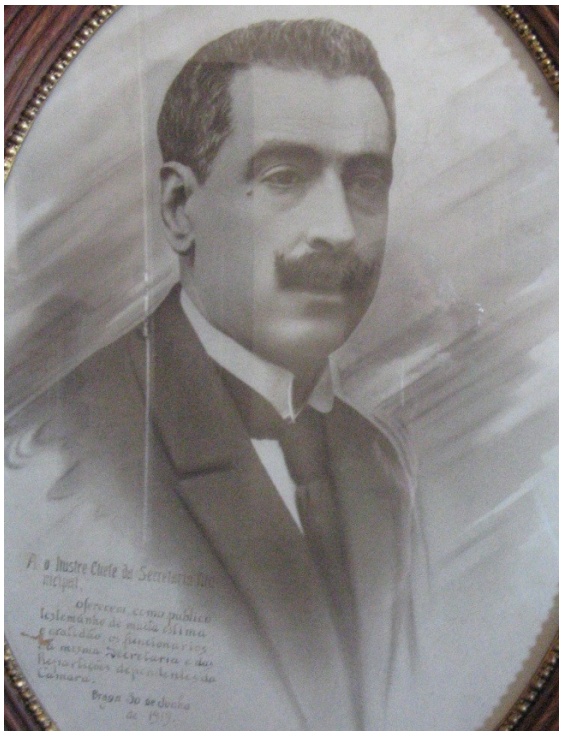
---

[417] Quem escreve este artigo, em jeito de editorial, é José Duarte Carrilho, à data o director da *Evolução Republicana*, que declara, pois, abandonar o Partido Evolucionista. Mais tarde, Duarte Carrilho aparecerá integrado na UIE (União dos Interesses Económicos), de onde transitará ainda para o Partido Nacionalista.

[418] A debandada. *A Evolução Republicana.* Braga. Ano III (II série), nº 63 (91), de 5 de Agosto de 1916, p. 1.

[419] O *Justiça,* no primeiro número desta 2ª série (saído a 2 de Fevereiro de 1918), revela que o seu director e administrador, Joaquim Pereira, fora eleito secretário da Comissão Municipal do Partido Unionista de Braga, numa reunião realizada a 31 de Janeiro. A partir de 7 de Abril de 1918 (edição nº 10 do *Justiça*), Afonso Miranda substitui Joaquim Pereira como director deste jornal, aliando a partir de então, convenientemente, esta função com a de presidente do Centro Unionista de Braga.

[420] Veja-se em *Anexos VII* (7-2) a lista dos dirigentes eleitos para as diferentes estruturas da União Republicana, nesta reunião realizada a 31 de Janeiro de 1918.



Álvaro Pipa

Este retrato (existente naquela que foi a residência de Álvaro Pipa, na rua do Souto em Braga, hoje na posse de herdeiros) foi uma oferta dos funcionários da C. M. de Braga ao seu chefe de secretaria (dedicatória no canto inferior esquerdo, datada de 30 de Junho de 1919).

Nas eleições realizadas em Abril de 1918 – sem o concurso dos democráticos, evolucionistas e unionistas, que se auto-excluíram, relembramos – o sidonismo consegue um apoio eleitoral expressivo, com a eleição dos seus deputados para o Parlamento e de Sidónio Pais para a Presidência da República. A estruturação do Partido Nacional Republicano no concelho e distrito de Braga mostrar-se-á frágil e retardada. Na edição de 7 de Outubro de 1918, nas páginas d'*O Norte*, o jornal do partido, Alfredo Machado assina um artigo onde dá conta de como está ainda incipiente a organização local do PNR e, não obstante a profissão de fé em sentido contrário, deixa entender que os monárquicos haviam encontrado um refúgio acolhedor nas fileiras do partido[421]. Nas edições seguintes, o jornal publicita repetidamente a necessidade do

[421] Nesta data, o PNR não possuiria ainda comissões concelhias na generalidade do distrito de Braga, onde já estaria constituída a comissão distrital. Discorrendo sobre as debilidades então vividas pelo PNR de Braga, e sobre o assalto ao partido pelos monárquicos, A. Machado escreve: *Está a completar-se em todo o paiz, como há mezes já se fez em Lisboa, a organização do Partido Nacional Republicano, partido de ordem, de tolerancia religosa e civil, em que todos os portugueses de largo espirito podem entrar, e até talvez devamos dizer, devem entrar. Aqui em Braga, acompanhamos esta corrente, e já temos uma comissão distrital, com elementos valiosos de quasi todos os concelhos, cujos nomes são garantia de que a evolução política neste districto se fará dentro dos moldes adequados á indole nacional. Desta comissão, se partirá para a organização de comissões concelhias, de forma a criar um edifício partidário*

estabelecimento de comissões políticas concelhias, visando a eleição de delegados ao primeiro congresso nacional do partido, que deveria ocorrer brevemente. Porém, em meados de Dezembro, Sidónio desaparecerá, assassinado. Pouco depois, apoiada em muitos dos protagonistas locais do sidonismo, a Monarquia do Norte estende-se até Braga para resistir durante três semanas. Restaurada a República, os democráticos voltam a hegemonizar a paisagem política na cidade e no círculo de Braga, como sucede pelo país.

Nos finais de 1919, emerge no país um pacto de unidade entre unionistas, evolucionistas e centristas, materializado na criação de uma nova agremiação política, o Partido Republicano Liberal, o qual coloca como desiderato principal afrontar a tradicional hegemonia do PRP. Entre os unionistas bracarenses, Álvaro Pipa, recebe a incumbência de dinamizar localmente o novo projecto. Com efeito, no início de Novembro de 1919 Álvaro Pipa é desafiado pelo partido, a partir de Lisboa, a emprestar os seus melhores esforços à criação e projecção do novo Partido Liberal em Braga:

Centro União Republicana, largo do calhariz, 17, Lisboa

Lisboa 5/11/19

Meu prezado correligionario

Recebi ontem a sua carta que agradeço.

---

solido e consistente, que sirva de apoio leal e seguro á actual situação politica. Não póde ser de outra forma. Esta situação é, e tem que ser, essencialmente republicana. É bom que todos o saibam o que aliás é de bom senso. Uma republica sustentada por monárquicos é um disparate que não se admite. Choca a sensibilidade colectiva, quer a nossa, que somos republicanos, quer a dos monarquicos, que devem sentir o que isso representa de deprimente para todos. E não só deprimente, como representa um falso apoio e como tal longe de consolidar a situação, a enfraqueceria cada vez mais, visto que dá origem a que se fale no chamado "perigo monarquico", que apezar de não existir, nem agora nem no futuro, entretem nos fracos espíritos uma atmosfera revolucionaria, que muito nos prejudica. Felizmente que o ambiente politico se vae modificando, desaparecendo pouco a pouco as nuvens espessas do perigo monarquico e do perigo demagogico. (...) Todos os que raciocinam sabem que a monarquia não voltará mais a este paiz. Deixou um rasto tal na historia, que só isso impediria a sua ressurreição. Por outro lado, hoje não há só democraticos, unionistas e evolucionistas a defender a Republica, e estes por si já valem. Ha também o já forte Partido Nacional Republicano, o partido conservador da Republica, e o prestigio do Sr. Dr. Sidónio Pais, republicano até á medula, como todos nós, que sabemos defender a Republica, porque é esse o nosso dever, e porque é esse o sentimento que o coração nos dicta. O paiz, hoje, quer a Republica alicerçada na forte corrente que a sustenta. Te-la-ha. O nosso patriotismo, e o esforço de todos nós, os republicanos, são garantia disso. – in MACHADO, Alfredo – Republica ou Monarquia. *O Norte*. Braga. Ano I, nº 23 (7/10/1918), p.1.

Hoje esteve aqui o Dr. Alfredo Machado, a convite meu, falámos na politica de Braga. Combinámos escrever êle aos seus amigos, e eu a V. Excª, parecendo-nos que tudo se arranjaria pela forma seguinte:

Se o dr. Armindo Faria, que aí deve estar, tiver encontrado com V. Exc.ª qualquer solução que a todos satisfaça, bem está. Se V. Exc.ª e êle não puzerem de acordo os varios elementos que hoje constituem o Partido Liberal, lembrei que poderiam os elementos centristas ficar, por agora, independentes da organização que se fez, tendo, é claro, representação no Congresso. Realizado êste, todas as Comissões, liberais, unionistas, evolucionistas e centristas desaparecem para dar lugar a novas comissões eleitas pelo Estatuto que o mesmo Congresso votar.

Enfim, V. Excª, que aí está, conhece o meio, e nêle tem muito justificada influencia, verá o que melhor se poderá fazer para que quaisquer atritos se desfaçam.

De V. Excª
Correligionário e Am. Obriga.mo

F. …? (assinatura)[422]

O projecto unitário emergirá rapidamente em Braga. A nova comissão política municipal dos liberais integrará, a par de Álvaro Pipa, outros indivíduos, como João Teixeira d'Araújo, José Marques da Cunha, Dr. José Justino Amorim, Dr. José Rodrigues Braga, Manuel Couto e o capitão Tibério César Campos Beltrão. Não obstante alguns destes indivíduos terem convivido frutuosamente com o sidonismo[423], ao menos na sua fase inicial, os mesmos não deixarão de aprovar, na mesma reunião em que são eleitos, uma moção de saudação a todos aqueles que haviam sido perseguidos pela governação de Sidónio Pais e pela Monarquia do Norte. A comissão distrital dos liberais de Braga estará constituída pelos inícios de Janeiro de 1920, reflectindo a vigorosa dinâmica regional do partido[424]. A afirmação eleitoral dos liberais na cidade e no círculo de Braga conhecerá um notório sucesso, ainda que episódico, conforme se

[422] Esta carta está na posse do Dr. Fernando Pipa, neto de Álvaro Pipa, que amavelmente nos permitiu a obtenção de uma cópia da mesma.

[423] Álvaro Pipa, por exemplo, surgirá como novo comissário da polícia civil de Braga em Dezembro de 1917, pouco tempo após a assunção do poder por Sidónio Pais. Entretanto, ter-se-ia afastado do sidonismo durante o curso de 1918, como acabaram por fazer as cúpulas dos partidos evolucionista e unionista, mas não se pode apagar a sua imagem de "sidonista acidental".

[424] A distrital do Partido Republicano Liberal, então constituída, integra os seguintes elementos: efectivos - Dr. Armindo Freitas Ribeiro de Faria (eleito presidente); Dr. Domingos José Soares, médico; Alvaro Ferreira Pipa, empregado público; Dr. José Rodrigues Braga, médico; Francisco de Pádua, oficial do Exército (eleito secretário); substitutos – Dr. António Francisco Portas, advogado; Dr. Augusto Verissimo Guimarães, médico; Dr. Joaquim Dias de Sá, medico; Dr. Diocleciano Dias Peixoto, médico; Adelino da Conceição Dias, proprietário. (Partido Republicano Liberal – comissão districtal de Braga. *O Liberal*. Braga. Ano I, nº 5 (4/01/1920), p. 2).

pode recolher da sua vitória nas eleições realizadas para o Parlamento e para o Senado em 1921, organizadas, relembramos, num momento em que os liberais controlam o governo[425]. Na nova direcção da Câmara Municipal de Braga, constituída em 1922, avultam ainda algumas figuras deste partido.

A União dos Interesses Económicos, surgida no declinar da 1ª Republica para afirmar de forma mais aberta os interesses do capital, num contexto de assinalável instabilidade política e social, logrará a constituição de várias comissões paroquiais no distrito, assim como conseguirá instituir as comissões municipal e distrital do partido. Uma moção, da autoria de Jacques Nunes – um assumido republicano bracarense antes de Outubro de 1910 –, aprovada em 7 de Fevereiro de 1925, aquando da tomada de posse de várias comissões paroquiais de Braga da UIE, esclarece da natureza das preocupações maiores deste partido político:

> As Comissões Paroquiaes da U.I.E., no acto da sua posse declaram que as não move outro intuito que não seja o bem do Paiz repellindo energicamente as insinuações malevolamente feitas em curso pelos políticos profissionais, de que as Forças Economicas pretendem aniquilar a Republica. A uma tal atoarda responde o facto inilludível de à U.I.E. pertencerem em todo o paiz, republicanos que fizeram enormes sacrifícios pelo regímen, muito antes de como tal serem conhecidos vários ministros, entre os quaes o actual presidente do Ministério. Mais declaram que desejam muito simplesmente governos competentes e honestos que tenham respeito por aqueles que com o seu trabalho promovem o engrandecimento da Pátria. E finalmente lavram protesto contra a violência de que foi victima a Associação Comercial de Lisboa[426], saudando efusivamente todos os seus componentes.

---

[425] O jornal bracarense *Notícias do Norte*, deixando transparecer a denúncia da inaceitável influência dos dos governos nos actos eletorais, lamenta que o eleitorado sempre tenda a votar no partido que detém as rédeas do governo. Inconformado com os resultados, num comentário a este acto eleitoral, o jornal escreve: *As eleições que no domingo ultimo se efectuaram foram um acto demonstrativo do que valem as votações monárquicas e catolicas. Os quatro candidatos que aqueles dous partidos politicos conseguiram eleger, mancomunados e ajudados pelos eleitores que deitam sempre pelos governos que presidem às eleições, representam uma força eleitoral reduzida, que constitue positivamente a maior derrota moral que pode sofrer um sistema politico que pretende orientar os destinos de um país. (…) A' boca das urnas, com eleições livres, sem acordos imoraes, é que se conhece a grandeza politica dos partidos. E desta vez, louvado Deus, como diria o raquítico Frei mínimo, a expressão das urnas foi evidentemente uma triste lição para os monárquicos e católicos portuguezes.* - Os monarchicos e as eleições *Noticias do Norte*. Braga. Nº 115 (14/07/1921), p. 1.

[426] No final da 1ª República, tanto a UIE como a Associação Comercial de Lisboa não se eximem de expor a sua clara oposição às políticas dos governos republicanos que consideram demasiado ousadas. Aliás, algumas das figuras gradas da UIE são exactamente membros da Associação Comercial de Lisboa. A 6 de Fevereiro de 1925, na véspera do dia em que esta moção da UIE de Braga é aprovada, a Associação Comercial de Lisboa fora compulsivamente encerrada pelo governo, na sequência da viva oposição que manifestara para com a reforma bancária aprovada pelo mesmo executivo. Ademais, solidarizando-se com a

O Partido Republicano Reconstituinte, o Partido Popular e o Partido Republicano Radical, resultantes de cisões diversas e de reagrupamentos no campo partidário republicano, não virão a assumir particular relevo na cidade, ainda que venham a albergar alguns notáveis republicanos da primeira hora. O Partido Republicano Radical, designadamente, conseguirá instituir várias comissões paroquiais no distrito de Braga, assim como as comissões municipal e distrital. Da análise dos dirigentes eleitos para a chefia da distrital deste partido, a 1 de Março de 1925, colhemos a percepção que esta organização política reúne então diversos indivíduos que não se haviam destacado na pugna política bracarense[427]. Contudo, apenas a 13 de Fevereiro de 1926[428], quase um ano depois desta eleição, se observerá a abertura solene de um "centro político" do Partido Radical em Braga. Cerca de um mês depois, o *Diário do Minho* noticiava a formalização de algumas adesões a este centro político, curiosamente quase todas protagonizadas por militares[429], embora de baixa patente, o que poderá também ser apreendido como um visível reflexo da crescente agitação que larvava no meio castrense. Quanto aos adeptos da Esquerda Democrática em Braga, o partido dissidente dos democráticos liderado por José Domingues dos Santos, por finais da 1ª República promoveriam reuniões regulares na Farmácia Paiva, cujo proprietário, vaticinava o *Diário do Minho*, sendo militante dos democráticos e amigo do chefe do governo, António Maria da Silva, não deveria aderir a este novo partido[430].

O novo Partido Nacionalista, criado em 1923 sob o impulso de Cunha Leal e Álvaro de Castro, captou também o contributo de alguns bracarenses conhecidos, como sejam Domingos Soares, Artur Brandão, *Manoel Couto*[431]*, o "boca d'oiro", Augusto Lopes e*

---

sua congénere lisboeta, a Associação Comercial de Braga, que acolhe naturalmente membros e simpatizantes da UIE, elogia a "patriotica atitude" da Associação Comercial de Lisboa, remete telegramas de protesto para os presidentes da República e da Câmara de Deputados, e apela ainda ao comércio bracarense para semicerrar as suas portas, em sinal de público descontentamento, até que receba indicações noutro sentido.

[427] Veja-se em *Anexos VII* (6) os dirigentes então eleitos para as várias estruturas do Partido Republicano Radical em Braga, segundo revela a *União Radical*, o jornal do partido.

[428] Partido Republicano Radical. *Diário do Minho.* Braga. Nº 1882 (13/02/1926), p.2

[429] O *Diário do Minho* de 12 de Março de 1926 (nº 1904), na rubrica "Sociedade" e sob o título "Partido Republicano Radical" informa: *Participam-nos as Comissões Politicas deste partido em Braga que deram a sua adesão a este partido, por intermedio da Comissão politica da freguesia da Sé, os cidadãos José Passos Simas, tenente de artilharia; José Gonçalves Capela, 2º sargento; José Carvalho, 2º sargento; e João Carvalho, chaufer aqui de Braga.*

[430] Informações colhidas no *Diário do Minho,* que em várias edições de Maio de 1926 (nos dias 11, 13 e 26) verte informações sobre os movimentos da Esquerda Democrática que então se observavam na cidade de Braga.

[431] A alcunha "boca d'oiro" leva-nos a supor que será o mesmo Manoel Couto que fora o director d'*A Verdade*, o semanário republicano publicado em Braga no eclipse da Monarquia. Como sucedera com

um tal Veiga, lembrava o *Diário do Minho* na primeira página da sua edição de 9 de Março de 1926 (nº 1901). Em 6 de Março deste ano de 1926, durante a realização de um congresso do Partido Nacionalista, Cunha Leal anunciara em plena sessão de trabalhos a sua desvinculação deste partido, agastado com insinuações de oportunismo que lhe foram dirigidas, a propósito da sua nomeação para a direcção do Banco Nacional Ultramarino com o patrocínio do democrático Domingos Pereira. Em Braga, muitos nacionalistas acompanharam Cunha Leal, migrando para a União Liberal – o novo partido que este entretanto impulsionará. Em várias edições, para finais desse mês de Março e em Abril seguinte, o *Diário do Minho* – que anteriormente já tinha libertado para os leitores algumas informações esparsas sobre os aderentes ao novo partido – reproduz várias notas oficiosas das estruturas da União Liberal (a breve trecho rebaptizada como União Liberal Republicana) na cidade de Braga, onde são reveladas as muitas transferências dos nacionalistas que acompanham o chefe de Lisboa, assim como verte igualmente para o público comunicados dos nacionalistas locais a desmentir a importância das dissidências verificadas e a apontar alguns exemplos de novas adesões, por sinal escassas, no que respeita à cidade e ao concelho de Braga[432]. Numa apreciação a estas e a outras movimentações políticas então verificadas na cidade, o *Diário do Minho* considerava na sua edição de 24 de Março de 1926 que a União dos Interesses Económicos muito perdera em Braga com a saída de Duarte Carrilho, o conhecido professor no Liceu da cidade para as hostes nacionalistas. A adesão de Carrilho servira à propaganda local dos nacionalistas para sustentar que o seu partido, não obstante as saídas acopladas à cisão protagonizada por Cunha Leal, estava a acolher novos e relevantes adeptos e estava mesmo a ficar mais coeso ideologicamente. Joaquim de Oliveira, que fora um conspícuo democrático local (parlamentar e ministro), é igualmente propagandeado como uma das recentes grandes adesões ao Partido Nacionalista de Braga neste momento de crise – Joaquim Oliveira[433] ostenta mesmo um

---

outros ardentes republicanos pelo país fora, o curso algo turbulento da República levara-o à desilusão com os democráticos e a uma deriva para o espectro político mais à direita. Anos depois, numa entrevista concedida ao *Diário de Noticias* aquando da passagem do 9º aniversário da revolução do 28 de Maio – e da qual reproduzimos um alargado excerto em *Anexos XIII* –, o médico Alberto Cruz revelava que na noite de 27 para 28 de Maio de 1926, o general Gomes da Costa, pouco depois de chegar a Braga, *dirigiu-se imediatamente para um predio situado no lugar dos Peões, residência do activo revolucionário civil Manuel Couto.* Na linha de outros desludidos, Manoel Couto terá passado de inflamado militante do PRP a conspirador contra a "república dos democráticos".

[432] Veja-se em *Anexos XII* a reprodução de várias destas notas oficiosas ou comunicados

[433] Através do artigo "Degradação", a *Gazeta de Braga*, o semanário dos democráticos na cidade, censurava asperamente na sua edição de 25 de Outubro de 1925 (2ª série, ano II, nº 83, pp. 1.2) a deriva política deste antigo democrático, a quem acusa, no momento, de estar em trânsito para a "monárquica"

curriculum mais notório do que Carrilho, mas, estando então bastante doente, a sua adesão aos nacionalistas poderá assumir menos valia efectiva. Cunha Leal, por seu lado, não pode perder tempo: a 12 de Abril de 1926 estará em Braga para um almoço com os seus sequazes da União Liberal Republicana, a realizar no Bom Jesus, e para proferir uma conferência no Teatro Circo.

▪ Monárquicos: a sobrevivência num mundo novo

O final da Monarquia, embora se pudesse vislumbrar desde há alguns anos – particularmente aquando da incidência de fenómenos particularmente graves, como a revolução de 31 de Janeiro ou, mais recentemente, o regicídio – não deixava de ser perspectivado como um cenário com contornos de implausibilidade pelos monárquicos mais optimistas. Ademais, atendendo aos lugares comuns estatuídos sobre a ambiência que então submergia a cidade de Braga e a região envolvente, é bem provável que muitos, senão a maioria, dos monárquicos bracarenses encarasse a nova situação política emergente da revolução de 5 de Outubro como um pesadelo inconsistente. Mesmo entre muitos republicanos o desencadeamento e o sucesso da revolução parece ter provocado assinalável estupefacção. Em Dezembro de 1910, apreciando a conjuntura política do país, é este o sentimento – de alguma incredulidade perante o sucesso da revolução de Outubro e de notório temor pela força do inimigo monárquico – que Alberto Guimarães, uma figura a cujas opiniões já nos habituámos, veicula no *Patria Nova*. Então, esta personagem defende o prolongamento da ditadura do Governo Provisório e o consequente adiamento das eleições mediante as seguintes considerações:

UIE. Então, neste artigo anónimo, a Gazeta de Braga, aludia à transferência que estaria iminente desta figura (à data membro da da Acção republicana) para a UIE: *Diz-se que o sr. dr. Joaquim Oliveira, ainda membro, da ainda não dissolvida "Acção Republicana", firmou um pacto ou "sociedade eleitoral", no distrito de Braga, com a UIE, as tragicas iniciais da nova empreza de exploração politica das forças vivas que reunidas dão um Uie!... que fazem arrepiar todos os cabelos, mesmo os que de emprestimo adornecem o toutiço de qualquer descabelado republicanismo. Diz-se. Mas o caso já tem demasiada publicidade, sem obter qualquer desmentido. Deve, pois, ser certo. (…) E como o sr. Joaquim de Oliveira quis, note-se bem: quis reduzir-se á impotencia politica em que tristemente o vemos, toca de fermutir (?) o seu velho e galhardo republicanismo pelos ambitos, mais que suspeitos, desse movimento iniludivelmente monarquico que se está agitando sob o tal rotulo da UIE. O sr. Joaquim Oliveira!... Faz pena. (…) Sr. Dr. Joaquim Oliveira: pense e medite. Reconsidere. Salve-se. (…) Camarada do sr. conde de Azevedo, o tragico ministro da "Traulitania"; socio das "forças Vivas"; embrulhado em negociatas da UIE, o sr. dr. Joaquim de Oliveira!... Mas deve ser um sonho, um mau e tôrvo sonho, de que o antigo ministro da Republica nos há de libertar. (…)*

> Eu entendo que o governo não deve fazer eleições por emquanto.
>
> Será isso anti-republicano? Será.
>
> O que não póde ser é anti-patriotico.
>
> A mim afigura-se-me que seria um desastre de inapagavel repercussão umas eleições agora.
>
> Ninguem ignora que o Paiz não esperava a Republica. Claro, abstraindo para o conceito a parte da população que estava preparada para ella, e tomando para o inicio das minhas considerações a expressão lata – Paiz.
>
> (…)
>
> Esmiucemos mais, porém. No primeiro, se fosse proximo, contacto com o Paiz o governo veria isto: uma maioria do Douro, uma minoria das Beiras, toda a Extremadura e, para ser generoso n'esta distribuição, talvez tambem todo o Alemtejo e Algarve – pronunciarem-se pela Republica; e, como contraste, todo o Minho, o resto do Douro, Traz-os-Montes e a maioria das Beiras haviam de affirmar-se declaradamente adversas, se o não forem adversamente hostis[434].

A cidade de Braga está pois inserida, na opinião deste republicano, numa região que ostentará uma matriz cultural, um quadro mental, pouco receptivo para a mensagem republicana. No atinente à cidade de Braga, em concreto, esta opinião estará marcada por algum fundamentalismo preconceituoso, como já pudemos demonstrar e conforme entretanto poderemos reforçar. Todavia, poderemos aceitar que esta interpretação da realidade prevalecia igualmente entre muitos dos monárquicos bracarenses, que, surpresos, após 5 de Outubro de 1910 tiveram de aprender a conviver com a nova fácies do poder na "sua cidade". Tal como sucedeu no resto do país – já o dissemos – os monárquicos bracarenses dissolveram as suas estruturas políticas na cidade ou intentaram a sua sobrevivência num perfil travestido. De qualquer modo, no imediato pós-revolução os mais relevantes protagonistas monárquicos bracarenses desaparecem da cena política. Assim mesmo, alguns monárquicos, ainda que não necessariamente os mais destacados nos últimos anos do deposto regime, farão questão de continuar a demonstrar o seu apego à causa da Monarquia e do Rei D. Manuel, teimando designadamente na publicação de jornais assumidamente vinculados a tal propósito, conforme já referimos atrás. Mesmo em Braga, porém, a hora era pouco propícia para o alastrar deste tipo de mensagem. Muitos monárquicos assumiram com realismo, e decerto também com a necessária dose de oportunismo, que o novo tempo reclamava

[434] GUIMARÃES, Alberto – Dictadura ou eleições? *Patria Nova*. Braga. Nº 4 (8/12/1910).

um exercício de reciclagem política. Assim, beneficiando de alguma contemporização do Partido Republicano – que, num misto de bonomia e realismo, abrirá as suas fileiras a alguns dos notáveis locais do tempo da Monarquia – ou da necessidade de militantes por parte dos novos partidos republicanos que entretanto surgirão, não poucos monárquicos encontrarão um seguro e frutuoso abrigo nas estruturas partidárias republicanas do novo regime[435]. Já referimos o caso de José Leão Ferreira da Silva, que exibira protagonismo na Câmara Municipal no final da Monarquia, mas podemos também reter, ainda a título de exemplo, o caso de Augusto Casimiro Monteiro, deputado eleito pelos regeneradores na última eleição da Monarquia (Agosto de 1910) e que em Junho de 1915 já aparecerá como senador ao serviço dos democráticos. Afastado durante o sidonismo, Augusto Monteiro voltará ao Senado com o patrocínio do Partido Democrático de Braga nas eleições de 1919, 1922 e 1925, e conseguirá ainda ser eleito como democrático dissidente nas eleições de 1921. Um adesivo de alto gabarito, pode reter-se, ou ainda a prova de que o Partido Democrático em Braga, face à escassez de militantes de qualidade, sentia a necessidade de acobertar republicanos menos convictos. Outros monárquicos, mais irredutíveis ou cautelosos, aproveitarão os períodos de refluxo da República – aquando das ditaduras de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais ou ao tempo da Monarquia do Norte – para reassumirem publicamente o activismo político: intentam a reactivação de centros monárquicos na cidade e comprometem-se abertamente com a ordem entretanto transmutada. E após Maio de 1926, como teremos oportunidade de confirmar adiante, serão também diversos os velhos monárquicos que aderirão à nova ordem, naturalmente na esperança de prolongar no país uma já vetusta "história de reis".

- O Centro Católico

[435] Outros monárquicos manter-se-ão, naturalmente, avessos à República instalada. O visconde da Torre, por exemplo – aquele que será o mais destacado e buliçoso monárquico na política bracarense nos últimos anos da Monarquia – não beneficiará de significativo tempo para se reciclar politicamente após Outubro de 1910 (o que haveria de ser, deveras, difícil) nem tão-pouco para ostentar a sua irredutibilidade monárquica. Com efeito, o visconde da Torre (Alberto Feio da Rocha Páris, de seu nome) morrerá em 1912 em Vigo. Morre numa terra, a Galiza, que acolheu e alimentou a insurreição armada monárquica manifesta após 1911, o que denuncia um provável empenhamento desta figura nestas actividades anti-republicanas ou, no mínimo, patenteará – poderemos arriscar – a sua impossibilidade de conviver livremente no seu país no quadro da nova ordem republicana.

Desde cedo, os Centros Católicos embora não se assumindo como forças partidárias não se eximiam, já o percebemos, da pretensão – sustentada como uma obrigação, aliás, – de tutelar o voto dos eleitores católicos, sugerindo-lhes os candidatos que, no seu entender, melhor defenderiam os interesses da Igreja, que reviam coincidentes com os da pátria. Absorvida nos primeiros anos do regime a indigesta abordagem da República aos seus tradicionais direitos e privilégios, a Igreja passará, entretanto, a intentar uma reacção directa nas pugnas eleitorais através do Centro Católico Português. Assim, nas eleições realizadas a 13 de Junho de 1915 para o Congresso, em Lisboa, o Centro Católico Português, ainda que não constituindo num partido à escala nacional, decide avançar para a luta directa, apresentando candidaturas no distrito Braga e noutros territórios a Norte. Centrando-nos no território alvo deste trabalho, retemos que o Centro Católico consegue a eleição do seu candidato para o Senado (o padre Silva Gonçalves mandatado pelo distrito de Braga), mas já o mesmo não logrará no candidato que propõe ao Parlamento: Diogo Pacheco Amorim, professor na Universidade de Coimbra, o candidato do "Centro" pelo círculo eleitoral de Braga (concelhos de Braga, Barcelos, Amares, Esposende, Póvoa de Lanhoso e Vila Verde), não será eleito deputado, numa pugna claramente hegemonizada pelos democráticos (ver quadro em *Anexos XV*) [436]. No ano seguinte, prosseguindo no plano da luta política directa, aquando das eleições para os corpos administrativos locais (Câmara Municipal e Junta Distrital), com realização prevista[437] para 5 de Novembro de 1916, o Centro Católico apresenta candidatos próprios em todos os concelhos do distrito de Braga e ainda em vários concelhos pelo país. Mas as pretensões do Centro Católico mostrar-se-ão, contudo, difíceis de materializar mesmo num meio onde a Igreja detém uma indiscutível influência. Com efeito, aquando da realização das eleições suplementares para a Câmara

[436] Nestas eleições, o Centro Católico do Norte do país (com sede em Braga) consegue a eleição do senador Silva Gonçalves e ainda a eleição de dois deputados (não mandatados pelos eleitores de Braga). Além das candidaturas apresentadas por Braga, o Centro Católico do Norte do país apresenta candidatos ao Parlamento noutros territórios, como sejam: Clemente Ramos, presbítero e professor, pelo círculo nº 4 (concelhos de Guimarães, Fafe, Cabeceiras e Celorico Basto, Vieira, Famalicão e Terras de Bouro); Dr. João Oliveira Salazar pelo círculo nº 1 (Viana do Castelo, Caminha, Cerveira, e Monsão); Francisco Gomes Velloso ou pelo círculo nº 6 (Chaves, Boticas, Montalegre, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Ribeira de Pena e Murça); e ainda outras figuras pelos círculos de Bragança, Arganil e Oliveira de Azeméis. Em vários círculos, segundo denuncia o *Echos do Minho*, os candidatos do Centro Católico foram excluídos por, alegadamente, não cumprirem alguns requisitos burocráticos (como terá sido o caso de Guimarães), ou foi dificultada aos eleitores a votação nos mesmos. – Ver os jornais bracarenses *A Voz da Verdade*. Braga. Ano 22, nº 23 (10/06/1915), p 275) e *Echos do Minho* (edições várias de Junho de 1915, n´ºs 696 a 702).

[437] Estas eleições serão entretanto adiadas pelo governo, sob o pretexto da existência de perturbação da ordem pública (Portugal estava prestes a entrar no teatro de guerra europeu, relembramos).

de Deputados (em Lisboa) a 15 de Julho de 1917 o candidato apresentado pelo Centro Católico no círculo eleitoral de Braga, novamente na pessoa de Diogo Pacheco Amorim, não logrará, uma vez mais, obstar à vitória do candidato dos democráticos, o Dr. Fonseca Lima[438].

Intentando robustecer e consolidar o seu posicionamento no plano partidário, o Centro Católico Português realizará o seu primeiro congresso nacional em Braga, em 8 de Agosto de 1917, de onde sairá um programa que, entre outros propósitos, almeja *conquistar para a Egreja Catholica os direitos e liberdades que legitimamente lhe competem, e assegurar aos cidadãos catholicos o exercício das suas liberdades religosas, sem offensa dos direitos de outros cidadãos*[439]

Recorde-se que a designação "Centro Católico" não era nova, como constatamos pelas referências feitas atrás aos centros católicos emergentes no período final da Monarquia, mas agora – num quadro político que os responsáveis dos diferentes centros católicos têm como mais adverso – os propósitos políticos são assumidos de forma mais aberta e directa. Alberto Pinheiro Torres, um dos vultos no Partido Nacionalista que surgira nos últimos anos da Monarquia, reposiciona-se como figura de relevo desta renovada agremiação política: integrará a primeira comissão central do Centro Católico e será eleito para a Câmara dos Deputados, nas listas do "Centro", nas eleições organizadas pelo sidonismo em Abril de 1918. Desaparecido Sidónio, em Dezembro de 1918, também o Centro Católico perderá a representação parlamentar por Braga nas eleições a realizar em Maio de 1919. Contudo, nas eleições seguintes, realizadas em Julho de 1921, o "Centro" logrará a eleição do "católico" José Maria Braga da Cruz nas listas do Partido Liberal[440]. Nas duas últimas eleições parlamentares organizadas pela República (em Janeiro de 1922 e em Novembro de 1925) o Centro Católico voltará a conseguir a eleição de um deputado pelo círculo de Braga, na figura de António Lino Neto.

Tal como sucedera com o Partido Nacionalista do período final da Monarquia, o Centro Católico almejava protagonizar uma substantiva representação política de um país, catalogado como católico, mas falhava porque o país, afinal, não se rendia à sua

---

[438] Esta eleição suplementar realizada no círculo de Braga, destina-se a substituir Manoel Monteiro, que abandonara o Parlamento.

[439] Centro Catholico – programa approvado no 1º Cogresso do Centro, em Braga. *Actualidade*. Braga. Ano I, º 19 (23/08/1917), p.1. Este congresso é presidido por Alberto Pinheiro Torres, sendo o padre Joaquim Mariz um dos secretários da reunião. Neste congresso, naturalmente, o clero marca uma presença alargada.

[440] Veja-se em *Anexos XV* o quadro relativo aos deputados eleitos em 1921 pelo círculo eleitoral de Braga. Nestas eleições parlamentares de 1921, o Centro Católico, além de ver eleito o candidato a deputado que apoia em Braga (José Maria Braga da Cruz), elegerá Oliveira Salazar no vizinho círculo de Guimarães.

mensagem. Mas isto sucederia porque Portugal, lamentava-se o *Actualidade* no seu primeiro número – o semanário do Centro Católico[441], surgido em Braga em 19 de Abril de 1917 –, era um país de católicos mal formatados, onde *a ignorância religiosa é mais geral e profunda do que muita gente pensa*[442]. Ademais, as razões para a escassa implantação do Centro Católico, num país de católicos, não assentariam apenas na ignorância do povo; eram também imputáveis ao clero, no entendimento dos homens do "Centro". Com efeito, o padre Mariz, num artigo assinado no *Actualidade* nas vésperas da revolta protagonizada por Sidónio Pais em Dezembro de 1917 – a propósito do recente desterro aplicado pelo governo aos arcebispos de Braga e do Porto, que já referimos atrás – denunciava o pouco activismo dos leigos católicos, mas verberava particularmente o papel assumido por muitos párocos ou clérigos, os quais – enfatizava o padre Mariz – vergados pelo comodismo ou pela corrupção material alimentada pelo caciquismo dos democráticos, não promoviam como lhes competia as candidaturas do "Centro":

> Que tem feito os Catholicos? E que tem feito bastantes parochos e padres? [sic]
>
> Muitos são catholicos no nome, mas na realidade arranjistas.
>
> Porque a câmara democrática, porque a auctoridade democrática protejem um negociosinho, em que se ganha uns tantos centos de mil reis, outras vezes contos de reis, embora especulando vergonhosamente com a miséria do povo, votam com os seus amigos nos democráticos ou, com o disfarce da abstenção, consentem em que o cacique democrático os arrebanhe.
>
> Bastantes parochos e padres, apegados ao passal que arrendam, ou manietados pelo medo da expulsão, ou dormindo o sonno do commodismo, *não se mexem*, nem explicam com desassombro ao povo a obrigação de votar nos candidatos próprios do Centro Catholico, e, na falta destes nos homens honestos e concienciosos, que o Centro appoiar[443].

---

[441] O padre Silva Gonçalves, a nossa já conhecida figura do Centro Católico, surgirá como director da *Actualidade*, transitando de igual cargo no extinto semanário do partido *A Voz da Verdade* (título que cessara a sua publicação no anterior mês de Março, relembramos).

[442] Principiando. *Actualidade*: Braga. Ano I, nº 1 (19/04/1917), p.1. Num estilo chão, peculiar, o *Actualidade* prosseguia: *Se á maneira do primeiro catechismo, fizessemos á mor parte dos catholicos portugueses a pergunta – sois catholico? – responderiam quasi todos: sim, pela graça de Deus. E o que é ser cathoico? Ser catholico, acrescentariam, ser catholico é ser baptizado e nem roubar nem matar… Que apertados horizontes! Tal qual responderia um cidadão da Guiné: ser catholico é preto ser baptizado, não comer branco nem beber aguardente até cahir…*

[443] MARIZ – O desterro dos Senhores Arcebispos. *Actualidade*. Braga. Ano I, nº 34 (6/12/1917), p. 1

Como que aparentemente acusando esta crítica estampada pelo padre Mariz nas páginas do *Actualidade*, o padre Silva Gonçalves, que acumulava o cargo de director deste jornal com o de senador em Lisboa (eleito em 1915, relembramos), abdica do seu cargo político no Senado, explicando num discurso para os demais membros do Congresso que adopta tal atitude *em sinal de protesto contra a consumação d'uma revoltante violência feita aos senhores Bispos, particularmente ao meu Prelado*[444] (o arcebispo de Braga).

Seguindo a estratégia do "Centro" através das páginas do *Actualidade*, constatamos que esta organização política se empenhará activamente na defesa da República Nova de Sidónio[445] – de quem espera uma política mais atenta aos direitos da Igreja – e, depois, apoiará entusiasticamente as virtudes da efémera Monarquia do Norte. Com efeito, num "editorial" publicado na edição de 23 de Janeiro de 1919, o *Actualidade* escreve que *difficilmente se poderá encontrar nas differentes phases da vida e da historia de um povo, enthusiasmo maior do que aquelle com que o povo recebeu e acclamou o antigo regímen.* E para reforçar a justeza e o pragmatismo do seu apoio à Junta Governativa da Monarquia do Norte, o jornal reproduz o juramento efectuado pelo seu líder, Paiva Couceiro, junto do vigário capitular da Sé do Porto, no qual este *garante sob a sua honra, e* o *penhor sagrado dos portugueses, que o governo caminhará sempre abraçado á Religião que durante a Historia pátria sempre acompanhou a Cruz*[446]. A esperança revelou-se vã, porém. A 13 de Fevereiro seguinte a República era restaurada no Porto e, no mesmo dia, em Braga. Formalmente rendido à realidade, o *Actualidade* clarificará na edição de 23 de Fevereiro que o *Centro Catholico não é monarchico nem republicano. Não queima incenso á coroa, como também não queima ao barrete phrygio, mas é catholico e nada mais.* E procurando medrar eleitoralmente num mundo hostil, no mesmo editorial o *Actualidade* adianta ainda que o *Centro não discute as preferencias constitucionaes de cada cidadão, qual o*

---

[444] O desterro do senhor arcebispo primaz. *Actualidade*. Ano I., nº 35 (13/12/1917), p.1.

[445] Na sua edição de 20 de Dezembro de 1917 do *Actualidade* (ano I, nº 36, p.1) através do artigo "A nossa atitude", uma vez mais, o padre Mariz afirma sem rebuço: *O democratismo, que durante quasi sete anos dominou, foi vencido. Praza a Deus que não torne a levantar a cabeça. A dominação democrática era o imperio dos carbonarios e da formiga branca. Braga foi uma das terras que mais sofreram depois de Lisboa. Parece que a maçonaria tomou a seu cuidado a Roma portuguesa para lhe fazer perder os foros de terra pacata e ordeira. (…) Os que actualmente governam parece terem boas intenções, tem procurado restabelecer as liberdades confiscadas, resolver, na medida do possível, o difícil problema das subsistências, extinguir abusos, restabelecer a ordem, assegurar a paz… Emquanto não se desviarem do caminho recto, merecem não somente a nossa benevolência, mas também o nosso apoio leal. Devemos dar-lho, conservando sempre a nossa independência.*

[446] A Monarchia restaurada. *Actualidade*. Braga. Ano II, nº 41 (23/01/1919), p.1.

regímen que mais lhe agrada, nem qual a cor da sua bandeira ou do seu partido, e por isso mesmo cabem optimamente dentro d'elle monarchicos e republicanos, desde que se proponham defender a religião. Mas as desinteligências no seio de notáveis católicos[447] também impedem o "Centro" de se poder afirmar como incontestável pólo aglutinador das aspirações dos católicos portugueses, acabando esta organização por conseguir, no cômputo geral, não mais do que uma débil representação parlamentar. Ainda assim, procurando descortinar préstimos no projecto desenhado pelos impulsionadores do "Centro", alguns analistas católicos não deixam de salientar que a melhoria no relacionamento entre políticos republicanos de diversos quadrantes e a Igreja, observada para finais da República, deve ser entrevista como resultante da acção do Centro Católico no Parlamento e na sociedade[448]. Agregando muitos adeptos saudosos da Monarquia nas suas fileiras, será, porém, no seio da União Nacional que vários adeptos do Centro encontrarão, posteriormente, um acolhimento satisfatório.

---

[447] No quadro destas desinteligências, e a título de exemplo relevante, retenha-se que Fernando de Sousa (Nemo), o director do jornal lisboeta *Época*, virá a abandonar o Centro Católico.

[448] Numa espécie de "editorial" publicado em 18 de Fevereiro de 1926 no *Diário do Minho* (artigo "As ideias cristãs", edição nº 1885, p.1) escreve-se: *Quem, meses passados sobre o estabelecimento do regimen republicano em portugal afirmasse que os seus homens mais preponderantes, as suas personalidades mais categorizadas, no proprio Palacio Legislativo, e em festas que se revestiram de caracter e de insignias oficiais, haviam de fazer afirmações de religiosidade, de sincero respeito á Igreja e homenagem a Cristo, seria, certamente, apodado de visionario. E se alguem, por então, afirmasse que essa profunda modificação nas consciencias se faria sem a necessidade de conspirações alem fronteiras, nem utilidade de revoltas cá dentro, – não já de visionario, mas de imbecil o apelidariam. (….) O sr. dr. Domingos Pereira prestou homenagem á acção esclarecida dos prelados, agindo pelo Centro Catolico, e em nome do partido democratico fez votos para que o Papa faça reinar a paz nos espiritos e a paz nos corações. – Que mais eloquente comentario poderia ter o lema pontificial pax Christi in regno Crhisti?*
O sr. Marques Loureiro, falando em nome dos nacionalistas afirmou que soube sempre conciliar a sua fé catolica com os seus principios republicanos, dizendo que sempre perante o Pai Espiritual da Cristandade, todos se devem sentir irmãos. O sr. Ministro dos Estrangeiros, reconhecendo que o nosso Portugal catolico deve por muitos titulos respeitar o Papa, cita a sua obra a favor da unificação das Igrejas, e de apostolo das missões, titulos que invoca para o saudar em nome do governo português.
O sr. Rosado da Fonseca, que representa como agrario, aquela gente do povo que presta culto a Deus com toda a simplicidade, fez protestos de respeito e amor a S. Santidade, desejando que o espirito do catolicismo una entre si todos os corações portugueses. O sr. Manuel José da Silva, do grupo independente, que entende ser preciso que a Republica saiba honrar a Igreja Catolica, sauda com afecto o Pontifice da Paz e da Concordia. O sr. Pina de Morais, esquerdista, associa-se ás saudações ao Papa e verifica que a Igreja e a Republica, vivendo em esferas diferentes e tratando de potencia para potencia, mais merecimento tem esta homenagem da Republica livre á Igreja independente. Assim pensa, e assim fala, senhores, o Congresso da Republica. E' uma nova mentalidade, uma nova mentalidade que se manifesta e predomina. As ideias expendidas pelos diversos lados da Camara são ideias cristãs, representam alguma coisa semelhante á profissão prebatismal, ao Credo. E para isto apenas foi preciso que uma parte dos catolicos renunciasse á sabedoria do mundo, e obedecesse ás inspirações dos Bispos, dando á Igreja o seu valor pessoal na actividade do Centro Catolico. Sim. Todos os oradores parlamentares o reconheceram. Só a acção do Centro Catolico deu causa a tais manifestações. Não queremos tirar as outras conclusões…

5.8 – Do dealbar da 1ª República até à participação portuguesa na 1ª Guerra Mundial

- A importância da propaganda Republicana

Instaurada a República no país, o novo poder assume que, a par do desmantelamento ou do cerco das estruturas que haviam suportado a Monarquia[449], se lhe impõe captar a adesão das massas sob variadas formas. Doravante, na promoção do ideário republicano a imprensa, com uma multiplicidade de novos títulos após Outubro de 1910, propor-se-á assumir um papel relevante. Do contributo da nova escola pública, reformada na pedagogia e nos programas, para a difusão das virtudes do republicanismo entre os jovens, e adultos, haveria que esperar, naturalmente, a passagem do tempo necessário. A acção dos centros republicanos, notória e importante desde há vários anos na propaganda e na educação republicana, continuará obviamente a mostrar-se pertinente.

Aqui em Braga, observara-se um incremento da imprensa republicana, ainda antes da revolução de 5 de Outubro, conforme já referimos atrás (ver, na rubrica "O perfil da Cidade", o item "A imprensa bracarense"). Instalado o novo regime, os republicanos de Braga sabem que urge celebrar o tempo que amanhece e os seus protagonistas: os comícios ou sessões de propaganda multiplicam-se. O Centro Escolar Bernardino Machado, intensifica a sua acção proselitista. Na sua edição de 25 de Novembro de 1910, *O Radical*, reportando uma sessão de propaganda dinamizada na freguesia bracarense de Lomar por Ménici Malheiro, Justino Cruz, Afonso Miranda e Álvaro Roby, escrevia que os conferentes *cairam a fundo sobre os caciques e quejandos mariolas da defuncta monarquia de triste memória*[450]. Nesta freguesia, os activistas republicanos teriam beneficiado de um caloroso acolhimento da população, revelava ainda *O Radical*, para o que teria certamente relevado o apoio de um rico proprietário local, que presidiu a esta sessão de propaganda. Neste mesmo dia, diversas figuras republicanas de Braga assumem a tarefa de espalhar a "boa nova" por outras freguesias

[449] Relembramos que a reposição pelo Governo Provisório, logo em Outubro de 1910, de legislação aprovada ao tempo do marquês de Pombal, dirigida contra os Jesuítas, e a Lei da Separação, de Abril de 1911, são peças proeminentes deste desiderato.
[450] Propaganda republicana. *O Radical*, nº 27 (25/11/1910), p.3.

do concelho: Domingos Pereira, Abílio Correia e o padre Rodrigo Gomes[451] em Celeirós e Vimieiro; Joaquim Oliveira em Arentim; o capitão Lopes Gonçalves, Bento Pinho e Álvaro Pipa em Sequeira e Tadim; Manuel Couto Justino Guimarães e João Barroso em Dume e Palmeira. Tal qual sucedera em Lomar, em todas as freguesias visitadas um abastado proprietário da terra, um influente republicano, servia de anfitrião e de promotor do encontro, invariavelmente rematado com um almoço de confraternização. A edição de 25 de Novembro d'*O Radical*, de que nos temos vindo a socorrer, depois de informar que domingo seguinte, 27 de Novembro, se prolongariam as sessões de propaganda em várias freguesias rurais do concelho de Braga, comentava, em tom inflamado, que *os pioneiros da liberdade, alentados pelo carinhoso e enthusiastico acolhimento que no ultimo domingo tiveram da parte do povo a quem pregaram a boa nova, continuarão na evangelisação d'este povo rude e soffredor que agora vae libertar-se da pata oppressora d'infamissimos caciques que por muito tempo o roubaram e espesinharam.*

▪ Ménici Malheiro: um republicano bracarense indomável e radical

De entre estes difusores do republicanismo em Braga, que acabamos de referir, merece-nos uma apreciação mais demorada a figura de Ménici Malheiro. Esta personagem reclama-nos uma atenção particular não tanto pelo protagonismo[452] evidenciado no aparelho político-administrativo do Estado ou do Partido Republicano – não detectável, de facto, nos planos local ou nacional –, mas sobretudo pelo intransigente e imoderado (diríamos mesmo, apaixonado) radicalismo republicano que

[451] Estes difusores da propaganda republicana são, na sua quase totalidade, membros do Centro Escolar Bernardino Machado (cf. lista dos sócios deste centro escolar bracarense in *Anexos XI* - 3). Registe-se o facto curioso de o padre Rodrigo Gomes (que não aparece na listagem de sócios do Centro Escolar Bernardino Machado) também aparecer então envolvido nestas sessões de propaganda republicana.

[452] Retenha-se, contudo, que Menici Malheiro é um interveniente activo pela causa republicana, antes e depois da proclamação da República. Isso mesmo explica esta personagem em *Braga Contemporânea.* De qualquer modo, apanhámos outros registos, alguns dos quais já referimos atrás, que provam do seu militante republicanismo: em Março de 1910, surgirá como um dos participantes num almoço destinado a compensar a condenação em tribunal dos jornalistas do jornal republicano *A Verdade*, na sequência de uma acção judicial avançada contra a direcção deste periódico a propósito do episódio que envolvera as injúrias ao padre Camilo, publicadas no contexto da turbulenta excursão dos republicanos portuenses a Braga, em Agosto de 1909; em Abril de 1910, surgirá como um dos sócios fundadores do Centro Escolar Bernardino Machado; em 1912, Malheiro integrava o Grupo Civil Republicano Bracarense, revelava o jornal bracarense *Notícas do Norte*, (ano V, nº 528, de 8 de Setembro de 1912, p, 3 artigo "Grupo Civil republicano Bracarense"), quando se referia a uma reunião desta organização, ocorrida a 5 de Setembro desse mesmo ano, na qual Menici Malheiro assume o papel de secretário.

patenteará durante toda a sua vida. Ménici Malheiro escreveu um significativo número de obras, distribuídas pela prosa e pela poesia, as quais, na sua maioria, permanecem ainda inéditas. E os escassos títulos editados por este autor terão sido alvo, por regra, de pequenas edições. Em *Epílogo*, o seu último trabalho inédito (em prosa) redigido entre 1958 e 1962, Malheiro insere, como sempre fazia, uma relação das obras que escrevera, assim elaborada: *Musa Pobre*, *A Miséria Humana*, *Amor e Fantasias*, *Salvé Patria* (separata) e *Entre Milhafres*, são referenciadas como as suas cinco obras poéticas assinaladas como esgotadas; *Geografia Económica de Portugal e Colónias com Breves Noções de Geografia Geral*, *As Minhas Palestras* e ainda *Braga Contemporânea* (1933) constituem as três obras em prosa que publicou em vida e que são então igualmente declaradas como esgotadas; *O Batuque da Tirania: em Honra do Padre Santo* (1934), *Rouxinóis do Deste* (1934), *A Escola Democrático Social* (1934), *Ainda a Caminho da Luz* (1934-1935*)*, *O Iberismo* (1934), *À Espanha Mártir* (1937), *Já Posso Morrer!* (1937), *Albion e o Seu Colaço Yankee…* (1946-48), *Do Meu Arquivo* (1915-1950), *Ponto Final* (1934-1950), *Enquanto Espero* (1938-56), *Epilogo* (1958-62), *A Vida de Um rapaz Rico…* (opúsculo) somam um alargado conjunto de doze obras em prosa então (1962) declaradas como inéditas; *Ainda na Brecha* (1953-1956), *Últimas Obras de Um Escravo Branco* (1956-1958) e *Obras Poéticas do Autor* constituem os três textos poéticos então referidos igualmente como inéditos. Todos estes inéditos de Malheiro assim terão permanecido, em vida do autor, estamos quase seguros[453]. Com efeito, um ano depois de publicar *Epílogo*, Ménici Malheiro morre, deixando expresso no testamento que redigiu um pedido para que, através de um editor português ou brasileiro, pudessem ser editadas postumamente estas obras – o que até hoje não terá acontecido, exceptuando-se uma recente reedição de *Braga Contemporânea*[454]. Nos seus escritos, ao longo dos seus 81 anos (9 de Abril de 1882 a 9 de Maio de 1963), Malheiro patenteia um pensamento com contornos que oscilam entre o positivismo e o deísmo, vitupera acidamente a Igreja (e em particular os jesuítas) pelos atrasos do país, denuncia a miserável condição do povo, a opressão da ditadura salazarista e propõe soluções para o progresso do país assentes numa forte intervenção do Estado – o qual,

[453] As datas que acima assinalámos, entre parêntesis, para a estas diferentes obras de Ménici Malheiro não se referem necessariamente ao ano da sua publicação, visto as mesmas permanecerem ainda hoje, na sua maioria, inéditas. As datas que estão insertas na capa dos cadernos com textos dactilografados que Ménici Malheiro legou para publicação, e que o mesmo referencia como inéditos, identificarão tão-só o tempo em que estas obras são dadas por concluídas pelo autor. Estes inéditos estão hoje na posse Dr. José Sampaio, distinto advogado de Braga.

[454] Esta obra foi reeditada pela Fundação Bracara Augusta em Março de 2005 e apresentada ao público, em Braga, pelo autor deste trabalho.

mediante um alargado apoio aos mais pobres, deveria induzir uma maior igualdade social. Malheiro concluiu a maior parte dos seus escritos já em pleno Estado Novo, mas a natureza da prosa e da poesia, que então escreve fundamentalmente "para a gaveta" – porque estes textos não podem resistir à censura instalada e o autor, por seu lado, corre o risco da repressão pela polícia secreta do regime –, ostenta o inconformismo que alardeava já aquando da aurora da República. Com efeito, na edição de 25 de Novembro de 1910 *d'O Radical*, que citámos algumas linhas atrás, podíamos detectar o deísmo de Malheiro vertido num poema então oferecido aos leitores do jornal:

> Clama e brada o povo a cada instante
> contra os Deuses, eternos e invisíveis:
>
> Para que nos creastes, se perante
> a nossa dôr, mostrais-vos impassíveis?
> (...)
> E n'este apostrophar de toda a hora
> Reflecte-se a descrença redemptora
> Do homem a caminho da verdade.

Mas importará ainda que nos fixemos, um pouco mais atentamente, em algumas obras deste autor, a partir das quais poderemos, de uma forma sintética, evidenciar melhor o seu pensamento. Em *Braga Contemporânea*, Ménici Malheiro intenta a escrita de uma história da cidade de Braga e da região. A obra divide-se em seis capítulos, sendo a redacção do primeiro, que se estende desde a fundação da cidade até 1820, apoiada quase exclusivamente nas *Memórias de Braga*, uma obra póstuma do padre Sena de Freitas. Os três últimos capítulos ("Interregno – a minha geração", "A Revolução de 1910" e "Da Proclamação da República até à Grande Guerra") abordam uma época vivenciada pelo próprio autor, valorizando-se pelo registo de um testemunho pessoal sobre os muitos factos e episódios então ocorridos – no desenrolar dos quais Ménici Malheiro foi ora um observador, ora um interveniente directo –, mas não deixando simultaneamente de evidenciar um traço acentuadamente opinativo e subjectivo na análise efectuada, a par de algumas manifestas incongruências. Malheiro denuncia no clero bracarense a persistente aversão ao progresso, o que explica a sua resistência à chegada do comboio à cidade, no século XIX (p. 33 e 65). Malheiro lamenta-se de que nos inícios do século século XX, e devido ainda à acção perniciosa da Igreja, muitos bracarenses continuem como "ovelhinhas narcotizadas" (p. 65), subscrevendo por isso a opinião de que *ser republicano em Braga é ser um verdadeiro herói* (p. 62). Mas, exaltando o triunfo da República e do espírito da Liberdade, Malheiro lembra que a

cidade de Braga, apesar desta ambiência adversa, *conseguiu furtar-se às garras aduncas dos milhafres clericais* (p. 39)[455]. No livro *A Escola Democrático Social* – escrito a partir de um texto preparado para a lição inaugural do ano escolar de 1934-35 na Escola Industrial e Comercial de Braga, onde Malheiro exerce a actividade docente –, conforme a sua designação deixa subentender, é exposto um vasto programa para uma escola vocacionada para promover o sucesso da aprendizagem de todas as crianças e jovens, condição necessária para Portugal encontrar o caminho da civilização e do desenvolvimento. Malheiro começa por invocar os tenebrosos tempos que então se vivem, lembrando que a *Europa depois do advento da tirania nos centros da arte e da cultura (Itália, Alemanha e Áustria) nos dá a impressão de uma fornalha imensa apostada em devorar todas as energias criadoras*, para depois defender *uma escola única e igual para todos, pobres ou ricos, indistintamente*, na esteira das concepções de Comenius, depois também sustentadas por Rousseau – acrescenta ainda. Malheiro alarga-se na exposição de um *curriculum* para a "sua escola": propõe um numeroso conjunto de máximas para ser afixado nos corredores e nas salas de aulas; advoga o estudo do Esperanto (e não o do Inglês, Francês ou Alemão, lembra), o qual transformado em língua universal haveria de ser um notável factor indutor da paz no mundo, e do consequente progresso de todos os países; defende ainda a transformação do calendário anual num conjunto de treze meses, todos com 28 dias – onde seriam ciclicamente referenciados os grandes acontecimentos da humanidade[456], sempre coincidentes com as mesmas fases da Lua, mês e ano –, pois aquele que existe é *defeituosissimo, servindo apenas a Igreja e não os povos.* Malheiro reclama igualmente uma escola gratuita, desde o ensino primário até à universidade, com bolsas de estudo para os filhos dos pobres e não apenas para os melhores alunos, e propõe uma escola que não diferencie os sexos – pois sustenta que na ordem económica a mulher intervém *como um factor de produção em igualdade de circunstâncias com o homem* – e prescreve categoricamente o banimento da religião do *curriculum* escolar ("nada de

[455] As páginas aqui referenciadas para as diferentes citações evocadas a partir de *Braga Contemporânea*, referem-se à reedição desta obra de Ménici Malheiro pela Fundação Bracara Augusta (Braga, 2005). Pudemos contudo consultar também a 1ª edição desta obra (Famalicão, 1933), a partir de um exemplar existente na Biblioteca Pública de Braga.

[456] Lembrámos a referência que fizemos atrás nas mudanças introduzidas pelo Governo Provisório no calendário, através da supressão da generalidade dos feriados religiosos ou da designação laicizada então atribuída àqueles que continuavam a coincidir com festividades do calendário católico. Não conseguimos agora acertar com rigor, as ideias que Malheiro terá vertido na lição inaugural que lhe serviu de base, proferida no início do ano do ano de 1934-35. Retenha-se, porém que estando já então o Estado Novo em fase de implantação, muitas destas ideias afrontavam claramente os valores defendidos pelo mesmo para a escola.

religião, portanto", postula). Em *Ponto Final*, Malheiro reúne vários poemas, que dedica a destacadas figuras do republicanismo português (Magalhães Lima, Bernardino Machado, Afonso Costa, João Chagas, França Borges e outros). No poema que dedica à memória de Afonso Costa, Malheiro execra a figura de Salazar, afirmando sobre o ditador: *O teu avô era um lobo;/ Tua avó uma cadela;/ Destes, nascera um aborto/ Que se criara, no Porto,/ Numa alfurja de Viela!.../ Mais tarde, crescido e forte,/ Abalou p'ra Santa Comba/ Onde casou c'um jumento/ Que se supunha um portento,/ Quando deitava uma tomba!.../ E doze meses após,/ Eis que nasce o tubarão/ Que a todos meteu no inferno,/ em honra do Padre Eterno,/ E… "Tudo pela Nação"!... /Aqui fica, em traços breves,/ Algo do que ouvi dizer,/ Sem fugir a congruências,/ Do ladrão de consciências/ E usurpador de poder!*[457]

Ménici Malheiro manteve-se um radical e um assumido anticlerical até ao final dos seus dias, como salientei já, e arreigou-se igualmente numa firme oposição ideológica ao Estado Novo e a Salazar, a quem descreve como uma sinistra figura, conforme captamos dos versos acima. O texto que verteu no seu testamento ilustra claramente este seu perfil e pela curiosidade que o mesmo assume, para terminar as referências a este autor, expomos de seguida um alargado excerto:

> Eu, António Ménici Malheiro (…) Faço testamento, em conformidade com a minha vontade e pelo meu próprio punho, a saber:
>
> **1º -** Desejo que o meu enterro seja civil e o mais modesto possível;
>
> **2º** - Que me façam conduzir ao cemitério, por 4 ou 6 operários, aos quais se pagará um dia de trabalho a cada um;
>
> **3º -** As velas (ou cera que seria consumida no meu enterro como é costume entre nós) deixo-as, por mais úteis, para iluminar os cérebros dos que cá ficam, a fim de se não deixarem ludibriar pelos empreiteiros das Trevas [a Igreja] (…)
>
> Consequentemente, o melhor e mais valioso capital para eles todos [refere-se aos seus netos] – aos quais muito quero por igual – é que se preparem para a vida e sejam comedidos, cultos, trabalhadores, honestos e bons, sem jamais pactuarem com a Tirania e a Mentira, vendendo as suas consciencias, como sucede a tanto "bacharel" medíocre, arrotando talento, a quem a Igreja bajula, envaida [envaidece?], enaltece e ampara, só para que baixa e indecorosamente a sirva, sem olhar a meios. Antes a morte!

[457] Excerto do poema "O Meu Protesto", inserto na obra (inédita) *Ponto Final*.

> **6º -** Nomeio meus testamenteiros, para a execução e cumprimento deste testamento, os meus bons amigos e camaradas, solicitador Franklim Sampaio e A. Garibaldi, ambos desta cidade, aos quais peço, mais uma vez, se esforcem por conseguir um editor, nacional ou brasileiro, para os meus inéditos, em número de 15, destinados a arrancar os nossos infelizes irmãos da superstição e dolo, conduto execrável de miséria e mal-estar permanente a que os votou a Igreja – a inimiga número 1 da humanidade, inclusive dos próprios padres, frades, freiras e jesuítas, suas vítimas também. (…)
>
> Traçado no Reinado da Tirania Salazarista, ao 18 de Fevereiro do ano de 1963, em Braga[458].

A despeito do perfil tendencialmente conservador da cidade, envolvida numa atmosfera de onde exalam muitos sinais de um catolicismo avesso para com a República – ou talvez por isso mesmo, num aceso contraponto ideológico –, em Braga detectámos, como se vê, personagens ousadas no seu republicanismo anti-clerical. Ménici Malheiro, que não assumiu posições destacadas no aparelho político republicano local, conforme já vincámos, não representará o perfil comum dos republicanos que encarnarão o novo poder em Braga após Outubro 1910, mas, assim mesmo, acertando-se que parte da sua mundividência será partilhada por alguns correligionários de partido, consegue-se percepcionar o carácter quase inevitável da animosidade que envolveu o relacionamento entre a Igreja e a República.

▪ O curso da acção política

A tensão entre o poder republicano e laico e a Igreja repercute-se, pois, em Braga, cognominada a "Roma Portuguesa". Por meados de Abril de 1911, sensivelmente aquando da aprovação da Lei da Separação, na cidade são detidos alguns militares e polícias, acusados de conspirarem contra a República. Escassos dias sobre a publicação da "intangível" – a designação que os republicanos mais encarniçados atribuem à Lei da Separação – a 23 de de Abril, um domingo, Afonso Costa desembarca na estação de caminhos-de-ferro de Braga, pelas 14 horas, para iniciar uma visita à cidade, que se

[458] In Arquivo Distrital de Braga, maço de documentos "abertura e publicações de testamentos cerrados", ano de 1963, Nº 1, doc. 8 c/ 10 fls, Secretaria Notarial de Braga, 1º Cartório. Em *Anexos XI* (7) reproduzimos a versão integral do texto deste testamento.

estende por dois dias. Antecipando o desembarque do ministro da Justiça, nesse mesmo domingo, pelas nove horas da manhã, cerca de 1200 republicanos provenientes da cidade Invicta chegavam a Braga, num comboio contituído por 23 carruagens. Esta iniciativa, da responsabilidade de um centro republicano portuense que tinha como patrono a figura do bracarense Simões d'Almeida[459], servia o óbvio propósito de adensar a envolvência republicana na recepção ao ministro que, embora sendo admirado e mesmo idolatrado como uma referência maior por muitos republicanos, se afoitava agora num meio social e politicamente adverso[460].

Durante o primeiro dia da sua estadia na cidade, Afonso Costa visitou a Câmara Municipal, o Centro Republicano Distrital e o edifício do Colégio do Espírito Santo, participando ainda à noite num banquete no Teatro S. Geraldo. O segundo dia desta visita de Afonso Costa será marcado por uma palestra que o mesmo proferirá sobre Lei da Separação, no Teatro S. Geraldo – onde acorreu muito público, segundo os relatos da imprensa –, e será igualmente preenchido pela visita a outros espaços e instituições da cidade: o Colégio dos Órfãos, o Liceu Central e o Parque da Ponte[461].

---

[459] Informação constante do jornal bracarense *Patria Nova* (nº 24, de 27/04/1911, p. 2) que sobre esta escursão dos republicanos portuenses escreve: estava *marcada para domingo a chegada d'uma excurção portuense, promovida por o Centro que tem o nome do grande e intimerato bracarense snr. Simões d'Almeida (…).* Ainda sobre esta excursão o diário portuense *Jornal de Notícias* escreve que os Republicanos idos do Porto integravam as seguintes organizações: Centro Joaquim Nicolau de Almeida, de Mafamude; Centro Republicano de Massarelos; Centro Democrático Tenente Coelho, de Lordelo; Primeiro Batalhão dos Vountários da República, do Porto (notícia "O cortejo" no artigo "A separação do Estado e das Igrejas", *Jornal de Notcias*, ano 24, nº 95, p. 2). Sobre a existência do Centro Simões d'Almeida na cidade do Porto podemos confirmar ainda este facto através da notícia "Reunião dos Centros Republicanos", inserta também no *Jornal de Notícias* de 31/03/1911 (p. 3) onde se escreve: *Reuniram hontem á noite os centros republicanos do Porto para tratarem da sua federação. (…) Feita a chamada dos centros verificou-se estarem presentes os seguintes: Pereira Osório, Democratico federal, (…) Simões d'Almeida (…)*

[460] O *Patria Nova (*nesta mesma edição de 27 de Abril de 1911, p.2) diz serem infundadas as denúncias veiculadas pelo *Intransigente*, de Machado dos Santos, segundo o qual a recepção de Afonso Costa tivera de ser abrilhantada pelo concurso dos republicanos portuenses, pois as janelas dos prédios da cidade estavam encerradas à passagem do ministro. O *Patria Nova* assegura que a Rua do Souto fora a única onde as janelas estavam encerradas à passagem do ministro da Justiça, e acrescenta, em tom de desdém, que *essa rua* [a Rua do Souto], *pelo espirito reacionario e pela qualidade da industria que n'ela predomina, justifica bem esse proceder, que entre pessoas que olham primeiro para os intereses da Patria do que para os da barriga, nenhuma cotação moral vale*. Registe-se que a direcção da União Republicana de Braga, patenteando ainda uma unidade relativa no campo repubicano, apela a todos os seus associados para comparecerem na estação de caminhos-de-ferro para abrilhantarem a recepção ao ministro na sua chegada a Braga.

[461] Registe-se, como facto curioso, que, neste segundo dia da visita de Afonso Costa a Braga, o arcebispo, obviamente em nome da necessária diplomacia e à semelhança do procedimento de outras individualidades da cidade, deslocou-se ao hotel Gomes & Matos (no qual A. Costa se alojara) para apresentar pessoalmente os seus cumprimentos ao ministro (revela ainda o *Patria Nova* na mesma edição nº 24, de 27 de Abril). Também a propósito desta visita de cortesia do arcebispo bracarense, o *Noticias do Norte,* outro semanário republicano bracarense, escreve num tom irónico que *Consta que o arcebispo primaz das Hespanhas já não apanha o barrete de cardeal por ter ido cumprimentar o Dr. Afonso Costa,* acrescentando, agora como que em tom de advertência, que há muita cavalgadura que nem sabe que o

A 1 de Agosto de 1911, ainda neste ano um da Republica, será o ministro da Guerra a deslocar-se a Braga, onde, depois da habitual e festiva recepção, fará uma ronda pelos quartéis existentes, para se inteirar do estado de preparação das tropas e, naturalmente, para avaliar junto dos oficiais da sua lealdade para com o regime. As ameaças da reacção armada monárquica, liderada por Paiva Couceiro a partir da fronteira espanhola vizinha, preocupam o poder republicano: depois de atalhar diversas tarefas burocráticas na cidade, o ministro desloca-se para a raia transmontana para analisar e galvanizar as forças republicanas, que aí aguardam uma investida dos insurrectos.

A 11 de Setembro, ao cair da noite, chega a Braga a notícia de que diversas potências europeias, acompanhadas pelo Japão, haviam finalmente reconhecido a República portuguesa, uma notícia de há muito ansiada pelos republicanos. Os festejos saltam para as ruas e praças da cidade: as bandas militares tocarão o Hino Nacional, os foguetes estralejam no ar e, registe-se, também os sinos de algumas igrejas repicam alegremente[462]. Da varanda do Hotel Matos, habitual ponto de encontro dos políticos locais no centro da cidade, Manoel Monteiro, o governador civil, discursará perante os manifestantes. No dia seguinte, os edifícios públicos içariam a bandeira nacional e exibiriam, à noite, as suas fachadas iluminadas.

A par do registo do carácter antibritânico de muitos dos escritos e discursos formulados – ainda ao tempo da Monarquia – por várias das figuras gradas da República portuguesa, a presença do deposto rei D. Manuel em Inglaterra muito contribuíra para as reticências do mais antigo aliado de Portugal em reconhecer o novo regime. Todavia, vergando-se ao realismo, a Inglaterra, a par de Espanha e de outras potências, decidira agora validar a República portuguesa. Os monárquicos acusam este revés político e sentem que urge agir. A 28 de Setembro, cerca de quinze dias volvidos sobre este sucesso da governação republicana, em Santo Tirso e em Felgueiras os monárquicos desencadeiam uma insurreição armada, a qual será, contudo, rapidamente neutralizada.

Ministro da Justiça é superior herarquico do prelado. ("Consta", rubrica "Coriscos", *Noticias do Norte*, ano IV, edição nº 458, de 30 de Abril de 1911, p.1). Para realçar o êxito desta visita, numa espécie de editorial que assina nesta mesma edição de 30 de Abril, Jacintho Fernandes, o director da *Noticias do Norte*, afirma que *Jamais n'esta vetusta cidade dos arcebispos, nesta velha Braga de reaccionários e jesuítas, se realizaram festas mais grandiosas, mais imponentes como as que o povo republicano e liberal levou a efeito em honra do distincto jurisconsulto, eminente parlamentar e consummado estadista, Dr. Afonso Costa.*

[462] O facto de os sinos de algumas igrejas celebrarem este sucesso do poder republicano, pode eventualmente resultar da iniciativa de alguns leigos mais intrépidos e empolgados, e habituais colaboradores do pároco responsável, mas pode naturalmente ser interpretado como uma tentativa de alguns membros da Igreja bracarense em exibirem, diplomaticamente, uma postura de aproximação para com o regime republicano.

Tratava-se de um primeiro assomo da reacção monárquica, a Norte. Uma semana depois, a 5 de Outubro – esperando eventualmente encontrar o governo e os militares algo distraídos com a celebração do primeiro aniversário do regime e, sobretudo, pretendendo claramente ensombrar a data –, Paiva Couceiro atravessa a fronteira portuguesa, no distrito de Bragança, com uma coluna de cerca de mil homens, embora mal armados, expectante numa espontânea e ampla adesão das populações da região ao movimento dos "libertadores" monárquicos. A insurreição redundou num fracasso, retrocedendo as forças monárquicas para a Galiza três dias depois, a 8 de Outubro. Na cidade de Braga, conforme já referimos atrás, materializa-se a criação de um novo grupo de civis armados para combater os rebeldes.

Em Braga, as briosas comemorações do primeiro aniversário da revolução republicana beneficiam de um global aplauso, segundo o relato do *Noticias do Norte* num artigo assinado pelo seu director, Jacintho Fernandes – o qual sustenta, porém, que a aparente acomodação dos poderosos locais não deveria desmerecer a desconfiança, a vigilância, de insuspeitos republicanos. De entre os elementos dos grupos possidentes e da aristocracia bracarense que placidamente terão exibido, então, na cidade a sua adesão à República – advertia J. Fernandes – não seriam poucos, certamente, aqueles que dias antes, pela sombra, se tinham empenhado no seu derrube pela força das armas[463].

Entre 27 e 29 de Abril de 1912, o Partido Democrático realiza, decerto não por mero acaso, o seu congresso no edifício do antigo Paço Episcopal da cidade de Braga. Numa terra onde Afonso Costa e os seus pares detectavam adversários de nomeada, o partido

---

[463] Na edição de 8 de Outubro do *Noticias do Norte*, sob o título "Cuidado!" (ano IV, nº 480, p. 1), Jacintho Fernandes escreve: *Foram grandiosos imponentissimos mesmo, os festejos comemorativos da gloriosa data de 5 de Outubro realisados n'esta Bracara Augusta. Não ha sobre tal assumpto a menor duvida a mais pequena discrepancia. Factos são factos. Todas as classes trabalhadoras e uteis, toda a burocracia, burguesia, "tuti quanti"* termina em *"ia", deu o seu concurso leal ou desleal, verdadeiro ou falso, sincero ou hypocrita para o revestimento e realce das festas patrioticas de 5 de Outubro. (…) De hoje para o futuro torna-se, mais do que nunca, urgentemente precisa toda a vigilância, todo o cuidado, toda a reserva para com os que fingiram n'este dia de gala nacional irmanar-se com a Republica que, dias antes, pretendiam derrubar, n'um allucinamento de doidos, e com a malvadez e ferocidade de bandidos. E não nos apodem de pessimista. Conhecemos perfeitamente o meio em que vivemos, ou melhor, o meio em que vegetamos. D'ahi, sabermos tambem que nunca a burguesia, a aristocarcia, etc, etc., deu o braço á canalha, senão para a illudir, para a roubar, para a esmagar. Foi a canalha quem redimiu a patria portugueza; foi a canalha quem implantou a Republica, e é ainda hoje a canalha (essa que a thalassaria odeia e almeja vêr esmagada) quem a defende, ainda á custa e sacrifício do seu sangue e da sua vida até. E eis a razão porque nós pertencendo d'alma e coração a essa canalha, com ella vivendo n'uma perfeita communidade de ideias e crenças, ao sentirmos no dia 5 o contacto de toda essa horda de mistificadores, arredando-nos delicadamente, repetiamos para nós mesmo: Cuidado!*
Como nota extra, refira-se que o nosso bem conhecido Ménici Malheiro, publica também na primeira página desta edição do *Noticias do Norte* o poema que recitara da varanda do centro União Republicana para o povo na rua, na noite de 5 de Outubro, autêntica elegia à República portuguesa, na qual exalta *A Patria que hoje adora o seu regímen novo* e sustenta ainda que *A Patria de Camões é pois justo que a tomem de precursora audaz do Bem da humanidade.*

hegemónico da República propõe-se exibir a sua força e determinação. Bernardino Machado, que chega à estação dos caminhos-de-ferro de Braga na véspera do abertura dos trabalhos do congresso, assim como Afonso Costa – que chega no dia seguinte, um sábado, acompanhado por outras individualidades do partido – serão alvo de festivas recepções enquadradas pelos republicanos bracarenses: a par da presença inevitável das autoridades civis e dos vultos republicanos locais, a banda do Colégio dos Órfãos de S. Caetano animará um cortejo popular que percorrerá as ruas da cidade, nas quais ecoava igualmente o som de muitos foguetes a estralejar. Ao deputado bracarense Manoel Monteiro caberá pronunciar o discurso de boas-vindas a Bernardino Machado e promover a abertura dos trabalhos do congresso no primeiro dia, enquanto que a José Ribeiro Lopes, um professor do Liceu Central da cidade, caberá formular as boas-vindas a Afonso Costa.

Sobre a polémica escolha do antigo Paço Episcopal, o deputado bracarense João de Freitas, então já em ruptura com o Partido Democrático de Afonso Costa, não deixará de levar o assunto para discussão no Senado da República. Pela relevância e simbolismo que o facto terá projectado, mostrar-se-á pertinente atentar num alargado excerto do relato do confronto verbal desenvolvido neste órgão da República entre este deputado e então o ministro da Justiça, António Macieira, o qual de seguida reproduzimos:

> Sr. João de Freitas: – sr. Presidente, desejo antes de perguntar ao Sr. Ministro da Justiça se são verdadeiras as noticias publicadas nos jornais, nos últimos dias, dizendo que o Congresso do Partido Republicano Democrático, realizado em Braga, em 27 e 29 do corrente, se reuniu no edifício do Paço Arqui-episcopal, daquela cidade, edifício que está na posse do Estado. Aguardo uma resposta clara, positiva e categórica de S. Ex.ª, antes de prosseguir em quaisquer outras considerações.
>
> O sr. Ministro da Justiça (António Macieira): – Está na posse do Estado o edifício a que V. Ex.ª alude.
>
> Orador: – A minha pergunta é se efectivamente o Congresso do Partido Republicano Democrático se reuniu no Paço Arqui-episcopal.
>
> O Sr. Ministro da Justiça: – O Congresso do Partido Republicano Democrático, não sei!
>
> O Orador: – Se o Congresso se reuniu no edifício do Paço Arqui-episcopal?
>
> O Sr. Ministro da Justiça: – No edifício a que V. Ex.ª se refere realizou-se um Congresso do Partido Republicano.
>
> O Orador: – São portanto verdadeiras as notícias dos jornais a tal respeito?

O Sr. Ministro da Justiça: – Sim, senhor.

O Orador: – Sr. Presidente: é a primeira vez que em Portugal e sob o regime republicano se comete a abusiva ilegalidade de celebrar, em edifício na posse do Estado, um congresso republicano, de carácter estritamente partidário. Trata-se dum caso novo, pouco edificante e que merece a mais formal reprovação. É um precedente a todos os respeitos censurável e que não deve repetir-se

Segundo o artigo 104º do decreto de 20 de Abril de 1911, que separou o Estado das Igrejas, os paços episcopais, presbitérios, seminários e mais bens mencionados no mesmo artigo, poderão ser destinados pelo Governo a qualquer fim de interesse social, e quando definitivamente incorporados nos bens próprios da fazenda nacional, serão aplicados destinos, taxativamente especificados (…) Eu pergunto ao Sr. Ministro da Justiça se a aplicação do edifício que até há pouco era paço e residência dos arcebispos de Braga, para nele se reunir um congresso partidário, pode porventura considerar-se como sendo um fim de interêsse social, ou se tal aplicação está compreendida em algum dos números do citado artigo da Lei da Separação. Trata-se dalgum fim de interêsse social, ou pelo contrário apenas de simples e restrito interesse partidário dum dos partidos em que se desmembrou o antigo partido republicano?

(…)

É certo que foi apenas acidental, transitória e de curta duração a aplicação que se deu ao paço arqui-episcopal de Braga. Mas essa circunstância não destrói o abuso cometido, nem modifica ou atenua a ilegalidade da aplicação que acaba de dar-se àquele edifício.(…)

Desejo, portanto, saber do Sr. Ministro da Justiça o seguinte:

1º Se foi S. Ex.ª que autorizou a cedência do paço Arqui-episcopal de Braga, para nele se celebrar a reunião do congresso do partido republicano democrático, e se S. Ex.ª toma para si a responsabilidade dessa autorização.

2º No caso afirmativo, qual o preceito ou disposição legal em vigor em que V. Ex.ª se fundou para autorizar a cedência?

(…)

Não sou católico (…).

Sou livre pensador, como talvez a maioria do Senado (…)

Não sou adversário da lei da Separação. Nunca o fui, embora alguém erradamente me tomasse como tal em virtude de algumas considerações que incidentalmente fiz numa sessão da Assembleia Constituinte (…)

- O Ministro da Justiça: Sr. presidente, (…) Efectivamente realizou-se no Paço Episcopal; cometeu-se esse nefando e estranho crime.

Permita-me V. Ex.ª que lhe diga: este espantoso crime de se realizar no Paço Episcopal de Braga o congresso do partido republicano, porque se fez, Sr. Presidente?

Fez-se por esta razão:

Em 16 de abril de 1912, o presidente da comissão municipal republicana, que é simultaneamente governador civil dessa cidade, dirigiu ao presidente da comissão de execução da lei da separação o seguinte ofício:

Leu.

Em resposta a êste ofício, foi enviado o seguinte pela comissão de execução da lei da separação:

Leu.

A mesma comissão enviou ao presidente da comissão municipal republicana de Braga o seguinte ofício:

Leu.

Por consequência, Sr. Presidente, o Paço Episcopal de Braga foi arrendado por três dias á razão de 4$000 réis por dia, para que se realizasse nele o congresso do partido republicano. É este o nefando crime?

- O Sr. João de Freitas: – Importante quantia para atenuação do deficit orçamental!...

- O Ministro da Justiça: – Êsses 12$000 réis que tanto preocupam o espirito do sr. João de Freitas, são, por consequência, o aluguer do edifício.

- O Sr. João de Freitas: – Não preocupam absolutamente nada; acho até que foi um bom acto de administração.

- Ministro da Justiça: (…) A comissão de separação praticou, portanto, um acto das suas atribuições, e um acto legitimo, um acto legal[464].

A partir da fronteira Galega, em 8 de Julho de 1912 um conjunto de forças monárquicas, novamente lideradas por Paiva Couceiro, penetra no país, reincidindo na tentativa de captar a adesão popular para o seu projecto de derrubar pela força a República[465]. Será de facto no Minho e em Trás-os-Montes, regiões portuguesas contíguas à Galiza, que o apoio à incursão couceirista se mostrará mais visível, mas,

[464] Sessão nº 78 do Senado de 30 de Abril de 1912, pp. 3-6 (in *Diário do Senado*, República Portuguesa, Dezembro a Abril de 1911).

[465] Retenha-se que Paiva Couceiro não reconhecia legitimidade à República, porque – alegava – não fora instalada na sequência da expressão da vontade popular. Durante muito tempo, Couceiro persistirá na reclamação de um plebiscito que legitimasse o novo regime. Não sendo tal objectivo (o plebiscito) materializado, Couceiro reincidirá nas suas aventuras armadas pela restauração da Monarquia, o que virá a conseguir temporariamente, como se sabe (e como referiremos adiante), com a proclamação da Monarquia do Norte, durante o início de 1919.

assim mesmo, tal não evitará um novo desaire para as forças insurrectas. Com efeito, em pleno coração do Minho – ainda antes desta nova incursão monárquica oriunda da Galiza –, na então vila de Barcelos, pela meia-noite de 29 de Junho, um grupo de indivíduos ecoará vivas à Monarquia e a Paiva Couceiro. Mas este protesto, descoordenado e inconsistente, será pronta e rapidamente sufocado pelas autoridades locais. Entretanto, a vila de Valença, na fronteira, será parcialmente ocupada pelas forças monárquicas[466], enquanto outros levantamentos da mesma feição irrompem nos concelhos de Vieira do Minho, Celorico e Cabeceiras de Basto, sendo que neste último o retomar do controlo da situação pelos republicanos se efectua não sem que antes tenha perdido a vida o respectivo administrador[467].

No respeitante à cidade de Braga, o *Commercio do Minho* informava[468] que *desde as primeiras horas da manhã de sabbado, notou-se grande movimento militar n'esta cidade,* acrescentando ainda que no monte Picoto e em Montariol, na periferia da cidade, assim como na Serra do Carvalho, situada nos limites do concelho, haviam sido colocadas preventivamente várias peças de artilharia. Um batalhão com mais de 200 civis defensores da República, *convenientemente armados com equipamento do quartel d'infantaria 8,* procedera, entretanto, a diversas capturas – informava o mesmo jornal[469].

---

[466] WHEELER, Douglas L., ob. cit. p. 107

[467] Graves acontecimentos. *Commercio do Minho*, edições nº 5862 (9/07/1912) e seguintes. Estes levantamentos monárquicos ocorrem em várias localidades do Norte, mais a interior. Entre os vários indivíduos que terão sido condenados na sequência do levantamento monárquico ocorrido em Celorico de Basto constará o então estudante de teologia, e futuro pároco, Magalhães Costa, o qual merece referências várias neste trabalho, designadamente a propósito das muitas crónicas que escreveu no *Diário do Minho,* jornal onde virá a assumir as funções de director (a partir de 1 de Novembro de 1933 e até à data da sua morte, ocorrida em 1948).

[468] Idem, Ibidem.

[469] Ainda na edição de 9 de Julho de 1912, o *Commercio do Minho* (nº 5862), relatando as várias prisões efectuadas por voluntários civis ou por forças regulares na cidade e concelho de Braga, na sequência deste levantamento monárquico, escreve: *como implicados n'estes factos foram presos varios individuos, entre os quaes os snrs. Francisco Antonio Ferreira da Silva Araujo, proprietario em Ferreiros, e um filho do mesmo; José da Silva Esperança, commerciante da rua do Souto; Alfredo Russel, amanuense do governo civil; Manuel dos Santos, barbeiro e Vasconcelos, idem; José Abilio, ex-policia; Leite Reis e outros. O Snr Adolpho d'Azevedo, proprietario da "Brazileira" tambem chegou a ser detido, porém foi meia hora depois posto em liberdade por falta de factos concretos de que fosse accusado.*

Aquando da passagem do segundo aniversário da República, em Outubro de 1912, Vicente Braga reclamaria n'*A Patria* uma amnistia para os muitos simpazantes monárquicos que estavam então encarcerados: *Faz hoje dois annos que na capital alguns portuguezes combateram por um ideal, e d'esse combate sahiram victoriosos proclamando a Republica. E' hoje, pois, dia de festa para elles e para os que, abjurando da antiga fé politica, se lhes foram juntar, engrossando assim as suas fileiras. (…) Mas há lagrimas e fome em muito lar, por esse paiz fóra; muita familia humilde deplora a sua desgraça, lamentando aquelles dos entes queridos que levados por uma paixão sincera ou victimas da mais cega ignorancia, expiam um delicto de pensamento nas penitenciarias e prisões preventivas do paiz. (…) Pena é que do programma d'essas festas que se vão hoje desenrolar por esse paiz além, não faça parte o numero da mais rasgada amnistia para as infelizes victimas d'um crime politico, numero que tornaria grandes aos olhos de todo o paiz, aquelles que ora regem os seus destinos* (BRAGA, Vicente – Risos e

Perante a gravidade do momento, o governador civil do distrito endossará o desempenho das suas funções para o comandante militar de Braga. Mediante a afixação de editais, os habitantes da cidade serão esclarecidos, pela agora suprema autoridade civil e militar, acerca das limitações doravante colocadas às suas habituais liberdades (designadamente a proibição de ajuntamentos de pessoas nas ruas, em cafés ou em espectáculos após as 23h), assim como serão ainda aconselhados a manter iluminadas as suas residências – devendo munir-se de velas para obviarem eventuais cortes da energia eléctrica. O comandante militar de Braga divulgará ainda outro edital, na sequência de instruções recebidas do Ministério do Interior, no qual se ameaça com sanções legais os civis que tenha praticado excessos, ainda que alegadamente na defesa da República – *alguns individuos não investidos de auctoridade, teem arbitrariamente procedido a buscas domiciliárias e a prisões fóra dos casos expressamente consagrados na constituição*[470], frisa a nota enviada pelo Ministério do Interior para o comando militar de Braga. Aliás, reflectindo, decerto, algumas vulnerabilidades detectadas no desempenho das forças policiais, o desfecho da vitória das autoridades republicanas sobre as movimentações monárquicas em Braga será também assinalado pela exoneração do chefe da polícia civil, Francisco Lopes da Silva Ferreira, passando a assumir interinamente o seu lugar o 1º cabo, nº 66, José Villanova Guimarães.

Fora dominada mais uma investida monárquica, mas permanecia, entretanto, um visível mal-estar da parte do governo português relativamente ao seu homólogo espanhol, em virtude do acolhimento e apoio que era prestado em Espanha aos insurrectos monárquicos portugueses. Com a intermediação do governo brasileiro, Portugal e Espanha assinarão em Setembro de 1912 uma convenção que servirá para diminuir a tensão no relacionamento institucional entre os dois governos ibéricos. Através deste acordo, o governo de Espanha compromete-se a não permitir, durante os próximos três anos, o estanciar da generalidade dos monárquicos rebeldes no país, enquanto que o Brasil, para facilitar o processo, se dispõe para receber e assegurar emprego, bem longe no outro lado do Atlântico, à generalidade destes incómodos opositores da República Portuguesa.

---

lagrimas. *A Patria*. Braga. Ano III, nº 132 (5/10/1912), p.1). A um governo de Bernardino Machado formado no início de 1914, vimos já, caberia a incumbência de aliviar o país dos muitos presos que entretanto haviam enchido as prisões da República.

[470] O texto integral deste edital, emitido com data de 16 de Julho de 1912 pelo ministro do Interior, aparece reproduzido no *Commercio do Minho.* Braga. Nº 5867, de 20/07/1912.

BRAGA—Presos politicos. «Fita» de 21 d'Outubro de 1913

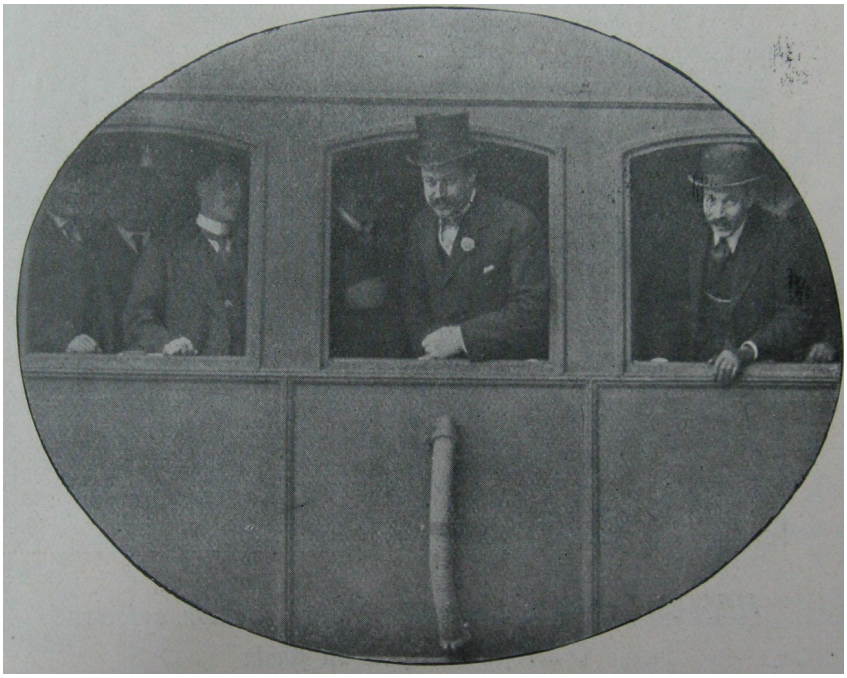
1 José Vicente da Costa Mendes, 2 José Joaquim Peixoto, 3 Antonio Fernandes Lopes, 4 Custodio Ribeiro, 5 Adolpho Taveira e Silva Leite de Macedo, 6 Adelino Silva, 7 José Antonio Rodrigues Bravo, 8 Julio Guimarães, 9 Alfredo Abreu, 10 Antonio Gonçalves Puga, 11 José da Silva Esperança, 12 Manuel Neves dos Santos, 13 Antonio Rodrigues Junqueira Junior, 14 Manuel Antonio da Cunha, 15 Manuel da Silva Pereira de Vasconcellos, 15 João Pereira de Castro (Tojeira), 17 Apparicio Alberto Calheiros de Miranda, 18 Dr. José Joaquim Pereira dos Santos Motta, 19 Adriano Aragão, 20 Ernesto Julio Taveira e Silva Leite de Macedo.

Foto de um grupo de detidos bracarenses (identificados), acusados de envolvimento na conspiração monárquica de Outubro de 1913 – foto do Arquivo Aliança, publicada na *Ilustração Católica* de 2/5/1914.

Além do perigo externo, o governo português não tolera o que considera perigosos adversários internos da República: os grevistas, incentivados pelos anarco-sindicalistas, são asperamente reprimidos. Em Abril de 1913, alimentada por muitos sindicalistas indignados com a repressão governamental, ocorre uma tentativa de golpe de estado, a qual, porém, acabará mal sucedida, com muitos indivíduos a serem enviados para as prisões. E em Julho desse mesmo ano de 1913 – não obstante a convenção celebrada com Espanha em Setembro do ano anterior –, num ambiente crescentemente crispado, ocorrerá uma nova e frágil rebelião de militares monárquicos no Norte do país, à qual se seguirá, alguns meses depois (em Outubro), uma outra mais violenta, que, contudo, acabará igualmente frustrada pela eficaz repressão das forças fiéis ao governo. Na cidade de Braga, são muitas as prisões efectuadas[471] na sequência desta rebelião

[471] Veja-se em "*Anexos XIII* (1-b) um relato das muitas prisões efectuadas em Braga, como resultado da repressão exercida sobre aqueles que terão participado nesta conspiração monárquica de Outubro de 1913.

frustrada de Outubro de 1913, ainda que, num desfecho habitual, muitos dos detidos venham entretanto a ser libertados por falta de provas.



Manoel Monteiro, ministro da Justiça, despede-se de correligionários, na estação da CP em Braga, no termo de uma visita oficial à cidade (realizada entre 29 e 31 de Março de 1914, na companhia dos deputados Domingos Pereira e Joaquim Oliveira).
Uma lei de amnistia para os presos políticos, aprovada pelo Congresso a 21/02/1914, cumprirá um dos desideratos primordiais deste governo, empossado a 9 de Janeiro desse ano, sob a liderança de Bernardino Machado. (foto *Iustração Católica*, nº 41, 11 de Abril de 1914, p. 655)

O Verão de 1914 inicia-se na Europa com a deflagração da 1ª Guerra Mundial, um conflito que muitos prognosticavam breve mas que estendeu por mais de quatro anos.

Ainda que Portugal só se envolva em combates no solo europeu a partir de 1917 – os militares portugueses combatiam tropas alemãs desde 1914 no nosso território colonial de África, relembramos – o quotidiano dos bracarenses, como o dos demais portugueses, não deixará de ser seriamente agravado a partir de então. Antecipando a irrupção de um incremento potencial da conflitualidade social, o Parlamento português faz aprovar, em Agosto de 1914, uma lei que confere latos poderes ao executivo, ao prescrever em dois artigos o seguinte:

> Artigo 1º – São conferidas ao poder executivo as faculdades necessarias para, na actual conjuntura, garantir a ordem em todo o paiz e salvaguardar os interesses nacionaes, bem como occorrer a quaesquer emergencias extraordinarias de caracter financeiro.

Artigo 2º – fica revogada a legislação em contrario.

A partir de Outubro, a generalidade dos mancebos antes considerados inaptos para o serviço militar voltam a ser alvo de uma inspecção médica[472]. As sombras da guerra desenhavam-se no horizonte e impunha-se alargar o leque daqueles (os soldados) que poderiam alimentar e sustentar a previsível participação portuguesa no conflito. Perspectivando também a inevitabilidade do envolvimento directo de Portugal nesta guerra, ao lado dos ingleses, Francisco Velozo escreve na edição da *Ilustração Católica* de meados de Agosto de 1914:

> Emquanto a conflagração europeia eleva, dia a dia, o seu montão de escombros, olhemos o que entre nós passa.
>
> Parece que atravessa d'um cabo ao outro do paiz a sombra de um pesadelo. Portugal durmiu durante oitenta annos, como o pastor da tragedia d'Anunzio, e acorda para a vida que não conhece. (…)
>
> Vamos, pois, na esteira da Inglaterra, como a Austria atraz d'Allemanha, e a Russia atraz de França. (…)[473]

O choque de Portugal com a modernidade, aqui desdenhada pelo cronista, vai materializar-se no seio de um grande conflito em evolução, para o qual não estará preparado. E embora não seja manifesto, por agora, o interesse directo de Portugal no envolvimento nesta guerra, vai fazendo curso a percepção – que se revelará certeira – de que não poderemos arredar-nos o suficiente da violenta frente de fogo que também nos

[472] Os critérios de selecção de jovens para o serviço militar eram tradicionalmente laxistas. Um dos trunfos do cacique tradicional consistia, aliás, em prometer "livrar" da tropa os jovens desinteressados do serviço militar. A título de curiosidade, registe-se que numa listagem que consultámos referente ao recenseamento militar efectuado a 540 mancebos do concelho de Braga no ano de 1895 (cerca de vinte anos antes do início da 1ª Grande Guerra) se assinalava uma apreciável percentagem de indivíduos dispensados por doença ou falta de robustez. Do total dos indivíduos inspeccionados, quatro por cento (22 entre o conjunto de 540) são dados como inaptos por não atingirem a estatura mínima (à época, e em conformidade com o artigo 39º, § 1º de uma lei de 12 de Setembro de 1887, aos recrutas da Marinha era exigia um estatura mínima de 1,50m enquanto que para os do Exército era exigida uma estatura mínima de 1,54m). Neste registo, para 8 destes 22 jovens dispensados devido à sua baixa estatura é atribuída a altura de 1,53m, ou seja, exactamente um centímetro abaixo do mínimo legalmente exigido para a incorporação no Exército, o que permite pensar nalguma manipulação conveniente – ou compreensiva – da inspecção médica. Noutro plano, ainda a título de curiosidade, retenha-se como há cerca de um século a estatura média dos bracarenses (e dos portugueses) era notoriamente mais baixa do que a hoje observada – um fenómeno que não constitui um exclusivo nacional, mas que não deixa de indiciar, designadamente, as más condições sanitárias e alimentares dos bracarenses, como da generalidade dos portugueses, de então (esta listagem, constante do ofício nº 36 emitido pelo Districto de Recrutamento e Reserva nº 23, encontra-se no Arquivo da Câmara Municipal de Braga, *Correspondência Recebida,* Cx. 1891-92/1894-95/1899, maço 1895 (Janeiro-Dezembro).

[473] F.V. – Cronica da Semana (LIX). *Ilustração Católica.* Braga. Ano II, nº 59 (15/8/1914), p. 98.

ameaça. Alguns meses depois, a 26 de Janeiro de 1915, o *Commercio do Minho* noticiava a partida para Angola dos primeiros militares estanciados em Braga[474].

Na sequência do designado "Movimento das Espadas", em 25 de Janeiro de 1915 o presidente da República chama o general Pimenta de Castro para a chefia do governo, com a primordial incumbência de assegurar com imparcialidade a realização de eleições parlamentares. O propósito de organizar as eleições para o Parlamento fora já antes colocado ao anterior chefe do governo, o "democrático" Azevedo Coutinho, agora demitido pelo presidente Arriaga depois de repetidamente pressionado por deputados oposicionistas que insistiam na parcialidade do seu governo. A nova lei eleitoral aprovada pelo governo de Pimenta de Castro, a 26 de Fevereiro, que reconhecia aos militares e aos polícias o direito de voto, antes cerceado, irrita os democráticos e, a breve prazo, arrasta também os evolucionistas e os unionistas para a oposição – todos eles descontentes com o crescente perfil ditatorial do executivo. A quatro de Março os deputados são impedidos pelos militares de se reunirem no Congresso. Numa atitude de desafio, muitos deputados – maioritariamente democráticos, mas não só – escolherão um local alternativo nos arredores da capital (o antigo Palácio da Mitra, em Loures) para se reunirem e manifestarem o seu protesto. Sobre o presidente da República e o general Pimenta de Castro caem as acusações públicas da prática de actos inconstitucionais, proferidas designadamente por Manoel Monteito[475], o bracarense que então exercia o cargo de presidente do Parlamento, e por outros deputados. Através de uma lei que aprova a 20 de Abril, o governo permitirá aos monárquicos a abertura de centros políticos e amnistiará os seus líderes mais obstinados e destacados – entre os quais, Paiva Couceiro –, agora autorizados a regressar a Portugal depois de antes terem sido sujeitos a um exílio forçado no estrangeiro por haverem combatido com armas a República. Os democráticos, reprimidos pelo governo, assumem que só através da força conseguirão repor a normalidade republicana e encetam os preparativos para uma conspiração armada contra a ditadura.

Na cidade de Braga, as transformações arrastadas pela governação de Pimenta de Castro terão naturalmente repercussões. A 11 de Março o Senado da Câmara Municipal de Braga aprova uma moção na qual se condena o encerramento do Parlamento,

---

[474] Na sua edição de 28 de Janeiro de 1915, o *Commercio do Minho* (nº 6243) revelava que, dois dias antes, haviam partido *para Lisboa, a fim de seguir para Angola, por seu espontaneo offerecimento, os snrs. Alferes Joaquim Correia de Faria, Joaquim Eduardo da Silva e João Nunes Sequeira, todos de Infantaria 8.*

[475] Na sequência dos protestos que protagonizou, Manoel Monteiro acabará demitido das suas funções de membro do Supremo Tribunal Administrativo.

observado uma semana antes. A votação desta moção, proposta pelos democráticos locais, esbarra com divisões – e provavelmente com muito receio e calculismo – por parte de vários senadores do município bracarense. O presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal, o major Lopes Gonçalves, e mais doze senadores não participam na votação[476].

Um mês depois, a aspereza que caracteriza a conjuntura política nacional reflecte-se a nível local, através da ocorrência de desacatos graves. Nesse domingo de 11 de Abril um grupo de soldados abandona a romaria de S. Gregório, realizada na periferia poente da cidade, entoando frases de apoio à ditadura. Já na cidade, a marcha destes soldados acaba confrontada por republicanos hostis. A intervenção de agentes da polícia e de alguns oficiais e sargentos, atenua temporariamente a contenda entre os dois grupos, mas já de madrugada, os desacatos reacendem-se, redundando na morte de um monárquico, conhecido localmente por "o Gróias"[477].

[476] Comentando estas numerosas ausências o jornal bracarense *Notícias do Norte*, na sua edição de 14 de Março (artigo "Camara municipal", anoVII, edição nº 654, p. 3), escrevia: *o sr. Major Lopes Gonçalves, presidente da Comissão executiva da Câmara não assistiu à sessão, faltando a ella 12 senadores decerto por não concordarem que essa corporação administrativa tomasse deliberações de carácter politico*. Aliás, Albano Lopes Gonçalves, assim como José Leão Ferreira da Silva, são referidos no *Commercio do Minho* de 13 de Abril de 1915 (nº 6274), como futuros candidatos nas listas apoiadas pelo governo de Pimenta de Castro nas eleições então previstas para o próximo dia 6 de Junho. A estas figuras juntar-se-iam Simas Machado, José Maria Gomes, o Dr. José Summavielle Soares e Jayme d'Abreu nas listas governamentais.

[477] Pode admitir-se que o álcool que costuma, ontem como hoje, animar as romarias minhotas pode ter dado um contributo para a maior fogosidade verbal dos soldados, que entraram na cidade a ecoar *vivas à patria republica, ao exercito e ao governo e morras á formiga "branca"* – segundo refere o *Commercio do Minho*, no extenso relato dos factos que verte na sua edição de 13 de Abril de 1915 (nº 6274). Contudo, embora a violência não seja então inusitada, como já amplamente ilustrámos, pode também vislumbrar-se nestes confrontos violentos um sintoma das profundas tensões políticas então vividas, na cidade como no país. Precisando as responsabilidades no homicídio do "Gróias", no imediato o *Commercio do Minho* (ibidem) identifica o republicano João Lopes como tendo sido o autor dos disparos fatais. Porém, o *Notícias do Norte,* colocando a possibilidade de o "Gróias" ter sido vítima dos próprios companheiros, revela que um tal Manuel Alves fora detido sob a suspeita de ter sido o homicida. A *Ilustração Católica* de 24 de Abril de 1915 (edição nº 95) identifica igualmente Manuel Alves como o homicida.

O funeral do "Gróias" em Braga

Foto *Ilustração Católica*, nº 95, de 24 de Abril de 1915

Entretanto, na imprensa, os democráticos bracarenses insurgem-se contra a ditadura e os seus novos representantes locais. Nas páginas d' *O Imparcial,* sob a direcção de Eduardo Cruz, o governo de Pimenta de Castro e o seu representante máximo em Braga, o governador civil Miguel Abreu, são atacados desinibidamente. Na edição de 20 de Março de 1915 este jornal atira-se ao governador civil, a quem acusa de proteger os monárquicos e de, despudoradamente, nomear um reconhecido monárquico como administrador de um concelho do distrito. A República não foi deposta, apesar da ditadura instalada, protesta veementemente *O Imparcial*. Num dos vários artigos com que então mimoseia o governador civil, este jornal escreve:

> (…) Ainda ahi está á frente do districto o rapazola sem criterio, que levado por traiçoeiras blandicias, vae depondo nas mãos dos mais intransigentes adversarios das Instituições todo o prestigio do seu cargo.
>
> Ainda ahi está. E ficou ou veio de Lisboa açodado para ir prosternar-se junto d'uma das mais combativas e arrogantes figuras da reacção jesuitica. Para irmanar-se com a leva monarquica, que, em recepção do Arcebispo, menos procurou acolher carinhoso o seu pastor do que realisar uma irritante manifestação anti-republicana, exhibindo provocadoramente os seu propositos de hostilidade ao regimen.

> Bello! Edificante! E o governo do dictador Castro não atenta nisto e consente que um districto da importancia de Braga esteja entregue ás mãos debeis d'um rapazola de preocupações snobicas (…) Mas isto não pode continuar. A Republica ainda é o regimen vigente. (…) Lance, pois, o governo olhos solicitos para o que se está passando em Braga, examine o procedimento do seu delegado de confiança aqui, veja a incapacidade de que está dando sobejas provas e substitua-o depressa, a tempo d'evitar consequencias que se nos ante-olhem bem lamentaveis. Assim é preciso. Impõe-no a honra e salvaguarda da Republica[478].

De alguma forma corroborando as acusações d'*O Imparcial*, na cidade de Braga, a 13 de Abril, beneficiando do clima de benevolência instalado – e exactamente uma semana antes da aprovação pelo governo de Pimenta de Castro da lei de 20 de Abril, atrás referida, que liberaliza os movimentos políticos dos adeptos da Monarquia –, os monárquicos reúnem-se, pelas 15 horas, no Palácio dos Biscaínhos para preparar a reorganização das suas hostes.

A reunião, na qual marcou presença o administrador concelhio, desenrolou-se sob a presidência do Dr. José Alves de Moura[479] e foi secretariada pelos Drs. José de Abreu e Narciso Ramos Pereira. Depois de aberta a sessão, intervieram como oradores o anfitrião, o visconde do Paço de Nespereira[480], e o Dr. Luiz Gonzaga de Assis. Na nova

---

[478] Ainda ahi está? *O imparcial*. Braga. Nº 129 (20/03/1915), p.1. Nesta mesma edição, no artigo "Ao Sr. Governador Civil" (p.1), *O Imparcial* ataca igualmente Miguel Abreu com dureza.

O desaparecimento de circulação d'*O Imparcial* no imediato mês de Abril não deverá ser estranho, conforme já sustentámos (ver "A Imprensa Bracarense" na rubrica "Braga: o perfil da Cidade e do território envolvente), a este posicionamento hostil do jornal para com Miguel Abreu e o governo de Pimenta de Castro. O semanário *O Rebate*, tomar-lhe-á entretanto o rasto, com o mesmo Eduardo Cruz no cargo de director.

[479] Havia sido, lembramos, uma destacada figura dos progressistas locais, que chefiara ao tempo da Monarquia,

[480] João Lobo Cardoso de Amaral de Meneses, 2º visconde de Nespereira, era natural do vizinho concelho de Guimarães. A casa dos Biscaínhos em Braga, onde residia e onde vem a falecer (em 1919), fora "adquirida" pelo seu casamento, em 1890, com Maria da Conceição Eugénia Pereira da Silva de Souza de Menezes, filha do 2º visconde de Bertiandos – informação inserta na edição de 1 de Março de 1919 da *Ilustração Católica* (nº 291, na capa e pp. 367-368), na qual esta revista dá destaque à recente morte (ocorrida alguns dias antes, a 18 de Fevereiro) desta proeminente figura dos monárquicos bracarenses. O visconde de Nespereira ocupara o cargo de governador civil de Braga, entre 26 de Outubro de 1904 e 22 de Março de 1906, aquando dos últimos governos progressistas de Luciano de Castro.

Monárquicos bracarenses na saída da reunião realizada no "palácio" dos Biscaínhos a 13 de Abril de 1915 (foto publicada na revista *Ilustração Católica*, nº 95, de 24 de Abril de 1915).

comissão política dos monárquicos bracarenses, saída desta reunião, assim como na comissão executiva posteriormente eleita, sobressaem, como seria de esperar, muitos dos protagonistas locais ao tempo da Monarquia. Para a comissão política são escolhidos o conde de Carcavelos, o visconde de Nespereira, Dr. Domingos José Soares[481], Dr. Carlos Braga, Dr. José Júlio Martins Sequeira, Dr. Arthur Novaes Villaça, Leopoldo de Souza Machado, Dr. João Maria da Cunha Barbosa e Dr. Luiz Gonzaga de Assis Teixeira. Para presidir à comissão executiva dos monárquicos viriam a ser eleitos João Baptista de Souza Chaves e o conselheiro João Pereira Lobato d'Azevedo.

[481] Assumira uma posição de destaque na política local nos últimos anos da Monarquia: fora vereador aquando da liderança do Município por João Baptista de Sousa Macedo Chaves, entre 1893 e 1895, e assumira a presidência da Câmara Municipal entre 1905 e 1910 (exceptuando-se um breve período em que é substituído por uma comissão administrativa nomeada pelo Governo de João Franco). Frustrada entretanto a ditadura de Pimenta de Castro, manter-se-á fiel às suas raízes monárquicas, à espera do "seu tempo". Durante o consulado sidonista, período em que os monárquicos readquirem uma renovada visibilidade, reocupará o cargo de presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Braga, posto em que se manterá aquando da vigência da Monarquia do Norte. Reimplantada a República em Fevereiro de 1919, perderá protagonismo na política bracarense. No declinar República, alcançará a liderança do Partido Nacionalista em Braga mas, como referimos, esta agremiação política não alcançará grandes resultados na cidade. Mas a revolução de 28 de Maio de 1926 devolver-lhe-á um destacado protagonismo, que clarificaremos adiante (cf. capítulo "6 - *Da Ditadura Militar ao dealbar do Estado Novo"*).
.

Em Lisboa, depois de uma breve mas sangrenta guerra civil, Pimenta de Castro será apeado do poder e com ele arrastará, entretanto, o presidente Manuel Arriaga, que, sem apoios, virá apresentar ao Congresso a demissão do cargo. Após uma falhada nomeação de João Chagas (alvo de um atentado, no qual perde um olho, quando se preparava para tomar posse), um novo governo chefiado pelo democrático José de Castro assumirá a primordial incumbência, do ainda presidente Arriaga, de preparar eleições. O Congresso escolhe, entretanto, Teófilo Braga para substituir o demissionário Arriaga.

A 28 de Maio, alguns dias depois do afastamento de Pimenta de Castro do governo, Domingos Pereira desloca-se da capital em visita Braga, a sua cidade. *O Rebate* apela aos republicanos bracarenses para o acolherem na chegada à estação dos caminhos-de-ferro, vitoriando na sua figura a reimplantação da legalidade constitucional. Algumas semanas depois, uma excursão de republicanos portuenses, sempre prontos para irradiar o republicanismo na cidade dos arcebispos, deslocar-se-á a Braga para homenagear na figura de Manoel Monteiro, um dos símbolos da resistência à ditadura recém-deposta[482]. Em Braga, a tensão política não fica plenamente esvaziada na sequência do afastamento de Pimenta de Castro e de Arriaga do poder, como o comprovam os frustrados assaltos aos quartéis de Infantaria 8 e Infantaria 29, na madrugada de 27 de Agosto de 1915. No rescaldo destes actos violentos, muitos indivíduos serão detidos[483]. Na sequência de uma investigação dirigida pelo Dr. Carlos Alves, a estas ocorrências observadas em Braga e a outras assemelhadas desencadeadas em Guimarães, virão a ser julgados 51 indivíduos em tribunal militar, embora muitos deles acabem certamente inocentados – presunção que extraímos do facto de o julgamento dos primeiros oito detidos culminar com absolvição de todos eles[484].

---

[482] Sob o título "A excurção republicana do Porto em honra do Dr. Manuel Monteiro", *O Rebate* (nº 6, de 20 de Junho de 1915, p.1), o jornal dos democráticos na cidade, propagandeava: *Promovida por patricios nossos realisa-se hoje a anunciada excursão republicana do Porto em honra do bracarense ilustre e prestigioso democrata, Dr. Manuel Monteiro. Justa homenagem ao nobre cidadão que foi uma das victimas da dictadura nefanda, que ahi esteve aviltando a Republica. Ma se justo é o penhorante preito, ele traduz também a fé e solidariedade do bizarro povo do Porto, a cidade berço da Liberdade, que, ainda agora na heroica revolução de 14 de maio, com tanto denodo e bravura saiu a combater pela causa sublime do restabelecimento da Lei e defesa da Patria. Honra, pois, lhe seja e para ele as saudações mais calorosas dos republicanos de Braga, que nós sintetizámos no entusiastico brado que d'aqui erguemos: Viva a Republica! Vivam os bons republicanos do Porto!*

[483] Entre os detidos, avulta a figura de Miguel d'Abreu, o governador civil de Braga nomeado pelo governo de Pimenta de Castro (retenha-se que dois anos depois, ao tempo da ditadura sidonista, este mesmo Miguel de Abreu reocupará o cargo de governador civil de Braga). Miguel da Cunha Sottomayor, outro dos detidos – que já havia estado preso e refugiado em Espanha, devido às suas actividades conspiratórias contra o regime republicano –, suicida-se nas instalações do Governo Civil de Braga, aproveitando um intervalo no interrogatório a que estava a ser sujeito, segundo revela o *Commercio do Minho* (nº 6331, de 28/08/1915).

[484] Reus políticos absolvidos. *Commercio do Minho*. Braga. Nº 6390 (29/01/1916), p.2.

5.9 – Horizontes de chumbo: a cidade em tempos de guerra

- A entrada de Portugal na guerra analisada na imprensa

A 10 de Março de 1916, Portugal declara guerra à Alemanha, respondendo a similar declaração deste país efectuada no dia anterior, na sequência do já referido apresamento em portos portugueses de vários navios germânicos. A intervenção de Portugal na guerra desenvolvida em solo europeu vislumbrava-se agora próxima e merece uma atenta abordagem por muitos analistas na imprensa, designadamente em Braga. Agora, na cidade não faltam as iniciativas a apelar ao patriotismo e valentia dos varões, ao mesmo tempo que proliferam os sinais de um quotidiano mais sombrio e pesaroso. O jornal *O Rebate* divulga na sua edição de 17 de Abril um manifesto do Directório do PRP, no qual se afirma, designadamente, que *a nossa condição de aliados da Inglaterra não nos permitiria prolongar indefinidamente uma situação de aparente neutralidade, que já não cabia justamente no significado juridico que este termo tem em direito internacional*, acrescentando-se, ademais, que *Portugal ficaria para sempre deshonrado, merecendo o desprezo do mundo inteiro, se não cumprisse os deveres de lealdade impostos pela secular aliança com a Inglaterra*[485]. Ainda nesta mesma edição de 17 de Abril d'*O Rebate*, o padre Pires Lage, assumido republicano, publica também uma emotiva exortação onde apela ao desprendimento dos soldados para com a sua vida, em nome da honra e da grandeza da pátria. Pires Lage salienta, uma vez mais, as obrigações que decorrem da nossa condição de aliados dos ingleses, enfatiza a necessidade de reagirmos às provocações da Alemanha, honrando os pergaminhos da nossa história plena de heróis, e, apontando para a sua própria condição pessoal, proclama:

> *Sou padre, sou Portuguez. Como padre revejo-me no clero francez que abandonando despeitos despe a sotaina, empunha a espada e com olhos em Deus e na Patria sabe morrer vencendo.*

[485] Pelo seu inequívoco interesse, veja-se em *Anexos XIII (2)* uma reprodução alargada deste manifesto do Directório do PRP, reproduzido no jornal republicano bracarense *O Rebate* em 17 de Abril de 1916.

> *Sou portuguez e como tal almejo a hora de pagar o tributo que me impõem as leis da humanidade e do dever*[486].

Num momento deveras difícil para o país, impunha-se reunir a adesão de todas as vozes e o concurso de figuras ligadas à Igreja relevava também para os propósitos públicos do governo. Agora, quando no país se estabelecia o governo da União Sagrada reunindo evolucionistas e democráticos, mostravam-se positivos todos os contributos unitários, como o veiculado por este padre Pires Lage[487].

O posicionamento compreensivo da Igreja bracarense, em natural concertação com os prelados de outras estruturas religiosas do país, perpassa igualmente por artigos veiculados pela imprensa católica da cidade, ainda que os mesmos não sejam forçosamente marcados por uma rígida perspectiva favorável ao nosso envolvimento ao lado da Inglaterra. De qualquer modo, atendo-nos, por exemplo, ao número da *Acção Católica* publicado em 25 de Março de 1916, constata-se a benevolência global para com a declaração de guerra quinze dias antes dirigida pelo nosso país à Alemanha. Em jeito de "editorial", Francisco Velozo, o director desta revista, mostra-se compreensivo para com a entrada de Portugal na guerra – decorrente, afirma, sobretudo da necessidade de acautelar a preservação das nossas colónias no final do conflito – ainda que, de permeio, lamente que o governo da União Sagrada não seja mais representativo do pulsar político da nação. No entendimento de Velozo *para nós o problema está posto, ou com a Inglaterra até ao fim do fim, ou a morte*[488]. Neste mesmo número da *Acção Católica*, no artigo "Porque" J. Faria de Machado disserta igualmente sobre a oportunidade e a inevitabilidade, ou não, da entrada do país na guerra. Faria Machado mostra-se menos convencido da utilidade da nossa entrada na guerra, a qual percepciona como algo fora de tempo e resultante da pressão incontornável da Inglaterra. Até então, o nosso país através de uma neutralidade activa propiciara aos ingleses armas, munições e víveres de que estes careciam, lembra Machado, que avança ainda que não era decerto o auxílio do nosso Exército, mal apetrechado e preparado, aquilo que os ingleses agora procuravam. Aos ingleses interessaria, sobretudo, através da entrada de Portugal no conflito, opina Machado, assegurar o crontrolo dos portos e rotas que passavam por

---

[486] Veja-se também em "*Anexos XIII* (3) este texto, na íntegra, assinado pelo Padre Pires Lage.

[487] Supomos que este "padre" Pires Lage virá, entretanto, a abandonar as funções clericais. Com efeito, sob o título "O negócio do milho", o jornal bracarense *A Cidade* noticiava em 14 de Agosto de 1919 (edição nº 2, p.1) que *foi demitido do cargo de administrador do concelho de Terras de Bouro, o snr. Padre Pires Lage, amanuense da Caixa Geral dos Depositos desta cidade.*

[488] Cronica da Semana – *Acção Católica*. Braga. Nº 143 (25 de Março de 1916), pp 612-13.

Lagos, pela Madeira e pelos Açores. Garantindo o domínio destas linhas de navegação, os ingleses, acrescenta Machado, conseguiriam assim preservar o estreito de Gibraltar do assédio dos submarinos alemães e firmariam o controlo das importantes rotas atlânticas direccionadas para a América do Sul. A hora é difícil e exige unidade, à qual Machado se verga, mas em tempo oportuno – solta, por fim, em jeito de ameaça – deverão ser pedidas as responsabilidades aos actuais líderes da nação, em função dos resultados que venham a ser alcançados:

> Estamos, enfim na guerra. Não queremos, não devemos n'este grave momento discutir as vantagens ou os prejuízos da nossa intervenção. (…) Todos nós sabemos o que devemos à patria, para lhe negarmos um sacrifício n'esta grave e perigosa conjuntura, um sagrado dever se impõe a todos nós: salvar Portugal. Com a nossa fé, com o nosso sacrifício, o nosso sangue, é preciso ajudar essa gloriosa patria querida, que é de todos nós, a vencer, a dominar esta perigosíssima crise. Depois, na hora do triumpho, tempo teremos em demasia, para contas e retaliações. É que a hora da paz será também de justiça inexoravel... Por agora, viva Portugal![489]

No início de 1917, já nas vésperas da entrada em combate dos primeiros soldados do CEP, a *Gazeta de Braga*, o jornal oficial do Partido Republicano na cidade, exortava os soldados para o combate dizendo-lhes: *ides defender a Patria e a Republica. A Patria – amor! A Republica – liberdade!*[490]

- Os comícios e outras acções similares de propaganda à participação de Portugal na guerra

Correspondendo naturalmente às exortações dirigidas no manifesto do PRP às suas estruturas locais, as iniciativas destinadas a insuflar o patriotismo entre os soldados que viessem a ser chamados para combate, assim como nas respectivas famílias ou na

[489] MACHADO, J. Faria de – Porque. *Ilustração Católica.* Braga. Ano III nº 143 (25-3-1916) pp. 612-14.
[490] A *Gazeta de Braga* reproduz na sua edição de 21 de Janeiro de 1917 (1ª série ano I, nº 8, p.1) um artigo de José Vale, publicado no dia 8 desse mesmo mês de Janeiro no jornal lisboeta *O Mundo*. Em "*Anexos XIII* (4) pode ler-se este texto na íntegra, uma peça comovente que pretende despertar o patriotismo entre os soldados que partem para enfrentar a possível morte.

população em geral, vão também multiplicar-se em Braga sob a forma de comícios, saraus ou conferências.

Logo a 25 de Março de 1916 – duas semanas volvidas sobre a declaração de guerra à Alemanha por parte do nosso país – realiza-se em Baga uma manifestação de apoio à Marinha e ao Exército portugueses, e ainda ao Brasil e às nações aliadas, na qual terão participado cerca de três mil pessoas[491].

Comício de apoio à participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial
(promovido pela Junta Patriótica do Norte em 2 de Abril de 1916)

Uma semana depois, a 2 de Abril, ocorre na Avenida da Liberdade um comício de propaganda à participação de Portugal na guerra, promovido pela Junta Patriótica do Norte. Da varanda do Teatro Circo, oradores com um posicionamento político partidário diverso conferirão uma feição unitária à iniciativa: José Maria Oliveira, o Dr. Santos Silva, o católico Teixeira Andrade, Alberto Velloso d'Araujo, Mário de Vasconcellos, quintanista de Medicina, e o presidente da Câmara Municipal, Eurico Taxa, sustentam perante a assistência a opção da guerra tomada pelo governo português. A encerrar o

[491] Uma girândola de fogo, três bandas de música, os bombeiros, e diversas personalidades locais animam a manifestação que, depois de passar pelo Governo Civil (com discursos do comissário da polícia, o Dr. Barroso Dias, de Fernando Moreira e do padre Pires Lage) e pelo quartel-general do Exército (onde Alberto Guimarães, Pedro Oliveira e Manoel António Oliveira usam da palavra), homenageará ainda o cônsul brasileiro antes terminar na Avenida Central com discursos de Abílio Mesquita e do incontornável Simões d'Almeida.

comício, numa leitura intercalada por vários "vivas patrióticos", Eurico Taxa revelará o conteúdo de um telegrama a enviar ao presidente da República.

Partida de soldados bracarenses (na estação da CP, em Braga) para a Guerra, em Abril de 1917 – fotos Arquivo Aliança

Atendo-nos ainda a mais um exemplo das acções de propaganda realizadas na cidade de Braga, retenha-se o sarau organizado a 2 de Junho de 1917 pelo núcleo bracarense da Cruzada das Mulheres Portuguesas[492], no qual pontificou o ministro Alexandre Braga a fazer a propaganda da política externa portuguesa, dizendo, designadamente, que *não intervir na luta além de ser uma utopia, pois não é neutral quem quer mas quem tem poder para garantir a sua neutralidade, (…) era um acto de tão baixa cobardia que nos apontaria do despreso de toda a humanidade, seria o sacrificio da integridade do nosso território*, e acescentando ainda, para desarmar os argumentos dos germanófilos, que se nos colocássemos ao lado da Alemanha na guerra estaríamos a praticar a *maior traição, a maior felonia que é possivel imaginar-se* contra a Inglaterra*, a* qual ficaria com argumentos e condições para nos aplicar *o merecido castigo pelo nosso bandeamento com o seu maior e mais feroz inimigo*[493].

[492] Maria Vitória d'Amorim Machado, a esposa do governador civil de Braga, era a presidente do núcleo de Braga da Cruzada das Mulheres Portuguesas e Laura Guimarães d'Oliveira (presumimos que a esposa do vice-governador civil do distrito, Bento d'Oliveira) era a vice-presidente.

[493] Estractos do artigo "Uma bela noite de arte. O sarau do 'Nucleo da Cruzada das Mulheres Portuguesas': Um notavel discurso do ilustre ministro da Justiça, Dr. Alexandre Braga. Brilhante e grandiosa afirmação de vibrante patriotismo" inserto na *Gazeta de Braga* da edição nº 26 (10/06/1917) pp.1 e 2 e do artigo "Conferencia do Sr. Dr. Alexandre Braga no teatro Circo", publicado na *Gazeta de Braga* da edição nº 27 (23/06/1917) pp.1 e 2). Os excertos do discurso aqui atribuído a Alexandre Braga assentam na reportagem feita pela *Gazeta de Braga*, podendo, naturalmente, não reproduzir com absoluta exactidão as palavras do ministro. Neste sarau, o discurso de Alexandre Braga destaca-se como o elemento fulcral da iniciativa que contou, naturalmente, com outros momentos mais culturais e recreativos, como sejam a declamação de poesia, canções, e a representação de uma peça de teatro.

▪ A degradação das condições de vida

As crónicas de um país em tempos de guerra arrastam sempre descrições sombrias. O retrato da cidade de Braga e da região circunvizinha neste período verte igualmente uma realidade deprimente, marcada por uma míngua e uma angústia acrescidas. O povo, ainda que já habituado a suportar os estigmas da pobreza, terá que adicionar à violência psicológica arrastada pela guerra, o convívio mais denso com a escassez de víveres e de outros bens de conforto básico: o desemprego, a especulação e o racionamento potenciam um cenário de carência e de fome. Nas aldeias os sinos repicam amiúde para advertir a população do trânsito de cereais para outras regiões, as greves e os protestos proliferam, alardeando o descontentamento e a frustração instalados. O *Commercio do Minho* de 13 de Abril de 1916 informava que *numa das recentes noites* o povo, alertado pelo toque dos sinos, se alvoroçara em protesto contra a iminente saída de cereal, vendido por um proprietário local, tendo-se mostrado necessária a comparência da Guarda Nacional Republicana para repor a ordem. Na freguesia de Nine, a cerca de quinze quilómetros de Braga, ocorreriam, escassos dias depois, acontecimentos mais violentos. Com efeito, a 14 de Abril, para contrariar a fúria dos populares que uma vez mais queriam impedir a saída de cereal comprado pelo administrador do concelho, foi necessário deslocar para aquela localidade, soldados do regimento de Infantaria 29 e elementos da Guarda Nacional Republicana (infantaria e cavalaria), idos de Braga, aos quais se somaram ainda forças da GNR saídas de Famalicão e Barcelos. Da confusão instalada resultaram várias detenções e um morto entre os populares, Domingos da Silva Ferreira, residente na vizinha freguesia de S. Miguel da Carreira.

Recolocando-nos ainda no concelho de Braga, podemos reter outros episódios que denotam a angústia destes tempos. A 28 de Maio deste ano de 1916, um apreciável número de populares, das freguesias de Mire e Parada de Tibães e de Padim da Graça, entre outras, rumam para a cidade para manifestar o seu descontentamento numa envolvência que aparentemente terá assustado as autoridades. Com efeito, numa medida preventiva, foram deslocadas para a estação de caminhos-de-ferro de Braga forças militares de Infantaria e Cavalaria e ainda outras da GNR, pois temia-se que o povo alvoroçado pretendesse pilhar o cereal que aí estava armazenado. Os manifestantes acabarão, de facto, por se dirigirem para o Governo Civil onde reclamam o milho que escasseia. As autoridades procuram coordenar medidas minimizadoras das carências

existentes. Assim, de uma reunião do governador civil com alguns capitalistas, comerciantes e propretários locais emergirá uma "grande comissão de socorro ao proletariado", à qual competirá dirigir as acções assistenciais a implementar pelas comissões paroquiais. A 2 de Setembro seguinte será a vez dos industriais de panificação interromperem a sua actividade, protestando contra a escassez de farinha para manterem a sua produção. Seis vagões com farinha, enviados com celeridade a partir de Lisboa, permitirão esvaziar este protesto: dois dias depois, a produção de pão era retomada.

Também dos anos de 1917 e 1918 ou do período do pós-guerra será possível reter vários sinais particularmente agrestes ou episódios mais ou menos turbulentos, que ilustram um quotidiano deveras sombrio para demasidas pessoas[494]. Numa reacção à adversidade, e também num reflexo do radicalismo que ia marcando os tempos, as manifestações e as greves multiplicam-se. Os pedintes, que antes do início do conflito já pululavam pelas ruas da cidade, multiplicar-se-ão, como referimos já.

Em tempos de ira acrescida no mundo dos homens, a Igreja ora reclama a misericórdia e a cumplicidade divinas para com os soldados portugueses nos seus "embates patrióticos" em África e na Europa[495], através das missas e de outros serviços religiosos, ora, de uma forma mais chã e imediata, propõe-se criar uma sopa dos pobres para acudir aos muitos necessitados[496].

O governo da União Sagrada procura conjugar todos os esforços para enfrentar as emergências e para moralizar as tropas. Assim, numa revelação de pragmatismo mas também reflectindo algum afrouxamento temporário na tensão com a Igreja, aos capelães irá ser permitido o acompanhamento espiritual dos soldados em combate. Porém, desfeita a coligação entre os democráticos e os evolucionistas, no novo governo liderado por Afonso Costa o relacionamento com a Igreja tenderá a tornar-se mais

---

[494] Em 30 de Junho de 1917, por exemplo, a disputa na distribuição de pão efectuada pela Câmara Muncipal de Braga requer a intervenção, uma vez mais, da GNR. A impotência da Guarda para manter ordem nesta operação de racionamento originará a interrupção forçada da mesma. No dia seguinte, 1 de Julho, o povo acorrerá à estação dos caminhos-de-ferro, alertado pelos sinos da vizinha Capela de S. Miguel-o-Anjo, para tentar impedir, uma vez mais, a "exportação" de cereal pela ferrovia. Ainda neste mesmo dia 1 de Julho, operários grevistas realizam manifestações mais inflamadas pela cidade, apedrejando alguns estabelecimentos que se recusavam a encerrar as portas conforme exigiam. Dos confrontos algo violentos entre estes operários e as forças da Guarda Republicana, que entretanto tentava impor aordem – apedrejamento e tiros dos populares contra as forças da GNR que dispararam igualmente sobre os manifestantes, segundo relata a imprensa da época –, resultaria a morte de um dos operários, o tamanqueiro António de Souza Machado.

[495] Como sucede, por exemplo, num serviço religioso realizado em 4 de Março de 1917 na Sé catedral de Braga.

[496] Sopa dos Pobres. *Commercio do Minho*. Braga. Nº 6560 (20/03/1917), p.2.

problemático[497]. Já na governação de Sidónio Pais, numa conjuntura política profundamente alterada a partir do final de 1917, assistir-se-á a uma revisão da Lei da Separação e ao reatamento das relações diplomáticas com a Santa Sé.

As dificuldades da governação levam o governo a endurecer as posições no controlo da imprensa, através da prática da censura. Para estas tarefas as autoridades reclamam o concurso de vários militares da reserva, mas deparam-se com dificuldades em reunir os necessários censores. Num ou noutro caso, os indigitados ter-se-ão furtado a estas tarefas devido a algum escrúpulo democrático, mas atendendo ao sentimento prevalecente – que muitos deles decerto partilhariam – de que os tempos excepcionais que se viviam justificavam tais medidas, o facto de o trabalho dos censores não ser remunerado terá relevado de forma decisiva para as dificuldades no recrutamento. Espelhando esta percepção, a *Gazeta de Braga* deplorava a situação, na sua edição de 4 de Outubro de 1917, nos seguintes termos:

> Teem sido nomeados vários oficiais reformados e da reserva para exercerem a comissão de censura à imprensa local.
>
> Aguentaram-se os primeiros algum tempo; mas desde que começaram as substituições, os substitutos esquivaram-se por todos os modos, alegando doenças, miopia, e quantos pretextos lhes parecem convenientes.
>
> Há, porem, dentre eles quem pretenda ser nomeado para quantos lugares remunerados apareçam. Topa-a-tudo!
>
> Como a comissão de censura não pinga, – não lhe pegam.
>
> Pois então!… [498]

Procurando contornar a situação, o Ministério do Interior, através de uma circular remetida para os Governos Civis em 14 de Maio de 1917, esclarecia que a censura poderia ser cometida *no todo ou em parte a funcionários hábeis do próprio governo civil*[499].

---

[497] Relembremos as referências que fizemos atrás (ver rubrica "O aumento das tensões com o clero") acerca do desterro aplicado aos bispos de Lisboa, Porto, e Évora, bem como ao arcebispo de Braga. Como registos que revelam ainda da persistência de significativa animosidade entre o governo da República e a Igreja, retenham-se ainda as referências que já fizemos (também atrás e na mesma rubrica) relativas à proibição pelo Governo civil de Braga de uma peregrinação ao Sameiro, a realizar em Agosto de 1916, ou ainda a interdição colocada pelo mesmo governo civil, em Março de 1917, à participação do arcebispo da diocese bracarense na Procissão dos Passos a organizar pela Irmandade de Santa Cruz (motivo pelo qual esta iniciativa não veio a concretizar-se).

[498] Comissão de censura. *Gazeta de Braga*. Braga. Nº 35 (04/10/1917), p.1.

[499] Arquivo Distrital de Braga, *Correspondência Geral do Governo Civil,* Cx. 22 (1917-18).

▪ A recepção da *República Nova* em Braga

A 7 de Dezembro de 1917 uma nova rebelião militar, chefiada por Sidónio Pais, derruba o governo dos democráticos. Na cidade de Braga, à imagem do sucedido nas cúpulas da República[500], ocorrem algumas mudanças nas lideranças das principais estruturas administrativas: Justino Cruz, substitui o democrático Eduardo Cruz no Governo Civil, o coronel Chaby, comandante do Regimento de Infantaria 29, é substituído por um major da administração militar e Álvaro Pipa passa a ser o novo comissário da polícia da cidade[501].

A 14 de Janeiro de 1918, o minhoto Sidónio Pais[502] desloca-se a Braga para uma visita de apenas algumas horas, após o que se dirigirá para a vizinha cidade de Guimarães. Depois de uma chegada marcada pela habitual concentração de personalidades políticas e militares, envolvidas por gente anónima, Sidónio discursará da varanda do edifíco da Câmara Municipal, para o povo que o aclama, asseverando que as liberdades serão respeitadas desde que a ordem não seja posta em causa[503].

Procurando a cumplicidade da Igreja com a sua governação, Sidónio promove uma revisão da Lei da Separação, através de um decreto governamental de 22 de Fevereiro[504]. A nova versão da lei mostra-se mais permissiva aos interesses da Igreja, mas não originará, forçosamente, um vivo entusiasmo entre algumas das suas vozes mais autorizadas. O bispo de Viseu num telegrama[505] dirigido a Sidónio Pais terá afirmado

---

[500] Na sequência do golpe liderado por Sidónio Pais, o presidente da República, Bernardino Machado, rumará de imediato para o exílio no estrangeiro, o mesmo vindo a suceder a Afonso Costa, que se refugiará em França, mas não sem que antes passasse quatro meses detido.

[501] O *Commercio do Minho* de 13 de Dezembro de 1917 (nº 6648), de onde retiramos esta informação, revela que Álvaro Pipa *cassou os cartões aos chamados polícias da preventiva* [Polícia Cívica, supomos], acrescentando ainda que um destes polícias, conhecido por "O Pistarolla", foi *preso e recolhido na cadeia.*

[502] Sidónio Pais era natural de Caminha.

[503] Sidónio Pais sustenta: *O governo saído da revolução quer manter as liberdades; quer que todos tenham livremente as crenças que quiserem. (...) O governo quer manter a ordem, a liberdade, a liberdade de consciencia. Não perguntamos a ninguém a que partido pertence. Só perguntamos se querem estar ao lado do governo pela ordem e liberdade, ou contra o governo pela demagogia e opressão. Monarchicos ou republicanos, religiosos ou atheus é indifferente para o governo que a todos garante a própria liberdade. Este é o programma e o intuito do governo a que se honra em presidir e representa* [extracto do relato deste discurso de Sidónio, na Câmara Municipal de Braga, inserto no *Echos do Minho*, nº 1481, de 15 de Janeiro de 1918].

[504] A 7 deste mesmo mês de Fevereiro de 1918, o líder dos unionistas, Brito Camacho, então o principal suporte partidário do poder sidonista, estivera em Braga para contactar correligonários locais e para efectuar uma palestra sobre a Lei da Separação no Teatro S. Geraldo, sendo neste acto apresentado, perante assistência, pelo governador civil Justino Cruz.

[505] Telegrama referido na edição do *Commercio do Minho* de 3 de Março de 1918 (nº 6671). Registe-se que, por lapso, esta edição do jornal vem assinalada como pertencendo ao mês de Fevereiro.

Sidónio Pais agradece, de uma sacada do Grande Hotel, o seu acolhimento na visita realizada a Braga em Janeiro de 1918.

(foto *Ilustração Católica*, ano V, nº 239 de 26 de Janeiro de 1918)

o seu *espanto e desillusão pelo novo decreto de Separação,* sustentando que *permanecem os maiores agravos* e lembrando *que as coisas não mudam por se lhes mudarem os nomes,* pois considera lamentável *que á opressão se dê o nome de conquistas liberaes.* Aqui na cidade de Braga, porém, nas páginas do *Echos do Minho,* inatacável nas suas credenciais católicas, a reforma efectuada pelo governo de Sidónio no texto desta lei é analisada com um olhar mais benévolo, considerando o "editorialista" que, embora aspirando a uma revisão mais amigável do seu texto no futuro, nada o impede de aplaudir "o bem agora realizado", justificando o seu pragmatismo nos seguintes termos: *a nossa qualidade de catholicos distancia-nos evidentemente do preconceito separacionista, mas a nossa qualidade de philosophos catholicos, fazendo-nos approvar o mal menor como um bem relativo, e estabelecendo-nos um critério, faz-nos acceitar sem relutancia a separação e a reforma*[506].

[506] A Lei da Separação e a Reforma. *Echos do Minho*, nº 1518 (1/03/1918), p. 1. Atendendo ao seu inequívoco interesse, veja-se em *Anexos XIII* (5) um excerto mais alargado deste comentário do *Echos do Minho* às alterações acabadas de introduzir na Lei da separação pelo Governo de Sidónio Pais.

A 28 de Abril realizam-se eleições para a presidência da República e para o Parlamento. A eleição de Sidónio, o único candidato a presidente que reúne um pouco mais de meio milhão de votos em eleições directas, motivará a realização de uma marcha *aux fambeaux,* participada por vários militares e animada pela banda regimental da cidade, a qual percorrerá as ruas de Braga, demorando-se particularmente junto dos quartéis militares e do Governo Civil. Em Braga, nas eleições para o Congresso realizadas no mesmo dia 28 de Abril, e perante a não comparência dos tradicionais partidos da República (democrático, evolucionista e unionista) como sucedera no resto do país, são eleitos maioritariamente deputados e senadores afectos ao partido dos sidonistas, o Partido Nacional Republicano, mas também se assiste à eleição de figuras católicas e monárquicas, conforme já referimos[507].

A governação sidonista, que de início encontrara eco favorável em muitos espíritos agastados com o que entendiam ser a tendencial prepotência dos governos democráticos, vai afunilar-se progressivamente no campo republicano. Os unionistas haviam retirado o apoio à auto-designada *República Nova* a partir de Março de 1918 e os apoios no seio do proletariado esboroam-se progressivamente, pois muitos populares apercebem-se que as violências e perseguições não desdenham comparações com as práticas dos governos demcráticos. A censura é reinstalada e as prisões tornam-se um destino cada vez mais comum para os opositores da ditadura. Acossada por numa conjuntura altamente desfavorável, a governação sidonista, enredada no táctico apoio dos monárquicos, do clero e da alta burguesia, encontra deveras dificuldades para enfrentar os múltiplos problemas que agravam o quotidiano da população – o desemprego, os açambarcamentos e a correlativa escassez de bens de primeira necessidade[508] – e tem que suportar ainda o desgaste do envolvimento do país na guerra. Em Braga, o *Commercio do Minho*, na sua edição de 29 de Agosto, denunciava o quadro social particularmente alarmante, ilustrado pelo crescente número de pobres que vagueavam pela cidade, e advertia que *o problema das subsistencias sobreleva o da ordem, porque a fome pode levar á desordem, a uma verdadeira hecatombe social*[509].

---

[507]A propósito dos deputados eleitos, veja-se o item "O centro Católico" (na rubrica "A disputa do novo poder republicano") e consulte-se ainda, em *Anexos XV*, a listagem dos deputados e senadores eleitos. Na eleição presidencial, Sidónio Pais terá recolhido 9053 votos e *o sr. major Guilherme de Azevedo obteve um voto*, revela *O Norte* (ano I, nº 2, de 29/04/1918), o jornal dos sidonistas de Braga.

[508] Reportando a míngua que se fazia sentir na cidade de Braga relativamente a bens de primeira necessidade, o *Commercio do Minho*, reincidia na referência da gravidade, já antes denunciada, da situação que descrevia.

[509] Para onde vamos? *Commercio do Minho*. Braga. Nº 6722 (29/08/1918), p. 1. Dois dias depois, na edição de 1 de Setembro de 1918, o mesmo *Commerco do Minho* retomava o assunto para referir que

Como que a ilustrar algo caricaturalmente o quadro social de então, a 2 e a 5 de Julho deste ano de 1918 são inaugurados na cidade dois *postos de despiolhamento*[510].

Sidónio, o chefe que pretende aureolar-se como o salvador da dignidade da pátria, encontra-se cada vez mais isolado e desprovido de quadros capazes que assegurarem a boa condução dos negócios públicos. A sua governação, altamente centrada nos méritos do chefe, capaz de reunir massas emocionadas em comícios como poucos líderes durante toda a 1ª República, de algum modo como que antecipa no tempo os autoritarismos que se afirmarão na década seguinte em Itália, Espanha ou Portugal[511]. Mas o sidonismo mostrava-se, de facto, precoce no anúncio das novas fórmulas governativas autoritárias que medrariam em vários países da Europa, onde a tradição democrática se mostrava mal enraizada. Os adversários da autocracia esclarecida e patriótica que Sidónio Pais almejava e propagandeava, num alegado cruzamento da ordem e da autoridade com a liberdade, mantiveram-se activos. Sidónio enfrenta e sufoca várias tentativas para derrubar o seu governo, de entre as quais se destacam uma logo em Janeiro de 1918 e outra em Outubro do mesmo ano. Para ajudar a debelar esta última rebelião, ocorrida 12 de Outubro, partiu de Braga uma coluna militar de Cavalaria 11 – com o comandante Mota Guedes na liderança da designada "Coluna do Norte" – que se dirige para Coimbra, onde os revoltosos entretanto acabam dominados. No rescaldo da repressão exercida sobre estes insurrectos de Outubro, em Braga acabam detidos diversos indivíduos, como sejam o tenente-coronel Leal de Magalhães e o capitão Tavares de Carvalho – os quais, no caso do sucesso deste levantamento militar de Outubro, estariam indigitados, respectivamente, para os cargos de governador civil do distrito de Braga e comissário da polícia da cidade –, bem como algumas dezenas de

---

desde o passado dia 19 de Julho que algumas mercearias da cidade ostentavam uma tabela de preços que, relativamente a alguns dos produtos mais procurados, informava: *Azeite não ha*; *Assucar não ha*; *Arroz não ha*.

[510] O posto de despiolhamento nº 1 entra em funcionamento a 2 de Julho, em instalações anexas ao posto de desinfecção já existente em Braga, sob a direcção do delegado de saúde do Porto. O posto de despiolhamento nº 2, é inaugurado a 5 de Julho, ficando anexo ao hospital do Espírito Santo (notícia "Postos de despiolhamento", publicada no jornal bracarense *Commercio do Minho* em 7 de Julho de 1918, edição nº 6707, p.2). Ainda a propósito da autêntica praga que constituíam os perniciosos piolhos, e porque ilustra bem a míngua e a pobreza da época, veja-se em *Anexos I* (7) o texto "O Piolho", publicado cerca de um ano depois (em 4 de Maio de 1919) no jornal *Noticias do Norte*.

[511] É esta a visão que, com acerto, verte a *Ilustração Católica*," no artigo "Dez anos depois", uma espécie de editoral a assinalar os dez anos volvidos sobre o assassinato de Sidónio, quando aí se afirma: *Sidonio Pais foi um precursor das novas orientações politicas na Europa. (…) Tinha uma ideia: a ideia de rígida autocracia dentro de formulas democraticas. (….) Os fascistas em Italia são os sidonistas de Mussolini; Primo de Rivera em Espanha não fêz mais que realizar o sonho de Sidonio Pais. E em Portugal, actualmente, é grande a semelhança entre o estado social-politico da quadra sidonista com a situação e regimen estabelecido pelo 28 de Maio.* (*Ilustração Católica*, nº 351, Dezembro de 1928, rubrica "Cronica da semana", p. 722).

civis[512]. Em Dezembro deste mesmo ano, quando os ecos do armistício da Grande Guerra pareciam antecipar horizontes mais radiosos, Sidónio sucumbirá num atentado: a 6 deste mês escapara ileso a uma primeira tentativa de asssassinato efectuada na cidade de Lisboa por um jovem, filho de um ex-vereador do partido democrático; uma semana depois, a 14, tomba, porém, atingido a tiro quando na estação de caminhos-de-ferro de Santa Apolónia, na mesma cidade, se preparava para embarcar em direcção ao Porto.

A *República Nova* tivera uma vida efémera. Seria preciso esperar uma quinzena de anos para que um quase émulo *Estado Novo*, ancorado em boa parte dos seus seguidores mais entusiastas, retomasse um projecto autoritário que se viria a mostrar fadado para um futuro mais prolongado.

5.10 – Os últimos anos da 1ª República

▪ A adesão local à Monarquia do Norte

O desaparecimento de Sidónio Pais embora deixe entre os seus fiéis – em retracção quantitativa, como vimos – uma natural sensação de orfandade nem por isso imporá a sua imobilização nem, muito menos, a sua rendição aos adversários que espreitam a oportunidade para reencaminhar a República numa senda mais democrática. Aqui, em Braga, logo a 25 de Dezembro de 1918, num dia tradicionalnente mais azado para o retiro no espaço familiar em tranquilidade, as forças conservadoras promovem uma manifestação de apoio ao Exército e às Juntas Militares do Norte e do Sul recentemente formadas. E uma semana depois, a 1 de Janeiro, realiza-se um comício na cidade em apoio à Junta Militar do Norte, que serve também para arregimentar vários voluntários para integrarem as unidades do Exército afectas a esta mesma "Junta", comprometida no combate às ameaças da "anarquia e subversão". Já durante a noite deste mesmo dia 1 de Janeiro ocorre uma sublevação militar nos quartéis da cidade Braga que provoca a substituição dos comandantes superiores das forças militares aqui estacionadas. Sob o comando do capitão Pissarra, no papel de delegado da Junta Militar do Norte, tropas dos

[512] Veja-se em "Anexos *XIII* (1-c) duas alargadas listagens com referência a dezenas de detidos em Braga resutantes da repressão sidonista então exercida.

regimentos de Infantaria 11 e Cavalaria 29[513] avançam para o Quartel-General da cidade, cercando-o e impondo a rendição do comandante da 8ª Divisão, o coronel Parreira, que ficará detido no Hotel Gomes & Matos, onde já residia. O edifício dos Correios é também tomado pelos revoltosos, ficando um oficial afecto aos rebeldes com a incumbência de controlar os telegramas recebidos ou expedidos, acção naturalmente relevante para o sucesso do movimento. Assegurado o êxito desta inssurreição militar, o coronel Forbes da Costa, chefe de estado-maior das forças militares de Braga, ver-se-á igualmente forçado a pedir dispensa de serviço.

A 19 de Janeiro, as já referidas Juntas Militares do Norte e do Sul, reflectindo a composição e o ideário dos seus protagonistas, proclamam a restauração da Monarquia no país. Aqui em Braga, neste mesmo dia, será também proclamada a mudança de regime. Com efeito, pelas 17 horas um grupo de civis e militares oriundos da cidade do Porto deslocam-se até ao Campo de S. Tiago, onde está sedeado o Governo Civil, para precipitar os acontecimentos. Perante a multidão que já se agomerava naquele espaço, após se ter espalhado a notícia de que aí estaria prestes a ser proclamada a restauração da Monarquia, estes elementos distribuem três comunicados que confirmam e aceleram as mudanças: um consta do texto da proclamação oficial da Monarquia na cidade do Porto, outro informa estar constituída uma Junta Governativa do Reino para dirigir os destinos do país agora politicamente reconfigurado, e um último é dirigido aos militares de Braga, a quem importa conquistar para a nova ordem política. As velhas bandeiras azuis e brancas agitam-se entre os presentes, que soltam vivas à Pátria, ao Exército e à Monarquia. No mastro do Governo Civil, a bandeira verde-rubra da República cede entretanto lugar à bandeira da Monarquia, tal como sucederá nos edifícios da Câmara Municipal, nos quartéis militares[514] e mesmo nalgumas casas particulares. Da passagem do cortejo de manifestantes, que entretanto vitoriará pelas ruas da cidade a mudança do regime, resultará ainda a destruição de diversas placas toponímicas que evocavam figuras ou acontecimentos relevantes da República.

---

[513] Os capitães Monteiro Pinto (de Infantaria 29) e Júlio d'Abreu (de Cavalaria 11) associam-se nesta sublevação ao capitão Pissarra.

[514] O capitão Arnaldo Pissarra, o líder dos militares revoltosos a 1 de Janeiro, é quem surge agora numa das varandas do quartel de Infantaria 11 agitando uma bandeira monárquica. O cortejo de manifestantes que incorpora também diversos militares de Infantaria 29, encabeçados pelo capitão Monteiro Pinto, e de Infantaria 8, percorrerá as ruas da cidade entoando o Hino da Carta (tocado pela banda de Infantaria 8) e animado pelo estralejar de foguetes. Da varanda da Câmara Municipal, o vice-presidente desta instituição, Magalhães de Menezes, lerá para os manifestantes a proclamação da Monarquia efectuada pela Junta Governativa do Norte. Por seu lado, o dr. Gaspar Costa, antigo secretário da mesma Câmara, depois de manifestar também o seu público regozijo pelas mudanças observadas, ecoará para os manifestantes o, para si, saudoso estribilho: *Real, Real, por D. Manuel II, rei de Portugal!*

Nesse domingo de 19 de Janeiro, já noite, no Teatro Circo da cidade o capitão Pissarra e ainda os monárquicos José Faria Machado e Vicente Braga, num improvisado comício, celebrarão entre os assistentes os velhos tempos da Monarquia agora reconquistados. No dia imediato, uma segunda-feira, ocorrerá o solene e institucional hasteamento da bandeira monárquica no Quartel-General da cidade e o mesmo sucederá nos edifícios públicos mais reconhecidos (os Correios Telégrafos e Telefones, o Grande Hotel Gomes & Matos e o Asilo D. Pedro V, entre outros) que passarão igualmente a ostentar o estandarte azul e branco. Pelas aldeias e ainda em diversos pontos da cidade, o repicar dos sinos de mistura com o estrepitar de foguetes assinalarão festivamente a "boa nova". Na sequência de uma reunião realizada neste dia 20 de Janeiro, os membros da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, apresentarão a resignação conjunta dos seus mandatos perante o governador civil do distrito, não sem que antes, através do seu presidente, Domingos Soares, fossem expressos os perenes e irrevogáveis votos de fidelidade ao credo monárquico, conforme se pode colher do relato do livro de actas respectivo:

> O excelentíssimo Senhor Presidente (...) entre constantes apoiados e vivas da assembleia, que enchia por completo a sala das sessões, diz que estava fora da cidade e de nada sabia, pois se cá estivesse teria tido a satisfação de hontem ter ali proclamado a Monarchia. Justifica a sua estada na actual vereação e entende que, embora a sua orientação tenha sido sempre dentro dos moldes da monarchia, deve depor o seu mandato nas mãos do Excellentissimo Governador Civil. O Excellentissimo senhor vice-presidente associa-se ás palavras do Senhor Presidente na orientação tomada. O Excellentissimo Senhor Presidente resolveu juntamente com os demais vereadores, digo com os demais vogaes, depor o seu mandato perante o Chefe de Distrito. Assim se deliberou[515].

O governador civil, o capitão Pádua, naturalmente porque reconheceria como seriam genuínas as profissões de fé monárquica de muitos dos membros desta comissão administrativa reconduzi-los-á no cargo. Aliás, o próprio governador civil, nomeado há pouco mais de um mês para a chefia do distrito de Braga, também se manterá em funções durante a *Monarquia do Norte*, o que evidencia, uma vez mais, a notória cumplicidade antes estabelecida entre os sidonistas e os monárquicos.

[515] Livro de actas das sessões da Comissão Administrativa da Câmara Municipal (1918-20), fl. 53v.

As hostes monárquicas precisavam, entretanto, de ser revitalizadas para corresponder às exigências das mudanças políticas operadas. Na sua edição de 22 de Janeiro, o *Echos do Minho* noticiava que se preparava na cidade a reanimação do *Centro Monarchico da Democracia Christã*. O arcebispo de Braga, naturalmente efusivo com as mudanças emergentes, após uma visita que efectuara ao governador civil – para retribuição de cumprimentos que este anteriormente lhe apresentara na residência episcopal –, na companhia do deão D. António Simões e do cónego Cunha Lima, não se coibirá de levantar *vivas à Pátria, ao rei, á monarquia e à junta governativa do reino.* Antecipando a emergência de alguma reacção republicana, o governador civil coloca sob a jurisdição militar os empregados dos serviços telégrafo-postais e dos telefones, assim como os ferroviários, ao mesmo tempo que toma medidas que previnam excessos e revanchismos da parte dos monárquicos[516].

▪ A restauração da República em Braga

No mesmo dia em que a República é restaurada na cidade do Porto, a 13 de Fevereiro, também em Braga é reposta a ordem política republicana. Nesse dia, espalhara-se pela cidade a notícia de que fora novamente proclamada a República na cidade do Porto, correndo também o boato de que militares oriundos de Chaves se dirigiam para Braga para aqui forçar a mudança de regime. Tendo-se espalhado o boato de que o Governo Civil determinara o recolher obrigatório da população e o encerramento dos estabelecimentos comerciais da cidade, para garantir a ordem pública, observar-se-á que, de facto, muitas lojas da cidade encerram as portas, enquanto que muitos operários abandonam igualmente os seus postos de trabalho. Na cidade, algo

[516] O governador civil publica um edital onde, em dois pontos, determina:
1º – Que se considerem mobilizados e sujeitos á jurisdição militar e respectivo código, todos os empregados dos Correios e Telegraphos e pessoal ferroviario. A auctoridade procederá na repressão de hostilidades, ou recusa de serviço, por meios sumarios, fazendo-se obedecer com o emprego da violência até aos seus extremos, se tanto for necessario e na medida do necessario.
2º - Que serão considerados rebeldes e ficarão sujeitos ás sanções e penas correspondentes nos termos do Código de Justiça Militar em processo sumario, todos aquelles que de qualquer maneira contrariarem a execução da presente ordem, destruirem linhas ferreas ou telefonicas ou por qualquer fórma se mostrarem hostis ao regime monarchico que n'esta data se restaura em Portugal.
Tentando aplacar os abusos da parte dos monárquicos mais zelosos e excitados, o governador civil adverte noutro comunicado para as sanções legais em que incorrem aqueles que abusivamente forçam a entrada em casas particulares, alegadamente para capturarem as bandeiras republicanas que aí possam existir, assim como salienta ser proibido arrastar as bandeiras republicanas pelas ruas, como alguns vinham também fazendo. (ver *Commercio do Minho*, nos 6764 e 6765, respectivamente de 23 e de 26 de Janeiro de 1919).

alvoroçada pelas correrias de populares, os eléctricos deixam de circular, assim como fica temporariamente suspenso o movimento dos comboios. Ainda durante a tarde desse 13 de Fevereiro, abatendo o fulgor das notícias que davam por iminente as mudanças na ordem política local, milícias monárquicas exibirão na passagem por várias ruas da cidade alguns dos republicanos que entretanto haviam detido. Porém, pelas dez horas da noite desse mesmo dia escutar-se-ão na cidade disparos diversos, entremeados por "vivas à República" e "morras à Monarquia", e aparecerão novas patrulhas de civis armados, agora republicanos, para denunciar a mudança efectuada. Na manhã do dia seguinte, uma sexta-feira, a bandeira republicana esvoaçava nos quartéis da cidade, no Arco da Porta Nova, em diversos edifícios públicos e nos eléctricos que circulavam pelas ruas. Uma manifestação emergirá rapidamente pelas dez horas para propagandear a reinstauração da República, a qual custara a vida a um popular, o realista José da Costa Fernandes Cerqueira, morto em S. João da Ponte[517]. Neste dia 14, pelas nove horas da noite decorrerá um comício no antigo Teatro S. Geraldo onde intervêm alguns republicanos militares e civis: o tenente-coronel Leal de Magalhães, o Dr. João Barroso Dias, o tenente Loza, o Alferes Gomes e ainda Affonso de Miranda. Findo o comício, nova manifestação trilhou as ruas da cidade a alardear a "boa nova".

O regresso da República foi naturalmente marcado pela reassunção de funções por diversos indivíduos que tinham sido afastados durante a vigência do sidonismo ou da Monarquia do Norte, como os chefes da polícia civil Herculano Sá e José Abreu, observando-se ainda inevitáveis mudanças na presidência da Câmara Muncipal e respectiva vereação ou no Governo Civil. Narciso Teixeira oferece à Câmara Municipal da cidade um busto da República que ficará a ornamentar a sala das sessões. Para o Governo Civil, acautelando decerto alguma hipotética reacção monárquica, será nomeado um militar, o major Norberto Guimarães. Domingos Pereira, o ministro da Instrução, chega num comboio da noite de 15 de Fevereiro para visitar a sua cidade e simbolizar, com a sua presença, o retomar da normalidade republicana. O povo anónimo, por seu lado – por entre os genuínos e indefectíveis republicanos – estará disponível para acolher festivamente a reinstalação da República, como antes, porventura em boa parte o mesmo povo, estivera igualmente disponível para saudar a

[517] Informação do *Commercio do Minho* de 20 de Fevereiro de 1919 (nº 6772), que revela ainda que este civil monárquico era filho de Manuel Fernandes Cerqueira, oficil de diligências no Tribunal Criminal. Divergindo ligeiramente no relato, o semanário *Actualidade* refere a ocorrência de duas mortes entre os membros dos batalhões de *Voluntários de El-rei*, os únicos a resistirem durante algum tempo, entrincheirados no edifício do antigo Teatro S. Geraldo, ao tiroteio da Guarda Republicana (edição nº 45, ano II, do *Actualidade* de 20/02/1919, pp. 1 e 2).

restauração monárquica. Sem disfarçar as suas simpatias monárquicas, e exprobando indirectamente as persistentes manifestações do caciquismo na urbe, é esta a perspectiva que o *Commercio do Minho* veiculará algum tempo depois nas suas páginas, quando, ao reflectir sobre os desenvolvimentos então operados, verte as seguintes palavras:

> Este mundo!
> Vão lá entendel-o
> Quando triumphou o 5 de Dezembro, não faltou quem dissesse: "o democratismo está morto. Não é mais possivel democratismo em Portugal."
> Efectivamente assim parecia, e tal opinião mais se radicou ao verificar como a ideia sidonista avançava a passos agigantados, conquistando de dia para dia mais adeptos. Depois...seguiu-se o que todos sabem.
> (...)
> Por fim é restaurada a monarchia do norte, com esperanças e probabilidades de o ser tambem no sul.
> Dir-se-hia que d'esta vez o democratismo estava sepultado para todo o sempre (...)
> Vinte e cinco dias depois de ter sido proclamada a monarchia no Porto e n'outras terras do norte, foi nas mesmas restaurada a republica, com as mesmas festas, as mesmas musicas e pouco mais ou menos o mesmo publico.
> Muitos dos que em 19 de Janeiro gritavam: viva a monarchia, abaixo a republica, não escrupulizavam de gritar em 13 de Fevereiro: viva a republica, abaixo a monarchia.
> É assim o mundo, é assim este povo portuguez ventoinha facilmente impressionavel ao menor sopro de viração[518].

Em Abril seguinte, aquando da realização de um comício na cidade de Braga promovido pela Liga de *Defeza da Republica do Norte*, é aprovada uma moção onde se reclama que a burocracia do Estado e o Exército sejam ocupadas por verdadeiros republicanos, para o que se deve proceder aos necessários saneamentos purificadores[519].

---

[518] Novo governo. *Commercio do Minho*. Braga. Nº 6784 (3/04/1919), p.1.

[519] A partidarização dos empregos públicos, designadamente ao nível municipal, revelar-se-á uma tentação persistente durante a 1ª República, como anteriormente sucedera na Monarquia. Para ilustrar, uma vez mais, este facto podemos socorrer-nos, a título de exemplo, das considerações que o jornal *Gazeta de Braga* (então o órgão local do Partido Democrático, relembramos) desenvolve anos mais tarde sobre esta temática. Com efeito, na edição de 25 de Outubro de 1925 da *Gazeta de Braga* (2ª série, ano II, nº 83), no artigo "Uma entrevista com fins eleitorais" criticam-se fortemente as declarações que Domingos Soares – então leader local dos nacionalistas, na oposição – concedera ao correspondente em Braga do jornal lisboeta *Epoca*, na qual este político qualificara de "ruinosa" a gestão democrática do município barcarense. Para a "Gazeta" estas declarações não reflectem senão a irritação de Domingos Soares com os justos saneamentos que a gestão republicana da Câmara acabara de aplicar aos seus empregados monárquicos: *Um dos actos – o único que concretamente é apontado – praticado pela Camara Municipal que mais irritaram a sensibilidade… politica do sr. dr. Soares, foi a passagem da U.E.P. dos serviços de tração e luz novamente para a Camara. Melhor; propriamente não foi a passagem para a Camara dos serviços de tração e luz que desgostou o sr. dr, Soares; foi, antes, – porque não dize-lo, sem rodeios ou eufemismos? – a resolução tomada pela Comissão encarregada de ultimar esses serviços, de despedir os empregados manifestamente ruinosos e declaradamente monarquicos e a sua substituição por pessoal competente e republicano. O ilustre entrevistado de "A Epoca" viu neste acto, que aplaudimos por estar de harmonia com a nossa consciência de republicano e até porque entendemos*

▪ A sociedade e a política locais num tempo de grande agitação

Na sequência da restauração da República, muitos republicanos que haviam sido detidos cedem o seu lugar nas prisões a vários monárquicos, agora perdedores de novo[520]. A instabilidade política que marcará estes últimos anos da República decorrerá num quadro social particularmente agravado, conforme já referimos, onde ao açambarcamento e à alta de preços[521] se junta a subida de impostos. As greves, que tendem a proliferar, são execradas na imprensa afecta ao governo como na generalidade dos títulos não comprometidos com as lutas operárias e sindicais, aqui na cidade como no país.

A imprensa republicana bracarense, ainda que manifestando por vezes alguma compreensão pelos grevistas, não se coíbe de censurá-los, argumentando que as greves acabam por fragilizar mais o país, que se mostra já muito debilitado económica e socialmente. Em Julho de 1919, o jornal *A Cidade* denuncia a falta de patriotismo daqueles que participam ou promovem as greves, considerando que *anda tudo apostado em cavar a sepultura d'este desditoso paiz*[522]. As tensões sociais continuarão, porém, a

---

ser essa uma das melhores formas de fazermos Republica, viu nesse acto Sua Exª um gesto aberto, franco resoluto, um gesto bem republicano e digno de republicanos, que necessariamente lhes ia criar arreigadas simpatias, no seio dos que comungam no mesmo ideal. Deixemos, porém, esta parte, á qual já brilhantemente respondeu o sr. Manuel Ferreira Capa, vice-presidente da Comissão E. da Camara de Braga.

[520] Segundo revela o *Commercio do Minho* nas suas edições de 4 e 15 de Abril de 1920 (nºs 6885 e 6888, respectivamente), na sequência de julgamento entretanto efectuado em Lisboa, tinham acabado de ser condenados à prisão diversos bracarenses que se encontrariam detidos sob a acusação de terem incorporado o *batalhão de voluntários civis d'el rei,* aquando da vigência da *Monarquia do Norte.* O jornal refere a seguinte listagem: *José Braga, três anos de prisão correcional em prisão militar; Gabriel Lopes de Carvalho, 4 anos de prisão maior celular ou alternativamente 9 anos de degredo; José Luiz da Silva Tavares, 4 anos de prisão celular ou alternativamente 6 anos de degredo; Antonio Salgado Guimarães, 18 meses de prisão correcional e 6 meses de multa a 100 réis por dia; Francisco do Valle, 18 meses de prisão correcional e 6 meses de multa a 100 réis por dia; Silvestre Augusto Fernandes, 6 meses de prisão celular ou 9 meses de degredo alternativamente; João Domingos Pereira, 3 anos de prisão celular ou alternativamente 4 anos de degredo; Ernesto Luiz Pereira Tavares, 2 anos e 4 meses de prisão maior celular ou alternativamente 3,5 anos de degredo.* Uma amnistia aplicada um ano depois, em Abril de 1921, devolverá à liberdade alguns destes indivíduos.

[521] O cento de sardinhas que em Viana do Castelo custaria 100 ou 120 réis, custa em Braga 1500 ou 2000 réis, denucia o *Commercio do Minho* por meados de 1919. O jornal aponta como culpados desta situação aqueles que designa como os "sindicateiros do pescado", os quais reterão o peixe num armazém junto à estação dos caminhos-de-ferro de Braga, durante o tempo necessário, para inflacionar o seu preço.

[522] No artigo "As greves" (edição nº 24 de 6 de Outubro de 1919, p.1) *A Cidade* escreve: *Decididamente que anda tudo apostado em cavar a sepultura d'este desditoso paiz. As greves sucedem-se sem um porquê de maior que as justifique; e assim a vida nacional se vai debatendo em torturas e receios de toda a especie. São porventura patriotas os que fomentam as greves n'esta hora em que todos precisamos de estar unidos para vitalisar as forças depauperadas d'esta Patria que é bem nossa? São porventura explicaveis as greves feitas por classes que toda a gente reputa como sendo as que estão mais bem pagas e servidas nos seus legitimos interesses? Não; isto não póde ser, sob pena de cairmos todos n'uma anarquia em que nem haveres nem honra e nem patriotismo se podem salvar.*

manifestar-se, aqui em Braga, sob a forma da greve de assalariados, do boicote de produtores ou mesmo na forma de atentados mais violentos com recurso a explosivos. Nos começos de Janeiro de 1920, reeditando uma iniciativa assemelhada ocorrida alguns anos atrás (em 1915), a associação de lavradores, caseiros e jornaleiros do concelho de Braga interrompe o abastecimento de produtos da terra à cidade, como forma de protesto contra o novo imposto municipal incidente sobre a comercialização e aplicado na passagem das "barreiras da cidade"[523]. Os padeiros animarão o curso dos protestos neste início de ano entrando também em greve, entretanto, mas o pão não terá chegado a escassear na cidade[524]. Os trabalhadores dos serviços telégrafo-postais, por seu lado, paralisarão também a sua actividade numa greve que terminará no final de Março, tendo sido recrutados oficiais e sargentos das Forças Armadas para desempenhar as suas cruciais funções. Respondendo ao clima de insatisfação instalado, e num reconhecimento implícito da justeza de muitas das reclamações, a Câmara Municipal de Braga aprovará numa reunião realizada a 20 de Março um expressivo aumento salarial dos seus funcionários: 50% para os que auferiam um salário anual inferor a 600$00 e 30% para os restantes[525]. Esta conflitualidade que referenciamos para Braga reproduz ou resulta do quadro geral vivenciado no país. Ilustrando deveras esta realidade, o elenco do novo governo de António Maria Baptista entrará em funções a partir de 8 de Março sob o lema programático *ordem pública, ordem pública, ordem pública*[526]. Meses depois, em Outubro desse ano de 1920, serão os ferroviários a encetar uma nova greve, com inevitáveis repercussões sociais. O jornal republicano *Noticias do Norte* censura os grevistas, advertindo que os mesmos prejudicam *os interesses de todos nós, visto que à sombra desse movimento, os açambarcadores nos vão metendo mais a choupa*[527]. Os

---

[523]Antecipando a irrução deste protesto, o *Diário do Minho* escrevia na sua edição de 31 de Dezembro: *Amanha principiam a ser cobrados nas entradas das barreiras da cidade, os novos impostos municipaes que há tempo annunciamos. Por parte de uma associação local foi estes dias publicado um manifesto que foi distribuido ao publico, incitando á greve aqueles que conduzem os géneros para esta cidade. E' de esperar que a auctoridade tome as providencias que o caso reclama, para a manutenção da ordem, e para evitar que aos habitantes da cidade faltem os generos de que carecem* (Os novos Impostos. *Diário do Minho*. Braga. Ano I, nº 219, p. 2).

[524] É essa, pelo menos, a informação veiculada ainda pelo *Commercio do Minho* na sua edição de 18 de Janeiro de 1920 (nº 6865).

[525] É forçoso reter-se que as elevadas taxas de inflação neste período justifcavam, e corroíam, facilmente estes aumentos. Para obter as necessárias receitas para suportar o aumento de despesa gerado, a Câmara Municipal aprova, por exemplo, um aumento de 20% nos transportes de passageiros nos eléctricos e no aluguer dos contadores).

[526] Este governo estará em funções entre 8 de Março e 6 de Junho de 1920.

[527] SEQUEIRA, João – A greve ferro-viária. *Noticias do Norte*, Braga. Ano X, 3ª série, nº 74 (10/10/1920), p. 1. O atraso no transporte de mercadorias diversas para os pontos tocados pela ferrovia, como é o caso de Braga, favoreceria certamente a especulação nos preços, promovida pelos açambarcadores, em particular nos bens de primeira necessidade como os cereais.

professores do liceu da cidade vão, porém, mais longe nas críticas aos que designam como *insuportáveis ferroviários*, aprovando a 15 de Outubro uma moção, que fazem chegar ao Governo Civil, na qual desabridamente afirmam:

> Os professores do Liceu Sá de Miranda, alheios a quaisquer intuitos políticos, mas ardentemente desejosos de paz no país e de justiça na administração do Estado, dão todo o apoio moral ao seu alcance a este e a quaisquer Governos que resistam com a energia necessária a egoístas e iniquas exigências de quaisquer grevistas, e teem visto com grande desgosto todas as brandas complacências havidas até ao presente, especialmente as concessões ainda há pouco dias feitos aos insuportáveis ferroviários, cujos vencimentos são já muito superiores aos de outros funcionários com mais habilitações e mais responsabilidades, e cujos serviços, no seu conjunto, muito teem deixado a desejar quer quanto ao zelo, quer quanto a honestidade[528].

Dias atrás, a 11 de Outubro, evidenciando também natural descontentamento com a situação e na sequência de uma reunião efectuada na Associação Comercial da cidade, os comerciantes e industriais bracarenses tinham-se manifestado junto do Governo Civil para prestarem a sua solidariedade ao primeiro representante do governo da República no distrito na sua tentativa de aplacar os efeitos das greves. Para avivar o protesto, o patronato havia ainda encerrado os seus estabelecimentos durante a manifestação. O fenómeno grevista estender-se-ia pelos derradeiros anos da República, assim como persistiria clara a hostilidade da imprensa republicana para com estas acções. Aqui na cidade, em Março de 1922, o *Distrito de Braga*, deplorando a situação, escrevia que *voltaram outra vez a ocupar a ordem do dia a tão indesejavel praga das greves* e sustentava, sem rodeios, que tinham de ser travados pelo governo *os actos de violencia e agressão, que hoje são a caracteristica das greves que se produzem dentro de Portugal*, pois, escrevia ainda, *este estado de coisas tem de terminar, a bem ou a mal, doia a quem doer… mas tem de terminar*[529]. Um ano depois destas apreciações, vertidas

---

[528] A Greve ferroviária. *Noticias do Norte*. Braga. Ano X. Nº 77, 3ª série (31/10/1920), p. 2

[529] As Gréves. *Distrito de Braga*. Braga. Ano I, nº 9 (12/03/1922), p. 1

Na brecha da luta contra a República o jornal bracarense *Aqui d'El Rei*, o porta-voz local dos integralistas no Minho, na sua edição de 26 de Março de 1922 (ano I, nº 2, p. 3), num pequeno texto sem título, ironizava, por seu lado, sobre a turbulência da época nos seguintes termos: *Quando V. Ex.ª ouvir um "viva a rrrepublica" guarde-se, aperte o casaco e esteja atento! Se tocarem a "Portuguesa", fuja! No caso de a malta andar aos vivas á "Liberdade"… levante o pensamento a Deus, encomende-Lhe o espirito e disponha-se para bem acabar; porque assim como não há fumo sem fôgo, tambem não póde haver um viva á "Liberdade" sem o complemento directo de uma mócada, de um coice ou de um tiro! Se*

neste jornal dos democráticos bracarenses, detectamos em Braga mais um exempo de violência associada a reclamações laborais. Com efeito, a 14 de Março de 1923 o *Diário do Minho* noticiava que duas bombas de dinamite tinham sido arremessadas contra dois estabelecimentos metalúrgicos da cidade onde os operários se mantinham em geve. E o jornal enfatizava a feição preocupante que a situação evidenciava, escrevendo: *em menos de seis meses três atentados dinamitistas se registam de dentro das portas da cidade, a outrora tão ordeira e tão respeitadora dos direitos alheios*[530].

No combate à agitação social efervescente destes últimos anos da República, os governos reclamam a militância cúmplice dos jornais republicanos – através da crítica ao radicalismo operário e também da necessária contra-informação – mas usam também os mecanismos preventivos da censura sempre que tal se afigure possível. É isso o que se verifica, por exemplo, nas instruções contidas numa circular "confidencial" remetida para os governo civis em Julho de 1921, na qual se determina que estas entidades, a coberto do disposto numa lei de 9 de Julho de 1912, diligenciem no sentido de apreenderem uma *Caderneta Juvenil* da Federação das Juventudes Sindicalistas, pois a mesma tende a *(...) difundir na mocidade a perversão dos sentimentos, e portanto uma propaganda contraria à ordem e tranquilidade publicas*, enquanto simultaneamente se adverte a autoridade distrital para a conveniência de *exercer a maior vigilância sobre outras publicações contrarias aos bons costumes e preceitos legaes*.

---

escapar, dê graças a Deus, faça o proposito de não cair noutra e lembre-se do Dever de nos auxiliar na propaganda que aqui fazemos contra a Democracia, em prol das nossas vidas e dos nossos bens.

[530] O *Diário do Minho,* nesta edição de 14 de Março de 1923 (nº 1182), publica entrevistas que realizara junto de António Marinho, o proprietário de uma fundição situada no Largo dos Remédios, e do Dr. Justino Guimarães, proprietário de uma cutelaria na Rua 5 de Outubro, nas quais estes empresários atribuem a autoria dos atentados a elementos do "sindicato único dos metalúrgicos", os quais pretenderiam assim, reforçam os entrevistados, retaliar a recusa da administração em ceder à reivindicação sindical de um aumento de 100% nos salários dos operários. As autoridades acabarão por encerrar o sindicato, arrastando ainda para a detenção alguns indivíduos suspeitos da autoria dos atentados. Volvidos alguns dias, contudo, os detidos serão devolvidos à liberdade por falta de provas. Registe-se ainda que, numa vitória relativa, os operários cessarão a greve depois de terem obtido a concessão de aumentos que oscilariam entre os 30% e os 60%, mais uma vez indiciadores do período inflacionista que então se vivia.

▪ O bálsamo dos heróis num tempo amargo

Por entre um quotidiano marcado por muitas adversidades e turbulência, a notícia de feitos invulgares protagonizados por portugueses serve como um bálsamo retemperador, capaz de suscitar emotivas reacções do público um pouco por todo o país. Assim sucedera, aqui em Braga, na dobragem dos séculos XIX/XX com as recepções a Mouzinho de Abuquerque e a Alves Roçadas, vimo-lo atrás. Agora, neste início da terceira década do século XX, o sucesso da travessia áerea do Atlântico Sul, realizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, será explorado pela imprensa portuguesa da época, com o devido aproveitamento pelo poder político, como a prova de que todos integrávamos uma Pátria nobre, donde brotavam génios e heróis de primeira grandeza. A imprensa bracarense da época analisa emotivamente este feito e dá conta da enorme envolvência popular que assinalará a homenagem que, no final de 1922, a cidade prestará aos a estas ilustres figuras. Não faltam os exemplos de análises inflamadas e desmedidas na imprensa bracarense acerca do feito protagonizado pelos novos "ícones" da nação. Retenhamo-nos, a título de exemplo, nalgumas das grandiloquentes palavras veiculadas pelo jornal republicano *Distrito de Braga*, alguns dias depois de os aviadores terem tocado a costa brasileira, num artigo sugestivamente intitulado *Ressurrexit*:

> Na hora santa e milagrosa em que, pela heroicidade de Sacadura Cabral e Gago Coutinho, a nossa querida Patria revive o esplendor das glorias passadas, nenhum português, digno desse nome, se deve eximir á comoção que este facto em todos os corações desperta!
>
> Não há nações moribundas nem povos decadentes!
>
> Os povos tem as suas epocas de estagnação, como os individuos tem os seus periodos de repouso.
>
> Se em nenhum valôr forem computados para a gloria imarcescivel de Portugal a desafronta de 31 de Janeiro, as façanhas de Chaimite, Coolela e Manjacaze, a campanha dos Cuamatas, o 5 de Outubro, a retomada de Kionga, o valoroso sector da Flandres, a brilhante defeza de La Lys e a escalada de Monsanto – o acto épico, pleno de gloriosa bravura, da travessia do Atlantico, vale bem por que bem compensa tudo quanto deixou de fazer-se e deu a ideia que se estavam extinguindo as raras energias da raça!
>
> Na historia todas as horas são oportunas.
>
> (…)

> E á semelhança dos nossos compatriotas que no Brazil, no louco entusiasmo com que receberam este alto feito, na maravilha dum contentamento inexprimivel se abraçavam comovidos, seja para nós, tambem este gesto exemplo a seguir e num abraço comovido, tambem, nos juntemos todos na mesma aspiração de renascimento e demos por, finalmente, terminados os motivos que originam questões entre nós!
>
> **Viva a Patria!** **Viva Portugal**[531]

A 17 de Junho de 1922, Gago Coutinho e Sacadura Cabral terminam a sua viagem na cidade do Rio de Janeiro, a última etapa da sua longa travessia. Pelas 16h30 desse dia a notícia do sucesso chega a Braga através do telégrafo. De imediato, as bandas de S. José e de Infantaria 8, que escoltadas pelos muitos populares aguardavam no exterior do edifício dos Correios a esperada boa nova, lançam-se pelas ruas da cidade a anunciar e a festejar o sucesso, por entre um incontornável coro de foguetes. Alguns meses depois, a 28 de Novembro, constitui-se na cidade uma "Grande Comissão"[532] para afinar a recepção a prestar aos ilustres aviadores que, no âmbito de um alargado e distendido périplo pelo país, se deslocarão à cidade para serem brindados em mais uma homenagem. A 7 de Dezembro, pelas dez horas da manhã, o comboio traz Gago Coutinho e Sacadura Cabral até Braga, para uma visita de um dia à cidade, preenchida por um itinerário comum, que compreendia a Câmara Municipal, o Bom Jesus e o Liceu Sá de Miranda. O acolhimento prestado pelos bracarenses aos novos heróis da pátria assume então contornos apoteóticos, a crer no *Diário do Minho* que, através de palavras exaltadas e comprometidas, relata assim os factos:

> Pode alguem por ventura dizer em jornaes, como aquilo foi!...
>
> Quem é capaz do cometimento, copiando o que se passou, o que se sentiu, o que se fez em Braga, no dia de quinta-feira?

---

[531] Ressurrexit. *Distrito de Braga*. Braga. Ano I, nº 22 (11/06/1922), p1. O negrito inserido no final deste excerto do artigo "Ressurrexit", reproduz o observado no original publicado no *Distrito de Braga*. Gago Coutinho e Sacadura Cabral chegaram ao Recife a 5 de Junho de 1922. Dez dias depois, a 17 de Junho, chegariam ao Rio de Janeiro.

[532] Como prova do relevo que a cidade de Braga confere à homenagem com que pretende envolver a visita destes aviadores, retenha-se que esta "Grande Comissão" reúne as mais destacadas personalidades bracarenses, como sejam, o arcebispo primaz, o governador civil, o presidente da Câmara Mnicipal, o chefe de Estado-Maior do Exército, os comandantes de Infantaria 8, Infantaria 29, de Cavalaria 11 e da Guarda Republicana e ainda representantes de outras relevantes instituições da cidade (Ateneu Comercial, Club Bracarense, Associação Comercial de Caixeiros, Bombeiros Voluntários, Associação de Proprietários, Federação dos Sindicatos Agrícolas, Inspector dos Incêndios, presidente da Academia e o reitor do Liceu Sá de Miranda).

> O frenesim do povo ante os herois; o entusiasmo popular ante os dois gigantes de epopeia que nesta hora de descrença tanto solavancaram a alma nacional?
>
> Porque ontem em Braga chorou-se; resaram-se orações á patria, agradecendo-se a Deus as horas de alegria que ela sentiu quando os herois fizeram recordar a Raça.
>
> Braga anteontem, mostrou descender dos velhos portuguezes de 1500, atirando-se de alma e coração para um unissono supremo de hossanas, homenageando os herois;
>
> (...)
>
> Não se via *um palmo de chão*, da Arcada ao Caminho de ferro; nos disseram e nós vimos.
>
> Cinquenta mil creaturas, cem mil pessoas? Sabemos lá!...
>
> O que sabemos é que jámais se viu tanta gente reunida na velha cidade do Minho. (...)[533]

No final do dia, uma marcha luminosa embelezará faustosamente o percurso dos heróis até à estação de caminhos-de-ferro, onde tomam o comboio que os levará da cidade.

Em meados do ano seguinte, Sacadura Cabral retornará a Braga. Depois de uma breve recepção na Câmara Municipal, honrada pela presença de autoridades civis e militares, pronunciará uma conferência no Teatro Circo, visando a angariação de fundos para uma almejada viagem de circum-navegação pelo mundo. Acabará por desistir deste intento, designadamente por falta de financiamento. O seu destino, porém, haveria de ficar associado aos aviões que o celebraram: desaparecerá no Mar do Norte, supõe-se, em 15 de Novembro de 1924, quando efectuava uma viagem entre a Holanda e Lisboa. Braga render-lhe-á o devido preito um mês depois do seu desaparecimento, através da realização de cerimónias religiosas na Sé Catedral e noutros templos da cidade, onde homens e mulheres acorrerrão vestidos de luto. O comércio da cidade encerrará as portas e a bandeira nacional será colocada a meia haste.

[533] Os aviadores em Braga: a sua entrada triunfal na velha cidade dos Arcebispos. Manifestações em sua honra. O povo exalta os heróis. *Diario do Minho.* Braga. Nº 1106 (9/12/1922), p.1.

5.11 - Na senda da revolução de 28 de Maio de 1926

- O acolhimento da ditadura na imprensa bracarense: entre o fatalismo e a resistência
- Uma revolução "prometida"

A turbulência política e social que caracterizou o Portugal dos primeiros anos da década de 1920 prenunciava, conforme já assinalámos, a emergência de soluções autoritárias, à imagem do que vinha sucedendo designadamente nalguns países do Sul da Europa, como a Itália ou, aqui ao lado, em Espanha. A degradação económica, manifesta nos elevados índices de desemprego e de inflação, na praga do açambarcamento e ainda na proliferação das greves, associada à instabilidade política criavam um clima propício à irrupção e sedimentação de um modelo autoritário de poder, na esteira do primeiro ensaio formulado anos atrás por Sidónio Pais. A imprensa bracarense – e mesmo a assumidamente republicana –, fazendo eco dos tempos difíceis que envolvem as democracias europeias, ora reclama contra as sombras ameaçadoras da ditadura que se anuncia, ora se mostra rendida à sua aparente inevitabilidade. Detenhamo-nos então, de seguida, pela pertinência assumida e pela facilidade com que nos permite visionar a progressão do país no percurso para a ditadura, numa análise algo circunstanciada da conjuntura política portuguesa através da imprensa bracarense dos últimos tempos da 1ª República.

A 4 de Dezembro de 1921 – um mês e meio depois da sangrenta rebelião militar que, recorde-se, levara à morte do então primeiro-ministro António Granjo e de Machado dos Santos, entre outros – o jornal republicano bracarense *Noticias do Norte,* numa desolada apreciação da conjuntura política nacional, e depois de lembrar que sempre fora defendida nas suas colunas a supremacia do poder civil na acção política da República, sentenciava agora, *em face das circunstancias presentes (…), que só um governo militar poderá terminar com esta situação enervante, que a continuar, nos há de perder.* Deveras, continuava o jornal referindo-se ao executivo em funções, *para que*

este govêrno podesse ter vida desafogada seria preciso fechar o Parlamento e constituir-se em ditadura[534].

O golpismo militar haveria de intentar, de facto, a sua sorte. Em Abril de 1925 rebenta um novo movimento militar[535], ao qual se sucederá outro em Julho seguinte. Ambos são protagonizados por elementos de direita, nacionalistas e monárquicos. Por agora, o governo consegue debelar a acção dos revoltosos. Mas, aqui em Braga, nem todos se mostram fascinados pela irrisão que cresce sobre a liberdade, nem todos se rendem à inevitabilidade do autoritarismo. Cerca de quinze dias volvidos sobre este último pronunciamento militar, Constantino Coelho, o chefe de redacção do *Diário do Minho*, resistindo a esta visão catastrofista, asseverava que *a ditadura é a panaceia preconizada por muitos daqueles que pensam o contrario da razão e do senso comum* e, implacável, *v*erberava a *legião de inúteis* que tentava convencer as massas das virtualidades do fascismo, um regime adequado, insistia, para as *almas de escravo que querem ter um dono*[536].

O caminho para a ditadura, porém, mostrava-se aparentemente inexorável. A 16 de Fevereiro de 1926, o mesmo *Diário do Minho* revelava na primeira página: *os últimos dias falou-se com intensidade na eclosão de um novo movimento revolucionário, atribuindo-se-lhe o aspecto de radical e conservador. (...) Foi-nos assegurado que Braga era um dos centros mais activos da conspiração*[537]. O fantasma da ditadura prenunciava-se, de facto, ameaçador mesmo perante os republicanos que permaneciam inamovíveis no credo democrático. A 27 de Fevereiro de 1926, a *Gazeta de Braga* denunciava o ambiente golpista que então larvava, afirmando que *toda a cidade o conhece, todo o pais o sabe: prepara-se com uma grave intensidade, um movimento, que imponha uma dictadura militar.* E depois de uma alargada análise da conjuntura política do momento, onde execrava os falsos lugares comuns que desprestigiavam a política e os políticos que exerciam o poder, a "Gazeta" acrescentava: *a dictadura*

---

[534] SEQUEIRA, João – A necessidade de um governo militar. *Noticias do Norte*. Braga. 3ª série, ano XI, nº 155 (4/12/1921), p. 1. Pelo seu interesse, veja-se em Anexos *XIII* (6) uma reprodução mais alargada deste texto.

[535] A acusação no julgamento militar dos envolvidos neste movimento revoltoso acabará por pedir a absolvição de todos os acusados, sob a alegação de que a atitude dos mesmos indiciara sobretudo um assinalável patriotismo: perante uma pátria envilecida, os conjurados haviam decidido intervir pela sua regeneração, sustenta a acusação apiedada. Na gíria popular, a Sala do Risco, onde decorria o julgamento, passou a ser rebaptizada como a "Sala do Riso".

[536] COELHO, Constantino – A esplendida tranquilidade do fascismo. *Diário do Minho*. Braga. Nº1710 (4/08/1925), p1. Atendendo ao seu inequívoco interesse, veja-se ainda em *Anexos XIII* (7) uma reprodução mais alargada deste artigo.

[537] Veja-se em *Anexo XIII* (8) o texto "Revolução em Marcha – prepara-se um movimento revolucionário que tem em Braga ramificações" (*Diário do Minho*. Braga. Ano VII, nº 1884,16/02/1926), p.1.

militar, deste modo, só pode significar isto, o mesmo que em 1918, a quando das juntas e no 18 de Abril: o caminho para a monarquia. Não o consentiremos. Pensem bem nisto os republicanos lamentavelmente obcecados e atentem na paridade das cousas[538]. Na edição seguinte, saída a 13 de Março, sob o título "Ditadura não", a *Gazeta de Braga*[539], recusando em absoluto a pertinência da instalação de uma ditadura militar no nosso país, lembrava que *o exercito em Inglaterra, nos Estados Unidos, na França, na Bélgica, com uma alta e nobre missão a cumprir – defender a Patria – não se envolve nas questões politicas nem sai da sua esfera de acção.* Uma eventual intromissão do Exército na política nestes países só sucedia, aliás, quando *enormes responsabilidades* recaíam sobre o mesmo, o que não era o caso em Portugal, *no momento em que se prevê o ressurgimento duma vida economica desafogada,* acrescentava o jornal. Ademais, o mau exemplo dimanado pela ditadura de Rivera em Espanha não aconselhava a importação do modelo autoritário para o nosso país – *em Espanha não se respira: a imprensa, amordaçada pela censura, é uma ficção. Os politicos e os intelectuais, perseguidos como feras, emigraram,* adiantava ainda a "Gazeta". Alguns dias depois, na edição de 24 desse mês de Março de 1926, o *Diário do Minho* reproduzia uma entrevista concedida anonimamente ao jornal por um político bracarense, na qual este assegurava abertamente que estava em preparação um movimento militar para afastar os democráticos do poder[540]. No final de Maio deste ano de 1926, questões ligadas aos tabacos e a outras matérias agitavam vivamente a Câmara dos Deputados, conforme atrás já referimos. A imprensa evocava a possibilidade de encerramento do Parlamento – no final desse mesmo mês de Maio – se persistisse inconciliável o posicionamento entre o governo e as oposições. Reflectindo o crispado clima que então se vivia, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigues Gaspar, abandonava, entretanto, as suas funções. A 24, ainda nesse mês de Maio, a cavalaria da GNR patrulhava as imediações do Palácio de S. Bento para prevenir a eventual ocorrência de conflitos – dada a maior disputa das senhas, pelo público, para assistir às sessões – sendo auxiliada pela polícia na fiscalização das entradas do edifício. Cunha Leal afirmava, por seu lado, que *as*

---

[538] A Dictadura. *Gazeta de Braga*, 2ª série, ano II, nº 96 (27/02/1926), p.1.
[539] Ditadura não. *Gazeta de Braga*. Braga. 2ª série, ano II, nº 97 (13/03/1926), p.1. Em *Anexos XIII* (9) reproduzimos um excerto mais alargado deste artigo.
[540] Veja-se em *Anexos XIII* (10) a reprodução parcial desta entrevista anónima, reproduzida no *Diário do Minho* sob o título "O que ouvimos de um político de nomeada".

oposições têm procedido com correcção (…) e elogia a imprensa[541]. A propósito da turbulência parlamentar, a Presidência da República, intentando uma intervenção pacificadora, emitia uma nota para a imprensa, onde se afirmava:

> O conflito travado entre deputados da nação é, antes de tudo, de ordem interna da sua Camara. E o seu digno Presidente, a quem, já em meio do conflito, toda ela prestou homenagem, continua no seu posto, redobrando esforços para o resolver. Ninguém tem o direito de substituir-se-lhe.
>
> Além disso, cabe ainda ao Senado pronunciar-se, com a autoridade que lhe pertence, sobre o acto ministerial em litígio, e a sua atitude teria indubitável influência.
>
> Se o Presidente da Republica houver de intervir, será, como sempre, constitucionalmente e não arbitrariamente[542].

Em Braga, a 25 de Maio, no dia seguinte à divulgação desta nota da Presidência à imprensa, em novas declarações anónimas prestadas ao jornal *Diário do Minho,* o mesmo político bracarense atrás referenciado recusava – quando desafiado pelo entrevistador a confessar o eventual fracasso na preparação de uma conjura – que o movimento revoltoso, que estava de facto prestes a eclodir na cidade, se tivesse diluído, assegurando mesmo que *teremos em muito breve tempo no poder portuguezes que darão realização pratica ao que durante anos sucessivos os propagandistas da Republica andaram por esse paiz a proclamar*[543]. Para ilustrar o sentimento de impunidade, o à-vontade com que os preparativos do movimento militar se desenrolaram, designadamente na cidade de Braga, podemos debruçar-nos ainda sobre as declarações prestadas numa entrevista ao *Diário de Notícias*[544], nove anos volvidos sobre a revolução, por duas das figuras que haviam participado activamente no processo. Alberto Cruz, um dos entrevistados, considera que Portugal *mercê de desvairo das lutas partidárias e da desmoralização e desregramento de costumes que, nessa altura, se definiam bem na pratica da escandalosa burla do Angola e Metropole*[545] se

---

[541] Camara dos deputados: na previsão de novos tumultos foram adoptadas as medidas dos dias anteriores. *Diário do Minho*. Braga. Nº 1866 (25/05/1926), p. 4.
[542] Nota extraída do *Diario do Minho* (1ª página), edição nº 1866, de 25/05/1926.
[543] O falado movimento militar não gorou? *Diário do Minho*. Braga. Nº 1886 (25/05/1926), p. 1.
[544] Pormenores Interessantes e Inéditos Revelados ao "Diário e Noticias" pelos srs. dr. Alberto Cruz e capitão Pires de Campos. *Diário de Notícias*. Lisboa. Ano 71, nº 24896 (28/05/1935). Veja-se em *Anexos XIII* (12) uma reprodução mais alargada deste texto.
[545] Idem, ibidem. Alberto Cruz imputa, através deste comentário, uma exorbitante responsabilidade aos governos republicanos na génese deste escândalo – a célebre fraude protagonizada por Alves dos Reis, um

encontrava, por Maio de 1926, politicamente exaurido. E para reforçar a credibilidade do seu juízo, A. Cruz recorda que Óscar Carmona – agora, o presidente da República – opinara perante o tribunal, que julgava os conjurados da revolução de 18 de Abril de 1925, que *a Pátria estava doente. Foi por isso,* acrescenta A. Cruz, que adianta ainda: *o fracasso do movimento do "18 de Abril" mostrou-nos a todos que o movimento, embora vencido tinha a seu favor a opinião pública*[546].

Confirmando ainda o clima de impunidade então patente e vincando, tal como fizera José Valdez numa conferência pronunciada no dealbar da 1ª República[547], que a discussão política efervescia pelos cafés do centro da cidade, Alberto Cruz, recuando ao tempo das vésperas da revolução de Maio, sustenta que *em Braga conspirava-se abertamente, em plena "Arcada", ás mesas dos cafés, nas ruas – por toda a parte. E esse espírito de revolta invadiu os quarteis onde se instalou definitivamente...*

E como que reclamando a cumplicidade divina no desfecho favorável para o levantamento militar – e insinuando assim, ainda que indirectamente, o apoio da Igreja à Revolução e ao subsequente Estado Novo instalado –, A. Cruz lembra a coincidência de decorrer em Braga um congresso Mariano, pelo final de Maio desse ano, e revela que os peregrinos, que partilhavam *os mesmos sentimentos de exaltação nacionalista* dos militares que circulavam nas ruas da cidade, invocavam a virgem do Sameiro e *imploravam da Mãe de Deus o suavíssimo milagre da vitória.* E o destino das armas acabaria mesmo por sorrir aos revoltosos, enquanto que o destino do país e dos portugueses, perdidos duradouramente os caminhos da Liberdade, se prenunciava mais sombrio.

---

dos fundadores do Banco Angola e Metrópole, que se materializa através da emissão de 580.000 notas falsas de 500$00.

[546] Idem, ibidem.

[547] Relembramos que já efectuámos algumas referências mais alargadas ao texto desta conferência no final da rubrica "*Braga: o perfil da cidade e do território envolvente*".

6 - Da Ditadura Militar ao dealbar do Estado Novo

6.1 - O acolhimento da nova ordem na cidade

A instauração da Ditadura Militar, na sequência da revolução de 28 de Maio, visa, no imediato, assegurar a ordem no país. Para atingir tal desiderato, a supressão das tradicionais liberdades – ainda que de forma temporária, publicitam os novos detentores do poder – é apresentada como uma inevitabilidade. Aqui na cidade de Braga, alguns indivíduos – na acção política, na imprensa bracarense, ou nos dois planos em simultâneo – prestam-se rapidamente a saudar os novos tempos e os novos rostos, conquanto outros persistam, de forma clara ou mais subrepticiamente, a dar sinais da sua resistência. Nas estruturas políticas locais, designadamente naquelas que temos vindo a referenciar com mais incidência ao longo deste trabalho, como sejam o Governo Civil e a Câmara Municipal de Braga, observa-se uma natural mudança nas lideranças. Na Câmara Municipal o impenitente monárquico Domingos José Soares reocupa a presidência, onde se manterá até 1929. O Governo Civil, do pós-28 de Maio até Agosto de 1931, ficará sob a direcção de militares. Nesta última data, ainda Domingos José Soares, agora uma figura de relevo regional na emergente União Nacional, passará a ser o novo governador civil, papel que cederá no final de 1932 a José Gomes de Matos Graça, e que este último desempenhará até ao final de Novembro do ano seguinte, o último em análise neste nosso trabalho.

A imprensa partidária fenece, com a progressiva interdição da acção dos partidos. Sobre os demais títulos, a censura alastará, progressiva e insidiosamente, mas contemporizará, assim mesmo, nos primeiros anos da nova ordem autoritária, com a manifestação de alguma reserva ou oposição ao curso da Ditadura. Neste quadro, a análise da irradiação do totalitarismo na Europa ou a reflexão sobre a estruturação e fundamentação das democracias ganham algum espaço na imprensa bracarense, emergindo um posicionamento mais crítico para com o autoritarismo sobretudo no *Correio do Minho*, um novo título entretanto surgido na cidade. Outras vozes, porém, sobretudo na imprensa controlada pela Igreja, já o referimos, emergem rapidamente com uma postura mais comprensível, quando não encomiástica mesmo, para com o

curso da Ditadura. Nos primeiros anos da Ditadura foi possível, de qualquer modo, detectar vozes dissonantes para com o autoritarismo estabelecido nas diferentes publicações que acabámos de referenciar. Porém, a partir dos inícios de Abril de 1934, consumada a redefinição editorial do *Correio do Minho*, doravante o órgão oficial da União Nacional[548], uma conveniente quietude estará assegurada na análise política e social da imprensa bracarense.

A realização de conferências, sobre temas ou figuras conotadas com a liberdade, a comemoração de datas históricas (as revoluções de 31 de Janeiro ou de 5 de Outubro, por exemplo), ou ainda o surgimento de organizações vocacionadas para a difusão da democracia – inicitativas directa ou indirectamente promovidas por figuras ligadas aos partidos republicanos – servem ainda para animar os saudosos da liberdade e para insinuar e clarificar perante o governo da Ditadura que os democratas republicanos esperam que, conforme o prometido, a República plena seja devolvida em breve ao país.

Acusando algum eco do pulsar do país mais empedernidamente republicano, a Ditadura instalada acena com eleições municipais, a realizar no final de 1931, intentando desse modo debilitar os argumentos daqueles que reclamam a restauração das liberdades e insinuando também, aparentemente, almejar uma legitimação popular da sua governação. Procurando responder à abertura então vislumbrada, as hostes republicanas oposicionistas agregam-se num projecto frentista, a Acção Republicana e Socialista, para disputar o sufrágio. Não obstante algumas vozes discordantes, como a de Afonso Costa no estrangeiro, esta frente partidária desafia os apaniguados republicanos a efectuarem o seu recenseamento eleitoral e chega a promover algumas acções de campanha, apresentando Norton de Matos como figura de proa. Em Braga, no quadro desta fátua abertura, ocorrem algumas iniciativas políticas visando a disputa do acto eleitoral, nas quais assumem protagonismo as habituais figuras gradas do Partido Democrático local. Porém, como é sabido, do malogro de uma revolta armada contra a

---

[548] Na edição de 3 de Abril de 1934, Miranda Rocha, no papel de novo director do *Correio do Minho*, esclarecendo a mudança, escrevia em editorial: *Estruturalmente remodelado apresenta-se aos leitores o "CORREIO DO MINHO". O Sôpro vivificador do Estado Novo veio arejar a atmosfera por vezes bafienta das suas colunas e despedaçar os ultimos vestigios da velha mentalidade democrático-liberal. Uma vida nova o espera. Um programa novo orientará a sua acção, onde, em cada momento, se fará sentir a vibração moça do nacionalismo português (…) Na hora grave que o mundo atravessa (…) não podiamos como soldados de Cristo e de Portugal deixar de tomar lugar na nossa trincheira para repelir energicamente as arremetidas do paganismo materialista e internacionalizante*. - ROCHA, Miranda – Vida Nova. *Correio do Minho*. Braga. Nº 2379 (3/4/1934), p. 1.

Uma semana depois, a partir da edição nº 2385, de 10 de Abril de 1934, o *Correio do Minho* ostentava como sub-título a designação "Propriedade da União Nacional de Braga".

Ditadura, desencadeada em Lisboa a 26 de Agosto desse ano de 1931, redundará o eclipse desta prometida "janela de liberdade". A ala mais conservadora da ordem instalada, onde pontificava a figura de Salazar, o ministro das Finanças com indiscutível ascendente no governo, imporá o seu ponto de vista e as prometidas eleições tornar-se-ão entretanto numa miragem, no seio de um claro e decidido agravamento da repressão sobre os indivíduos e as organizações que ensombravam a inexorável e sufocante marcha do poder estabelecido.

6.2 - Quanto valem a "boa ordem" e a Liberdade

- entre a tergiversação e o apoio à ditadura
- a leitura do curso do totalitarismo em Portugal e na Europa na imprensa bracarense

Nos inícios de 1926, perante a previsível iminência de uma nova tentativa revolucionária, nas páginas do *Diário do Minho,* com um toque de ironia, execrava-se a descoberta portuguesa do muito almejado *moto continuo,* transfigurado nas múltiplas tentativas revolucionárias que marcavam o pulsar político do país. E no editorial deste jornal assegurava-se não existir fatalidade maior que pudesse atingir uma nação do que a intervenção da força armada na definição do seu destino. Antecipando-se à perspectiva (por nós atrás referenciada) que cerca de um mês depois seria veiculada na republicana *Gazeta de Braga*, neste editorial do *Diário do Minho* asseverava-se que a ditadura militar se constituía na *mais desorganizadora de todas as ditaduras* e, como que desvelando a justa premissa para tal raciocínio, concluía-se que se *a força publica não tem uma função politica (…) o golpe de Estado dessa especie é a peor calamidade social*[549]. Meses depois, no final de Junho, já no dealbar da nova ordem ditatorial imposta pelos militares, um observador mais contemporizador ou distraído quase podia vislumbrar alguma constância neste raciocínio quando o mesmo jornal, no rescaldo da primeira tentativa contra-revolucionária falhada, reclamava pelo fim do golpismo: *Conspirar para quê? Para voltar ao regabofe de 15 anos em que temos andado levando*

[549] Uma que está na forja. *Diário do Minho*. Braga. Nº 1878 (9-02-1926), p.1.

o paiz ao triste estado em que se encontra?[550]. Porém, através destas questões retóricas fica patente não só o enfado, já antes exposto, perante a turbulência política protagonizada pelos militares mas também uma subtil rendição ao autoritarismo emergente. De facto, depois de um período de quarentena necessário para avaliar as reais e benéficas mudanças exaladas pela Ditadura, a nova ordem política estabelecida no país passará a gozar de uma crescente benevolência nas páginas deste jornal, que entretanto renovara a sua direcção e a sua redacção entre Junho e Julho desse ano de 1926. Contudo, no período inicial da Ditadura poderemos continuar a assistir a manifestações de pudor democrático neste diário bracarense, como sucede, por exemplo, na edição de 4 de Setembro de 1926 quando nas páginas do *Diário do Minho* se reclama contra o excesso de zelo dos censores que actuam na capital do país[551]. Num plano algo afim podemos reter os artigos assinados por Abel Varzim na revista *Acção Católica,* no ano de 1932 – aos quais nos referiremos com algum detalhe adicional mais à frente –, onde o autor sustenta que sem uma melhoria da condição social do operariado no mundo industrializado não será possível assegurar a almejada tranquilidade pública.

Entretanto os rumos da governação da Ditadura, depois de ultrapassadas algumas tentativas de reviralho, firmavam-se. O arcebispo de Braga saía agraciado com a Ordem de Cristo, num acto que exalava uma evolução positiva no relacionamento entre a

---

[550] Quando haverá juizo? *Diário do Minho*, nº 1997 (29/06/1926), p. 1.

[551] Nesta edição, o *Diário do Minho* execrava os exorbitantes poderes na censura aplicada à imprensa nos termos seguintes: *(…) A comissão de censura aos jornais da Capital continua a fazer das suas. Cremos crêr* [sic] *que o lilustre chefe do governo, oficial brioso, não tem conhecimento das irregularidades praticadas pelos subordinados que constituem aquela comissão. E' que os censores lisbonenses, já aqui o dissemos, estão prestando um pessimo serviço ao governo o que equivale a dizer que estão escangalhando a acção dos homens que fizeram o movimento 28 de maio. Estamos certos de que os censores da Capital estão exorbitando das ordens recebidas. Agora, a comissão de censura resolveu suspender, por seu livre arbitrio, o jornal "O Rebate". Porquê? Qual o horrivel crime praticado? Isto apenas: censurar a censura!! Então em que regimen vivemos' Não, não está certo. Aqui deixamos lavrado o nosso protesto contra a nova arbitrariedade cometida pelos censores lisbonenses, apelando para o alto espirito justiceiro do general sr. Fragoso Carmona para que mande recolher a quarteis aqueles que, fora deles, o estão comprometendo e á situação a que S. Exª preside. Uma coisa que está causando a admiração de muita gente – e com razão – é o injustificado silencio das emprezas jornalisticas e dos profissionais da imprensa da Capital. Todos mudos e quêdos como pededos* [penedos]. *Daí o continuarem as perseguições, os vexames. Os jornalistas reuniram há quasi vinte dias, em sessão magna. Não voltaram a reunir, apesar de terem ficado em sessão permanente. Diz-se agora que, na quinta-feira, a meza da assembleia irá procurar o chefe do governo para lhe entregar uma representação. Mais um paliativo, um adiantamento. Por sua vez as emprezas tambem não se mexem… porque não querem. Fala-se na abolição da isenção da franquia postal para os jornais, o que será a morte de alguns periódicos de menor circulação, e as empresas nada. Suspendem-se jornais, o mesmo silencio. Não está certo. Quando começará a reacção contra tal estado de coisas? Que nos responda quem souber ou puder.* – Notas da Capital - *Diário do Minho*. Braga. Nº 2055 (4/09/1926), p.1.

Diatadura Militar e a Igreja[552]. O Cardeal Cerejeira, um íntimo de Salazar, e curiosamente um minhoto, ascende ao cardinalato a 19 de Novembro de 1929, certificando agora uma melhoria consolidada do relacionamento entre a Igreja e a Ditadura. Articulistas diversos estampam no *Diário do Minho* textos apologéticos do autoritarismo instalado, sendo que, não raro, são simpatizantes do credo monárquico aqueles que os assinam. Na edição de 26 de Fevereiro de 1927, pouco mais de três semanas volvidas sobre a malograda revolta desencadeada na cidade do Porto por militares oposicionistas, o jornal sustenta, num texto com perfil de "editorial", ser percepcionável o apoio dos portugueses à Ditadura, e assevera à laia de remate: *o Governo sabe-o. A Nação está com ele.* E num fraseadao algo subtil o jornal clama dos seus leitores, e dos portugueses em geral, o apoio para a nova situação através de uma questão colocada retoricamente: *se o governo é nacional, se é honesto, que melhor o queremos nós, monarquicos e republicanos de Portugal?*[553]. Numa postura assemelhada, cerca de um mês depois, nas colunas deste jornal reclamava-se o acatamento ou o apoio dos portugueses para com a Ditadura Militar estabelecida no país, trazendo-se em abono desta posição as palavras proferidas dias atrás pelo bispo de Évora, durante a cerimónia da bênção da bandeira da Escola Prática de Cavalaria de Torres Novas. Então, este prelado formulara votos para *que o Exercito tenha a cooperação de todos,* clarificando ainda, de forma sentenciosa: *as duas familias que se conservam como no principio são a Igreja e o Exercito. Ambas são Milicias. O padre é soldado de Deus, o soldado sacerdote da Patria. O cristianismo é uma escola de disciplina. O merecimento é saber obedecer*[554]. Ainda neste mesmo mês de Fevereiro de 1927, no mês seguinte, e noutras oportunidades, através de artigos diversos como "Os caras direitas"[555], "Servindo a Nação"[556] ou "Os católicos"[557] o *Diário do Minho* realça as grandiosas tarefas que se colocam à governação do país face aos desmandos anteriores, reclamando, por isso, uma atitude compreensiva ou colaborante dos portugueses para com a mesma, condição indispensável para o país encetar uma via de

---

[552] A condecoração atribuída ao prelado bracarense, esclarecia o jornal bracarense *Correio do Minho* (artigo "Arcebispo Primás", edição nº 353, de 26 de Agosto de 1927, p.1), imanava dos *grandes serviços que tem prestado à Patria, nomeadamente no muito que a honrou presidindo a secções de Congressos Internacionais, como o da America do Norte, na Peregrinação portuguesa do Ano Santo e em outros centros de civilização*.
[553] Portugal, só Portugal. *Diário do Minho*. Braga. Nº 2203 (26/2/1927), p.1.
[554] VIEIRA, Eugénio Vaz – Saber obedecer. *Diário do Minho*. Braga Nº 2229 (30/03/1927), p. 1.
[555] *Diário Minho*. Braga. Nº 2204 (27/2/1927), p.1.
[556] *Diário do Minho*. Braga. Nº 2206 (3/3/1927), p.1.
[557] *Diário do Minho*. Braga. Nº 2320 (16/7/1927), p.1.

progresso. Diversos artigos apreciando encomiasticamente a acção de Salazar à frente do Ministéro das Finanças servem também a propaganda da Ditadura[558].

De forma bem menos equívoca, nas páginas do *Diário do Minho*, através da pena do padre Magalhães Costa sairão palavras de incentivo e apoio à ditadura estabelecida. Em Janeiro de 1928, num artigo intitulado "A ditadura e a Igreja em Portugal", M. Costa traz à liça um oportuno aforismo, defendendo, a propósito da situação política do país, ser necessário que *mande um e mande bem,* e acrescentando sem qualquer rebuço que é inequivocamente adepto dos *governos fortes, como devem ser as ditaduras, quando a necessidade nacional exige que se ponha côbro à desorganização e que se regule a marcha avariada dos negócios públicos.* Ainda neste mesmo artigo, e na senda das palavras do bispo de Évora que atrás referimos, Magalhães Costa vislumbra uma afinidade de perspectivas e caminhos entre a Igreja e a Ditadura. Com efeito, depois de elogiar *Mussolini, Rivera e todos os ditadores e grandes homens que querem a sua obra algo mais duradoira que as suas pessoas*, M. Costa opina que a obra da Ditadura em Portugal, como a de qualquer governo, não se afirmaria *nacional, nobre e duradoira*, *sem que se promovesse a educação do povo no respeito e na pratica da moral cristã.* De permeio, numa farpa ao ministro da Justiça de então, M. Costa reclamava do governo a devida atenção e respeito para com a Igreja, pois que os detentores do poder estabelecido, na sua opinião, *nem ao menos sabem ou querem dar uma machadada nas leis mais bolchevistas do país. (…) E' ver, por exemplo, a debatida questão dos bens da Igreja e da sua personalidade jurídica*[559]. Quatro anos depois, em Setembro de 1932, já com Salazar na chefia do governo, M. Costa no mesmo *Diário do Minho*, sob o título

---

[558] São, por exemplo, os casos de artigos cujos títulos ocupam largo destaque nas primeiras páginas da edição nº 2927 do *Diário do Minho*, de 9 de Julho de 1929 ("Para Honra e Glória da Patria: O Sr. Dr. Oliveira Salazar continua gerindo a pasta das Finanças. Viva Portugal"), ou da edição nº 3098 deste mesmo diário, de 28 de Janeiro de 1930 ("Obra do Snr. Ministro das Finanças. A resposta clara e irrespondivel do snr. Dr. Oliveira Salazar à intriga, que procuraram tecer em volta da sua patriótica acção ministerial. 212.142 contos de credito em favor da Agricultura e da Industria. A reforma do contracto com o Banco Nacional Ultramarino").

[559] Citações extraídas do artigo "A Ditadura e a Igreja em Portugal", assinado por Magalhães Costa no *Diário do Minho* na edição nº 2475 (parte I), de 14/01/1928 (p. 4) e na edição nº 2477 (parte II), de 17/01/1928, p. 4. Registe-se que o padre Magalhães Costa (José Magalhães Alves da Costa, de seu nome completo) virá a tornar-se director *Diário do Minho* a partir de 1 de Novembro de 1933, cargo que ocupará até à data da sua morte, ocorrida em 10 de Dezembro de 1948, aos 58 anos de idade. Num breve acrescento da sua biografia, registe-se que em Setembro de 1912 M. Costa fora condenado a 6 anos de prisão maior celular (seguidos de 10 de "degredo ou de 20 anos na alternativa") na sequência de acusação sobre o seu envolvimento numa insurreição monárquica verificada em Celorico de Basto, a sua terra natal. Em 1914 será amnistiado desta pena. Em 1915 concluirá a formação em Teologia, interrompida pelo cárcere, para ser ordenado padre pouco tempo depois. No último ano em que dirigiu o *Diário do Minho*, já muito adoentado, escreveu apenas dois artigos no jornal, tornando-se então a sua liderança deste diário, em termos práticos, uma mera formalidade.

"Outra bota de elástico", defendia a necessidade e as virtualidades da repressão e da censura, adoptadas pela Ditadura, para garantir os bons costumes:

> É este o calão pelo qual a elegância moderna costuma designar as coisas sérias e honestas. Assim ouvimos chamar aos pais que não querem ver suas filhas ou filhos nús nas praias e a esse cinema de que lhes falamos aqui há dias. (…)
>
> Agora aparece-nos uma autoridade do Porto, outra autentica e fina "Bota de Elástico".
>
> É o sr. Dr. Margarido Pacheco, preclaro director da PIC daquela cidade.
>
> Das colunas dêste jornal, tanto quanto o possamos ouvir, aplaudimos vibrantemente o que Sua Excelencia acaba de realizar nas tabacarias, livrarias e quiosques do Porto, procedendo à apreensão das escandalosissimas publicações que, livreiros, autores e editores sem vergonha, nem escrupulos, lançaram no mercado.
>
> Quem nos dera que todos os directores da polícia de Portugal fossem assim finas e nobres "botas de elástico!"
>
> Crime é, sem dúvida, escrever, editar e vender publicações dissolventes, revolucionárias e desonestas[560].

Num plano que poderá catalogar-se como de um posicionamento mais proactivo, em Julho deste mesmo ano de 1932 Magalhães Costa avançava, num dos seus "editoriais" no *Diário do Minho*, com a proposta de criação de uma organização de escritores católicos no país. Neste artigo, Magalhães Costa indignava-se com o recrudescimento dos ataques à Igreja nalguns jornais – particularmente visíveis, lembrava, desde que o católico Salazar entrara para o governo – e rememorava uma conversa tida dias atrás com um republicano avesso à Situação, na qual este lhe confessava que eram as lojas maçónicas que incentivavam o anticlericalismo. Uma organização de escritores católicos *em ligação directa com hierarquia eclesiástica*[561], descortinava o padre Magalhães, haveria de elevar a verdade e o bem, que, depreendia-se das suas palavras, eram perseguidos por aqueles que de momento exerciam o poder em Portugal.

Nas revistas *Ilustração Católica* e *Acção Católica*, propriedade da Igreja bracarense, a Ditadura tende igualmente a ser acolhida com benevolênca através da pena de cronistas

[560] MAGALHÃES, Costa – Outra bota de elástico. *Diário do Minho*. Braga. Nº 3903 (13/9/1932), p.1.
[561] COSTA, Magalhães – Uma necessidade para as letras católicas. *Diário do Minho*. Braga. Nº 3858 (22/07/1932), p. 1.

vários, não sem que os mesmos lembrem amiúde a necessidade de o novo poder demonstrar claramente, através de actos concretos, a vontade de melhorar o seu relacionamento com a Igreja. Na edição de Julho e Agosto de 1928, na habitual rubrica "Apostolado da Oração", uma espécie de editorial da *Acção Católica*, dissertando sobre os malefícios inerentes ao liberalismo escrevia-se que foi o mesmo que mais *concorreu para a decadência de todos os países, porque fingindo amar e pugnar pelos direitos dos cidadãos, seduziu e enganou o povo com a miragem fementida da felicidade para insensivelmente desorientar os espiritos e perverter os corações, afastando-se de Deus e da religião.* E numa ancoragem efectuada sobre o nosso país, ruminava-se que do liberalismo sobreveio para os portugueses que *até as qualidades da raça se perderam e as virtudes sublimes desapareceram para dar entrada ao ignobil sensualismo com o seu cortejo de vícios e misérias*[562].

As figuras mais reaccionárias e os monárquicos não demorarão a procurar abrigo nas fileiras afectas ao novo poder[563]. Em referências várias, o perigo do amplexo monárquico aplicado ao novo regime transparece nas páginas da imprensa local, particularmente no novo *Correio do Minho*. Assim, logo em Agosto de 1926, três meses volvidos sobre o movimento revoltoso que ajudara a materializar em Braga, o tenente João Carvalho revelava numa entrevista concedida na "Ágora bracarense"[564] ao *Correio do Minho* os receios de que os detentores do poder em Lisboa não mostrassem o devido apego à fórmula republicana do regime, questão que, asseverava, não fora jamais colocada pela generalidade dos militares patriotas que se tinham proposto "regenerar a pátria":

> Numa pequena folga que nos deu o jornal, fomos até à Arcada tomar um pouco de ar fresco e sózinho a uma mesa, sob os arcos, estava o tenente João Carvalho, a alma da Revolução de 28 de maio no norte do paiz.
>
> Abancamos a seu lado e quizemos ouvi-lo sobre o novo comissario de policia, o simpatico tenente Daniel Braga que hontem tomou posse.

---

[562] Apostolado da oração – Intenção geral para o mês de Agosto: o amôr da patria segundo os principios da fé e da caridade. *Acção Católica.* Ano XIII, nº 7 e 8 (Julho e Agosto de 1928), pp. 226-28. (Boletim arquidiocesano de Braga, propriedade do "Secretariado Boa Imprensa").

[563] Monárquicos e republicanos, já o referimos, bater-se-ão ora por uma mudança radical – a ruptura de regime, visada pelos monárquicos – ou, ao invés, pela continuidade relativa, ou seja, pela preservação do perfil republicano da ditadura. Este último rumo acabará por prevalecer, ainda que a questão se tenha arrastado até cerca de 1950, conforme já assinalámos.

[564] Ou seja, uma entrevista concedida na Arcada, em plena Praça da República, no centro da cidade. Nos cafés da Arcada, relembramos uma vez mais, era onde se definiam *as reputações e os grandes homens de Braga e do país*, afiançava José Valdez na conferência (ob. cit.) que pronunciou no Teatro Circo em 14 de Dezembro de 1911.

> – Um belo moço, nos disse o tenente João Carvalho, sempre desejei que aquele cargo fosse ocupado por um oficial que reunisse as qualidades que ele possui.
>
> Alem de ter sido um dos mais decididos elementos do 28 de Maio, é também um republicano de principios, o que é muito para o momento que passa e uma garantia para o chefe do governo, que tanto tem demonstrado querer acertar e que não se poupa a um trabalho intenso.
>
> – Mas o tenente supõe que…
>
> – Tenho visto tantas coisas…
>
> Já vi por duas vezes o ministerio do interior assaltado por integralistas, monarquicos constitucionalistas, nacionalistas e até radicaes, todos querendo tomar posições e temo…
>
> (…)
>
> – Desanimo, tenente?
>
> – Não, desejo de que se prestigie o regimen e se engrandeça a Patria…
>
> E assim terminou a nossa rapida conversa com o tenente Carvalho porque ele estava de abalada e nós tinhamos de vir para aqui passa-la para o papel…[565]

Exalando preocupações assemelhadas às confessadas por este militar, aquando da passagem do primeiro aniversário da revolução saída de Braga – e transparecendo embora alguma transigência da sua linha editorial para com a ditadura estabelecida – o *Correio do Minho* asseverava que *mais um dia Santo foi mandado inscrever no Calendario da Republica – o 28 de Maio*, mas simultânea e sintomaticamente não deixava de lembrar que os que detinham então as rédeas do poder haviam jurado *engrandecer a Patria e prestigiar a República*, sentenciando ainda que o povo *nada mais quer, nada mais exige dos seus governantes*[566]. Constantino Coelho ou Álvaro Pipa – os chefes de redacção e director deste jornal, respectivamente – não dexarão de, por diversas vezes, insistir na necessidade de preservar a República ou até no quanto se impõe restaurar as liberdades no país. Será contudo nas linhas do semanário *Era Nova* – um suplemento acoplado periodicamente ao *Correio do Minho* a partir da edição de 16 de Julho de 1932 – que a democracia liberal, de pendor democrata-cristão, será sustentada e claramente defendida nos seus pressupostos teóricos. Contudo, as veleidades demo-liberais deste diário acabarão cerceadas em Abril de 1934, conforme já assinalámos.

---

[565] Uma conversa com o tenente João Carvalho. *Correio do Minho*. Braga. Nº 25 (3/08/1926), p. 1.
[566] 28 de Maio – *Correio do Minho*. Braga. Nº 277 (28/05/1927), p.1.

Num plano algo diverso, podemos reter ainda várias conferências que se fazem em Braga em apoio à Ditadura ou a regimes afins. Assim, e a título de exemplo, retenhamos, entre outras, uma palestra proferida a 9 de Dezembro de 1926 por António Certima na cidade de Braga. Ao longo de cerca de duas horas, o orador[567] sustentou a inevitabilidade e pertinência da revolução de 28 de Maio e, depois de postular que *"Portugal está sobretudo no norte, (…) o solar da raça"*, recordou que através do movimento militar desencadeado em Braga *o Norte impôs-se e Lisboa, pela primeira vez, recuava…* Em Dezembro de 1928 é Martinho Nobre de Melo[568] quem efectua uma conferência no Ateneu Comercial de Braga, na qual advoga que a organização corporativa do Estado é aquela que mais interessa a Portugal, impondo-se ao governo nacional de então colher os bons ensinamentos dos modelos entretanto seguidos no país vizinho e em Itália. No início de Abril do ano seguinte será António Ferro, o celebrado paladino de Salazar, a efectuar uma conferência no mesmo Ateneu Comercial[569], na qual enfatiza o relevo crescente dos jornalistas na sociedade contemporânea através dos exemplos de Poincaré, Mussolini, Clemenceau, Lenine e Jouvenel – figuras estas que haviam sido jornalistas antes de terem emergido como políticos de vulto. Alardeando grandes capacidades de comunicação, A. Ferro evocará perante a assistência, designadamente, as entrevistas que efectuara perante d'Anunzio e Mussolini, para ceder no final o protagonismo à sua esposa, Fernanda Castro, que declamará poesia lírica, da sua autoria.

Relativamente às estruturas partidárias fixadas em Braga – que apoiam a ditadura – observa-se um natural acerto com aquilo que é decidido a nível central em Lisboa. Assim, da parte dos integralistas de Braga, observamos José Catalão a negar, numa carta que publica no *Diário do Minho* no início de Março de 1929, que os mesmos constituam uma ameaça monárquica para o regime, mostrando por isso incompreensão pelo recente encerramento do instituto António Sardinha e pela suspensão do *órgão constitucionalista Correio da Manhã.* Catalão vinca que *os integralistas de Braga, fieis aos seus principios, veem com toda a simpatia a actual situação politica, apesar de assanhadamente republicana, e consideram um crime de lesa pátria combatê-la visto*

---

[567] O relato desta palestra,"O elogio da Dictadura - O 28 de Maio constituiu segundo afirmou António de Certima a solução do problema português", sai estampado no *Diário do Minho* de 9 de Dezembro de 1926 (edição nº 2135, p.1).

[568] A reportagem sobre esta palestra surge no *Correio do Minho*, edição de 16 de Dezembro de 1928 (nº 752).

[569] Uma festa no Ateneu Comercial. *Correio do Minho*. Braga. Nº 855 (16/04/1929), p.1.

que o Paiz tem pela primeira vez desde 1910 – exceptuado o consulado do Sidonismo – um governo constituido por um conjunto de homens de bem[570].

Os elementos afectos à União Liberal Republicana ou ao Partido Nacionalista não mostrarão visível hostilidade para com a nova situação, percebemos já a partir do seu posicionamento no plano nacional e de referências diversas que fizemos atrás, acabando mesmo em não poucos casos por se acomadarem com relativa facilidade e proficiência nas fileiras da "situação".

Numa parceria com os propósitos perseguidos pela emergente União Nacional, em Novembro de 1931 nas cidades de Braga, Guimarães e Barcelos desenham-se movimentações para a implantação no distrito de Braga de delegações da "Liga 28 de Maio", uma organização nacional surgida em Janeiro de 1928 a partir do contributo de militares de direita, dos escalões mais baixos, e de civis conectados com o Integralismo Lusitano.Uma vez mais com o recurso às páginas do *Diário do Minho*, podemos fixar-nos no perfil deste projecto e na ambição dos seus protagonistas:

> Por iniciativa do sr. tenente Figueiredo Gaspar, ilustre comandante da Polícia de segurança Pública e acérrimo defensor da actual situação política, vai ser organizada, simultaneamente, nas cidades de Braga, Guimarães e Barcelos, a "liga 28 de Maio".
>
> Destas localidades ir-se-há a outras, esperando-se que até ao fim do ano a "Liga" já esteja a funcionar em quasi todo o distrito.
>
> Para êsse efeito, já ontem o sr. tenente Figueiredo Gaspar iniciou os seus trabalhos, tendo conferenciado com algumas pessoas em evidência na política citadina, das quais recebeu manifestas provas de solidariedade e cooperação na obra a realizar.
>
> Por informes que temos, sabemos que em Guimarães e Barcelos lavra geral contentamento entre os amigos da Ditadura, para que a "Liga 28 de Maio" seja em breve uma realidade.
>
> Na primeira daquelas cidades, muitos industriais e operários aderiram àquele novo organismo político[571].

Ainda que não nos tenhamos debruçado detalhadamente sobre os sucessos e vicissitudes que marcaram no distrito de Braga este projecto, algo ambicioso como se vê

---

[570] Definindo Posições. Atitude dos integralistas de Braga. *Diário do Minho*. Braga. Nº 2205 (1/03/1927), p.1.

[571] No Distrito de Braga: Vai ser organizada a "Liga 28 de Maio". *Diário do Minho*. Braga. Nº 3643 (10/11/1931), p1.

pelo texto atrás, conseguimos detectar que logo no mês seguinte a Liga 28 de Maio mostrava já vitalidade no concelho de Fafe[572].

No respeitante ao Centro Católico, uma estrutura que se reclamava de um perfil parapartidário, podemos acertar que os seus adeptos em Braga adoptaram uma benévola atitude para com a Ditadura instalada, em conformidade com o posicionamento que Lino Neto, o líder nacional, que em Setembro de 1930 decretava a harmonia dos princípios do Centro com aqueles que eram proclamados pela emergente União Nacional[573]. E sobre a necessidade ou a imprestabilidade do Centro Católico num novo quadro constitucional que se entrevia esmagador da liberdade da acção partidária, nas "vésperas" da aprovação da Constituição de 1933 o jornalista bracarense Constantino Coelho não tem dúvidas: o "Centro" deve permanecer para veicular as justas posições dos católicos, pois é *um organismo que só pode viver logicamente dentro de uma ordem constitucional, mas que em qualquer ordem constitucional é naturalmente necessário*[574].

---

[572] Na edição de 4 de Dezembro de 1931 (Nº 3664, pp. 1 e 4), o *Diário do Minho* reporta a inauguração de uma delegação da "Liga 28 de Maio" em Fafe, de parceria com a tomada de posse de várias comissões de freguesia da União Nacional neste concelho do distrito de Braga. O discurso do governador civil de Braga, Domingos Soares, foi muito aplaudido, tendo o banquete terminado, informa o DM, por entre *calorosos vivas à Pátria, à Ditadura, ao sr. capitão David Neto, ao sr. Dr. Oliveira Salazar, à União Nacional, ao sr. capitão D. Luís de Melo, à Liga 28 de Maio e morras à Maçonaria e abaixos aos partidos políticos* (p. 4).

[573] Com efeito, Lino Neto, numa entrevista concedida a 3 de Setembro de 1930 ao *Diario de Notícias,* quando questionado acerca do posicionamento do Centro Católico face à emergente União Nacional, esclarece: *Antes de a União Nacional aparecer, já o Centro Católico tinha como programa: "Exercer tanto quanto possível uma função de harmonia e de conciliação entre as diferentes classes e correntes de opinião, e contribuir para que na administração pública predominem os cidadãos mais competentes moral e tecnicamente" (art.º 3º in fine). Este objectivo trás também a União Nacional. O Centro Católico, por conseguinte, vê com simpatia a União Nacional e faz votos por que realize a sua finalidade declarada.* – Ver texto desta entrevista em "O Momento Político - O sr. dr. Lino Neto define a atitude do Centro Católico perante a União Nacional" (rubrica "A Cidade"), *Diário de Lisboa*. Lisboa. Nº 2884 (3/09/1930), p. 4.

[574] Constantino Coelho no artigo "E' ainda necessário o Centro Catolico?" (*Correio do Minho*, nº 1964, de 25/11/1932, p1) escreve: *(…) A má vontade de certos catolicos ao Centro Catolico é conhecida. E hoje a necessidade, que nós não negaremos, evidentemente, de se procurar uma conscienciosa reformação social é o pretexto para se minar a existencia do mesmo Centro – relegando ao olvido o seu principio salutar. (...) Se os 'partidos' estão condenados a desaparecer, e definitivamente excluida a sua actividade, se o futuro Parlamento ou Assembleia Nacional será, como se insinua, formalmente tecnica e corporativa, e as modernas condições, que não vale a pena enumerar, prescindem formalmente de politica; e por isso mesmo compativel com novas formulas da ordem cons-de [sic. constituinte?] do Centro Católico. Não somos dessa opinião. Os "partidos", emquanto correntes de opinião, coexistem fatalmente mesmo com outra organização da vida publica, diferente da que estamos costumados a observar na sociedade. Mas o Centro Catolico, já acima o dizemos, é uma superestrutura politica; por isso mesmo compativel com novas formulas de ordem constitucional. E' claro que não discutimos agora a viabilidade, nem a maior perfeição das novas formulas: apenas nos toca considerar que mesmo com elas, como antes na organização liberal democrática, o Centro Catolico tem um papel e uma missão a cumprir. Disse, pois, muito bem S. Ex.a o Sr. cardial Patriarca, na sua recente Pastoral, que a acção politica da qua [qual?] deseja desviados os seus padres, pode ser, e é um dever para os outros!*

Porque revelador do posicionamento crítico ou da aquiescência para com a Ditadura instalada no País, afigura-se-nos também pertinente reter a perspectiva colocada pela imprensa bracarense deste período na análise do mundo de então, particularmente na Europa, num tempo em que as ditaduras viçavam assustadoramente em vastos espaços do velho continente. Nos títulos vinculados à Igreja detecta-se, naturalmente, a pretensão e a preocupação de reflectir a leitura que a hierarquia católica, em Portugal e em Roma, faz da mesma conjuntura internacional. Em Outubro e Novembro de 1926 surgem no *Diário do Minho* diversos artigos a denunciar o carácter intrinsecamente nefasto da *Action Française*, uma organização fascizante condenada pelo Papa, pois a mesma tenderá – lembra o jornal – a disseminar o espírito laicista, diminuindo nos jovens a predisposição para a piedade e para o apostolado da acção católica[575].

A partir de 10 de Dezembro de 1926, o suíço Lèon kués – que em Portugal assumia o papel de correspondente do *Le Journal,* de Paris, e da *Gazette*, de Lausanne*,* bem como a gerência de um grupo de hotéis – passa a correspondente do *Diário do Minho,* assinando neste jornal diversos artigos sobre a política internacional da época, nos quais arrasta conexões para a realidade interna portuguesa marcadas por uma perspectiva contemporizadora para com a Ditadura instalada. No primeiro artigo[576], depois de tergiversar algo sobre o mérito da obra de Mussolini em Itália, designadamente no aspecto financeiro, Kuès refere-se elogiosamente à conferência que António Cértima efectuara no dia anterior – à qual acabámos de nos referir atrás – avalizadora da ditadura instalada no país. No artigo que publica em 19 de Dezembro, kuès defende o autoritarismo de Mussolini com as seguintes palavras: *eu que como suisso verdadeiro, cioso das prerrogativas da democracia e, portanto pouco amigo da palavra "ditadura", sou forçado a reconhecer que sem aquela a Itália não só hoje estaria*

Sem citar nominalmente o Centro Catolico, vê-se aqui expressa a necessidade dêste organismo. O Centro é, por declaração do Episcopado o meio de acção politica oficialmente catolico, e por natureza uma colectividade cuja actividade se exerce na esfera politica, tendo responsabilidades bem expressas e conhecidas, e afirmações de ordem e legalidade. E' um organismo que só pode viver logicamente dentro de uma ordem constitucional, mas que em qualquer ordem constitucional é naturalmente necessario.
Em artigos publicados posteriormente no *Correio do Minho* (designadamente nas edições 1966 e 1970, respectivamente de 27 de Novembro e de 2 de Dezembro), Constantino Coelho voltará a defender a necessidade da preservação dos Centros Católicos.

[575] O diário francês *Action Française* virá a ser incluído no índice das publicações interditas aos católicos por decreto de Pio XI de 29 de Dezembro de 1926. Alguns meses mais tarde, em 6 de Abril de 1927, os prelados portugueses assinam uma pastoral colectiva na qual denunciam os males intrínsecos da *Action Française*, manifestando-se ainda indeclinavelmente ao lado do Papa na condenação desta organização.

[576] KUÈS, Léon – A Itália sob o fascismo: ganhará Mussolini a paz? Notas sobre a política financeira. *Diário do Minho* (I). Braga. Nº 2136 (10/12/1926), p. 1.

arruinada como imersa em completa anarquia[577]. A ilação impõe-se plausível no respeitante à situação portuguesa: a Ditadura surgira no nosso país como algo inevitável, como a melhor solução possível para obviar a uma deriva quasi anárquica, tal era a instabilidade de há anos patenteada pela República.

Num artigo publicado em 28 de Setembro de 1928 no *Diário do Minho*, o articulista Carlos Machado discorre se a irrequietude política de Mussolini não conduzirá eventualmente a um conflito alargado, pois regista que *apezar de todos os seus protestos pacifistas é fora de dúvida que a Itália fascista envida os melhores esforços para obter a hegemonia no leste europeu,* acrescentando ainda que *o irrequieto génio político e o seu* [de Mussolini] *profundo amor pela Itália podem-nos reservar surpresas sensacionais num futuro muito próximo*[578]. Contudo, cerca de um ano e meio depois – e estando já melhor assegurados os interesses da Igreja através da assinatura do Tratado de Latrão[579] meio ano antes –, o mesmo Carlos Machado avaliava no *Diário do Minho* de forma muito benévola a governação de Mussolini, escrevendo: que *a influência do novo regime que vigora na península itálica, assume, de facto, um carácter universalista, que nem o inegável talento político dum Nitti póde causar-lhe a mínima brecha, com os seus alusivos ataques de intransigente ódio partidário*[580].

Entretanto, no rival *Correio do Minho,* Constantino Coelho escrevia desde 1926 diversos artigos, denunciando primordialmente o carácter belicista do fascismo italiano – passível de incendiar a Europa e o mundo numa nova guerra, prognosticava acertadamente – mas também sustentando a existência de assinaláveis pontos de contacto entre as ideologias fascista e comunista. Com efeito, num artigo que assina na edição de 4 de Setembro de 1930, Constantino Coelho, advertindo uma vez mais contra o perigo representado pelo fascismo italiano, mantém perante os seus leitores – conforme escrevera há alguns anos no mesmo jornal, esclarece – que *o fascismo era absolutamente idêntico ao bolchevismo, e que o fascismo é a negação da civilização europeia*[581]. E para reforçar a razoabilidade da sua análise C. Coelho recordava que

---

[577] KUÉS, Leon – A Itália sob o Fascismo: Mussolini e a "batalha do trigo". Uma vantagem da Dictadura (II). *Diário do Minho*. Braga. Nº 2144 (19/12/1926), pp. 1 e 2.
[578] MACHADO, Carlos – Imperialismo italiano? *Diário do Minho*. Braga. Nº 2562 (28/04/1928), p1.
[579] As relações da Igreja com o regime fascista italiano mantiveram-se algo turvas, durante vários anos, na década de 1920. A assinatura Tratado de Latrão entre Mussolini e o Papa Pio XI, em 11 de Fevereiro 1929, porá termo à designada "Questão Romana" (pendente desde 1870, na sequência da anexação de Roma pelo reino de Itália) e preparará o caminho para uma melhor convivência da Igreja com o fascismo.
[580] MACHADO, Carlos – A nova "etape" do regime fascista – os novos ministros. A firmeza do fascismo e a omnipotência de Mussolin - duce dos italianos. Evoca-se o Japão de antes de 1864. O significativo discurso na assembleia do partido. *Diário do Minho*. Braga. Nº 2991 (22/09/1929), p1.
[581] C. C. [Constantino Coelho] – A Europa futura. *Correio do Minho*. Braga. Nº 1276 (4/9/1930), p.1.

alguns anos atrás o então comissário do Povo da URSS afirmara num discurso – pouco tempo depois de C. Coelho ter sustentado idêntico ponto de vista ao agora expresso – que *não percebia como o fascismo fazia uma obra menchevista sendo ele maximalista*; e socorrendo-se ainda da prosa do *Novidades,* publicado apenas dois dias atrás, C. Coelho, enfatizando a justeza das suas interpretações, recordava que nesse jornal se apelidava Mussolini de "suicida europeu" e se considerava que o mesmo *Mussolini terá, assim, sido o melhor aliado de Lenine na ruína da civilização*[582].

No final dos anos vinte, quando o liberalismo se mostra acossado pelo sucesso de soluções autoritárias em vários países (em Itália, Espanha e Portugal, designadamente), na revista *Acção Católica,* através de uma espécie de editoriais intitulados "Apostolado da Oração", são vertidas vigorosas críticas ao liberalismo – já atrás assinaladas – assim como são lançadas repetidas advertências sobre os perigos da ideologia comunista e do regime soviético. No atinente aos desmandos percepcionados na Rússia, na edição de Setembro de 1928, sob o título "Juventude e o Comunismo" – depois da explicitação dos sofrimentos das populações soviéticas decorrentes da sua sujeição aos ditames da doutrina comunista seguida pela governação do país – lembra-se que *S. Santidade Pio XI exorta a todos os associados do Apostolado da Oração a suplicarem ao sagrado Coração de Jesus que preserve e livre do contágio do comunismo a juventude, exposta aos perigos de se perder e desvairar*[583]. A denúncia dos perigos e malefícios associados ao comunismo surgirá ainda em posteriores edições da *Acção Católica* através de artigos do "Apostolado da Oração", onde as "Intenções Gerais" são dedicadas a temas como "A salvação da Rússia e de tôda a sua juventude"[584] ou "O perigo do bolchevismo"[585].

Em 1932 – quando o mundo capitalista se encontra submergido por uma intensa crise económica e social –, na senda da recente encíclica *Quadragesimo Anno* assinada pelo Papa Pio XI, a revista *Acção Católica* publica, sob o punho de Abel Varzim, três artigos subordinados ao tema "O Problema Operário"[586] e ainda um outro intitulado "O

---

[582] Extractos do artigo "Europa futura", publicado no *Diário do Minho* de 4 de Setembro de 1930 (nº 1276).
[583] Apostolado da oração – Intenção Geral para o Mês de Outubro: a Juventude e o Comunismo. *Acção Católica*, ano XIII, nº 9 (Setembro de 1928), pp. 273-275.
[584] *Acção Católica,* ano XV, nº 12 (Dezembro de 1930).
[585] Idem, ano XVI, nº 6 (Junho de 1931).
[586] Estes artigos surgem na *Acção Católica*, ano XVII, entre Abril e Setembro de 1932 (parte I no nº 2, Abril de 1932, pp. 196-202; parte II nº 5, Maio de 1932, pp. 281-287; parte III nº 9, Setembro de 1932, pp. 549-553). Estes artigos surgem assinados através das iniciais A.V., que identificam o Dr. Abel Varzim (o qual assina o artigo de Dezembro deste mesmo ano de 1932 o artigo intitulado "O problema operário e o clero", conforme referenciamos na nota que se segue).

Problema operário e o Clero"[587]. Estes artigos constituem elaboradas reflexões, nas quais o autor desenvolve uma análise das causas do mal-estar do operariado no mundo industrializado e coteja as propostas avançadas pelos liberais, conservadores e socialistas com as propostas e a doutrina social da Igreja. Veiculando uma abordagem progressista na dissecação dos males do tempo, socorrendo-se das afirmações de Pio XI na já referida encíclica *Quadragesimo Anno*, Abel Varzim execra a cobiça capitalista – reputada de instigadora do radicalismo operário – e defende a necessidade de se garantir aos operários rendimentos que lhes possibilitem a acumulação de um património suficiente para que os mesmos possam obviar a eventuais dificuldades surgidas, bem como legar uma herança aos seus descendentes. Citando Pio XI, Abel Varzim adverte: *desenganem-se todos, que, se isto se não põe em prática quanto antes e com tôdas as veras, é impossível defender eficazmente a ordem pública, a paz e a tranquilidade da sociedade humana contra os maquinadores das revoluções*[588].

Em 13 de Abril de 1932, Constantino Coelho assina no *Correio do Minho* o artigo "Notas da política internacional: momento grave" no qual opina que teria sido deveras perigosa, para a Alemanha e para o mundo, a vitória de Hitler na eleição para a presidência da Alemanha. Para C. Coelho *a vitória de Hitler teria sido a perturbação da Europa, porque os seus propósitos, animados, para mais, por Mussolini, eram confessadamente perigosos*, acrescentando que a política pacifista de Aristides Briand e da Sociedade das Nações saíram, *por agora* protegidas. Exprobrando os regimes políticos europeus que colheriam uma benevolência crescente entre os protagonistas do Estado Novo, C. Coelho continuava a exibir, pois, de forma mais ou menos óbvia, a sua crítica para com o rumo seguido pela política nacional. Dois anos depois, consumado o seu afastamento da equipa redactorial do *Correio do Minho*, tal não seria mais possível.

6.3 - A resistência e a repressão

Reflectindo o acabrunhamento imposto pela nova situação política, as comemorações do 5 de Outubro de 1926 na cidade de Braga mostram-se amolecidas. Dois dias depois

[587] VARZIM, dr. Abel – O problema operário e o clero. *Acção Católica*, ano XVII, nº 12 (Dezembro de 1932), pp797-803.
[588] O problema operário. *Acção Católica*, nº 4, Abril de 1932, pp. 196-202 (parte I); nº 5, Maio de 1932, pp. 281-287 (parte II); nº 9, Setembro de 1932, pp. 549-553 (parte III). O extracto aqui vertido consta da página 552 (O problema Operário, parte III).

do aniversário da revolução republicana, reportando as celebrações ocorridas, o *Diário do Minho*[589] revelava que as mesmas se haviam limitado à realização de sessões solenes em diversos centros políticos da cidade, de parceria com a ocorrência de algumas cerimónias nos quartéis militares (com particular destaque para o da Guarda Republicana) e com uma troca de cumprimentos entre a oficialidade bracarense e o governador civil do distrito.

Nas vésperas deste 5 de Outubro, ainda numa atitude que oscilaria entre a resistência e a resignação para com a ditadura instalada, o Partido Radical de Braga, depois de reunidas as comissões políticas Municipal e de freguesias, decidia *não festejar a data gloriosa da proclamação da republica, em harmonia com as determinações recebidas do directório* e aconselhava todos os simpatizantes desta agremiação partidária a *absterem-se de tomar parte em quaesquer manifestações que se venham a realisar*[590].

Alguns meses depois ocorre a revolta de Fevereiro de 1927, na cidade do Porto, a qual bem poderá ter arrastado a cumplicidade mais ou menos activa de algumas figuras republicanas de Braga, conforme se verificava habitualmente quando na segunda cidade do país a turbulência política mais acesa tomava corpo. Ainda que não tenhamos detectado testemunhos bastantes para perorar sobre a questão, sabemos no entanto que Manuel Ferreira Capa, uma conhecida figura dos democráticos bracarenses, passou por algum aperto na sequência do malogro deste movimento revoltoso. Numa comunicação de 26 de Julho seguinte, o comandante da 1ª Região Militar, situada na cidade do Porto, informava o governador civil de Braga que *por despacho de sua Exª o Ministro da Guerra foi arquivado o processo respeitante ao civil Manoel Ferreira Capa, negociante desta cidade*[591].

---

589 Cinco de Outubro: as festas comemorativas do 16º aniversario da proclamação da Republica. *Diario do Minho*. Braga. Nº 2082 (7/10/1926), p. 1.

590 Partido R. Radical (nota oficiosa). C*orreio do Minho*. Braga. Nº 79 (5/10/1926), p. 2.

591 Arquivo Distrital de Braga. *Correspondência Geral do Governo Civil de Braga*, Cx.28 (anos de 1924 a 1927), doc. 21234, maço de Julho, Agosto e Setembro. Consultando o *Correio do Minho* na sua edição nº 328, de 28 de Julho (artigo "Manuel Ferreira Capa"), confirmámos que este processo respeitava efectivamente a uma investigação acerca do eventual envolvimento de Ferreira Capa na mal sucedida revolução de Fevereiro de 1927. Dizia então o *Correio do Minho*: *Por despacho do ilustre Governador Civil do Distrito foi dado conhecimento ao Comissariado Geral da Polícia desta cidade e Companhia da Guarda Nacional Republicana aqui aquartelada, que por determinação do sr. Ministro da Guerra foi arquivado o processo respeitante ao sr. Manuel Ferreira Capa, considerado e importante proprietario e negociante desta cidade. Regosijamo-nos sinceramente com a resolução do ilustre titular da pasta da guerra, pela justiça que representa esta determinação, pois nenhuma responsabilidade tem nos acontecimentos politicos de Fevereiro ultimo o nosso prezado amigo, a quem apresentamos os nossos cumprimentos e felicitações.*

Num contraponto a algum assomo de resistência, a repressão do poder ditatorial ganhava entretanto corpo, tomando muitos republicanos os caminhos da prisão ou do exílio. A 9 de Maio de 1928, João de Almeida, o correspondente em Braga do jornal democrático lisboeta *O Rebate,* solicitava por carta ao governador civil de Braga que o mesmo – à imagem do procedimento adoptado pelo seu homónimo da capital – permitisse *organizar em Braga também duas comissões de Senhoras,* visando a angariação de fundos para *as famílias dos republicanos deportados e presos*[592].

As celebrações do 5 de Outubro como de outras datas altamente simbólicas para os republicanos foram marcadas por maior ou menor impacto na actividade política bracarense em função, naturalmente, da oscilação do curso político da Ditadura, ou seja, da evolução conjuntural do peso da repressão instalada no país. A 5 de Outubro de 1928, numa clara assunção de republicanismo, o *Correio do Minho*, sob o título "5 de Outubro", informava que *passando hoje a Festa Nacional da Republica, estão fechados os nossos escritorios e não se publica amanhã este jornal,* não sem acrescentar ainda, para conferir maior solenidade à iniciativa tomada, que *de igual modo não se publica nenhum dos nossos colegas diarios de Lisboa e Porto*[593].

Conquanto as comemorações oficiais do 5 de Outubro na cidade de Braga tendessem progressivamente a esmorecer num perfil protocolar (marcado pelo encerramento das repartições públicas e pelo hastear da bandeira nacional nos respectivos edifícios ou ainda pela distribuição de bodos aos pobres), será possível assistir ainda a algumas manifestações mais vivas de um republicanismo em ruptura com o autoritarismo estabelecido. Em 1929, os republicanos bracarenses – sobretudo os que se situavam na órbita do Partido Democrático – patentearíam um crescendo de actividade, que se manifestou igualmente numa mais animada celebração da Implantação da República. Numa sessão presidida por Simões d'Almeida, realizada no Salão Recreativo de Braga na noite de 4 para 5 de Outubro de 1929, discursaram Domingos Pereira, Carlos Magalhães, o capitão Oliveira e o padre Ferreira Botelho. Marcado pelo estado de quarentena em que se encontrava a República, o intrépido Simões d'Almeida, depois de saudar os presentes e exaltar a relevância da data, começou por lembrar *que é preciso que a sessão decorra na melhor ordem caracterizando-se pelo entusiasmo e pela cordura;* depois, vincou que os republicanos estavam ali reunidos para ostentar a sua

[592] Arquivo do Governo Civil de Braga, *Correspondência Recebida,* 2ª Repartição, Cx. 5 (5.1.2.1), ano de 1928, maço "Correspondência de Corpos e Corporações Administrativas".
[593] 5 de Outubro. *Correio do Minho*. Braga. Nº 6911 (5/10/1928), p.1.

gratidão para com aqueles que haviam derrubado a Monarquia; por fim, antes de convidar os demais oradores para a mesa, lançou ainda um grito de esperança que colheu entusiásticas palmas da assistência: *Republicanos, corações ao alto! A Republica viverá.* Carlos Magalhães, que usa da palavra de seguida, confessa não ser um orador mas sim um "dedicado republicano". Depois de saudar os mais ilustres republicanos presentes, nas figuras de Simões d'Almeida e Domingos Pereira, e ainda alguns *mártires da ideia republicana desde 1910*, como Américo Olavo e Álvaro de Castro, adverte que a República está ameaçada, clarificando que *vê um inimigo no clericalismo, e receia que o paiz seja invadido pelos jesuitas, desejosos de transformar Portugal num Colegio de Campolide.* E sobre o relacionamento estabelecido entre a Igreja e o novo regímen saído da revolução de Outubro de 1910, deixando vislumbrar alguma crítica a excessos anti-clericais em tempos adoptado pelos governos republicanos, Carlos Magalhães *lamenta que a Igreja portuguesa não tenha aproveitado um optimo momento que teve, quando os partidos entraram numa fase de tolerancia, para se identificar melhor com o regimen, como fizeram a Igreja francesa e brazileira.* O capitão Oliveira enfatiza na sua intervenção o regozijo que colhe por *ver a gente de sempre vibrar os mesmos sentimentos; vê as mesmas caras, os mesmos carácteres.* E num jogo de palavras algo dúbio, depois de admitir que a República *nestes 19 anos tão precipitados tem feito erros*, o capitão Oliveira opina, contudo, que *os seus inimigos não são os monarquicos, não são os ditadores – são os maus republicanos, e os maus republicanos são os bons monarquicos.* Francisco Moreira de Sá Tinoco, o orador que toma a palavra de seguida, execra a *monarquia que numa terra tão florida* [Braga] *lançava as sombras de negrume* e termina conquistando as palmas da assistência ao afirmar que *saudar a Republica no dia de hoje é um dever, e uma gloria.* O padre Ferreira Botelho, que começa por ser acolhido por *calorosas palmas e vivas ao clero republicano,* confessa-se surpreendido pelo convite para ocupar um lugar na mesa, acrescentando interpretar desse facto a pretensão de *demonstrarem que a Republica não hostiliza a Igreja, que a Republica está ao lado dos catolicos que não hostilizarem a Republica.* Confessa que *veio matar saudades*, mas antes de ceder a palavra a Domingos Pereira – que *todos estão ansiosos por ouvir,* sentencia – não deixa de censurar a intervenção protagonizada por Carlos Magalhães, pois afirma que *foram produzidas palavras que julga não deviam ter sido proferidas, e só justificaveis por algum exagero que se possa ter praticado.* A Domingos Pereira cabe a intervenção de fecho e a mais prolongada. Diz-se algo desabituado dos discursos. Contemporizando com o poder estabelecido, depois de

lembrar aos presentes que "*estamos em 1929",* afirma que *se dentro da ditadura podemos assim reunir-nos é que temos realizado uma conquista, conquista que não impozemos por que foi dictada pela convicção intima áqueles que governam.* Mostrando-se crédulo das convições republicanas alardeadas pelo chefe do governo da Ditadura, Domingos Pereira diz que aos monárquicos cumpre *desistir de uma restauração impossível,* adiantando, ademais, que qualquer tentativa de restauração monárquica desencadearia a união de todos os republicanos à volta do governo da Ditadura para defender a República. Lembra que a presente Ditadura é já a terceira desde 1910, reflectindo tal situação as debilidades que têm marcado a governação republicana, pois, assevera, *os erros em política pagam-se caro e pagam-se sempre.* No seu estilo contemporizador, aprecia as intervenções de Carlos Magalhães e do padre Ferreira Botelho para extrair os méritos mais salientes em cada uma delas e reinterpretar, ou desculpar, alguma verve mais acesa. No que a si respeita, Domingos Pereira reclama os méritos pelo relativo apaziguamento estabelecido entre a República Portuguesa e a Igreja Católica, ainda que as suas iniciativas não tenham colhido olhares benévolos entre todos os republicanos[594].

O 31 de Janeiro de 1933, já na antecâmara da institucionalização do Estado Novo, é aproveitado pelos republicanos bracarenses, uma vez mais, para através da celebração da malograda revolução republicana portuense de 1891 exaltarem a República e o

---

[594] Segundo o *Correio do Minho*, onde colhemos os diversos extractos referentes aos discursos dos oradores republicanos neste comício de 5 de Outubro de 1929, Domingos Pereira afirmou a este respeito: *Eu posso ser para alguns reu do crime de ter feito afirmações e ter praticado actos favoraveis das legitimas reivindicações da Igreja Catolica. Mas o meu partido – diz – nunca me fez a menor censura ou a menor observação aos actos praticados. Em pleno parlamento, pelo contrario, e sendo leader do PRP, foi ele encarregado de fazer as saudações ao Papa, numa sessão em que este foi homenageado. – ver* artigo "Comemorações do 5 de Outubro: Como no tempo da propaganda… Realizou-se ontem á noite uma sessão de gala no Salão Recreativo", *Correio do Minho*. Braga. Nº 996 (05/10/1929), p. 1.
Como prova do cruzamento algo natural do bracarense Domigos Pereira com a Igreja, mostra-se-nos oportuno adiantar ainda mais duas referências. Numa visita que efectuara à Creche de Braga na companhia do seu sogro, Bento d'Oliveira, em meados de Fevereiro de 1929, Domingos Pereira referira-se ao director desta instituição como "o meu velho amigo Cónego Dr. João Novais e Sousa". Claro que podemos reter destas palavras o comum perfil protocolar que marca os cumprimentos entre pessoas educadas, mas podemos vislumbrar também que Domingos Pereira sempre mantivera um relacionamento distendido com várias figuras do clero bracarense, conforme detectámos noutros registos. Ainda como prova das raízes católicas de Domingos Pereira, podemos reter, a título de exemplo e fixando-nos uns anos atrás, que a sua família encomendara a celebração de uma missa na igreja de Maximinos, em Julho de 1926, visando a sua recuperação de uma grave doença que então o afligia. O *Correio do Minho* noticia este facto nos termos seguintes: *Ontem às 10 horas da manhã foi celebrado na igreja paroquial de Maximinos o Santo Sacrificio em acção de graças pelo restabelecimento do nosso ilustre amigo sr. Dr. Domingos Pereira. A missa foi resada pelo Rev. Ab. Santos Portela, e mandada dizer pela familia daquele estadista, que a ela assistiu, bem como varias pessoas das suas relações.* (notícia "Dr. Domingos Pereira", no *Correio do Minho*. Braga. Nº 23, 31/07/1926, p. 1).

republicanismo na cidade. Um conjunto de inciativas dinamizadas pela Academia Republicana marcam a data: uma banda de música percorre as artérias da urbe, enquanto um manifesto evocativo da efeméride é distribuído à população; uma delegação da Academia Republicana desloca-se à residência de Simões d'Almeida para, homenageando na sua pessoa um dos revolucionários sobreviventes da revolução de 1891, lhe fazer a oferta de uma bandeira nacional "artisticamente pintada" (aliás, centenas de republicanos bracarenses, repetindo um procedimento adoptado no ano anterior, visitam este velho republicano na sua residência para lhe apresentarem cumprimentos); já à noite, na pastelaria Ferreira Capa, situada na cidade, um "Porto de Honra" animará a confraternização dos republicanos.

Vimos já que a cidade de Braga, após a revolução de 28 de Maio, acolheu vários conferencistas que veicularam mensagens elogiosas para a Ditadura instalada em Portugal e para o curso do autoritarismo instalado na Europa. Algumas destas vozes mostraram-se, porém, menos condescendentes para com a Ditadura, como foi o caso de Belmiro Pereira, um estudante do terceiro ano de Direito em Coimbra, que a 5 de Fevereiro de 1929 vem a Braga palestrar sob o tema "O Fascismo e a Questão Social". Então, no Salão Recreativo da cidade, este orador aponta como um *exagero o proibir-se in limine, como faz a legislação italiana, o direito à greve e ao lock-out*. Mais cáustico, considera que *não lhe parece que o parlamento fascista nem a Assembleia Nacional de Espanha tenham já encontrado essa conciliação contra* [entre?] *as novas formulas economicas e a liberdade da democracia,* advertindo depois, de forma mais incisiva, que os *intelectuais (…) sabem que as ditaduras, suspendendo os direitos da Constituição, não podem durar indefinidamente.* Em jeito de conclusão, e algo mais transigente, este orador formula votos, que considera serem os da academia coimbrã, para que *os operarios se unam, e todos unidos procurem o engrandecimento de Portugal, no justo equilibrio de todos os interesses*[595].

A 13 de Fevereiro de 1930, para assinalar a passagem de uma data memorável – o 11º aniversário sobre a reimplantação da República a Norte – o recém-criado núcleo bracarense da Liga da Mocidade Republicana do Norte promove uma conferência/comício, aberta à "população de Braga e aos republicanos em geral", na qual Leonardo Coimbra e Rui Luiz Gomes surgem anunciados como os oradores. Domingos Pereira, o destacado republicano a quem incumbiria presidir à mesa nesta

[595] O Fascismo e a Questão Social. C*orreio do Minho*. Braga. Nº 793 (6/02/1929), p. 3.

iniciativa, não compareceu – sendo o seu papel assumindo por Luís Augusto Simões d'Almeida, sempre disponível para as causas republicanas –, assim como Rui Luiz Gomes também não marcou presença. Perante um Teatro Circo repleto, revela o *Correio do Minho*, Leonardo Coimbra desenvolve uma dissertação onde exalta os valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade, os quais, enfatiza, são apanágio da República mas também do Evangelho. Sabendo-se numa cidade e numa região onde a Igreja, num multissecular amplexo, envolve as mentes e os corpos da generalidade dos cidadãos, L. Coimbra propõe-se mostrar como são conciliáveis a *Res Publica* e a *Ecclesia*, e simultaneamente incensa a grandeza da República e da Patria através da rememoração de feitos maiores como os que, não há muitos anos, os portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral haviam protagonizado. Mas, pragmaticamente rendido à nova condição do tempo, L. Coimbra não deixa de esclarecer que *não vimos guerrear; não vimos gritar morras; não somos anti-reaccionarios; não somos anti-dictadores*[596].

Cerca de dois anos depois, F. Valmor defendia, num artigo que assinava no *Correio do Minho,* ser inequivocamente necessária a reposição dos mecanismos democráticos no país, condição que tinha como indispensável para robustecer a República e pacificar o ambiente sócio-laboral, que de outro modo, sustentava ainda, podia descambar para soluções extremadas à esquerda. *É tempo, é mais que tempo de dar á Liberdade em Portugal a expressão juridica dos direitos individuais e das Corporações Sindicadas de*

---

[596] Pelo inegável interesse, atente-se num alargado excerto da reportagem que o *Correio do Minho* publica sobre esta conferência de Leonardo Coimbra na sua edição 14 de Fevereiro de 1930 (artigo "Propaganda da Republica - A Liga da Mocidade Republicana comemora a 13_de Fevereiro com uma formossissima conferencia do magistral orador dr. Leonardo Coimbra sobre o pensamento filosofico da Liberdade", edição nº 1106, p.4): *(…) A vida é um esforço, e a liberdade é o crescimento da vida, libertada no homem das escravidões do determinismo. (…) O homem que descobre a ciencia vale mais do que a ciencia. (…) O homem é livre porque teve uma alma espiritual. Liberdade é a propria actividade criadora. A actividade espiritual do homem revela-se em belesa, consciencia, verdade e justiça. (…) A egualdade que pretende a Democracia é a mesma egualdade cristã, da natureza espiritual do homem que tem em si um germen de alto destino. Cita o Evangelho de S. João e o episodio da Samaritana, que deu de beber agua do poço a Jesus sequioso, em paga do que este lhe revelou uma agua melhor que dentro de cada um é uma fonte que brota para a vida eterna. (…) No universo só o homem sabe que ha-de morrer, mas também só ele aspira à vida eterna. (…) E desta egualdade que é a propria natureza humana, a Democracia deduz a egualdade perante a lei e nada mais. (…) Somos partidarios do idealismo, mas de um alto idealismo. O Evangelho de S. João assim começa: "No principio era o Verbo". O Verbo, o Logos, a Razão, a ideia é ali o nome do proprio Deus. Tudo no mundo é ideia, realizada ou a realizar. A ideia é a apreensão do espirito criador, a ideia é a vida em acção. (…) Não vimos guerrear; não vimos gritar morras; não somos anti-reaccionarios; não somos anti-dictadores. (…) Chamemos o passado. O passado vivo que se fez eternidade. Não o passado morto e cadaver. Almas de então que venham elas aqui juntar-se às glorias do presente que em naves aereas traçaram sulcos de gloria no ceu da patria! Chamemos comnosco aquele que um dia antes de defrontar-se com o inimigo, ajoelhado beijou o solo da Patria, erguendo-A depois aos labios que a tocaram em ardente prece para o alto! Martires sinceros da Republica, evoquemo-los! De todos façamos presença na memoria e assim ergamos a epopeia das almas, de rastejar até voar, ergamo-las numa labareda de entusiasmo, labareda que ofusque até o brilho fisico dos astros nas alturas!*

produção e de trabalho, escrevia F. Valmor, que, acenando com maus presságios àqueles que teimavam em sufocar as liberdades, proclamava ser preferível *a revolução nacional por cima com republicanos, do que a revolta insurrecional por baixo com bolchevistas e as células de operarios e sargentos.* E a terminar as suas elucubrações – depois de uma referência elogiosa ao perfil governativo de Passos de Sousa e numa espécie de enxerto de um *slogan* que se ia então impondo – Valmor expressava os votos de que tudo fosse feito *sempre pela Nação, sempre pela Republica!*[597]

Por meados de 1931 o governo da Ditadura acenava à oposição republicana com a realização de eleições municipais, no final desse ano, conforme já referimos atrás. Aparentando alguma avidez pela aragem de liberdade entrevista no país, anunciam-se e preparam-se em Braga iniciativas de cariz partidário a par de outras que ostentam uma marca de maior independência política, todas elas propugnadoras do republicanismo. Neste último âmbito, através de uma alargada entrevista concedida o *Correio do Minho,* o engenheiro agrónomo Justino de Amorim revela estar em gestação na cidade um Círculo de Estudos Republicanos que almeja contribuir para o desenvolvolvimento e afirmação da democracia. Justino Amorim afirma que este "círculo de estudos" propõe-se *ilustrar a consciencia politica, pela expansão da cultura republicana, o que deve modificar os costumes dos portugueses.* Desafiado pelo entrevistador a clarificar melhor o projecto, J. Amorim assevera que o círculo de estudos não visa afrontar os partidos nem tão pouco os políticos, pois a sua acção deve ser entendida como uma "obra de harmonia", num quadro político que vislumbra como pluripartidário[598]. Já no âmbito da luta político-partidária mais directa, a 6 de Junho deste mesmo ano, a Comissão Municipal de Braga do Partido Democrático reunia-se – com a devida autorização concedida pelo governador civil do distrito, frisava o *Correio do Minho* de onde também retirámos esta informação[599] – para debater o envolvimento do partido no previsto acto eleitoral. Replicando os procedimentos adoptados à escala nacional, os republicanos bracarenses, unidos entretanto numa frente partidária, almejam a

[597] VALMOR, F. – A paz civil pela Republica. *Correio do Minho*. Braga. Nº 1694 (13/1/1932), p. 1.

[598] Nesta entrevista, Justino Amorim verte ainda estas esclarecedoras palavras acerca dos desideratos perseguidos por este "Círculo de Estudos Republicanos": *Procuramos formar cidadãos conscientes, apaixonados pelo estudo dos problemas politicos e sociais, deixando-lhes, porem, absoluta liberdade de se enquadrarem como homens de acção em qualquer dos partidos da republica. E, se por outro lado, os homens já filiados nos partidos quizerem aproveitar-se do nosso estimulo e camaradagem para estudar em comum problemas que a todos interessam, robustecer e documentar opiniões, procurar soluções justas aos problemas sociais, dentro da Republica, folgaremos em realizar conjuntamente esta preparação mental.* – Veja-se "Ao serviço da Democracia". *Correio do Minho*. Braga. Nº 1510, 89/06/1931), p.1.

[599] Vida politica: Partido Republicano português – *Correio do Minho.* Braga. Nº 1509 (7/06/1931), p. 1.

mobilização dos seus correligionários para a luta eleitoral e nesse sentido fazem publicar no *Correio do Minho* um apelo ao recenseamento eleitoral dos mesmos[600]. No início de Julho seguinte, o mesmo jornal publicava nova informação relativa a este mesmo movimento, esclarecendo da localização do "centro" da Aliança Republicana Socialista – onde todos os republicanos que pretendessem recensear-se podiam colher ao devidos esclarecimentos – e da composição da comissão política[601] do mesmo. Na tarde de 17 de Julho, o general Norton de Matos, a figura cartaz da Aliança Republicana e Socialista, estava em Braga para uma conferência de propaganda deste movimento republicano unitário. Deixando transparecer os apertos que envolviam a acção de propaganda deste movimento republicano, o *Correio do Minho* escreve:

> Vindo de Ponte de Lima, chegou ontem a esta cidade, em automovel, cerca das 15 e 30 horas (…) o sr. General Norton de Matos, antigo Ministro da Republica e presidente do Directorio da Aliança Republicana Socialista.
>
> O distinto militar recebeu cumprimentos da Comissão Concelhia da ARS e dos republicanos desta cidade, no edificio da séde daquele agrupamento politico (…)
>
> A seguir, o sr. General Norton de Matos, com autorização do magistrado superior do distrito, proferiu uma brilhante conferencia de propaganda eleitoral. (…)

---

[600] O *Correio do Minho* de 10 de Junho de 1931, sob o título "Vida política" (edição nº 1511, p. 1) publica este comunicado da Conjunção Republicana de Braga: *Pedem-nos a publicação do seguinte: A todos os republicanos, filiados ou independentes, que estão com o pensamento da "Conjunção republicana" se faz sentir a necessidade de se recensearem, para o que se prestam todas as informações na sede da Comissão Municipal do PRP na rua do Souto, nº 23-1º, das 10 ás 12 e das 14 ás 23 horas.*

[601] A informação veiculada pelo *Correio do Minho* (edição 1528, notícia "Aliança Republicana Socialista", p.1) é a seguinte: *Está constituída a Comissão Central da Aliança Republicana Socialista nesta cidade. Ao instalar-se saudou o Povo Republicano de Braga, exortando-o ao cumprimento dos seus deveres civicos. O direito de voto é uma das mais belas afirmações da democracia. Impõe-se por isso o recenseamento de todos os leais e sinceros republicanos, quaesquer que sejam os partidos em que militem ou as correntes de opinião que defendem. Acima de tudo, estão a defesa e prestigio da Republica! Nenhum republicano deve pois deixar de recensear-se, para o que se prestam todos os esclarecimentos no Centro da Aliança Republicana Socialista, na rua Rodrigues de Carvalho, nº 23-1º. A comissão ficou assim constituida: Dr. Joaquim de Oliveira, Conservador do Registo Civil, antigo parlamentar e Ministro da republica; Dr. João Caetano da Fonseca Lima, Conservador do Registo Predial, ex-Governador Civil e Presidente do Municipio; Luiz Augusto Simões de Almeida, funcionario aposentado e ex-senador da Republica; Manuel Ferreira Capa, industrial e comerciante, ex-presidente do Municipio; Dr. João Simões Veloso de Almeida, advogado e notário; Augusto Barbosa Lopes, funcionario publico e proprietário, Dr. Verissimo Augusto da Silva Guimarães, medico e proprietário; Antonio Rodrigues Pereira Veiga, farmaceutico diplomado; Dr. Julio Macedo, medico e proprietário, Aurelio Augusto Rodrigues, membro das quatro artes de construção civil; João Duarte Pregueiro, idem.*

Retenha-se, a título de curiosidade relevante, que num ofício enviado pela Câmara Municipal de Braga (a quem estavam adstritos os serviços de recenseamento) para o Governo Civil do distrito, com data de 29 de Abril de 1931, se informava que no concelho de Braga estavam recenseados 10.945 chefes de família (eleitores ao nível de freguesia) e 4616 cidadãos (eleitores para a Câmara Municipal). Ver Arquivo Governo Civil de Braga, *Correspondência Recebida,* 1ª Repartição, Cx. 9 (5.1.1.1), anos de 1931/32, maço "Correspondência dos Ministérios e Repartições Centrais".

> Durante três quartos de hora, e com o salão repleto de assistentes, o distinto colonialista historiou as cauzas que deram origem á Aliança organizada simplesmente por vontade do povo republicano.
>
> Referiu-se á conferencia que o orador e os comandantes Sr. Tito de Moraes e Cabeçadas tiveram com o chefe do Estado acerca da liberdade e propaganda eleitoral, autorizada pelo governo dentro de certos limites, aludiu largamente á necessidade da organização de comissões concelhias e de freguesias, pondo em relevo o grande auxilio que estas ultimas podem prestar para o triunfo das eleições[602].

O governo da Ditadura precavia-se, de facto, contra os eventuais danos que pudessem ressaltar da campanha eleitoral, como ficava evidente nas instruções que entretanto dimanara para os Governos Civis, onde esclarecia expressamente que *os pedidos de autorização para conferencias e outras reuniões de caracter politico, que se projectem realisar a proposito das futuras eleições, devem ser condicionadas por V. Exª., de forma a não permitir o mais ligeiro ataque à Ditadura e ao Governo da Republica, nem tampouco versarem sobre materia subversiva, ficando ainda ao esclarecido critério de V. Exª. a sua permissão ou recusa.* Esta nota instruía ainda que quaisquer iniciativas a realizar pela oposição deveriam contar com a presença fiscalizadora de um delegado do governador civil, ao qual cumpriria dar por terminada a sessão sempre que as mesmas se tornassem *prejudiciais aos interesses da Situação*[603].

As prometidas eleições para o final deste ano de 1931, não virão a realizar-se, porém, conforme já esclarecemos. Os mecanismos e procedimentos repressivos agora aplicados, vinham já sendo ensaiados e afinados desde os primeiros anos do governo da Ditadura, visando assegurar a quietude política no país. Em Setembro de 1927 o *Correio do Minho*, estigmatizado pela maior abertura assumida nas suas páginas para com a crítica à Ditadura estabelecida, acabaria suspenso durante cinco dias, não se publicando entre 8 e 12 desse mês. De Lisboa chegavam, entretanto, novas circulares confidenciais para o Governo Civil de Braga, nas quais se alertava para a necessária vigilância a exercer sobre conferências ou homenagens que se mostrassem potencialmente hostis para com a *Situação,* incumbindo-se sempre os governadores

---

[602] Aliança Republicana-Socialista. *Correio do Minho*. Braga. Nº 1543 (18/07/1931), p. 1.

[603] Extractos de uma circular classificada como "confidencial", enviada do Ministério do Interior para o Governo Civil de Braga, com data de 9 de Julho de 1931. Ver Arquivo Distrital de Braga, *Correspondência Geral do Governo Civil*, Cx. 29 (anos de 1929 a 1939), maço de 1931, doc. 22009.

civis de providenciarem no sentido de as proibir ou de as fazer cessar quando perpassassem estímulos subversivos no discurso dos oradores. Fazendo jus a este raciocínio, com data de 8 de Agosto de 1930 do Ministério do Interior era remetida uma circular confidencial[604] para o governador civil de Braga, naturalmente extensiva aos seus congéneres nos demais distritos do país, mediante a qual se interditava, doravante, o prosseguimento das homenagens públicas ao falecido estadista António José de Almeida, pois as mesmas serviam de pretexto, alegava a nota, para levar a cabo *verdadeiros comicios de propaganda contra a Ditadura e o Governo* e semear o terreno para preparar uma "eclosão" revolucionária. Em Janeiro de 1931, ainda noutra comunicação para o governador civil de Braga, o Ministério do Interior reclamava do mesmo a maior proficiência no sentido de aliciar para a causa do governo os comandantes das unidades militares da cidade, pois era do conhecimento do governo que alguns oficiais do Exército disseminavam propaganda anti-governamental pelos quartéis do país, *preconizando a organização de um novo Ministerio que sirva de transição para a normalidade constitucional.* Ludibriando a aparente determinação governamental – o governo propunha-se, nesta nota que vimos a referir, *proceder inergicamente contra esses agitadores*[605] –, em Agosto seguinte eclodiria um levantamento militar, que, mal sucedido, induziria um acrescento de repressão.

Ainda neste ano de 1931, através de uma circular enviada a 23 de Fevereiro para o Governo Givil de Braga, a Polícia Política Internacional informava este magistrado das manifestações operárias que o Partido Comunista procuraria dinamizar dois dias depois em várias localidades do país. Esta nota reclamava do governador civil a habilidade bastante para enfrentar a situação, pois uma actuação violenta das forças policiais induziria um incremento da contestação grevista[606]. Já no final do ano, na edição de 11

---

[604] Circular nº 140. Ver Arquivo Distrital de Braga, *Correspondência Geral*, Cx. 29 (anos de 1929 a 1939), maço de 1930, doc. 22132.

[605] Nestas referências citamos excertos da "Circular confidencial" nº 13 emanada do Ministério do Interior, para o Governo Civil de Braga, em 10 de Janeiro de 1931. Ver Arquivo Distrital de Braga, *Correspondência Geral do Governo Civil*, Cx. 29 (anos de 1929 a 1939, maço de 1931, docs. 21981 e 21982.

[606] Esta informação"Confidencial" é do seguinte teor: *O Partido Comunista Portuguez recebeu ordem da Internacional Comunista de Moscovo para, no proximo dia 25, realisar manifestações tumultuosas no Paiz. Estas manifestações serão feitas do seguinte modo: Os operarios entregarão aos Governadores Civis uma Representação sobre a crise do trabalho, procurando juntar o maior número possivel de manifestantes. Se estes forem bastantes, provocarão as autoridades, dando gritos subversivos, afim de obrigar as mesmas a intervir, do que resultará um choque violento. Uma das localidades do Norte onde essas manifestações se podem produzir é Braga. É opinião desta Policia que, apenas deve ser consentida a entrada no governo Civil a dois membros da comissão que pretende entregar a representação e que deve evitar-se, sem desprestigio para as autoridades e Situação, todo o contacto violento afim de não se criar qualquer pretexto para a realização de greves como sinal de protesto. Saude e Fraternidade. Pel'O*

de Dezembro, o *Diário do Minho* vertia ao público uma alargada entrevista com o chefe da Polícia de Braga, o tenente Figueiredo Gaspar, na qual este militar entre outras informações revelava o recente desmantelamento de seis células comunistas que actuavam na cidade, e que contariam com a participação de uma enfermeira, um proprietário, um militar e 29 chapeleiros, todos coordenados por um ferroviário. A vizinha cidade de Barcelos albergaria igualmente uma célula comunista, declarava o chefe da polícia, que mostrava algum espanto pelo facto de em Guimarães, um meio operário, não existir nenhuma[607].

Também no quadro da repressão acrescida neste ano de 1931, deve assinalar-se, por último, o afastamento de Álvaro Pipa das funções de chefe da secretaria da Câmara Municipal de Braga, uma medida que visa fragilizar uma voz moderada, mas enérgica, da oposição republicana na cidade[608].

6.4 - A peregrinação das figuras do regime pela cidade

À resistência percepcionada, e previsível, a Ditadura respondia, em Braga como no país, com a propaganda e com a multiplicação de visitas de figuras do governo ou de outras personagens publicamente reconhecidas e integradas no espírito da "Situação". Diversos ministros visitam a cidade, enfatizando comummente o seu mérito no

---

Inspector: (assinatura não identificada). Ver Arquivo Distrital de Braga, *Correspondência Geral do Governo Civil de Braga*. Cx. 29 (anos de 1929 a 1939), maço de 1931, doc. 22000.
Fazendo porventura eco da repressão que se terá seguido a esta jornada de protesto (ou então a outra de cariz asssemelhado), a 27 de Abril de 1931 o Sindicato da Construção Civil de Famalicão (no distrito de Braga), dirige uma carta ao governador civil de Braga na qual solicita a sua intervenção para que sejam devolvidos à liberdade alguns indivíduos que tinham protestado contra a falta respeito dos horários de trabalho. Na carta o sindicato lembra ao governador civil que os detidos, pais de vários filhos menores, foram injustamente denunciados pelo patronato, esse, sim, em falta pelo incumprimento da lei das 8 horas de trabalho diário.

[607] Veja-se em *Anexos XIV* (8) o artigo "Interessantes declarações do Sr. Tenente Figueiredo Gaspar sôbre a acção da Polícia de Braga", publicado no *Diário do Minho* de 11/12/1931.

[608] Sob o título "Alvaro Augusto Ferreira Pipa", o *Correio do Minho* de 26 de Setembro de 1931 (edição nº 1603, p.1) noticia: *Por despacho de 18 do corrente, publicado n "Diario do governo", hontem chegado a esta cidade, nº 221, II serie, é demitido o chefe da secretaria da Camara Municipal de Braga, Alvaro Augusto Ferreira Pipa, por incurso no nº 2 do artigo 2º do Decreto nº 19.141, de 19 de Dezembro de 1930. O artigo invocado assim resa: "Cooperação directa ou indirecta na preparação ou realisação de qualquer movimento revolucionario contra a Republica ou contra o Governo constituido, bem como o apoio ou adesão a este movimento.* Nas alegações que contrapõe no processo disciplinar que lhe foi movido na Cãmara Municipal – por nós consultadas através de uma cópia, não autenticada, que nos foi cedida pelo pelo seu neto, Dr. Fernando Pipa, juiz jubilado do supremo Tribunal – Álvaro Pipa denunciava que eram exactamente razões de ordem política e não de índole profissional, como inicialmente seria intentado, aquelas que então o visavam.

estabelecimento da nova ordem política do país, que haveria – defendiam – de promover a necessária regeneração da Nação. Algumas destas visitas foram já referenciadas ao longo deste trabalho, devidamente contextualizadas, e de outras verteremos uma referência que temos por suficiente na rubrica "Cronologia", em *Anexos.* Assim mesmo, no vasto roteiro que marca a passagem das figuras da Ditadura pela cidade, cumpre-nos deixar aqui a referência de alguns exemplos. Em 31 de Agosto e 1 de Setembro de 1926, Óscar Carmona, o chefe do governo, visita a cidade na companhia de Passos e Sousa, o ministro do Comércio e Comunicações. Carmona no discurso proferido na Câmara Muncipal não se esquece de afirmar que *Braga, de onde saiu o grito deste movimento redentor* [o 28 de Maio] *merece do governo dedicadas atenções e que será compensada no que for possível, sendo atendidas as suas justas reclamações*[609]. A 29 de Dezembro seguinte, Passos de Sousa, agora como ministro da Guerra, passa novamente por Braga – cidade que revisitará, entretanto, noutras ocasiões – assegurando que *em breve, Braga terá o seu grupo de esquadrões* e prometendo ainda no atinente a assuntos de outras pastas que *os legitimos interesses de Braga não serão desprezados*[610]. Para deixar ainda a referência a mais um exemplo, retenha-se que Óscar Carmona, já eleito presidente, visitará Braga durante dois dias, entre 23 e 25 de Junho de 1928.

6. 5 - A implantação da União Nacional

Desce cedo, os detentores do poder saído da revolução de 28 de Maio se aperceberam da necessidade de criar uma estrutura, com uma configuração partidária ou afim, que pudesse legitimar a Ditadura perante a população. Não tendo a alteração da ordem política subsequente à revolução de 28 de Maio resultado da impulsão de um partido político, como sucedera em Itália ou na Alemanha, impunha-se, entretanto, intentar a criação de uma nova agremiação política ou, quiçá, captar o apoio para a nova Situação de alguma organização partidária relevante já preexistente. Cunha Leal, o chefe da União Liberal Republicana (ULR), apressou-se publicamente, já o referimos, a apresentar a disponibilidade do seu partido para encarar este último papel, na perspectiva de uma progressiva transição da Ditadura para uma via civilista. Porém, este

[609] Os srs. Presidente do ministério e ministro do comércio erm Braga. *Diário do Minho*. Braga. Nº 2052 (1/09/1926), pp. 1 e 2.
[610] A Visita do sr. Ministro da Guerra – saudações dos oficiais a recepção no comando militar. C*orreio do Minho*. Braga. Nº 149 (30/12/1926), p. 1.

propósito acabará por não encontrar grande eco nos círculos do poder estabelecido. Aliás, reflectindo o progressivo empalidecimento da sua figura, alguns anos depois Cunha Leal acabará mesmo por vir a tornar-se um proscrito do Estado Novo, emparceirando nessa condição com outros republicanos moderados[611].

Cerca de um ano e meio volvido sobre o movimento militar saído de Braga, a situação começava a alterar-se. Assim, a 6 de Dezembro de 1927 o *Correio do Minho* publicava uma nota oficiosa, emanada do Governo Civil de Braga, na qual se informava ter-se iniciado a inscrição na recém-criada União Nacional Republicana, e se esclarecia ainda que *esta organização patriotica não é propriamente um partido politico,* remetendo-se para o núcleo da UNR a constituir em Braga o propósito de *agregar os elementos que desejem colaborar na obra da Ditadura,* bem como o desiderato de assumir o papel de *orgão transmissor para o Distrito das aspirações e necessidades locais*[612]. No dia seguinte, o mesmo *Correio do Minho* publicava uma entrevista com Artur Brandão, o líder da ULR em Braga, na qual este revelava não ter sido ainda tomada uma atitude face ao desafio colocado pelo governador civil, o capitão José Barbosa, para que apoiassem a nova estrutura. Artur Brandão adiantava que aguardariam pelas instruções do chefe nacional, Cunha Leal, para se posicionarem face à nova agremiação partidária, sustentando que de outro modo estariam a desertar da ULR. Esta União Nacional Republicana não veio, contudo, a assumir um futuro auspicioso, esvaziando-se por Fevereiro do ano seguinte, quando, num lance igualmente falhado, emerge uma também efémera Comissão de Propaganda da Ditadura, da qual não colhemos dados dignos de registo na cidade de Braga.

Cerca de três anos depois, numa reunião efectuada no Governo Civil de Braga a 8 de Agosto de 1930, os diferentes administradores concelhios procuravam acertar procedimentos para criar nos respectivos municípios as comissões da União Nacional – a nova estrutura partidária em gestação para o apoio ao regime. Contudo, rendidos por agora aos constrangimentos típicos de uma época de veraneio, em que os contactos pessoais estariam mais dificultados, os presentes decidiram agendar uma nova reunião para um mês depois, a 11 de Setembro, para então, intentarem avançar de forma mais decidida na constituição das diversas comissões da União Nacional. Já no final deste

[611] Francisco Cunha Leal, Domingos Leite Pereira, e ainda o chefe de secretaria da 5ª Vara e o ex-oficial da Marinha Prestes Salgueiro, através de uma resolução do Conselho de Ministros datada de 6 de Maio de 1935, ficarão proibidos de residir no território nacional por período de dois anos. Ver Arquivo de Salazar, ”política Oposição”, Arquivo da Torre do Tombo (AOS/CO/PC-3E).

[612] União Nacional Republicana. C*orreio do Minho*. Braga. Nº 435 (6/12/1927), p.1.

mês de Setembro, segundo revelava o *Correio do Minho*, o governador civil de Braga, Balduíno Seabra, apresentava ao ministro do Interior – a quem cabia a última palavra sobre a aceitação dos diferentes membros das comissões da UN ao nível concelhio e distrital – uma proposta com os diferentes nomes para integrarem as lideranças locais do partido[613]. Em Março e Abril de 1931, registando significativas alterações em relação à listagem antes avançada, a imprensa revelava os elementos constituintes das comissões concelhia e distrital de Braga da União Nacional já aprovadas pelo ministro do Interior, constatando-se uma clara preponderância de elementos da pequena burguesia letrada, cruzada por industriais e proprietários[614]. Em Julho seguinte, o ministro do Interior, o coronel Lopes Mateus, visitava a cidade de Braga para aferir do enraizamento da União Nacional e também para, assertivamente, incutir algum ânimo acrescido nas hostes locais, num momento em que o governo anunciara a realização de eleições municipais abertas ao concurso dos partidos da oposição.

O coronel Albino Rodrigues, presidente da distrital de Braga, desculpa-se então perante o ministro acerca da incipiente estruturação do partido, afirmando que, mercê desse facto, a União Nacional não pode "funcionar normalmente" na região. Em resposta, no seu discurso o ministro argumentará que *a ditadura ha de conservar-se para completar a sua obra, não sabendo quando acabará.* E, categórico, o ministro garantirá ainda que *o Governo nem por eleições ou revoluções entregará o paiz aos*

---

[613] Segundo o *Correio do Minho* (artigo "União Nacional: A organização no distrito de Braga", edição nº 1297, de 28/09/1930, p.1), a lista proposta para a comissão distrital de Braga da UN integrava os seguintes nomes: Dr. Domingos José Soares, dr. João Coelho da Mota Prego, dr. José Duarte Carrilho, dr. José Lino Lourenço Serro, dr. Leopoldo Martins de Freitas, Manoel Ferreira Barbosa e Paulo Correia Braga.

[614] Escrevia então o *Correio do Minho* (artigo "União Nacional: tomaram ontem posse as Comissões Distrital e Municipal de Braga", edição nº1458, de 08/04/1931, p.1): *No edifício do Governo Civil tomaram ontem posse, pelas 17 horas, as comissões distrital e municipal de Braga da União Nacional. A primeira é constituída pelos srs. Coronel Albino José Rodrigues, presidente; Dr. Alberto Carvalho de Magalhães e Menezes, vice-presidente; Francisco Lage, 1º secretário; Dr. Francisco Costa, 2º secretário (Cabeceiras de Basto); e Antonio José Pereira Lima (Guimarães); Agronomo, Dr. João Coelho da Mota Prego (Guimarães); Professor, Dr. Alvaro Candido Ferreira da Silva; P.e José Ferreira da Costa Lima (Espozende); e Dr. Armindo Alves Correia de Araujo (Famalicão) vogaes.* (…)
Relativamente à lista da comissão Municipal de Braga da UN, o *Diário do Minho* avançara já anteriormente a constituição da mesma (depois confirmada pela notícia do *Correio do Minho* atrás citada, mas sem referência ao estatuto profissional dos seus elementos), que era conforme se segue: *Presidente, Dr. Augusto Cesar Cerqueira Gomes, médico; Vice-presidente, Verissimo Martins de Almeida, industrial; 1º secretario, Afonso de Miranda de Amorim e Vasconcelos, proprietário; 2º secretario, Candido Braga Ramalhete, Engenheiro civil; Vogaes, Dr. Felicissimo A. do Vale Rego Campos, médico; Engenheiro Agronomo, Henrique Maria Chaves Marques de Sá Carneiro, agrónomo; Carlos de Moura Loureiro, estudante; Joaquim da Silva Correia, operario, e Agostinho de Azevedo Meireles, Engenheiro Civil.* Ver artigo "União Nacional" na rubrica "Crónica da Cidade", publicado no *Diário do Minho*. Braga. Nº 3448 (22/3/1931), p.2.

seus inimigos, acabando mesmo a sentenciar: *não tenhamos ilusões, os governos nunca perderam eleições. Com a obra já realizada a victoria é segura*[615].

Domingos José Soares, vulto da vida política bracarense no final da Monarquia, recuperará protagonismo durante o sidonismo, a Monarquia do Norte e o Estado Novo.
(foto publicada na Ilustração Católica nº 14, de 4/10/1913, p. 221)

A União Nacional não teria de enfrentar as prometidas eleições no final desse ano, já o sabemos[616], mas posteriormente, no quadro viciado do jogo eleitoral entretanto estabelecido, haveria de fazer *jus* às palavras agora proferidas por Lopes Mateus, vindo os seus candidatos, em Braga como no país, a ganhar sistematicamente os diversos sufrágios através dos quais o regime procurou legitimar a sua existência.

[615] O titular da pasta do Interior em Braga. *Correio do Minho*. Braga. Nº 1530 (14/07/1931), p. 1

[616] A propósito da revolução de 26 de Agosto de 1931 contra a Ditadura estabelecida e da subsequente repressão que eliminará as prometidas eleições autárquicas, retenha-se que em várias edições publicadas entre os dias 23 e 30 de Agosto de 1931, o *Correio do Minho,* fazendo eco da existência de dissidências no seio da União Nacional em Braga, avançava ainda que, na sequência de uma denúncia acerca da preparação de movimentações subversivas – delação alegadamente efectuada perante a polícia por Francisco Lage, o vice-presidente da União Nacional em Braga, relembramos –, o capitão-médico Martins de Araújo viria a ser preso na cidade de Braga.

6.6 - O acolhimento da Constituição de 1933

Para ultrapassar o perfil precário que marcava a Ditadura Militar, os detentores do poder preparam e promovem, entretanto, uma nova Constituição, cujo texto submeterão a um plebiscito, para assim intentarem fragilizar as vozes contestatárias e procurarem uma legitimação da nova ordem. Não obstante o cerco crescente à liberdade que temos vindo a descrever, é possível detectar nas páginas da imprensa de Braga apreciações e comentários bem dissonantes acerca do projecto de Constituição, entretanto conhecido, nuns casos enfatizando as suas virtudes e noutros assestando-lhe críticas severas.

Numa apreciação cáustica para com a arquitectura constitucional já esboçada, no primeiro suplemento da folha-semanário *Era Nova* acoplada ao *Correio do Minho* (a 16 de Julho de 1932) denuncia-se a perversão fascizante do projecto de Constituição, defendendo-se designadamente que a cidadania democrática tem que ser exercida pelo indivíduo, cujos direitos não podem ser esmagados pelo Estado nem diluídos na figura da família:

> O projecto de Constituição tem um defeito gravissimo: carreta uma pesada carga de *mussolinadas*.
>
> Há algumas concessões ao individualismo, mas prejudicadas, se não de todo anuladas, pela afirmação dominante do colectivismo nacionalista.
>
> A *razão de Estado* esmaga tudo. Verbalmente concede-se o *habeas corpus*, mas nega-se o *habeas animam*.
>
> Em todo e por todo o individuo tem de ceder à colectividade.
>
> A célula social é a familia. E' a esta que o voto pertence de direito… A familia será a *estafada* célula social; mas nem por isso lhe deve pertencer o direito de votar nas assembleias eleitorais. O direito de votar pertence ao homem, não como *célula* ou *tecido* mas como vontade, inteligencia, conciencia, alma racional. (…)
>
> Em resumo, o projecto de Constituição nasceu mal, porque nasceu morto. Veio ao mundo sem alma, Se reconhece o *habeas corpus*, desconhece o *habeas animam*[617].

---

[617] O Individuo como sujeito e objecto de Direito. *Era Nova*, nº 25 (suplemento do *Correio do Minho*, nº 1851, de 16/07/1932, p. 3).
Retenha-se que num texto publicado nove meses antes no "seu" *Correio do Minho* (artigo "Ainda o Conceito de cidadão, origem Estado: ouvindo alguns filósofos católicos", edição nº 1614, de 9 de Outubro de 1931, p. 1), o jornalista Constantino Coelho, considerando que "o Estado é a totaldade dos cidadãos constituída em soberania política", defendia já claramente que era ao indivíduo, ao cidadão, a quem deveria ser concedido a primazia na legitimação democrática do Estado e não à família. Ao invés, e de alguma forma a título de curiosidade, podemos recordar que quatro anos antes, nas vésperas da eleição de Carmona para presidente da República, José Braga da Cruz (que fora deputado eleito pelo Circlo Católico de Braga

Dentro desta linha de rumo, no suplemento da *Era Nova* saída na edição do Correio do Minho de 14 de Janeiro de 1933 reclama-se contra a proliferação de ataques aos regimes liberais, afirmando-se peremptoriamente que *somos democratas porque esse ideal traduz a mais lata noção de igualdade de direitos e deveres, de liberdade de expressão de pensamento e acção, afirmando e dignificando assim a personalidade humana*[618].

No respeitante aos monárquicos bracarenses, podemos supor com segurança que, no seguimento das apreciações do conselho político da Causa Monárquica ao projecto da nova Constituição, terão votado favoravelmente, na sua maioria, no plebiscito efectuado a 19 de Março de 1933. Nas vésperas desta consulta, o *Diário do Minho* reproduzia a nota que a direcção da Causa Monárquica enviara para a imprensa, nos inícios de Janeiro último, na qual ficava clara a defesa de um apoio táctico ao "Sim", pois aí se considerava que *podem os monárquicos discordar da oportunidade, natureza e merecimentos do projecto de Constituição mas (…) deverão, contudo, considerar a conveniência patriótica de ser dado apoio a quem assegure, neste momento de tão graves ameaças, a salvaguarda dos altos interesses nacionais de ordem interna e externa*[619]. Em jeito de editorial, também o *Diário do Minho,* na edição de 15 de Março[620], apelaria a um voto no plebiscito favorável ao texto constitucional, clarificando que a despeito de os católicos poderem imputar insuficiências à Lei Fundamental agora proposta, assim mesmo deveriam reter que o articulado do seu texto se apresentava "muito superior" ao da anterior Constituição de 1911. No dia seguinte, numa acção de propaganda dirigida para elementos afectos à Situação, no salão nobre do Governo Civil um receptor de rádio permitia à assistência ouvir em directo o discurso que Salazar efectuaria na sede da União Nacional, num apelo à aprovação do plebiscito. A vitória no plebiscito estava também, naturalmente, dada como certa pela Ditadura, como se depreenderá ainda pelo facto de apenas escassos dias antes da

---

nas eleições de 10 de Julho de 1921) elogiava num artigo publicado no *Diário do Minho* a opção então feita de atribuir aos chefes de família o direito de voto, opção que decerto ainda manteria como a melhor para o texto constitucional de 1933.

[618] A Democracia: campanha de descrédito. *Era Nova,* nº 50 (suplemento do *Correio do Minho*, nº 2006, de 14/01/1933, p.4.

[619] A Nova Constituição: a Causa Monárquica e o plebiscito de domingo. *Diário do Minho*. Braga. Nº 4058 (16-3-1933), p.1.

[620] A Nova Constituição. *Diário do Minho*. Braga. Nº 4057 (15/03/1933), p. 1.

realização do mesmo surgirem afixados, nas ruas da cidade, os cartazes a incitar os recenseados à participação na votação[621].

No concelho de Braga o universo dos recenseados era constituído por 15.505 inscritos, dos quais cerca de 15% pertenceriam ao sexo feminino, na condição de chefes de família. Segundo os dados oficiais do governo, e como sempre acontece nos plebiscitos organizados por regimes autoritários, o apoio dos participantes na consulta foi esmagador. No conjunto do distrito de Braga, perante o universo de 70.029 potenciais votantes (os recenseados) votaram a favor da aprovação da nova Constituição 54.654, enquanto que 79 votaram contra[622]. Já o sabemos claramente: consumada agora a aprovação de um fato à medida dos tempos que então vicejavam na Europa, a cidade de Braga e o país haveriam de cruzar muitas décadas até que uma roupagem fresca e tingida pelas cores mais exuberantes da Liberdade fosse de novo adoptada.

[621] O *Correio do Minho* de 16 de Março de 1933 (rubrica "Plebiscito Nacional", edição nº 2054, p. 1) informa: *Já foram afixados em vários pontos desta cidade os cartazes convidando os eleitores a concorrer ao plebiscito nacional, que vai realizar-se no próximo domingo.*

[622] Números colhidos no jornal bracarense *Diário do Minho* (edição nº 4063, de 22/03/1933, p.1).

Conclusão

Impõe-se agora realçar as marcas principais da cidade de Braga e da região, nos aspectos político e social, numa época trepidante em Portugal como na Europa. Cumpre-nos ser precisos, concisos e, forçosamente, não redundantes.

Braga, uma cidade num território (o concelho e distrito) que, por 1900, ainda se mostra muito marcado por uma economia ligada às actividades agrícolas, incapaz de propiciar uma vida satisfatória para muitos dos seus habitantes, que, por isso, encontram na emigração a perspectiva de horizontes mais prometedores. Braga, uma cidade cujo quadro mental se pode aferir pelo facto de – não raro e já adentro da terceira década do século XX – nas suas freguesias rurais alguns indivíduos persistirem em recolocar no interior das igrejas os corpos dos seus entes queridos, antes sepultados no cemitério exterior, contrariando legislação de há muito em vigor, assim como as determinações da hierarquia da Igreja. A 1ª Guerra Mundial submergirá a cidade numa ambiência mais sombria e pesada, marcada por carências aumentadas, mas os apelos ao patriotismo, na imprensa ou nos comícios, procuram levantar os ânimos e acrescentar centelhas de energia.

Durante todo este período – porventura de forma menos acesa durante a República – a imprensa bracarense, sobretudo a não partidária, ecoará repetidos protestos contra a falta de atenção dos poderes de Lisboa para com as legítimas aspirações e reclamações da cidade. A elevação da categoria dos estabelecimentos de ensino, a criação ou a manutenção de quartéis militares, o termo da ansiada estrada Braga-Chaves ou a instalação de serviços públicos diversos na cidade mobilizam as designadas "forças vivas" bracarenses. Depois da revolução de 28 de Maio, nas páginas do *Correio do Minho* expor-se-á alguma estupefacção, ou desalento, pelo facto de "a Fundadora" – o epíteto reclamado para Braga numa alusão ao facto de daqui ter partido o movimento militar que pôs fim à 1ª República – continuar a ser ignorada pelos novos detentores do poder.

A actividade política em Braga, como seria expectável, é um exclusivo masculino. Arredadas quase plenamente do direito de votar durante todo este período, as mulheres, atrofiadas, no seu conjunto, por uma taxa de analfabetismo superior à já muito elevada taxa patenteada pelos homens, só fugaz e marginalmente aparecem envolvidas em

acções de índole política, normalmente como resultado da sua condição de esposas de políticos.

Nas últimas décadas da Monarquia, os partidos Regenerador e Progressista hegemonizam a paisagem política local, em conformidade com o observado a nível nacional. O Partido Regenerador mostra-se dominante no concurso para o Parlamento, pelo círculo de Braga, mas no respeitante às eleições municipais a supremacia eleitoral propende para o Partido Progressista. Deste último partido, particularmente, migrarão algumas figuras para o PRP, depois de instalada a República. No conjunto dos protagonistas monárquicos bracarenses sobressai a figura do visconde da Torre, o epítome do grande influente local, que se passará das hostes do partido Progressista para o Regenerador por meados da década de 1890. Depois de ter ganho pelos regeneradores a sua eleição como deputado, e depois de ter exercido o cargo de governador civil de Braga ao serviço de governos regeneradores, já no ocaso da Monarquia, em Setembro de 1910, numa inquestionável demonstração do reconhecimento da sua valia como fazedor de eleições, o visconde da Torre será nomeado par do reino – uma promoção política que, obviamente, não poderá desfrutar.

Sendo certo que Braga se mostra um espaço conservador, nem por isso se pode concluir, como profusamente demonstrámos, que os republicanos não encontrassem aqui espaço para ostentarem os seus princípios e exibirem o seu credo. De facto, e atendo-nos ao plano político, uma análise atenta das muitas considerações e dos muitos testemunhos desvelados neste trabalho permite-nos acertar que Braga, na viragem dos séculos XIX/XX, não era o território de "ovelhinhas narcotizadas" pela Igreja, como se lamentava Menici Malheiro – um republicano bracarense que não esconde o seu anticlericalismo – na sua *Braga Contemporânea* (ob. cit., 1933). Desde os inícios da década de 1890, sacudida pela convulsão do *ultimatum,* que a cidade de Braga expõe sinais claros de um republicanismo que procura medrar num meio eleitoralmente difícil. O primeiro centro republicano, ainda que temporariamente, emergirá na cidade de Braga no dealbar da última década do século XIX denotando, assim, que os republicanos também pretendiam luzir numa "cidade de Deus".

As iniciativas republicanas mostrar-se-ão reincidentes, nos últimos anos da Monarquia, suportadas por um grupo de protagonistas inveterados no seu republicanismo, que vislumbram como redentor das mentes, da Pátria e da terra que habitam e que entendem merecer mais. De entre estes republicanos arreigados na crença, e consequentes na acção, de que a República haveria, em tempo não distante, de

envolver o país no seu manto de justiça e fraternidade destaca-se a figura de Luiz Augusto Simões d'Almeida. O reconhecimento da valia da sua acção política em prol da República, mais relevante no plano local, mereceria recorrentemente o aplauso na imprensa republicana da cidade – mormente aquando da passagem de datas marcantes do calendário republicano – durante a 1ª República, assim como, enquanto tal foi permitido, nos primeiros anos do Estado Novo. Ainda no declinar da Monarquia, as excursões de republicanos portuenses à cidade de Braga, realizadas no Verão, servem para exibir solidariedade e para fortalecer os denodados correligionários bracarenses na árdua tarefa de difusão do republicanismo. Não raras vezes, durante o período monárquico, estas investidas dos republicanos portuenses, num reduto "reservado", são marcadas por considerável violência. Depois do 5 de Outubro de 1910, estas visitas prosseguirão, num esforço para propagandear as virtudes da nova ordem.

Antes da implantação da República, nunca os republicanos lograram a eleição de qualquer deputado ou vereador municipal nas eleições realizadas em Braga. Mas, particularmente após o regicídio, nos derradeiros anos da Monarquia a luta política mostra-se mais desabrida e confiante por parte dos republicanos bracarenses. A confirmação do sucesso da implantação da República no país chega a Braga a 6 de Outubro, por telefone e por telegrama, dispensando a eventual actuação do "comité revolucionário" que havia sido constituído na cidade a pensar na colaboração numa revolução armada, que se antecipava como prestes a acontecer.

Proclamada a República, na cidade de Braga processa-se uma inevitável mudança nos cargos político-administrativos, agora republicanizados. Os republicanos bracarenses sentem a necessidade de fazer frutificar a semente da "boa nova" – os valores da República – e muitos de entre eles persistem em identificar na Igreja um alvo de referência. Manoel Couto, um dos republicanos afoitos e destemperados que se salienta na cidade no final da Monarquia – nomeadamente através dos escritos que verte no semanário republicano *A Verdade,* surgido em 1909 – não esconde o seu anti-clericalismo, coligando repetidamente a Igreja nos desmandos e falhanços imputados ao deposto regime.

Outras vozes de diapasão assemelhado ecoam entretanto pela imprensa republicana, multiplicada após o 5 de Outubro de 1910, assim como depois de fenecida a República. Ademais, episódios vários ilustrarão, entretanto, as desavenças, a desconfiança estabelecida entre o poder civil republicano e a Igreja local, num reflexo aparentado com o sucedido no plano nacional. Ecoando este persistente mal-estar, a 5 de Outubro

de 1929 – quando a Ditadura se firmava mas ainda não reclamava por um estatuto perene – numa manifestação evocativa da Implantação da República, será possível escutar um inflamado orador republicano a advertir o público para as ameaças clericais, precisando temer que *o paiz seja invadido pelos jesuitas, desejosos de transformar Portugal num Colegio de Campolide.* Alguns republicanos bracarenses intentarão, contudo, a harmonização possível com a Igreja, parecendo destacar-se neste papel a figura de Domingos Pereira, protagonista local nas primeiras horas do novo regime e que virá a ser alcandorado, posteriormente, a lugar de destaque político no seio da República.

Os "democráticos", herdeiros da "máquina" local do PRP e enraizados num aparelho político mais disperso pelo território bracarense, hegemonizarão a paisagem política da cidade durante toda a 1ª República, afora alguns períodos excepcionais. Os seus adversários, republicanos ou monárquicos, denunciam nos democráticos a utilização de práticas caciquistas, quando não, mais ostensivamente, execram a "ditadura democrática".

A maioria dos monárquicos dispõe-se estrategicamente recolhida nos primeiros tempos da República. Alguns, porém, persistirão em exibir a saudade e a firmeza nos princípios monárquicos, conquanto outros, menos convictos ou mais pragmáticos, mudem de roupagem para se acolherem nas fileiras do PRP. As incursões monárquicas nos primeiros anos da República encontram em Braga vários milicianos dispostos a pegar em armas, em nome da saudade, acabando muitos deles, frustrada a insurreição, por vir a encontrar uma vaga na prisão. Aquando da ditadura de Pimenta de Castro, no sidonismo, ou durante a Monarquia do Norte, muitos dos monárquicos mais firmes no seu credo aproveitam para emergir na ribalta, clamando o mérito de nunca terem quebrado princípios. Porém, será já durante a Ditadura instalada na sequência da revolução de 28 de Maio de 1926 que algumas destas figuras retomarão um sólido protagonismo num país que, mesmo não voltando a render-se aos méritos da Monarquia – como desejaram, acreditaram e porfiaram mesmo durante largos anos –, se mostrará duradouramente reconfigurado numa feição que vêem como mais razoável e, sobretudo, distante do radicalismo jacobino e maçónico que detectavam na 1ª República. De entre estas últimas figuras sobressairá o médico Domingos José Soares, um vulto do Partido Progressista em Braga, nos últimos anos da Monarquia, que logrará guindar-se a lugares de primeiro plano na política local após o 28 de Maio.

A Ditadura Militar surge em 1926, promovida por um golpe que ia ao encontro dos apelos de alguns dos republicanos bracarenses da primeira hora, mas que afrontava igualmente a censura de não poucas vozes avisadas – que se manifestavam contra os falsos méritos das ditaduras que submergiam a vizinha Espanha ou a Itália. Nos primeiros anos da Ditadura saída da revolução de Maio, a imprensa bracarense deu o eco possível às manifestações da oposição republicana. Na imprensa conotada com a Igreja, a aversão inicial à censura instalada no país – como ao autoritarismo fascizante que submerge vários países europeus – cede ao pragmatismo, deslizando com alguma rapidez para uma nova abordagem, marcada pela rendição ou mesmo pelo apoio entusiástico à Ditadura instalada. Progressivamente, a abertura para com as iniciativas oposicionistas dos republicanos – conferências, artigos de opinião e uma ou outra manifestação pública – ficará confinada às páginas do *Correio do Minho.* Mas em Abril de 1934, a mudança exibe-se clara: doravante transmutado em órgão oficial da União Nacional, depois de afastado o seu director desde a primeira hora – o moderado mas convicto republicano Álvaro Pipa – o *Correio do Minho* não mais ecoará juízos dissidentes. Agora, a cidade haveria de ficar deveras "narcotizada" pela força e pelas circunstâncias.

Bibliografia e Fontes:

1- Arquivos (fontes impressas e manuscritas):

1.1- Arquivo Distrital de Braga:

- *Correspondência Geral do Governo Civil:*

- Cx. 5 (1875-90);
- Cx. 6 (1891-94);
- Cx.7 (1895-98);
- Cx. 8 (1898-99);
- Cx. 9 (1900);
- Cx. 10 (1901);
- Cx. 11 (1902-03);
- Cx. 12 (1903-05);
- Cx. 13 (1905-06);
- Cx. 14 (1906-08);
- Cx. 15 (1908-10);
- Cx. 16 (1910-11);
- Cx. 17 (1911-12);
- Cx. 18 (1912-13);
- Cx. 19 (1913-14);
- Cx. 20 (1914-15);
- Cx. 21 (1915-17);
- Cx. 22 (1917-18);
- Cx. 23 (1918-19);
- Cx. 24 (1919-20);
- Cx. 25 (1920-21);
- Cx. 26 (1921-23);
- Cx. 27 (1923-24);
- Cx. 28 (1924-28),
- Cx. 29 (anos de 1929 a 1939, docs. 21518 a 22412)

– Livro de Registo de Sócios do Centro Escolar Bernardino Machado

1.2 - Arquivo da Câmara Municipal de Braga:

- Actas de reuniões, de Janeiro de 1890 a Julho de 1933 (Câmara Municipal, Comissões Administrativas e Senado).

- Correspondência Recebida (3.3.1):

- Cx. 1891-92, 1894-95 e 1899;
- Cx. 1897, 1898 e 1899;
- Cx.1900;

- Cx. 1901;
- Cx.1902;
- Cx. 1903;
- Cx. 1904;
- Cx. 1905;
- Cx. 1906;
- Cx. 1907;
- Cx. 1908.

1.3- Arquivo do Governo Civil de Braga:

Correspondência Recebida -1ª Repartição (5.1.1.1):

- Cx 1, 1921-22, maços: Corpos e corporações administrativas; correspondência diversa; Ministérios e Repartições.
- Cx. 2, 1922, maços: Braga; Ministérios e Repartições Centrais.
- Cx. 3, 1927, maços: Ministérios e Repartições Centrais; correspondência diversa-ofícios cartas).
– Cx 4, 1927-28, maços Braga 1927; Correspondência Diversa 1928; Ministérios 1928.
- Cx 5, 28, 1928, maços: Braga; autoridades diversas.
- Cx 6, 1929, maço: Braga 1929.
- Cx 7, 1929-30, maços: autoridades diversas (1929), ministérios (1929), correspondência diversa (1929), de ministérios e repartições centrais (1930).
- Cx. 8, 1930-31, maços: Correspondência de Braga de 1930; Correspondência Diversa, 1931; correspondência de Ministérios e Repartições Centrais.
- Cx. 9, 1931/32, maços: Correspondência diferentes autoridades do exterior; Concelho de Braga; Correspondência exterior; Correspondência Ministérios e repartições Centrais;
- Cx. 10, 1932-33, maços: Correspondência do Concelho de Braga (19332); correspondência Autoridades do Exterior (1933).
- Cx. 11, 1933, maços: Correspondência do Concelho de Braga; Correspondência Ministérios Repartições Centrais.

Correspondência Recebida -2ª Repartição (5.1.2.1):

- Cx 1, 1921/1922, maços: Ministérios (1922); Ministérios e Repartições Centrais (1921) Câmaras e Administrações (1922); autoridades Diversas.
- Cx 2 (1923/1924), maços: diversos; Corpos e corporações administrativas; Ministérios e repartições Centrais.
- Cx 3 (1925/1926), maços: Câmaras e Administrações (1925, 1926); Ministérios e repartições Centrais (1925).
- Cx 4 (1926/1927), maços: Ministérios e Repartições Centrais (1926); Ministérios e Repartições Centrais (1927); Diversos (1927).

- Cx 5 (1928), maços: Ministérios e Tribunais (1928); Corpos e Corporações Administrativas.
- Cx 6 (1929), maços: Corpos e Corporações Administrativas; Ministérios e Repartições Centrais
- Cx. 7 (1930), maços: Ministérios; Câmara e Administração do Concelho de Braga; Autoridades Diversas;
- Cx. 8 (1931), maços: Câmara e administração do Concelho" de Braga; Autoridades Diversas do Exterior"; Ministérios e Tribunais.
- Cx. 9 (1932), maços: Autoridades Diversas; Administração do Concelho e da Câmara de Braga;
- Cx. 10 (1933), maços: C. Municipal e Administração do Concelho de Braga; Ministérios e Repartições Centrais.

Correspondência Recebida, 1ª Repartição (5.1.3.1):

- Cx. 1, maços: 1907, 1908, 1909, 1910, 1911 e 1912.
- Cx. 2, maços: 1913, 1914, 1915 e 1925.

Correspondência Expedida, 5.1.2.2 - 2ª Repartição:

- Cx. 01 (anos de 1921,1923 a 1934), maços de 1921, 1923, 1924, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1930, 1931,1932, 1933.

Correspondência Expedida, 5.1.2.2 - 1ª Repartição:

- Cx. 1 (1922, 1927 a 1934): maços de 1922, 1927, 1928, 1929, 1930, 1931, 1932, 1933.

1.4 - Arquivo do Ministério do Interior (Torre do Tombo)

- Carta/ofício 893 (31 de Outubro de 1930), maço: Correspondência Ministérios e Repartições Centrais-1930

1.5 – Arquivo Histórico-Parlamentar (Lisboa):

- *Diário da Câmara de Deputados*, Janeiro de 1890, legislatura nº 27, sessão nº 4, diário nº 4, 9/01/1890, p. 21.
- *Diário da Câmara de Deputados*, Abril-Maio de 1890, legislatura nº 28, sessão nº 1 da legislatura, diário (sessão) nº 2, 22/04/1890, p. 17.
- *Diário da Câmara dos senhores Deputados*, Janeiro-Maio de 1893, legislatura nº 29, sessão nº 1 da legislatura, diário (sessão) nº 4, 09/01/1893, p. 4.
- *Diário da Câmara dos senhores Deputados*, 1894, legislatura nº 30, sessão nº 1 (única), diário nº 8, 15/10/1894, p. 73.

- *Diário da Câmara dos Deputados* (sessões de 3 de Janeiro a 27 de Março de 1896, vol. I), legislatura nº 31, sessão 1 da legislatura, diário (sessão) nº 2, 7/01/1896, pp. 2-3.
- *Diário da Câmara dos Deputados* (sessões de 4 de Janeiro a 8 de Fevereiro e 10 de Junho a 4 de Setembro de 1897, 32ª legislatura 1, diário (sessão) nº 3, 21/06/1897, pp. 5-7.
- *Diário da Câmara dos Deputados* (Janeiro a Junho de 1900), 33ª Legislatura, diário (sessão) nº 2, 10/01/1900, pp.1.
- *Diário da Câmara dos Deputados* (Janeiro-Março), 34ª legislatura, diário (sessão) nº1, 4/01/1901, pp. 1-3.
- *Diário da Câmara dos Deputados* (Janeiro-Março 1902), 35ª legislatura, sessão nº 1, diário (sessão) nº 1, 4/01/1902, pp.1-3.
- *Diário da Câmara dos Deputados* (Setembro-Novembro de 1904), 36ª legislatura, diário (sessão) nº 1, 30/09/1904, pp.2,3.
- *Diário da Câmara dos Deputados* (Abril a Setembro de 1905), 37º legislatura, sessão nº 1 da legislatura, diário (sessão) nº 1, 4/04/1905, pp. 2,3.
- *Diário da Câmara dos Deputados* (2 a 4 de Junho de 1906), 38ª legislatura, sessão nº 1 da legislatura, diário (sessão) nº 1, 4/06/1906, pp. 2, 3.
- *Diário da Câmara dos Deputados* (Outubro a Dezembro de 1906), 39ª legislatura, sessão nº 1 da legislatura, diário (sessão) nº 1, 1/10/1906, pp. 2-3.
- *Diário da Câmara dos Deputados de* Abril a Julho de 1808), 40ª legislatura, sessão nº 5, de 8/05/1908, pp. 3 e 4 e sessão nº 6, de 9/05/1908, pp. 1 e 2.
- *Diário da Assembleia Nacional constituinte - Junta Preparatória* (1ª sessão legislativa - 1911), 3º sessão (21/06/1911), pp. 2.
- *Diário da Câmara de Deputados*, sessão nº 1 de 24 de Junho de 1915, pp.1-3.
- *Diário da Câmara dos Deputados* (Julho a Novembro de 1918), Junta Preparatória, 19/07/1918, pp. 1-3.
- *Diário da Câmara dos Deputados*, IV Legislatura (1919), 1-50, 2ª sessão Preparatória, 2/07/1919, pp. 1-5.
- *Diário da Câmara dos Deputados,* V Legislatura (Julho a Setembro de 1921), sessão preparatória nº 2, 30/07/1921, pp. 1 e 2.
- *Diário da Câmara dos Deputados*, VI Legislatura (1922), sessão preparatória nº 2, 20/02/1922, p. 5.
- *Diário da Câmara dos Deputados*, VII Legislatura (1925-26), sessão preparatória nº 2, 10 de Dezembro de 1925, p. 5.
- *Diário do Senado*, República Portuguesa (Dezembro a Abril de 1911), sessão nº 78, 30 de Abril de 1912, pp. 3-6.
- Livro de registo do Pessoal politico da Camara dos Senhores deputados: legislatura de 1890.
- *Livro Político dos Senadores*, vol. I, 1911-14.
- *Livro Político, II legislatura* (Registo dos senadores do Congresso da , 21 de Junho de 1915 a 5 de Dezembro de 1917.
- *Livro Político, III legislatura* (Registo dos Senadores do Congresso da República Portuguesa, 15 Julho 1918 a 21 Fevereiro de 1919.
- *Livro político do Senado*, vol. IV, 4ª legislatura, 2 de Junho de 1919 a 1 de Junho de 1921.
- *Livro Político, VI Legislatura*, 1922-1925 (Registo dos Senadores do Congresso da República, VI Legislatura, 15 de Fevereiro de 1922 a 15 Agosto de 1925

1.6 - Manuscritos diversos:

Arquivo Distrital de Braga:

- Manuscrito 560, nº 19.
- Cartas (10) escritas por Bernardino Luiz Machado Guimarães a João Penha (547-III)
- Cartas (2) escritas por Henrique Trindade Coelho a João penha (547-II)
- Cartas (5) escritas por José Francisco Trindade Coelho a João Penha (547-I)
- Cartas escritas (3) por Albano Justino Lopes Gonçalves (564-III).
- Carta escrita por Henrique Lopes de Mendonça, agradecendo a oferta de um livro por João Penha.
- Carta de Alberto Feio Páris (visconde da Torre), agradecendo palavras amáveis de João Penha na *Correspondência do Norte*.
- Testamento de Menici Malheiro (Abertura e publicações de testamentos cerrados, ano de 1963, Nº 1, doc. 8)

1.7 - Correspondência/arquivos pessoais ou familiares

- Inéditos diversos de Menici Malheiro (na posse do Dr. José Sampaio, advogado em Braga)

- Correspondência de Álvaro Pipa (na posse do neto, Dr. Fernando Pipa)

2 - Imprensa nacional e local. Revistas

2.1 - Imprensa Nacional:

Commercio do Porto (O) (1893, 1910)
Diário de Lisboa (Agosto de 1927, Setembro 1930)
Diário de Notícias (Março de 1893; Novembro 1932; Maio de 1935)
Jornal de Noticias (Março de 1893, 1896, 1912)
Mundo (o) (1906; Setembro e Outubro de 1909; Outubro 1910)
Primeiro de Janeiro (O) (Janeiro a Junho de 1893; 1896, 1906, Setembro Dezembro de 1910, 1912)
Republica Portuguesa (orgão do Partido Republicano Nacionalista, o ano I, nº 4, 18 Junho 1927)

2.2 - Imprensa Bracarense:

Jornais:

Actualidade (Abril de 1917 a Abril de 1918)
Amigo da Religião (O) (1890-92, 1895)
Aqui d'El Rei! (Março a Setembro de 1922)

Aurora Commercial (nº único, de 27/02/1898)
Bracarense (O) (1901-02)
Cidade (A) (1919)
Combate (O) (1910-11)
Commercio do Minho (1890-1922)
Constiuinte (O) (1890)
Correio de Braga (1890)
Correio do Minho (1902-05,1907) – jornal do Partido Progressista
Correio do Minho (1926-33)
Correio do Norte (O) (1907-11)
Correspondência do Norte (A) (1890-1904)
Cruz e Espada (1882-1891)
Debate (O) (28/03/1909 a 3/07/1910)
Defeza (A) – orgão dos Caixeiros da Província do Minho (nº 1, de 27 Maio 1909 ao nº 56 de 27 Janeiro de 1910)
Diario do Minho (1921-26)
Distrito de Braga (Março a Setembro 1910)
Echos do Minho (1911, 1918-19)
Evolução Republicana (A) (de Abril a Outubro de 1914; Maio a Agosto de 1916)
Gazeta de Braga (1916-17; 1924-26)
Jornal de Braga (1900, 1907-10)
Jornal do Norte (Maio a Novembro 1925)
Justiça (1918) (Março a Setembro de 1914; Fevereiro a Setembro de 1918).
Imparcial (O) (1913-15)
Liberal (O) (1919)
*A Madrugada - s*emanário dos estudantes católicos de Braga (nº 1, de 15/11/1914, ao nº 18, de 14/03/1915)
Minho Comercial (Outubro de 1923)
Nacional (1890)
Noticias do Norte (Braga) (1910-15, 1919-21)
Norte (O) (1918)
Opinião (A) (1901-02, 1914-19)
Patria (A) (Abril 1908 a Março 1910; Fevereiro 1912 a Março de 1914)
Popular (O) (Agosto 1922 e 8 Dezembro 1923)
*Povo de Braga (*Março a Junho de 1914)
Progressista (O) (1893-1900,1902)
Radical (O) (1910-11)
Rebate (O) (Maio de 1915 a Abril de 1916)
Regenerador (O) (1891-94, 1896,1899-1900)
Rotandade (8/03/1913 a 14/02/1914)
União Popular (nº 3, de 17/06/1910 ao nº 6, de 7/08/1910)
União Radical (Novembro 1924 a Abril 1925)
Verdade (A) (1909-1910)
Voz da Verdade (1899-1917)

Revistas:

Acção Católica:

Ano I (nº 2, Fevereiro de 1916);

Ano VIII (nº3, Março de 1922);
Ano IX (nº 8, Agosto de 1924);
Ano X (1925);
Ano XI (1926
Ano XII (1927)
Ano XIII (1928)
Ano XIV (1929)
Ano XV (1930)
Ano XVI (1931)

Ilustração Católica (n°s 1 a 329 e nº 353 a 360):

Ano I (1913-14)
Ano II (1914-15)
Ano III (1915-16)
Ano IV (1916-17)
Ano V (1917-18)
Ano VI (1918-19)
Ano VII (2º semestre 1919; 1º semestre 1928)

Almanaques:

Almanach do Distrito de Braga (1893, 1895)
Almanach do Comercio e Industria - Braga (1903)
Almanak Anuário de Braga (1924)
AlmanaK Bracarense Eclesiástico e Civil (1893, 1906,1907,1913,1914 e de 1921 e 1928, 1933).
Almanaque do Minho (1894)
Almanak de Braga (1905)
Almanak de Braga – comercial, agrícola e burocratico (1905)
Almanak de Braga e seu Distrito (1915)
AlmanaK Burocrático de Braga (1903)
Anuário do Distrito de Braga (1906)
Almanak da Província do Minho (1896)
Anuário do Distrito de Braga (1906)
Almanak Santo António
Almanaque Republicano (Lisboa)
Almanaque Progressista (1905)

3 - Obras de referência sobre a História de Portugal e obras ou artigos específicos para esta temática

ABREU, Luís Machado e FRANCO, José Eduardo – Ordens e congregações religiosas no contexto da 1ª república. Lisboa: Gradiva. 2010. ISBN 978- 989-616-356-3

Actas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911 (de 15 de Junho a 25 de Agosto). Lisboa: Assembleia da República. 1986.

ALMEIDA, Fialho d'– *Os gatos: publicação mensal de inquérito à vida portuguesa.* Porto: Casa Editora Alcino Aranha & Cª. Nº 3 (Novembro de 1989 a Fevereiro de 1890). s/d.

ALMEIDA, Pedro Tavares de – *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista* (Col. *Memória e Sociedade*). Lisboa: Difel. 1991.

ALMEIDA, Pedro Tavares (org. e introd.) – Legislação eleitoral portuguesa (1820-1926). Ed. Presidência do Conselho de Ministros/Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

ALMEIDA, Pedro Tavares; Fernandes, Paulo Jorge; Santos, Marta Carvalho – *Os deputados da 1ª república portuguesa: inquérito prosopografico*. Coimbra (s. n.). 2006.

ARAÚJO, António de Sousa – "O nacionalismo católico em Vila Nova de Famalicão", *Itinerarium*. Braga. Maio-Agosto de 2000. Ano XLVI, nos 167-168.

ARTOLA, Miguel – Partidos e programas políticos: 1808-1936. Vol. 1. Coimbra: Livraria Almedina. 1998. Madrid: Aguilar editiones. 1974.

As Constituintes de 1911 e os seus deputados (obra compilada por um antigo oficial da secretaria do parlamento). Lisboa: Livraria Ferreira. 1911.

AUGUSTO FERREIRA, Monsenhor J. – *Fastos episcoapes da igreja primacial de Braga*: Braga: Mitra Bracarense, vol. IV (secs. XIX e XX).

BAIÔA, Manuel – *Elites e poder: a crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-31)*. Lisboa: Manuel Baiôa e Edições Colibri. 2004. ISBN 9789727724536

BARROS, João – *A Pedagogia e o ideal republicano em João de Barros*. Lisboa: Edições Terra Livre. 1979.

BERN, Stéphane – *Eu, Amélia, última rainha de Portugal*. Porto: Editora Civilização. 1999 (biografia póstuma da Rainha D. Amélia, c/ trad. de Daniela Carvalhal do original francês, Editions Denoel, 1997).

BESSA, José Marcelino de Almeida (chefe da 2ª Repartição da Secretaria da Câmara dos deputados) – *Annexo ao manual parlamentar:* para uso dos senhores deputados da nação portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional. 1905.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima – Monarquia constitucional 1807-1910. Lisboa: Texto Editores. 2010. ISBN 9789724741109

BRANDÃO, Fernando de Castro – *A 1ª república portuguesa: uma cronologia.* Lisboa: Livros Horizonte. 1991. ISBN 9789722408038

CARDOSO, Eurico Carlos Esteves Lage – *Machado dos Santos: o fundador da república: os primeiros anos do regime*. Lisboa: E.C.E.L.C. 2005. ISBN 972-96564-9-5

CASTELO-BRANCO, Fernando – *Arquivos do Centro Cultural Português.* (Os Primórdios do Partido Republicano em Braga). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. 1972. Vol. V pp. 723-26.

CATROGA, Fernando – Entre deuses e césares. secularização, laicidade e religião civil. uma perspectiva histórica. Coimbra: Livraria Almedina. 2006. ISBN

CATROGA, Fernando – *O republicanismo em portugal da formação ao 5 de outubro de 1910* (2 vols.). Coimbra: Faculdade de Letras. 1991.
9789724028002

CHAGAS, João – A última crise: comentários à situação da república portuguesa. Porto: Typographia a Vapor da Empresa Guedes. 1915.

CHAGAS, João – *Cartas políticas*. Lisboa: ed. autor (Oficina Bayard). 1908-10.Vols. I a V.

CHAGAS, João – *Pamphleto*. Porto: Typographia Ocidental. Nº 4 (14/01/1894).

COELHO, Zara Pinto, *A Implantação da república na imprensa de Braga*. Lisboa: Universidade de Lisboa. 1990.

COSTA, Afonso –*A Egreja e a questão social*. Coimbra: Livraria Portugueza e Estrangeira. 1895.

COSTA, Afonso – *Discursos parlamentares 1900-1910: obras de Afonso Costa*. Lisboa: Publicações Europa-América. 1973. Vol. I.

COSTA, Fernando Farelo – *Poder político e caciquismo na 1ª república portuguesa.* Lisboa: Editorial Estampa. 1994. ISBN 972-33-0946-7

COSTA, Américo (dir.) – *Dicionário chorographico de Portugal continental e insular (hydrographico, Histórico, Orographico, Biographico, Archeologico, Heráldico, Etymologico)*. Vila do Conde: Tipografia Privativa do Dic. Chorographico. 1932. Vol. III

CRUZ, Manuel Braga, da – *Monárquicos e republicanos no estado novo*. 1ª ed. (col. Participar). Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1986.

CUNHA, Norberto Ferreira da – "A ordem e a pátria na acção de um presidente da república monárquico: Canto e Castro". *Revista da História das Ideias*. Coimbra: Faculdade de Letras. Vol. 27 (2006), 359-397.

DIAS, João José – *A república e a maçonaria: o recrutamento maçónico na eclosão da república.* Lisboa (s. n.). 1984.

Estatutos do Centro Escolar Republicano dr. Alexandre Braga. Lisboa: Tipografia Elite s.d.

ESTEVES, João – *Mulheres e republicanismo*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. 2008. ISBN 978- 972-597-304-2.

FARINHA, Luís – *Cunha Leal, deputado e ministro da república*. Lisboa: Texto Editores. 2009. ISBN 978972438383

FEIO, Alberto – *Coisas memoráveis de Braga*. Braga: Universidade do Minho (Biblioteca Pública de Braga). 1984.

FERNANDES; António Teixeira – Os fenómenos políticos. Sociologia do poder. Porto: Edições Afrontamento. 1988 (reimp.). ISBN 9789723601855

FERREIRA, António Matos (coord.) – ALMEIDA, João Miguel – *António Lino Neto: Intervenções parlamentares (1918-26).* Lisboa: Texto Editora. 2009. ISBN 978-972-47-3956-4

FRAGA, Luís Alves de – *Do intervencionismo ao sidonismo: os dois segmentos da política de guerra na 1ª república.*Coimbra: Imprensa Universidade. 2010. ISBN 9789892600345

GASPAR, Diogo (coord.), et al – *Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais.* Lisboa: Museu Presidência da República. 2009. ISBN 978-972-8971-44-1

GASPAR, José Martinho – *Os discursos e o discurso de Salazar*. Col. História de Portugal-documentos. Lisboa: Prefácio. 2001. ISBN 972-8563-52-3

GONÇALVES, Albano Lopes – *Em volta de um importante problema de administração municipal (Município de Braga: 1913-15).* Braga: Livraria Cruz. 1918.

GUIMARÃES, Egídio Amorim – *Sete cartas de Alexandria: uma trilogia: Manoel Monteiro, Albano Justino Lopes Gonçalves.* Braga: Separata Bracara Augusta. 1989. Vol. XV.

HOMEM, Amadeu J. Carvalho – A propaganda republicana (1870-1910). Coimbra: Coimbra Editora. 1990.

HOMEM, Amadeu J. Carvalho – *Da monarquia à república*. Viseu: Palimage Editores. 2001.

HOMEM, Amadeu J. F. Carvalho – A ideia republicana em Portugal: o contributo de Teófilo Braga. Coimbra: Edições Minerva. 1989 (reimp.). ISBN 9789729316104

JOTA Efe, *Memórias de meio século - congregações marianas, conferências de caridade, c.a.d.c. e j.c. em Viana do castelo, Braga e Lisboa, - transformação social do país.*2ª edição (correcta e aumentada). Póvoa do Varzim: Editora Poveira. 1965**.**

JUNQUEIRO, Guerra – *Finis Patriae.* 2ª ed. Porto: Empreza Literaria e Typografica. 1891.

LEAL, Ernesto Castro – "A ideia federal no republicanismo português (1910-1926)". Revista de história das ideias. Coimbra. 2006. Vol. 27, pp. 251-291.

LEAL, Ernesto Castro – *O federalismo europeu. História, política e utopia*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2000. ISBN 9789727722624

LEAL, Ernesto Castro – Partidos e programas: o campo partidário republicano português (1910-1926). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. ISBN 978-989-8074-48-5.

LEAL, Ernesto Castro – "Tópicos sobre os nacionalismos críticos do demo-liberalismo republicano: moral, religião e política". CALAFATE, Pedro (dir.) – *História do pensamento filosófico português*. 2000. Vol. 2. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 135-160.

LOPES d'Oliveira – *História da república portuguesa: a propaganda na monarquia constitucional*. Lisboa: Inquérito. 1947.

MADUREIRA, Arnaldo – *A questão religiosa na 1ª repúbica*. Lisboa: Livros Horizonte. 2004. ISBN 9722412698

MALHEIRO, Menici – *Braga contemporânea*. V. N. de Famalicão. 1933.

Manifesto dos emigrados da revolução republicana portugueza de 31 de Janeiro de 1891. Paris: Imprimerie Shiller. 1891

MARQUES, A. H. Oliveira – *A 1ª República Portuguesa: para uma visão estrutural*. 1ª ed. Lisboa: Livros horizonte. 1971.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Dicionário de maçonaria portuguesa. Lisboa:* Delta. 1986. vols. I e II.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Guia de história da 1ª república portuguesa*. Col. *Histórias de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa. 1981.

MARQUES, Oliveira – *História da 1ª república portuguesa: estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais. 1973.

MARQUES, A. H. Oliveira; SERRÃO, Joel (dir.) – *Nova história de portugal*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença.1991. Vol. IX - *Portugal da monarquia para a república*).

MARQUES, A. H. O. (coord.), et al – Parlamentares e ministros da 1ª república (1910-1926, col. Parlamento. Lisboa: Edições Afrontamento.

MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. 1993.Vol. V - *O liberalismo (1807-90);* Vol. VI - *A segunda fundação* e Vol. VII - O Estado Novo. Lisboa: Editorial Estampa. 1994.

MATOS, Luís Salgado de – *Um "estado de ordens" contemporâneo – a organização política portuguesa.* Tese de doutoramento em ciências sociais, 4 vols. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da universidade de Lisboa. 1999.

MEDINA, João (coord.) – *História de Portugal.* Lisboa: Ediclube. 1993. Vols. XI e XII. Ciências Sociais da universidade de Lisboa. 1999.

MEDINA, João – *"OH a República!...": estudos sobre o republicanismo e a primeira república portuguesa.* Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. 1990.

MIGUEL, João Henriques – *Do final da monarquia ao alvorecer da república: 1908-1914.* Lisboa: Colibri. 2002. ISBN 9727722687

MIRANDA, Jorge – *As Constituições portuguesas (de 1822 ao texto actual da constituição*), 3ª edição. Lisboa: Livraria Petrony. 1992.

MÓNICA, Maria Filomena (coord.), et al – Dicionário biográfico parlamentar (1834-1910), vols. I, II e II. Lisboa: co-edição Instituto de Ciências sociais e Assembleia da República.

MÓNICA, Maria Filomena – *A queda da monarquia*. Lisboa: Dom Quixote. 2010. ISBN 978922040099

Nobreza de Portugal. Lisboa: Editorial Enciclopédia. 1989. vol. 3,

NETO, Vítor – *O Estado, a igreja e a sociedade em portugal (1832-1911).* Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda. 1998.

NUNES, Henrique Barreto (recolha e organização de textos) – *Manoel Monteiro, dispersos e cartas,* Braga: Aspa. 1980.

NUNES, Henrique Barreto – *Manoel Monteiro: notas bio-biliográficas*: Braga: Universidade do Minho. 1980.

OLIVEIRA, A. Lopes – *A Imprensa bracarense*. Braga: Editora Pax, 1976.

OLIVEIRA, Eduardo Pires – *História da Associação Comercial de Braga*. Braga: A. C. B. 2000.

OLIVEIRA, Eduardo Pires – Estudos bracarenses: as alterações toponímicas (1380-1980). Braga: Aspa (Associação para a Defesa do Património), 1982.

PATRÍCIO, Manuel – *Figuras da pedagogia portuguesa contemporânea I*. Évora: Universidade de Évora. 1984.

PEREIRA, António Manuel – *Governantes de Portugal (desde 1820 até ao Dr. Salazar).* Porto: Livraria Simões Lopes. S.d.

PEREIRA, Miriam Halpern – *Das revoluções liberais ao estado novo*. Lisboa: Editorial Presença. 1993.

PEREIRA, Miriam Halpern – Mouzinho da Silveira: pensamento e acção política. 1ª ed. Lisboa: Texto Editores. 2009. ISBN 978- 972- 47-3928-1

PERES, Damião (dir.) – *História de Portugal.* Barcelos: Portucalense Editora. 1935-54. Vol. VII e suplemento I.

PINA, Luís de – *Os arcebispos bracarenses na história social e cultural da nação portuguesa*. Guimarães. 1960.

PINTASSILGO, Joaquim – *A regeneração pela educação na escola prmária da 1ª república.* Lisboa: Centro de História da Cultura. 1995.

PINTASSILGO, Joaquim – *República e formação de cidadãos. a educação cívica nas escolas primárias da primeira república portuguesa.* Lisboa: Edições Colibri/Fac. de Letras de Lisboa. 1998.

QUEIRÓS, António José – A esquerda democrática e o final da primeira república. Lisboa: Livros Horizonte. 2008. ISBN 9789722415903

RAMOS, Luís, A. Oliveira – *"Memória sobre os deputados do minho às constituintes"*. Revista Bracara Augusta. Braga, nº 30, Julho de 1976.

ROCHA, Martins – A monarquia do norte II. Bonecos Rebeldes. 2008.

ROSAS, Fernando – *Dicionário do estado novo*. Lisboa: Bertrnad. 1998. ISBN 9722510177

ROSAS, Fernando – *Estado novo nos anos trinta: 1928-38*. Lisboa: Editorial Estampa. 1998. ISBN 9723311771

ROSAS, Fernando (coord.); ROLO, Maria Fernanda – *História da primeira república portuguesa*. 1ª ed. Lisboa: Tinta da China. 2009. ISBN 978- 972-8955-98-4

SÁ, Victor – *Liberais e republicanos*. Lisboa: Livros Horizonte. 1986.

SÁ, Victor – *Manuel Monteiro ou a república inviável*. Mínia, 2ª série. Braga.

SALGADO, Heliodoro – *A insurreição de Janeiro*. Porto: Typografia da Empreza Literaria e Typografica. 1894.

SANTOS, Machado dos – *A revolução portuguesa 1907-1910.* Lisboa: Assírio e Alvim, 1982. Edição fac-similada do original do autor. Lisboa: Papelaria e Typographia Liberty, 1911 (introd. de Joel Serrão).

SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984. 6 Vols.

SERRÃO, Joaquim (coord.) – *História de Portugal* (1910-26) V., vol. XI (*A 1ª República*) Lisboa: Editorial verbo, 1989. ISBN: 972221165X130711; Vol. X, *A queda da Monarquia* (1890-1910), 1988; vol. XIII, do 28 de Maio ao estado Novo (1926-35), 2ªed. 2000. ISBN: 972-22-1827-1130713

SERRÃO, Joel – *Liberalismo, socialismo, republicanismo*. Lisboa: livros Horizonte. Lisboa: Livros Horizonte 1979 (reimp.). ISBN 9789722404235

SÉRGIO, António – *Sobre educação primária e infantil*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Inquérito. 1939.

SILVA, Armando Malheiro Barreiros, DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro – *António Cândido, Sidónio Pais e a Elite Política Amarantina, 1850-1922 (Elementos para o Estudo das Raízes Familiares de Amadeo de Souza Cardoso)*. Amarante: Câmara Municipal de Amarante. 2000.

SILVA, Armando Malheiro Barreiros e TRIGUEIROS, António Júlio Limpo (S. J.) – *Sidónio Pais de caminha ao panteão nacional*. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais. 1999.

SILVA, Armando Malheiro Barreiros – *Sidónio e sidonismo história e mito*. Braga: Universidade do Minho (tese de Doutoramento), Braga, 1997.

SOUSA, Amadeu J. C. Sousa – Braga do entardecer da monarquia ao tempo da 1ª república: abordagem de história política. Braga: Edições Casa do Professor. 2004. ISBN 9789728850012

Subsídios para a história da revolução de 28 de maio em braga: alguns depoimentos interessantes. Braga: Livraria Cruz. 1951.

TELES, Basílio – *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço de história política*. 2ª ed. Lisboa: Portugália Editora. 1968.

TELO, António José – *Decadência e queda da primeira república portuguesa.* Lisboa: A Regra do Jogo. 1980.

TORGAL, Reis – *Estados novos, estado novo.* Coimbra: Imprensa da Universidade. 2009. ISBN 9789892600093

TORGAL, Reis – *Universidade e estado novo*. Coimbra: Minerva. 2009 (reimp.). ISBN 9789728318598

UNAMUNO, Miguel de – *Escritos de Unamuno sobre Portugal* (Estudos recopilatión y notas de Angel Marcos de Dios), Col. *Humanismo Clássico e Humanismo Moderno*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian (Centro Cultural Português). 1985.

VALDEZ, José – *Uma noite no Ateneu: conferencia realizada no Teatro S. Geraldo em 14 de Dezembro de 1911*. Braga. 1911.

VALENTE, Vasco Pulido – *O poder e o povo: A revolução de 1910*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1974.

VALENTE, Vasco Pulido – Um herói português: Henrique Paiva Couceiro (1861-1944). Lisboa: Alêtheia Editores, 2006.

VENTURA, António – *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal: as convergências possíveis (1982-1910).* Lisboa: Cosmos. 2000.

WHEELER, Douglas L. – *História política de Portugal 1910-26*, Lisboa: Publicações Europa-América, s.d. (Tradução de J.O.M. e Cristina Correia; original editado por The Board of Regents of the University of Wiscosin System, 1978).

4 - Outras obras utilizadas:

CAETANO, Marcello – Minhas memórias de Salazar. 4ª ed. Lisboa: Verbo. 2000 (reimpressão). ISBN: 972-22-2013-6

CUTILEIRO, José – Ricos e pobres no Alentejo. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 1977.

GEREMEK, Bronislaw – A piedade e a forca. Lisboa: Terramar, 1995.

LANDES, David S. – *A riqueza e a pobreza das nações: por que são algumas tão ricas e outras tão pobres.* 5ª ed. Lisboa: Gradiva, 2002.

MÓNICA, Maria Filomena – *Eça de Queirós*. Lisboa: Quetzal Editores. 2001. ISBN: 972-564-464-6.

NEMÉSIO, Vitorino – *Era do átomo crise Homem*. Lisboa: Livraria Bertrand. 1976.

PERISTANY, J. G. (coord.) *Honra e Vergonha – valores das sociedades Mediterrânicas*" Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

QUEIRÓS, Eça – *A cidade e as serras.* 2ª ed. Lisboa: Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses. 1987

QUEIRÓS, Eça (dir.) – *Revista de Portugal.* Porto: Lugan & Geneloux Editores. 1890 (Fevereiro), Vol II. Nº 8.

ROWNTREE, B. Seebohm – *Poverty: a study of town life.* Londres: The Policy Press, 2000, p. 118. ISBN 1-86134-202-0 (edição fac-similada do original publicado em 1901).